



COLEÇÃO HISTÓRIA PLATINA

E-book - 15

ANAIS

V REUNIÃO DO GRUPO DE PESQUISA CNPQ/UFSM HISTÓRIA PLATINA:
SOCIEDADE, PODER E INSTITUIÇÕES

III ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA:
FRONTEIRA, PATRIMÔNIO E SOCIEDADE

CÁTEDRA UNESCO UFSM: FRONTEIRAS E MIGRAÇÕES

MARIA MEDIANEIRA PADOIN | JOÃO VITOR SAUSEN
FERNANDA KIELING PEDRAZZI | LUCIANA SOUZA DE BRITO
MARTA ROSA BORIN | GÜNTHER RICHTER MROS
ANDRÉ LUÍS RAMOS SOARES | JORGE ALBERTO SOARES CRUZ
(ORGANIZADORES)



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Cátedra UNESCO
« Fronteiras e Migrações »
Universidade Federal de Santa Maria
Brasil



EDITORA
SCHREIBEN

MARIA MEDIANEIRA PADOIN | JOÃO VITOR SAUSEN
FERNANDA KIELING PEDRAZZI | LUCIANA SOUZA DE BRITO
MARTA ROSA BORIN | GÜNTHER RICHTER MROS
ANDRÉ LUÍS RAMOS SOARES | JORGE ALBERTO SOARES CRUZ
(ORGANIZADORES)

ANAI

V REUNIÃO DO GRUPO DE PESQUISA
CNPQ/UFSM HISTÓRIA PLATINA:
SOCIEDADE, PODER E INSTITUIÇÕES
III ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA:
FRONTEIRA, PATRIMÔNIO E SOCIEDADE
CÁTEDRA UNESCO UFSM:
FRONTEIRAS E MIGRAÇÕES

Silveira Martins/RS, Brasil, 8, 9 e 10 de dezembro de 2022



2023

© Organizadores - 2023
Editoração e capa: Schreiber
Imagem da capa: Maria Medianeira Padoin
Organização geral: Maria Medianeira Padoin
Revisão: os autores

Conselho Editorial (Editora Schreiber):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Aírton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. José Raimundo Rodrigues (UFES)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (UFPel)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Valdenildo dos Santos (UFMS)
Dr. Wanilton Dudek (UNIUV)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiber
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiber@gmail.com
www.editoraschreiber.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A532 ANAIS : V reunião do grupo de pesquisa CNPq/ UFSM história platina : história, poder e instituições. III Encontro Internacional de História : fronteira, patrimônio e sociedade. Cátedra UNESCO UFSM : fronteiras e migrações. Silveira Martins, 8, 9 e 10 de dezembro de 2022. / Organizadores : Maria Medianeira Padoin... [et al.]. – Itapiranga : Schreiber, 2023.
404 p. : il. ; e-book.

E-book no formato PDF.
EISBN: 978-65-5440-195-1
DOI: 10.29327/5334067

1. Educação. 2. História - pesquisa. 3. Anais. I. Título. II. Padoin, Maria Medianeira. III. Sausen, João Vitor. IV. Pedrazzi, Fernanda Kieling. V. Brito, Luciana Souza de. VI. Borin, Marta Rosa. VII. Mros, Günther Richter. VIII. Soares, André Luís Ramos. IX. Cruz, Jorge Alberto Soares.

CDU 94

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

Coleção História Platina: sociedade, poder e instituições

A proposta da criação de uma Coleção de Livros sobre História Platina teve duas motivações principais. A primeira, refere-se à efetividade dos trabalhos e dos resultados das pesquisas que vêm sendo realizadas junto ao Grupo de Pesquisa *História Platina: sociedade, poder e instituições*, registrado no CNPq/UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), que incluem uma importante interação entre pesquisas de doutorado, mestrado, iniciação científica e trabalhos de conclusão de cursos de graduação.

A partir disso, observamos a necessidade e a relevância de publicarmos esses trabalhos completos, pois os mesmos além de passarem por avaliações rigorosas dos pares, possuem contribuições que inovam, promovem a reflexão e trazem novos conhecimentos, tanto para a área de História, como para as demais áreas que dialogam com as Humanidades.

Neste sentido, a partir da perspectiva da História Platina, privilegia-se uma concepção teórica sobre o processo histórico em que a região “platina” é percebida como território fronteiriço conectado. Assim, a História Platina não se refere apenas ao espaço da bacia do Rio da Prata, por onde desagüam os rios, mas ao complexo território em que estes rios nascem e se conectam a outros, incluindo principalmente os territórios da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. As pesquisas que integram esta coleção, independente do tema, abordagem ou período histórico selecionado, procuraram perceber essa região, suas conexões e especificidades, permeando a análise e os seus resultados. História Platina, fronteira e região são conceitos interconectados, que abrangem pesquisas que interpretam e privilegiam estudos das sociedades e da política em diversos âmbitos como os das instituições.

Trabalhar com a História Platina significa estudar fronteiras, redes, imaginários, representações, conflitos e aproximações, trajetórias, patrimônios, identidades, relações de poder nos mais variados âmbitos e outras questões presentes na história das sociedades. É fazer uso de abordagens locais e/ou globais, do micro e/ou macro, ou tecê-las(os) conjuntamente em uma perspectiva regional. Destarte, são novos estudos que buscam construir uma história percebida para além dos limites dos Estados nacionais, ou mesmo antes deles, mas que ao mesmo tempo os considere ao longo do tempo. Nessa visão múltipla, é importante pensar as conexões que permeiam continuamente espaço, território e região fronteiriça.

O estudo da História Platina, como esta Coleção se propõe a apresentar, abrangerá a história das relações internacionais, a geopolítica, a formação e a luta na organização das sociedades, a história institucional, a história política e a econômica, a história das mulheres, as questões de religião e religiosidade,

a história dos povos originários, as diversas questões/temas que envolvem as zonas de fronteira, os processos migratórios, a construção de identidades, temas do patrimônio histórico, cultural e ambiental, o nacional e o local, trajetórias, expressões que relacionam a história, a literatura e as artes no geral.

A experiência no Grupo de Pesquisa História Platina demonstra que cada pesquisa, ao longo dos anos, é uma peça de um grande quebra-cabeças, ou talvez, de vários jogos de quebra-cabeças. Que ao se conseguir integrar todas as peças, percebe-se que para além de existirem várias teses, surge uma nova tese, mudando o que, muitas vezes tínhamos como conhecimento dado. Acreditamos ser este o caminho de um Grupo de Pesquisa, o de ir-se construindo o conhecimento, em diálogo colaborativo e ético.

Na sua trajetória como Grupo, que surgiu no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, visou também integrar ações com diálogo com o Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), desde a primeira década do século XXI. Além disso, muitas destas pesquisas contaram com o apoio efetivo de órgãos de fomento como a CAPES, a FAPERGS, o CNPq e a rede da AUGM.

Assim sendo, em um período presente em que são vistos como não lucrativos ou sem valor de mercado, os estudos e as pesquisas nas Humanidades, como os da área de História, viemos registrar e divulgar estudos que privilegiam e lançam “luz” ao processo histórico e que demonstram como as redes sociais são construídas nos diversos âmbitos e tempos.

Agradecemos a parceria da Editora Schreiben, que tem por objetivo exatamente criar um espaço de divulgação acessível à produção qualificada da área. Agradecemos, ainda, ao Comitê Científico que muito nos honra com sua distinção as obras publicadas nesta Coleção.

Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin
Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina:
sociedade, poder e instituições

Prefácio

O presente livro refere-se aos Anais do *V Encontro do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina e da Cátedra Humanidades da Unesco Migrações e Fronteiras e o III Encontro Internacional de História*, ocorrido em dezembro de 2022, no espaço multidisciplinar da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no município de Silveira Martins, RS, em que possuiu como importantes parceiros, em sua organização e promoção, o Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM, a Pró Reitoria de Extensão da UFSM e a Prefeitura Municipal de Silveira Martins.

Foi um Encontro/Seminário que reuniu palestrantes convidados, docentes pesquisadores, egressos da UFSM da pós-graduação (PPGPC e PPGH), discentes da pós-graduação e da graduação (áreas de História, Arquivologia, Relações Internacionais), bolsistas de iniciação científica e de extensão, e de docentes das escolas da rede de ensino fundamental e básica de Silveira Martins. Também houve a participação dos integrantes do Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais – GEIPRI/UFSM.

A Prefeitura de Silveira Martins, por meio de seu Vice-Prefeito e da Secretária de Educação, proporcionou e coordenou atividades de campo, como caminhadas e visitas a locais históricos, apresentando exemplos do patrimônio-histórico cultural local e da região da Quarta Colônia.



No final do *V Encontro e III Seminário* houve a participação na Feira do Livro de Silveira Martins, em que foi lançado a Coleção História Platina, com onze livros de autores que também foram palestrantes no evento, em que muitos destes apresentaram trabalhos que estão registrados neste livro dos Anais.



Com isso, podemos afirmar que este Evento pode colaborar na concretização do diálogo entre pesquisadores e extensionistas, tanto de doutores quanto de discentes de iniciação científica e egressos da UFSM, bem como com docentes da rede pública de ensino fundamental e médio de Silveira Martins, em que se promoveu a valorização e a necessidade da continuidade do fomento das pesquisas e de projetos de extensão e ensino. Nesse sentido, tal evento uniu a pesquisa, a extensão e o ensino com a inserção local, regional e internacional, divulgando, valorizando e promovendo a produção do conhecimento e ações da UFSM, especialmente por meio do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina e a Cátedra de Humanidades da Unesco Migrações e Fronteiras.

Assim sendo, neste livro estão publicados a maioria dos trabalhos apresentados referentes aos resultados finais ou parciais de pesquisas, bem como de trabalhos sobre o desenvolvimento de projetos de extensão, ensino ou pesquisa de áreas vinculadas as preocupações do Grupo História Platina e da Cátedra. Ou seja, temos resultados de teses de doutorado e de dissertações mestrado, resultados parciais de pesquisas de pós-graduação, além de projetos de iniciação científica e de extensão e ensino.

Para finalizar agradecemos muitíssimo ao Comitê Científico pela organização dos Anais e por todos os participantes e parceiros que fizeram que o *V Encontro do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina e da Cátedra Humanidades da Unesco Migrações e Fronteiras* e o *III Encontro Internacional de História* pudessem

ser realizados e tivessem êxito. Essa publicação, que integra a Coleção História Platina, vem mais uma vez valorizar e divulgar trabalhos acadêmicos que muito dignificam e colaboram para a demonstrar a importância das Ciências Humanas e Sociais, como fundamento de uma Educação de Qualidade.

Prof.^a. Dr.^a. Maria Medianeira Padoin

SUMÁRIO

Prefácio.....	5
<i>Maria Medianeira Padoin</i>	
Educação patrimonial como conhecimento, preservação e valorização do patrimônio cultural: as atividades desenvolvidas pela Escola Pe. João Zanella, de Vila cruz, Nova Palma/RS.....	11
<i>Eloi Piovesan Scapin</i>	
<i>Marta Rosa Borin</i>	
História e educação patrimonial na Amazônia Mosquense.....	29
<i>Daniel Rodrigues Tavares</i>	
História e Arquivologia: Experiências acadêmicas no território do Geoparque Quarta Colônia.....	47
<i>Tatiana Godinho Martins</i>	
<i>Nicole Postai Ostwald</i>	
<i>Janaina dos Santos Puchalski</i>	
<i>Maria Medianeira Padoin</i>	
A contribuição das Irmãs Franciscanas para o desenvolvimento de Santa Maria – RS (1955-2018): um olhar sobre as fontes documentais.....	63
<i>Luciana Souza de Brito</i>	
Revoluções: a trajetória do Coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro como caudilho republicano e liberal na região de fronteira platina..	77
<i>Zilamar Teixeira de Carvalho Ferreira</i>	
<i>Maria Medianeira Padoin</i>	
O patrimônio cultural no distrito de Vale Vêneto, São João do Polêsine/RS: histórias e personagens contadas num caderno didático.....	91
<i>Marisa Bertoldo Rossato</i>	
<i>Marta Rosa Borin</i>	
História da Quarta Colônia: metodologia de uma proposta de material de apoio aos professores.....	105
<i>Eduardo Prates Bordinhão</i>	
A representação da “imagem de si” e da “imagem do outro” de Alberto Pasqualini em seu acervo pessoal.....	115
<i>Augusto César Luiz Britto</i>	
<i>Maria Medianeira Padoin</i>	

Trilha divertida dos capitéis de Nova Palma (RS): a educação patrimonial na educação infantil.....	137
<i>Alexandra Pozzatti Marchesan</i>	
<i>Marta Rosa Borin</i>	
O patrimônio do “Clube Caixeiral Santamariense”: resultados da ação de salvamento de livros e documentos.....	147
<i>Fernanda Kieling Pedrazzi</i>	
<i>Jorge Alberto Soares Cruz</i>	
<i>Sônia Elisabete Constante</i>	
Acervo pessoal como patrimônio coletivo: o arquivo de Alcides Saldanha e sua relevância para o município de Caçapava do Sul.....	161
<i>Sônia Elisabete Constante</i>	
<i>Augusto César Luiz Britto</i>	
<i>Ana Paula Silva de Souza</i>	
<i>Leslie Mari Alves da Luz</i>	
<i>I Nostri Taliani</i>: a memória da radio difusão na região central do Rio Grande do Sul.....	179
<i>Jorge Alberto Soares Cruz</i>	
<i>Maria Medianeira Padoin</i>	
<i>Davi dos Reis Felipi</i>	
Entre comemorações e resistência; o propósito dos clubes sociais negros do interior do Rio Grande do Sul.....	187
<i>Ricardo Aguirre de Moraes</i>	
Os federalismos em disputa na Revolução Federalista.....	201
<i>Monica Rossato</i>	
Atuação fronteiriça do federalista.....	210
<i>Rafael Cabeda</i>	
<i>Angelita Rubin</i>	
<i>Maria Medianeira Padoin</i>	
Formação nacional argentina: um “projeto civilizatório”.....	219
<i>Luiggi Franchesco Follador</i>	
<i>Thiago Noschang Cabral</i>	
<i>Vinícius Martins de Carvalho</i>	
O horizonte da guerra e seus reflexos na atuação diplomática de Oswaldo Aranha como embaixador (1934-1937).....	233
<i>Pedro Quinteiro Uberti</i>	

Movimentos de quebra-quebra (1942): um balanço historiográfico.....	253
<i>Bruna Lima</i>	
A Segunda Guerra Mundial e os “inimigos” internos: vigilância e repressão na fronteira platina (1942-1943).....	266
<i>João Vitor Sausen</i>	
De Kobe para Santos - os investimentos externos diretos japoneses na economia brasileira durante a Ditadura Militar.....	277
<i>Laura Machado Ribas</i>	
<i>Martha Silveira Nummer</i>	
<i>Günther Richter Mros</i>	
Cátedra UNESCO Fronteiras e Migrações: primeiro balanço quadrienal (2019-2022).....	292
<i>André Luis Ramos Soares</i>	
CADERNO DE RESUMOS.....	304
MESA TEMÁTICA I	
<i>Patrimônio e desenvolvimento regional.....</i>	<i>305</i>
MESA TEMÁTICA II	
<i>Fronteira e Política – Primeiras décadas do século XX.....</i>	<i>322</i>
MESA TEMÁTICA III	
<i>Quarta Colônia e patrimônio.....</i>	<i>331</i>
MESA TEMÁTICA IV	
<i>Patrimônio e memória – experiências na preservação.....</i>	<i>345</i>
MESA TEMÁTICA V	
<i>Fronteira, política e federalismo.....</i>	<i>359</i>
MESA TEMÁTICA VI	
<i>80 anos do Brasil na Segunda Guerra Mundial.....</i>	<i>371</i>
MESA TEMÁTICA VII	
<i>Fronteira, Migração e Cultura.....</i>	<i>393</i>
Índice remissivo.....	399

Educação patrimonial como conhecimento, preservação e valorização do patrimônio cultural: as atividades desenvolvidas pela Escola Pe. João Zanella, de Vila cruz, Nova Palma/RS¹

Eloi Piovesan Scapin²

Marta Rosa Borin³

Introdução

Vila Cruz, povoado interiorano do município de Nova Palma, pertencente à Quarta-Colônia de Imigração Italiana, região central do Rio Grande do Sul, é detentora de muitos e diversificados patrimônios culturais. Sua história, alicerçada no processo de colonização italiana, ainda se encontra salvaguardada em suas construções típicas, como as antigas *casas de pedra*, em sua religiosidade, materializada nos *capitéis* e na *Capela Santa Cruz*, em sua economia, fundamentada nos longevos *casarões*, bem como em suas atividades sociais, sendo o evento *filó* uma dessas tradições. Legados esses que, enraizados na memória do seu povo, firmam a sua identidade e, por sua vez, angariam o carecimento de serem ainda mais conhecidos, preservados e valorizados, principalmente pelas atuais e futuras gerações. Neste permear, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella, situada nesta localidade, em seu compromisso educacional, social e cultural, angaria o intento de desenvolver prodigiosas ações de educação patrimonial, cujos propósitos estão em pesquisar, proteger e expor os objetos, as edificações, os monumentos, os saberes e os fazeres então referenciais desta herança.

Em sua bagagem histórica, a trajetória desta localidade inicia no final do século XIX com a chegada dos imigrantes italianos na região então denominada como Colônia Imperial de Silveira Martins. Nomeada e conhecida por muitos anos como *Linha Sete*, angariou destaque regional por aliar uma agricultura forte

1 Trabalho apresentado durante o III Encontro Internacional de História: História Platina, Fronteiras e Migrações; V Reunião do Grupo História Platina e da Cátedra UNESCO: Fronteiras e Migrações; realizado em Silveira Martins, em dezembro de 2022.

2 Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – e-mail: eloipiovesanscapin@gmail.com.

3 Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – PPGPC – da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – e-mail: mrborin@gmail.com.

e diversificada, a localização facilitada e estratégica e o espírito desbravador e empreendedor dos colonizadores. Como resultado, conquistou um relevante progresso social, econômico e cultural, cujas marcas ainda se encontram presentes nas edificações, na religiosidade, nos momentos de lazer e convivência, nos hábitos e costumes cotidianos.

Caracterizada pelo relevo montanhoso e pedregoso, sua economia está atualmente atrelada à agropecuária, cujas pequenas propriedades dedicam-se ao cultivo de fumo, soja, feijão, milho e a criação de gado leiteiro e de corte. Sobressai também uma pequena fábrica artesanal de vassouras de palha, um pequeno armazém, um posto da Agência dos Correios, uma empresa de transporte escolar, um instituto de beleza e uma oficina mecânica. Quanto à sua organização social, é composta por aproximadamente 120 famílias, todas elas descendentes dos imigrantes italianos que a fundaram. A religiosidade predominante é a católica, cuja capela dedicada à Santa Cruz é o principal ponto de encontro comunitário. Possui ainda uma escola estadual, a saber, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella, que atende alunos da própria comunidade e das localidades vizinhas. Conta, igualmente, com outras infraestruturas para atender as necessidades locais, como o estádio de futebol Cinco Estrelas e o ginásio de esportes O Imigrante, ambos pertencentes à Sociedade Esportiva e Cultural Cruzeiro, o Salão Comunitário de Vila Cruz, a praça Governador Ildo Meneghetti, uma Unidade Básica de Saúde e um cemitério. E como símbolo da sua história, construiu diversos monumentos, como o Barco dos Imigrantes e a Família Stefanello, para homenagear os imigrantes que fundaram o povoado, e a Cruz dos Séculos e a Cruz do Silêncio, no intento de perpetuar a saga e de servir como sustentáculo frente desafios enfrentados por aqueles que colonizaram esse povoado.

Na salvaguarda da sua memória e da sua identidade, Vila Cruz abraçou a causa da preservação e da valorização da sua história e, conseqüentemente dos seus muitos patrimônios culturais. No trilhar dos últimos anos, vem proporcionando diversas ações que visam o conhecimento, a recuperação e a conscientização quanto ao seu passado, principalmente através da união de esforços entre as instituições locais. Para tanto, sedia e colabora na organização dos eventos conhecidos como “encontros de famílias”, donde se sobressaem as da genealogia Zasso, Rubin, Della Méa e Stefanello. As festas religiosas também são oportunidades de incentivo e zelo pela sua herança, com destaque para as dedicadas à Nossa Senhora da Saúde, ao Sagrado Coração de Jesus, a São José e à Semana Santa. E neste entremeio, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella tem proporcionado importantes atividades pedagógicas voltadas aos numerosos legados encontrados neste povoado, principalmente a

partir das práticas de educação patrimonial, onde tem favorecido a dinamização de profusos compromissos, dentre as quais, a criação e a organização do Museu de Vila Cruz, a potencialização de roteiros turísticos e a geração de emprego e renda.

Resultante de um trabalho dissertativo, sendo parte do mesmo, este artigo objetiva abordar como se dão as atividades de educação patrimonial desenvolvidas pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella com vistas ao conhecimento, à preservação e à valorização dos patrimônios culturais de Vila Cruz. Para tanto, durante este percurso, faz-se necessário, primeiramente, o entender de algumas indagações que referenciam a questão patrimonial e, conjuntamente, o estabelecer de proficuas e pertinentes ponderações voltadas à prática do ensino e da aprendizagem. Em consonância, como resultante dessas ações, apresenta a dinamização de um guia formativo e informativo com ações de educação patrimonial voltadas à pesquisa, à salvaguarda e à contemplação destes legados que reportam a memória e a identidade dos sujeitos envolvidos.

A questão da educação patrimonial: apontamentos

Construindo artefatos, edificações e monumentos, bem como consolidando saberes, fazeres e formas de expressão, a humanidade manifestou os seus pensamentos e as suas ações, que se tornaram as bases referenciais da sua memória e da sua identidade. Essas experiências oportunizaram a compilação de conhecimentos que se tornaram essenciais para a formação e para a firmação sociocultural dos indivíduos, também compreendidos em sua ordem coletiva. Relegados por herança e dotados de valoração simbólica, configuraram-se, no decorrer dos tempos, como patrimônios culturais, pertencentes a toda a humanidade. Assim, preservar e valorizar essa vasta história é, de veras, uma importante incumbência para as sociedades atuais. Por esta razão, faz-se necessário o constante desenvolvimento de ações que priorizem a apropriação, a salvaguarda e o usufruir de tais legados.

Com vistas ao alcance de tais responsabilidades, a educação patrimonial⁴ tem se configurado como uma profícua proposta metodológica, justamente por serem os patrimônios o objetivo de seus estudos e ações. Essa prática,

4 As primeiras ações educativas direcionadas ao conhecimento, à preservação e à valorização do patrimônio cultural surgiram, no Brasil, com a realização do I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, que aconteceu no Museu Imperial de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1983. Neste evento, fez-se o uso, pela primeira vez, da expressão Educação Patrimonial, cuja metodologia fora inspirada no modelo *heritage education*, desenvolvido na Inglaterra. Já em 1999, sob autoria de Maria de Lourdes Parreiras Horta, de Evelina Grunberg e de Adriane Queiroz Monteiro, é lançado o Guia Básico de Educação Patrimonial, o qual se configurou como um dos principais referenciais para práticas de ensino e de aprendizagem a partir dos bens patrimoniais.

ao centrar seus esforços na interação dos sujeitos com os diversos legados, oportuniza não somente a obtenção das informações necessárias, mas também promove contemplações descompromissadas, determina quais intervenções são mais apropriadas, possibilita um posicionamento crítico frente às situações corriqueiras e inesperadas, entre muitas outras perspectivas. Estando os seus percursos pedagógicos entendidos a partir de um processo contínuo e participativo, neles ocorrem a comunicabilidade de conhecimentos, a explanação de valores, a formação de conceitos, a aquisição de competências, entre outros que, direcionados para relevantes atuações, promovem condizentes atitudes de preservação e de valorização dos bens patrimoniais, de tal modo que propiciam o fortalecimento da memória e da identidade, sendo elas individuais e/ou coletivas.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária do conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2009, p. 04)

Por esta razão, a educação patrimonial é fundamental para a alfabetização cultural dos indivíduos, capacitando-os para a (re)leitura e para a compreensão da sociedade e da cultura na qual estão inseridos (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2009). É justamente a partir desse processo de ensinar e de sempre aprender, que os sujeitos envolvidos obtêm um olhar cada vez mais crítico, criativo e sensível perante os patrimônios. E para assegurar a viabilidade desse percurso, é imperativo que toda a ação educativa propicie “a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas” (IPHAN, 2014, p. 19). Considera-se que, ao primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, sejam considerados os pormenores por vezes esquecidos intencionalmente, ao mesmo tempo em que a diversidade se torne estimada e que a liberdade prepondere engrandecida.

Partindo do entendimento de que todos os bens culturais são fontes de conhecimentos, a educação patrimonial se configura como uma condizente metodologia que facilita a percepção, a compreensão e a apropriação dos patrimônios que, por sua vez, referenciam os momentos, os costumes e as práticas dos diversos grupos sociais e, inclusive, da humanidade como um todo. Neste sentido, toda essa ação educativa desenvolvida pretende propiciar uma maior

interação do aluno e/ou cidadão com os seus legados, de modo a firmar a sua memória e a sua identidade, resultando na geração de saberes e na consequente indicação de práticas voltadas a uma constante preservação e valorização dessa herança. Tal atitude permite que os sujeitos envolvidos não se tornem apenas espectadores, e sim agentes ativos que saibam gerir as situações então apresentadas culturalmente.

Na proposição de algumas ações voltadas à educação patrimonial, as possibilidades são diversas e podem assumir diferentes conotações. De vital importância, essas iniciativas devem, em sua essência, frisar a abordagem dos conceitos, dos aspectos legais, das características peculiares, entre outras possibilidades que venham a corroborar com a efetivação de reflexões e com a tomada de atitudes quanto à relevância histórica, cultural e social desses legados. Em outras palavras, além de conhecer, é também importante preservar e valorizar os bens culturais, principalmente os pertencentes àquela comunidade. Direcionadas a quaisquer grupos, sejam eles escolares, pesquisadores, turistas, entusiastas ou moradores locais, as práticas educativas podem ser diversas, tais como palestras, debates, confecções de informativos, pesquisas orientadas, visitas (guiadas) a monumentos, praças e conjuntos edificados, até aquelas mais complexas, como a organização de museus, o planejamento de rotas turísticas, a execução de eventos sociais e, em alguns casos, até ações intervencionistas.

Assim, para a efetivação de tais propostas e objetivando um condizente trabalho de educação patrimonial, orienta-se perpassar por algumas etapas⁵. Sendo elas distintas e complementares, oportunizam uma melhor absorção dos detalhes e uma profícua contemplação. Primeiramente, deve ocorrer a *Observação*, onde são utilizados exercícios de percepção sensorial, perguntas, experimentações, jogos, etc. buscando pela identificação do bem cultural. Em seguida, faz-se necessário o *Registro* das abordagens empreendidas, as quais permitem se servir das mais diversas descrições, de modo que ocorram, tanto a fixação, quanto o aperfeiçoamento e a crítica às referências coletadas. Posteriormente, se dá a *Exploração* onde, por meio da análise dos problemas levantados, são propostas discussões, questionamentos, formulações de hipóteses e avaliações, ao mesmo tempo em que se dão as complementações através de pesquisas em outras fontes, permitindo assim, a interpretação das evidências e dos significados, e o desenvolvimento da criticidade. E, finalizando, acontece a *Apropriação*, ou seja, a recriação da temática posta em evidência, a qual permite

5 Proposta desenvolvida por HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Quiroz, descrita no *Guia Básico de Educação Patrimonial*, cuja publicação se deu no final dos 90, configurando-se como uma síntese para ações em prol do Patrimônio Cultural.

o envolvimento afetivo e, conseqüentemente, a preservação e valorização do patrimônio cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Ao se frisar a importância da educação patrimonial, as suas práticas podem ser discutidas e igualmente transcorrer nas várias instâncias da sociedade, como nos centros e lugares de memória, nas galerias de arte, nas associações culturais e de moradores, nas bibliotecas, nos museus, entre outros. Contudo, é imprescindível que essas ações educativas voltadas ao patrimônio cultural aconteçam também, e primordialmente, nas instituições voltadas ao ensino e a aprendizagem, dentre as quais, as escolares. É nestes espaços, por excelência, que acontecem as primeiras relações e as conseqüentes construções de conhecimento, permitindo que, em cada traçar das linhas, as palavras e as frases descritas expressem saberes e ideais, numa íntima relação com a memória e com a identidade. Ao mesmo tempo, por ser acolhedor e democrático, é o ambiente em que todos têm condições de frequentar, não importando as suas condições sociais e/ou econômicas.

Quanto à ação educativa desenvolvida, esta deve priorizar a mediação entre os educandos e professores com os bens patrimoniais por meio de um processo contínuo de descobertas, sendo o ambiente histórico, cultural e social vivido pelos envolvidos, o portador das referências. Ora, é justamente essa realidade presenciada e participada no cotidiano, o ponto de partida, pois é ela que provoca sentimentos de surpresa e curiosidade, instigando ao desejo de conhecer-se ainda mais. Como resultado, as atividades empreendidas serão mais cativantes e prazerosas, possibilitando aos sujeitos o despertar do senso crítico. Ao mesmo tempo, tal atitude visa promover a preservação e incentivar a valorização dos legados vinculados à sua memória e à sua identidade. Ao firmarem os seus papéis de cidadãos, conscientes e comprometidos, exercerão também a sua cidadania.

O maior desafio neste campo se mostra na necessidade de a Escola se configurar não apenas como um espaço de ensino de conteúdos propedêuticos mas principalmente de que as instituições assumam seu dever na formação de cidadãos críticos, conscientes da pluralidade que permeia o espaço em que vivem, bem como do mundo que os rodeia, conscientizando-os acerca de seus deveres, bem como da valorização e promoção do respeito e bem-estar com os espaços, as construções e as demais manifestações que marcam as vivências de seu tempo (MALTÊZ, et al. 2010, p. 48).

Por esta razão, se entende que uma escola não pode estar desvinculada do meio social e cultural de onde está inserida. São as suas práticas de ensino e de aprendizagem que moldam o pensamento e as atitudes de inúmeras gerações que, por sua vez, se tornam os cidadãos responsáveis pelos comportamentos

que regem uma sociedade. E um povo consciente, que protege e que usufrui dos seus legados, consegue contemplar a dinamicidade da vida humana então permeada por feitos e conquistas. Por isso, faz-se necessário uma pedagogia que permita o estabelecimento de notáveis relações entre os sujeitos e a sua história, para então consolidar laços com o presente e melhor planejar o futuro. Logo, a educação patrimonial se configura como um processo que referencia as memórias individuais e coletivas, permitindo que os mesmos se tornem os agentes responsáveis pelos patrimônios culturais que firmam a sua identidade.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella é um destes espaços educativos onde a educação patrimonial encontra primaz relevância, de tal modo que as diversas atividades empreendidas se tornam referenciais de ensino e de aprendizagem. Por intento, os esforços são direcionados ao conhecimento, a preservação e a valorização dos patrimônios culturais de Vila Cruz, então herdados do processo da imigração italiana neste povoado. Neste entremeio, professores e alunos estão incumbidos em buscar continuamente informações, em registrar os aspectos coletados, em apresentar os resultados e em apreciar cada conquista obtida. Cada ação tem também encontrado viabilidade devido ao comprometimento dos moradores locais que, ao abrirem suas propriedades, aspiram por cada detalhe da sua própria história. Assim, ao se firmar ainda mais enquanto referencial educacional para a região, o diálogo permanente com a comunidade e a conscientização das atuais e vindouras gerações torna-se o imperativo das suas ações.

A educação patrimonial e as atividades desenvolvidas pela escola Pe. João Zanella: aporte didático e metodológico

Entendidos como o resultado da criatividade e do engenho humano a partir das suas necessidades de sobrevivência e de contentamento, objetos foram produzidos, construções foram erigidas, monumentos foram levantados, manifestações foram celebradas, saberes e fazeres se tornaram conquistas. Legados como herança, se configuraram como memoriais, atuando na firmiação das identidades individuais e coletivas a que referenciam. Então compreendidos como patrimônios, revelam a história e a cultura dos diversos povos que formam a humanidade. Pelos significados que transmitem, angariam a importância de serem continuamente conhecidos, preservados e valorizados, tanto como tributos ao passado, quanto como preceitos para o futuro. E no alicerçar de tais propósitos, a educação patrimonial exerce a incumbência de promover relações efetivas e afetivas de saber, de cuidado e de contemplação.

Com o avançar dos tempos e pelo trânsito das sucessivas gerações, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella tem se configurado

como um notável referencial, tanto educacional, quanto cultural e social para a comunidade de Vila Cruz e circunvizinhanças. Em seu processo de ensino, consolida diversos compromissos voltados à história e ao desenvolvimento humano dos que nela buscam os saberes necessários para se tornarem sujeitos críticos, criativos e sensíveis. Para tanto, perpassar pelos legados que firmam a memória e a identidade dos seus educandos e, conseqüentemente, da comunidade a qual fazem parte, se faz de fundamental importância e, por isso, tem se tornado uma prática imprescindível. Neste entender, várias atividades educativas voltadas ao patrimonial, ou seja, com vistas à sua identificação, à sua preservação e à sua valorização são continuamente compiladas e postas em execução.

Das atividades de educação patrimonial desenvolvidas pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella, o objetivo impera em abarcar os principais momentos relacionados à imigração italiana em Vila Cruz e à sua consolidação enquanto povoado pertencente à região da Quarta-Colônia. Assim, para identificar e analisar as pertinentes situações, faz-se necessário conhecer os percursos tracejados, os detalhes históricos e as características essenciais e delimitadoras que fundamentaram seu processo de colonização. É nesse caminho que os diversos patrimônios culturais, os existentes e os vivenciados, são os referenciais para o desenvolvimento de ações voltadas ao ensino e à aprendizagem. Além da busca dos conhecimentos essenciais, visa-se também a conscientização e o fortalecimento de atitudes voltadas à preservação e à valorização de tais legados.

Na facilitação desse processo, a elaboração e a utilização de uma cartilha de cunho educativo, voltada justamente à educação patrimonial, têm se apresentado como um profícuo recurso metodológico, visto que esse instrumento propicia uma melhor orientação pedagógica acerca dos bens em estudo. A preferência por este modelo de material didático deve-se à sua conotação formativa e informativa, uma vez que apresenta, de forma leve e dinâmica, um conteúdo com notável valor referencial. Por abarcar textos, conceitos, imagens, ilustrações, tarefas, curiosidades, entre outras peculiaridades que contribuem no alcance dos objetivos pretendidos, a sua formatação propicia variadas possibilidades de ensino e de aprendizagem, ampliando e melhorando, desta maneira, as relações dos diferentes sujeitos com os seus patrimônios culturais. Por esta razão, as temáticas abordadas, por serem acessíveis às diferentes gerações, podem ser trabalhadas, tanto em sala de aula, por alunos e professores, quanto pela comunidade local e visitantes.

A otimização desta cartilha, pela sua didática e alcance, bem como por propiciar uma ampla e variada abordagem instrutiva, reforça a ideia de acolhimento

e favorece a noção de pertencimento, o que se configura como essencial para a salvaguarda da memória e da identidade dos sujeitos enquanto partícipes no seu *locus* de vivência. Por esta razão, este recurso metodológico infere-se como o mais indicado para se trabalhar com os patrimônios culturais de Vila Cruz, visto motivar, não somente os alunos e os professores, mas também os moradores locais e os visitantes, a conhecerem, a preservarem e a valorizarem os muitos e diversificados legados que afirmam e confirmam a história da Imigração Italiana neste povoado, e na região da Quarta-Colônia como um todo.

Com o propósito de ser trabalhada principalmente pela Escola local, como um guia para as suas atividades de educação patrimonial nela desenvolvidas, esta cartilha visa orientar que informações coletar, que análises elaborar e que procedimentos realizar. Ordenada em passos que perpassam pelos diferentes momentos da história e dos patrimônios culturais existentes em Vila Cruz, com uma linguagem interativa e uma didática facilitada, propõe, já a partir das noções introdutórias, uma aproximação dos alunos com os legados pertencentes à sua família e também com aqueles encontrados nesta localidade. Assim, são apresentadas práticas que acontecem pela efetivação de expedições investigativas, que necessariamente estabelecem um profícuo contato com os objetos da observação. Ao mesmo tempo, como toda ação que envolve o ato de pesquisar, prescreve-se o registro dos referenciais juntados e a sua posterior confrontação, bem como sugestivas exposições à comunidade. Por fim, reitera-se a importância do Museu de Vila Cruz que, ao atuar na salvaguarda e na mostra dos diferentes bens patrimoniais, conjuntamente assegura ações de estudos e de contemplações.

O quadro a seguir apresenta a organização metodológica da referida cartilha, a qual está disposta em sete (07) diferentes passos e as suas respectivas incumbências:

Quadro 01 – Passos da Cartilha de Educação Patrimonial

Passo	Atividade
Passo 1 - Quem sou eu?	Visa o levantamento de informações pessoais, permitindo que o aluno se reconheça na história, ao mesmo tempo em que expõe as suas predileções como atributos de valoração.
Passo 2 - Alguns conceitos	Identifica alguns conceitos necessários para o desenvolvimento das pesquisas, para o registro e análise das informações coletadas e para a posterior apresentação dos resultados.
Passo 3 - Conhecendo os patrimônios culturais de Vila Cruz	Propõe atividades de pesquisa direcionadas aos patrimônios culturais referenciais. Através de expedições investigativas, visa o levantamento das informações necessárias.
Passo 4 – Registro	Reitera a necessidade de apontar as informações coletas, visto serem elas as que embasarão o resultado da pesquisa, bem como nortearão os entendimentos.

Passo 5 – Análise	Requer uma investigação mais aprofundada das informações coletadas, confrontando-as com outras fontes e, a partir de então, tecer interpretações e apreciações críticas.
Passo 6 – Apresentação dos resultados	Pretende formalizar os conhecimentos adquiridos divulgando-os aos colegas e à comunidade em geral. Tal atitude já é um indicativo de valorização dos bens pesquisados.
Passo 7 - Museu de Vila Cruz	Consolida as atividades de educação patrimonial ao salvaguardar e expor os bens patrimoniais de Vila Cruz, permitindo que os mesmos sejam estudados e contemplados.

Fonte: (SCAPIN, 2021).

Intitulada como *Educação Patrimonial: Conhecendo, Preservando e Valorizando os Patrimônios Culturais de Vila Cruz – Nova Palma/RS*, esta cartilha, que segue anexa a este estudo dissertativo, é resultante de uma construção educativa voltada aos bens patrimoniais construídos e constituídos ao longo da história da imigração italiana no povoado de Vila Cruz, numa tentativa de salvaguardá-los, principalmente das facilidades da modernidade, onde prepondera o descarte, a comercialização desmedida e, até mesmo, o simples esquecimento. Frente a isso, objetiva-se orientar os alunos, os professores e os entusiastas a firmarem a construção do presente e do futuro a partir do passado, de modo que a memória e a identidade herdadas possam continuar a referenciar as sucessivas gerações.

Esta cartilha de educação patrimonial está direcionada, especialmente, aos alunos dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º) da Escola Pe. João Zanella, embora podendo ser utilizada pelas demais turmas e, igualmente, por outras instituições de ensino e visitantes que queiram desenvolver pesquisas relacionadas aos patrimônios culturais de Vila Cruz. Ao receberem este guia, devidamente organizado e impresso, os estudantes são orientados a seguirem os passos dispostos e, em conformidade, realizarem as ações propostas, efetuando os registros solicitados e procedendo com os cuidados necessários quanto aos bens estudados. Ao mesmo tempo, este material didático, com todo o seu conteúdo abordado, pode ser trabalhado interdisciplinarmente, justamente por abarcar e transitar pelas várias disciplinas escolares, visto sua temática elucidar sobre a realidade existente no referido povoado. Neste entremeio, imprescindível também é a constante direção por parte de um professor que, com os conhecimentos necessários sobre a história, sobre a cultural e sobre o grupo social local, auxilie na busca das relevantes informações e na construção de novas descobertas.

Importante neste processo, é proporcionar uma apresentação inicial para cada passo, propositalmente no intuito de explicar os procedimentos que ocorrerão, bem como para esclarecer as possíveis dúvidas e apontar os prováveis

resultados. Igualmente, devem ser acordadas antecipadamente, tanto para a separação dos aparatos necessários, quanto para a organização pessoal dos proprietários e entrevistados, as atribuições que perpassam pelas visitas aos patrimônios, as conversas com os familiares e moradores locais, e até mesmo as consultas em outras fontes que corroborem com a pesquisa. Acerca dos dados coletados, das análises proferidas e das apresentações aos colegas e à comunidade em geral, igualmente precisam de uma combinação prévia, cujo esforço é serem evitados eventuais desconfortos. E ao fim de cada atividade, com o intuito de despertar o senso crítico, criativo e sensível dos estudantes, os mesmos são também instigados a indicarem viáveis ações que visem a preservação e a valorização de tais legados estudados, como oficinas, gincanas, exposições e até projetos de lei.

Quanto aos patrimônios culturais então abordados pela cartilha, por reportarem a imigração italiana Vila Cruz e a sua constituição enquanto povoado pertencente à Quarta-Colônia, referenciam as memórias e as identidades do grupo social local então compreendidas nas construções típicas, na religiosidade, na economia, nas atividades de convívio social, nos objetos utilizados na labuta cotidiana, nos hábitos e os costumes ainda vivenciados e compartilhados. Ao focar nesses legados, as atividades de educação patrimonial visam também sensibilizar quanto ao senso de pertencimento e conscientizar para atitudes preservacionistas e de valorização destes bens recebidos por herança.

O quadro a seguir apresenta os principais patrimônios culturais encontrados em Vila Cruz e os objetivos traçados quanto às atividades de educação patrimonial propostas pela Cartilha.

Quadro 02- Trajetórias pelos patrimônios culturais de Vila Cruz

Patrimônio	Objetivos
As Casas de Pedra de Vila Cruz	<ul style="list-style-type: none"> - identificar as casas de pedra existentes em Vila Cruz; - registrar as características peculiares de cada edificação; - catalogar todas as construções cujo material empregado são as pedras; - indicar ações voltadas à preservação e à valorização destes legados;
Os Capitéis de Vila Cruz	<ul style="list-style-type: none"> - conhecer todos os capitéis existentes em Vila Cruz; - identificar as características peculiares de cada um, com primazia às imagens sacras devotadas; - catalogar todos os capitéis existentes em Vila Cruz; - indicar ações voltadas à preservação e à valorização destes legados;

A Capela Santa Cruz de Vila Cruz	<ul style="list-style-type: none"> - analisar os relevantes momentos históricos que destacam a Capela Santa Cruz, de Vila Cruz; - identificar as principais características e elementos presentes na estrutura interna e externa do templo; - conhecer os notáveis traços religiosos encontrados no templo, como as imagens sacras, os altares e os vitrais; - catalogar os valoráveis eventos e festas religiosas atrelados à Capela Santa Cruz; - descrever as demais construções vinculadas ao ambiente sacro, como o salão comunitário, o cemitério, as casas canônicas, monumento Cruz dos Séculos; - aconselhar ações voltadas à preservação e à valorização de todos os sentidos religiosos, bem como das estruturas físicas.
Os Casarões de Vila Cruz	<ul style="list-style-type: none"> - identificar todas as construções existentes em Vila Cruz então vinculadas à economia; - conhecer as características peculiares de cada casarão, como as serventias, as condições e os usos atuais; - catalogar os principais detalhes pertinentes a cada um; - recomendar ações voltadas à preservação e à valorização destes legados;
Filó Cultural Italobrasiliiano de Vila Cruz	<ul style="list-style-type: none"> - identificar as principais características do filó; - proporcionar atrações típicas durante a realização do filo, de modo que toda a comunidade possa participar; - vivenciar os momentos do filó, como as cantorias, as danças, as apresentações artísticas, o degustar das comidas e bebidas típicas servidas, entre outros.
Objetos – bens materiais	<ul style="list-style-type: none"> - identificar os objetos, os instrumentos e as ferramentas empregados no cotidiano dos colonizadores e seus descendentes; - analisar as características pertinentes a cada artefato; - catalogar todos esses bens materiais, apontando seus proprietários e o respectivo estado de conservação; - propor ações de preservação e de valorização.
Saberes e Fazeres – bens imateriais	<ul style="list-style-type: none"> - conhecer os principais hábitos e costumes herdados da colonização italiana e ainda vivenciados no cotidiano das famílias locais; - analisar as suas principais características; - catalogar todos os saberes e fazeres encontrados em Vila Cruz; - propor ações de preservação e de valorização destes legados.

Fonte: (SCAPIN, 2018).

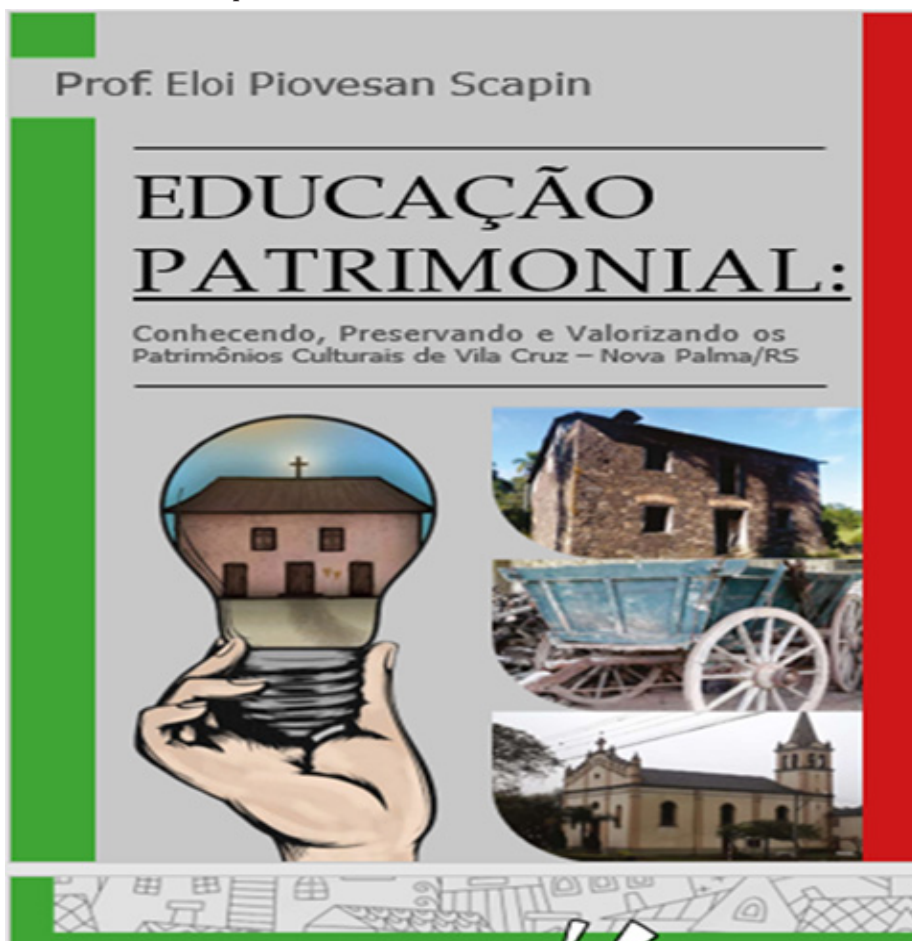
Contudo, frisa-se que, para essas atividades acontecerem, obrigatoriamente a participação da comunidade é fundamental. É ela que facilita a realização das expedições investigativas nas suas propriedades, ou seja, recebendo as visitas, fornecendo as informações necessárias, lembrando fatos e eventos passados, apresentando os saberes e os fazeres herdados, entre outras oportunidades. Logo, ao tornarem essas muitas ações possíveis, exercem a tarefa de também ensinar,

o que deve partir sempre das suas vivências e das suas realidades cotidianas. Noutras palavras, o grupo social local torna-se o principal beneficiário, uma vez que a sua identidade é firmada e a sua memória é reforçada.

Ao mesmo tempo, as atividades de educação patrimonial empreendidas a partir dos patrimônios culturais de Vila Cruz, devem instigar nos alunos, nos professores e também na comunidade local, a curiosidade e o desejo em conhecer mais sobre a própria história e a do lugar onde residem. Assim, visam o fortalecimento do senso de pertença e a necessidade de proteção e de valorização desses legados então recebidos por herança.

A imagem a seguir traz a capa do material didático elaborado com o intento de auxiliar as atividades de educação patrimonial.

Figura 01: Imagem do material didático elaborado para auxiliar as atividades de educação patrimonial em Vila Cruz – Nova Palma/RS.



Fonte: (SCAPIN, 2022).

Das ações já realizadas e, igualmente, dos resultados conquistados, estão registrados em álbuns específicos e que ficam resguardados na Escola Pe. João Zanella, tanto para consultas diversas, quanto para rememoração da comunidade. Em suas páginas, os escritos e as imagens fotográficas destacam as práticas efetuadas, as descobertas ocorridas e os conhecimentos adquiridos. Ao mesmo tempo, revelam o empenho de professores e alunos em buscar os detalhes que referenciam a sua memória e a sua identidade que, por sua vez, perpassam pelos muitos e diferentes patrimônios culturais existentes em Vila Cruz.

Destaca-se também que, durante a realização das atividades de educação patrimonial, seguidamente os moradores locais, ou mesmo familiares de alunos, confiam à Escola alguns dos seus pertences⁶. Prática essa que se deve, em grande parte, à sensibilização da comunidade quanto aos patrimônios culturais que referenciam a sua história e, conseqüentemente, em colaborar com as práticas pedagógicas desenvolvidas. Ora, são justamente esses os resultados que se almejam com as ações educativas empreendidas, ou seja, para além de angariar as informações pertinentes, faz-se necessário, igualmente, a conscientização de todos os envolvidos durante o processo de ensinar e de sempre aprender.

Dessa maneira, essencial em todo esse processo de busca pelo conhecimento dos patrimônios culturais de Vila Cruz está o Museu de Vila Cruz, que atua na consolidação das diversas atividades educativas realizadas pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella. Além da salvaguarda e da exposição, esse espaço museal proporciona um contato mais efetivo e afetivo com os diversos bens patrimoniais encontrados nessa comunidade, viabilizado principalmente pelas práticas de educação patrimonial então desenvolvidas. São justamente essas relações de proximidade que objetivam perceber as diferentes trajetórias históricas, as intrínsecas motivações construtivas e as notáveis peculiaridades encontradas em cada legado e, por esta razão, compreendidos como firmadores da memória e da identidade do grupo social local. Numa condizente sinergia, essas instituições oportunizam experiências de potencialização de novos saberes, superando a simples complementariedade de informações. Numa junção de esforços, prima-se pelo reconhecimento da importância das bases pretéritas que, por sua vez, possibilitam a construção do futuro então confirmadas a partir das relações estabelecidas com o exposto e efetivado nas vivências cotidianas.

6 Quanto a esses artefatos recolhidos, são todos destinados ao Museu de Vila Cruz, onde passam por um processo de identificação, de limpeza e de catalogação onde, posteriormente são expostos (ou realocados na reserva técnica). Ao operarem em conjunto, essas duas instituições, a educacional e a museal, agem em favor dos patrimônios culturais de Vila Cruz, proporcionando conhecimento, salvaguarda e contemplação.

Assim, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella, ao oportunizar diversas atividades educativas voltadas aos bens patrimoniais de Vila Cruz, e o Museu de Vila Cruz, constituindo-se como o lugar de salvaguarda e de exposição destes legados, firmam-se como importantes espaços de construção de conhecimento, de constante preservação e de notável valorização da herança cultural local, nos quais seus alicerces sustentam-se no processo da colonização italiana neste povoado. Ações essas que, facilitadas pelas práticas de educação patrimonial empreendidas, cuja condução metodológica se dá com o auxílio da sua própria cartilha, objetivam tornar os alunos, os professores e, igualmente, a comunidade, em sujeitos críticos, criativos e sensíveis quanto à sua própria história, fortalecendo a sua memória e firmando a sua identidade.

Como resultante desse grande esforço educativo, onde o patrimônio cultural local é objetivo dos estudos e ações, está o empenho de um grupo social local em proferir pesquisas sobre a sua própria história e, igualmente, em adotar práticas voltadas à proteção e ao reconhecimento de seus legados. Dentre as atitudes comumente encontradas, têm-se a manutenção e até a restauração de seus bens patrimoniais, como os antigos alambiques, os fornos de assar pães, das estruturas de pedra, as fotografias e quadros dos antepassados, os implementos de uso agrícola e, inclusive, na revitalização de espaços onde, em alguns casos, são transformados em museus particulares. Mais do que permitir que objetos, instrumentos, ferramentas ou mesmo manifestações continuem existindo, reitera-se a conscientização de uma comunidade quanto à salvaguarda da sua herança.

Por conseguinte, ressalta-se ainda que todas essas experiências voltadas à educação patrimonial, então empreendida pela instituição de ensino local, puderam também ser apresentadas durante a realização do *Curso de Aperfeiçoamento Docência na Escola de Tempo Integral*, e posteriormente publicada no artigo *Ressignificando o currículo: a educação integral na Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre João Zanella, Nova Palma – RS*, do livro *Educação na Escola de Tempo Integral: Programa Mais Educação* (BORIN; COSTAS, 2016). Igualmente, algumas dessas práticas e seus resultados foram expostas durante a mostra pedagógica da *39ª Expointer*, no município de Esteio/RS, em 2016.

De primaz relevância, anota-se que as atividades de educação patrimonial empreendidas pela Escola Pe. João Zanella, entre os anos de 2007 a 2018, foram efetivadas tendo como suporte o *Programa Mais Educação* e o *Projeto de Tempo Integral nas Escolas Públicas Estaduais*, que facilitavam a ampliação da jornada escolar e reorganização curricular. Atualmente, as ações educativas voltadas

ao patrimônio vinculam-se aos programas extensivos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul - Promotoria de Justiça da Comarca de Faxinal do Soturno e, igualmente, da Prefeitura Municipal de Nova Palma – Secretaria Municipal de Educação, que orientam a organização de projetos a partir de temáticas específicas, como a questão do Patrimônio Cultural.

Diante de tais constatações e realizações, reforça-se que ainda é preciso fazer muito pelos patrimônios culturais e, em especial, pela oportunização de práticas de educação patrimonial, tanto em Vila Cruz, quanto em outras escolas e comunidades da região da Quarta Colônia. Há uma vasta história ainda a ser desbravada e muitos legados para serem conhecidos, preservados e valorizados. E para que tudo isso continue acontecendo, bem como sendo constantemente aprimorado, é imprescindível a colaboração de iniciativas próximas e viáveis, como o *Geoparque Quarta Colônia - Aspirante Unesco*⁷ que, dentre as suas estratégias, busca o desenvolvimento econômico, social e cultural, principalmente das iniciativas particulares e das pequenas comunidades.

Considerações finais

Destarte, a questão do patrimônio cultural, em todos os seus sentidos e experiências, exige daqueles que ousam transitar pelos seus percursos, as mais tenras atitudes em absorver as sensações e os detalhes então proporcionados, os quais são imprescindíveis para o entendimento dos muitos momentos da história da humanidade. Por essa razão, a noção atual associada aos bens patrimoniais perpassa pelo seu caráter material, ou seja, compreendida nos objetos, nas edificações, nos monumentos e, igualmente, pela sua natureza imaterial, perceptível nas manifestações, nos saberes e nos fazeres, estando vinculados às diversas sociedades. Dotados de valoração simbólica, são legados por herança através das sucessivas gerações, assim referenciando as memórias e a identidade dos determinados grupos sociais a que fazem parte. Nesse permear, a adoção de viáveis práticas atreladas ao conhecimento, à preservação e à valorização de tais testemunhos condiz com uma coletividade consciente das suas bases pretéritas, ao mesmo tempo em que lhe permite a manutenção e/ou a construção do seu futuro. Na consolidação de tais entendimentos, a educação patrimonial se configura como uma profícua proposta metodológica

7 O *Geoparque Quarta Colônia – Aspirante Unesco*, uma parceria entre a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS, tem empreendido uma série de estudos acerca dos potenciais naturais, patrimoniais e econômicos dos nove (09) municípios que formam a região conhecida como Quarta-Colônia, bem como ofertando cursos profissionalizantes voltados a geração de emprego e renda, principalmente a partir de ações voltadas ao turismo, à sustentabilidade e à agroindustrialização.

que, através de seus estudos e ações, busca a identificação, a proteção e a contemplação dos diversos patrimônios culturais que referenciam as sociedades. Para além de um simples contato, faz-se necessário uma condizente atitude educativa que permita uma profícua interação com tais bens, onde o trânsito muitas vezes acontece num percurso permeado por constantes desafios. Para tanto, ao aproximar educandos, professores e entusiastas dos seus referenciais identitários, oportuniza-se a efetivação de reflexões e de ações que visam tornar esses sujeitos envolvidos em agentes ativos, isto é, conscientes da sua criticidade, criatividade e sensibilidade.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella, ao proporcionar diversas ações educativas voltadas aos patrimônios culturais de Vila Cruz, objetiva que os mesmos sejam cada vez mais conhecidos, preservados e valorizados, principalmente pelas atuais gerações. Neste sentido, as suas práticas comumente empreendidas primam pela abordagem dos saberes historicamente constituídos e, igualmente, pela adoção de atitudes investigativas que oportunizem a efetivação de profícuas reflexões, ao mesmo tempo em que busca promover as intervenções necessárias. Como guia para o desenvolvimento de suas atividades, a utilização de uma cartilha de educação patrimonial se torna o aparato fundamental, orientando professores e alunos para as abordagens pertinentes a cada legado.

Referências

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Museu Imperial/DEPROM – IPHAN – MINC. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 17 março de 2016.

IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Portal do IPHAN, Governo Federal, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 03 novembro 2018.

MALTÊZ, Camila Rodrigues *et al.* **Educação e Patrimônio: o papel da escola na preservação e valorização do patrimônio cultural**. Pedagogia em ação, v.2, p. 1-117, nov. 2010 – semestral. Disponível em: http://www4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20121204110023.pdf. Acesso em 17 março 2016.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

RIGHI, José Vivente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**: Contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul – Brasil. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração & 4ª Colônia**: Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. 1996.

XAVIER, Ceres Helena et. al. Resignificando o currículo: a educação integral na Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre João Zanella, Nova Palma – RS. In: BORIN, Marta Rosa; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. **Educação na Escola de Tempo Integral**: Programa Mais Educação. Tubarão: Ed. Copiart, 2016.

ZANELLA, Pe, JOÃO. **Jubileu de Nova Palma**: 1919-1944. Impresso na Escola Tip. do Patronato: Santa Maria, 1944.

História e educação patrimonial na Amazônia Mosquense¹

Daniel Rodrigues Tavares²

Na tese de doutorado damos continuidade a alguns dos objetivos e temáticas desenvolvidas no Mestrado Profissional em Ensino de História, no campus de Ananindeua (UFPA). Na dissertação relacionamos o Patrimônio Cultural Material e a História de Mosqueiro, distrito do município de Belém, com a produção de conhecimento histórico escolar, a partir, principalmente, da crítica à transposição didática do saber produzido na academia, usando a metodologia de Educação Patrimonial e fomentando a pesquisa na Educação Básica, no sentido de favorecer o alcance de um aprendizado que contribuisse na formação cultural, crítica e cidadã dos alunos.

Na pesquisa de doutorado aprofundamos o estudo da História de Mosqueiro e, sobretudo, dos bens naturais, materiais e imateriais do distrito e a influência das matrizes culturais indígenas, negras, caboclas e europeias no Patrimônio Cultural da “Amazônia Mosquense”. Para tanto, compreendemos os bens culturais como fontes históricas e recursos didáticos na sua relação entre o passado e o presente. Conhecimento histórico que pretendemos que contribua para que os alunos das escolas de Mosqueiro possam relacionar a História Local com a História Regional, Nacional e global, pensando o conhecimento de outras culturas, das diferentes formas de organização social e política, mas sempre partindo e voltando para a realidade do educando.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma política pública estabelecida e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma lei federal. O primeiro influencia e o segundo estabelece a normatização curricular. O ENEM se tornou o principal meio de ingresso de estudantes nas universidades brasileiras (MORAES, 2018, p. 5), por isso a preocupação dos sistemas de ensino em cumprir os conteúdos relacionados às matrizes de referência. Salientamos

1 Projeto de doutoramento em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em História, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

2 Doutorando de História, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), integrante da linha de pesquisa Memória e Patrimônio, orientando da professora doutora Maria Medianeira Padoin. Mestre em Ensino de História (2019), Bacharel e Licenciado em História (2007), ambos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor de História da Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC-PA) e da Secretaria Municipal de Educação de Belém-PA (SEMEC); E-mail: danielrtavares95@gmail.com.

que podemos abrir o debate sobre patrimônio, por exemplo, nos “Objetos de conhecimento associados às Matrizes de Referência”, mais especificamente em “Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade”, no subtema “Cultura Material e imaterial; patrimônio e diversidade cultural no Brasil”³.

Na BNCC, a herança cultural, aparece com maior assiduidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental na disciplina História, quando a criança é levada a conhecer o seu lugar no mundo, as formas de registros da comunidade em que vive e as culturas que a cercam. No Ensino Fundamental 6º ao 9º ano, a discussão de Patrimônio Cultural se restringe à discussão das fontes, em que os bens culturais surgem como documentos históricos, em favor de um programa europeizado, organizado a partir da clássica divisão eurocêntrica da História. No Ensino Médio, o problema é maior, uma vez que essa BNCC traz em seu pano de fundo interesses neoliberais (GODOI BRANCO et al., 2019, p. 352), com a lógica de que essa etapa de ensino, dita “integral”, também deve pensar a formação para o mercado de trabalho. A Reforma do Ensino Médio, Lei 13.415 de 16/02/2017 deixa como obrigatórias somente as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática e Inglês, enquanto as outras figuram como componente curricular⁴ (KRACZYK; FERRETI, 2017, p. 37), inclusive História que se reduz à condição de um campo do saber das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; o que contribui para o enfraquecimento de uma formação mais humana, contextualizada, crítica e reflexiva.

Os problemas relacionados à padronização outrora imposta pelo ENEM, agora pela nova BNCC, e pela consequente precarização no que tange à diminuição das horas de disciplinas das áreas de ciências humanas⁵, dentre elas a História, levam-nos a pensar numa questão de cunho filosófico-ideológico e político que precisa ser observada e debatida pela sociedade a respeito desse novo desenho curricular. No entanto, o que nos compete e pretendemos contribuir com o desenvolvimento a nossa pesquisa será a construção de um projeto pedagógico de ensino de História que utilize o Patrimônio Cultural natural, material e imaterial da Amazônia Mosquense que fortaleça o conhecimento da História Local e Regional, percebendo como as características da realidade global e nacional se expressam no dia a dia das pessoas, sem dicotomias entre o geral e o particular.

3 https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf. Acesso em: 22/04/2021.

4 No primeiro semestre de 2023 foi aberta uma consulta pública nacional acerca do Novo Ensino Médio (NEM). Um novo projeto de lei está para ser enviado ao Congresso. O Ministério da Educação (MEC) aponta o retorno da obrigatoriedade das demais disciplinas.

5 Assim como o retorno da obrigatoriedade das disciplinas, o MEC também sinaliza o retorno da carga horária ao formato anterior ao NEM, 2400h divididas entre os 3 anos, voltadas para a base curricular, o que daria 80% do tempo. Os outros 20% ficariam para os Itinerários Formativos.

Defendemos, assim, a tese de que mesmo com a imposição de um currículo nacional, seja pelo ENEM ou pela BNCC, podemos contribuir ao ensino de História, contextualizado no cotidiano do aluno, considerando o patrimônio cultural local, estabelecendo uma estratégia que contemple os objetivos de aprendizagem, de conhecimento de outras culturas e formas de organização social, que contribua para uma formação cidadã, respeitosa e que construa alteridade. Isso pode levar o educando a conhecer o mundo, mas fortalecendo seu sentimento de pertença, de identidade e de valorização de sua cultura e territorialidade.

No Pará, como ocorreu nos outros Estado da federação, não se contemplou a contento a contribuição da sociedade civil no processo de implementação da BNCC (FERREIRA et. al., 2021), inclusive a categoria docente não experimentou as “condições devidas para a sua participação” (CAVALCANTI, 2021, p. 103) no processo que construiu o “Documento Curricular do Estado do Pará – Etapa Ensino Médio” (DCE-PA). Nesse documento percebemos uma proposta de carga horária da matriz curricular que coaduna com as orientações da BNCC: privilégio das horas de português e matemática, em detrimento das outras ciências, e a previsão de um horário para a turma assistir aulas voltadas para o “mundo do trabalho” (PARÁ, 2020, p. 74).

Na pesquisa que realizei com 96 alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Honorato Filgueiras de Mosqueiro dos anos letivos de 2017 e 2018, foram obtidas informações de interesse tanto para dissertação de mestrado como também para alimentar os objetivos do projeto de doutorado. Ao serem perguntados a respeito do que consideram como Patrimônio Cultural de Mosqueiro, os discentes responderam: os Chalés da Orla, a Igreja Matriz, o Trapiche, a Fábrica Bitar, a Praça Matriz, o Mercado da Vila, o Coreto da Vila, a Capela Sagrado Coração de Jesus, que somaram 46 menções. Bens culturais tangíveis que foram construídos na virada do século XIX para o XX com uma grande influência dos recursos obtidos pelo comércio do látex. Alguns alunos indicaram como bem cultural de Mosqueiro a culinária, as praias, as pessoas, a Festa de São Pedro do Areão, a Tapiocaria, o Canhão da Praia do Bispo, as quadrilhas juninas e a Escola Inglês de Souza. Alguns desses bens culturais que no mestrado não foram abordados, como o Escola Inglês de Souza (patrimônio tangível), e a culinária (patrimônio intangível) e as praias (patrimônio natural) serão estudados no desenvolvimento da tese de doutorado.

De forma didática, podemos dividir o Patrimônio Cultural em tangível, intangível e natural. Sendo que o último entendemos como a natureza que

foi apropriada pela cultura humana; o segundo, ou também dito imaterial se relaciona com o saber e saber fazer; já o primeiro, ou chamado de material corresponde aos bens palpáveis da cultura humana, como, obras de arte, arquitetura, sítios arqueológicos (LEMOS, 2010, p. 7-11).

Na civilização ocidental, a conceituação de patrimônio possui uma forte influência oriunda dos eventos relacionados à Revolução Francesa, quando a onda revolucionária destruiu muitos monumentos e prédios ligados à História do país. Criou-se uma preocupação preservacionista ligada à valorização de bens considerados belos, artísticos, suntuosos (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 15). Nos países de influência da Europa Ocidental há uma intensa preocupação com a preservação do Patrimônio, como uma reação à aceleração do tempo, uma contrapartida ao regime de historicidade em que vivemos, identificado como um presente perpétuo. A relação que se construiu, principalmente na conceituação de patrimônio a partir do modelo francês, relaciona bens culturais, memória e identificação com a pátria. François Hartog estabelece críticas incisivas a essa lógica de preservação patrimonial, apontando exemplos de fora do mundo ocidentalizado: no Japão, por exemplo, há a reconstrução periódica de determinados templos, o que exalta o bem cultural e o saber fazer (HARTOG, 2006). Françoise Choay lida com o tema como uma “alegoria”, como uma invenção europeia, com preponderância para a França⁶; na esteira da influência do Humanismo e do Iluminismo, que se espalhou pelo mundo. Assim como entende o conceito como símbolo, e como tal, precisa de historicização e questionamentos. A estudiosa define patrimônio histórico assim:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e uma mentalidade (CHOAY, 2006, p. 11).

A herança cultural naturalizada cria a sensação equivocada de que aquilo que a sociedade, ou o Estado, ou as classes hegemônicas, definem como memória oficial da nação precisa obrigatoriamente ser preservada. Considero que é necessário pensar o patrimônio de forma plural e o processo de transformação dos bens culturais. Segundo Reginaldo Gonçalves, foi com o intuito de evitar o possível desaparecimento de memórias e identidades da Nação que foi sendo

6 Françoise Choay é francesa. Percebemos a extrema valorização que a autora dá ao seu país na construção do conceito de Patrimônio.

construída uma “retórica da perda” que exacerba a lógica de patrimonialização de bens materiais no Brasil (GONÇALVES, 2015, p. 213); entretanto, Gonçalves defende uma busca pela compreensão de outras coletividades e de outras possibilidades culturais para que o patrimônio possa assumir uma condição de “autoconsciência cultural” (GONÇALVES, 2009, p. 32).

A pesquisadora Maria Cecília Fonseca afirma que, até a década de 1980, a prática preservacionista estava voltada para os bens da matriz cultural branca. Isso passa a mudar de forma bem lenta a partir da chamada “fase moderna”⁷ da política de patrimônio no Brasil (FONSECA, 2017). A constituição de 1988, nos seus artigos 215 e 216, criou uma definição mais aberta para o patrimônio, considerando a imaterialidade da herança do passado, assim como destaca a diversidade na produção desses bens culturais, desviando a direção da política de salvaguarda nacional que preservava quase que exclusivamente os bens feitos de “pedra e cal” (FERNANDES, 2011).

Durante o século XIX e nas primeiras décadas do XX, o currículo de história esteve alinhado à ideologia de uma identidade comum para os brasileiros de variados grupos étnicos, silenciando vozes destoantes da matriz branca (NADAI, 1993, p. 149). Segundo Luís Reznik, passando a crise no ensino de História entre os anos 1920 e 1930, as reformas no campo educacional nos governos presididos por Getúlio Vargas evidenciaram uma preponderância no sentido de educar para o fortalecimento do sentimento patriótico (REZNIK, 1998, p. 84). A partir do golpe militar de 1964, houve muitos ataques à História e ao seu ensino, no sentido da diminuição de verbas para a educação, da fusão entre História e Geografia e a respectiva criação das disciplinas de Ciências Sociais, Organização Social e Política do Brasil (OSPB), Educação Moral e Cívica (EMC), que ensinavam sobre nomes e datas, sem reflexões críticas sobre a sociedade, a política, a cultura (GUIMARÃES, 2012). A Constituição Federal de 1988 melhorou os investimentos ao definir as respectivas obrigações orçamentárias que deveriam ser investidas em educação por parte dos diferentes entes federados: União 18%, e 25% Estados e Municípios. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 eliminou as Ciências Sociais, OSPB e EMC do currículo e restabeleceu História e Geografia; além de dar importância ao ensino de Filosofia e Sociologia, que tem por função

7 Maria Cecília Londres Fonseca (2017) divide em dois momentos a política de patrimônio no Brasil: a “Fase Heroica”, que vai de 1936/1937, quando da criação e institucionalização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), até 1967, ano de aposentadoria do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nesse período apenas os bens materiais/tangíveis eram patrimonializados, numa clara evidência da cultura luso-brasileira. O segundo momento, de 1967 até o final da década de 1980, foi identificado pela autora como “Fase Moderna”, momento que o conceito de patrimônio passa por um processo de transformação que leva em consideração a existência de patrimônios vivos e/ou imateriais/intangíveis.

básica a formação de cidadãos críticos (GUIMARÃES, 2012).

No século XXI, há que se considerar o debate da superação da transposição didática e o incentivo da produção de conhecimento histórico escolar, salientando e reconhecendo a relevância do conhecimento acadêmico, mas incentivando a pesquisa em sala de aula e a superação da dicotomia entre ensino e pesquisa (MONTEIRO, 2007). Circe Bittencourt destaca a influência do setor empresarial nas propostas curriculares brasileiras ao defender que as disciplinas de áreas técnicas são mais importantes do que o conhecimento das humanidades. A professora atesta que é essencial pensar uma “cidadania social”, que considera conceitos como igualdade, justiça, diferenças, assim como destaca essa lógica de cidadania na formação política dos alunos (BITTENCOURT, 2017, p. 22).

O currículo de História possui sua historicidade e sempre foi um campo de disputas e de relações de poder que se materializam na sociedade, mas continua sendo um instrumento para combater os etnocentrismos, evidenciar o respeito às diferenças e perceber os diferentes sujeitos históricos (SILVA; GUIMARÃES, 2012a, p. 55). Outrora, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) justificavam a utilização do Patrimônio Cultural no ensino, quando pensavam a construção da “cidadania cultural”, do reconhecimento da importância da memória na vida da população, assim como os lugares de memória podiam contribuir para aprendizagens significativas (BRASIL, 2000, p. 26-27).

O ENEM, implementado desde 1998, foi se transformando na principal política pública de acesso às universidades, mas, como afirma Dayse Martins, o ENEM passou a influenciar o currículo do Ensino Médio, transformando-o em conteudista, exercendo pressão nos sistemas educacionais no sentido cumprir às exigências da matriz de referência, pelo fato da avaliação nacional ser um dos principais meios de acesso ao ensino superior (MARTINS, 2019).

Diante da força desse currículo voltado para a característica propedêutica, defendemos o uso do patrimônio local/regional para atender a demanda definida, por exemplo, no subtema “Cultura Material e imaterial; patrimônio e diversidade cultural no Brasil”⁸, contemplando o conteúdo, mas construindo a sua contextualização e incentivando, a partir dos bens culturais de Mosqueiro, a noção de respeito à diversidade em comparação aos patrimônios materiais e imateriais de outras regiões da Amazônia e do Brasil. O reconhecimento do local/regional vai contribuir para o acesso ao direito à memória, fortalecendo a perspectiva da identidade, do sentimento de pertença, no sentido de valorizar a sua herança cultural, elemento necessário para entender que para além da sua,

8 Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf. Acesso em: 22/04/2021.

existem várias outras e que, o respeito ao outro, parte da valoração da cultura alheia e suas necessidades.

Entretanto, a partir de 2017, com a aprovação da Reforma do Ensino Médio e a divulgação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018, passamos a vivenciar o debate da implantação do novo Ensino Médio nos sistemas educacionais dos entes federados, definindo um currículo cada vez mais orientado para o ensino da língua portuguesa e matemática em detrimento das disciplinas da área de humanidades, além de pretender transformar os professores em repetidores de conteúdo.

Há um distanciamento dos teóricos, de quem cria os currículos e de quem executa, neste caso o professor perde o controle de sua tarefa. O educador vê suas funções resumidas em cumprimentos de prescrições. Há neste sentido a desqualificação do professor. De agente mediador, articulador, inovador ele passa a ser apenas um cumpridor de tarefas. Esse é um modelo de formação que considera o professor como ser passivo, transmissor dos conhecimentos historicamente construídos. Essa racionalização do trabalho precisa ser rompida, o professor deve ser encarado como ser pensante, que pode refletir sobre sua prática, contribuindo para a transformação social (TARGINO, 2018, p. 6).

O Documento Curricular do Estado do Pará – Etapa Ensino Médio (DCE-PA), buscando adequar as proposições curriculares do texto nacional às condições do nosso Estado, destaca as “múltiplas Amazônias que formam nosso território” (PARÁ, 2020, p. 14). Esse documento estabelece críticas à padronização curricular nacional, mas reconhece que a BNCC é constitucional e que há a necessidade de uma orientação da União para diminuir desigualdades que já se percebem nos sistemas educacionais brasileiros.

... [o] DCEPA se apresenta como um documento que faz a crítica a essa uniformização. Entretanto, considera que a estrutura do currículo não pode ser negligenciada enquanto dispositivo constitucional, legal e agora normativo. Contudo, entende que, por um lado, quando não há uma orientação nacional, pode acarretar em disparidades semelhantes com as já existentes e percebidas pelos sistemas e redes de ensino no núcleo comum, por outro lado quando há padronização, pode engessar e ferir a autonomia dos estados. Não é a padronização que trará respostas às lacunas, déficits e contradições existentes, por essa razão interpretar as intenções na execução da política pública curricular não pode desconsiderar o processo social, o espaço, a multiterritorialidade (PARÁ, 2020, p. 83).

Na orientação curricular do Pará há o indicativo de “três princípios curriculares norteadores”, a saber: “respeito às diversas culturas amazônicas e suas interrelações no espaço e no tempo; a educação para a sustentabilidade ambiental, social e economia; e a interdisciplinaridade e a contextualização no processo de ensino-aprendizagem” (PARÁ, 2020, p. 15). Considero relevante

a ideia de multiterritorialidade ao nos permitir dialogar com as diversidades existente nas diferentes regiões amazônicas e, assim, com a herança cultural da “Amazônia MosqueireNSE”. Defendemos, assim, a relevância do patrimônio material e imaterial mosqueireNSE como representante da diversidade cultural amazônica e como instrumento didático e fonte histórica, como elo entre passado e presente.

O Iluminismo do século XVIII na Europa construiu a noção de que a História da humanidade é um processo que aponta para o progresso. O Positivismo, corrente de pensamento da Sociologia, aponta o caminho a ser percorrido pelo ser humano passando pelos estados teológico, metafísico, até alcançar o positivo, momento da chegada ao desenvolvimento científico e tecnológico (BARROS, 2013). A História oriunda do modelo estabelecido por Leopold Von Ranke, que legitimou o passado que se extrai de fontes históricas escritas e oficiais, que recebeu influência do Iluminismo e do positivismo, fortaleceu o eurocentrismo. Vavy Borges acrescenta:

Quase sempre que a história da humanidade nos é apresentada, é a evolução da sociedade europeia ocidental que é tomada como modelo de desenvolvimento desse processo histórico. Essa posição eurocêntrica é errada: do ponto de vista da história, a evolução da sociedade europeia ocidental, com seu alto grau atual de desenvolvimento tecnológico, não deve ser um padrão de comparação para se estudar a história de qualquer outra parte do sistema capitalista, como, por exemplo, a América Latina. Não se deve, por meio desse tipo de comparação, julgar se uma sociedade está “atrasada” ou “adiantada” em seu desenvolvimento histórico (BORGES, 1987, p. 48).

Entre os anos de 2010 a 2012, a prova do ENEM ampliou os conteúdos relacionados à História do Brasil, influenciando os currículos desenvolvidos nos sistemas educacionais e abrindo caminhos para ampliar o ensino da História local e regional ligando-a às características do passado nacional. Francineia Silva defende a utilização do espaço local como ponto de partida para o conhecimento do nacional e global e o uso do Patrimônio Cultural local com essa finalidade (SILVA, 2017).

Contudo, em anos mais recentes percebemos o avanço de pautas conservadoras, com a eleição de Jair Bolsonaro que já no pós-eleição, ainda em 2018, antes de ser o Presidente de fato, criticou a inserção do dialeto pajubá na prova do ENEM daquele ano, que dava evidência ao debate do respeito às pessoas integrantes da comunidade LGBTQI+. Ao assumir a Presidência da República, Bolsonaro passou a imprimir no MEC a dita pauta conservadora, interferindo diretamente na prova do ENEM, dando maior importância às questões de História Geral. As mudanças no ENEM ocorreram no mesmo contexto da aprovação da BNCC, que traz consigo as características de uma orientação nacional para o currículo, pautada na lógica do capital e numa

História influenciada pela civilização europeia ocidental. Assim:

A preocupação com um currículo não eurocêntrico nos leva a questionar sobre quais histórias privilegiar. Defendo a perspectiva de a entrada pela história do Brasil, cenário em que vivem os estudantes, faz todo sentido no contexto de uma base curricular mínima. Essa opção possibilita uma articulação consistente entre local, nacional e global. Partir da realidade vivida pelos estudantes permite relacionar a história com sua vida prática. Considero relevante trabalhar a questão temporal relacionando presente e passado e a alteridade entre épocas e culturas (SILVA JÚNIOR, 2016, p.100).

Há muitos desafios impostos por um currículo que conta a História do Capitalismo na Europa (BITTENCOURT, 2017); que fala de diversidade sem levar em conta os conflitos étnicos e as demandas de movimentos sociais; que se volta para a preparação de jovens para o mercado de trabalho antes de construir uma qualificação profissional mais consistente, sem questionar o tipo de cidadão trabalhador que está se formando (LOPES, 2019, p. 69); que flexibiliza, reduz categorias e conceitos das ciências em saberes e práticas, num prisma de pragmatismo que diminui a característica de ciência constituída, em prol do atendimento de avaliações sistêmicas nacionais (KRAWCZYK; FERRETI, 2017); que padroniza uma proposta curricular num país de dimensões continentais, com uma multiplicidade de comunidades, com a “ausência ou a superficialidade da história local ou regional” (FERREIRA et al., p. 15). Portanto, deixando muito pouco ou quase nenhum espaço para um ensino que se construa pelo patrimônio cultural local e regional.

Consideramos de inestimável interesse estudar e valorizar a cultura local e regional, favorecendo também a valorização de outras culturas e a construção de alteridade. Usufruir do direito à memória, assim como fortalecer os laços identitários com o espaço da Amazônia Mosquense auxilia no forjar da afetividade com o lugar, contribui para a criação da preocupação de preservação ambiental e patrimonial, levando à discussão de como a Ilha de Mosqueiro se tornou um “point” de visitação turística, percebendo como os bens materiais, imateriais e a natureza podem ser utilizados também para projetos de turismo cultural.

Objetivo importante da nossa pesquisa corresponde à percepção do patrimônio cultural, natural, material e imaterial da “Amazônia Mosquense” como instrumento no ensino de História, entendendo os bens culturais como lugares de memória, fontes históricas e recursos didáticos e formação cidadã, cultural e política, e como ferramenta de valorização da cultura local e regional, apontando para o conhecimento de outras culturas gerando respeito, alteridade, por meio do aprendizado, correlacionando o local, o regional, o nacional e o global. Assim, podemos utilizar o que se diz na competência de área 1 das Ciências Humanas e Sociais aplicadas, e mais especificamente a habilidade 13:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (...). Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço (BRASIL, 2018, p. 571-572).

Além de analisar os processos, os objetos e vestígios, é interessante pensar em alcançar um ensino a partir das experiências de estudo e pesquisa dos alunos, diminuindo os caracteres da transposição didática, fortalecendo a valorização dos bens culturais, tentando melhorar o sentimento de pertença que traz consigo a afetividade e a preocupação com sua preservação. Pretendemos, assim, contribuir à melhora da qualidade do ensino de História, investindo numa prática que envolva o cotidiano dos alunos, a partir dos bens culturais por eles sugeridos, desenvolvendo o conhecimento histórico escolar voltado para a formação cultural e cidadã dos discentes.

Também pretendemos através do desenvolvimento do nosso projeto de pesquisa a construção de um projeto pedagógico de ensino de História que utilize o Patrimônio Cultural natural, material e imaterial da Amazônia Mosquense que fortaleça o conhecimento da História Local e Regional, percebendo como as características da realidade global e nacional se expressam no dia a dia das pessoas, sem dicotomias entre o geral e o particular, construindo um conhecimento histórico contextualizado no cotidiano dos alunos, tomando como ponto de partida a relação dos ilhéus com bens culturais tangíveis, intangíveis e naturais. Partindo dessa premissa, salientamos que um dos objetivos específicos estará destinado à análise crítica do ENEM e da BNCC, orientados a realizar uma transposição didática do ensino sem pesquisa e desconectado da realidade próxima do educando.

Defendemos, assim, a utilização do patrimônio cultural da Amazônia Mosquense como um instrumento essencial no ensino de História, como elemento de ligação entre passado e presente, fomentador de cidadania, partindo da ideia de “cidadania cultural” (FERNANDES, 2011, p. 2), incentivando debates acerca da memória e da identidade das pessoas envolvidas na pesquisa, percebendo transformações diversas ao longo do tempo, levando em conta o que os atores sociais identificam como sua herança cultural, sem partir de algo já consagrado pelo Estado em sua política de preservação. Estabelecendo, portanto, uma linha de reconhecer os saberes dos alunos (FREIRE, 1996, p. 30), de respeitar o conhecimento prévio dos discentes (CARRETERO, 1997, p. 33), assim como entender a importância da sabedoria das pessoas que se identificam

com determinados bens culturais (SILVA, 2012b).

Para ensinar História usando o Patrimônio Cultural, é essencial compreender os conceitos correlatos ao tema. Logo, faz-se necessário dar continuidade às reflexões teórico- conceituais e historiográficas para o desenvolvimento dos objetivos da tese de doutorado e para a melhor utilização dos recursos metodológicos e técnicas de pesquisa, discutindo História do Tempo Presente, Memória, Identidade, História Regional e História Local, Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Cidadania, vinculando esses conceitos às noções de Ensino de História e do próprio trabalho educativo sobre os bens culturais. Para tanto, compreendemos os bens culturais como fontes históricas, recursos didáticos, além de que são elementos que, na sua essência, possuem forte relação entre o passado e o presente.

A discussão do clássico de Marc Bloch, “Apologia da História”, auxilia-nos a estabelecer um diálogo sobre a legitimidade e importância da História, buscando abranger, como nos fala o historiador francês, “aos doutos e aos escolares” (BLOCH, 2001, p. 41). Bloch não entende a História como o estudo do passado, inclusive considera estranha a ideia de pensar o passado como objeto de estudo de alguma ciência. Defende que a História é “a ciência dos homens, no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55). O autor compara o trabalho do historiador com o “ogro da lenda que fareja carne humana” (BLOCH, 2001, p. 20). Bloch acrescenta a importância da problematização no ofício do profissional da história: partimos de uma preocupação do presente, em direção ao passado e retornamos ao presente com o aprendizado histórico que nos auxilia em nossas decisões na vida. Nesse sentido, a pesquisa com o patrimônio cultural material e imaterial de Mosquero partirá do que os alunos entendem como bens culturais, rumo ao momento em que foram produzidos, buscando compreender as rupturas e permanências que existem em relação ao passado, o que contribui para a questão da identificação dos alunos com a história local.

A pesquisa em História do Tempo Presente, entendida como válida e possível, é recente, da virada do século XX para o XXI. É possível interpretar a História do passado recente como aquela que corresponde ao tempo de vida do historiador, que ocorre quando “escreve sobre um período que a sua memória viva alcança” (LOURENÇO NETO; RAMOS, 2014, p. 18). O que se tinha anteriormente era a noção consagrada de que apenas eventos afastados do presente e finalizados eram objetos da História, para evitar a interferência política de sujeitos sociais e do próprio pesquisador. O processo de mudança de paradigma, que passa a entender como legítima a construção de narrativas sobre o passado recente, trouxe à tona debates críticos acerca da História Oral e do uso da memória, questionando sua produção, os interesses envolvidos e a sua relação com outras fontes que podem ou não confirmar os relatos (FERREIRA, 2002). A História Oral, portanto, passa a ser vista como um “aparato metodológico

legitimado pela História do Tempo Presente” (OJEDA, 2014, p. 12).

As classes sociais se preocupam em se tornar senhoras dos esquecimentos e das lembranças (LE GOFF, 2013, p. 390). A memória se transforma em instrumento de poder no jogo das relações sociais. Contudo, entre Memória e História se situam os lugares de memória, como rastros do passado, numa sociedade que não vive mais suas lembranças e que deixou de se guiar, em prol de uma preocupação com a preparação do futuro. Logo, a história se apodera dos lugares de memória por conta da ameaça da perda, do esquecimento. Ao passo que vai desaparecendo a memória tradicional, a necessidade de produção de arquivos sobre o passado aumenta vertiginosamente. Vivemos, então, numa busca incessante pelas origens, pela nossa herança cultural, que passam a nos ajudar a reconstruir um sentimento de pertencimento, uma identidade (NORA, 1993, p. 13-14).

Consideramos a Educação Patrimonial como um meio de se ensinar História e acreditamos na possibilidade de imbricar Patrimônio Cultural, entendido aqui como um “lugar de memória” (NORA, 1993), repleto de referências do passado, que dialoga com a identidade cultural das pessoas e sua respectiva noção plural de cidadania e de preservação do espaço público. Para tanto, será do nosso interesse utilizar a Educação Patrimonial alinhada aos outros recursos metodológicos de História do Tempo Presente, de História Oral, de memória e identidade. Nos dizeres de Cláudia Teixeira:

A Educação Patrimonial no ensino de História viabiliza a formação de indivíduos capazes de conhecer a sua própria história cultural. Ao trabalharmos questões referentes ao patrimônio no ambiente escolar, estamos oferecendo subsídios para a construção do conhecimento e da valorização e preservação desses bens culturais, sejam eles materiais, imateriais, naturais ou construídos. Ações educativas nesse sentido são importantes na medida em que os indivíduos precisam, para se reconhecerem e se diferenciarem de outros, de um “espelho” onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas e, com isso, construir a sua memória afetiva e sua identidade cultural (TEIXEIRA, 2008, p. 206).

Não pretendemos discutir exaustivamente as políticas de Estado no âmbito da preservação patrimonial; entretanto, não se pode eximir da realização do diálogo com as ações do Estado brasileiro em relação à salvaguarda do patrimônio, até porque, é importante que o ensino de história possa sensibilizar a preocupação do aluno em relação à proteção de nossa herança cultural, ressaltada a relevância da transformação e da destruição, como integrantes do processo histórico.

Nosso debate em torno do patrimônio mosquense está longe de se relacionar apenas às questões referentes à identidade dos alunos, corresponde também, e principalmente, a utilizar os bens culturais, entendidos como lugares de memória, como fontes do passado passíveis de serem utilizadas no Ensino de

História, para servirem de instrumentos de orientação temporal e cidadã. Assim, partindo da ideia das múltiplas identidades que o ser humano pode assumir (HALL, 2006, p. 13), e avaliando as possibilidades de diálogo com a BNCC e o ENEM, mas sem padronizações e/ou diminuição do papel da ciência História, consideramos ser possível e executável a construção de Planos de Ensino nos quais sejam inseridos o Patrimônio Cultural e a Educação Ambiental.

Marina Maluf destaca a sacralização das memórias, como se fossem o passado como ocorrera. Enfatiza que a História possui a função de profanar essas memórias sagradas (MALUF, 1995). Eunícia Fernandes, que se apropria dos estudos de Jörn Rüsen, na defesa da relação entre historiografia e o ensino de História para gerar orientação para a vida, defende um “dever de história”, contrapondo à ideia de “dever de memória”, para contribuir com a formação cidadã e identitária das pessoas (FERNANDES, 2012).

Importante salientar os debates teórico-conceituais sobre História/Memória ou Memória/História e as reflexões metodológicas a respeito das técnicas de pesquisa destinadas a produzir fontes orais. Entretanto, a utilização de fontes orais e a apreensão de histórias de vida estão longe de ser recursos metodológicos consensuais entre os historiadores. Primeiro, porque a utilização de fontes orais inicialmente foi feita como se fossem um mero complemento de fontes quantitativas, consideradas mais “científicas”, “objetivas”, mais próximas a uma verdadeira “realidade”, na qual os testemunhos orais, por serem “subjetivos”, se afastariam. Discordamos dessa perspectiva. Optamos pela perspectiva daqueles que consideram a história oral como uma metodologia, uma espécie de “ponte” entre a teoria da história e a prática de pesquisa:

O ponto central que defendemos é a especificidade da entrevista de história oral que, distintamente de outras formas de coleta de depoimentos, deve ser inserida num projeto de pesquisa a ser precedida de uma investigação aprofundada, baseando-se em um roteiro cuidadosamente elaborado (AMADO & FERREIRA, 1992, p. 21).

Nas últimas décadas tem aumentado o número de trabalhos que focalizam as suas pesquisas no âmbito regional, estadual ou local, com o objetivo de analisar as suas “singularidades” ou “particularidades”; entretanto, muitas dessas pesquisas não inserem seus objetos de análise na totalidade à qual esses territórios estão integrados. Sem desmerecer os resultados alcançados pelos autores que centram seus estudos nessa perspectiva analítica, sobretudo pela sua vontade de evitar que o “nacional” anule a compreensão do “regional” e, portanto, das diferenças entre regiões ou estados do território nacional, não podemos deixar de mencionar que esse tipo de enfoque dificulta a própria compreensão da história regional, estadual ou local. Sem dúvida, é uma história que estuda a região, mas a

converte numa espécie de microcosmos que se basta e se auto explica, aparecendo, assim, descoladas do processo histórico brasileiro. Outro problema que pode ser detectado em alguns trabalhos de História Regional e também de História Local, são os estudos que não aprofundam as especificidades das diferentes regiões ou territórios político-administrativos como objeto de pesquisa, tratando-os apenas, como mero reflexo de recortes espaciais mais amplos. O finalismo ou ponto de chegada dessas “histórias regionais” seria a construção do Estado-Nação. Assim, a “História de um determinado Estado ou província repete os acontecimentos da história do Estado brasileiro ou o que se pensa que seja a História do Estado brasileiro, que se irradia dos seus centros de decisão” (SILVEIRA, 1990, p. 23).

Sendo conscientes que a escolha das diferentes fontes está influenciada e condicionada pela temática, corte histórico e pelas condições (acesso às fontes, tempo, etc.) nas quais os pesquisadores desenvolvemos nosso trabalho, as principais fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa:

1- Documentos de Estado (governo federal, governo estadual), consagrados na linguagem historiográfica como documentos oficiais: legislação a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da legislação sobre patrimônio material e imaterial no Brasil e no estado do Pará;

2- Entrevistas com professores e alunos das escolas públicas de Mosqueiro;

3- Levantamento e análise das fontes hemerográficas (revistas e jornais);

4- Questionários de perguntas a serem apresentados aos professores e alunos das escolas públicas de Ensino Médio de Mosqueiro;

5- Fotografias e documentários.

Essas fontes devem ser analisadas por meio do “processo indutivo de conhecimento histórico” (KNAUSS, 2012, p. 37). Tal processo, que passa por percepção, intuição, crítica e criação, deve ser condicionado e conduzido pela atuação docente (KNAUSS, 2012, p. 42). Podemos relacionar à metodologia de educação patrimonial, editada pelo IPHAN, que, de maneira semelhante, inclui quatro etapas: observação do bem cultural; registro, por descrição, fotografias, desenhos, etc.; exploração, por meios de pesquisa em documentos diversos; e, apropriação, por meio poesia, peça, vídeo, etc. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 9). A prática docente por meio da Educação Patrimonial é condizente com a prática de um professor que tem a pesquisa como principal ferramenta de ensino.

Pensamos que podemos utilizar diferentes tipos de fontes durante os quatro anos nos quais pretendemos concluir a pesquisa. Por exemplo, para o primeiro ano de nossa pesquisa poderia ser de interesse aprofundar com os professores e alunos o ensino do bem cultural natural “Praias de Mosqueiro”,

destacando a relação do homem com o meio natural e a sua relação com o impacto sociocultural e econômico das atividades turísticas em Mosqueiro.

Para o segundo ano, sugerimos analisar a “culinária mosqueirense” como bem cultural imaterial que lida com o preparo da tapioca, do tacacá, da maniçoba, uma cozinha mestiça de influências negra, indígena, europeia (MACEDO, 2016), vendidas em barracas de comidas típicas na Praça Matriz, refletindo essas atividades como contribuições para a História da Alimentação mosqueirense/amazônica, advindas dos indígenas e escravos africanos no período colonial.

Pretendemos reservar para o terceiro ano a indicação da escola Inglês de Souza como Patrimônio Material do lugar, a qual foi o primeiro grupo escolar de Mosqueiro (MEIRA FILHO, 1978) e foi reinaugurada em 1944 por Magalhães Barata, quando assumiu o nome atual, e com a construção em estilo arquitetônico eclético, o mesmo padrão dos chalés construídos na orla. Assim, poderíamos associar a história da escola Inglês de Souza ao estudo do Baratismo no Pará, à Era Varga e à Segunda Guerra Mundial, nos servindo dos artigos e informações dos jornais publicados, nesse período, que estão disponíveis na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>) e na Hemeroteca do Centur (Belém).

Defendemos que as ações indicadas, com a utilização do Patrimônio Cultural da Amazônia Mosqueirense, serão capazes de construir conhecimento histórico na Educação Básica, evidenciando a História como Ciência que possui seu próprio método e teoria, e que representa um elemento de reflexão necessário para a nossa vida social.

Referências

- ABREU, Regina & CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª edição 2006.
- ANJOS, Bianca Cruz dos. É domar que se avista a cidade: as implicações sociais do uso dos banhos de mar na construção do “novo” Recife. **Revista Hydra**, vol. 4, nº 8. São Paulo, 2020.
- BARROS, José D’Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BLIAZZETTO, Giovanni. Educação patrimonial, patrimônio e memória: conceitos construtores de cidadania e identidade. **Revista Latino-americana de História**, vol. 2, nº 6, 2013.
- BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 12ª Edição, 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Ja-

neiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. 12ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRANDÃO, Eduardo. Mosqueiro: a história de um arquipélago no estuário amazônico. In: **Ilhas Amazônicas**. Halley SA Gráfica e Editora, nº 1, jan. Belém, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias**. MEC. Brasília, 2000.

CARDOSO, Maria da Paz Araújo. **Ilha do Mosqueiro**: cenário de lutas amazônicas na trilha de sua sobrevivência. Belém: UFPA, CSE. Curso de Serviço Social, 2000.

CARRETERO, Mário. **Construir e ensinar as ciências sociais e a história**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CAVALCANTI, Erinaldo. Base Nacional Comum Curricular do estado do Pará: entre o prescrito e o inscrito – notas preliminares sobre o processo de construção e implantação do documento. In: FERREIRA, Ângela Ribeiro et al (Orgs.). **BNCC de história nos estados: o futuro do presente**. Editora Fi. Porto Alegre 2021.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de história. **Revista História Hoje**, vol. 2, nº 4. ANPUH, 2012.

FERNANDES, E. B. B. Do de ver de memória ao dever de História: um exercício de deslocamento. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et alii. **Qual o Valor da História Hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012, pp. 81-95.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Da identidade nacional à diversidade cultural: novos paradigmas para a preservação do patrimônio histórico. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, 2011.

FERREIRA, Ângela Ribeiro et. al. (orgs.). **BNCC de história nos estados: o futuro do presente**. Editora Fi. Porto Alegre, 2021.

FERREIRA, Marieta. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 4ª ed. rev. amp. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra. São Paulo, 1996.

FREIRE, William Fonseca. **Narrativas amazônicas no ensino de história: dos livros didáticos às visões dos alunos do ensino médio**. Dissertação de mestrado em ensino de História. Ananindeua: UFPA, 2019.

FUNARI, Pedro Paulo & PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GODOI BRANCO, Alessandra Batista de; PEREIRA BRANCO, Emerson; IWASSE, Lilian Fávoro Algrâncio; NAGASHIMA, Lucila Akiko. Urgência da reforma do ensino médio e emergência da BNCC. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 29. Rio de Janeiro, 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 28, n. 55, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: GUIMARÃES, Selva. **Didática e ensino de história**. 13ª Edição revista e ampliada. Campinas: Papirus, 2012.

HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. In: **São Paulo (Cidade)**. O direito à memória – patrimônio histórico e cidadania. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico - SP, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, vol. 22, nº 36, Belo Horizonte, 2006, pp. 261-273.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia (Org.). **Repensando o ensino de História**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 29-49.

KRAWCZYK, Nora; FERRETI, Celso João. Flexibilizar pra quê? Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 20. Brasília, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória**. 7ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2ª Edição, revisada e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2010.

LOPES, Alice Casimiro. Itinerários formativo na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. **Revista Retratos da Escola**, v. 13, n. 25. Brasília, 2019.

LOURENÇO NETO, Sydenham; RAMOS; Vinícius da Silva. História do Tempo Presente, diálogos com a História Pública e com o Ensino de História: uma experiência exploratória. **Aedus**, v.6, n. 15. Porto Alegre, 2014.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **A cozinha mestiça: uma história da alimentação em Belém**. Tese de Doutorado. Belém: UFPA, 2016.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Editora Siciliano, 1995.

MARTINS, Dayse Marinho. **As repercussões do ENEM no currículo do Ensino Médio das escolas estaduais do Maranhão: o caso do CINTRA**. Tese de doutorado em políticas públicas. São Luís: UFMA, 2019.

- MEIRA FILHO, A. **Mosqueiro**: Ilhas e Vilas. Belém: Grafisa, 1978.
- MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: entre história e memória. In: SILVA, Gilvan Ventura da et. al. (orgs.). **História e Educação**: territórios em convergência. Vitória (ES): GM/ PPGHIS/UFES, 2007.
- MORAES, Luciene M. S. As ciências humanas na matriz de referência do ENEM e sua reelaboração: fixação de sentidos por meio dos itens. **Cadernos de Educação Básica**, vol. 3, nº 1. Rio de Janeiro, 2018.
- NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, vol.13, nº 25/26. São Paulo, 1993, pp. 143-162.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. **Projeto História**, vol. 10. São Paulo: 1993.pp. 7-28.
- OJEDA, Caroline Martins. Memória e história oral na contemporaneidade e seus usos para a história do tempo presente. **AEDOS**, v.6, n. 15. Porto Alegre, 2014.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Documento curricular do Estado do Pará** – Etapa Ensino Médio. Volume II. Belém: SEDUC-PA, 2020.
- REZNIK, Luís. O lugar da História do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **História do ensino da história no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Acces, 1998.
- SANTOS, Maria Aparecida Lima dos; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; ONÓRIO, Wanessa Odorico. **Ensino de história na base nacional comum curricular (BNCC)**: sentidos de diversidade nos anos iniciais.
- SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da. BNCC, componentes curriculares de história: perspectivas de superação do eurocentrismo. **Eccos**, nº 41, 2016, pp. 91-106.
- SILVA, Francineia Pimenta e. **O ENEM e o ensino de história**: o lugar da história local no ensino médio. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Maranhão. São Luís, 2017.
- SILVA, Marcos & GUIMARÃES, Selva. **Ensinar história no século XXI**: em busca do tempo entendido. 4ª Edição. Campinas: Papirus, 2012a.
- SILVA, Sandra Siqueira da. A relação entre ciência e senso comum: para uma compreensão do patrimônio cultural de natureza material e imaterial. **Ponto Urbe** –2012b. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/359>. Acesso em: 30/02/2019.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: Questão de Método. In: Marcos A. da SILVA (org.), **República em Migalhas**. História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 17-42.
- TARGINO, Graciela Mendes Nogueira. **Base nacional comum curricular**: entre disputas de narrativas. Anais de Evento. III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem. Campo Grande: UEMS, 2018.
- TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A Educação Patrimonial no Ensino de História. **Bíblis** – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, vol. 22, nº 1, 2008.

História e Arquivologia: Experiências acadêmicas no território do Geoparque Quarta Colônia

Tatiana Godinho Martins¹

Nicole Postai Ostwald²

Janaína dos Santos Puchalski³

Maria Medianeira Padoin⁴

Introdução

O presente trabalho tem como intuito apresentar as experiências acadêmicas possibilitadas pelos Programas de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria aplicadas no território Geoparque Quarta Colônia, que abrange os municípios de Faxinal do Soturno, Silveira Martins, Ivorá, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Agudo e Restinga Seca (CONDESUS, 2019). Visa demonstrar quão enriquecedor é a prática de extensão para a bagagem, profissional, pessoal e cultural dos envolvidos.

A partir do contexto fomentado pelo Programa Educativo para o Geoparque Quarta Colônia aspirante UNESCO, o qual tem como coordenadora a professora Dr^a Maria Medianeira Padoin e, como bolsistas, Janaína dos Santos Puchalski e Nicole Postai Ostwald, observa-se que, por meio da preservação das diferentes memórias e culturas que compõem a região, promove-se a consciência de que as comunidades envolvidas assumam o protagonismo na preservação e valorização de seus patrimônios naturais e culturais, e assim do desenvolvimento sustentável. Assim, este trabalho visa dar visibilidade a algumas ações realizadas em 2022,

- 1 Acadêmica do curso de Arquivologia UFSM; Bolsista FIEIX (UFSM); técnica em processos fotográficos IFRS.
- 2 Acadêmica do curso de Arquivologia da UFSM – Universidade Federal de Santa Maria; Bolsista no Programa Educativo para o Geoparque Quarta Colônia aspirante UNESCO: identidades, patrimônios e pertencimento, da UFSM; Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos, pela FEMA – Fundação Educacional Machado de Assis.
- 3 Acadêmica do curso de Licenciatura em História da UFSM-Universidade Federal de Santa Maria; Bolsista no Programa Educativo para o Geoparque Quarta Colônia aspirante UNESCO: identidades, patrimônios e pertencimento, da UFSM; Técnica em Edificações IFFar.
- 4 Professora Titular do Departamento de História da UFSM. Coordenadora do Programa de Extensão da UFSM “Patrimônio histórico cultural, memória, educação e preservação”.

relacionadas a pensar e agir no território do Geoparque a partir de uma política de Educação Patrimonial, que tanto visa implementar uma curricularização na rede escolar, como na valorização e relação de ações que envolvem o preservar e o inovar relacionados ao patrimônio natural e cultural do território do Geoparque Quarta Colônia, aspirante a receber o selo de reconhecimento pela UNESCO, assim como um dos expoentes deste trabalho, a realização da primeira JAI Mirim.

Outro ponto que será apresentado, trata das atividades desenvolvidas através do programa FIEIX “Patrimônio histórico cultural, memória, educação e preservação” em duas localidades específicas: Faxinal do Soturno e São João do Polêsine. O Programa conta com a coordenação da professora Dra. de História Maria Medianeira Padoin e com a participação da bolsista FIEIX do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria, Tatiana Martins, com vínculo nos trabalhos desde 2020 e dando continuidade aos trabalhos que se desenvolvem desde 2015 dentro do Programa. E também, contou com a participação do bolsista FIEIX do curso de História Eduardo Prates Bordinhão. Nestes meses em que o trabalho foi desenvolvido o direcionamento se deu na preservação local/regional por meio da digitalização dos acervos fotográficos dos municípios.

Sendo assim, a abrangência em Faxinal do Soturno se deu no Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha, onde se encontra o acervo fotográfico produzido e acumulado pelo irmão pioneiro da fotografia na região. O mesmo, através de seu olhar, pode capturar o crescimento e história da comunidade faxinalense. Em São João do Polêsine, o trabalho se deu com o acervo da prefeitura com registros do progresso da localidade. Ainda, para fomentar mais a questão da valorização, preservação e resgate da memória e identidade das comunidades, fez-se entrevistas com algumas personalidades para que relataram suas vivências, saberes, fazeres, enfim, práticas típicas e ricas em conhecimento da cultura regional.

Uma atuação através do Geoparque Quarta Colônia

No ano de 2022, as ações construídas junto à comunidade do território do Geoparque Quarta Colônia buscaram principalmente dar continuidade ao trabalho realizado desde 2019. Assim, centra-se na continuidade de estabelecer uma política voltada para a Educação Patrimonial, através da implementação da curricularização da Educação Patrimonial nos municípios que compõem o território do Geoparque, seja este por Lei Municipal e/ou Resolução ou outro instrumento legal municipal. Deste modo, foram realizadas reflexões através de reuniões gerais da Comissão de Educação, Cultura e Comunicação, onde a equipe da Educação passou a reunir-se, desde dezembro de 2021, mensalmente, para definir estratégias e desenvolver conjuntos e representantes da UFSM. Além disso, nestas reuniões se debatem estratégias e elaboração de ações aplicadas principalmente junto às escolas, bem

como a adoção de projetos que envolvam a questão do Geoparque, como publicações voltadas ao ensino escolar, mini cursos e eventos.

Um dos principais trabalhos realizados diz respeito à execução do projeto piloto junto à 37ª Jornada Acadêmica Integrada (JAI) da UFSM: a JAI Mirim - um evento que foi delineado e fomentado junto à Comissão de Educação, Cultura e Comunicação do Geoparque Quarta Colônia, tendo como representantes da UFSM os professores Maria Medianeira Padoin e Jorge Alberto Soares Cruz, bem como duas bolsistas do Geoparque: Janaína dos Santos Puchalski e Nicole Postai Ostwald. Também fez parte desta equipe a servidora Giséli Duarte Bastos da Pró-Reitoria de Extensão da UFSM.

Assim sendo, para a JAI Mirim foram elaborados Formulários de Inscrição, os quais foram enviados para preenchimento pelas Secretarias de Educação dos Municípios e para diretores(as) de escolas do estado, as quais possuem ensino fundamental. Realizaram inscrição os municípios de São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Ivorá, Silveira Martins, Restinga Sêca, Dona Francisca, Agudo e Nova Palma.

Desta forma, o evento aconteceu no dia 09 de novembro de 2022, no Hall do prédio 74C, do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM, e ficou voltado aos alunos do ensino infantil, anos iniciais e anos finais da Educação Formal Escolar. Neste sentido, estiveram presentes alunos(as), professores(as), gestores das escolas municipais e estaduais, Secretarias de Educação dos Municípios e Coordenadoras Pedagógicas do Geoparque Quarta Colônia, além dos representantes e organizadores vinculados à UFSM. Os trabalhos apresentados contaram com a exposição de banners pelas escolas e experiências relacionadas ao Geoparque Quarta Colônia, onde foram abordados temas vinculados à educação patrimonial, cultura local, imigração, religiosidade, gastronomia e diversidade, englobando trabalhos sobre as comunidades quilombolas.

Sobre a questão do patrimônio do viés da cultura, temos que para Flavi Ferreira Lisboa Filho, Lucas da Silva Nunes, coautores da obra “Educação Patrimonial Em Territórios Geoparques: Uma Visão Interdisciplinar Na Quarta Colônia”, a importância da valorização da educação patrimonial, como uma ferramenta de valorização identitária e constituição da cidadania em seu meio:

É pela educação patrimonial que reconhecemos que todos grupos sociais produzem cultura e exaltamos a diversidade. Esta concepção possibilita que tenhamos uma visão ampliada de todos elementos que levaram à constituição de nosso contexto social e 173 cultural. Ela provoca aos alunos situações que levam à identidade e ao aprendizado por meio da leitura de diferentes traços culturais. Sua percepção ainda contribui para que as pessoas desenvolvam e exercitem o sentimento de tolerância. (FILHO; NUNES, 2021, p. 172 e 173).

Neste sentido, abaixo estão anexas algumas imagens que ilustram como se deu o acontecimento da primeira JAI Mirim:

Figura 1: Banner da primeira JAI Mirim 2022



Fonte: produção de Tatiana Godinho Martins, 2022.

Figura 2: Abertura da JAI Mirim com fala da Profª Maria Medianeira Padoin



Fonte: acervo pessoal de Nicole Postai Ostwald, 2022.

Figura 3: Fantasias de dinossauros como atrações da Jai Mirim



Fonte: acervo pessoal de Nicole Postai Ostwald, 2022.

Figura 4: Exemplo de um dos trabalhos apresentados



Fonte: acervo pessoal de Maria Medianeira Padoin, 2022.

Figura 5: Exemplo de um dos trabalhos apresentados

Fonte: acervo pessoal de Maria Medianeira Padoin, 2022.

Deste modo, denota-se a grande relevância das ações desenvolvidas junto a comunidade com relação a educação patrimonial, assim como, destaca-se que a JAI Mirim proporcionou um contato significativo entre a população e a Universidade, uma vez que os alunos e seus professores apresentaram os resultados de suas experiências voltadas à Educação Patrimonial e o Geoparque Quarta Colônia, traduzindo-se enfim como um trabalho que não se restringiu-se ao campo teórico, apresentando benefícios em vivências educacionais e sociais.

Incentivos à valorização da história local/regional

São João do Polêsine e Faxinal do Soturno

As atividades extensionistas que ocorreram durante a atuação do Programa FIEIX nas regiões de Faxinal do Soturno e São João do Polêsine visam a valorização da cultura local/regional propondo um resgate de memórias e incentivando a preservação dos materiais fotográficos presentes nos municípios, tal como, exemplifica CRUZ, BRITO e PADOIN (2018):

Entender as fontes documentais (acervos) enquanto um patrimônio coletivo de uma sociedade, que integra sua herança fundamental e preciosa, tanto do passado quanto para o futuro, são garantias da memória e da manutenção do sentido de existência/identidade desta sociedade. Assim, todos somos responsáveis pelo sentido e o reconhecimento de sentido que o espaço que pertencemos e vivemos possam adquirir no presente e no futuro (CRUZ, BRITO, PADOIN, 2018).

Posto isto, é necessário a compreensão da importância destes materiais fotográficos e sua classificação como um documento arquivístico. Para tanto, vale salientar:

“Primeiro, segundo Bellotto (2006), documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa, tudo que é produzido pela atividade humana. E acrescenta que, documentos de arquivo, são documentos produzidos por uma entidade pública ou privada, ou por uma família ou pessoa, no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, por motivos funcionais, administrativos ou legais, como prova ou testemunho de uma ação ou função.”(Moreira, 2017, p.11)

Tendo isto em mente, é neste meio que se insere a necessidade das atividades que foram realizadas, pois, os povos precisam fazer a guarda, arquivamento, classificação e preservação dos documentos. Utilizando-se de práticas e técnicas conceituadas da arquivologia que permitem o armazenamento e organização destes materiais. Além disso, está intrinsecamente ligado com a história, essa área engloba toda evolução e registros dos seres humanos, e os que foram tratados no Programa classificam-se com cunho histórico. Ou seja, são fontes históricas para os estudiosos da área e servem como base para o entendimento de determinado povo e/ou período. Sendo assim, as fotografias possuem um valor imensurável por se tratarem de uma relevante fonte de informação, pensando na abrangência de conteúdos históricos e culturais que estão dentro delas. Tal como, Batista, comenta:

“A fotografia é a marca cultural de uma época (pelo passado ao qual remete, e também pelo que traz à tona). Revelando, através do olhar fotográfico, um tempo e espaço que fazem sentido (individualmente, que envolve a escolha realizada; e coletivamente, remetendo ao sujeito e sua época). Considerando a dimensão simbólica do espaço geográfico enquanto paisagem, torna-se relevante pensar nas experiências e percepções da fotografia, a partir da fenomenologia, para entender as múltiplas formas de significações simbólicas que ela pode adquirir por onde circula.” (BATISTA, 2017, p.47)

Por isso, a composição fotográfica proporciona as memórias coletivas e individuais de grupos sociais, como por exemplo, registrando festividades, eventos, momentos simbólicos/significativos para determinada região, são imagens tão importantes quanto monumentos por representarem a mesma coisa: A história da humanidade. Tal fato, faz íntima ligação com os sujeitos por os fazerem se identificar com aquilo presente ali, demonstrando seus antepassados, suas origens e propiciando para os mesmos uma bagagem cultural. Desta forma, é deste conceito que surge a necessidade do reconhecimento desses registros como patrimônio.

Salvaguarda física dos materiais fotográficos

Assim, dando continuidade às atividades de extensão aprovadas no Edital FIEIX de 2021, atuou-se em dois locais: O Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha situado em Faxinal do Soturno, conta com um enorme acervo oriundo de Amir Trevisan (conhecido como Cacique) e Irmão Ademar da Rocha, dois membros da comunidade que no decorrer de sua trajetória tornaram como hábito a captura dos momentos do meio em que estavam inseridos. Em São João do Polêsine o trabalho foi realizado no acervo fotográfico da Prefeitura Municipal. Deste modo, em ambos os locais, o procedimento escolhido visando a preservação destes materiais foi a digitalização, segundo as Diretrizes de Digitalização de Documentos, de 2020, onde conceitua algumas formas de Unidade Técnica de Digitalização (UTD), a referida seria:

com recursos próprios da instituição: equipe qualificada, espaço físico, equipamentos especializados e infraestrutura computacional exclusivamente da instituição produtora; (DIRETRIZES PARA A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO NOS TERMOS DO DECRETO Nº 10.278/2020, p.13)

Em um primeiro momento, vale pontuar que as fotografias passaram por um processo de higienização para que fosse possível aplicar a técnica de digitalização em todas. Para tanto, de maneira cuidadosa foi retirado todas sujidades que prejudicava os materiais. No que concerne ao acervo fotográfico de São João do Polêsine, as mesmas estavam armazenadas dentro de álbuns e envelopes. E em Faxinal do Soturno, em sua grande maioria se encontravam expostas em painéis de vidro, e com isso, estavam cominadas a sofrer com as intempéries do ambiente, ou seja, o efeito da luz, as mudanças climáticas, poeira e entre outros fatores que podem ocasionar na degradação dos materiais. Também, a Prefeitura Municipal contou com o apoio da comunidade para enriquecer ainda mais o acervo do museu, para isso, foram doados de alguns moradores fotografias que contam também a história do município. E nestes, foi feita uma seleção e armazenagem, dando continuidade ao legado de Irmão Ademar e Amir Trevisan.

Figura 6: Bolsista Tatiana fazendo remoção de fotografias em álbuns.



Fonte: Acervo pessoal de Eduardo Prates Bordinhão, 2022.

Então, em São João do Polêsine, os materiais em forma física foram reorganizados e alocados em novos álbuns fotográficos para prevenir sua deterioração com o tempo. Além disso, foi realizada uma pesquisa para inserir legenda na maioria das fotos, e separadas por temáticas, como por exemplo: temas políticos, religiosos, culturais e entre outros.

Figura 7: Álbuns armazenados em álbuns e posteriormente em uma caixa para ser entregue na Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.



Fonte: Acervo pessoal de Eduardo Prates Bordinhão, 2022.

Em Faxinal do Soturno, tal como no outro município, foram alocadas em álbuns fotográficos, porém, visando que muitos dos registros se encontram em formato A4, optou-se por armazenar estes em pastas. Assim, adaptando os tamanhos aos materiais disponíveis para utilização e objetivando uma maneira mais adequada para acomodar e padronizar os mesmos. As pastas foram divididas por décadas, e foram feitas duas pastas especiais para o Irmão Ademar e para o Padre Luiz Sponchiado. Em suas identificações foram colocadas descrições nas quais se possuía o conhecimento acerca do que se tratava e, na contracapa da pasta, inseriu-se uma folha com a explicação das fotos que fazem parte da coleção da década, para tornar mais fácil para o usuário encontrar aquilo que lhe for pertinente.

Figura 8: Registro dos materiais fotográficos do Museu Irmão Ademar da Rocha em Faxinal do Soturno, alocados em pastas para melhor acondicionamento das fotografias.



Fonte: Arquivo Pessoal Tatiana Martins, 2022.

Salvaguarda digital dos materiais fotográficos e difusão

Posto isso, de maneira digital foram armazenados em pendrive e na plataforma Google Drive. Deste modo, para que a comunidade possa usufruir destas memórias capturadas, um site foi criado para que essas imagens possam estar disponíveis para o público em geral, promovendo o acesso. Pontua-se que para que as ações fossem efetivadas houve o apoio das prefeituras municipais assim como da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto de Faxinal do Soturno e São João do Polêsine.

A premissa básica desta parte do Programa é promover a difusão e acesso do público aos materiais fotográficos, que podem servir como fonte de pesquisa, ou até mesmo para a comunidade fazer um resgate de seus antepassados. Para que, além da salvaguarda de sua forma física em seus respectivos municípios,

tenha-se a opção de acessar todo o acervo de maneira *on-line*, com um *site* vinculado à prefeitura. As fotografias possuem seu espaço em arquivos, ou seja, na Arquivologia e na História, pois são uma fonte primordial de informações. Deste modo, quando se observa pelo viés cultural e histórico, estes registros precisam estar disponíveis para o público em geral, para que além da exposição no museu, ou o acesso físico, tenha-se a opção de armazenar esses registros de maneira digital. Para, com isso, serem usufruídos de maneira fluída, fácil e rápida pelos usuários interessados nestes.

Com esta perspectiva da valorização destes materiais, a criação de um *site* que englobe os mesmos precisa ter qualidade, com conteúdo relevante, ou seja, em Faxinal do Soturno o *site* conterà a história do Museu Fotográfico, do Irmão Ademar e da Quarta Colônia, assim trazendo um contexto ao usuário. Em São João do Polêsine tal ponto não se faz necessário por tratar-se de um domínio dentro do próprio site oficial do município, ou seja, o mesmo já contém estes elementos. Ainda no que tange ao museu, serão inserido os dados para contato dos responsáveis pelo mesmo, neste caso, a Secretária de Educação, Turismo e Desporto de Faxinal do Soturno, com a respectiva coordenadora de Turismo como responsável pelo espaço, caso haja alguma dúvida ou interesse em visitar as instalações. As fotografias devem estar todas descritas, seguindo as “diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas”, salvo exceções sem possibilidade de descrever. Para o CONARQ (2000, p. 3):

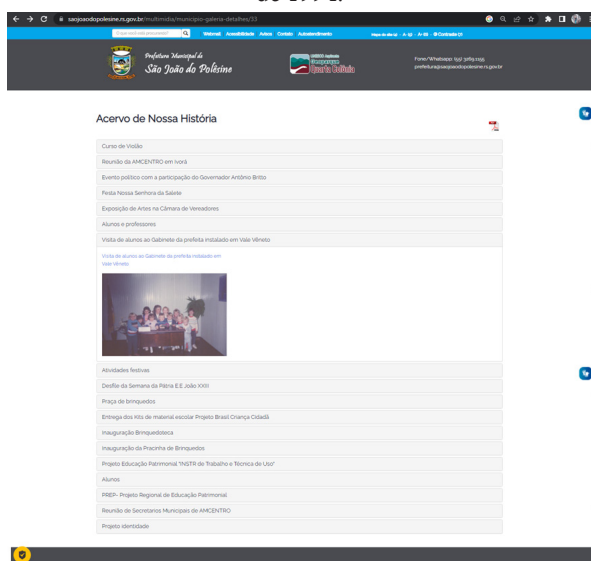
O website de uma instituição arquivística deve ser visto como um instrumento de prestação de serviços – dinâmico e atualizável – e não simplesmente como a reprodução de um folder institucional. Trata-se, na verdade, de um espaço virtual de comunicação com os diferentes tipos de usuários da instituição a ser gerenciado como parte da política de informação da instituição. Dado o potencial e as características da Internet, este espaço, além de redefinir as formas de relacionamento com os usuários tradicionais, poderá atrair outros que, por várias razões, difícil ou raramente procurariam o Arquivo como realidade física.).

A proposta do Conselho Nacional de Arquivos – *CONARQ*, que apresenta “as diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas”, agrupa os elementos em três grandes grupos: (CONARQ, 2000, p. 4):

- Conteúdo – aspectos gerais: objetivos do site, informações sobre a instituição; adequação da linguagem; responsável pela página; informação sobre material protegido por *copyright*, entre outros;
- Conteúdo – aspectos arquivísticos - Informações sobre: acervo; instrumentos de pesquisa; serviços oferecidos; métodos de trabalho arquivístico; legislação, etc;
- Desenho e estrutura: domínio; mapa do website; mecanismos de busca; contador de acesso; utilização de recurso gráfico, entre outros.

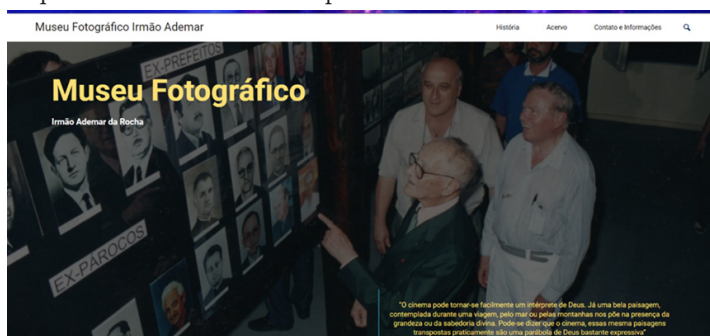
Enfim, buscar esse equilíbrio é um dos pontos chaves para o sucesso deste projeto, para que o mesmo atenda aos interesses do usuário, seja ele qual for. Assim, fazendo também com que a bolsista responsável pela criação do *site* possa utilizar todos recursos que a *web* oferece, tanto para a promoção do espaço físico do museu, dos acervos, da cultura local e regional, como para divulgação dos atrativos dos municípios. Também para interagir e se relacionar com os usuários, garantindo desta forma que todos os esforços sejam direcionados à obtenção de resultados positivos.

Figura 9: Detalhe do site da Prefeitura de São João de Polêsine, na seção relativa ao ano de 1994.



Fonte: <https://saojoaodopolesine.rs.gov.br/multimidia/municipio-galeria-detalhes/33>. Acesso em 30 Jan. 2022.

Figura 10: Página de apresentação do site do Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha que está sendo desenvolvido pela Bolsista FIEX Tatiana Martins.



Fonte: Arquivo Pessoal Tatiana Martins, 2022.

A salvaguarda das memórias orais

Por fim, pensando na preservação do que não está registrado em documentos de papel, como comenta CRUZ, FLORES, CARVALHO (2016):

Podemos afirmar que a cultura dos habitantes da Quarta Colônia pode ser vista como um processo identitário de grupos, e que esta cultura muitas vezes não está registrada em um suporte documental, mas, sim, é transmitida de uma geração para outra através dos arquivos orais, ou através de usos e costumes, ou seja, ela está na memória dos grupos. (CRUZ, FLORES, CARVALHO, 2016, p.52).

Portanto, para manter viva esta história oral, o Programa contou com a atuação dos bolsistas para realizar entrevistas com membros da comunidade, para então, tornar documentado os acontecimentos, fatos históricos do desenvolvimento das regiões, que até então, estavam apenas nas memórias daqueles que as vivenciaram.

Assim, todas as entrevistas foram gravadas (áudio e vídeo) e posteriormente transcritas para fazerem parte do acervo de suas respectivas prefeituras, para que com o decorrer dos anos, nada se perca e nem mesmo seja esquecido. Bem como, Valserina Bulegon Gassen, ex prefeita e ex professora em São João do Polêsine, uma das entrevistadas coloca em pauta: “A gente sempre se emociona quando vê o interesse dos alunos para preservar, conhecer e preservar principalmente a nossa história e a nossa memória. E aqui da Quarta Colônia nós temos um diferencial, não se quer perder nada”. (GASSEN, Valserina. 2022).

Figura 11: Coleta de entrevista junto a Secretária Executiva do CONDESUS, Valserina Bulegon Gassen.



Fonte: Acervo pessoal de Maria Medianeira Padoin, 2022.

Por conseguinte, em ambos municípios que foram alvos das atuações, foram utilizados roteiros elaborados com a parceria dos bolsistas e coordenadores do Programa, apresentando perguntas semiestruturadas e enviando previamente aos entrevistados. Os arquivos gravados, com a permissão dos entrevistados foram salvos no Google Drive, e posteriormente em pendrives para entrega em nos respectivos municípios, deixando-os como parte do acervo das prefeituras.

Considerações Finais

Como resultado das ações no contexto das ações voltadas a Curricularização Patrimonial, tem-se a observação da ampla adesão das escolas dos municípios que compõem a região da Quarta Colônia na busca e concretização de um ensino que ocorra de maneira multidisciplinar, mesclando os conteúdos teóricos e programáticos referentes a cada disciplina com as amplas possibilidades que a questão do patrimônio cultural e natural do Geoparque Quarta Colônia oferece. Relacionado a este, temos a adoção de uma política de curricularização da Educação Patrimonial, como implementação de Lei ou Resolução Municipal que garante a continuidade e permanência. Neste sentido, têm-se ações visando a formação continuada aos docentes por intermédio da Universidade, como a abertura do ano letivo de 2022, com evento, em que foram palestrantes principalmente professoras(es) que são egressas(os) ou alunas(os) dos Programas de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e de História da UFSM; a organização da IV Jornada Interdisciplinar de Formação Continuada para professores em Educação Patrimonial para o Geoparque Quarta Colônia. No que tange a essa questão, a continuidade da oferta de vagas especiais junto ao Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, que fomenta a qualificação e formação destes docentes, com produtos voltados para a área e região. Dentre estes importantes resultados, denota-se, da mesma forma, a realização do projeto piloto, a primeira JAI Mirim, junto à 37ª Jornada Acadêmica Integrada da UFSM, evento voltado aos alunos e seus professores do ensino infantil, anos iniciais e de anos finais das escolas dos municípios do território do Geoparque Quarta Colônia, com experiências a partir da perspectiva da Educação Patrimonial e do Geoparque Quarta Colônia.

Quanto à atuação em Faxinal do Soturno e São João do Polêsine, é mister registrar que o Programa reuniu três tipos de troca de conhecimentos. Primeiramente, nas técnicas necessárias para manuseio dos materiais, segundo na organização/pesquisa para organizá-los de maneira coerente e orgânica, onde há inúmeras possibilidades de exploração, com toda sua força e potencial

histórico. E em terceiro lugar, a possibilidade de ouvir de fontes vivas sobre a história local/regional, oportunidade notável para quem se interessa em compreender a Região da Quarta Colônia e suas particularidades.

E ainda, entender o quão valorizados os entrevistados se sentem por contribuir com a história de seus municípios, de suas origens e de seu meio. Ainda, a orientação especialmente da Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin e do Prof. Dr. Jorge Alberto Soares Cruz foram primordiais para a execução de todos os objetivos propostos ao longo do Programa, além, do apoio e atenção da prefeitura de São João do Polêsine e Faxinal do Soturno, bem como do CONDESUS Quarta Colônia.

Enfim, com essas ações alavancadas pelo sentimento e necessidade de fazer crescer nas pessoas a valorização de suas respectivas raízes culturais, é possível observar o engajamento dos bolsistas, professores, comunidade e autoridades, para que este Programa fosse eficaz. E com isso, destaca-se a importância da interdisciplinaridade e diálogo acadêmico proporcionados pela Extensão, que permite através do ensino e pesquisa essa interação entre os meios, agregando valores pessoais e profissionais.

Referências

BATISTA, Martha Raquel de Souza. **O patrimônio cultural através da fotografia e a fotografia como patrimônio cultural**: interfaces entre fotografia e patrimônio. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão de Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas. Rio de Janeiro: CONARQ, 2000. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Diretrizes_Construcao_websites.pdf>. Acesso em 10 jan. 2023.

CRUZ, Jorge Alberto Soares; DE BRITO, Luciana Souza; PADOIN, Maria Medianeira. **HISTÓRIA E MEMÓRIA DE BAGÉ**: INTERSECÇÕES ENTRE O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFSM, O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL E MUSEU DOM DIOGO DE SOUZA. Revista do CEPA, v. 37, n. 49, 2018.

CRUZ, Jorge Alberto Soares; FLORES, Daniel; CARVALHO, Tamiris. Colcha de Retalhos. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 24, n. 2, p. 47-64, 2016.

GASSEN, Valserina Maria Bulegon. (Setembro/2022). Entrevistadores: Tatiana Godinho Martins, Eduardo Prates Bordinhão e Maria Medianeira Padoin, 2022. Arquivo mp3 (58min).

PADOIN, M.M; BARBOSA, H X., ALVES, B (org.). **Patrimônio histórico e cultural Geoparque Quarta Colônia**: memória, educação e preservação. Santa

Maria, RS: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 2021.

PADOIN, Maria Medianeira; FIGUEIRÓ, Adriano, CRUZ, Jorge Alberto Soares (org.). **Educação patrimonial em territórios geoparques**: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021.

A contribuição das Irmãs Franciscanas para o desenvolvimento de Santa Maria – RS (1955-2018): um olhar sobre as fontes documentais

Luciana Souza de Brito¹

Introdução

Esta pesquisa tem por motivação dar visibilidade ao papel empreendedor das Irmãs Franciscanas no campo da educação em Santa Maria e sua contribuição para o desenvolvimento local, no período que compreende os anos de 1955 a 2018. A escolha desse período temporal diz respeito ao início das atividades das Irmãs Franciscanas no ensino superior no município (1955), até a constituição da Universidade Franciscana (2018).

Nesse sentido, em um primeiro momento, fez-se uso de um conjunto de fontes documentais (textuais, iconográficas, jornalísticas) e bibliográficas para coletar informações sobre a trajetória e atuação das Irmãs Franciscanas em Santa Maria. Além disso, utilizaram-se fontes orais para a coleta de informações para a realização desta pesquisa.

Em termos metodológicos, adotou-se uso da abordagem de Kossoy (2001) para análise iconográfica e iconológica dos registros fotográficos. Para os documentos dos arquivos das Instituições consultadas, durante a pesquisa documental, fez-se a leitura pormenorizada dos documentos administrativos relativos ao período. Quanto aos jornais, seguiram-se as orientações de Luca (2015), em que, ao identificar a fonte jornalística, evidenciam-se as características de ordem material do periódico. Por fim, quanto ao uso de fontes orais, adotaram-se as metodologias de Delgado (2010) e Alberti (2013), pois pretendeu-se trabalhar com as lembranças de sujeitos que estiveram presentes em diferentes momentos da trajetória das Instituições gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas. Com essa pluralidade de fontes exploradas neste estudo, foi possível o entrecruzamento de informações, as quais possibilitaram um maior entendimento sobre o tema da pesquisa, além de consolidar algumas hipóteses de trabalho, na medida em que foram sendo confirmadas a partir dos dados encontrados nas fontes documentais.

¹ Doutora em História, Profa. do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Email: lucyanabrito@yahoo.com.br.

Diante do exposto, a pesquisa demonstrou como a atuação das Irmãs Franciscanas foi fundamental para a criação de diferentes instituições de ensino superior em Santa Maria, entre o período de 1955 a 2018, e o quanto essa ação foi relevante para o desenvolvimento local. Dessa forma, colocou-se em destaque como as instituições de ensino superior criadas e gerenciadas pela Congregação das Irmãs Franciscanas atuaram de forma positiva para o desenvolvimento local, visto que contribuíram com a expansão das atividades de ensino superior, mas também com o incremento das atividades de cunho social e econômico no município.

Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã: origens e atuação

A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã foi fundada em 1835, em Heythuysen, na Holanda, tendo como superiora Catarina Damen (Madre Madalena). Inicialmente dedicada ao cuidado de doentes e ao ensino fundamental, a Congregação, em pouco tempo, expandiu suas ações para outras localidades, ultrapassando o território holandês (ACKERMANS; OSTERMANN; SERBACKI, 2000).

Figura 01: Madre Madalena – fundadora da Congregação



Fonte: Metz (1917, p. 6).

No Brasil, as ações da Congregação tiveram início em 1872, com a instalação da primeira comunidade, composta por seis irmãs, em São Leopoldo, no RS. Com o passar dos anos, mais irmãs franciscanas chegaram ao Brasil para expandir as ações da Congregação, formando novas comunidades em diferentes cidades e estados brasileiros.

Foi assim que, em 1903, um grupo de quatro irmãs chegou em Santa Maria para atender, inicialmente, no Hospital de Caridade, recém-criado no município. Dois anos mais tarde, uma nova comunidade foi criada no município, dessa vez para o desenvolvimento de ações no campo da educação, com a fundação do Colégio Sant'Anna.

Também no ano de 1903, a Congregação expandiu-se e formou civilmente a Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis – Zona Central (SCALIFRA-ZC), localizada em São Leopoldo – RS, e a Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis – Zona Norte (SCALIFRA-ZN), localizada em Santa Maria – RS, as quais são responsáveis pelo gerenciamento das instituições pertencentes à Congregação. Tal ação proporcionou uma melhor organização administrativa das instituições da Congregação no Brasil.

A partir da atuação no Hospital de Caridade e Colégio Sant'Anna a Congregação ampliou suas ações no município, atuando nas instituições descritas a seguir, em ordem cronológica:

- 1923 – Colégio Santa Teresinha – da Cooperativa da Viação Férrea, hoje Colégio Estadual Manoel Ribas;
- 1932 – Casa de Saúde;
- 1914 – Orfanato São Vicente de Paulo – transformado em Educandário São Vicente de Paulo;
- 1926 – Asilo Padre Caetano;
- 1952 – Escola Santo Antônio (BRITO, 2010).

Nesse contexto, pode-se afirmar que as ações iniciais no campo da educação fundamental foram essenciais para a atuação posterior da Congregação no ensino superior. O colégio Sant'Anna, criado em 1905, foi protagonista no processo de implantação do ensino superior pela Congregação, pois sua estrutura física (salas de aula, banheiros, biblioteca) foi amplamente utilizada nos primeiros anos, até a construção e adaptação de novos espaços para uso das primeiras faculdades criadas.

A atuação das Irmãs Franciscanas no ensino superior em Santa Maria tem início em 1955, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC) e da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM). Essas instituições foram muito importantes, pois ajudaram posteriormente na criação da Universidade de Santa Maria (USM), em 1960, primeira Universidade criada fora de uma capital, instalada no interior do estado do RS (BRITO, 2021).

Entretanto é importante destacar que esse foi apenas o começo da atuação das Irmãs Franciscanas, que, num processo de crescimento e expansão, foram construindo as bases para a criação da Universidade Franciscana (UFN), em

2018. Assim, de forma retrospectiva, é relevante abordar que a Congregação, em 1995, tomou a decisão de unificar a FIC e a FACEM, dando origem às Faculdades Franciscanas (FAFRA). Três anos mais tarde, ocorre a transformação desta em Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Nessa conjuntura, enquanto centro universitário, a instituição foi consolidando suas ações, estruturando suas rotinas e procedimentos para, em 2018, finalmente, transformar-se em Universidade Franciscana.

Essa trajetória institucional trouxe contribuições ao desenvolvimento de Santa Maria. Segundo Brito (2021), o papel empreendedor das Irmãs Franciscanas trouxe modificações no contexto econômico e social de Santa Maria, os quais podem ser observados nos períodos de constituição de cada instituição de ensino superior gerenciada pela Congregação. Maiores informações sobre esse processo são abordadas na próxima unidade.

O desenvolvimento de Santa Maria a partir da atuação das Irmãs Franciscanas

A atuação das Irmãs Franciscanas em Santa Maria modificou o contexto educacional do município. Inicialmente, houve no ensino fundamental, com a criação de diferentes escolas e, posteriormente, quando iniciaram as atividades no campo da educação superior.

O destaque das ações analisadas nesta pesquisa tem relação com a atuação das Irmãs Franciscanas em atividades do ensino superior. Dessa forma, os dados apresentados a seguir serão relacionados com as instituições criadas em três períodos distintos: nos anos 1950, 1990 e 2000. Acerca das atividades desenvolvidas pelas Irmãs Franciscanas, Brito (2021, p. 271) destaca que

[...] abordar o contexto do ensino superior em Santa Maria nos anos 1950, compreende entender quais Instituições foram criadas no período, qual a sua vinculação administrativa em termos de reponsabilidade legal, qual a área de oferta dos cursos e como tais Instituições favoreceram o desenvolvimento local.

Assim, no que diz respeito às ações dos anos 1950, tem-se a criação de duas instituições de ensino superior, as primeiras gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas, a FIC e a FACEM. Essas duas instituições foram pioneiras, inovando no contexto da educação superior a partir do momento em que se instalaram em um local que não dispunha de Instituições de Ensino Superior com oferta nas áreas do conhecimento por elas atendidas. Antes da instalação da FIC e da FACEM, Santa Maria dispunha de apenas duas outras Instituições de nível superior, a Faculdade de Farmácia (fundada em 1931) e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (fundada em 1953).

A atuação da FIC e da FACEM produziu efeitos no contexto econômico local, pois manter os estudantes na cidade e trazer tantos outros para estudarem nos cursos ofertados pelas respectivas instituições promoveu o comércio local, uma vez que esses jovens precisavam alimentar-se, vestir-se e hospedar-se na cidade durante a sua formação. Assim, no aspecto econômico, essas instituições de ensino promoveram a geração de campos de trabalho, especialmente na prestação de serviços aos alunos dos cursos ofertados, evidenciando o empreendedorismo feminino desenvolvido pelas Irmãs Franciscanas.

Ao abordar um panorama sobre o quantitativo de estudantes no município, Brito (2021) apresenta as seguintes informações. Em 1952,

[...] Santa Maria tinha vinte mil trezentos e noventa e três (20.393) alunos, com a seguinte distribuição: quinze mil duzentos e sessenta (15.260) no curso elementar e cinco mil, cento e trinta e três (5.133) no curso secundário e superior. As Instituições que ofertavam o curso secundário consistiam em quatro (4) Ginásios, quatro (4) Colégios, duas (2) Escolas Técnicas de Comércio e uma (1) Escola Normal, sendo que, em nível superior, havia apenas a Faculdade de Farmácia. Considerando esses números, é visível o porquê da instalação de novas Instituições de Ensino Superior no município, motivo pelo qual, já em 1953, diferentes iniciativas foram tomadas, como a criação da FIC, da FACEM, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e a Faculdade de Medicina (BRITO, 2021. p. 288).

Em continuidade, no que se refere ao número de alunos no município, Brito (2021) apresenta números expressivos, que trazem um panorama do contexto educacional no período. Assim, para o ano de 1954, destaca-se a existência de

[...] treze mil novecentos e oitenta e seis (13.986) estudantes, quase um terço da sua população, distribuídos em: cento e oitenta e sete (187) escolas, das quais cento e quarenta e sete (147) municipais, quatorze (14) estaduais e vinte e uma (21) particulares; cinco (05) cursos supletivos; duas (02) Faculdades (de Farmácia e de Medicina) (BRITO, 2021, p. 288).

Diante do exposto, compreende-se porque a FIC e a FACEM foram criadas no município. Havia um quantitativo alto de estudantes a atender, os quais, segundo José Mariano da Rocha Filho² (1955), atingiram o número de 20 mil em 1955. A instalação das faculdades gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas a partir da Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis – Zona Norte (SCALIFRA-ZN) tinha por função atender esse público de estudantes, colocando mais uma possibilidade de estudos à sua disposição, e contou, como consequência, com o incremento do comércio local.

Para analisar como o comércio local foi se desenvolvendo a partir da atuação das Irmãs Franciscanas, utilizaram-se os dados da Agência de

2 Fonte: discurso proferido pelo Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho, na aula inaugural da FACEM, em 31 de maio de 1955.

Desenvolvimento de Santa Maria, com um estudo sobre os indicadores do município. O indicador econômico, apresentado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), traz o Produto Interno Bruto (PIB) do setor de serviços de Santa Maria, formado pela prestação de serviços públicos, além dos serviços privados e do comércio. Assim, no período anterior à criação das instituições gerenciadas pela SCALIFA-ZN, tem-se os seguintes dados: “em 1949, o PIB era de duzentos e trinta e um mil oitocentos e vinte Cruzeiros (Cr\$ 231.820,00), o que equivale, atualmente, a duzentos mil e cinquenta e cinco reais e setenta e seis centavos (R\$200.055,76)” (BRITO, 2021, p. 289).

A partir da criação da FIC e da FACEM, esse número aumenta consideravelmente. Em 1959, o PIB chega a “[...] dois milhões cento e oitenta e cinco mil e setecentos e oito Cruzeiros (Cr\$2.185.708,00), o que equivale, atualmente, a trezentos e noventa e um mil trezentos e trinta e cinco reais e setenta centavos (R\$ 391.335,70) [...]” (BRITO, 2021, p. 289).

Ao analisar esses números, pode-se inferir que são decorrentes de duas atividades distintas, mas com expressiva atuação no município. A primeira, decorrente das atividades do contingente militar (uma particularidade local, tendo em vista o quantitativo de Instituições militares presentes no município), e a segunda, referente aos servidores das Instituições de ensino presentes que se constituem na grande população flutuante no município de Santa Maria. Entre as Instituições de ensino, destacam-se as Instituições particulares criadas em 1955 (FIC e FACEM), mantidas pela SCALIFRA-ZN, as quais contribuíram para a elevação desses valores.

No período dos anos 1990, as atividades promovidas pelas Irmãs Franciscanas culminaram com a unificação da FIC e da FACEM na constituição da FAFRA. Essa unificação inicialmente ocorreu tendo em vista a necessidade de um melhor aproveitamento de recursos humanos e materiais, bem como o desenvolvimento de ações para a expansão dos cursos da nova instituição. Dessa forma, essa instituição também contribuiu para a modificação no contexto econômico em Santa Maria.

De acordo com Brito (2021), em 1991, o contexto educacional de Santa Maria era formado por

[...] cento e setenta (170) escolas da rede municipal (de primeiro grau completo e incompleto tanto em zona rural como zona urbana), trinta e seis (36) escolas da rede estadual (de segundo grau, primeiro e segundo graus e de primeiro e segundo graus completos), três (03) escolas da rede particular (de segundo grau, primeiro e segundo graus), sete (07) cursos supletivos [...] (BRITO, 2021, p. 295).

Considerando esse contingente, os quais os egressos poderiam vir a ser alunos da FAFRA, havia um mercado em aberto para oferta de cursos

de graduação. Assim, a FAFRA precisava ampliar a oferta de cursos visando atender esse público, o que ocorreu de forma gradativa nos anos em que a Instituição esteve atuando no município.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a presença da FAFRA contribuiu de forma significativa para o contexto econômico de Santa Maria, na medida em que os discentes da Instituição, oriundos da própria cidade ou de cidades do entorno, utilizaram os serviços de ensino da Instituição. Mas não somente esse serviço, muito frequentemente também fizeram uso de serviços de moradia, alimentação e atividades culturais, contribuindo com a geração, ampliação e circulação de renda no município.

De acordo com a Agência de Desenvolvimento de Santa Maria, a partir do indicador econômico da FEE, o PIB do setor de serviços apresentou, nos anos 1990, o seguinte valor: vinte e dois milhões quatorze mil novecentos e quarenta e nove cruzados novos (NCZ\$ 22.014.949,00), o que equivale a um milhão quinhentos e trinta e dois mil setecentos e setenta e um reais com doze centavos (R\$ 1.532.771,12) (BRITO, 2021). Esses valores trazem uma realidade do setor de serviços num momento anterior a instalação da FAFRA, quando as Irmãs Franciscanas ainda tinham atuação em duas instituições no município, a FIC e a FACEM.

Transcorridos alguns anos, já com a atuação da FAFRA, em 1996, os valores aumentaram para dois milhões duzentos e vinte e dois mil duzentos e noventa reais e quarenta e um centavos (R\$ 2.222.290,41). Registra-se o aumento significativo do PIB na área de serviços, na qual inserem-se as ações referentes à oferta do ensino superior particular na cidade. Nesse contexto, pode-se afirmar que a FAFRA, enquanto Instituição de Ensino Superior particular, contribuiu com esse indicador a partir da prestação de serviços de ensino à comunidade acadêmica residente no município, mas também dos municípios do entorno da região central do estado (BRITO, 2021).

Nos anos 2000, tem-se a constituição do Centro Universitário Franciscano. Essa instituição, gerenciada pela SCALIFRA-ZN, trouxe o desenvolvimento econômico, mas também modificações expressivas no espaço urbano do município. Se, no período de 1980 até os anos 2000, a estratégia de expansão física adotada pelas Irmãs Franciscanas privilegiava o Conjunto I (Prédio I, situado à rua dos Andradas), nos próximos anos, com a UNIFRA, a ampliação ocorreu em outras áreas físicas (PEREIRA; QUERUZ, 2020).

No que diz respeito à estruturação geográfica das instituições de ensino superior das Irmãs Franciscanas, é a partir da instalação da UNIFRA que estas tornam-se mais evidentes. Acerca da distribuição espacial, Brito (2021, p. 304) aborda que

[...] ações foram promovidas no sentido de interligação dos prédios e acesso facilitado. Um destaque do período foi a construção do prédio da administração central, o qual modificou a configuração espacial do quadrante em que se situam as instalações da Instituição na cidade. Assim, as ações de expansão física iniciam-se na FAFRA (sem evidências externas) e ficam visíveis durante a constituição e crescimento da UNIFRA.

A Figura 02: Distribuição espacial do Conjunto I, inserida a seguir, apresenta essa transformação, pois registra uma visão aérea das estruturas prediais do Conjunto I da Instituição. Na imagem (Figura 02), estão representadas as seguintes estruturas prediais do Conjunto I: Prédio n. 1 – que abrange as salas de aula (prédio inicial da FIC); Prédio n. 2 – essencialmente com caráter administrativo; Prédio n. 3 – corresponde à administração central e abriga o gabinete da Reitoria e Pró-reitorias, entre outras unidades; o Prédio n. 4 – com o Colégio Sant’Anna e o n. 5 – com prédio anexo ao anterior.

Figura 02: Distribuição espacial do Conjunto I



Fonte: acervo iconográfico, Universidade Franciscana [199-/200-].

Na próxima imagem (Figura 03), também se apresentam aspectos da infraestrutura predial da instituição, englobando outra área do espaço urbano de Santa Maria, próxima ao Conjunto I. A Figura 03 tem a representação das seguintes estruturas prediais: Prédio 1 – Educandário São Vicente de Paulo; Prédio 2 – refere-se ao prédio 16, do Conjunto III; Prédio 3 – prédio 17, do Conjunto III. Tais estruturas são representativas do crescimento da instituição em relação à oferta de cursos e necessidade de criação de espaços de sala de aula, laboratórios, entre outros.

Figura 03: Prédios dos Conjuntos II e III



Fonte: acervo iconográfico, Universidade Franciscana [199-/200-].

Dessa forma, além da configuração espacial, em que as Irmãs Franciscanas acabaram por modificar o contexto urbano do município, tem-se também sua contribuição com a economia do município. Para analisar os fatores econômicos, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística, os valores do PIB entre os anos de 1998 e 2015 são os apresentados no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Valores do PIB de Santa Maria no período de 1998 a 2015

ANO	PIB	ANO	PIB
1998	R\$ 2.312.110,60	2008	R\$ 2.954.794,64
1999	R\$ 2.397.593,08	2009	R\$ 2.992.036,18
2000	R\$ 2.349.301,99	2010	R\$ 3.257.568,49
2001	R\$ 2.273.404,71	2011	R\$ 3.314.676,00
2002	R\$ 2.493.599,14	2012	R\$ 3.799.131,26
2003	R\$ 2.460.934,34	2013	R\$ 4.360.695,67
2004	R\$ 2.517.765,17	2014	R\$ 4.940.803,60
2005	R\$ 2.631.645,85	2015	R\$ 4.874.044,52
2006	R\$ 2.784.427,66	-	-
2007	R\$ 2.956.226,81	-	-

Fonte: Brito (2021), com base em Agência de Desenvolvimento de Santa Maria e dados da FEE (2011).

Ao analisar os dados do Quadro 1, percebe-se que estes demonstram que o setor de serviços foi uma área do município de Santa Maria que teve um crescimento constante ao longo dos anos em que o estudo foi realizado, considerando o período de 1998 a 2011. De acordo com Brito (2021), entre os anos 2000 e 2001, há uma exceção, em que se percebe ausência de crescimento, período em que os dados apresentam mais uma estagnação do que um decréscimo de valores. No entanto, nos próximos anos, o crescimento é constante, o que permite afirmar que, nesses anos, a UNIFRA, enquanto Instituição de Ensino Superior gerenciada pela SCALIFRA-ZN, inserida na área de prestação de serviços, contribuiu com esses valores.

Diante do exposto, assim como ocorreu enquanto FAFRA, FIC e FACEM, a UNIFRA contribuiu para o setor de serviços. Os seus discentes e docentes utilizaram a infraestrutura local de moradia, alimentação, bem como atividades culturais, gerando e ampliando a circulação de renda no município.

Fontes documentais sobre o tema: reflexões

Nesta pesquisa, tomou-se por base um conjunto de fontes documentais, as quais complementaram-se entre si para obtenção dos resultados aqui apresentados. A lista de instituições consultadas está detalhada no Quadro 2, inserido a seguir.

Quadro 1 – Detalhamento das Instituições consultadas (fontes documentais)

NOME DA INSTITUIÇÃO	LOCALIDADE
Arquivo da Arquidiocese de Santa Maria	Santa Maria – RS
Arquivo da Província do Imaculado Coração de Maria	Santa Maria – RS
Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM)	Santa Maria – RS
Biblioteca Pública Municipal de Santa Maria	Santa Maria – RS
Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria	Santa Maria – RS
Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso	Santa Maria – RS
Arquivo da Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Imaculada Conceição	Santa Maria – RS
Arquivo do Ministério da Educação ³	Brasília – DF
Acervo do Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas (MHIF)	Santa Maria – RS
Acervo da Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis – Zona Norte (SCALIFRA-ZN)	Santa Maria – RS
Arquivo da Universidade Federal de Santa Maria ⁴	Santa Maria – RS

³ As pesquisas junto ao Ministério da Educação foram realizadas utilizando-se o sistema e-sic.

⁴ As pesquisas realizadas na UFSM foram desenvolvidas junto à Divisão de Arquivo Geral (DAG) e no banco de dados ‘Fonte’, que disponibiliza parte do acervo arquivístico da Universidade Federal de Santa Maria, em especial, seu acervo iconográfico.

Acervo da Universidade Franciscana (UFN⁵)	Santa Maria – RS
Arquivo do Colégio Marista⁶	Porto Alegre – RS
Museu Gama D'Eça	Santa Maria – RS

Fonte: Brito (2021, p. 34).

O conjunto foi formado por fontes documentais, jornalísticas, orais e iconográficas. Nesse contexto, é preciso destacar que cada fonte documental foi analisada a partir de uma metodologia própria, visando coletar o máximo de elementos sobre o tema da pesquisa. Considera-se este um diferencial da tese, que foi produzida por Brito (2021), visto que se particularizaram métodos próprios de análise para cada fonte documental.

Em termos metodológicos, fez-se uso da abordagem de Kossoy (2001) para análise iconográfica e iconológica dos registros fotográficos. Nesse sentido, as imagens foram analisadas de forma detalhada, buscando compreender aspectos da primeira realidade, ou seja, aquilo percebido no exterior na imagem, e questões implícitas ao momento de produção, mais direcionadas ao contexto histórico de produção da fonte iconográfica.

Na análise iconológica, foram levantadas informações sobre:

- I – Referência visual do documento;
- II – Procedência do documento;
- III – Conservação do documento;
- IV – Identificação do documento;
- V – Informações referentes ao assunto;
- VI – Informações referentes ao fotógrafo;
- VII – Informações referentes a tecnologia. (KOSSOY, 2001).

Para os documentos dos arquivos das Instituições consultadas, durante a pesquisa documental, fez-se a leitura pormenorizada dos documentos administrativos relativos ao período. Assim, os dados encontrados foram posteriormente confrontados com outras fontes.

Quanto às fontes jornalísticas, decorrentes da pesquisa no jornal A Razão, custodiado pelo Arquivos Histórico Municipal de Santa Maria, seguiram-se as orientações de Luca (2015), ou seja, ao identificar a fonte jornalística, evidenciam-se as características de ordem material do periódico. Considerando

5 A UFN é detentora dos acervos de diferentes Instituições, cuja mantenedora é a SCALIFRA-ZN. Assim, estão sob sua custódia, os acervos da FIC, FACEM, FAFRA, UNIFRA e da própria UFN.

6 As pesquisas no acervo do Colégio Marista foram realizadas virtualmente, por contato com a responsável pelo arquivo, considerando que, na data agendada para início do trabalho, incidiu a pandemia de Coronavírus, e a Instituição optou por não permitir o contato de pesquisadores com o acervo documental.

o quantitativo de registros encontrados, adotou-se a metodologia de Flick (2013) para realizar a análise de conteúdo, a partir dos dados inseridos em uma planilha de coleta de informações.

No que se refere à análise qualitativa, esta foi realizada a partir da seleção de matérias específicas, em que foi efetuada a leitura e síntese da matéria, identificando-se o ponto central, e os elementos para auxiliar na construção de argumentos para responder ao problema de pesquisa. Nesse sentido, direcionou-se para o que se queria interpretar na matéria, quando se pôde parafrasear o material de forma a deixar de fora passagens com os mesmos significados e menos relevantes.

Além disso, foi realizada a análise explicativa de conteúdo, quando se buscou esclarecer passagens difusas ou ambíguas a partir de definições extraídas de dicionários ou baseadas na gramática, com os dados inseridos em notas de rodapé. Por fim, quanto à análise quantitativa, realizou-se uma verificação de frequência na análise de conteúdo. Dessa forma, foi detectada a média da presença de determinados termos (no caso, o nome das Instituições gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas) no jornal A Razão (BRITO, 2021).

Por fim, quanto ao uso de fontes orais, adotaram-se as metodologias de Delgado (2010) e Alberti (2013), analisando lembranças de servidores e Irmãs Franciscanas que atuaram nas respectivas instituições de ensino superior durante o período da pesquisa. Para tanto, elegeu-se, inicialmente, o quantitativo de vinte e quatro entrevistas, oito para cada grupo de entrevistados (Irmãs Franciscanas, professores e técnicos-administrativos), no entanto, tendo em vista a pandemia de COVID-19, foi possível realizar quinze entrevistas.

O conjunto de informações coletadas permitiu a comprovação das hipóteses da pesquisa. Nesse sentido, destaca-se o papel empreendedor das Irmãs Franciscanas no que concerne ao desenvolvimento do ensino superior e no que diz respeito ao desenvolvimento do município de Santa Maria, nos aspectos econômico e social.

Assim, ressalta-se que esses registros documentais contêm informações valiosas para o tema desta pesquisa, mas também podem ser utilizados para outras pesquisas que tenham no ensino superior do município sua delimitação, motivo pelo qual recomenda-se a preservação desses registros.

Considerações finais

Conclui-se que o contexto educacional de Santa Maria foi fortemente modificado pela atuação das Irmãs Franciscanas, principalmente a partir da sua inserção no ensino superior (década de 1950). Assim, num primeiro momento, o destaque se dá com a ampliação das instituições e cursos ofertados para a comunidade santa-mariense e do entorno, evitando que muitos jovens fossem continuar sua formação em outras cidades. Nesse contexto, em vez de jovens residentes no município saírem em busca de oportunidades de estudo, muitos jovens dos municípios vizinhos acabaram vindo para Santa Maria em busca de formação.

A oferta regular de cursos de graduação e pós-graduação na cidade promoveu o incremento da economia, com aumento do PIB e o desenvolvimento do comércio local nas áreas de prestação de serviço, como alimentação (restaurante, bares e lancherias), moradia (locação e venda de imóveis), lazer (cinema, teatro e outras atividades culturais), entre outras áreas.

Tais ações, decorrentes da visão empreendedora das Irmãs Franciscanas, fomentaram o campo do ensino superior no município a tal ponto que Santa Maria é conhecida por muitos como “cidade universitária”, haja vista a quantidade de estabelecimentos de ensino superior presentes na cidade (públicos e privados).

Diante do exposto evidencia-se a visão empreendedora das Irmãs Franciscanas, que buscaram o crescimento de suas atividades no ensino superior, e, como consequência, promoveram o desenvolvimento do município e da região. Sem a atuação das Irmãs Franciscanas e sua contribuição com a criação na década de 1950 da FIC e da FACEM, Santa Maria não teria hoje a Universidade Federal de Santa Maria, haja vista que na época um dos requisitos para sua criação era a existência de uma Faculdade de Filosofia.

E assim, num crescente, as Irmãs Franciscanas foram desenvolvendo atividades no campo do ensino superior, a FAFRA e a UNIFRA também trouxeram modificações significativas no que diz respeito a oferta gradual e ampla de cursos de graduação e pós-graduação, bem como ampliando a zona de atuação física das Instituições gerenciadas pela SCALIFRA-ZN.

No entanto, é pertinente destacar que tais aspectos podem ser observados e discutidos na atualidade porque fontes documentais foram mantidas em diferentes instituições. A preservação dos documentos em arquivos, bibliotecas e museus, em diferentes gêneros documentais (textual, iconográfico, cartográfico etc.) é uma tarefa que requer investimento financeiro, mas, acima de tudo, responsabilidade para com o futuro, tendo em vista que se preservaram documentos que podem contribuir para a escrita da história da educação no município de Santa Maria.

Referências

- ACKERMANS, Gian; OSTERMANN, Ursula; SERBACKI, Marly. **Chamadas pela bondade de Deus**. História das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no século XX. Trad. Benícia Flesch. Estados Unidos, Stella Niagara: Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, 2000.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- BRITO, Luciana Souza de. **Histórias e memórias institucionais a partir do acervo fotográfico do Centro Universitário Franciscano (1955-1980)**. 2010. 256 p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010.
- _____. **Irmãs Franciscanas em Santa Maria – RS: Uma Congregação de Mulheres Empreendedoras no Ensino Superior (1953-2018)**. 2021. 423p. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2. ed. Rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. 2. Reimp. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-154.
- METZ, Ver. W. J. **Life of Mather Magdalene Daemen, O. S. F.** Foundress of the Congregation of the Franciscan Sisters of Penance and Christian Charity. Stela Niagara, NY: Sisters of St. Francis, 1917. Disponível em: <<https://archive.org/stream/lifeofmothermagd00muns#page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- PEREIRA, Clarissa de Oliveira; QUERUZ, Francisco. **Memória: o campus que ganhou espaço na cidade**, 28 de fev. 2020. Disponível em: <<https://www.ufn.edu.br/site/detalhes-noticia/memoria-o-campus-que-ganhou-espaco-na-cidade>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

Revoluções: a trajetória do Coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro como caudilho republicano e liberal na região de fronteira platina

Zilamar Teixeira de Carvalho Ferreira¹

Maria Medianeira Padoin²

Introdução

A queda da Monarquia e o início do período republicano brasileiro, durante a República Velha, foi uma época de instabilidade na região de Fronteira Platina, marcada pelo positivismo republicano e pelo liberalismo. No Rio Grande do Sul, o governo Republicano do Presidente Julio de Castilhos baseado em Comte, buscou maior autonomia e descentralização do Governo Federal. O que gerou insatisfação aos federalistas que viram como solução a luta armada.

A Revolução Federalista (1891 a 1896) foi um acontecimento Rio-Grandense, reflexo conjuntural da consolidação da República no Brasil, que ocorreu nos territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, alcançando a República Oriental do Uruguai e República Argentina.

As forças envolvidas neste processo eram o Partido Republicano Rio-Grandense, dissidentes do Partido Republicano Rio-Grandense e o Partido Federalista. Coriolano foi ativista do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), de orientação positivista, no início de sua carreira política, mudando de atuação para o Partido Federalista (a partir de 1921) e posteriormente fundou o Partido Libertador em Caçapava. Foi eleito por três mandatos, dois como Intendente e um como Prefeito de Caçapava do Sul, terra do líder do PRR Borges de Medeiros, do qual também foi opositor. Na Revolução Federalista de 1891, o Major Coriolano Alves de Oliveira e Castro esteve no comando da Ala Esquerda do 17º Corpo de Milícia Civil e Guarnição, na coluna do Senador Pinheiro Machado. Devido a divergências com Borges de Medeiros, sucessor de Júlio de Castilhos, deixou o Partido Republicano Rio-Grandense e filiou-se ao Partido Federalista apoiando a candidatura de Assis Brasil ao Governo do Estado.

1 Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

2 Professora Titular do Departamento de História da UFSM. Coordenadora do Programa de Extensão da UFSM “Patrimônio histórico cultural, memória, educação e preservação”.

Em 1923, tomou parte na insurreição para a libertação do Rio Grande do Sul, impedir o 5º mandato de Borges de Medeiros e propor a revisão constitucional. Ao lado dos maragatos, comandou o 4º Corpo do Exército Libertador, ligado a 3ª Divisão do General Estácio Azambuja participando do Combate da Juliana. Também, comandou a 5ª Brigada do 4º Corpo do Exército Libertador na Coluna do General João Antônio Netto (Zeca Netto), fazendo parte da tomada de Pelotas quando recebeu o título de “Caudilho dos Pampas”.

Após o término da Revolução com o Pacto de Pedras Altas, Coriolano Alves de Oliveira e Castro foi eleito e “empossado como Intendente de Caçapava do Sul, pela segunda vez, no dia 1º de janeiro de 1925, juntamente com Percival Brenner, Intendente de São Sepé, únicos intendentes oposicionistas na República Brasileira” (Motta, 1988, p.57).

Na Revolução Constitucionalista de 1932 foi formada a frente única selando a união entre republicanos e libertadores. Devido a esta aproximação, Coriolano Alves de Oliveira e Castro (Partido Libertador), lutou lado a lado, com Antônio Augusto Borges de Medeiros (Partido Republicano Rio-Grandense), adversário político na Revolução de 1923. O Combate de Cerro Alegre, em Piratini, concedeu a vitória para as tropas governistas, em 20 de setembro de 1932. Neste dia, Coriolano Castro liderou o 1º Corpo das Forças Revolucionárias, com poucas baixas e ao término do Combate rumaram em direção a Santana da Boa Vista. Nas eleições seguintes para Prefeito de Caçapava do Sul, Coriolano Castro (Partido Liberal) foi eleito no pleito de 1935. Em seu primeiro ano de mandato, criou a Lei Orgânica Municipal que incentivava a colonização, a ecologia e a preservação da natureza.

A partir deste panorama geral, passaremos a apresentar uma síntese destes movimentos/revoluções que fazem parte da temporalidade e espaço privilegiado neste estudo, procurando registrar a presença e atuação do caçapavano Coriolano Alves de Oliveira e Castro.

Revolução Federalista (1891-1896)

O conflito no Rio Grande do Sul envolvia o Partido Republicano Rio-Grandense e seus opositores, devido ao poder estar centrado em Júlio de Castilhos que “acumulava as funções legislativas e de administração, enquanto a Assembleia Legislativa tinha a função exclusivamente orçamentária” (Padoin, 2010, p.52). As fraudes garantiam a permanência do Partido Republicano Rio-Grandense no governo do Estado (realidade essa que se perpetuou por mais de duas décadas). Cenário este, que gerou contestação ao projeto republicano implantado ocasionando a “Revolução Federalista”, que segundo Andrade (2022, p. 44-45) foi uma guerra civil entre federalistas e castilhista, de 1891 a 1896.

Durante a Revolução Federalista de 1891, os revolucionários federalistas em manifestos para a Nação Brasileira conclamavam o povo a lutar pela liberdade, o fim da tirania, direitos individuais, e “acabar com as perseguições, violências, latrocínios, saques e assassinatos apoiados pelo Governo de Floriano Peixoto” (Andrade, 2017, p.108). Período em que, “o terror tomou conta do Rio Grande do Sul e levou ao êxodo Federalista para o Uruguai e Argentina em 1892, após o recrudescimento das perseguições realizadas aos federalistas e opositores à Castilhos” (Andrade, 2017, p.82)

O fato de Coriolano Castro conhecer o espaço fronteiriço platino, devido aos deslocamentos entre as propriedades de sua família, tanto no Brasil como no Uruguai e por vir de uma família de militares, beneficiou sua atuação durante a revolução. Estas facilidades eram resultantes do “espaço de experiência construído por uma vivência, a criação e a manutenção de redes de relações pessoais e familiares, as práticas sociais e os vínculos criados por este personagem transfronteiriço” (Andrade, 2022, p.25), no território que compreende a zona de fronteira entre o Rio Grande do Sul, Uruguai e a Argentina. Segundo Cassol-Abrão (1983, p.22), esse intercâmbio favorecia estratégias como recursos de fugas, aquisição de armamento, cavalos e combatentes. Esse ir e vir, fazia parte do modo de viver, em que como fronteiriço não considerava um emigrar, mas estar em seu território, já que, ultrapassar a fronteira política era comum.

Adepto do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Coriolano Alves de Oliveira e Castro, alistou-se como soldado voluntário sob o comando do Senador Jose Gomes Pinheiro Machado, na Revolução Federalista de 1891. No exército legalista foi promovido e passou a fazer parte do Estado-Maior do General José Gomes Pinheiro Machado. Conforme o Caderno de Registros de Ordens do Dia, em 1º de setembro de 1895, atuava como Major no comando da Ala Esquerda do 17º Corpo de Milícia Civil e Guarnição. O momento registrado na imagem abaixo, é de integrantes do Estado Maior de Pinheiro Machado, na Divisão do Norte, em que, Coriolano Castro está indicado pelo número um (1) e Pinheiro Machado, com o número dois (2).

Figura 1 - Estado Maior de Pinheiro Machado, na Divisão do Norte.



Fonte: COUTINHO, Albino José Ferreira. **Marcha da Divisão do Norte.** Porto Alegre: Renascença: Edigal, 2011.p.86.

No decorrer da Revolução, Coriolano Castro atuou em vários lugares, incluindo outros estados, mas principalmente no centro-sul e fronteira do Rio Grande do Sul com o “Uruguai, como: Bagé, Dom Pedrito, São Borja, Piratini, Canguçu e Pinheiro Machado” (Cassol; Abrão, 1983, p. 21).

Em seu diário, José Antônio Netto (Zeca Netto) registrou que em meados de maio de 1893, deixou Caçapava e se retirou para Camaquã. Então, os revolucionários “Gumercindo Saraiva e Salgado, comandados por Inácio Cortez, entraram em Caçapava do Sul, tomaram as armas e a quantidade de munição que ali havia deixado ao General Antônio Joaquim Barcelar, em 12 de agosto de 1893” (Netto, 1983, p.37). Então, a força do General Pinheiro Machado, ao aproximarem-se de Caçapava fez com que os revolucionários que ocupavam a cidade se retirassem para a República Oriental do Uruguai.

Após a assinatura do Tratado de Paz em 23 de agosto de 1895, que “os federalistas (alcanhados de “maragatos”) depuseram armas conseguindo do governo a promessa que seria revista a Constituição, no sentido de que se impedisse a reeleição sucessiva do Presidente do Estado (promessa que não se efetivou)” (Pesavento, 2014, p.78). Coriolano Alves de Oliveira e Castro retornou para a Vila de Santaninha, em Caçapava do Sul. O soldado legalista voltou como Major, “líder nato, polarizando entorno de sua personalidade uma gama de qualidades principalmente administrativas” (Cassol; Abrão, 1983, p.23-24). Fato esse, que levou os correligionários do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) de Caçapava a lançar sua candidatura para Intendente do Município. Pleito que Coriolano venceu com mais de 80% dos votos passando a governar de 1901 a 1905.

Revolução de 1923

Em 1923, segundo Vitor (2022, p.71), o Rio Grande do Sul foi o epicentro de disputas políticas que ocasionou uma guerra civil, que tinha como lema: Deus, Pátria e Liberdade. Nas eleições de 1922, o Presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros (PRR), se candidatou para o quinto mandato consecutivo concorrendo com Joaquim Francisco de Assis Brasil (Federalista). Época em que Coriolano Castro, Mathias Velho e Manuel Luís Osório, da antiga dissidência republicana de Caçapava, manifestaram apoio a Assis Brasil, conforme carta do Acervo da Casa de Cultura Juarez Teixeira.

Borges de Medeiros (PRR), ao apresentar seu nome para reeleição, mesmo não tendo alcançado o número de votos para ser proclamado eleito, por meio de seu prestígio, conseguiu que a Assembleia do Estado o reconhecesse como Presidente do Rio Grande do Sul (Netto, 1983, p.63). A conquista de Borges de Medeiros colocou em suspeição o resultado da eleição. “Os oposicionistas alegaram fraude e tomaram em armas contra o governo estadual, através de uma série de levantes regionais” (Pesavento, 2014, p. 84), sob a liderança de Assis Brasil, em dezembro de 1923.

Coriolano Castro e Assis Brasil tinham em comum o gosto pela política partidária, a advocacia, a pecuária e o incentivo a inovação e ao progresso. Suas propriedades eram próximas, o que facilitava a troca de conhecimentos como na implantação de aviário no Passo do Pessegueiro, em Caçapava do Sul (Santana da Boa Vista).

Coriolano Castro quando propagandista da República acreditava que o regime republicano era democrático e justo, que as pessoas como cidadãos iriam poder escolher, votar livremente e venceria a vontade da maioria. No entanto, passados dois anos de República, o Governo de Deodoro da Fonseca foi uma decepção porque a liberdade pública foi cerceada, o Congresso Nacional dissolvido, houve crise econômica, disputa pelo poder e a renúncia de Deodoro. Floriano Peixoto assumiu a Presidência da República, sem eleição e “preferiu as armas à negociação, mesmo dispondo de meios para isso” (Machado, 1999, p.12).

Neste contexto, de acordo com Cassol-Abrão (1983), Coriolano Castro avesso ao estilo borgista de administrar e por não concordar com as decisões tomadas pelos membros do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), como a fraude, o suborno e a opressão, se juntou aos federalistas liderados por Assis Brasil para lutar pela liberdade do Rio Grande do Sul.

O Coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro foi comandante da 62ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul e combatente na Revolução Federalista de 1891, como registramos anteriormente. Já, em 1923, ele

reúne homens em Caçapava, Canguçu, Cachoeira, Encruzilhada, Lavras, Bagé, São Sepé, Piratini e Cacimbinhas (Pinheiro Machado), para lutar a favor de Assis Brasil, ao lado de Zeca Netto, Estácio Azambuja, Honório Lemes e outros.

Essa participação, o próprio Coronel Coriolano Castro registrou em seu Diário, de 28 de março até 30 de outubro de 1923, quando tomou parte na insurreição para a libertação do Rio Grande do Sul da tirania de Borges de Medeiros. Segundo ele, o objetivo era “impedir o 5º mandato de Borges de Medeiros e propor a revisão constitucional”. Atitude que o próprio justifica em seus documentos que fazem parte do Acervo de Coriolano Castro no Arquivo da Loja Maçônica Coriolano Castro de Caçapava do Sul, como a carta endereçada a João Feliciano Dias, seu sobrinho e amigo, nas Minas do Camaquã, município de Caçapava, em 21 de março de 1923. Onde escreve sobre o movimento revolucionário que está se formando no Rio Grande do Sul.

Ao lado dos maragatos, o Coronel Coriolano Castro comandou o 4º Corpo do Exército Libertador, ligado a 3ª Divisão do General Estácio Azambuja³ (Federalista) participando do Combate do Passo da Juliana⁴. Também, comandou a 5ª Brigada do 4º Corpo do Exército Libertador na Coluna do General João Antônio Netto (Zeca Netto)⁵, fazendo parte da tomada de Pelotas, em 29 de outubro de 1923. Um registro da época é esta fotografia do Estado-maior de Zeca Netto, da esquerda para a direita, Coriolano Castro é o quinto, Zeca Netto, o terceiro, e Chistovão de Andrade, o segundo.

3 Estácio Xavier de Azambuja, General federalista na Revolução de 1923 e fundador do Partido Libertador em 1928. Fez parte das forças do Joca Tavares, na Revolução Federalista de 1893. Pecuarista de Camaquã e comerciante em Bagé. (MACHADO, 1999, p.43).

4 O Combate do Passo da Juliana foi entre a coluna federalista do General Estácio Azambuja, que era formada por revolucionários, bajeenses, gabrielenses, caçapavanos, sepeenses e de outros municípios e as forças legalistas de Claudino Nunes Pereira, da 5ª Brigada Provisória ou Divisão do Centro. O passo da Juliana situa-se no Rio São Sepé, próximo da atual localidade de Mata Grande entre São Sepé e Vila Nova do Sul (MACHADO, 1999, p.41).

5 José Antônio Netto (Zeca Netto), comandante Castilhistas da Revolução Federalista (1891 a 1896) e nas Revoluções de 1923 e 1924, foi General Maragato na Região Sudoeste do Rio Grande do Sul. Nasceu em Jaguarão Chico no lado uruguaio da linha divisória e depois se tornou fazendeiro em Camaquã-RS. Durante a Revolução de 1923 o Coronel Coriolano Castro com seus comandados fez parte da Coluna de Zeca Netto (NETTO, 1983, p.10).

Figura 2 – Coriolano Castro no Estado Maior de Zeca Netto, em 1923.



Fonte: ARAUJO, Carlos Horácio. BARRETO, Fernando. Álbum dos bandoleiros: Revolução Sul Rio-Grandense 1923. Porto Alegre, 1923. in Museu Nossa Senhora do Bom Fim, São Gabriel: 2022.

De acordo com Cassol-Abrão (1983, p.83), o Coronel Coriolano Castro estavam indo para Bagé para incorporar a coluna do General Estácio Azambuja que estava sendo atacado pelo inimigo.

Ao mesmo tempo, o General Zeca Netto estava acampado na Restinga (Barroão) próximo ao Rio Camaquã, quando soube que o Coronel Claudino Nunes⁶ (PRR) estava em perseguição ao General Estácio Azambuja (PR). Então, ele se dirigiu ao Passo das Carretas em Piratini, a fim de transpor o Rio Camaquã, para o Município de Caçapava a fim de encontrar Estácio Azambuja. No dia seguinte “acampou nos campos do Coronel Coriolano Castro, que com seus caçapavanos, fazia parte da coluna do General Estácio” (Netto, 1983, p.80).

Houve um combate travado as margens do Santa Maria Chico (Dom Pedrito), em 15 de maio de 1923, com muitos mortos e feridos. Dentre os mortos estava Adão Latorre, veterano da Revolução Federalista de 1891, que lutou ao lado dos federalistas. Após o combate, Coriolano Castro e seus comandados retornaram para o Passo do Pessegueiro (fazenda de Coriolano em Caçapava/Vila Santana), a fim de se reorganizarem. Como estavam longe das forças do General Netto, juntaram-se novamente ao General Estácio Azambuja. No

6 O Coronel Claudino Nunes Pereira (PRR) participou da Revolução Federalista, nas forças de Pinheiro Machado, na 4ª Brigada da Divisão do Norte, junto com o Coronel Coriolano Castro Na Revolução de 1923 comandou a 5ª Brigada Provisória ou Divisão do Centro, contra Coriolano Castro no Combate do Passo da Juliana (MACHADO, 1999, p.53).

município de Lavras do Sul e travaram novo combate, com algumas baixas. De acordo com Cassol-Abrão (1983, p. 84), o ataque foi a estratégia preferida de Coriolano Castro e Zeca Netto, enquanto Estácio Azambuja optava pelo recuo. Segundo Fábio Garcia, as forças do Coronel Coriolano Castro voltaram a se encontrar com as de Zeca Netto e rumaram para Canguçu e Pelotas.

De acordo com Cassol-Abrão (1983, p.86) Coriolano Castro não participou do Combate de Camaquã, porque chegou ao amanhecer do dia seguinte do outro lado do rio. Na tomada de Pelotas comandou o ataque contra o Pavilhão da Sociedade Agrícola, onde se encontravam a maior parte das forças governistas. As forças revolucionárias lutavam com munição escassa até conseguirem acessar o quartel.

A Revolução foi apaziguada “pelo Pacto de Pedras Altas, em dezembro de 1923” (Pesavento, 2014, p. 84). Conforme Cassol-Abrão (1983, p.84), as forças de Coriolano Alves de Oliveira e Castro tiveram que aguardar em Camaquã, na Estância da Figueira, por mais um mês, até dissolver os remanescentes, devido ao Coronel Francelício Meirelles⁷ não ter aceitado a trégua e continuar lutando, entre Camaquã e Encruzilhada.

Em seu discurso, que se encontra no Arquivo da Loja Maçônica Coriolano Castro de Caçapava do Sul, Coriolano Castro disse:

O pacto firmado em Pedras Altas, a 14 de dezembro último, transportou a luta Rio-Grandense do campo ensanguentado das batalhas para o terreno pacífico das urnas, substituímos o cetro e a lança pela pena. [...] O direito da força, pela força do direito, mas o objetivo alvejado é ainda o mesmo, a guerra sem trégua contra a ditadura.

Essa luta pela liberdade e pelo direito coletivo fez com que Coriolano Castro se envolvesse em outras revoluções após 1923. Porque, não concordava com as decisões e interesses dos governantes, levado por “um modo de vida e maneiras de atuar forjados pela necessidade, uma forma de expressar e fazer valer os interesses e as estratégias próprios dos indivíduos que habitam o espaço fronteiriço” (Andrade, 2022, p.140).

7 O Coronel Francelício Meirelles, de Encruzilhada do Sul, chefe legalista que não queria aceitar o Tratado de Paz de Pedras Altas, em 1923, retardando a volta das forças de Coriolano Castro de Camaquã, para Caçapava. De acordo com Corrêa (1933, p.77), na Revolução de 1932 ele encaminhou um Tenente ao acampamento de Cerro Alegre para falar com o Coronel Coriolano Castro.

Revoluções tenentistas 1924 e 1926 (Coluna Prestes)⁸

Na Revolução de 1924, os problemas continuavam os mesmos que motivaram a Revolução de 1923, a “cooptação, a intimidação policial, a fraude eleitoral e até a prática de delitos, como meios de justificar a “consolidação da república ou o borgismo” (Machado, 1999, p.14). As grandes lideranças civis do Rio Grande do Sul “buscavam não apenas a deposição de Arthur Bernardes, como queriam os militares, mas sobretudo a retirada do poder do usurpador Borges de Medeiros” (Vitor, 2022, p.79).

O retorno à política deflacionária do Presidente Arthur da Silva Bernardes deflagrou o Levante Tenentista, em julho de 1924. O movimento depois da rebelião ocorrida em São Paulo continuou no Rio Grande do Sul. Os militares insurgentes prosseguiram durante todo o ano em território rio-grandense, principalmente na Região das Missões e Fronteira Oeste. Entre os oficiais estava Luiz Carlos Prestes que liderou a Revolução em oposição ao governo presidencial. Na Região Platina os militares contaram com a parceria de “civis ligados à Aliança Libertadora, opositores ao governo estadual de Borges de Medeiros” (Vitor, 2022, p.69).

De acordo com Netto (1983, p.114), Assis Brasil temendo por sua vida estava emigrado em Berachi, na costa do Rio Jaguarão, no Uruguai devido ao estado de sítio no Rio Grande do Sul. Nesta época, Coriolano Castro estava em campanha eleitoral, pleiteando o segundo mandato como intendente de Caçapava do Sul e sua participação nesta revolução foi indireta, porque ele não lutou, mas se envolveu. Na coluna de Zeca Netto mais que uma centena de homens eram de Caçapava, em sua maioria revolucionários comandados por Coriolano em 1923.

Houve três combates expressivos no Município de Caçapava do Sul: O Combate do Passo das Carretas, Combate do Seival e Combate do Passo da Pitangueira.

Em conformidade com Teixeira (2003, p.194), em 8 de dezembro de 1924, ocorreu o Combate do Passo das Carretas no Município de Caçapava do Sul (atualmente Município de Santana da Boa Vista), divisa com o Município de Piratini, entre as forças dos coronéis Zeca Netto e Honório Lemes (Libertadores) e Bozano (Legalista).

Em 25 de novembro 1926, nos Campos do Seival, 6º distrito, deu-se, o combate entre as forças revolucionárias formadas por soldados do exército amotinados, das cidades de Santa Maria e São Gabriel. Os irmãos Alcides

8 “A coluna prestes foi uma marcha revolucionária que teve o início pelas missões do Rio Grande do Sul em fins de 1924, que uniu em armas os militares comandados pelo Capitão Luiz Carlos prestes e civis liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil” (VITOR, 2022, p.13).

e Nelson Etechegoen⁹ comandavam as forças rebeldes, com o apoio dos caçapavanos: Coronel Favorino Dias dos Santos, João Faria de Oliveira Lima, Artidor Dias, Arthur Prates Chaves, Higino Pereira e outros. As forças governistas eram comandadas por Oswaldo Aranha e oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. O desfecho foi favorável aos rebeldes.

No dia 19 de dezembro de 1926, no terceiro distrito de Caçapava do Sul, no lugar denominado Passo da Pitangueira, as forças do General José Antônio Netto, com a participação do 1º Tenente Alcides Etechegoen, entraram em choque com as tropas legalistas, lideradas pelo Coronel João Vargas de Souza, no comando do 23º Corpo Auxiliar da Brigada Militar do Estado. O combate resultou em saldo positivo para as forças revolucionárias de Zeca Netto, que de acordo com Netto (1983, p. 147), recebeu visita do Intendente Coriolano Castro, companheiro de campanha na Revolução de 1923.

Revolução de 1930

No Rio Grande do Sul, os Federalistas sentiam a perda de seu líder Honório Lemes que faleceu em 30 de setembro de 1930, ocasião em que o Coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro ressaltou em seu discurso a importância do líder, estrategista e combatente.

Neste ano, Coriolano Castro estava finalizando seu segundo mandato como Intendente de Caçapava do Sul e como a duração da Revolução foi efêmera “não chegou sair a campo com a bandeira da Aliança Liberal, chefiada por Getúlio Vargas” (Cassol; Abrão, 1983, p.60). Mesmo assim, o Coronel Coriolano Castro reuniu pessoas para irem ao fronte de batalha. Devido a maioria ser do 5º Distrito de Caçapava, autodenominaram-se de Pelotão da Onça, uma referência a origem da “Vila de Santa Ana, que nasceu a partir da luta entre um homem e uma onça” (Arboitte, 1999, p.16). A partir deste contexto, em 3 de novembro de 1930, uma Junta Militar foi formada e entregou o poder para Getúlio Vargas que assumiu como Chefe do Governo Provisório, instaurando a chamada Era Vargas.

Revolução Constitucionalista de 1932

Durante a República Nova ou Era Vargas, que compreende o período de 1930 a 1945, “o Rio Grande do Sul manteve um tipo de desenvolvimento baseado na agropecuária. A mesma classe continuou no poder, e a problemática básica no Rio Grande pós-30 foi encontrar saídas para a crise” (Pesavento, 2014, 104). Um gaúcho ocupava o cargo mais expressivo do Brasil. Em consequência,

⁹ Primeiro Tenente que junto com seu irmão Nelson, liderou a “Coluna Relâmpago” (1926), para impedir a posse de Washington Luiz como Presidente do Brasil.

os oligarcas rio-grandenses acreditavam que deveriam ocupar os mesmos espaços que eram ocupados pelos paulistas. O Estado deveria ter uma política nacional em seu favor, que atendesse as necessidades dos setores da elite gaúcha. Assim, “inconformados com a não realização de suas pretensões, uma parte dos pecuaristas gaúchos iria se voltar contra o poder central, unindo-se aos Paulistas num movimento contrarrevolucionário em 1932” (Pesavento, 2014, p. 104).

Assim irrompe a Revolução Constitucionalista de 1932, como chefe caudilho da região, Coriolano reuniu seus homens e juntou-se a Frente Única. Lutar contra uma possível ditadura era para ele um dever moral e cívico, o objetivo comum que o reunia aos inimigos de outrora (PRR). Em seu discurso de 14 de julho de 1930, dedicado à República, a liberdade e a independência dos povos, Coriolano Castro disse: “No Brasil não há liberdade, nem representação e nem justiça! Quanto sangue tem-se derramado em busca da emancipação e liberdade. Nada mais formoso, nada mais sublime do que a liberdade do homem na sua plenitude!”.

Apesar do fracasso em Santa Maria, os correligionários de Batista Luzardo e Borges de Medeiros estavam aguardando a determinação para começar o levante em Caçapava. Corrêa (1933, p. 71), registra que antes de fazer a fusão com as forças revolucionárias de Caçapava, o destacamento de Batista Luzardo e Borges de Medeiros, composto de elementos de Santa Maria, São Sepé e Cachoeira do Sul, ao retornarem de Santa Maria se instalaram no Bojuru (campos de Félix Simões), à margem direita do Rio Vacacaí.

Nesta ocasião, Silvio Faria Corrêa sugeriu a Borges de Medeiros que fosse transferido o ponto de concentração de forças do Bojuru, em São Sepé, para Santana da Boa Vista quinto distrito de Caçapava do Sul, por ser uma melhor posição estratégica. Lugar centralizado e de fácil acesso aos companheiros de Caçapava, Encruzilhada, Bagé, Cachoeira, Cacimbinhas, Herval, Piratini, Canguçu, Lavras, São Lourenço e Pelotas. Santaninha está localizada bem no centro do estado. No entanto, a sugestão não foi acatada por Borges de Medeiros que montou sua estratégia em torno de Santa Maria, de onde esperava munição e homens.

De acordo com Corrêa (1933, p. 48), Borges de Medeiros e Batista Luzardo ordenaram que fosse levada a eles, com urgência, a força do Coronel Coriolano Castro como importante reforço às tropas. Ele foi o único que conseguiu sair de Caçapava com seus comandados, antes das prisões efetuadas pela Brigada Militar dos opositoristas ao governo do Estado. Nesta ocasião, o Intendente de Caçapava, João Faria de Oliveira Lima, foi preso juntamente com a Guarda Municipal e simpatizantes. Os poucos que conseguiram fugir se juntaram as forças de Coriolano Castro. João Faria de Oliveira Lima, ao apoiar os revolucionários, foi destituído do cargo e seguiu preso para Porto Alegre (p. 25).

No dia 15 de setembro de 1932, no segundo distrito de Caçapava do Sul, na Estância do Cerro da Pedra, campos de Francisco Reis de Macedo, deu-se um encontro entre os constitucionalistas e a força de Flores da Cunha. Nesta ocasião, houve a fusão das forças caçapavanas, dos coronéis Coriolano Castro e João Vargas de Souza (136 combatentes), com o contingente de Borges de Medeiros e Batista Luzardo (80 homens). O combate terminou com a retirada precipitada dos soldados do interventor federal. No dia seguinte, seguem unidas as forças em direção a Cerro Alegre. Corrêa (1933, p. 65) comentou que tomaram café na Fazenda de João Francisco Dutra (Gigica), em 17 de setembro de 1932, em Cacimbinhas (Pinheiro Machado). Momento que aproveitaram para fazer o registro abaixo:

Figura 3 – O Estado-maior Revolucionário de 1932 a frente da Fazenda do Gigica, em Cacimbinhas



Fonte: CORRÊA, Silvio Faria. **Serro Alegre**. 1ª edição. Caçapava, abril de 1933, p.67.

Na Revolução Constitucionalista de 1932 foi formada a frente única selando a união entre republicanos e libertadores. O Combate de Cerro Alegre, em Piratini, concedeu a vitória para as tropas governistas, em 20 de setembro de 1932. Neste dia, de acordo com Corrêa (1933, p. 82), Borges de Medeiros se abrigou na mangueira de pedra, junto a Coriolano Castro, que liderou o primeiro Corpo das forças revolucionárias, com poucas baixas. Ao término do combate, Borges de Medeiros foi preso.

Conforme Arboitt (1999, p.64), Coriolano Castro e seus comandados, a tropa de Batista Luzardo e a de Caçapava saíram rumo a Piratini, passando pelo Cerro Partido (município de Pinheiro Machado) e acamparam na fazenda de João Gravi. Batista Luzardo e Coriolano então se separaram, Luzardo e Mesquita rumaram para Bagé e Coriolano Castro desceu o Rio Camaquã até o Cerro da Lagoa (em Santana da Boa Vista). Sabe-se que alguns do grupo

de Batista Luzardo, principalmente do Piquete do Capitão Rubem Maciel, se bandearam para o Uruguai e por uns seis meses se esconderam na fazenda de Felisberto, brasileiro residente em Taquarembó.

Após a Revolução de 1932, o Coronel Coriolano Castro liderou mais uma vez os Maragatos rumo ao seu terceiro mandato à Prefeitura de Caçapava do Sul. De acordo com Teixeira (2016), ele governou como Prefeito de 1934 até 1938, quando passou o cargo ao Subprefeito João Faria de Oliveira Lima, em decorrência de doença, vindo a falecer em 1939.

Conclusão

Neste contexto, estudar a trajetória política de Coriolano Alves de Oliveira e Castro, como integrante de uma elite econômica e política, inserida no contexto da região fronteiriça platina é importante para aviventar a história.

Devemos entender que a região Platina foi um espaço onde Coriolano Castro e sua família fixaram residência e criaram suas relações sociais, familiares, econômicas, partidárias e de amizade, através de práticas individuais e coletivas, que sofrem o reconhecimento na atualidade por meio de denominações de ruas, escolas, jornal, rádio, clube recreativo e loja maçônica.

O caudilho carismático conquistou a confiança de outros líderes, entre eles, José Gomes Pinheiro Machado (PRR), Antônio Augusto Borges de Medeiros (PRR), Joaquim Francisco de Assis Brasil (PF), José Antônio de Souza Netto (PF), Estácio Azambuja (PF), Honório Lemes (PF), Batista Luzardo (PL), da mesma forma, que a simpatia pela causa, por parte de diferentes setores da sociedade. Homem guerreiro que com seu idealismo assumia o compromisso diante de seus comandantes e comandados, de lutar até a morte se preciso fosse, em busca da consolidação dos princípios republicanos e luta pelo direito e a liberdade.

Referências

ANDRADE, Gustavo Figueira. **A Trajetória Política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): Família, Comunicação e Fronteira**. Dissertação de Mestrado em História (PPGH/UFSM), 2017.

_____. **Nova Cartografia da Revolução Federalista (1891-1896): redes de relações Fronteira e territorialização**. / Gustavo Figueira Andrade. Itapiranga: Schreiber, 2022.

ARAUJO, Carlos Horácio. BARRETO, Fernando. **Álbum dos bandoleiros: Revolução Sul Riograndense 1923**. Porto Alegre, 1923. in Museu Nossa Senhora do Bom Fim, São Gabriel: 2022.

ARBOITTE, Elcy. **Santana da Boa Vista**. 1ª ed. Porto Alegre:1990.

CASSOL, Arnaldo Luiz. ABRÃO, Nicolau Silveira. **Coronel Coriolano Castro**. Porto Alegre. Martins Livreiro, 1983.

CORRÊA, Silvio Faria. **Serro Alegre**. Caçapava do Sul-RS. 1933.

COUTINHO. Albino José Ferreira. **A Marcha da Divisão do Norte**. 2ª ed. Porto Alegre: Renascença: Edigal, 2011.

MACHADO, Cesar Pires. **Combate do Passo da Juliana: Revolução de 1923**. Santa Maria. Pallotti, 1999. 120p.

MOTTA, José do Patrocínio. **São Sepé, de ontem, de hoje, de amanhã**. Santa Maria. Palloti, 1988.

NETTO, Ruy Castro. **Memórias do General Zeca Netto**. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1983.

PADOIN, Maria Medianeira. **República, Federalismo e Fronteira**. 2010. História Unisinos. Disponível em <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4705> Acesso em: 18 mar. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A História do Rio Grande do Sul**. 9ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014, 138p.

SILVA. Matheus Luis. 2015. **Trajetória e Atuação Política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)**. Dissertação, Santa Maria, Curso de Mestrado de Pós-Graduação em História, UFSM. 22p.

TEIXEIRA, José Francisco. **Comandos e Cruzadas: Combate do Passo das Carretas**. 1ª edição. Santana da Boa Vista, 2003. 232p.

TEIXEIRA, Juarez da Rosa. **Caçapava, um olhar sobre o século XX**. 1ª edição. Porto Alegre. CRBF, 2016.

VITOR, Amilcar Guidolim. **Militares e Maragatos em Armas: as revoltas tenentistas de 1924 e a formação da Coluna Prestes no Rio Grande do Sul**. / Amilcar Guidolim Vitor. – Itapiranga: Schreiber, 2022.

Fontes

Arquivo da Casa de Cultura Juarez Teixeira. Carta à Assis Brasil. Caçapava do Sul, 2023.

Arquivo da Loja Maçônica Coriolano Castro de Caçapava do Sul. Discursos do Coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro. Caçapava do Sul, 2022.

O patrimônio cultural no distrito de Vale Vêneto, São João do Polêsine/RS: histórias e personagens contadas num caderno didático

Marisa Bertoldo Rossato¹

Marta Rosa Borin²

Introdução

A pesquisa sobre o Patrimônio Cultural de Vale Vêneto se desenvolveu por dois anos, 2021 e 2022, e teve a participação dos estudantes da turma multisseriada do quarto e quinto ano do Ensino Fundamental, da escola estadual daquela comunidade, onde atuamos como professora da rede pública de ensino. O assunto foi estudado como tema transversal e contemporâneo baseado nas dez competências da Base Nacional Comum Curricular, no Referencial Curricular Gaúcho e no Documento Orientador Municipal.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Rafael Iop está localizada no distrito turístico de Vale Vêneto, município de São João do Polêsine/RS. A origem do nome Vale Vêneto é uma homenagem aos colonizadores italianos que se fixaram em suas terras, cuja maioria provém da região do Vêneto, na Itália.

Com o apoio da Educação Patrimonial, buscou-se despertar, nos estudantes, a curiosidade em conhecer o patrimônio da sua comunidade, bem como valorizar e preservar a memória do patrimônio histórico local, contadas pelos nonos e nonas.

A pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar o patrimônio cultural da comunidade de Vale Vêneto, sua história e os personagens idosos do local (nono e nona); conhecer e se reconhecer como parte integrante desse espaço de cultura; despertar a curiosidade e formar mentes sensíveis à defesa do patrimônio local e promover um sentimento de pertencimento ao local onde o estudante está inserido. Como forma de inserção social elaboramos um caderno

1 Mestre em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria. Professora Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Rafael Iop, Vale Vêneto/São João do Polêsine/RS.

2 Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Professora do Departamento de Metodologia do Ensino e do Mestrado Profissional em História, Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria; Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Mestrado Profissional; do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado, Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria.

didático que pode ser utilizado nas escolas da região para aprender a conhecer e reconhecer Patrimônio Cultural, numa linguagem acessível para os alunos de nove a onze anos de idade.

Além disso, foi confeccionado uma revista e um *fanzone*, de forma artesanal, onde os estudantes registraram seu conhecimento a partir do estudo realizado sobre o patrimônio da comunidade.

A pesquisa sobre as edificações mais antigas de Vale Vêneto, distrito de São João do Polêsine, também reflete a história da imigração italiana no município onde os imigrantes construíram suas casas com o sonho de melhorar a vida de suas famílias. Ao valorizar a memória destas edificações, divulgando as histórias que aconteceram e que foram vividas pelos nonos e nonas desta comunidade, busca-se a conscientização para a preservação do patrimônio cultural, através de uma revista confeccionada pelos alunos. A experiência levou-nos a perceber o quanto os alunos desconhecem de sua própria história. Neste sentido, entende-se que é de fundamental importância o reconhecimento, a valorização do Patrimônio Histórico e Cultural do território onde nossos educandos estão inseridos, neste caso, Vale Vêneto, distrito de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul. Assim, buscamos despertar nos educandos a curiosidade, através do conhecimento das histórias vividas pelos idosos da localidade.

Histórico de Vale Vêneto – São João do Polêsine/RS

Vale Vêneto é um distrito do município de São João do Polêsine e está situado na parte central do Vale do Jacuí, fica a 45 quilômetros de Santa Maria e integra a Quarta Colônia de Imigração Italiana do Estado do Rio Grande do Sul. A emancipação chegou em 1992, com o empenho da população, e a instalação da primeira administração ocorreu em 1993, sendo a primeira prefeita a Senhora Valserina Maria Bulegon Gassen.

Foram várias as causas que fizeram com que os italianos viessem para o Brasil. Após a unificação italiana, em 1861, houve uma mudança em sua economia agrária o que provocou um atraso econômico e o povo continuou a passar fome e miséria.

A guerra de unificação, o pesado serviço militar para jovens, a alta taxa de natalidade, grande número de agricultores que não possuíam terras eram fatores que dificultavam a vida da maior parte da população camponesa e urbana daquele país. A esses motivos somou-se a propaganda das nações americanas, como os Estados Unidos, Argentina e Brasil, que buscavam trabalhadores e faziam promessas de riquezas imediata. O Brasil era visto como um país de muitas oportunidades e essas pessoas que passavam por dificuldades viam nele uma chance de melhorar de vida.

O abandono da terra natal consistiu na saída para a crise vivida por multidões de camponeses. Partia-se para a América para fugir da fome, do trabalho fatigante, da desnutrição, do salário irrisório, do alto aluguel da terra, do serviço militar. A imigração era a forma de revolta surda e silenciosa contra os grandes proprietários de terras. Ele prometia um futuro risonho, no qual todos seriam Signori. (MAESTRI, 2005, p. 103)

Tudo isso fez com que muitas pessoas por vontade própria ou por necessidade procurassem um novo país que lhes oferecessem melhores condições de vida e um deles foi o Brasil. Que neste caso específico, com a recente abolição da escravidão, necessitava cada vez mais de mão de obra para trabalhar na lavoura cafeeira, que seria suprida pelos imigrantes. Porém, os italianos não ficaram somente cultivando café na região sudeste. Devido a vários interesses, alguns dirigiram-se a região Sul.

No Rio Grande do Sul inicialmente dividiram-se em quatro colônias, sendo que na região central ficou instalada a 4ª colônia e na região serrana, as outras três. A primeira colônia foi denominada Conde D'Eu, atualmente Garibaldi; a segunda colônia foi denominada Dona Izabel, atualmente Bento Gonçalves, e a terceira colônia em Caxias do Sul, recebendo o nome de Duque de Caxias.

Vale Vêneto está situada na região central, pertencendo à quarta colônia e sendo um dos primeiros núcleos dessa a receber os imigrantes italianos, vindos em árdua viagem. A Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul foi criada pelo Governo Imperial, em 1877. Em conformidade com Bisognin, Righi e Torri (2001, p. 33):

Muitos conseguiram chegar ao Brasil, realizando uma viagem mais tranquila: outros, entretanto, morreram em alto mar e outros, ainda, enfrentaram muitas peripécias durante a travessia. Esse fato, aliado a péssima qualidade de alimentação, a doença que os acometia a bordo e ao amontoamento de pessoas, onde tudo se tornava difícil, fez com que a viagem transoceânica lhe parece um verdadeiro terror.

Os imigrantes que vieram para a 4ª colônia chegaram no porto do Rio de Janeiro, depois deslocaram-se até o porto de Rio Grande, chegando a Porto Alegre, onde eram acomodados em galpões, até serem designados ao seu lugar de destino. Eram, então, embarcados em “gasolinas” (barcos a motor acionados com gasolinas) que os conduziam até onde as condições do Rio Jacuí permitia na época, em Rio Pardo. Após o desembarque, a viagem continuava por terra, sendo utilizadas carroças puxadas por bois que transportavam roupas, objetos de uso pessoal, ferramentas, material de cozinha e as crianças pequenas, idosas e doentes.

Os imigrantes que vieram para essa localidade viajaram muitos dias até chegarem na localidade conhecida atualmente como Val de Buia, onde

improvisaram seu estabelecimento, que ficou conhecido como barracão de Val de Buia, em Silveira Martins, “La Città Bianca”, onde hoje se encontra o Monumento ao Imigrante, em comemoração ao centenário da imigração italiana, em Silveira Martins.

As primeiras 70 famílias que chegaram tiveram que lidar com enormes dificuldades. Os primeiros tempos implicavam traçar caminhos e derrubar o mato, tornando habitável um espaço praticamente despovoado. Aos poucos, as famílias de imigrantes começam a ocupar os vales, descendo a serra e formando as primeiras localidades de Vale Vêneto e Val Veronês. Ao chegar na terra prometida as primeiras atividades dos colonos não era o plantio, mas a limpeza do mato, abertura de caminhos e a construção das casas. As características da arquitetura da imigração italiana é a construção artesanal, onde os próprios imigrantes elaboravam os elementos necessários para a construção de suas casas. Eles próprios solucionavam os problemas de acordo com a disponibilidade de recursos materiais e mão de obra em cada região sobre as formas de construir e as técnicas adotadas nas construções. A característica marcante nas construções variava de acordo com o material disponível que o local oferecia.

Neste sentido, buscamos chamar a atenção dos alunos para as edificações mais antigas de Vale Vêneto, a fim de demonstrar o seu valor como Patrimônio Histórico e Cultural dos habitantes do lugar. Desse modo, buscamos informações sobre a história da Imigração Italiana na Quarta Colônia, história de Vale Vêneto, e das instituições que fazem parte da formação dessa comunidade: dos Padres Palotinos e das Irmãs do Imaculado Coração de Maria.

Para a coleta dos dados sobre as residências mais antigas de Vale Vêneto, utilizamos como instrumento de pesquisa uma entrevista estruturada e para que os estudantes tivessem o acesso aos relatos dos idosos, do nono e da nona, as informações/histórias foram gravadas. O contato dos discentes com os nonos não foi possível devido a pandemia da COVID 19, preservamos assim a integralidade das entrevistas para a sua reprodução.

Estas ações educativas foram desenvolvidas na Escola, na disciplina de Produção Interativa, com carga horária de duas horas semanais, como tema transversal, quando foi trabalhado o histórico das edificações da comunidade de Vale Vêneto, bem como as atividades desenvolvidas e transcritas que resultaram no caderno didático, o mesmo pode ser utilizado pelos professores. Na etapa seguinte, esta experiência foi desenvolvida como projeto de Educação Patrimonial e concluída com a confecção dos fanzines e da revista artesanal.

Na Figura 1, é visível a Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Rafael Iop, onde aconteceu a pesquisa, juntamente com a Casa de Retiros Nossa Senhora de Lourdes.

Figura 1 – Escola Padre Rafael Iop e Casa de Retiro Nossa Senhora de Lourdes em Vale Vêneto, São João do Polêsine/RS.



Fonte: Caderno7. Disponível em: <<https://www.caderno7.com/2014/10/ex-alunos-das-escolas-vale-veneto-tem.html>>. Acesso em 10/05/2021.

A figura acima mostra a vista panorâmica da escola em que o estado do Rio Grande do Sul é o mantenedor, onde acontece os processos formais de aprendizagem. A escola atende alunos da sede e de outras diferentes localidades próximas, com níveis socioeconômicos e culturais diversificados respeitando as individualidades dos educandos. Não há problemas de evasão, infrequência e repetência escolar.

O estado aluga uma parte do prédio das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, onde atualmente também funciona um Hotel Fazenda, em outra parte do prédio.

Os relatos da nona e do nono enriquecem o patrimônio

A experiência com o trabalho docente nos fez perceber o quanto os alunos desconhecem de sua própria história, portanto para sanar esta lacuna foi desenvolvido em sala de aula atividades de valorização do Patrimônio Histórico e Cultural do território onde nossos educandos estão inseridos, neste caso, Vale Vêneto, distrito de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul.

Para iniciar as atividades sobre o Patrimônio Cultural do distrito de Vale Vêneto – São João do Polêsine/RS foi feito um estudo conceitual sobre o Patrimônio Histórico e Cultural para identificar na comunidade elementos representativos desse tema e assim fortalecer o vínculo do estudante ao lugar em que vive. É possível dizer que no processo da Educação Patrimonial,

conseguimos traçar um percurso das atividades a serem realizadas, cujo objetivo era identificar os prédios mais antigos de Vale Vêneto, entender seu valor histórico e cultural e isso foi alcançado.

Realizamos uma pesquisa sobre cada edificação mais importante da comunidade para conhecer sua história e representá-la por meio de desenhos. Durante o desenvolvimento das atividades propostas, em sala de aula, os discentes demonstraram interesse em conhecer os locais estudados, mesmo com as dificuldades de visitação por causa da Pandemia da Covid 19.

Com as dificuldades apresentadas durante a Pandemia decidimos representar uma casa de cada estilo, pelo menos uma casa de madeira, uma de barro, uma casa de tijolo e uma casa de pedra.

A casa da nona Izalda Catarina Bevilacqua Dotto e do nono Pilasio Vicente Dotto (in memoriam) foi a primeira casa visitada, é uma das mais antigas de Vale Vêneto e que resistiu à passagem do tempo. Se localiza na Rua do Comércio, quase esquina com a estrada do Recanto Maestro.

A casa possui as características originais da sua construção, como mostrado na Figura 2. Os materiais utilizados foram o barro, a palha de trigo e a madeira. Esse material era abundante e de fácil acesso aos imigrantes que chegavam neste território. Atualmente essa construção serve como depósito de ferramentas da família.

Essa residência foi fotografada pelo Padre Clementino Marcuzzo, que inclusive trazia estudantes e professores da universidade para fazer uma visitação e mostrar a todos uma típica casa construída na época da imigração, na região da Quarta Colônia.

Figura 2 - Casa da Nona Izalda Catarina Bevilacqua Dotto. Destaque para a parede feita de barro, madeira e palha de trigo na casa de Dona Izalda, em Vale Vêneto, São João do Polêsine/RS.



Fonte: Arquivo pessoal de Marisa Bertoldo Rossato, em 04/11/2021.

A nona Izalda contou muitas histórias que aconteceram com sua família e com a do seu marido já falecido, nesta casa que os abrigou por algum tempo.

Na sequência conversamos com a nona Irma e do nono Deoclécio Brondani, residentes no interior da comunidade de Vale Vêneto, na Linha São

Valentin. A casa foi feita de tijolos produzidos pela própria família e o alicerce é de pedra. A característica principal da casa é a construção em dois andares sendo que no sótão há alguns espaços abertos para ventilação e com portas e janelas originais, como mostrado na Figura 3.

Figura 3 – Casa da família Brondani, destaque do assoalho do sótão e dos respiros da residência em Vale Vêneto, São João do Polêsine/RS



Fonte: Arquivo pessoal de Marisa Bertoldo Rossato, em 13/11/2021.

Durante a entrevista, a nona Irma contou que o sótão era o espaço onde conservavam os alimentos, por isso precisavam de muita ventilação.

A casa foi construída a mais de 140 anos pelos patriarcas da família e desde então está sendo mantida como foi originalmente, para não descaracterizar a residência, pois valorizam o legado que receberam.

Outra casa visitada por nós, foi a residência do nono Tulio Brondani, mostrada na Figura 4. O Nono conta que a casa é feita de tijolos, unidos com barro e que para fazer uma parede bem bonita, queimaram alguns tijolos na cinza, para que eles ficassem mais escuros.

Figura 4 – Casa de Túlio Brondani, com destaque para a parede de tijolos queimados com cinzas em Vale Vêneto, São João do Polêsine/RS



Fonte: Arquivo pessoal de Marisa Bertoldo Rossato, em 13/11/2021.

No relato do nono Tulio, podemos observar seu entusiasmo pelo tempo em que viveu nessa residência. O barro era retirado na propriedade e confeccionado os tijolos a mão, no mesmo local. Conta também que queimavam tijolos nas cinzas para deixar a parede com um desenho bonito.

Luís Moacir Marcuzzo é o proprietário da residência de pedra que foi entrevistado para contar como viviam os primeiros moradores dessa casa. Marcuzzo conta que seu avô Luís Marcuzzo comprou o terreno em 1912, por um conto e quinhentos mil reis do então proprietário Manoel Py.

A residência, como aparece na Figura 5, serve de moradia para a família do Nonno Luís, que procura guardar e cultivar as recordações de sua família.

Figura 5 – Casa atual de Luís Moacir Marcuzzo, em Linha Duas, Vale Vêneto, São João do Polêsine/RS.



Fonte: Arquivo pessoal de Marisa Bertoldo Rossato, em 12/12/2021.

A residência mais nova que foi entrevistada era da nona Dalira em Vale Vêneto, São João do Polêsine/RS. Tem como característica principal, ser construída de tijolos, produzidos numa olaria perto do terreno onde foi construída a casa.

Está localizada na entrada da Linha da Glória, bem próxima a Estrada do Comércio esquina com o Clube Caravel, em Vale Vêneto. Na Figura 6, a residência com o telhado novo, única mudança que aconteceu ao reformar a casa.

Figura 6 – Casa da Nona Dalira Iop Pivetta em Vale Vêneto, São João do Polêsine/RS



Fonte: Arquivo pessoal de Marisa Bertoldo Rossato, em 15/11/2021.

Nona Dalira conta orgulhosa que essa propriedade foi adquirida por seu noivo em 1940 e reformou, colocando a data e as iniciais do nome, em destaque na parede da direita. A casa foi construída com tijolo e cal somente.

Antigamente as famílias eram muito numerosas e havia a necessidade de construir uma peça separada, que virava a cozinha da família, para abrigar os casais que se formavam com o tempo.

Percebemos nas entrevistas, a preocupação dos nonos com a cultura e a valorização dos costumes do povo, duas coisas que estão se perdendo.

Foi possível notar o entusiasmo dos alunos, no decorrer da pesquisa, sobretudo no trabalho de campo, pois os alunos, no seu caminho para casa, no transporte escolar, reconheceram as edificações estudadas e contavam alegres e entusiasmados o que tinham visto *in loco* da pesquisa realizada em aula.

Quando realizamos a visita ao Museu do Imigrante Italiano Eduardo Marcuzzo, os discentes, ao entrarem em contato com os objetos usados pelos primeiros moradores da localidade nas atividades do seu cotidiano, de forma lúdica, reconheceram as histórias contadas pelos Nonos e Nonas. Muitos objetos que estão no museu, também estão nas casas das famílias pesquisadas, e nas suas próprias famílias.

Percebemos pelas entrevistas que as pessoas mais idosas da comunidade possuem uma preocupação em preservar a história local, bem como seus costumes e tradições, pois os mais jovens estão focados em outros interesses e nem sempre se preocupam em entender ou escutar os nonos e nonas.

Nesse sentido entende-se que a valorização da memória não se encerra aqui, as atividades que realizamos podem ser estendidas para outros elementos do Patrimônio Cultural da comunidade de Vale Vêneto, pois há um vasto campo para isso. A preservação e valorização do patrimônio local perpassa pela educação sistemática da escola trazendo um teor mais científico e histórico lembrados pelos descendentes de imigrantes italianos em nossa comunidade.

Reforça-se que a memória dos antepassados quando valorizada pelos jovens gera respeito ao vivido, a história do lugar, pois os pioneiros eram pessoas de coragem, trabalhadores, preservavam valores como os religiosos demonstrados nessa pesquisa, importantes na formação do ser humano. O resultado deste trabalho educativo irá contribuir para a difusão do patrimônio histórico de Vale Vêneto, pois servirá de fonte de conhecimento para as famílias dos estudantes, bem como para os outros alunos da própria escola.

Pensando em contribuir para o estudo da Educação Patrimonial com alunos do quarto e quinto ano de outras escolas, nós da Estadual de Ensino Fundamental Padre Rafael Iop, organizamos uma série de atividades que foram distribuídas ao longo do caderno didático.

Acredita-se que esse caderno didático será um instrumento importante de renovação do conhecimento e de valorização da história local e das lembranças dos nossos antepassados. Esse será um recurso didático que poderá auxiliar os professores que se empenham em contribuir para o desenvolvimento de uma geração mais ativa na defesa da história e do patrimônio local.

O caderno didático foi ilustrado pelos alunos do quarto e quinto ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Rafael Iop quando do estudo sobre as edificações mais importantes de Vale Vêneto e os alunos interagem com os alunos contando as histórias e relatando os fatos de suas vivências.

Outro recurso foi a revista e um *fanzine*, de forma artesanal, como mostra a Figura 7, onde os estudantes registraram seu conhecimento a partir do estudo realizado sobre o patrimônio da comunidade, sobre Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Memória, numa linguagem acessível para os alunos de nove a onze anos de idade.

O projeto gráfico e o designer do caderno didático, mostrados na Figura 7, foram deixados aos encargos de Lana Bertoldo Rossato, que com seu conhecimento e perspicácia conseguiu “dar vida” aos personagens e criar um material interessante, atrativo e que estimule o aluno a estudar e realizar as atividades propostas ali, conhecendo melhor seu município.

Figura 7 – Capa do Caderno didático destacando o nono e a nona, símbolos da imigração italiana em São João do Polêsine/RS.



Fonte: arquivo pessoal de Marisa Bertoldo Rossato, em 02/12/2021.

Com esse produto de Mestrado em Patrimônio Cultural pretendemos atingir o máximo possível de estudantes do município para que seja um instrumento de valorização da cultura local e que possam reconhecer-se como integrantes dessa cultura, multiplicando o seu saber e apreço pelo patrimônio Cultural.

O Caderno Didático contém sugestões de atividades a serem desenvolvidas com os estudantes entre nove e dez anos de idade. Foi elaborado de forma atraente, colorido e sintetizado. Para que o discente tenha interesse em continuar com a leitura compreendendo assim a história local, e valorizando a cultura local e que possam reconhecer-se como integrantes dessa cultura, multiplicando o seu saber.

Este material, mostrado na Figura 8, resultado de um ano de trabalho, ficou com os próprios estudantes e os fanzines foram distribuídos na 36ª Jornada Acadêmica Integrada, da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Figura 8 – A revista Artesanal e os *Fansines* apresentados na Jornada Acadêmica Integrada da Universidade Federal de Santa Maria



Fonte: Arquivo pessoal de Marisa Bertoldo Rossato. 09/10/2022.

Nesse sentido conclui-se que o trabalho de valorização da memória não se encerra aqui. A pesquisa pode ser estendida para outros elementos do Patrimônio Cultural da comunidade de Vale Vêneto, pois há um vasto campo para isso.

A preservação e valorização do patrimônio local perpassa pela educação sistemática da escola trazendo um teor mais científico e histórico lembrados pelos descendentes de imigrantes italianos em nossa comunidade. Reforça-se que a memória dos antepassados quando valorizada pelos jovens gera respeito ao vivido, a história do lugar, pois os pioneiros eram pessoas de coragem, trabalhadores, preservavam valores como os religiosos demonstrados nessa pesquisa, importantes na formação do ser humano.

O resultado deste trabalho educativo irá contribuir para a difusão do patrimônio histórico de Vale Vêneto, pois servirá de fonte de conhecimento para as famílias dos estudantes, bem como para os outros alunos da própria escola.

Considerações finais

Considerando a proposta de conhecer o Patrimônio local e despertar a curiosidade no educando sobre as edificações na localidade de Vale Vêneto – São João do Polêsine/RS, percebe-se que os discentes se apropriaram do conhecimento e demonstraram a capacidade de fazer as ligações do prático com o abstrato.

É possível dizer que no processo da Educação Patrimonial, conseguimos traçar um percurso das atividades a serem realizadas, cujo objetivo era identificar os prédios mais antigos de Vale Vêneto, entender seu valor histórico e cultural, e isso foi alcançado. Durante o desenvolvimento das atividades propostas, em sala de aula, os discentes demonstraram interesse em conhecer os locais pesquisados. E a cada dia que passava os estudantes se dedicavam em estudar mais uma edificação, com interesse e afinho.

As residências escolhidas para serem estudadas foram selecionadas por meio de conversas com a população e indicações de moradores da comunidade. Pela dificuldade de interação com as pessoas, no momento da pesquisa, resultante da pandemia mundial, priorizou-se uma casa de cada tipo arquitetônico: uma casa de barro e madeira, uma de pedra, duas casas de tijolos e alicerce de pedra e uma casa de tijolo. Assim temos uma variedade de histórias para recordar.

Pode-se notar que as edificações mais antigas, construídas de barro e galhos de árvores estão em processo de ruínas ou já foram demolidas, mas as residências com alicerce de pedra e construídas de tijolos produzidos pelas próprias famílias ainda servem de moradias e estão sendo preservadas para que todos possam conhecer a sua história.

Acredita-se que a importância da valorização desse patrimônio perpassa pela família, escola e sociedade. No relato oral dos entrevistados percebeu-se a preocupação dos mesmos, com a continuidade dos costumes e tradições tanto culturais quanto religiosas para as gerações futuras, pois percebem que os jovens atuais não possuem interesse em conservar vivo o que foi passado para eles como herança cultural.

As pessoas entrevistadas possuem entre setenta a noventa anos de idade e ficaram contentes em contribuir com o estudo e a aprendizagem dos estudantes.

Reforça-se que a memória dos antepassados quando valorizada pelos jovens gera respeito ao vivido, a história do lugar, pois os pioneiros eram pessoas de coragem, trabalhadores, preservavam valores como os religiosos demonstrados nessa pesquisa, importantes na formação do ser humano.

O Caderno Didático irá contribuir para a difusão do patrimônio histórico do distrito de Vale Vêneto, pois servirá de subsídios para os professores e estudantes das escolas do município de São João do Polêsine.

Referências

- BISOGNIN, E.; RIGHI, J.; TORRI, V. **Povoadores da Quarta Colônia: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, RS**. Porto Alegre: EST Edições, 2001.
- BRONDANI, I. **Casa da Nona Irma e Nono Deoclécio Brondani**. 2021. Entrevista concedida a Marisa Bertoldo Rossato. Vale Vêneto - São João do Polêsine/RS.
- BRONDANI, T. **Casa do Nono Túlio Brondani**. 2021. Entrevista concedida a Marisa Bertoldo Rossato. Vale Vêneto - São João do Polêsine/RS.
- DOTTO, I. C. B. **Casa da Nona Izalda Catarina Bevilacqua e Nono Pilásio Vicente Dotto (In memóriam)**. 2021. Entrevista concedida a Marisa Bertoldo Rossato. Vale Vêneto - São João do Polêsine/RS. 04 de novembro de 2021.
- FAGAN, E. B. **Quarta Colônia: terra, gente e história**. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- MAESTRI, M. **Os Senhores Da Serra: A Colonização Italiana Do Rio Grande Do Sul**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.
- MARCUZZO, L. M. **Casa do Nono Luís Moacir Marcuzzo**. 2021. Entrevista concedida a Marisa Bertoldo Rossato. Vale Vêneto - São João do Polêsine/RS. 12 de dezembro de 2021.
- PIVETTA, D. I. **Casa da Nona Dalira Iop Piveta**. 2021. Entrevista concedida a Marisa Bertoldo Rossato. Vale Vêneto - São João do Polêsine/RS. 15 de novembro de 2021.
- ROSSATO, M.B. **O Patrimônio Cultural no distrito de Vale Vêneto, São João do Polêsine/RS: Histórias e Personagens contadas num caderno didático**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa maria, 2022.

História da Quarta Colônia: metodologia de uma proposta de material de apoio aos professores

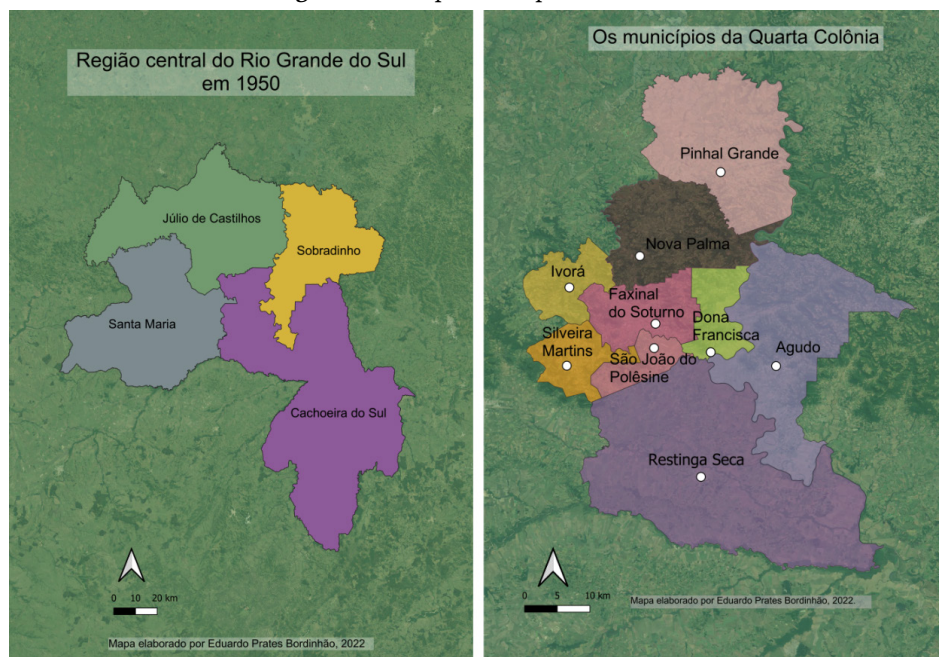
Eduardo Prates Bordinhão¹

A partir de experiências no projeto de extensão “Patrimônio Histórico Cultural, Memória, Educação e Preservação”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin, percebeu-se uma carência no que diz respeito a materiais didáticos e/ou paradidáticos que abordem, desde a chegada dos primeiros seres humanos ao território, a História da região que hoje conhecemos como Quarta Colônia. Em uma revisão da literatura, foi encontrado o trabalho de Elaine Binotto Fagan (2014), que consiste em um livro paradidático impresso o qual aborda, a partir do uso de história em quadrinhos e textos didáticos, a História da Quarta Colônia com ênfase na chegada de imigrantes europeus no local durante o século XIX. Ou seja, não há trabalhos de divulgação ou didáticos que compilem a História da região desde os primórdios da humanidade até os dias atuais. Tendo essa carência em vista, delineou-se a proposta de livro paradidático.

O material foi elaborado contando com quatro recursos didáticos principais: textos, mapas, linhas do tempo e *links* que direcionam para sítios da *internet*. Os textos foram elaborados de maneira concisa, abordando os principais temas da História do Rio Grande do Sul e da Quarta Colônia, além de terem sido baseados em estudos recentes – que consistem no recurso basilar do livro. Os mapas tiveram duas procedências: aqueles já publicados em outros trabalhos e mapas elaborados pelo autor com o auxílio do programa de computador *QGIS*, utilizando as bases cartográficas que são oferecidas gratuitamente pelo serviço privado *Google*, assim como as bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, por vezes, tendo como referência o livro “Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul”, publicado em 2018.² Também foram usados os dados disponíveis no sítio *ScienceDirect* sobre sítios guaranis na região da Bacia do Prata. A Figura 1 a seguir indica dois mapas elaborados e utilizados no material.

1 Graduado em História - Licenciatura (2022) e Bacharelado (2023) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente cursa o Mestrado Acadêmico em História, também pela UFSM. É Integrante do Grupo de Pesquisa CNPQ História Platina: Sociedade, Poder e Instituições, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin. E-mail: eduardopratesbordinhao@gmail.com.

2 RIO GRANDE DO SUL. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SPGG/RS, 2018.

Figura 1: Exemplo de mapas utilizados.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)³.

As linhas do tempo foram elaboradas com o intuito de situar o leitor, para que fosse possível visualizar a duração de cada espaço de tempo e perceber os acontecimentos ou processos históricos ocorridos em cada período, um recurso didático que pode ser utilizado com os educandos em sala de aula. Os *links* foram adicionados com a intenção de fornecer informações extras ao leitor, proporcionando um maior aprofundamento em temas relacionados à unidade em questão. Junto aos *links*, foram adicionados códigos do tipo “QR”, que podem ser lidos por telefones celulares e, assim como o *link*, encaminham para as páginas da *internet*. Esses códigos foram criados usando o sítio *QR code generator*.⁴

A proposta do livro foi dividida em cinco partes: Apresentação; Unidade 1 – Sociedades Tradicionais; Unidade 2 – Avanço Português e as comunidades remanescentes de quilombo; Unidade 3 – Imigração Europeia e a Quarta Colônia. Na Apresentação, buscou-se introduzir de maneira geral o objetivo do livro de maneira textual e por meio de dois mapas: o primeiro deles apresenta a região da Quarta Colônia dentro do Rio Grande do Sul e de regiões vizinhas,

3 Material elaborado com base em: RIO GRANDE DO SUL. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SPGG/RS, 2018. Com o uso das bases cartográficas disponibilizadas pelo IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 3 ago. 2022.

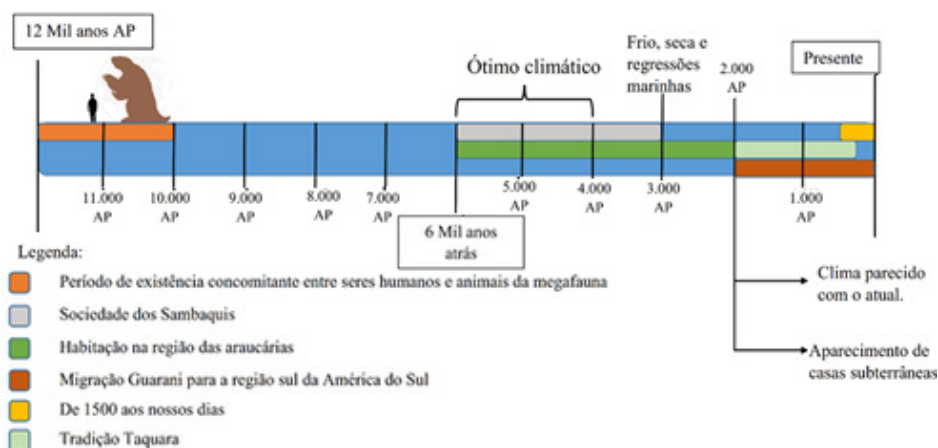
4 Disponível em: <https://br.qr-code-generator.com/>. Acesso em: 03 ago. 2022.

enquanto o segundo representa os municípios que a compõem. Com esses recursos, pretende-se situar o leitor no espaço que será abordado no livro.

A primeira Unidade aborda as comunidades tradicionais, cujo espaço “diz respeito aos habitantes que estavam presentes no Brasil antes da chegada dos europeus, regidos por leis, costumes e práticas baseadas na oralidade, na tradição e nos modelos oriundos dos antepassados” (Soares, 2021, p. 52). Com base nessa definição, determinou-se como recorte temporal desta Unidade o período de 12 mil anos atrás até o ano de 1.500 da Era Comum (EC), iniciando a discussão a partir do termo “pré-história”. Essa designação costuma ser utilizada de maneira recorrente, mas recentemente tem sido problematizada devido à potencialidade do seu teor excludente. Ao levantar essa discussão já no texto introdutório, busca-se oferecer uma reflexão sobre um termo bastante corriqueiro, incitando o senso crítico do leitor.

Com a linha do tempo subsequente (Figura 2), apresenta-se um panorama visual sobre os vários processos ocorridos no intervalo entre 12 mil anos atrás e a atualidade, representando o período em que os seres humanos conviveram com os animais da megafauna; o período da sociedade dos sambaquis; o período de habitação nas matas de araucárias, migração guarani para a região sul; o período entre o ano 1.500 da Era Comum aos nossos dias e o período da tradição arqueológica, conhecida como “taquara”. Assim, é possível demonstrar visualmente a duração de cada um desses períodos e evidenciar as sociedades que conviveram em um mesmo tempo cronológico, como é o caso da tradição taquara, dos povos guaranis e dos europeus e seus descendentes.

Figura 2: Linha do tempo: de 12 mil anos atrás ao nosso tempo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).⁵

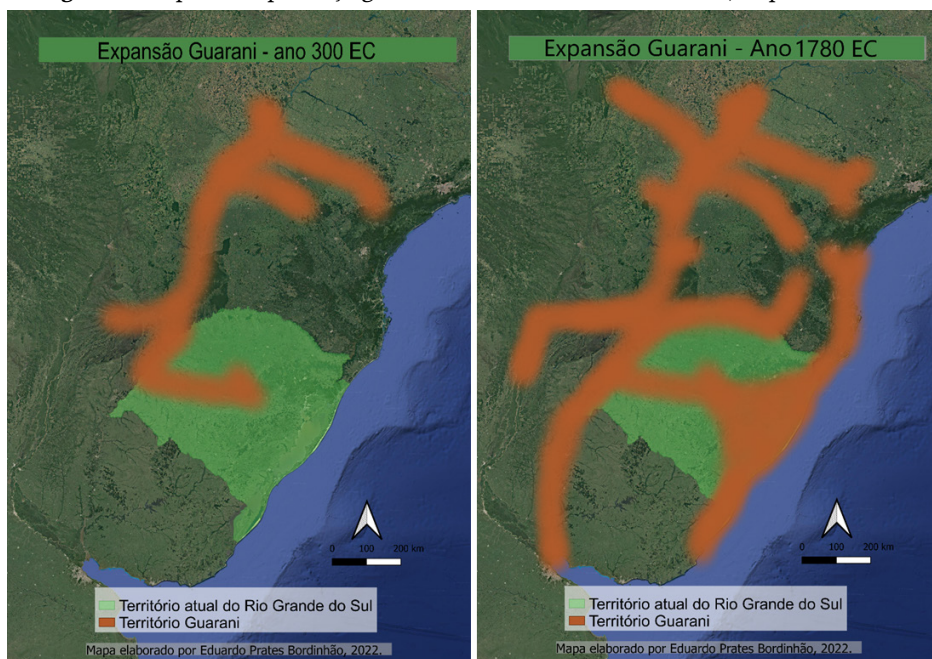
5 Desenvolvido por Eduardo Prates Bordinhão como Trabalho de Conclusão da Graduação

Foi utilizado como aporte teórico o capítulo “Pré-história e ocupação humana”, escrito por Arno Alvarez Kern (2009), que compõe o livro “Povos Indígenas” da coleção “História Geral do Rio Grande do Sul”; além do artigo “Primeiros habitantes da Quarta Colônia: Os povos tradicionais”, escrito por André Luís Ramos Soares (2021). A partir dessas leituras, foi possível elaborar o texto que integra a primeira Unidade do livro paradidático. Por meio do material, busca-se apresentar as mudanças climáticas e ambientais ocorridas no planeta durante o período em questão, que são tão relevantes para a história desse período, a exemplo da chegada dos primeiros humanos ao continente americano, a diferenciação entre arqueologia e paleontologia, os resquícios arqueológicos encontrados no Rio Grande do Sul e na Região da Quarta Colônia, bem como a que tradição arqueológica eles pertenciam.

O primeiro link adicionado a essa unidade redireciona para um artigo contido no sítio da empresa “BBC News Brasil”, que apresenta como as teorias sobre o povoamento da América foram construídas. Nele, são apresentadas as contribuições de estudos recentes para alcançar respostas sobre o campo de estudo da genética. Já o segundo link redireciona para a versão digital da cartilha didática “Descubra a Arqueologia com Toni Tatu e Mulita” (SOARES, s.d.), que apresenta o modo como é feito o trabalho do arqueólogo.

Para demonstrar a presença guarani no território, serão apresentados dois mapas (Figura 3), ambos exibindo as regiões habitadas por grupos guaranis: o primeiro demonstra o ano 300 EC e o segundo demonstra o ano 1780 EC. Com essas imagens, é possível evidenciar a expansão de tais povos em direção à região sul, com bastante presença no Estado do Rio Grande do Sul, inclusive na região que hoje conhecemos como Quarta Colônia. Para ilustrar a cerâmica guarani referida no texto, também são apresentadas algumas fotografias capturadas no Museu Histórico Municipal de Nova Palma e no Instituto Cultural Brasileiro-Alemão de Agudo. Assim, pretende-se comunicar ao leitor que a obra, ao mesmo tempo em que informa sobre a disponibilidade desses itens para observação nos museus, também objetiva valorizá-los. Além disso, são citados outros sítios arqueológicos da Quarta Colônia e suas características para, na sequência, apresentar um mapa que os localiza por meio de pontos.

Figura 3: Mapa de da presença guarani nos anos 300 EC e 1780 EC, respectivamente.



Fonte: Adaptado de Bonomo et al. (2015).⁶

Na Unidade 2, o tema escolhido foi a História do Rio Grande do Sul e da Quarta Colônia entre os séculos XVI e meados do século XIX, somada à questão quilombola através da apresentação da História de duas comunidades remanescentes de quilombo, atualmente presentes na Quarta Colônia. Como referência foram utilizados os capítulos 1, 2 e 5 do livro “Breve História do Rio Grande do Sul”, escrito por Fábio Kühn (2004), que aborda o contato entre europeus e indígenas considerando as dinâmicas desses encontros, desde as expedições de escravização de indígenas até o contato de imigrantes alemães e, em muitas vezes, os conflitos resultantes desse contato.

A obra aborda a tentativa fracassada de estabelecimento de missões de evangelização por iniciativa de jesuítas portugueses, considerando o primeiro estabelecimento de missões jesuíticas espanholas na região do Tape, a investida de bandeirantes paulistas e o consequente abandono dessas missões. Nesse contexto, foram estabelecidas novas reduções espanholas naquela região (conhecidas como os Sete Povos das Missões), além das guerras guaraníticas e o interesse do Estado em controlar as populações indígenas com o intuito de

6 Com o uso das bases cartográficas disponibilizadas pelo IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 3 ago. 2022.

possuir mão de obra barata disponível. Também era de interesse dos portugueses estabelecer de alianças com povos minuanos, algo que favorecia o trânsito de gado pelas regiões em que esses povos estavam presentes.

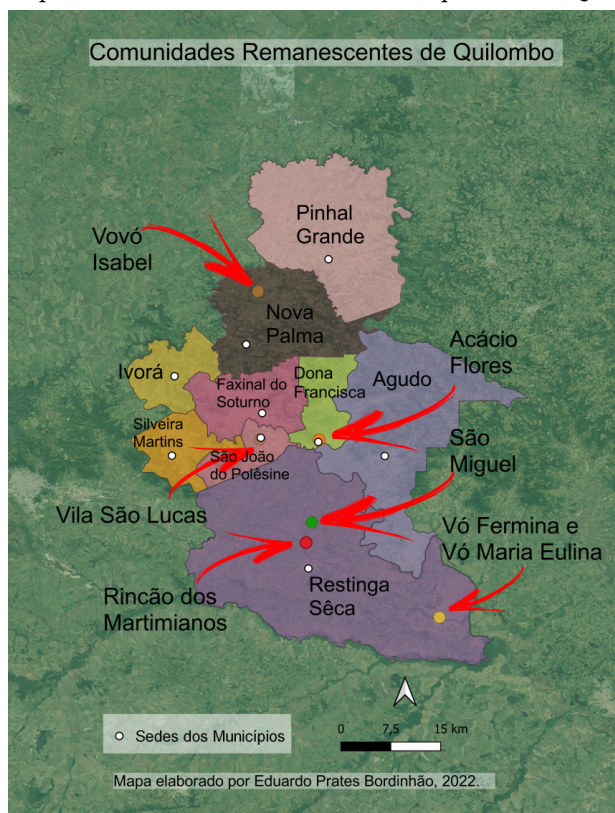
Kühn (2004) aborda ainda o espaço fronteiriço e as dinâmicas de uma “fronteira em movimento”, que está sempre sofrendo modificação devido às dinâmicas da região e aos tratados firmados entre as Coroas do Império Português e do Império Espanhol. Com relação ao sistema econômico e à sociedade nos séculos XVIII e XIX, o autor evidencia uma economia que varia com o passar do tempo, sendo primeiramente concentrada na caça do gado solto e na produção de trigo e posteriormente voltada para a atividade das charqueadas, principalmente nas regiões mais ao sul da Província, tendo como base a mão de obra escravizada de origem africana.

Foi consultado ainda o trabalho de Adelmir Fiabani (2017), a partir do qual se pode obter uma dimensão acerca da escravidão e da formação de quilombos no Rio Grande do Sul, com casos referentes ao município de Santa Maria da Boca do Monte e de Cachoeira.

Tendo como principais referências os autores citados, a Unidade 2 do livro paradidático foi construída com o objetivo de abordar o contexto de chegada dos europeus à América, com ênfase nos assuntos portugueses e na maneira como o a região sul foi integrada às dinâmicas mercantilistas do Império Luso no Continente Americano. Assim, o texto explora a escravidão e as formas de resistência a ela, incluindo a formação de quilombos.

Para abordar as comunidades remanescentes de quilombo existentes na Quarta Colônia, optou-se por explicar de maneira mais detalhada a formação da comunidade do Rincão dos Martimianos, em Restinga Sêca, assim como a comunidade Vovó Isabel, em Nova Palma. A escolha por essas duas comunidades se deve ao fato de que elas possuem maior quantidade de materiais escritos sobre sua História. Foi utilizada como referência a cartilha “Patrimônio Histórico Cultural Geoparque Quarta Colônia: memória, educação e preservação”, publicado pela Pró Reitoria de Extensão da UFSM, organizado por Barbarah Alves, Higor Xavier Barbosa e Maria Medianeira Padoin (2021), cujos autores são professores (as) da rede de ensino básico que atuam na região em estudo. Trata-se de um material que apresenta uma síntese histórica de cada município, além de informações sobre seus espaços de memória, dos saberes e fazeres, com valor simbólico a nível de patrimônio cultural e natural referente aos nove municípios que compõem o CONDESUS Quarta Colônia. Também foram úteis as informações disponíveis no sítio “Mapa de Conflitos” (MAPA, 2021), que foram utilizadas para a elaboração da linha do tempo na referida Unidade. Além disso, foi elaborado um mapa que demonstra a localização geográfica dessas comunidades (Figura 4).

Figura 4: Mapa das comunidades remanescentes de quilombo da Quarta Colônia



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)⁷.

O primeiro link adicionado a essa Unidade redireciona o leitor para a história em quadrinhos “Quilombos de Restinga Sêca”, que mostra os personagens conversando sobre a formação e o desenvolvimento das regiões de Restinga Sêca que foram refúgio para ex-escravizados.

Já a Unidade 3 teve como tema a imigração europeia para a região central do Estado, apresentando seus desdobramentos e as emancipações políticas dos municípios que hoje compõem a Quarta Colônia. O texto inicia com uma explanação sobre o contexto do processo de unificação italiana, utilizando como referência o trabalho de Cleci Favaro (2006), que apresenta o contexto da região atualmente conhecida como Itália desde o século XVI, explorando o processo de industrialização na região norte daquele país no século XIX e as dinâmicas de migração sazonal.

⁷ Material desenvolvido por meio das bases cartográficas disponibilizadas pelo IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 3 ago. 2022.

Para abordar o contexto do Império brasileiro e seu interesse em buscar imigrantes europeus, utilizou-se como referência a pesquisa de Paulo Zarth (2006), que aborda a estrutura agrária na Província do Rio Grande do Sul durante o período imperial, perpassando por temas como concentração fundiária, interesse do governo do Império pela ocupação da região sul do território, escravidão e trabalho livre, imigração e o papel da colonização para a economia. Com base nesses temas, foi explorada a Lei de Terras de 1850 e seu impacto para as dinâmicas de colonização em terras devolutas.

O segundo link adicionado a essa Unidade redireciona para um artigo contido no sítio da empresa “BBC News Brasil”, que mostra a trajetória de vida de Anita Garibaldi e como ela é representada nos livros didáticos de história no Brasil, aliado ao modo como a historiografia tratou e vêm tratando a História das mulheres.

Em seguida, abordou-se a criação das colônias de Santo Ângelo, Conde D’Eu, Dona Isabel, Campo dos Bugres e Silveira Martins para, na sequência, dissertar sobre a Colônia Silveira Martins e as dinâmicas políticas que a cercavam durante a Primeira República, cujos territórios foram divididos entre outros municípios. Foi utilizado como referência o trabalho de Marcos Saquet (1999), que busca entender os motivos do declínio das atividades produtivas na região da ex-colônia Silveira Martins, apontando como principal fator a fragmentação da região entre vários municípios. Outra fundamentação teórica relevante é o volume 3 da obra “150 Anos da Imigração Italiana do RS” (Bacca, Rocha, 2020), em que consta um histórico sobre cada um dos nove municípios que integram a Quarta Colônia do CONDESUS.

Posteriormente, foram apresentadas as emancipações políticas e evidenciada a evolução territorial dos municípios que, hoje, pertencem à região que compõe a Quarta Colônia. Para tanto, foram elaborados cinco mapas, representando os anos de 1900, 1950, 1970, 1990 e 2022. Na sequência, apresentou-se a linha do tempo da História da Quarta Colônia, localizando no tempo os principais momentos históricos dessa região. Com esses mapas e com a linha do tempo, é possível demonstrar de maneira visual a divisão do território e as posteriores emancipações político-administrativas dos municípios que compõem a Quarta Colônia atualmente.

Para desenvolver esses temas, recorreu-se principalmente à publicação da Secretaria de Planejamento do Estado do RS, “Genealogia dos Municípios do Rio Grande do Sul” (2018), assim como no livro publicado em *e-book* pela editora FACOS-UFSM, “Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia” (2021). Este último título traz uma visão geral de vários temas sobre a região da Quarta Colônia, como a sua história, os aspectos relacionados à arqueologia e à paleontologia, entre outros assuntos em uma perspectiva de Educação Patrimonial.

A partir das atividades de extensão desenvolvidas por meio da bolsa FIEX/UFSM, além de outros projetos vinculados à Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin, foi possível conhecer mais sobre as redes de ensino da região da Quarta Colônia, sejam elas municipais ou estaduais. Com essa experiência, foi constatada uma carência de materiais didáticos sobre a História local que servissem de apoio aos professores da rede básica de ensino. Ou seja, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que foram constatadas carências na região da Quarta Colônia e elaborado o trabalho que visa suprir essa demanda.

Tendo em vista essa falta de material de ensino, foi realizado um levantamento dos principais tópicos para os quais era necessária a elaboração de aportes didáticos, o que envolveu a consulta de variadas bibliografias já existentes sobre a região. Uma vez realizado esse levantamento, foi constituído o trabalho que configura em um livro paradidático de História voltado à rede básica de ensino da Quarta Colônia. Além da elaboração textual, também foram produzidos mapas históricos e linhas do tempo, com finalidade didática, que acompanham o texto.

Dessa forma, por meio da elaboração do produto, buscou-se contribuir com a divulgação da História da Quarta Colônia para o público professoral do ensino básico, fornecendo um material sintético e qualificado que foi elaborado a partir de estudos recentes da historiografia, integrando a isso mapas, linhas do tempo e imagens. Além disso, com a constituição deste material didático que enfatiza a História local, os docentes e discentes têm como possibilidade a vinculação dos temas locais com aqueles ministrados a partir do currículo comum do ensino, servindo assim como uma ponte do geral com o local. Desse modo, esse material serve também como um aporte às iniciativas de educação patrimonial na região, que tem como finalidade a valorização do território, sua História e sua população. Por fim, deve ser destacada a importância da divulgação do conhecimento histórico, fazendo com que temas relevantes possam chegar até a sociedade por meio da educação.

Referências

ALVES, Barbarah; BARBOSA, Higor Xavier; PADOIN, Maria Medianeira (Org.). **Patrimônio Histórico Cultural Geoparque Quarta Colônia: memória, educação e preservação**. Santa Maria: Pró Reitoria de Extensão da UFSM, 2021.

BONOMO, Mariano *et al.* **A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil**. *Quaternary International*, v. 356, 2015. p. 54-73.

FAGAN, Elaine Binotto. **“Quarta Colônia: terra, gente e história”** Proposta de um livro paradidático. Orientadora: Maria Medianeira Padoin. 2014. Dissertação (mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa

Maria, Santa Maria, RS, 2014.

FAVARO, Cleci Eulalia. Os “italianos”: entre a realidade e o discurso. IN: PADOIN, Maria Medianeira; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (org.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p.301-319.

FIABANI, Adelmir. Os quilombos no Rio Grande do Sul: resistência e negação à ordem escravista. In: Encontro Internacional de História Colonial: mundos coloniais comparados: poder, fronteiras e identidades, 6. **Anais Eletrônicos**. Salvador: EDUNEB, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **[Portal do] IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 3 ago. 2022.

KERN, Arno Alvarez. Pré-história e ocupação humana. In: KERN, Arno Alvarez; DOS SANTOS; Maria Cristina; GOLIN, Tau. **Povos indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009. p. 15-61.

KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

MAPA de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, RS. **Comunidade Quilombola Rincão dos Martimianos segue lutando contra invasores, água contaminada e para regularizar e finalizar sua situação fundiária**. Disponível em: <https://bit.ly/3um8jdC>. Acesso em: 03 ago. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA. **História**. Restinga Sêca, RS. Disponível em: <https://silveiramartins.rs.gov.br/municipio/historia>. Acesso em: 03 de ago. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SPGG/RS, 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. Alguns aspectos da formação econômica da ex-colônia Silveira Martins (1878-1925). In: MARIN, Jéri Roberto (Org.). **Quarta Colônia: novos olhares**. Porto Alegre: EST, 1999. p. 56-73.

SOARES, André Luís Ramos. Primeiros habitantes da Quarta Colônia: Os povos tradicionais. In: CRUZ, Jorge Alberto Soares; FIGUEIRÓ, Adriano; PADOIN, Maria Medianeira (org.). 2021. **Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021. p.50-66.

SOARES, André Luís Ramos (coord.). **Descubra a arqueologia com Toni Tatu e Mulita**. Santa Maria: UFSM. s.d.

ZARTH, Paulo Afonso. A estrutura agrária. IN: PADOIN, Maria Medianeira; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (org.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p.187-213.

A representação da “imagem de si” e da “imagem do outro” de Alberto Pasqualini em seu acervo pessoal

Augusto César Luiz Britto¹

Maria Medianeira Padoin²

Introdução

A identificação e a elaboração de um indivíduo, de quem ele é, constitui-se no processo denominado de subjetivação. Este processo permite o controle, a modelação, e a responsabilidade de uma narrativa sobre si mesmo e que é apresentado aos outros como algo que o representa e/ou o explica, como argumenta Touraine (2006, p. 166). Em seus estudos sobre subjetivação, Foucault (2004) expõe que este processo ocorre mediante práticas e discursos do cotidiano, em que o sujeito se molda e é moldado dentro de uma determinada cultura. A subjetivação é uma ação que objetiva o eu que fala, além de proporcionar, para aquele que a utiliza, a constituição de “características pessoais” e um “conhecimento sobre si”.

Uma prática utilizada pelos indivíduos para realizar a subjetivação é a “escrita de si” que consiste na elaboração de uma “narrativa em primeira pessoa em que o autor/produtor é o narrador e cujas experiências, reais ou ficcionais, são relatadas como sendo uma representação de si e da realidade” (BATISTA; OLIVEIRA, 2017, p. 125). Para Schons; Grigoletto (2008) a escrita é compreendida como uma cicatriz, ou seja, uma prática social que se articula entre o linguístico, o histórico, o ideológico e o inconsciente no qual são representadas. A escrita elabora discursos que serão reconhecidos como autênticos e que serão transfigurados para a identidade do sujeito que escreve.

Schons; Grigoletto (2008) defendem que a escrita de si pode ser compreendida e estudada como um fenômeno memorialístico. Os discursos produzidos pela escrita de si resultam do processo de seleção, edição e estruturação de memórias dos sujeitos em seus diferentes contextos em que viveram e presenciaram.

Desta maneira, a escrita de si se constitui, como outras formas de discursos, como uma “representação”, conforme argumenta Chartier (2002), já

1 Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e docente do curso de Arquivologia pela mesma universidade.

2 Docente do Programa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

que ela resulta de uma seleção de fatos que o autor quis narrar sobre ele mesmo. Corroborando com esta ideia, Cunha (2010) explana sobre a impossibilidade de acessar as nossas memórias de forma bruta e narrá-las e, por esta razão, escrevemos algo que represente o todo que se quer apresentar. Além disso, Silveira; Ferreira (2013) lembram que todo ato de escrever tem uma parcela, mesmo que inconsciente, de invenção. Cabe ao historiador verificar não se o que é narrado é verdade ou mentira, mas analisar a articulação daquele que narra e as razões que o levaram a elaborar o discurso da forma como ele foi apresentado. Silva (2018) lembra que um discurso sobre si, mediante a escolha da forma de apresentação e da seleção dos fatos, revela mais sobre o indivíduo quando ele redige, do que dos períodos abordados.

A escrita de si também ocorre na acumulação dos nossos documentos que formarão os arquivos pessoais, já que o ato de “arquivar” é inerente ao ser humano como nos dizeres de Cox (2010), ou seja, é uma prática do cotidiano como argumentado por Foucault (2004). Os motivos que levam alguém a guardar os seus documentos são variados, desde a necessidade de usufruir a cidadania até a conservação de seu legado.

A preservação e a organização documental de um arquivo pessoal se procedem subjetivamente de acordo com a intenção do titular do acervo, pois estes, como nos relata Assis (2009), possuem a liberdade de definir quais serão os documentos mantidos para a posterioridade, diferentemente dos arquivos institucionais que devem respeitar normas administrativas e jurídicas que os regem.

A seleção documental ocorre nos arquivos pessoais, pois é praticamente impossível guardar todos os documentos recebidos e produzidos durante a vida de um sujeito. O titular de um arquivo pessoal ao realizar a seleção de seus documentos, os que ficarão como produto de seu legado, produz um discurso que corresponde à escrita de si. É a imagem de si em forma de discurso, elaborada mediante a seleção de seus documentos que o indivíduo quer apresentar ao público através do tempo. Artières (1998, p.11) discorre sobre esta ação, denominando-a como o “arquivamento do eu” que corresponde a intenção autobiográfica do titular do acervo:

Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação. Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu. Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.

A compreensão da narrativa existente em um arquivo pessoal e de seu contexto de produção/acumulação deve considerar, no mínimo, três instâncias que constituem o “vínculo custodial”, como denominado por MacNeil (Meehan, 2018), que são as seguintes: produtor (custódia pessoal), custodiadores ulteriores (história custodial) e custódia arquivística (intervenção arquivística).

O presente trabalho irá apresentar os primeiros resultados da pesquisa de tese³ que busca a influência do vínculo custodial do acervo pessoal de Alberto Pasqualini na narrativa do titular sobre si. Neste sentido, o texto será dividido em três tópicos, além das considerações finais, que correspondem às instâncias elencadas por Macneil (Meehan, 2018): inicia abordando sobre quem foi Alberto Pasqualini, o produtor do acervo. Este item irá apresentar um resumo de sua biografia, pois o foco principal serão as demais instâncias do vínculo custodial do acervo, já que estas são as principais contribuições deste trabalho sobre o objeto de estudo. O segundo tópico irá abordar sobre Suzana Pasqualini, esposa do titular do acervo e custodiadora ulterior, que é quem preservou e organizou o acervo atribuindo sentido ao mesmo. O terceiro tópico, por sua vez, irá apresentar as ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Ivorá, instituição custodiadora definitiva, referente ao acervo de Alberto Pasqualini. Encerra-se, o estudo, com as considerações finais.

Produtor do acervo: Alberto Pasqualini

A narrativa presente sobre o titular em seus arquivos pessoais deve ser interpretada tendo como subsídio o contexto de produção documental e da organização em si do acervo. Por esta razão, é necessário, neste estudo, compreender quem foi Alberto Pasqualini e as motivações que o levaram a acumular e preservar os seus documentos. Porém, neste ensaio o foco principal serão as duas últimas instâncias da cadeia de custódia de um arquivo. Neste tópico será apresentado, portanto, a biografia sucinta de Alberto Pasqualini e a relação com o seu acervo.

Alberto Pasqualini é natural de Ivorá/RS. Nasceu no dia vinte e três de setembro de 1901 e morou no município até 1909, quando se mudou para Restinga Seca/RS. No ano de 1913 começa os seus estudos no Seminário dos Jesuítas em São Leopoldo/RS. Retira-se do sacerdócio por falta de vocação e se transfere para o Colégio Anchieta de Porto Alegre/RS. Opta pela carreira na área jurídica e se gradua, como aluno laureado, pela Faculdade Livre de Porto Alegre, 1929.

3 Pesquisa de tese em andamento que tem como título provisório “A narrativa de Alberto Pasqualini sobre si e seu contexto histórico expressado mediante seu acervo pessoal”. Esta pesquisa é vinculada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História/PPGH da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM e é orientada pela professora Dr^a. Maria Medianeira Padoin.

Na Revolução de 1930, Alberto Pasqualini atuou como Major Fiscal do 11º Batalhão Provisório João Pessoa, em Porto Alegre. Atuou como advogado sob a inscrição na OAB-RS nº 69 e como Professor Catedrático da Faculdade Livre de Porto Alegre entre 1934 e 1935. Elege-se ao cargo de Vereador de Porto Alegre em 1935 pelo Partido Libertador.

O volume de documentos deste período é menor se comparado com os demais na totalidade do acervo. São os documentos mais antigos presentes no arquivo, e a porcentagem menor pode ser explicada tanto pela gradual tomada de consciência da importância histórica dos seus documentos como pelas relações pessoais e profissionais obtidas no decorrer do tempo e que os demais cargos exigiam.

O Interventor do Estado do Rio Grande do Sul, Coronel Cordeiro Farias, convidou Alberto Pasqualini para participar do Departamento Administrativo do Estado em 1939 no qual ele aceita. No ano de 1943, ele assume a Secretaria do Interior e Justiça do Estado no governo de Ernesto Dornelles (1943-1945). Nestes dois cargos, Alberto Pasqualini adquiriu capital político devido ao alto conhecimento técnico e jurídico da coisa pública colocados em prática, bem como de seu posicionamento firme contra as perseguições políticas e a favor da liberdade de imprensa (ALMEIDA, 2019). Percebe-se o aumento tanto do volume documental preservado por ele quanto dos tipos documentais existentes no arquivo.

Na década de 1940, Alberto Pasqualini começa a publicar as suas ideias em prol da justiça social e do capitalismo solidário nos jornais locais. No ano de 1945, no contexto da redemocratização, possibilitou que um grupo de apoiadores de suas ideias formassem a União Social Brasileira – USB, tendo ele como Presidente. A agremiação acabou sendo assimilada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Rio Grande do Sul. Foi neste partido que ele ficou conhecido no imaginário político como o doutrinador fundamental do trabalhismo brasileiro, principalmente após o lançamento do seu livro denominado “Bases e sugestões para uma política social” em 1948.

Nas eleições para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul de 1946, Alberto Pasqualini é derrotado por Walter Jobim, candidato do Partido Social Democrático – PSD. Ele foi escolhido como candidato graças ao capital adquirido e pela consolidação de sua carreira (ANGELI, 2020). No ano de 1950, ele atinge o principal cargo que ocupou em sua vida pública, a de Senador da República. No final do mesmo ano, casou-se com Suzana Thompson Flores no Rio de Janeiro.

Mais uma vez, em 1954, Alberto Pasqualini é escolhido como candidato ao cargo de Governador do Estado pelo PTB. Desta vez, ele fora derrotado por Ildo Meneghetti, candidato do PSD. O acervo possui documentos de todas as eleições as quais Alberto Pasqualini concorreu.

No réveillon de 1956, Alberto Pasqualini teve um derrame cerebral que o afastou da vida pública. Ele faleceu no dia três de julho de 1960 em sua residência. O seu acervo contém documentos sobre a repercussão da sua enfermidade e de seu falecimento sendo os únicos, além daqueles de festividades, os de caráter pessoal.

O escritório, independentemente do cargo no qual ocupava, era, em sua maioria, o local onde foram produzidos e acumulados os documentos existentes no acervo. Suzana Pasqualini comenta como era a rotina de trabalho de seu esposo:

O Alberto sobre esse aspecto é um homem interessantíssimo. Dentro da clássica confusão tão comum nos intelectuais, êle sempre foi um homem absolutamente ordenado. Sempre teve métodos disciplinados de trabalho. A sua produção sempre correspondia ao tempo que empregava na ação. A sua mesa, como a de todos os intelectuais, aparentemente era desorganizada, mas se alguém tirasse um papel que êle havia deixado sobre ela, por insignificante que fôsse, Alberto dava logo pela falta (DIÁRIO DA TARDE, 1959, p. 2).

É possível visibilizar, portanto, com o relato da Suzana Pasqualini, como se deu o processo de formação do seu arquivo. Além disso, Alberto Pasqualini demonstrava possuir consciência do valor documental como forma de consolidar as suas ideias. Witkowski; Freitas (2008, p. 100) cita o seguinte trecho da entrevista de dezoito de março de 1949, no Diário de Notícias: “[...] o maior título para um homem público será o de que o pensamento e o sentido social dos seus atos, realizações e atitudes possam ultrapassar-lhe a existência material”.

Neste sentido, os documentos decorrentes de suas atividades foram preservados por ele, como meio de consolidar, perpetuar e difundir as ideias trabalhistas. No próximo tópico, será apresentada a influência da segunda instância da cadeia de custódia, custodiadora ulterior, no discurso presente no acervo de Alberto Pasqualini sobre ele.

Custodiador ulterior: Suzana Thompson Flores Pasqualini

O acervo de Alberto Pasqualini foi herdado por sua esposa, Suzana Thompson Flores Pasqualini, após o seu falecimento no dia três de junho de 1960. Coube a ela a responsabilidade de manter preservados os documentos por trinta e três anos e de organizar, após o ano de 1987, segundo a sua cunhada, Heliana Thompson Flores (2022), com o objetivo de manter o legado de seu esposo presente na memória da sociedade.

Os tipos documentais existentes no arquivo pessoal de Alberto Pasqualini, além dos assuntos contidos nestes e a forma como o acervo foi organizado estão evidenciados no “Sumário” elaborado por Suzana Pasqualini intitulado “Vida e Obra de Alberto Pasqualini”. Na apresentação do sumário, Suzana Pasqualini

demonstra compreender a importância que o acervo possui em preservar o legado de Alberto Pasqualini, uma personalidade política destacada da sociedade em seu tempo:

Esta pesquisa revela muita informação nova, pela associação de fragmentos de procedência diversas que, aproximados, formam um conjunto substancioso e raro sobre a vida deste homem dotado de uma profunda penetração intelectual e intuitiva de um mundo superior (PASQUALINI, [s/d], p. 5).

O legado deixado por Alberto Pasqualini quanto a sua doutrina ideológica e suas ações em cargos públicos é ressaltado por sua esposa como argumento para considerá-lo como uma personalidade relevante para a história nacional e, consequentemente, justifica a preservação dos documentos de seu arquivo. Ela dedica um espaço do sumário para apresentar os dados biográficos do titular do acervo e uma relação de publicações que comprovam o pensamento social, político e filosófico de Alberto Pasqualini.

Para Suzana Pasqualini ([s/d], p.4), devido à importância que o seu esposo teve na vida pública do país, o acervo possui vários valores: “arquivos de caráter histórico, político, literário, o pensamento social-político e filosófico e a trajetória de sua vida”. Segundo ela ([s/d], p.19), foram organizados dezoito mil documentos arquivísticos, quatro mil livros, vinte e quatro volumes do Senado Federal referentes aos anos de 1953 a 1955, sessenta volumes, em brochura, do livro “Bases e sugestões para uma política social” de autoria de Alberto Pasqualini e duzentas fotografias de sua vida pessoal e política.

A ação de exaltar o legado de seu esposo acompanhou a trajetória de Suzana Pasqualini no decorrer da década de 1950. Acompanhando Alberto Pasqualini em sua atuação no Senado ou na campanha para o cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Sul em 1954, ela defendia o ideal da luta pela justiça social e da aplicação de uma pedagogia que conscientizasse a população de seus direitos via a doutrina trabalhista. Após o falecimento de Alberto Pasqualini, no período das décadas de 1960 a 1990, ela atuou para que o legado em si de seu esposo não entrasse no esquecimento da sociedade.

Neste sentido, conhecer quem foi Suzana Pasqualini e assimilar as suas intenções se fazem cruciais para compreender qual o sentido empregado por ela na construção da narrativa sobre seu esposo quando da organização do acervo. Logo, o acervo de Alberto Pasqualini não apresenta apenas elementos da escrita de si em seu discurso, mas também componentes da “escrita do outro” de Suzana Pasqualini.

A data e o local de nascimento de Suzana Pasqualini era uma incógnita desta pesquisa. Quanto ao nascimento, existe uma menção no livro denominado

“O trabalhismo de Pasqualini”, de autoria de Milton Dutra (1986, p.10), no qual é mencionado o município de Bagé/RS como o local de seu nascimento. Porém, no Diário de Notícias (1954, p. 6) é apontado Porto Alegre como o “seu torrão natal”. Na entrevista concedida por Heliana Thompson Flores (2022), sua cunhada, ela relata não ter certeza do local de nascimento de Suzana Pasqualini, porém comentou que não se lembra de ter ouvido falar de Bagé como a origem dela e que a referência deles sempre foi a capital gaúcha. Encontrou-se a certidão de casamento de Suzana e Alberto Pasqualini no processo de apelação cível nº 0003363-70.1993.4.02.5101, impetrado por ela para fins de revisão monetária de sua aposentadoria, no qual aponta Porto Alegre como o seu local de nascimento no dia 22 de abril de 1922.

As primeiras aparições de Suzana Pasqualini na mídia impressa foram referentes ao seu casamento com Alberto Pasqualini (O JORNAL, 1950; TRIBUNA DA IMPRENSA, 1950; O JORNAL, 1951; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1951). Nos jornais nos quais noticiaram o enlace matrimonial, ressaltou-se que Suzana Pasqualini era filha de uma tradicional família gaúcha, pois era neta de Thomas Thompson Flores, o Barão de Condeixa e herói da guerra de Canudos, e filha de Osório Thompson Flores. O consórcio aconteceu na manhã do dia trinta de dezembro de 1950, na 11ª circunscrição do registro civil e, no período da tarde, realizou-se o casamento religioso na Igreja Nossa Senhora da Paz, em Copacabana.

Nos primeiros anos de casamento, Suzana Pasqualini aparecia no noticiário identificada apenas como a “esposa de Alberto Pasqualini”. Na revista Manchete (1954, p. 14) é mencionado que o casal se conheceu quando ela trabalhava na filial do Banco da Província, no Rio de Janeiro, e era ela que pagava os cheques dele que chegavam de Porto Alegre.

A exceção foi a notícia sobre a homenagem que recebeu e que foi realizado nos salões do restaurante Renner, em forma de um chá organizado, pelas damas da alta sociedade porto alegrense por motivo de seu regresso ao Rio Grande do Sul. A ideia das organizadoras era de que o chá tivesse um cunho popular para que o “mundo feminino metropolitano” participasse do evento (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1954, p. 6). Porém, é necessário lembrar que o retorno a Porto Alegre se deu graças à candidatura de Alberto Pasqualini, então Senador da República e residente no Rio de Janeiro, ao cargo de Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, o chá oferecido a Suzana Pasqualini se situava num contexto em que as pretensões de seu esposo ainda predominavam.

A função de Suzana Pasqualini apresentada nos jornais muda após Alberto Pasqualini sofrer um derrame no réveillon de 1956 (WOLF, 1959, p. 93). A partir deste episódio, ela não é mais apenas a esposa que acompanha o marido em prol de suas ideias, mas também é a pessoa que o representa.

Em novembro de 1958, por exemplo, foi lançada uma nova edição do livro “Bases e sugestões para uma política social” de autoria de Alberto Pasqualini na livraria São José, em Porto Alegre, por Leonel Brizola e Fernando Ferrari (DIÁRIO CARIOCA, 1958; JORNAL DO BRASIL, 1958; JORNAL DO DIA - RS, 1958). Era a primeira publicação de uma série de três obras sobre política social e todas visavam arrecadar fundos para o tratamento médico de Alberto Pasqualini. Neste episódio, Suzana Pasqualini esteve presente para prestigiar o evento e para autografar os livros, já que o seu esposo não poderia se fazer presente.

Na publicação do Diário da Tarde, Suzana Pasqualini relata a sua participação na constituição do acervo ao comentar que presenciava o esposo em suas rotinas:

Como acompanhei a feitura desse livro e como sempre servi de secretária ao meu marido, posso afirmar que se trata de uma obra de doutrinação trabalhista que apresenta soluções de caráter social (DIÁRIO DA TARDE, 1959, p.02).

Suzana Pasqualini sabia, portanto, o contexto de produção documental de seu esposo, o que contribuiu na organização do acervo no final da década de 1980. Este aspecto influi na intencionalidade dela de preservar o legado de Alberto Pasqualini e, consequentemente, nos elementos empregados por ela no discurso presente no acervo sobre ele.

Um episódio bastante noticiado, foi o do processo que o casal recebeu do irlandês, Samuel Simpson, reivindicando a cadela “Karen”, da raça *Daschmud (Basset)* de volta aos seus cuidados (MAXWELL, 1958; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1959A; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1959B; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1959C; JORNAL DO COMÉRCIO, 1959; O JORNAL, 1959; TRIBUNA DA IMPRENSA, 1959. DIÁRIO CARIOCA, 1959; JÓIA: REVISTA FEMININA QUINZENAL, 1959). Ele alegava que deixou o animal sob os cuidados de D. Maria, esposa de Paulo Fróis da Cruz, Diretor do Departamento de Produção Animal do Ministério da Agricultura, quando ele precisou ir para a Europa cuidar de sua esposa, mas não podia levar “Karen” junto por ela não ter ficado dois meses de quarentena no Brasil. D. Maria, em seguida, presenteou a cadela ao casal Pasqualini.

Ao retornar para o Brasil, Samuel Simpson, ao saber que o animal estava com o casal Pasqualini, solicitou uma indenização de CR\$ 100 mil cruzeiros apresentando documentos que provavam ser o proprietário da cadela. Ele alegou que tinha sofrido ameaça de envenenamento da cadela por parte da Suzana Pasqualini, caso o animal fosse retirado de seus cuidados pela justiça. Por sua vez, Suzana Pasqualini relatou que, anteriormente, Samuel os chantageou solicitando uma indenização de CR\$ 50 mil cruzeiros no qual eles não aceitaram. Além disso, o apartamento deles no Rio de Janeiro foi invadido mais de uma

vez por sujeitos que tentaram raptar o animal com agressões a funcionários do prédio. Samuel argumentou ainda que não poderia ter doado “Karen” a Suzana Pasqualini, pois Alberto Pasqualini estava “impossibilitado, enquanto marido, de autorizar a doação”.

No decorrer do processo, Moacir Carneiro, o terceiro proprietário da cadela, também solicitou a guarda dela. Durante todo o processo, Suzana Pasqualini suplicava para que o mesmo fosse julgado tendo em conta o lado humano no qual ela e seu esposo estavam passando. Alegava que a cadela era a única felicidade do casal nos últimos anos.

O juiz da 7ª vara, Bezerra Câmara, julgou improcedentes os pedidos e deu caso vencido ao casal Pasqualini. Os jornais que noticiaram o caso da cadela “Karen” a retrataram como alguém que dificilmente conseguia perder o controle de suas emoções. As poucas vezes em que ela se emocionou foram quando ela lembrava a relação do animal com o Alberto Pasqualini, o que ressalta mais uma vez a imagem de devoção ao seu esposo que ela pretendia passar para o público.

Suzana Pasqualini também representou Alberto Pasqualini quanto a questões políticas. Em fevereiro de 1959, por exemplo, ela enviou um radiograma a João Caruso, em nome de seu esposo, parabenizando-o por ter tomado posse como Secretário do Interior e da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (DIÁRIO DE NOTÍCIAS – RS, 1959, p. 3). Na mensagem, ela exalta a confiança que depositava nos ideais trabalhistas a serem aplicados em sua gestão.

No mesmo ano, quando das tratativas da candidatura de Fernando Ferrari para concorrer a Vice-Presidência do país pela legenda do Partido Democrata Cristão – PDC, apesar de, oficialmente, ele ainda estar filiado ao PTB, ela desautorizou o uso do nome de seu esposo como apoiador destas movimentações. Ela teria enviado uma carta, em trinta de outubro de 1959 a João Caruso, Vice-Presidente do PTB, publicada no Diário do Paraná no dia sete de novembro do mesmo ano:

Tomei conhecimento, através dos jornais e de informações de amigos, de que o nome de meu esposo, Alberto Pasqualini, vem sendo indevidamente usado nessa Capital e em algumas cidades do interior, como Santa Maria, Passo Fundo e outras, em apoio de grupos ou candidatos dissidentes e contrários do PTB. Julgo de meu dever, diante de tal procedimento, dirigir-me ao digno amigo para informa-lo de que ninguém está autorizado a falar em nome de meu esposo ou usar-lhe o nome em benefícios de candidatos adversários ao Partido a que pertence e que teve a honra de representar no Senado da República. Não fosse o impedimento que o mantém retido ao leito, meu esposo estaria, nesta hora, em nosso Rio Grande lutando pela vitória dos candidatos escolhidos pelas convenções do Partido. Meu esposo estaria, como sempre esteve, ao lado dos amigos e companheiros e não emprestaria seu nome para condenáveis explorações dessa natureza (DIÁRIO DO PARANÁ, 1959, p.3).

A preocupação pela manutenção da imagem pública construída por Alberto Pasqualini no decorrer de sua trajetória política foi, portanto, uma das preocupações de Suzana Pasqualini. Cuidado esse que se manteve mesmo depois do falecimento de seu esposo em 1960.

A atenção dada por Suzana Pasqualini a Alberto Pasqualini no pior momento de sua enfermidade também foi pauta de matéria. É a continuidade do zelo que ela tinha por seu esposo, ou seja, da missão que ela tinha de defender e representar as suas ideias e o seu legado. Na revista *Manchete*, na edição de setembro de 1959, era apresentada uma matéria com o seguinte título: “Um anjo guarda Pasqualini” (WOLF, 1959, p. 93).

Suzana Pasqualini conta para a revista *Manchete*, matéria de Wolf, o que se tornou a sua rotina desde que Alberto Pasqualini teve seu primeiro derrame no réveillon de 1956. Ele ficou hospitalizado nos primeiros seis meses da doença. Em sequência, já em seu apartamento, ela não saía mais de casa para poder cuidar de seu esposo. Durante o ano de 1959, Alberto Pasqualini não falava e nem ouvia mais, não reconhecia as circunstâncias e alimentava-se por sondas, mas nem por isso ela deixaria de dar a assistência que ele merecia, como a matéria da revista fez questão de ressaltar:

O grande coração de mulher que havia na antiga bancária revelou-se, contudo, traduzido seu amor numa coragem estupenda e numa resistência ao sofrimento que só pertence às mulheres apaixonadas (WOLF, 1959, p. 95).

Como Alberto Pasqualini não estava atuando no Senado Federal, pois foi forçado a se licenciar, o casal começou a ter dificuldades financeiras. O salário que ele recebia do Senado Federal era a única fonte de renda do casal que caiu pela metade, de CR\$ 36 mil para CR\$ 18 mil cruzeiros. Entre os gastos que eles possuíam estava o pagamento do apartamento financiado pelo Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado – IPASE cujo valor total era de CR\$ 600 mil cruzeiros. O correligionário, Anníbal Di Prímio Beck, por ser seu suplente, assumiu o seu lugar no Senado Federal destinando o seu salário para o casal Pasqualini. Depois foi proposta uma pensão de CR\$ 40 mil cruzeiros para Suzana Pasqualini que só foi confirmado após a aprovação do Projeto de Lei nº 2.220/1960, da Câmara dos Deputados Federais, em vinte e nove de janeiro de 1963. O médico Ângelo Jordão, neurologista, inicialmente cobrava um valor irrisório pelas consultas de assistência médica até, posteriormente, oferecer seus serviços de forma gratuita.

Suzana Pasqualini comenta ainda que a política foi a sua única rival em seu casamento, mas que não a odiava. Naqueles últimos anos, ela comenta que não possuía espaço para tristezas e nem para alegrias, apenas ressignificação. Completa

o seu pensamento com a seguinte frase: “Às vezes, olhando Alberto, peço a Deus que êle esteja incapaz de pensar, para não sofrer” (WOLF, 1959, p. 95).

No falecimento de Alberto Pasqualini, a imagem de uma mulher devota ao seu esposo foi mantida com uma foto publicada no jornal “Última Hora”, do dia 04/06/1960, demonstrando Suzana Pasqualini rezando, com o olhar perdido, em cima do caixão onde estava sendo velado o corpo do ex-Senador da República. Era o último ato dela enquanto representante dos interesses de Alberto Pasqualini e o início de outra. Ela manteria a missão de perpetuar as ideias e o legado de Alberto Pasqualini, mas agora mediante algumas participações na vida pública e com a ausência física do líder trabalhista.

A primeira aparição nas notícias encontradas sobre a atuação de Suzana Pasqualini foi a de representar Alberto Pasqualini que fora escolhido como patrono dos formandos da turma de 1960 que realizou o curso regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB (O SEMANÁRIO, 1961, p. 15). Na ocasião, ela discursou agradecendo a homenagem e declarando encontrar no ISEB a defesa unânime do pensamento político do doutrinário trabalhista.

No ano de 1961, Suzana Pasqualini foi nomeada para exercer o cargo de Tesoureira Auxiliar, CC-6, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos do Ministério do Trabalho e da Previdência Social (BRASIL, 1961). No final do mesmo ano, ela é convidada para ser Oficial de Gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência Social, André Franco Montoro, via Paulo Lacerda (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1961; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1961;). Ela entrou em exercício, provavelmente, segundo o jornal A Noite (1962), no dia vinte e um de fevereiro de 1962.

A grande contribuição de Suzana Pasqualini evidenciada nos jornais foi durante a estruturação do Partido Democrático Brasileiro – PDT, entre os anos de 1977 e 1981. O primeiro registro encontrado sobre atuação dela relata a integração de figuras políticas no Centro Cívico Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, fundado para ser um dos principais pontos de sustentação de uma futura agremiação partidária trabalhista, já no contexto do fim do bipartidarismo que marcou o período militar (JORNAL DO BRASIL, 1977, p. 5).

A primeira ação efetiva de fundação e estruturação do PDT ocorrera após dois anos. Inicialmente, a ideia era refundar o Partido Trabalhista Brasileiro tendo como linha partidária a ala de Leonel Brizola conduzindo o novo partido, porém a aspiração foi impedida graças aos interesses da ala que apoiava Ivete Vargas que ficou com a legenda.

Em dezembro de 1979, ainda nas tentativas de refundar o PTB, foram escolhidos os nomes para a Comissão Executiva Nacional da legenda para atender a nova lei orgânica dos partidos políticos (BRASIL, 1979). No dia

treze de dezembro, Suzana Pasqualini e Francisco Julião, Ex-deputado Federal e fundador das Ligas Camponesas, foram anunciados como os dois principais nomes dos onze membros da Comissão Provisória (DIÁRIO DE NATAL, 1979, p. 1). As assinaturas dela, por ser a viúva de Alberto Pasqualini, e a de João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart, foram as mais saudadas pelos membros presentes (JORNAL DA REPÚBLICA, 1979, p. 3). No dia dezoito do mesmo mês, Leonel Brizola anunciou a composição final da Comissão Provisória do partido numa reunião no Hotel Everest, no Rio de Janeiro, na qual Suzana Pasqualini se fez presente (JORNAL DO COMÉRCIO, 1979, p. 12).

No início de 1980, Suzana Pasqualini é mencionada como a representante da mulher brasileira do partido (O CRUZEIRO, 1980, p. 45). Já em fevereiro, ela é anunciada como a Secretária dos Direitos Humanos: direitos da mulher, criança, dos civis e políticos presidiários do PTB (CORREIO BRAZILIENSE, 1980; DIÁRIO DE NATAL, 1980).

No dia 26 de maio, ocorreu a reunião na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, para a fundação do PDT, pois a ala de Leonel Brizola tinha perdido o embate jurídico para a ala de Ivete Vargas pelo PTB. A partir disso, Suzana Pasqualini é citada sempre como um dos membros que compõem a Comitativa Executiva Nacional do Partido. Em 1981, ela é escolhida como um dos sete “vice-presidentes”, “os notáveis”, da Comissão Executiva Nacional do PDT (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1981, p. 4). A legislação previa treze nomes para compor as comissões partidárias, mas para poder atender todas as alas partidárias do novo partido, escolheu-se no total vinte nomes para tal intuito. Após este período, não foram encontrados novos registros de sua atuação partidária.

O questionamento que se faz sobre a atuação de Suzana Pasqualini no PDT é se ela foi uma personalidade ativa ou apenas emprestava seu nome para representar o seu esposo, Alberto Pasqualini. Heliana Thompson Flores (2022) lembrou que o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo a chamou para uma reunião para que ela o apoiasse numa decisão do governo. Suzana Pasqualini não quis comentar sobre qual era a ação do governo quando ela a relatou sobre o episódio. Fora este acontecimento e o da fundação do PDT, a cunhada de Suzana Pasqualini argumentou que ela nunca mais quis se relacionar com política. Sobre a personalidade dela, Heliana Thompson Flores expressou que ela era uma pessoa recatada, discreta, educada, culta e que não possuía um grupo grande de amizades.

Suzana Pasqualini se aposentou pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, no dia 05 de abril de 1989 (BRASIL, 1989) e faleceu no dia quinze de fevereiro de 1993 (JORNAL DO BRASIL, 1993, p. 36), no Rio de Janeiro. Até em sua morte o vocativo, viúva de Alberto Pasqualini, foi utilizado para poder ser reconhecida.

Nota-se que as primeiras matérias publicadas em revistas e jornais sobre Suzana Pasqualini priorizam apresentá-la com adjetivos que a edificam enquanto mulher, como por exemplo: elegante, simpática, bem vestida, apaixonada, entre outros, ao invés de focar no objetivo da notícia ou de relatar qualidades de sua personalidade que não fossem relacionadas ao senso comum de como uma mulher deveria ser na década de 1950. No próximo item serão abordadas as ações desenvolvidas pela instituição custodiadora definitiva do acervo pessoal de Alberto Pasqualini: a Prefeitura Municipal de Ivorá.

Instituição custodiadora: Prefeitura Municipal de Ivorá

A preocupação de Suzana Pasqualini em perpetuar a memória de seu esposo mediante o seu arquivo pessoal, ultrapassava a organização em si dos documentos, pois a questão no final de sua vida era onde iria ser preservado o acervo e quem seria o responsável por ele. Os documentos foram doados à Prefeitura Municipal de Ivorá na qual se constituiu, portanto, como a instituição arquivística que custodiaria, preservaria e propiciaria o acesso às informações contidas nos mesmos. A Prefeitura Municipal de Ivorá ocupa, portanto, a última instância da cadeia de custódia deste arquivo.

Inicialmente, os acervos arquivístico, biblioteconômico e museológico foram doados ao Estado do Rio Grande do Sul mediante a assinatura, no dia dois de abril de 1990, do Protocolo de intenções (RIO GRANDE DO SUL, 1990) entre Suzana Pasqualini, Pedro Simon, Governador do Estado, e Carlos Jorge Appel, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Cultural do Rio Grande do Sul. Em 1991, Suzana Pasqualini contratou a empresa “Walter A. Cunha Livraria” para que analisasse o acervo de seu esposo no qual ficou avaliado por U\$ 185 mil dólares. Finalmente, em 1999, seis anos após o falecimento de Suzana Pasqualini, a Prefeitura de Ivorá autoriza o recebimento do acervo mediante a lei municipal nº 409/1999 (IVORÁ, 1999).

A doação do acervo para o município de Ivorá ocorreu graças às ações realizadas pelo Sr. Irineo Mariotti, primeiro Prefeito da cidade (1988 – 1991)⁴. A ideia principal de sua gestão era a de produzir e consolidar uma identidade local perante a figura histórica ilustre do novo município. Seriam trabalhados tanto a carreira política de Alberto Pasqualini como a doutrina trabalhista por ele elaborada, almejando, desta maneira, que surgisse uma consciência na população local sobre a relevância deste personagem político. A frase “Ivorá, berço de Alberto Pasqualini” foi colocada nas correspondências oficiais como um dos primeiros atos da gestão municipal de Mariotti (ZANATTA, 1991).

4 O município se emancipou de Júlio de Castilhos em 1988 mediante o plebiscito de 10 de abril do mesmo ano.

A Prefeitura Municipal, para atingir os seus objetivos, formou a Comissão Pró-resgate da Memória de Alberto Pasqualini. O Prefeito Mariotti ao declarar que Alberto Pasqualini era “o mais legítimo patrimônio de Ivorá” (IVORÁ, 1991), fez questão de que a Comissão possuísse representantes de todos os partidos com assento na Câmara de Vereadores. A Comissão tinha por objetivo:

buscar a maior valorização e reapropriação do pensamento político-filosófico de Pasqualini. Além do resgate dos ideais deste pensador que lutava contra a corrupção entre os políticos, o Projeto prevê a conservação da casa onde nasceu Alberto Pasqualini, o resgate da biografia completa da vida e obra, promoverá o intercâmbio cultural entre o município, região e estado, e promover o turismo histórico cultural do município (BELLINASSO, [s/d], p. 324).

A Comissão promoveu a I Semana Cultural de Ivorá, entre os dias 22 a 28 de setembro de 1991, que teve como o tema “O resgate da Memória do Senador Alberto Pasqualini” (MARIOTTI, 2022). Na programação da Semana Cultural estava previsto um painel sobre o pensamento político e filosófico de Alberto Pasqualini com palestras de professores da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (SCHUSTER, 1991, [n.p]). O evento contou com a presença do Governador do Estado, Alceu Collares, que na oportunidade assinou o ato de tombamento da casa onde nasceu e viveu Alberto Pasqualini (RIO GRANDE DO SUL, 1991), convênio para o levantamento do acervo histórico e cultural do município e o lançamento do concurso de monografias sobre a vida e a obra Alberto Pasqualini, para universitários, realizado dia onze de outubro na Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre (SCHUSTER, 1991, [n.p]). Realizou-se também a I Feira do Livro de Ivorá, ações nas escolas municipais e o lançamento do memorial a Alberto Pasqualini na praça principal do município.

A visita de Suzana Pasqualini ao município estava entre as principais atrações da Semana Cultural. Anteriormente, o Prefeito Mariotti fez questão de ir até o Rio de Janeiro para encontrá-la e explicar as razões pelas quais o acervo de Alberto Pasqualini deveria ser doado para a Prefeitura Municipal de Ivorá (MARIOTTI, 2022). Também foi durante a visita do Prefeito que o mesmo a convenceu de ir participar do evento em Ivorá, fato este decisivo para que ela concordasse com a doação. Durante a sua visita, ela relatou os seus sentimentos sobre estar na cidade onde nasceu o seu esposo:

era como voltar a um lugar conhecido, onde sinto a presença de Alberto, mas acima de tudo, saber que esta terra deu ao Brasil uma de suas figuras mais ilustres, inteligentes e serenas (SCHUSTER, 1991, [n.p]).

A gestão municipal buscou angariar recursos para a construção de um espaço que pudesse acondicionar o material doado e que funcionasse como Centro de Pesquisa Acadêmico. Esperava-se o desenvolvimento local pela via cultural e o espaço sonhado era o item fundamental para tal empreitada. Porém, mesmo conversando e negociando com Deputados Estaduais e Federais, Senadores e instituições públicas e privadas, a Prefeitura não obteve os recursos necessários para a construção do local que iria acondicionar o acervo.

O Instituto Estadual do LIVRO/SEDAC, a UFSM e a Refinaria Alberto Pasqualini apoiaram o lançamento da nova edição do livro “Bases e sugestões para uma política social”, de autoria de Alberto Pasqualini. O Estado do Rio Grande do Sul e o Departamento de Arquitetura da UFSM contribuíram com o tombamento, aquisição e restauração da Casa onde Alberto Pasqualini nasceu e viveu (IVORÁ, [s/d]).

A exposição museológica na Casa de Alberto Pasqualini, restaurada mediante recursos do Estado do Rio Grande do Sul em 1998, ficou a cargo da professora Bernadete Dal Molin e da Museóloga Miriam Avruch que realizaram as atividades de forma voluntária. A inauguração da Casa, transformada em Museu Municipal, ocorreu no dia vinte e cinco de setembro de 1999 (IVORÁ, [s/d]). Apesar dos recursos obtidos para a restauração, a obra apresentou inúmeros problemas não solucionados que dificultaram a exposição no museu que contou com documentos arquivísticos do acervo pessoal de Alberto Pasqualini.

Em relação ao acervo arquivístico em si, este foi alocado na Biblioteca Municipal permanecendo até o início da gestão do Prefeito José Fernando Marin (2005-2008). Durante uma visita do Prefeito à Biblioteca Municipal, ele encontrou o acervo encoberto por uma lona para proteger de goteiras existentes no telhado e ordenou que este fosse transferido para uma sala reservada da Secretaria de Educação do Município (MARIN, 2022).

A gestão de Marin procurou a arquiteta Ediolanda Liedke para elaborar o projeto do “Complexo Cultural Alberto Pasqualini”, contando novamente com a contribuição de Bernadete Dal Molin e Mirian Azruch, onde ficariam concentrados os acervos arquivístico e biblioteconômico para a realização de pesquisas, contendo ainda espaços destinados a uma sala múltipla para exposição e palestras, reservas técnicas, sala para catalogação, sala de acondicionamento, bar, setor administrativo e alojamentos para pesquisadores. A Prefeitura cedeu um terreno para a construção do complexo entre a rua Sete de Setembro e a avenida Garibaldi, porém as gestões municipais nunca conseguiram os recursos que possibilitassem a concretização do projeto.

O Senador Paulo Paim (Partido dos Trabalhadores – PT) conseguiu obter uma emenda para a construção do Complexo de R\$ 180 mil reais, porém a mesma

foi negada pelo Ministério da Cultura por ser menor que o valor real necessário para a construção do complexo que era de R\$ 2 milhões de reais (MARIN, 2022). Como a Prefeitura não tinha espaço adequado de acondicionamento e de pesquisa para o acervo, além de não contar com um profissional da área que pudesse realizar o tratamento adequado da documentação, optou por não liberar o acesso aos documentos.

Durante os anos 2000 e 2010, alguns professores do Departamento de Arquivologia da UFSM foram contatados para realizar e/ou sugerir ações em prol do acervo arquivístico de Alberto Pasqualini, mas sem nenhum êxito. Apenas no ano de 2019, na gestão do Prefeito Ademar Valentim Binotto, é que foram realizadas intervenções de recuperação do acervo.

Os professores Augusto Britto (Arquivologia/UFSM) e Maria Medianeira Padoin (História/UFSM) elaboraram o projeto “Organização e difusão de arquivos pessoais da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana” (registro GEAIC⁵/UFSM nº 52005), projeto vinculado aos programas “Patrimônio histórico, gestão documental, memória, preservação” (registro GEAIC/UFSM nº 39598) e “Programa de organização e difusão de arquivos pessoais (registro GEAIC/UFSM nº 52040), que pode ser executado graças à parceria com a Prefeitura Municipal e a vinculação deste com o Projeto Geoparques – Quarta Colônia da UFSM.

As atividades realizadas pelo projeto foram as seguintes: higienização das peças documentais, identificação dos tipos documentais, reestabelecimento do arranjo elaborado por Suzana Pasqualini, ordenação documental, digitalização do acervo. O projeto encontra-se na fase de revisão da descrição documental o qual terá como resultado um catálogo como instrumento de pesquisa e elaboração do site do acervo. Almeja-se também realizar ações de difusão e educação patrimonial em parceria com a Prefeitura Municipal de Ivorá. O objetivo principal se coaduna com os anseios da primeira gestão municipal que é a de criar uma consciência da relevância de Alberto Pasqualini e de suas ideias para a história nacional.

Considerações finais

A cadeia de custódia de um arquivo pessoal é um dos elementos que imprimem significados na narrativa presente no acervo sobre o seu titular. Ela deve ser compreendida em consonância com o contexto de produção para que fiquem mais evidentes as intenções biográficas daquele que acumulou os documentos. Desta maneira, a narrativa sobre si ficará inteligível para os pesquisadores.

As motivações de Alberto Pasqualini que o levaram a preservar os seus documentos são um exemplo de como a primeira instância da cadeia de custódia,

5 Gabinete de Estudos e Apoio Institucional e Comunitário – GEAIC.

o produtor, influencia na imagem de si que se quer perpetuar. No decorrer dos anos e dos cargos públicos e políticos que ocupou, ele adquiriu a consciência da pertinência histórica de seus documentos e os preservou como forma de perenizar a memória do trabalhismo brasileiro.

A segunda instância da cadeia de custódia, o custodiador ulterior, no acervo aqui apresentado, esteve a cargo de sua esposa, Suzana Pasqualini, que herdou o arquivo pessoal após o seu falecimento. Ela atuou no decorrer de sua vida para que o legado de Alberto Pasqualini não fosse esquecido, seja o representando em homenagens *post-mortem* ou durante a fundação do Partido Democrático Brasileiro – PDT. Esse objetivo culminou na organização do acervo de seu esposo, após a sua aposentadoria, imprimindo elementos da “escrita do outro” na narrativa sobre Alberto Pasqualini.

Por fim, a última instância da cadeia de custódia, instituição arquivística, neste caso, a Prefeitura Municipal de Ivorá, inculta os últimos elementos na narrativa presente sobre Alberto Pasqualini em seu acervo. O objetivo da Prefeitura era o de propiciar o desenvolvimento local mediante o turismo cultural por meio da construção de um complexo de pesquisa sobre o seu ilustre personagem. A população foi instigada a assimilar o legado da trajetória política de Alberto Pasqualini.

O arquivo apresentado neste ensaio é um exemplo de como a cadeia de custódia pode interferir sobre a visão que os envolvidos possuem do titular do acervo e como isso é reproduzido no discurso e/ou imagem sobre ele. Compreender qual período de sua vida teve mais destaque em arquivo, como os documentos foram organizados ou até mesmo quais as lacunas existentes ajudam nessa compreensão para aqueles que estudam personalidades.

Como qualquer outro tipo de documentação, os arquivos pessoais são eivados de intencionalidades durante a sua composição e manutenção. Le Goff lembra que os arquivos comportam valores que afetarão a sua composição. O mesmo autor relata que os valores são oriundos do “resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver” (LE GOFF, 1990, p. 547). Não é o caso de historiadores e demais pesquisadores julgarem se os fatos foram verdadeiros ou não, mas de entender a lógica que justifica os discursos sobre determinadas pessoas, épocas e lugares.

Referências

ALMEIDA, D. A trajetória de Alberto Pasqualini antes do “teórico do trabalhismo”: background, entrada e estratégias de ascensão na política-partidária (1928-1937). In: **História, debates e tendências**. Passo Fundo/RS, v. 19, n. 4, p. 636-658, 2019.

ANGELI, D. **O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)**. Tese de Doutorado (História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, p. 343, 2020.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, 1998.

ASSIS, Ailton. **Um lampião dentro da mala: o arquivo pessoal de Octávio Pacheco – memória e autobiografia**, 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João Del Rei-UFSJ, São João Del Rei, 2009.

BATISTA, Christiane; OLIVEIRA, Paulo. A escrita de si: história e memória em diários de motocicleta. **Revista Entrelaces**. Fortaleza, v.2, n.9, p. 122-133, 2017.

BELLINASSO, D. **Ivorá – 100 anos de história: 1883 – 1983**. Santa Maria: Pallooti, 1983.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Alêgês: Difel, 2002.

COX, R. **Arquivos pessoais: leituras, reflexões e reconsiderações**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

CUNHA, Dayane. Deslocamento e memória na escrita de si: uma leitura de Varia Imaginación. **Darandina**, Juíz de Fora/MG, v.3, n.2, p. 01-07, 2010.

DUTRA, Milton. **Alberto Pasqualini**. Porto Alegre: Intermédio, 1986.

FOUCAULT, Michael. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Universidade de Campinas-Unicamp, 1990. 504 p.

MEEHAN, J. Novas considerações sobre a ordem original e documentos pessoais. In: HEYMANN, L; NEDEL, L (Org). **Pensar os arquivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

PASQUALINI – personalidade do eminente político. **Diário da Tarde**. Curitiba, ano 60, n. 20919, p. 02, 10 de janeiro de 1959.

PASQUALINI, Suzana. **Vida e Obra de Alberto Pasqualini**. Rio de Janeiro: s/d.

SCHONS, Carme. GRIGOLETTO, Evandra. Escrita de si, memória e alteridade: uma análise em contraponto. In: Jornada Internacional de Estudos do Discurso, 2008, Maringá (PR). **Anais[...]**. Maringá/PR: Universidade Estadual de Maringá-UEM, 2008. p. 407-417.

SILVA, Kaline. Autobiografia x escrita de si = autoescrita. **Revista Letras Rasas**. Campina Grande/PB, v.7, n.1, p. 08-21, 2018.

SILVEIRA, Marília. FERREIRA, Lígia. Escrita de si, escritas do mundo: um olhar clínico em direção à escrita. **Athena digital**, Bellaterra (Espanha), v.13,

n.3, p. 243-263, 2013.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006. 261 p.

WITKOWSKI, A; FREITAS, T. A influência do idealismo de Alberto Pasqualini no governo João Goulart (1961-1964). In: **Revista do historiador**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2008.

ZANATTA, H. Pasqualini completaria 90 anos em setembro. **A Razão**. 1991. Disponível na biblioteca municipal de Ivorá.

Entrevistas

MARIOTTI, Irineo. Entrevista. [fev, 2022] Entrevista concedida a Augusto Britto. Santa Maria, 2022.

MARIN, Fernando. Entrevista. [fev, 2022] Entrevista concedida a Augusto Britto. Santa Maria, 2022.

THOMPSON FLORES, Heliana. Entrevista. [out, 2022] Entrevista concedida a Augusto Britto. Santa Maria, 2022.

Documentos

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. **Projeto de lei nº 2.220, de 30 de agosto de 1960**. Concede pensão especial de CR\$ 40.000,00 mensais a Sr^a. Suzana Thompson Flôres Pasqualini, viúva do Senador Alberto Pasqualini.

BRASIL. Lei nº 6767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica a lei nº 5682/71 (Lei orgânica dos partidos políticos. Diário Oficial da União, DF, 20 de dezembro de 1979.

BRASIL. Portaria nº 2127, de 05 de abril de 1989. Concede aposentadoria a Suzana Thompson Flores Pasqualini. Diário Oficial da União, DF, seção II, p. 1813, 07 de abril de 1989.

BRASIL. Portaria nº 83, de 12 de abril de 1961. Nome servidores para exercerem o cargo de Tesoureiro Auxiliar, CC-6. Diário Oficial da União, DF, seção I, parte II, ano 03, n. 86, 17 de abril de 1961.

Brizola anunciou executiva do PTB. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 153, n. 67, p. 12, 19 de dezembro de 1979.

Casa-se hoje o Senador Alberto Pasqualini. **O Jornal**. Rio de Janeiro, ano 31, n. 9411, p. 03, 30 de dezembro de 1950;

Centro Getúlio Vargas poderá ser alicerce do partido trabalhista. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 87, n. 243, p. 5, 07 de dezembro de 1977.

Colunão gente. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, ano 13, n. 2593, p. 04, 09 de novembro de 1961;

D. Suzana Pasqualini agradece a Caruso. **Diário de Notícias (RS)**. Porto Alegre, ano 34, n. 294, p. 03, 17 de fevereiro de 1959.

Dona Suzana Thompson Flores Pasqualini. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, ano 30, n.134, p. 6, 13 de agosto de 1954.

E dos negros? E dos estudantes? **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano 01, n. 11, p. 45, janeiro de 1980.

Esposa de Pasqualini desmente que seu marido esteja com Ferrari. **A Tarde**. Curitiba, ano 10, n. 4545, p. 06, 05 de novembro de 1959;

Esposa de Pasqualini não quer que dissidentes do PTB usem o nome do marido. **Diário do Paraná**. Curitiba, ano 05, n. 1399, p. 03, 07 de novembro de 1959;

Flagrante do casamento de Alberto Pasqualini com Suzana Thompson Flores Pasqualini. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, ano 03, n. 310, p. 10, 02 de janeiro de 1951;

Indicação de líder para a Câmara agita PTB em março. **Correio Braziliense**. Brasília, ano 20, nº 6225, p. 04, 24 de fevereiro de 1980;

IVORÁ. **Casa Alberto Pasqualini**. Ivorá, s/d, 24 páginas.

IVORÁ. Lei municipal nº 409/1999. **Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em doação o Acervo Bibliográfico e Mobiliário do Senador Alberto Pasqualini e dá outras providências**. Ivorá/RS, 09 de fevereiro de 1999.

IVORÁ. Prefeito (1988-1991: Irineo Mariotti). **Discurso por ocasião da abertura da I Semana de Cultura de Ivorá**. Ivorá, 22 de setembro de 1991. Biblioteca Municipal de Ivorá

Karim é mesmo de Dona Susana. **Joia: Revista Feminina Quinzenal**. Rio de Janeiro, ano 02, n. 39, p. 62, 30 de junho de 1959;

Karim ficará com o casal Pasqualini. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, ano 132, n. 223, p. 08, 22 de junho de 1959;

Livro de Pasqualini. **Jornal do Dia (RS)**. Porto Alegre, ano 12, n. 3541, p. 02, 04 de dezembro de 1958.

Livro do Senador Pasqualini foi lançado ontem. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 68, n. 279, p. 13, 28 de novembro de 1958;

MAXWELL, L. Uma cadela “bem” late na justiça. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, ano 57, n. 18, p. 27-29, 03 de maio de 1958;

Montoro e o P.T.B. **Diário da Noite**. Rio de Janeiro, ano 50, n. 15884, p. 04, 16 de novembro de 1961;

Mr. Simpson vai ao supremo para ficar com Karim. **Diário de notícias**. Rio de Janeiro, ano 30, n. 11252, p. 01-02, 22 de julho de 1959;

Nota de falecimento de Suzanna Thompson Flores Pasqualini. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 102, n. 314, p. 20, 16 de fevereiro de 1993.

O entreguismo e um marginal do regime democrático. **O Semanário**. Rio de Janeiro, ano 06, n. 243, p. 14, 01 de janeiro de 1961.

O inglês também gosta de cachorro. **O Jornal**. Rio de Janeiro, ano 37, n. 11930, p. 13, 22 de junho de 1959;

O jovem Senador e sua esposa. **Diário de Pernambuco**. Recife, ano 126, n. 02, p. 03, 04 de janeiro de 1951; BR PMI AP AF FR 01.

O jovem Senador e sua esposa. **O Jornal**. Rio de Janeiro, ano 32, n. 9412, p. 1, 03 de janeiro de 1951;

Obras de Pasqualini lançadas por Brizola. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, ano 31, n. 9320, p. 12, 28 de novembro de 1958;

Para decidir lideranças, O PTB reúne-se em março. **Diário de Natal**. Natal, ano 60, n. 10964, p. 10, 26 de fevereiro de 1980.

Pasqualini – personalidade do eminente político. **Diário da Tarde**. Curitiba, ano 60, n. 20919, p. 02, 10 de janeiro de 1959.

Pasqualini (doente) pode perder cadelinha. **Diário de notícias**. Rio de Janeiro, ano 30, n. 11222, p. 01-02, 17 de junho de 1959.

Pasqualini fazia as provas em latim. **Manchete**. Rio de Janeiro, n. 128, p. 14, 21 de outubro de 1954.

Pasqualini: morre expoente do Trabalhismo. Última Hora. Rio de Janeiro, ano 09, n. 369, p. 01, quatro de junho de 1960.

PDT elege 20 para contentar facções. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, ano 30, n. 9715, p. 04, 14 de julho de 1981.

Perda de “Karim” será um golpe no estado de saúde do ex-Senador”. **Diário de notícias**. Rio de Janeiro, ano 30, n. 11224, p. 05 e 13, 19 de junho de 1959;

PTB já tem sua comissão provisória. **Diário de Natal**. Natal, ano 40, n. 10913, p. 01, 14 de dezembro de 1979.

PTB: novas adesões, euforia e comício. **Jornal da República**. São Paulo, ano 01, n. 94, p. 02, 14 de dezembro de 1979.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria nº 20/1991. Tombamento da Casa onde nasceu e viveu Alberto Pasqualini. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 07 de outubro de 1991.

RIO GRANDE DO SUL. Protocolo de Intenções de 02 de abril de 1990. Termo que firmam o Estado do Rio Grande do Sul e Suzana Pasqualini. **Conselho de Desenvolvimento Cultural/RS**. Porto Alegre/RS, 1990.

SCHUSTER, A. Ivorá encerra semana Cultural. **A Razão**. 01 de outubro de 1991. Disponível na Biblioteca Municipal de Ivorá;

Sem ceder “ao rumor do dia”, juiz decide: Karim é de Pasqualini. **Tribuna de Imprensa**. Rio de Janeiro, ano 11, n. 2872, p. 22, 23 de junho de 1959;

Sentença de juiz dá cadela a Pasqualini. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, ano 31, n. 9492, p. 12, 23 de junho de 1959;

Tribunal regional Federal da 2ª Região. **Gabinete 05 da 3ª turma antiga**. Suzana Thompson Flores Pasqualini. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Relator: Arnaldo Lima. Rio de Janeiro: 08/06/1995.

Viúva Pasqualini no MTPS. **A Noite**. Rio de Janeiro, ano 51, n. 15965, p. 09, 21 de fevereiro de 1962.

WOLF, A. Um anjo guarda Pasqualini. **Manchete**. Rio de Janeiro, n. 387, p. 93 e 95, 19 de setembro de 1959.

Trilha divertida dos capitéis de Nova Palma (RS): a educação patrimonial na educação infantil

Alexandra Pozzatti Marchesan¹

Marta Rosa Borin²

Introdução

Nova Palma é uma das cidades que integra o Geoparque Quarta Colônia que é uma iniciativa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em convênio com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS Quarta Colônia), o qual visa proporcionar novas alternativas para a economia regional, de maneira sustentável, por meio da conservação do patrimônio natural e cultural, da educação ambiental, do turismo local e do incentivo à geração de renda através de iniciativas privadas.³ O município está localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul, entre a serra de São Martinho e a bacia do rio Jacuí. Faz fronteira a leste com Ibarama e Agudo; a oeste com Júlio de Castilhos e Ivorá; ao sul com Faxinal do Soturno e Dona Francisca; ao norte com Pinhal Grande e Júlio de Castilhos (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

A história de Nova Palma pode ser contada a partir dos seus patrimônios locais, bem como das suas belezas naturais. Dentre tantos patrimônios da cidade destacamos nessa pesquisa os capitéis que se constituem como marcos da religiosidade dos imigrantes italianos desta região, visto que representam a identidade católica, pois os capitéis como pequenas capelas, abrigam os

1 Graduada em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria, Pós-Graduada em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria, Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, Professora da Rede Municipal de Ensino de Nova Palma/RS e São João do Polêsine/RS. Email: xandinhapozzatti@gmail.com.

2 Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Piauí, Doutorado em Estudos Históricos Latino-Americanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Mestrado Profissional, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) e do Professora do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. Email: mrborin@gmail.com.

3 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Pró-Reitoria de Extensão. **Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco**. Santa Maria: UFSM, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/geoparque-quarta-colonia/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

santos de devoção de uma família e/ou comunidade, local em que se reúnem frequentemente para orar. Essa prática faz parte da cultura dos antepassados italianos, herdada pelos que imigraram para esta região, por isso a relevância de preservar e valorizar desses bens culturais e religiosos. De tal modo, torna-se um atrativo para as pessoas que querem saber um pouco mais da história de Nova Palma, bem como do Geoparque Quarta Colônia.

Diante disso, o município chama a atenção pelo grande número de capitéis existentes na localidade. Na atualidade conta com 40 exemplares espalhados pelo interior e região centro da cidade, número esse que demonstra o quanto a fé e a religiosidade estavam presentes na vida dos imigrantes italianos de Nova Palma, representando a base para superação dos problemas cotidianos.

Os capitéis são pequenas capelas erguidas à margem das estradas ou em encruzilhadas, dedicados a um santo de devoção para agradecer por graças recebidas, local onde as pessoas das comunidades se reuniam para rezar o terço. Essas práticas de orações e devoção aos santos, que os imigrantes italianos trouxeram de seu país de origem, a Itália, pode ser considerada como um bem patrimonial que guarda expressões da fé e da religiosidade através das rezas do terço, das procissões, das missas, das peregrinações, das festas religiosas, sendo que o capitel é considerado um ponto de socialização dos imigrantes italianos, principalmente nas festividades, já que viviam isolados em suas propriedades.

Nessa direção, Padre Luiz Sponchiado deixava evidente em seus escritos, os quais estão nos arquivos do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, que os capitéis são fruto de esforços de várias famílias, pertencendo a toda comunidade. Os capitéis eram e continua sendo um lugar de encontro das famílias, de trocas de notícias de amigos, entre outros. Segundo Padre Luizinho, os capitéis “reavivam a Fé nos corações e provocam na vida prática a unidade e partilha, dos vizinhos e dos pequenos lugares, onde aparecem e são venerados”. Os capitéis tinham um valor artístico além de representar “o espírito religioso dos antepassados” (Registros/Memórias do Pe. Luiz Sponchiado. Caixa dos capitéis/Acervo CPG de Nova Palma, 1982).

Desse modo, o religioso destaca o valor dos capitéis pela representatividade religiosa dos imigrantes italianos da Quarta Colônia, mas também por ter uma história a ser preservada e contada às futuras gerações. Nesse sentido, os capitéis de Nova Palma sempre foram preservados, cuidados, pois são considerados patrimônio da comunidade.-

Para aproximar o público infantil dessa herança cultural, buscamos identificar o contexto histórico dos dez capitéis mais conhecidos pelos alunos da *Escola de Educação Infantil Aquarela*, de Nova Palma, na faixa etária de 3 e 4 anos. Com o intuito de despertar o interesse nas crianças em reconhecer a

importância dos capitéis como patrimônio religioso de Nova Palma, adotamos o suporte metodológico da pesquisa-ação em que as crianças e suas famílias foram envolvidas no desenvolvimento da pesquisa, participando de modo colaborativo e participativo na criação de um jogo, que na realidade é um material didático. Sendo assim, construímos um recurso didático para educar os estudantes para a valorização do patrimônio na Educação Infantil, através do lúdico, um jogo em forma de trilha a ser percorrida pelos Caminhos dos Capitéis partindo da Igreja Matriz Santíssima Trindade de Nova Palma, bem como a produção de um livreto contendo informações históricas com desenhos dos capitéis para colorir.

Nesta direção, a educação patrimonial como um recurso educativo na Educação Infantil torna-se uma aliada do patrimônio, pois desperta nas crianças o interesse em conhecer e aprender mais sobre seus bens culturais de maneira lúdica e divertida, reconhecendo a importância para a construção da sua identidade, bem como seus direitos e deveres como cidadãos.

A educação patrimonial como recurso educativo na Educação Infantil

A educação patrimonial é trabalhada desde a Educação Infantil para instigar nas crianças o pensamento crítico sobre o patrimônio no sentido de perceberem que elas são produtoras da sua própria cultura e que seus saberes e fazeres são resignificados quando são passados de geração em geração. Desse modo, vale ressaltar o conceito de educação patrimonial descrito no Guia Básico da Educação Patrimonial

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária e conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de educação cultural (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p. 4).

Em vista disso, a educação patrimonial é um processo contínuo no qual se elaboram estratégias diversificadas para promover a aprendizagem significativa a partir do patrimônio. São ações pedagógicas que visam o conhecimento do patrimônio para melhor usufruí-lo, bem como para incentivar as crianças e os adultos a desenvolverem um pensamento de pertencimento com intuito de tornarem-se seres comprometidos com a valorização e o cuidado da sua herança cultural. Assim, a educação patrimonial propicia um processo contínuo de reflexão e participação acerca dos bens culturais em que as pessoas estão

constantemente produzindo cultura que ficam de legados para as gerações futuras.

Para Varine (2012) a educação patrimonial é uma ação no sentido global, direcionada a uma determinada região, desenvolvida na escola ou no museu. Percebe a aprendizagem acerca do patrimônio para além do simples acúmulo de informações, mas sim para alcançar o desenvolvimento local. Sua proposta pretende alcançar o maior número de pessoas do território para sensibilizá-las a explorar, a conhecer e a utilizar os patrimônios que são comuns a um determinado grupo social. Desse modo, a educação patrimonial contribui para disseminar o conhecimento sobre os patrimônios histórico-culturais nos espaços formais e não formais de ensino a partir de quatro princípios básicos que são:

A formação da consciência de sua identidade, de seu território e de sua comunidade humana de pertencimento; a aquisição da confiança em si (auto-estima) e nos outros, condição da participação e da cooperação a serviço do desenvolvimento; o despertar da capacidade de iniciativa e de criatividade, para que passe de consumidor e assistido a empreendedor e promotor; o domínio da expressão e das ferramentas da negociação, permitindo uma intervenção eficaz na esfera pública (2002 apud CERQUEIRA 2005, p. 105).

Nessa direção, a educação patrimonial como um recurso educativo na Educação Infantil possibilita sensibilizar o olhar das crianças para o patrimônio, reconhecê-lo sob uma perspectiva que vai além do material, da pedra e cal, identificar o que não é visível, o seu contexto, sua história, ou seja, as significações que aquele patrimônio possui para a comunidade. Dessa maneira, o ensino tem mais significado quando desenvolvido a partir do que as crianças e adultos já conhecem, ou já dominam.

Assim, a relevância de trabalhar a educação patrimonial a partir dos bens patrimoniais que as crianças conhecem como sendo de seus familiares, de seus antepassados, seus avós e bisavós, permite um melhor desenvolvimento de atividades no contexto infantil, pois a experiência mostrou que as crianças se sentem protagonistas da sua própria história, da comunidade a qual fazem parte, bem como evidenciam que são capazes de valorizar as heranças culturais deixadas por seus antepassados e constituírem-se como responsáveis pela preservação e divulgação dos mesmos.

Sob este viés, Franco (2019, p. 47) reverbera que

A aproximação e exploração dos espaços e patrimônios culturais da cidade, do bairro, da rua, presentes nos mais diversos momentos da vida cotidiana, são importantes referências para que os indivíduos reflitam sobre os saberes e fazeres de sua comunidade, de sua região, conhecimentos que podem potencializar a educação escolar pela riqueza de possibilidades educativas que propiciam.

Diante disso, o estudo a partir do patrimônio abre uma gama de possibilidades para ampliar o conhecimento das crianças acerca dos saberes e fazeres relevantes do seu contexto. Nessa direção, a educação patrimonial como um recurso educativo na Educação Infantil propicia à criança o conhecimento e a vivência do patrimônio histórico-cultural da sua comunidade de maneira prazerosa e divertida, na medida em que se tem o lúdico como base, utilizando-se de brincadeiras, da imaginação e de experiências diversificadas. Volkmer (2005, p. 25) corrobora quando afirma que “O lúdico permite uma maior interação física e social, desperta interesse e curiosidade, instiga as ações e pensamentos próprios, e ao compartilhamento e respeito de regras e opiniões”. Nesta direção, a construção do conhecimento social, cultural e cognitivo torna-se significativo, pois a aprendizagem conduzida por meio do lúdico acontece no mundo e no imaginário das crianças, assim, sua curiosidade fica aguçada e elas aprendem brincando.

Desse modo, as crianças estão se desenvolvendo como um todo, formando seus valores, seus princípios e suas bases para interagir com a sociedade e com seus patrimônios. Sendo assim, os conhecimentos relacionados aos bens patrimoniais que aprenderem na escola as crianças levarão para casa, contarão para suas famílias, mobilizando-as para colocarem em prática ações de preservação e valorização que aprenderam serem importantes. Assim, essas aprendizagens serão disseminadas para toda a comunidade.

Nessa perspectiva, Soares (2007, p. 10) corrobora quando afirma que educação patrimonial pode ser apropriada pela comunidade:

A Educação Patrimonial é uma proposta que procura fomentar não só o desenvolvimento, como a busca do saber, no que diz respeito ao patrimônio, seja ele histórico, cultural ou natural. As atividades da Educação Patrimonial servem de subsídio para que a comunidade em geral desperte para uma re-apropriação de seus bens, sugerindo uma retomada dos valores culturais e históricos relativos a esta sociedade. A Educação Patrimonial tem como proposta chave à conscientização da população para com o patrimônio, trabalhando para que haja o resgate e a valorização de uma identidade, local, regional e nacional.

Desse modo, educar para reconhecer o patrimônio tem um papel fundamental nas escolas, ajuda a ampliar os conhecimentos sobre os patrimônios culturais da comunidade escolar para que possam conhecer e reconhecer seus bens materiais e imateriais, sem deixá-los esquecidos ou despercebidos, fortalecendo, assim, seus elos de identidade, memória, história e cultura.

Nessa perspectiva, Horta, Grunberg, Monteiro (1999, p. 4) destacam que o “conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável

desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”.

Dessa maneira, a educação patrimonial como um recurso pedagógico na Educação Infantil proporciona a prática da cidadania na medida em que as crianças, ao estudarem interagem com o patrimônio, despertam o sentimento de pertencimento a ele, sensibilizando-se, desenvolvendo, assim, a consciência de preservar, valorizar, divulgar e usufruir dos seus patrimônios de maneira respeitosa.

A Trilha Divertida dos Capitéis de Nova Palma (RS)

Para colocar em prática o que estamos dizendo, construímos um recurso pedagógico *A Trilha Divertida dos Capitéis de Nova Palma* para facilitar a educação patrimonial na Educação Infantil. O jogo pedagógico, construído na forma de trilha, visa à diversão e a aprendizagem das crianças. A Trilha Divertida parte da Igreja Matriz Santíssima Trindade, símbolo de religiosidade da comunidade, percorrendo os dez capitéis mais conhecidos das crianças do Maternal, da Escola de Educação Infantil Aquarela de Nova Palma. Além disso, o jogo é acompanhado de um livreto com os patrimônios religiosos para colorir.

Nessa perspectiva, por ser proposto para trabalhar com crianças na Educação Infantil, fase em que as crianças não lêem convencionalmente, o jogo estimula a imaginação, pois nas brincadeiras elas estabelecem relações entre o real e o imaginário, vivenciando situações do seu dia a dia, assim, desenvolvem princípios positivos para relacionarem-se em sociedade de maneira a tornarem-se cidadãos conscientes dos seus atos na coletividade (VIGOTSKY, 2007). Desse modo, o produto propicia através do lúdico os princípios que orientam a educação patrimonial, principalmente no que tange a conscientização das crianças da importância em preservar seus patrimônios locais, os capitéis de Nova Palma e a Igreja Matriz Santíssima Trindade.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) os eixos que norteiam as práticas pedagógicas na Educação Infantil são as interações e as brincadeiras. Nesse sentido, o jogo pedagógico propõe a aprendizagem através do lúdico e do processo de interação entre as crianças em que umas irão aprender com as outras sobre os patrimônios, sendo o professor o mediador nessa atividade.

Além disso, este jogo pedagógico está embasado na educação patrimonial experienciada no contexto escolar infantil, propondo a aprendizagem a partir da realidade local das crianças de Nova Palma, do seu contexto familiar, das suas vivências e das suas experiências. Dessa maneira, o desenvolvimento de atividades diversificadas e lúdicas, que partem do que a criança já conhece, propicia a ela o sentimento de pertencimento à história e à cultura dos capitéis instigando-a a ser

protagonista da sua história, bem como valorizar as heranças culturais deixadas por seus antepassados, preservando e valorizando seus patrimônios.

Diante disso, o recurso educativo e lúdico propõe estabelecer relações entre o conhecimento que a criança já dispõe sobre os capitéis de Nova Palma ao conhecimento novo, ou seja, o que ela desconhece sobre os patrimônios estudados, através dos princípios da educação patrimonial, assim, acreditamos estar propiciando a aprendizagem de maneira significativa para elas, conforme apontado por Ausubel (1968 apud MOREIRA, 1999) quando diz que a aprendizagem significativa ocorre quando é estabelecido o processo de interação entre o novo conhecimento e o conhecimento já existente, sendo que os conceitos relevantes disponíveis na estrutura cognitiva funcionam como um ponto de ancoragem às novas ideias, integrando este material novo ao mesmo tempo em que modifica o que já existe em função dessa ancoragem.

Nesta direção, as crianças e suas famílias participaram de maneira colaborativa na construção da trilha. Num primeiro momento a turma de Maternal, na faixa etária de 3 e 4 anos, da Escola de Educação Infantil Aquarela, em Nova Palma, relatou os conhecimentos que já tinham sobre os capitéis de Nova Palma. Através de imagens elas criaram a réplica de um capitel da cidade com massinha de modelar. E, por fim, as famílias responderam a uma pesquisa sobre quais capitéis conheciam ou tinham hábito de visitar ou, ainda, de realizar alguma prática religiosa.

Desse modo, a partir do suporte metodológico da pesquisa-ação em que as crianças e suas famílias estiveram envolvidas no desenvolvimento da pesquisa participando de modo colaborativo e participativo na criação do jogo, emergiram os dez capitéis: Mãe Rainha Três Vezes Admirável de Schöenstatt (Sede do município); Nossa Senhora do Rosário (Linha do Soturno); Santo Antônio de Pádua (Rincão Santo Antônio); Nossa Senhora da Saúde (Linha Duas); Santa Apolônia (Linha Duas); Nossa Senhora Aparecida (Linha Geral); Santo Antônio (Linha Um); Santo Antônio (Pinhalzinho); Santa Lúcia (Pinhalzinho) e Nossa Senhora Aparecida (Novo Paraíso).

A partir disso, coletamos informações sobre os capitéis nos documentos e acervo fotográfico do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma. Esses documentos constituem registros realizados pelo Padre Luiz Sponchiado no processo de restauração dos capitéis de Nova Palma, em comemoração ao período do Centenário da imigração do Núcleo Soturno, iniciado em 1979.

Sendo assim, todos esses registros do Pe. Luiz do Centro de Pesquisa Genealógica de Nova Palma (CPG), localizado no Centro Cultural Padre Luiz Sponchiado, constituem um material riquíssimo para fonte de pesquisa da memória desses capitéis. Diante disso, evidenciamos o CPG como um local que guarda a memória dos capitéis, assim como a memória das famílias

de imigrantes italianos, pois os lugares de memória são locais que guardam as heranças do passado para garantir que não se percam com o passar do tempo.

Sendo assim, a educação patrimonial como um processo de aprendizagem foi realizada ludicamente mediante informações históricas dos capitéis e de interações e brincadeiras, prioridade na educação infantil, neste caso, expressa no jogo *Trilha Divertida dos Capitéis de Nova Palma*.

Figura 1 - Trilha Divertida dos Capitéis de Nova Palma.



Fonte: (Acervo do Arquivo Pessoal de Alexandra Pozzatti Marchesan, 2022).

Durante o jogo, as crianças demonstraram interesse e gostaram das atividades interativas das cartinhas. Além disso, reconheceram os capitéis presentes no tabuleiro, pois muitos deles estão localizados no trajeto entre suas residências e escola. Nessa direção, evidenciamos que a educação patrimonial propiciou às crianças momentos em que elas puderam conhecer e interagir com o patrimônio, desenvolvendo um olhar mais sensível, identificando o que não é visível, no seu contexto, a sua história, ou seja, as significações que aquele patrimônio possui para os outros. Assim, ao reconhecer os capitéis de Nova Palma e se sentir pertencente aqueles patrimônios, ajudará a desenvolver a consciência de cidadãos cientes do seu papel na sociedade, tornando-se defensores de suas heranças culturais, dos patrimônios que dão identidade para sua comunidade.

Conclusão

Falar de historicidade dos capitéis remete-se às práticas sociais, religiosas e culturais que aconteciam em um determinado tempo e espaço de acordo com a época quando foram criados, sendo que muitas destas práticas ainda acontecem nas famílias que moram próximas a eles. Nesse caso, os capitéis representam a

fé e a religiosidade de uma comunidade através das orações e cultos realizados como meios de salvação para enfrentar as dificuldades.

Ainda, a religiosidade considerada um bem cultural e imaterial está arraigada nas memórias das pessoas. Nesse sentido, através dos capitéis é possível rememorar acontecimentos e significados que fizeram parte de diferentes famílias. Memórias estas que foram sendo construídas pelas pessoas que interagiram com os capitéis ao longo dos anos proporcionando um valor histórico para eles. Desse modo, os capitéis fazem parte da representação da identidade de um grupo social ou de uma comunidade. Sendo assim, a relevância em conservar, proteger, valorizar a memória e a identidade de uma comunidade através da preservação destes patrimônios que são os capitéis a fim de que a história não caia no esquecimento.

Dessa maneira, a partir dos estudos realizados sobre os capitéis de Nova Palma evidenciamos que ainda hoje acontecem práticas religiosas nessas pequenas edificações em que a comunidade de Nova Palma, através das celebrações em torno dos capitéis, transmite sua fé às novas gerações. Nessa perspectiva, é importante reconhecê-los como patrimônios herdados dos seus antepassados, os quais têm um significado religioso e afetivo para as famílias criadoras. Sendo assim, a preocupação em cuidar da manutenção dessas pequenas capelinhas está relacionada à preservação de práticas religiosas ancestrais, bem como, da memória de seus antepassados.

Nesse sentido, os capitéis são reconhecidos como lugares de memórias, lugares em que é possível rememorar parte da história de famílias de imigrantes italianos de Nova Palma, a fim de compreender o presente, atuando sobre ele com vistas a projetar um futuro melhor. Desse modo, passado e presente se interligam possibilitando a evolução da sociedade. Em vista disso, a relevância de não se perder essas memórias, de preservá-las, permite a inserção das pessoas no contexto social, dão sentido e significado às novas gerações, construindo pontes de ligação e valorização dos patrimônios, bem como do fortalecimento da cidadania.

Acreditamos que o Jogo Trilha Divertida dos Capitéis de Nova Palma torna-se um estímulo lúdico a novas percepções sobre os patrimônios, instigando nos envolvidos o desejo de conhecer mais sobre a sua história, sendo protagonistas dela. Ao despertar o olhar mais sensível ao patrimônio a criança é capaz de entender as relações de pertencimento aos bens culturais e as suas responsabilidades quanto ao cuidado, proteção e preservação daquilo que é caro à comunidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da

Educação Básica. **Resolução Nº 5 de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: DF, 2009.

CERQUEIRA, F. V. Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. **Diálogos**: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Maringá, v. 9, n. 1, p. 91-109, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41420/21736>. Acesso em: 01 set. 2022.

FAGAN, E. B. **Quarta Colônia**: Terra, Gente e História. Santa Maria: Pallotti, 2015.

FRANCO, F. C. **Educação, Patrimônio e Cultura Local**: concepções e perspectivas pedagógicas. Curitiba: CRV, 2019.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico da educação patrimonial**. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 30 março 2022.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-palma/panorama>. Acesso em: 02 jun. 2022.

MOREIRA, M. A. A teoria da aprendizagem significativa de Ausubel. In: MOREIRA, M. A. **Teorias da Aprendizagem**, São Paulo: E.P.U., 1999. p.151-165.

SOARES, A. L. R. Educação Patrimonial na Universidade Federal de Santa Maria: o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória e sua inserção na comunidade. In: **Cidade Revelada**, 10, 2007, Itajaí/SC. Disponível em: <http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/Textos%20Nep/NEP.pdf>. Acesso em: 01 set. 2022.

SPONCHIADO, Luiz. Registros/Memórias do Pe. Luiz Sponchiado. Caixa dos Capitéis/CENTRO DE PESQUISA GENEALÓGICA DE NOVA PALMA, 1982.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Pró-Reitoria de Extensão. **Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco**. Santa Maria: UFSM, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/geoparque-quarta-colonia/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

VARINE, H. de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VIGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VOLKMER, M. S. **O Lúdico e o Patrimônio**: Uma Proposta Pedagógica. In: MILDRE, S. E. S. (org). Educação Patrimonial: Perspectivas. Santa Maria/RS: LEPA – UFSM, 2005.

O patrimônio do “Clube Caixeiral Santamariense”: resultados da ação de salvamento de livros e documentos¹

Fernanda Kieling Pedrazzi²

Jorge Alberto Soares Cruz³

Sonia Elisabete Constante⁴

Introdução

Os documentos arquivísticos são parte do patrimônio cultural de uma sociedade, por isso, mesmo instituições privadas têm acervos documentais que narram um “tempo humano e social” (BARROS, 2013, p. 20) que discorrem narrativas de uma determinada comunidade, revelando características das cidades e de seu povo num determinado tempo. Para Barros (2013) esse tempo não é exatamente o tempo dos relógios, mas sim das transformações surgidas pela sobrevivência, pelo desenvolvimento, pelo surgimento de novos conhecimentos e manifestações culturais. Esses acervos, de acordo com a Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, em seu artigo 11, formam “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991, s/p), que precisam ser preservados para servir como “lugares de memória ou memorização, que protegem e conferem poder” (BROTHMAN, 2018, p. 102).

-
- 1 Este trabalho resulta do desenvolvimento de um projeto de extensão denominado “Ações para a recuperação do arquivo e da biblioteca do Clube Caixeiral de Santa Maria – RS – Fase 1: triagem e higienização”, registrado no Portal de Projetos da UFSM sob o número 058785, que teve como objetivo principal preservar a história de Santa Maria a partir de um trabalho técnico junto ao acervo bibliográfico e documental do Clube Caixeiral de Santa Maria, visando a promoção da pesquisa social. O projeto envolveu professores e estudantes do Curso de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM no ano de 2022.
 - 2 Doutora em Letras. Arquivista e Jornalista. Professora Associada do Departamento de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (RS). E-mail: fernanda.k.pedrazzi@ufsm.br.
 - 3 Doutor em História. Arquivista e Historiador. Professor Associado do Departamento de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (RS). E-mail: jorgecruz@ufsm.br.
 - 4 Doutora em Comunicação. Arquivista e Bacharel em Desenho e Plástica. Professora Associada do Departamento de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (RS). E-mail: sonia.constante@ufsm.br.

O “Clube Caixeiral Santamariense” é um lugar de memória com uma “missão de promover a cultura e difundir o conhecimento” (PORPORATTI, 2022, p. 353), cujo seu patrimônio arquitetônico sofreu um sinistro, em 2018, com a queda do telhado de sua sede, localizada no centro de Santa Maria, RS. A Prefeitura Municipal de Santa Maria, através de sua Secretaria de Município, teve a oportunidade de retirar os materiais do espaço físico do Clube, procedendo a uma tentativa de dar um melhor destino, uma sobrevida ao suporte papel que estava sofrendo com a umidade e o descaso há pelo menos quatro anos.

Assim, este trabalho busca refletir sobre o tempo decorrido e o espaço relativo, a partir do patrimônio histórico cultural resgatado, desde a necessária intervenção para salvamento de documentos e livros do acervo do “Clube Caixeiral Santamariense”.

No segundo semestre de 2022, uma equipe, formada por servidores da Prefeitura e por professores e estudantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), dos cursos de Arquivologia e História, realizou ações junto ao acervo documental e bibliográfico do “Clube Caixeiral Santamariense” como uma alternativa frente ao abandono ao qual estava sujeito desde o sinistro. Em uma visão transdisciplinar foram promovidas atividades de ensino, pesquisa e extensão envolvendo o material. Com isso a sociedade ganha com a democratização dos bens culturais e favorecendo a consciência da necessidade de dar acesso e preservação ao patrimônio documental dos caixeiros viajantes como parte da história da cidade de Santa Maria.

Breve História do Clube Caixeiral Santamariense

O “Clube Caixeiral Santamariense” foi fundado em 14 de fevereiro de 1886 e sua sede definitiva foi inaugurado em 1926, estando ele tombado como patrimônio histórico do município: “nos dias 16 e 17 de outubro de 1926, o Clube Caixeiral Santamariense inaugurou sua sede definitiva. Sob a responsabilidade de Olympio Lozza, seguindo o projeto de autoria do arquiteto alemão Theo Wiederspahn, a inauguração foi cercada de intensa programação” (PORPORATTI, 2022, p. 364) e seu prédio passou a ser considerado como marco arquitetônico porque, como salientou o arquiteto Porporatti (2022, p. 367), “este remanescente de cunho eclético representava o sucesso e solidez que essa instituição possuía na sociedade da época”. Mas os anos passaram e em razão de uma série de fatores, dentre eles a crise do associativismo, o clube declinou e em fevereiro de 2018, em consequência da falta de manutenção em sua sede o telhado desabou, causando danos à edificação, seus móveis e todo acervo existente em seu interior.

No primeiro desabamento já houve prejuízo ao funcionamento da sede social, porém a situação se agravou quando, em janeiro de 2021, outra parte do

telhado caiu. Em agosto de 2022, dadas as condições em que o imóvel estava, foi feita uma ação emergencial que visava recolher o material bibliográfico e documentos que estavam em seu interior. A iniciativa foi da Prefeitura Municipal de Santa Maria e teve como objetivo levar o material para um espaço seco e limpo. O lugar escolhido para abrigar o acervo, e que estava disponível, foi o Centro de Atividades Múltiplas José Garibaldi Pogetti, localizado no Parque Itaimbé (espaço popularmente conhecido como “Bombril”). Até dezembro de 2022 este foi o local em que as atividades de profissionais, professores e estudantes estagiários e voluntários trabalharam em prol da melhoria de condições de livros e documentos.

A Universidade, quando demandada, respondeu prontamente ao chamado da comunidade, planejando e registrando um projeto de extensão denominado “Ações para a recuperação do arquivo e da biblioteca do Clube Caixeiral de Santa Maria – RS – Fase 1: Triagem e Higienização” integrando seus recursos aos da Prefeitura Municipal, formando uma equipe de trabalho com 22 pessoas denominada Grupo de Trabalho. Com o período de férias de trabalhadores e estudantes, o projeto foi temporariamente parado, tendo a proposta de ser retomado em novo local, já disponibilizado pela UFSM em 2023. Um impasse com o jurídico do Caixeiral, no entanto, inviabilizou a continuidade do trabalho.

Metodologia

Os documentos, livros e materiais, como troféus, existentes no espaço do Clube foram retirados em agosto de 2022 e transportados ao Centro Pogetti rapidamente pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, como um “conjunto de medidas tomado pelo município para preservar a memória do prédio” e, ao mesmo tempo, “garantir a segurança da estrutura, interditada devido à queda de parte do telhado que começou a desabar em 2018”⁵ (JORNAL CIDADES, 2022). Concomitantemente com as etapas de seleção e recolhimento dos materiais, livros e documentos na sede do Caixeiral, projetou-se um plano de ações para o salvamento do material retirado do local, iniciado em setembro do mesmo ano, e seguindo até dezembro de 2022. Como embasamento teórico foram adotados passos básicos sugeridos na publicação “Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água” (CONARQ, 2012)⁶.

5 Acervo é retirado do Clube Caixeiral, em Santa Maria. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/jornal-cidades/2022/08/858174-acervo-e-retirado-do-clube-caixeiral-em-santa-maria.html> Acesso em: 13 mar. 2023.

6 Resolução N. 34, de 15 de maio de 2012, cuja recomendação foi proposta por órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Recomendacoes_resgate_acervos_completa.pdf Acesso em: 15 mar. 2023.

A parte de higienização é fundamental em qualquer projeto de preservação e conservação de documentos, por ser um

processo dedicado à eliminação de materiais estranhos que os documentos do acervo possam conter, como poeira, partículas sólidas, objetos metálicos, etiquetas, papéis, cartões ácidos e demais sujidades que possam prejudicar a leitura estética e/ou estrutura físico-química dos mesmos. É o tratamento primordial que todo e qualquer acervo pertencente à instituição deve ser submetido antes de sua organização. Esta etapa deve ser planejada como ação rotineira na manutenção do acervo. (FUNDAÇÃO, 2017, p.17)

Somente após a etapa de higienização e tratamento documental é que poderão ser adotados procedimentos para o acondicionamento dos documentos, livros e materiais que consistem na “embalagem dos itens do acervo em material adequado à sua preservação, principalmente naqueles que estejam em avançado estágio de deterioração” (FUNDAÇÃO, 2017, p. 17).

Para dar início ao trabalho foi necessário criar um Grupo de Trabalho (GT) para o salvamento nas etapas de triagem, higienização e indexação. São parte deste GT os servidores da Secretaria de Cultura (área administrativa e dois técnicos responsáveis pelo Acervo – um arquivista e um bibliotecário). Esse grupo de pessoas tem a responsabilidade de viabilizar as ações administrativas na Prefeitura Municipal de Santa Maria. Na parte técnica participam do GT membros da UFSM (servidores e alunos voluntários) além de terceirizados contratados pela Prefeitura para o resgate do acervo, denominado Grupo de Resgate (GR). É uma equipe multidisciplinar que conta com diversos voluntários ligados à UFSM e pessoas contratadas pela Prefeitura através do CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola.

Foi preciso adaptar o local para onde o material foi levado em um primeiro momento, o Centro de Atividades Múltiplas, que tinha dois problemas básicos: o telhado, com goteiras; e a iluminação, pela falta de energia elétrica por ocasião de furtos de cabos e fios de luz na região do Parque Itaimbé. Algumas melhorias se fizeram necessárias para que o local permanecesse seco e com ventilação para a realização dos procedimentos de secagem e melhorias do acervo. Uma lona foi instalada no interior do imóvel cobrindo toda a área de trabalho e armazenamento (Imagem 1).

Imagem 1 - Interior do Centro Pogetti, com lona de proteção



Autor: Fernanda Kieling Pedrazzi, outubro de 2022.

O GR pensou em equipar com todos os recursos materiais possíveis e necessários, conforme uma lista de diversos itens elencados pelo Grupo denominada “Materiais necessários” e repassada para a Prefeitura. A Prefeitura viabilizou os itens da lista permitindo, assim, o início do trabalho.

Ficou como necessidade a ser cumprida posteriormente ao início do trabalho a compra da Cola CMC e a instalação da energia elétrica. A energia foi ligada em 09 de novembro, dois meses depois do início do trabalho e com um gerador, pois não havia possibilidade de religamento imediato dos cabos externos à edificação. A Cola, necessária, foi utilizada a da UFSM, que foi comprada pela Instituição para outras atividades do Laboratório de Restauração (LabRest) do Departamento de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria.

Pelo quantitativo documental e bibliográfico considerável do patrimônio do Clube, além dos danos causados pelo sinistro, foi priorizado começar os procedimentos de conservação no acervo bibliográfico. O fluxo de ações do projeto seguiu as seguintes etapas para o tratamento dos livros e obras raras: 1ª) Triagem; 2ª) Higienização; 3ª) Indexação; e, por fim, 4ª) Pré-acondicionamento (empacotamento e separação conforme o destino).

Resultados e Discussão

Para o início do trabalho do Grupo de Resgate os materiais foram divididos em dois grandes conjuntos: os livros e os documentos. Outros materiais, como objetos tridimensionais (mesa, troféus, bandeiras, etc), foram resgatados do espaço do Caixearal, porém o projeto se deteve apenas nestes dois tipos. Optou-se por trabalhar com os livros primeiro por se tratar do maior volume do conjunto. Imaginava-se que à medida que o trabalho fosse avançando as caixas

com os livros já higienizados seguiriam para um outro local, porém as mesmas permaneceram no Centro Pogetti, o que trouxe preocupações ao Grupo.

A Imagem 2, apresentada a seguir, demonstra como os materiais foram depositados no primeiro local para o qual foram transferidos. Nela aparecem livros, documentos fiscais, fichas de associados de três tipos (nas cores verde, laranja e rosa), de acordo com o ano em que foram criadas.

Imagem 2 - Estado dos materiais na chegada ao Centro Pogetti



Autor: Fernanda Kieling Pedrazzi, agosto de 2022.

O trabalho teve, já no primeiro mês, uma grande repercussão junto à sociedade que sentia certo descaso no tratamento dado ao patrimônio documental e edificado do Clube. Por tratar-se de uma entidade de direito privado, cuja responsabilidade atual é da administradora judicial, foi preciso ter autorização da diretoria ao acesso dos materiais, proibido de ser visitado pela instabilidade que apresentava o prédio e pelos riscos de desabamento, ficando acertado em audiência judicial “que a Prefeitura será ressarcida dos investimentos feitos agora em virtude de recursos do Caixeiral” (JORNAL CIDADES, 2022).⁷

Veículos de comunicação impressos e digitais, das diversas mídias como TV, rádio, jornal e plataformas das redes sociais, procuraram a equipe do projeto, em especial o Grupo de Resgate, para mais informações sobre o planejamento e encaminhamento. A partir da procura da imprensa por informações junto ao GR, foram publicados diversos materiais sobre a ação de salvamento, inclusive o projeto ganhou a capa do principal jornal local, o Diário de Santa Maria.

Na reportagem de capa o jornal Diário destacava, conforme Imagem 3, a ação: “Um garimpo em meio às relíquias do Caixeiral: historiadores, arquivistas e alunos da UFSM trabalham na separação, limpeza e armazenamento de documentos históricos que foram retirados do Clube para as obras”. A chamada

⁷ Acervo é retirado do Clube Caixeiral, em Santa Maria Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/jornal-cidades/2022/08/858174-acervo-e-retirado-do-clube-caixeiral-em-santa-maria.html> Acesso em: 13 mar. 2023.

da primeira página da edição de 23 de setembro de 2022 demonstrava o bom trabalho jornalístico realizado quando os repórteres estiveram no Centro Pogetti para acompanhar uma manhã de trabalho com estudantes voluntários e estagiários da Prefeitura. A reportagem presta um serviço ao registrar como estava sendo feito o trabalho, a situação dos livros e documentos, as nuances envolvendo a propriedade e a expectativa dos envolvidos.

Imagem 3 - Fragmento da capa do Jornal Diário de Santa Maria destacando o projeto



Fonte: Jornal Diário de Santa Maria, 23 de setembro de 2022. Ano 21, Edição nº 6.280.

No princípio, foram feitas reuniões prévias com a Secretaria de Município da Cultura, que se comprometeu a dar as condições mínimas necessárias numa infraestrutura adequada para os estudantes, professores e servidores realizarem o trabalho como mesa, cadeira, Equipamento de Proteção Individual (EPI) e produtos de limpeza diversos. Os recursos financeiros relativos a estes materiais são totalmente custeados pela Prefeitura.

Para o acompanhamento do desenvolvimento do projeto, com frequência foram feitos registros fotográficos das ações dos profissionais, voluntários e/ou contratados envolvidos no resgate e no tratamento do acervo.

Participaram do projeto os alunos voluntários do segundo semestre letivo de 2022, da disciplina “Arquivo, memória e patrimônio” do Curso de Arquivologia e um aluno do Curso que é Bibliotecário, que já trabalhou com gestão de riscos no tratamento de acervos bibliográficos e tem colaborado com a identificação das obras raras, além dos alunos bolsistas contratados pela Prefeitura.

Além da equipe fixa do projeto, ao longo do segundo semestre, visitaram o local grupos de alunos de outras disciplinas do Curso de Arquivologia e do Mestrado em Patrimônio Cultural (PPCULT) da UFSM (Imagem 4). Esse envolvimento visa atender as metas relativas à formação de recursos humanos,

capacitando o pessoal da equipe de modo a desenvolver um trabalho com padrão de qualidade além de: introduzir o acadêmico de Arquivologia no processo de preservação; trabalhar a responsabilidade do acadêmico com relação ao cumprimento de prazos e metas; conhecer e praticar as técnicas relacionadas à conservação do acervo em questão, como a etapa de higienização; sistematizar o conhecimento experimentado através da redação do relatório do projeto com a contribuição de todos os participantes.

Imagem 4 - Trabalho de alunos e professores da UFSM no acervo



Autor: Fernanda Kielling Pedrazzi, outubro de 2022.

Nos primeiros meses de trabalho foi verificada a presença de plantas baixas da edificação do Clube e projetos de ampliação da sede do mesmo que nunca foram executados, bem como croquis de reformas nos espaços internos e sua organização como saguão, restaurante e boate.

Também se procedeu à limpeza de álbuns de fotografias que trazem, em seu interior, registros fotográficos dos principais eventos sociais que aconteceram no espaço do Clube Caixeiral, especialmente nos anos de 1980 e 1990, como a escolha da Senhorita Caixeiral, bailes de Debutantes e Carnavais. Alguns dos álbuns, no entanto, sofreram danos com a umidade que, infelizmente, são irreparáveis, havendo, por exemplo, o prejuízo do suporte de papel em que a fotografia fora revelada. O uso da cola CMC, como mostra a Imagem 5, foi fundamental para tentar dar melhores condições e visibilidade ao documento, sendo um trabalho moroso e delicado, devendo ser executado com perícia e dedicação.

Imagem 5 - Retirada da folha de proteção do álbum que aderiu à fotografia



Autor: Fernanda Kielling Pedrazzi, outubro de 2022.

No grupo dos livros, foram encontradas verdadeiras raridades como livros de autores ligados à cidade, com dedicatória à Biblioteca do Clube. A edição de “Alba Tempo e Rosa” do escritor já falecido Luiz Guilherme do Prado Veppo (1932-1999), de 1962 traz, na letra do autor, a afetividade com o espaço: “À Biblioteca do Clube Caixeiral, onde aconteceu a vida social destes, quase todos, poemas, no período de 1954 a 1962. PVeppo SM 7.6.62”. Como o escritor mesmo definiu em seu poema “Saudade”, nesta publicação, esse é o sentimento expresso quando se menciona o Clube Caixeiral na cidade, pessoalmente ou nas redes sociais: “Balada de quem ficou Tão longe de quem partiu”. Outros livros clássicos, como *Os Lusíadas*, do poeta português Luís (grafado como Luiz no exemplar) de Camões, fazem parte do acervo (Imagem 6).

Imagem 6 - Edição de *Os Lusíadas* de 1866



Autor: Fernanda Kielling Pedrazzi, novembro de 2022.

A edição impressa de *Os Lusíadas* foi organizada pela Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, no Rio de Janeiro, no ano de 1866, sendo ricamente ilustrada. O carimbo que contém a página interna mostra que

foi adquirido em Porto Alegre (Alves Leite, na rua dos Andradas). Trata-se de um livro raro que em 2021, por exemplo, teve edição similar vendida em leilão no Rio de Janeiro (<https://www.espacoriobrasilianaleiloes.com.br/peca.asp?ID=9363912#simple1>). Na Fase 1 do projeto, há diversos exemplares acondicionados em caixas reaproveitadas com os livros que têm alguma raridade, separados, com o auxílio de um bibliotecário, servidor da UFSM e que atualmente cursa a graduação em Arquivologia. Um deles, inclusive, tem capa confeccionada com madeira, sendo algo diferenciado dos demais volumes.

Após o término da higienização dos livros, em 23 de novembro, passou-se, em definitivo, para os documentos, iniciando pelas fichas de sócios que também têm volume expressivo. O trabalho mostra o outro lado da história do Clube: o contato da entidade com a vida de moradores de Santa Maria, suas famílias, seus dados, que são de acesso restrito por conter informações de cunho pessoal como emprego, renda, endereço e número de documentos pessoais. A Lei Nº 13.709/2018 é conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e foi promulgada com o objetivo de proteger os direitos dos cidadãos à privacidade. Ela proíbe o uso indiscriminado dos dados pessoais por empresas e instituições. Dessa forma não é possível que um acervo arquivístico em que constem informações pessoais seja disponibilizado para terceiros sem autorização expressa após a indicação da finalidade.

As fotografias, que eram anexadas às fichas de sócios, trazem um verdadeiro retrato da cidade, na evolução dos anos, os rostos envelhecem e mostram a passagem do tempo, é portanto, um tempo humano e social de uma sociedade, em que os setores do comércio e dos serviços representam uma força de trabalho empregada, em especial o comércio, como forte tradição da cidade (DIÁRIO, 2022)⁸.

Para o tratamento das fichas, determinou-se que seriam separadas por cor por entender que as mesmas poderiam relacionar-se a períodos diferentes do Clube. A instrução era a retirada de cliques e grampos metálicos, limpeza mecânica com pincel para a retirada de mofo e fungo (Imagem 7) e ainda sujidades. Foi alertado à equipe que não deve ser passado qualquer pano úmido sobre as imagens de fotografia que estejam coladas nas fichas, no entanto, foi indicado cuidado na retirada dos fungos, em especial aqueles de coloração amarelada, usando, para isso, algodão levemente embebido com CMC preparada para recolagem.

8 Comércio de Santa Maria celebra os números do 1º semestre de 2022 Disponível em: <https://diariosm.com.br/comercio-de-santa-maria-celebra-os-numeros-do-1o-semester-de-2022/> Acesso em: 14 mar. 2023.

Imagem 7 - Ficha de sócio com presença de mofo no papel



Autor: Fernanda Kieling Pedrazzi, dezembro de 2022.

O trabalho foi interrompido de modo temporário no final de 2022, porém deveria ser retomado após o retorno das aulas da UFSM (em 20 de março de 2023) no início do primeiro semestre letivo. Com o novo semestre, havia uma novidade: um novo espaço para armazenar e realizar o trabalho. As tratativas para esta mudança de local iniciaram em dezembro de 2022 e ganharam contornos mais definitivos em março de 2023 quando o Pró-Reitor de Extensão (PRE) da UFSM, Flavi Lisboa Filho, considerou de interesse para a Instituição abrigar o projeto “Ações para a recuperação do Arquivo e da Biblioteca do Clube Caixeiral de Santa Maria - RS” e o Coordenador de Desenvolvimento Regional e Cidadania da PRE/UFSM, Victor De Carli Lopes, responsável pelo Prédio da Antiga Reitoria, documenta a disponibilidade da sala 301 do prédio 351 da UFSM, a partir de 03 de abril. Curiosamente, este local fica na esquina da rua Floriano Peixoto (antiga rua do Maximiano) com a rua Astrogildo de Azevedo (antiga rua Marquês de Maricá), no mesmo ponto geográfico em que foi a primeira sede própria do Clube, em terreno doado por Henrique Ribeiro da Silva. Segundo registra Porporatti (2022, p. 363), havia a ideia de construir “um palacete digno da representação que possuía no ambiente social”. Assim, o espaço do Clube foi alugado por cerca de dois anos, o que permitiu levantar alguns fundos, além de muita economia para que se concluísse a compra do terreno da rua do Acampamento, número 39, onde está o prédio da sede.

A partir do documento expedido a Secretária de Município da Cultura, Rose Carneiro, abriu o processo de número 200/2023/3/8765 na Prefeitura solicitando a transferência dos arquivos do Clube Caixeiral para o prédio da Antiga Reitoria justificando a mudança para que sejam dadas melhores condições. Segundo ela, “a transferência permitirá armazenamento adequado do material e melhores condições de trabalho na continuidade do projeto de triagem e higienização para a recuperação do Arquivo e da Biblioteca do Clube Caixeiral de Santa Maria”. O documento, o Memorando nº 037/SMC/2023, foi dirigido à Procuradoria Geral do Município para verificar a possibilidade dessa ação de transferência do

acervo para outro local. A equipe do GR aguardou a posição final da instituição para retomar os trabalhos, o que se transformou em um impasse jurídico. Por esta razão, até o mês de agosto de 2023 o trabalho continuava interrompido. A maior preocupação do Grupo é em que condições estão tais livros e documentos, especialmente aqueles que já haviam sido higienizados.

Desde a interdição do Clube pela Prefeitura, noticiada em 1º de fevereiro de 2021 até o início e desenvolvimento das atividades do projeto, as etapas foram compartilhadas através de notícias no *site* da Prefeitura (<https://www.santamaria.rs.gov.br/pesquisa>). Assim, iniciou com a colocação de tapumes para oferecer segurança aos santa-marienses ao preservar transeuntes que circulam nos arredores do prédio quase centenário. Em 02 de junho de 2022 a Prefeitura fez vistoria com a administradora judicial do Clube porque o mesmo estava interditado, verificando as condições. Em 20 de julho foi realizada reunião para articular também a retirada de “objetos de valor artístico/histórico” que estivessem dentro do prédio, anunciando não apenas o envolvimento da Secretaria de Município de Cultura como também o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (o COMPHIC). No dia 03 de agosto finalmente estes materiais são retirados do local e levados para o Centro Pogetti, como os documentos danificados por água, visto na Imagem 8. Em 12 de setembro inicia, finalmente, o envolvimento prático da UFSM na questão de livros e documentos. O projeto já estava registrado com equipe da Prefeitura, do Departamento e Curso de Arquivologia, além de outros estudantes.

Imagem 8 - Documentos em péssimo estado de conservação a partir do sinistro com água



Autor: Fernanda Kieling Pedrazzi, agosto de 2022.

Embora pareça ter sido muito longa a espera por uma solução para o acervo que se encontrava dentro do Clube, precisando a Prefeitura tomar providências para que algo fosse feito em prol do arquivo e da biblioteca, entende-se que a contribuição dada ao acervo a partir do projeto de extensão registrado na UFSM está sendo fundamental. Interessante acentuar que os armários onde os documentos e livros estavam guardados na sede do Clube foram essenciais para a preservação de alguns materiais, por isso há ainda alguns em boas condições. A solidez dos mesmos

protegeu o quanto pode o acervo, mas a retirada e tratamento foram essenciais. Pensa-se que a última etapa, a do tratamento, ainda em andamento, deva ser valorizada pela comunidade, em especial por seus proprietários, diretoria e sócios, pela história que guardam estes documentos. Só assim será manifestado o respeito pelo legado deixado por aqueles que os precederam na construção deste Clube.

Somente depois dos resultados finalizados é que será possível partir para a realização de outros trabalhos, como os de pesquisa e difusão. O Grupo segue aguardando por uma posição positiva para que, ao menos no segundo semestre de 2023, o projeto possa ter continuidade. Uma “segunda ação igualmente importante refere-se ao acondicionamento e à organização dos documentos originais de valor permanente” (CONARQ, 2021, p. 30). Por isso, na etapa final para a preservação do acervo, será preciso definir embalagens, para a fase do acondicionamento, dos “itens cujas dimensões possam comprometer sua conservação e permanência nas prateleiras das estantes e para obras raras e especiais que apresentam fragilidade” (FUNDAÇÃO, 2017, p. 17).

Há, portanto, muito o que construir, arquivisticamente, a partir desse resgate e, portanto, este é somente o início de um trabalho que poderá resultar em diversos frutos a partir de uma gama de possibilidades. Resta aguardar a solução para o impasse criado em função do local de trabalho da equipe do projeto.

Conclusão

Entende-se que o desenvolvimento do projeto no Clube Caixeiral foi uma excelente prática extensionista da UFSM junto à comunidade que, por sua vez, tem a necessidade de manter preservado o acervo. A equipe considera que este acervo deverá/poderá ser usado na pesquisa social, colaborando para o desenvolvimento cultural de Santa Maria através do acesso ao patrimônio histórico documental e bibliográfico.

O projeto foi prorrogado e deveria ter avançado 2023 adentro, oportunizando uma maior longevidade aos materiais em papel, sendo aplicadas as principais técnicas de resgate por água e tratamento de acervos disponíveis na literatura. Mas a espera por uma continuidade é que hoje resulta em preocupação. Tudo isso para que, ao final, se disponha de um conjunto bibliográfico e documental resgatado, em uma primeira etapa, e que, posteriormente, terá condições de ir para outro espaço que não o Centro de Atividades Múltiplas ou a Antiga Reitoria para que possa ser utilizado.

Com o que foi feito até o momento pelos membros da equipe, conclui-se que qualquer documento ou livro que vier a ser preservado contém algo único, especial, e que por isso não é tarde para a ação mas desde que ela seja vista a partir da perspectiva do patrimônio cultural. A salvaguarda do acervo não chegou tarde, ela

veio no momento oportuno, com a equipe certa. A realidade presente é com o que se conta, neste momento, para recuperar os anos de desgaste, umidade e mofo. Há esperança de que se possa concluir o projeto inicial, encerrando, também como os documentos, as etapas de triagem e higienização, assim como se fez com os livros.

Experiências como esta, de interação dialógica entre universidade e sociedade é bastante importante visto que o estudante aprende fazendo, na prática social, impactando positivamente na sua formação. Os professores têm a oportunidade de se aproximar da realidade das instituições, mostrando o comprometimento com a sociedade por seu apoio e envolvimento. A Prefeitura torna-se o parceiro desejável, competente, que dispõe e oferece recursos, investindo na importância da história. A comunidade tem suas demandas consideradas e realiza trocas com a instituição de ensino e com o ente administrativo local, fortalecendo a relação universidade-comunidade. Enquanto patrimônio cultural da sociedade, o objetivo é o de preservar a história de Santa Maria, visando a melhoria na guarda e a futura promoção da pesquisa social a partir da higienização e melhor acondicionamento o que, como conclusão, pensa-se que foi realizado, ao menos em parte.

Referências

- BARROS, J. D'A. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BELTRÃO, R. Cronologia histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787 – 1930. 3.ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2013 [1958].
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm Acesso em: 10 nov. 2022.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm Acesso em: 10 mar. 2023.
- CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos. **Recomendações para a salvaguarda de acervos arquivísticos danificados por água**. Arquivo Nacional. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Recomendacoes_resgate_acervos_completa.pdf Acesso em: 04 ago. 2022.
- CRUBER, L. Um garimpo em meio às relíquias do Caixeiral. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, RS, ano 21, n. 6.280, p. 1, 2022.
- FUNDAÇÃO CASA DE OSWALDO CRUZ. Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde. Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/images/stories/PDFs/programa-de-conservacao-e-restauracao.pdf> . Acesso em: 10 mar. 2023.
- PORPORATTI, A. S. Levantamento arquitetônico, histórico-cultural do Clube Caixeiral Santamariense em Santa Maria - RS. In: ANDRADE, G. F.; PA-DOIN, M. M.; PIASSINI, C. E. (org.) **História de Santa Maria: novos olhares**. Porto Alegre: Casalettras, 2022. p. 352-368.

Acervo pessoal como patrimônio coletivo: o arquivo de Alcides Saldanha e sua relevância para o município de Caçapava do Sul

Sônia Elisabete Constante¹

Augusto César Luiz Britto²

Ana Paula Silva de Souza³

Leslie Mari Alves da Luz⁴

Introdução

Os arquivos pessoais reúnem a documentação gerada, recebida e, consequentemente, acumulada por seu produtor, apresentando-se em tipologias documentais e nos mais diversos suportes. Esse acúmulo traz consigo uma forma de organização muito particular, conduzida pelo olhar do seu produtor, que acaba por ser o responsável pela avaliação e porventura eliminação dos documentos do seu acervo. Portanto, os arquivos pessoais são locais de memórias elaboradas pelos titulares dos acervos mediante a seleção documental que os mesmos julgaram relevante preservar.

Os documentos que resistem a esse processo informal costumam retratar uma determinada época, sob uma visão única, que torna este tipo de arquivo tão atrativo e por vezes surpreendente, sobretudo quando o produtor é uma figura pública importante para determinada comunidade, como é o caso de Alcides José Saldanha, que começou a sua carreira na área do Direito como advogado, nascido em 1937, em Cachoeira do Sul, RS. Destacou-se também como pecuarista, mas alcançou destaque profissional nacional como político, tendo ocupado diversos cargos como: Vereador (pelo partido Libertador – PL)

1 Docente do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Comunicação pela UFSM. E-mail: sonia.constante@ufsm.br.

2 Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente do Curso de Arquivologia da UFSM. Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura Amazônica pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e Coordenador do Projeto e do Programa de Arquivos Pessoais da UFSM. E-mail: augusto.britto@ufsm.br.

3 Discente do Curso de Arquivologia Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Tecnóloga em Turismo pela UFSM. E-mail: ana.souza@acad.ufsm.br.

4 Discente do Curso de Arquivologia Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Tecnóloga em Gestão da Produção Industrial pela UNINTER. E-mail: leslie.luz@acad.ufsm.br.

e Prefeito, ambos pelo município de Caçapava do Sul, RS; Senador, Deputado Federal e Deputado Constituinte, sendo todos sob a sigla partidária do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, representando o Estado do Rio Grande do Sul; além de Secretário de Minas, Energia e Comunicações pelo RS, na década de 1980; e, como Ministro dos Transportes, na década de 1990, dentre outros.

O seu acervo está custodiado na cidade de Caçapava do Sul, município onde teve início sua trajetória política e local em que Alcides Saldanha residiu por boa parte de sua vida. Porém, seu arquivo pessoal permaneceu sem intervenção arquivística até o ano de 2020, quando sua família contatou o professor Augusto César Luiz Britto do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) a fim de que esta documentação recebesse o devido tratamento arquivístico. Assim, a partir do mês de setembro deste ano, teve início o Projeto “Arquivo Pessoal Alcides Saldanha: organização e difusão do acervo arquivístico”⁵, com objetivo de proporcionar a organização deste acervo sob premissas técnicas arquivísticas, para possibilitar o acesso da sociedade de Caçapava do Sul e região e, sobretudo, para que o mesmo possa ser assimilado como patrimônio documental local. Em 2022, foi iniciado o projeto “Preservação e conservação do acervo do arquivo pessoal Alcides José Saldanha”⁶, este com ênfase no acondicionamento e armazenamento dos documentos para posterior transferência da documentação para o Centro de Memória. Por isso, para a execução das atividades foi criado o Grupo de Trabalho Alcides Saldanha que vem trabalhando no tratamento e na divulgação dos projetos.

Os atuais custodiantes do acervo, a família Saldanha, estão planejando a criação de um Centro de Memória na antiga residência de Alcides Saldanha, em Caçapava do Sul, para manter íntegro, conservado e acessível esse relevante acervo que se caracteriza como documental, tridimensional e bibliográfico. Sua residência, como parte do seu patrimônio, servirá de local para a preservação das memórias de seu produtor.

O presente trabalho se propõe a apresentar o Arquivo Pessoal de Alcides José Saldanha enfocando na sua trajetória, vista através dos documentos de seu arquivo, buscando com isso destacar as potencialidades de pesquisa para os usuários e pesquisadores e as principais ações realizadas pelo Grupo de Trabalho.

5 Projeto registrado pelo GEAIC/CCSH/UFSM, nº 053508, coordenado pelo professor Augusto Britto e financiado pelo Projeto Geoparques Caçapava do Sul e pelo Escritório de Advocacia Alcides Saldanha.

6 Projeto registrado pelo GEAIC/CCSH/UFSM, nº 055744, coordenado pela professora Sônia Elisabete Constante e financiado pelo Fundo de Incentivo à Extensão (FIEIX) da UFSM.

O arquivo e sua organização

O acervo de Alcides Saldanha foi momentaneamente transferido, em setembro de 2020, para o Laboratório de Restauração de Documentos (LabRest) do Curso de Arquivologia da UFSM, coordenado pela professora Sônia Elisabete Constante, para que se pudesse dar início a uma série de etapas do tratamento documental previstas pelos projetos que são integrantes da proposta Geoparque Caçapava do Sul, Pró-reitora de Extensão (PRE/UFSM) que possibilitará ao Centro de Memória trazer sua contribuição para o desenvolvimento regional.

No capítulo “Centro de Memória Alcides Saldanha: o tratamento Arquivístico do acervo pessoal”, do livro Geoparque Caçapava aspirante a Unesco: caminhos para o desenvolvimento sustentável”, de 2022, o Grupo de Trabalho relatou parte das atividades técnicas desenvolvidas, como a higienização, a digitalização, a elaboração do Quadro de Arranjo (com as séries e subséries que compõem o fundo Alcides Saldanha), acondicionamento, entre outros procedimentos. (BRITTO, et. al, 2022).

Deste modo, para a organização da documentação, que foi higienizada e digitalizada, foi preciso elaborar um instrumento, o Quadro de Arranjo, a partir da “[...] segregação lógica das peças documentais” que viabilizou “ a flexibilidade de adição, supressão ou união de conjuntos conforme a ação fosse efetuada”. (BRITTO, et. al, 2022, p. 150-151). Assim, logo após a higienização e identificação documental, foi elaborado este instrumento, seguindo para tal o método funcional com intuito de realizar esta segregação lógica, que mantém a relação orgânica dos documentos de modo a facilitar a localização dos mesmos.

Em relação ao método funcional, segundo ressalta Schellenberg (2006, p. 95) “os documentos [...] resultam de uma função, são usados em relação a função e devem portanto, ser classificados de acordo com esta”. Para tanto, foram definidas as séries e subséries que comporiam o fundo Alcides Saldanha. O Quadro de Arranjo do arquivo pessoal de Alcides Saldanha consta no Quadro 1.

Quadro 1 - Quadro de Arranjo

Fundo Alcides Saldanha	
SÉRIE	SUBSÉRIE
Atividades Profissionais	Associação Brasileira de Agências de Regulação - ABAR
	Administração da Carreira
	Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS
	Atividades Advocáticas
	Atividades Eleitorais
	Atuação Partidária
	Chefe do Gabinete de Assessoramento Superior do Poder Legislativo do RS (GAS-RS)
	Contatos Profissionais
	Delegação de Controle para a ponte internacional São Borja - Santo Tomé - DELCON
	Deputado Constituinte
	Deputado federal
	Ministro dos Transportes
	Pecuarista
	Prefeito de Caçapava do Sul
	Presidente da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - Trensurb
	Presidente de Cooperativa
	Primeiro Suplente de Senador
	Secretário de Energia, Minas e Comunicação RS
	Secretário Executivo do Ministério dos Transportes
	Seleção de Docência
	Senador da República
	Vereador de Caçapava do Sul
Atividades Recreativas e de Lazer	
Controle Financeiro e de Patrimônio	
Controle Previdenciário	
Formação e Aperfeiçoamento	
Homenagens	
Identificação e Exercício da Cidadania	
Leituras de Interesse Pessoal	
Produção Científica e Literária	

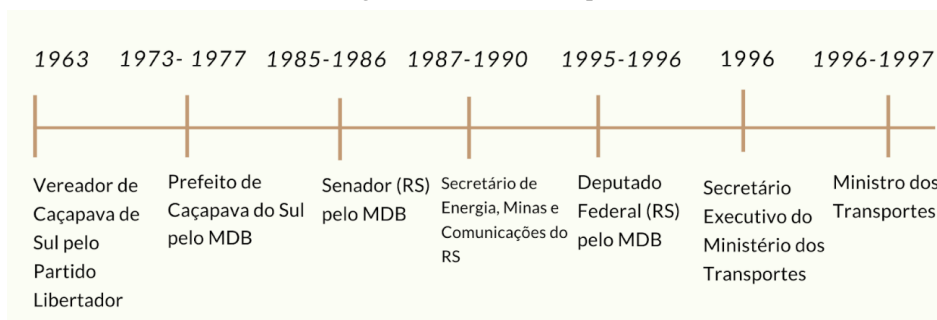
Relações Familiares	
Relações Interpessoais	
Coleção Familiares	

Fonte: elaboração dos autores

O Quadro de Arranjo elaborado resultou em 13 séries, sendo que a série “Atividades Profissionais”, composta pelos documentos que evidenciam as atuações profissionais do produtor, coube a inserção de 22 subséries, designadas no Quadro 1. Além das séries e subséries elencadas nesse Quadro, o arquivo Alcides Saldanha possui também uma vasta e significativa documentação de seus antepassados, produzida no final do século XIX e início do século XX. Esta documentação foi reunida separadamente em razão de ter sido produzida em um período anterior à existência de Alcides Saldanha, configurada como “Coleção Familiares”, contemplando os seguintes assuntos: escrituras, partilhas e certidões, recibos de taxas jurídicas, cartas familiares, Coronel Fidêncio (que era o avô paterno de Alcides Saldanha), registros de marcas e títulos eleitorais, dentre outros.

Para melhor compreensão da trajetória do produtor, foi elaborada uma linha do tempo, que abrange os fatos mais relevantes de sua atuação profissional, conforme consta na Figura 1:

Figura 1 – Linha do tempo



Fonte: elaboração dos autores (2022).

Através dos documentos de arquivo é possível reconstituir um período da história de uma pessoa, neste caso, de Alcides Saldanha. Isto porque os arquivos “contêm a visão individual das experiências da vida; afastam-se portanto, da formalidade coletiva e da organização sistêmica, verificada nos documentos de cunho administrativo ou empresarial” (HOBBS, 2018, p. 261).

No caso do arquivo de Alcides Saldanha pode-se observar que sua trajetória profissional foi diversificada, mas certamente com algumas lacunas por tratar-se de um arquivo pessoal, deste modo optou-se por trazer, neste

capítulo, os períodos mais relevantes da mesma e, eleger em cada um destes, um (ou mais) documento(s) significativo(s) a fim de melhor representá-lo.

A infância em Cachoeira do Sul

Alcides José Saldanha foi o filho mais novo de seis irmãos, e perdeu seu pai Alcides José Saldanha (homônimo), pecuarista, em sua infância, tendo sido criado por sua mãe Eva Alves Saldanha. Nos documentos, sua mãe é designada como “do lar”, mas que na prática atuava como uma competente gestora de agronegócios já que coordenava as propriedades da família. Todavia, sem a possibilidade legal de representação nas negociações devido às leis da época, período em que a mulher devia subserviência ao homem - primeiro ao pai e depois ao marido -, foi preciso conceder poderes de representação judicial, como procurações.

Do período inicial da vida de Alcides Saldanha, encontra-se no seu arquivo pessoal, em sua maioria, documentos iconográficos de uma infância que foi dividida entre a casa de seus pais na cidade de Cachoeira do Sul – RS, e as suas idas à fazenda da família em Santana da Boa Vista - RS, além do período escolar. Deste conjunto, constam em seu acervo os documentos oriundos das séries “Relações Familiares”, “Identificação e Exercício da Cidadania” e “Formação e Aperfeiçoamento”. Como destaque desta fase de sua vida, uma fotografia de sua Primeira Eucaristia (vide Imagem 1), documento iconográfico dito pelo titular, no seu verso, como sendo a “foto mais linda que tirou em sua vida”.

Imagem 1 - Primeira Eucaristia de Alcides Saldanha



Fonte: Arquivo Alcides Saldanha (1942)

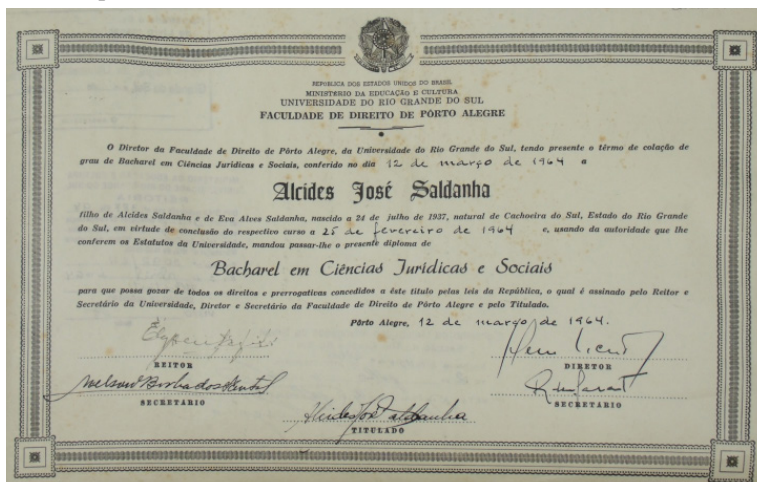
Os manuscritos dessas séries encontram-se bem conservados, facilitando a sua leitura e, no caso das imagens, a identificação dos sujeitos e locais. As

fotografias, em sua grande maioria, apresentam informações descritas de próprio punho no verso pelo produtor ou em listas à parte a partir de registros dos seus familiares.

Sua formação e atuação profissional (além da esfera política)

Alcides Saldanha cursou Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo concluído sua formação no ano de 1963. Profissionalmente atuou como advogado nas áreas de Direito de Família e Direito Agrário, onde inclusive conferiu cursos de formação. Em seu acervo, constam documentos sobre a sua formação e atuação profissional junto à série “Atuação Profissional”, nas subséries “Atividades Advocáticas” e “Formação e Aperfeiçoamento”, sendo que na Imagem 2 consta um documento desta última subsérie.

Imagem 2 - Diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais de Alcides Saldanha



Fonte: Arquivo Alcides Saldanha (1964).

Além disso, destacou-se como pecuarista, onde iniciou a carreira auxiliando sua mãe Eva Saldanha nas negociações de compra e venda de gado, assim como na redação de documentos e controle de pagamento de taxas e impostos relativos aos negócios da família. Neste ramo, foi fundador e Presidente da Cooperativa Centro Sul de Produtores de lã e da Cooperativa Agropecuária Mista de Caçapava do Sul. E, unificando os saberes da área do direito e do agronegócio, atuou como docente convidado da Faculdade de Direito de Santa Maria, RS, agregada à Universidade de Santa Maria (USM), em 1972, ministrando a disciplina de Direito Agrário, sendo que em seu acervo consta o convite para tal atividade.

Embora tenha obtido êxito profissional nessas duas áreas, em paralelo às mesmas, Alcides Saldanha sempre procurou envolver-se com as questões partidárias, assim como na atuação política, que era algo que ele realmente gostava de exercer e que nesta esfera mostrou-se um agente político inteligente, habilidoso negociador e exímio orador. Sua experiência política será melhor explorada no decorrer deste artigo.

Sua paixão revelada: a atuação política

Boa parte da trajetória profissional de Alcides Saldanha se deu na esfera política, área pela qual já na adolescência demonstrou interesse, quando se tornou, em 1955, integrante do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, onde foi representante de turma (vide Imagem 3) e vice-presidente da entidade, fato atestado por documentos e recortes de jornais da época, constantes na série denominada “Formação e Aperfeiçoamento”.

Imagem 3 – Diploma de representante de turma do Grêmio Estudantil



Fonte: Arquivo Alcides Saldanha (1954).

No ano seguinte, conforme noticiado no jornal informativo “O Chasque” (1986, p. 2), “foi secretário de imprensa e, posteriormente Secretário Geral da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (UGES), órgão de classe dos estudantes secundaristas do Rio Grande do Sul”. Na sequência, ingressou na ala jovem do Partido Libertador – PL de Caçapava do Sul, ocupando o posto de Secretário Geral da “Ala Moça” e, em 1960 foi eleito Presidente da mesma. Na subsérie “Atuação Partidária” consta um livro de atas, redigidas por Saldanha, acerca das reuniões partidárias. Neste período, começou a se destacar pelas falas

bem enfatizadas em defesa do ideal democrático e a preocupação pelo coletivo.

Mais tarde ingressou na Faculdade de Direito da UFRGS, onde graduou-se em 1963. No ano seguinte à formatura em Direito, na UFRGS, Alcides Saldanha casou-se com sua colega de graduação, e então noiva, Oyara Antoniazzi. Deste período, constam na série “Relações Familiares”, documentos iconográficos que retratam o matrimônio do casal Saldanha, conforme consta na Imagem 4.

Imagem 4 – Fotografia do matrimônio de Alcides e Oyara Saldanha



Fonte: Arquivo Alcides Saldanha (1964).

A mudança para Caçapava do Sul e sua relação com a cidade

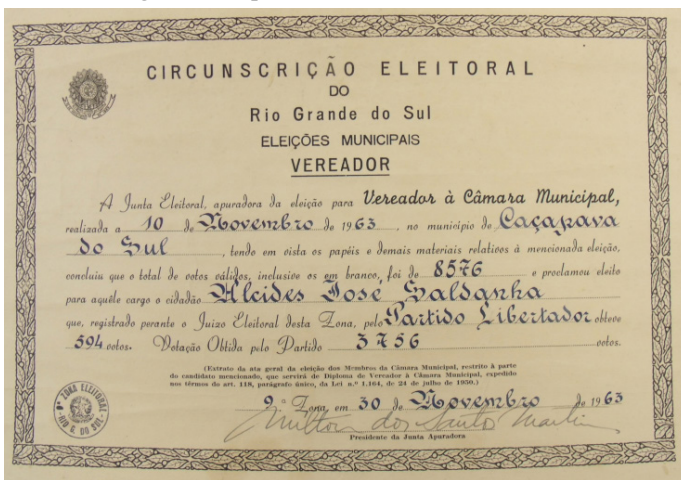
O casal Saldanha escolheu o município gaúcho de Caçapava do Sul para fixar residência e iniciar a atuação profissional como bacharéis em Direito, onde foram pioneiros na área, sendo que Oyara Saldanha foi a primeira mulher advogada a atuar na cidade. Juntos fundaram o “Escritório de Advocacia Alcides Saldanha”, que prestava serviços advocatícios à comunidade Caçapavana. O mesmo existe até os dias atuais, sob a gestão da família Saldanha. Nesta cidade, foi iniciada também a constituição familiar, já que juntos tiveram três filhos: Patrícia, Giovana e Octavio Antoniazzi Saldanha.

Residir em Caçapava do Sul também trouxe a Alcides Saldanha a possibilidade de iniciar a sua carreira política, tanto que logo após a formatura, Saldanha candidatou-se ao seu primeiro pleito, para o cargo de Vereador deste município, pela sigla do PL, agora como “sujeito legitimado”⁷ (CONSTANTE,

⁷ “Sujeito legitimado é aquele personagem recorrente, nas narrativas jornalísticas, como agente da ação histórica no passado, mas reconhecido no presente como parte da memória política, social e/ou cultural” (CONSTANTE, 2018, p. 128).

2018), por ter ganho sua primeira eleição a um cargo eletivo, assumindo o mesmo em 1964. Na subsérie correspondente a tal cargo, consta o diploma de Vereador conferido a Alcides Saldanha (vide Imagem 5), o qual atesta que o mesmo alcançou a marca de 8.576 votos no pleito eleitoral.

Imagem 5 – Diploma Vereador Alcides Saldanha



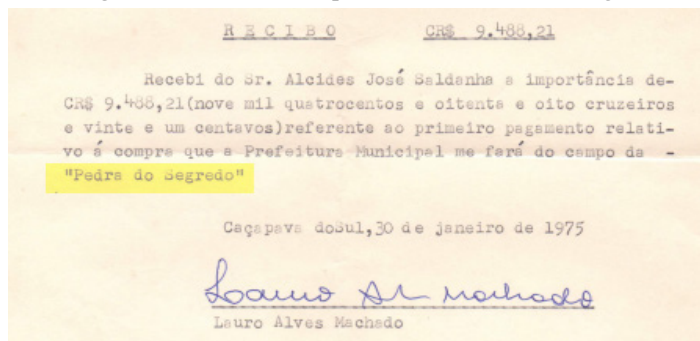
Fonte: Arquivo Alcides Saldanha (1963).

Entretanto, conforme enfatiza Britto et al (2022, p. 145): “[...] em 1965, Alcides Saldanha se viu obrigado a migrar para o partido Movimento Democrático Brasileiro – MDB, em virtude do Ato Institucional nº 2 (AI-2), instituído pela Ditadura Militar”. Partido este no qual ele permaneceu atuante ao longo de todo o seu percurso na política, e que era reconhecido por seus correligionários como um dos principais membros.

Na sequência concorreu ao pleito para o cargo de Prefeito de Caçapava do Sul, tendo sido eleito com uma votação expressiva de 58% dos votos, em uma época em que os partidos de oposição ao regime militar raramente conseguiam se eleger. Porém, teve sua diplomação negada, fato que gerou um discurso memorável após a reversão da decisão no Forte Dom Pedro II, onde o mesmo defendeu a importância da eleição democrática. Mas, conseguiu concluir o mandato com alto índice de aprovação dos munícipes. Na série relativa a este cargo, consta um recibo da compra (vide Imagem 6) realizada pela Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, do terreno do campo da “Pedra do Segredo”, que atualmente é um reconhecido ponto turístico da região de Caçapava do Sul, sendo também um dos geossítios do Projeto Geoparque Caçapava⁸.

⁸ Durante a 216ª reunião do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tornou-se oficialmente o Geoparque Ca-

Imagem 6 - Recibo de compra da área da Pedra do Segredo



Fonte: Arquivo Alcides Saldanha (1975).

O período em que esteve à frente da Prefeitura de Caçapava do Sul é lembrado até os dias de hoje como de muito êxito, pois em sua gestão foram entregues muitas obras nas áreas da educação e da infraestrutura, que a comunidade há tempos aguardava.

Alcides Saldanha deixou a Prefeitura sendo muito querido pela população e admirado por seus pares da área política, onde era tido como “exemplo de dedicação ao trabalho e disposição a contribuir para o conhecimento e desenvolvimento do município” (CÂMARA DE VEREADORES DE CAÇAPAVA DO SUL, 2015). E, mesmo atuando em cargos de nível estadual e nacional, Alcides Saldanha sempre que possível buscou contemplar a comunidade Caçapavana em suas ações, não se esquecendo do município que tão bem o acolheu.

Com a atuação de Alcides Saldanha nas esferas legislativa e executiva municipal, ele consolidou-se como uma figura pública admirada e respeitada pelos munícipes, isto porque o seu acervo:

[...] não se limita à atuação profissional de Saldanha em Caçapava do Sul, porque após sua trajetória profissional e política exercida no município, o titular do acervo investiu em cargos públicos no Poder Legislativo. Em nível estadual, ele coordenou, no intervalo de 1980 a 1985, o Gabinete de Assessoria Superior e a Diretoria Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – RS. Em 1986, assumiu o comando, agora no Poder Executivo, da Secretaria de Minas, Energia e Comunicação do Estado do RS. Posteriormente, reingressa ao Poder Legislativo, mas dessa vez em nível federal, entre 1988 a 1990, atuando como Deputado Federal, sendo, inclusive, um dos deputados constituintes de 1988. Ademais, no governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso – FHC, exerceu o cargo de Ministro dos Transportes entre 1996 e 1997 (BRITTO et al, 2022, p.145).

çapava reconhecido como um patrimônio geológico mundial, divulgado em: <https://ca-capavadosul.rs.leg.br/noticia/visualizar/id/4287/?geoparque-de-cacapava-do-sul-e-reconhecido-pela-unesco-como-patrimonio-geologico-mundial.html> Acesso em? 17 ago. 2023.

Todo esse percurso político percorrido por Alcides Saldanha está refletido na sua produção documental e materializado na série denominada “Atividades Profissionais”. Desta série, destaca-se a subsérie “Secretário de Minas Energia e Comunicações – RS”, onde atuou pelo período de três anos (1987-1990), durante o governo Pedro Simon, tendo obtido êxito à frente de negociações que envolviam o uso do carvão gaúcho, assim como a compra de equipamentos de ponta (importados da Europa) para as estatais de energia e telefonia deste estado. Nesta subsérie constam, dentre outros documentos, quatro *clippings* que trazem diversas notícias de jornais que destacam a atuação de Saldanha à frente da pasta.

Também merece destaque a subsérie “Senador”, cargo que ocupou entre 1985 e 1986, após Pedro Simon deixar essa cadeira para assumir o Ministério da Agricultura do Governo José Sarney. Nesta subsérie é possível encontrar algumas edições do informativo “O Chasque”, uma publicação mensal onde eram divulgadas as atividades realizadas pelo Senador Saldanha.

Conforme ressalta “O Chasque” (1985, p. 2) “Saldanha marcou sua presença no Congresso Nacional como o suplente que mais se destacou no ano de 1985 no Senado Federal, por sua intensa atuação parlamentar”. Também consta nesta subsérie o convite para a recepção, que seria realizada no dia da posse do então presidente eleito, Tancredo Neves (Imagem 7).

Imagem 7 - Convite para recepção presidencial



Fonte: Arquivo Alcides Saldanha (1985).

Também possui relevância a subsérie “Ministro dos Transportes”, posto ocupado por Alcides Saldanha entre 1996 e 1997, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nesta subsérie encontra-se o dossiê “Medalha Santos Dumont”, que reúne documentos relativos à honraria recebida por

Saldanha em 1996. Cabe ressaltar também toda sua forte atuação junto ao PMDB, onde foi uma voz de destaque nas tomadas de decisões administrativas e políticas do partido. Como era um exímio orador, sempre esteve à frente dos palanques e encontros do partido (vide Imagens 8 e 9), transmitindo as informações para seus correligionários e também para a população, sobretudo durante as campanhas eleitorais.

Imagens 8 e 9 – Encontros Partido PMDB



Fonte: Arquivo Alcides Saldanha (s/d).

No âmbito político, Alcides Saldanha era conhecido por seus discursos bem redigidos e, por vezes até inflamados. Na subsérie “Atuação Partidária” é possível encontrar cópias de seus elogiados discursos em eventos do partido, assim como fotografias de campanhas eleitorais, conforme consta nas Imagens 10 e 11.

Imagens 10 e 11 - Registros de campanhas eleitorais



Fonte: Arquivo Alcides Saldanha (s/d).

Toda a trajetória que Alcides Saldanha percorreu na área política, ao longo de três décadas, confere a ele uma evidente relevância para o município de Caçapava do Sul, consequentemente para o estado do Rio Grande do Sul e também para o Brasil.

Sua paixão reservada: a escrita

Alcides Saldanha era um leitor voraz, que se interessava por diversos gêneros textuais, sobretudo por temáticas ligadas à política, ao direito agrário, à história de forma ampla e as notícias e atualidades. Ele era o responsável pela redação de seus discursos proferidos no parlamento, nas inaugurações de obras dos governos no qual atuou, assim como nos palanques políticos.

Além disso, escreveu artigos, crônicas e causos, sendo convidado para publicá-los em coluna semanal no jornal Caçapavano “Gazeta de Caçapava”. Porém, preferiu fazê-lo sob o codinome “Taufide Delemil”, que era a junção dos nomes de seus avós Taurino, Fidêncio, Delfina e Emiliana, em forma de justa homenagem. A coluna, denominada “Em Gotas é Mais Fácil”, foi publicada no início dos anos 2000, compilando crônicas, causos regionais, curiosidades, pensamentos, trovas e palavras cruzadas. Uma das edições publicadas, que era vinculada no Caderno 2, desse veículo impresso, pode ser verificada nas Imagens 12 e 13.

Imagens 12 e 13 - Jornal “Gazeta de Caçapava” e coluna “Em Gotas é Mais Fácil”



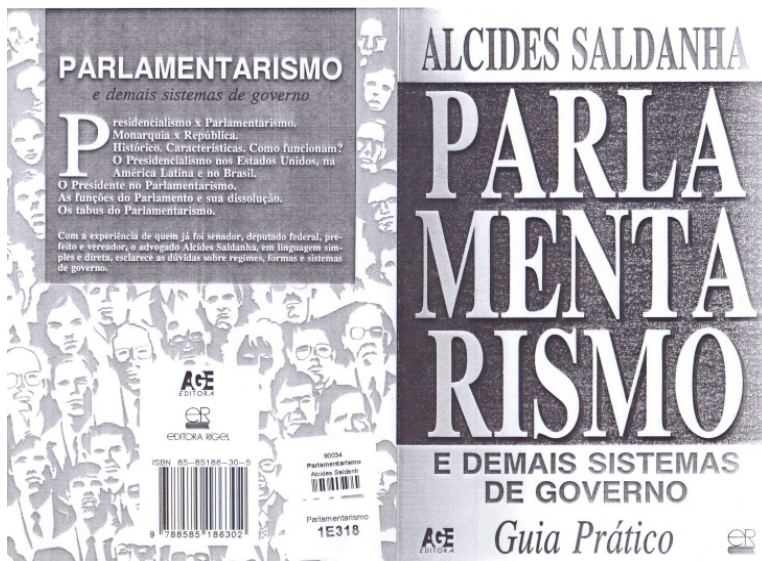
Fonte: Arquivo Alcides Saldanha (2001).

A fim de aprimorar a sua escrita, Saldanha chegou a participar de cursos de escrita literária ministrados pelo professor e amigo Alcy José de Vargas Cheuiche, sendo que muitos de seus exercícios literários (manuscritos, impressos e datilografados) compõem a já citada coluna jornalística, assim como a série “Produção Científica e Literária”.

Em 1993 foi publicado o livro intitulado “Parlamentarismo e demais sistemas de Governo – Guia Prático” de sua autoria (Imagem 14), que buscava

elucidar à população brasileira, em linguagem simples e direta, os sistemas de governo (república ou monarquia) e as formas de governo (presidencialismo ou parlamentarismo), o qual, este último, ele declaradamente apoiava.

Imagem 14 - Livro de autoria de Alcides Saldanha



Fonte: Arquivo Alcides Saldanha (1991).

O lançamento do livro antecedeu o plebiscito realizado, neste mesmo ano, para determinar a forma e o sistema de governo que seriam adotados no Brasil.

Junto ao seu acervo, consta também um caderno de poesias que foi escrito quando Saldanha tinha somente 16 anos, demonstrando que, tanto o gosto pela leitura quanto pela escrita, caminharam com ele desde cedo e o acompanharam por toda a sua trajetória.

O futuro Centro de Memória Alcides Saldanha

O arquivo pessoal de Alcides Saldanha constitui um patrimônio não somente privado, mas também público tendo em vista os diversos cargos públicos em que ele atuou ao longo de sua trajetória, configurando seu acervo como um patrimônio coletivo, cujo interesse é público. De acordo com Olivera (2012, p. 31) “os arquivos pessoais e familiares passaram a se destacar quando entendidos como patrimônio a ser preservado pela sociedade, ou seja, quando foi reconhecido o seu valor para o estudo histórico e como registro da memória da nação”.

Desta maneira, nasceu a ideia da criação, após o tratamento técnico do acervo documental, de um centro de memória que abrigasse a documentação

produzida, recebida e acumulada por Alcides Saldanha, ao longo dos seus 77 anos de vida, com o intuito de manter viva sua memória, seus ideais democráticos, seu legado, e, sobretudo, dar acesso à comunidade a todas as informações contidas em seus documentos.

Para tanto, estabeleceu-se pelos custodiadores que esse local de memória receberia o nome de “Centro de Memória Alcides Saldanha” e seria instalado, inicialmente em parte da antiga residência em que ele viveu, ocupando o seu então escritório (Imagem 15), biblioteca e sala de recepção, e que eram destinadas para o trabalho de Saldanha e atendimento a seus correligionários, eleitores e cidadãos, e que seria remodelado para acomodar de forma segura, seu arquivo e biblioteca, assim como uma área de pesquisa e de reuniões.

Imagem 15 – Escritório na Residência de Alcides Saldanha



Fonte: registro dos autores (2022).

Em relação a documentação, o projeto em questão, após o seu término, entregará para o “Centro de Memória Alcides Saldanha” dois instrumentos de pesquisa, sendo: um índice da instituição, por meio de um catálogo contendo a descrição do acervo, e também um manual voltado aos colaboradores, contendo orientações de conservação documental, com ênfase no acondicionamento e armazenamento. Tais instrumentos irão auxiliar nas pesquisas, facilitando a localização dos documentos junto ao acervo e também na preservação do mesmo.

Conclusões

No decorrer de sua vida, Alcides Saldanha não apenas acumulou e conservou materiais que expressam fragmentos de sua biografia, como também documentos de relevância, tanto para a cidade na qual escolheu atuar, Caçapava do Sul/RS, como para o país. Por isso, a breve apresentação desse Arquivo Pessoal traz uma noção de sua trajetória como sujeito legitimado e seu engajamento na luta por melhorias coletivas e sempre em defesa do povo caçapavano. Cabe ao futuro Centro de Memória Alcides Saldanha custodiar toda a documentação que está sendo tratada e organizada arquivisticamente pelo Grupo de Trabalho do Curso de Arquivologia no LabRest/UFSM.

Pretende-se ainda dar continuidade ao processo de difusão com a divulgação do andamento dos trabalhos de ambos os projetos contemplados pelos Editais FIEX/UFSM e Geoparque/UFSM. Em 2023, foi realizado o documentário “Projeto Arquivo Pessoal Alcides Saldanha”, já disponibilizado no evento nacional II Encontro de Arquivos Públicos e Privados do Estado do Ceará⁹ e no site Farol/UFSM¹⁰. Posteriormente, já no Centro de Memória Alcides Saldanha, novas ações deverão ser realizadas a fim de motivar a população de Caçapava do Sul a se apropriar do local como um espaço cultural e social. Além disso, o Centro de Memória ao integrar as ações do Geoparque, agora como patrimônio geológico mundial, reconhecido pela UNESCO, propiciará a construção e/ou consolidação da memória e a identidade social deste município.

Referências

Bibliografias

BRITTO, Augusto et. al. Centro de Memória Alcides Saldanha: O Tratamento Arquivístico Do Acervo Pessoal Geoparque Caçapava Aspirante Unesco. In: André Weissheimer de Borba et al (org.). **Caminhos para o desenvolvimento local sustentável** / - 1. ed - Santa Maria, RS: UFSM, Pró-reitora de Extensão, 2022.

CÂMARA DE VEREADORES DE CAÇAPAVA DO SUL. **Morre um dos maiores políticos de Caçapava do Sul**. RS: Câmara de Vereadores de Caçapava do Sul, 2015. Disponível em: <https://cacapavadosul.rs.leg.br/noticia/visualizar/id/1741/?morre-um-dos-maiores-politicos-de-cacapava-do-sul.html> Acesso em: 15 fevereiro 2023.

9 Evento II Encontro de Arquivos Públicos e Privados do Estado do Ceará. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sXdjiXZY0xk&ab_channel=Associa%C3%A7%C3%A3odeArquivistasdoestadodoCear%C3%A1. Acesso em: 16 mar. 2023.

10 Farol/UFSM Projeto Arquivo Pessoal Alcides Saldanha. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3evDPR8UmRQ&ab_channel=TVCampusUFSM Acesso em: 16 mar. 2023.

CONSTANTE, Sônia Elisabete. **Narrativa jornalística e memória institucional**: a Universidade de Santa Maria no Jornal A Razão. Tese (Doutorado em Comunicação) Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, p. 305, 2018.

HEYMANN, Luciana, NEDEL, Leticia, organizadoras. **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Tradução Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

SCHELENBERG, T.R.; **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. -6. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Documentos

Arquivo Pessoal de Alcides Saldanha.

O CHASQUE: periódico de divulgação de atividade parlamentar de Alcides Saldanha, PMDB - RS. Brasília: Maio/1986. Número especial.

I Nostri Taliani: a memória da radio difusão na região central do Rio Grande do Sul

Jorge Alberto Soares Cruz¹

Maria Medianeira Padoin²

Davi dos Reis Felipi³

O programa “*I nostri taliani*” foi apresentado no final do século XX e início do século XXI, em emissoras de rádio na Região Central do Rio Grande do Sul pelo Padre Clementino Marcuzzo. Dentre estas emissoras podemos destacar a Rádio Integração de Restinga Seca (RS), Rádio da Universidade Federal de Santa Maria e na extinta Rádio Guarathan de Santa Maria. Visando ressaltar as memórias e a identidade dos imigrantes italianos e seus descendentes, esses programas muitas vezes eram apresentados em “*Talian*”, que é um dialeto falado por filhos e netos de imigrantes italianos no sul do Brasil.

Várias edições destes programas foram gravadas em fitas cassetes pelo Clérigo e fazem parte do acervo do Museu do Imigrante Eduardo Marcuzzo (MIEM), localizado no Distrito de Vale Vêneto no município São João do Polêsine no Rio Grande do Sul. As fitas Cassete ou K7 é uma tecnologia revolucionária, criada na Holanda na década de 60 pela Philips, com o objetivo de armazenar áudios. Esta tecnologia, utilizada nas gravações dos programas *I nostri taliani*, tornou-se obsoleta na década de 90 do século XX, com o surgimento do CD Player (Compact Disk). A obsolescência desta tecnologia tem dificultado o acesso às informações. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo principal realizar a conversão do conteúdo das fitas cassetes (K7), para mídias contemporâneas (Pen Drive ou HDs externos).

A preservação das informações contidas nestas mídias, visa evitar a amnésia do tempo, mantendo e rememorando as lembranças históricas e culturais de uma sociedade inserida em um espaço territorial e marcado por uma forte etnicidade.

1 Doutor em História. Arquivista e Historiador. Professor Associado do Departamento de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: jorgecruz@ufsm.br.

2 Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Professora dos Programas de Pós-Graduação em História (PPGH) e Patrimônio Cultural (PPGPC) da UFSM; Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: sociedade, poder e instituições; E-mail: mmpadoin@gmail.com.

3 Acadêmico do curso de História – Licenciatura da UFSM; E-mail: davifelipi1@gmail.com.

Quem foi o Padre Clementino Marcuzzo (1927-2009)

Clementino Marcuzzo (Figura 1) era neto de imigrantes italianos, nasceu em 12 de setembro de 1927 no distrito de Vale Vêneto, que na época pertencia a Cachoeira do Sul. Iniciou seus estudos religiosos no seminário Rainha dos apóstolos, na mesma localidade, posteriormente cursou filosofia no Colégio Santo Alberto de Cadeado no município de Augusto Pestana- RS e formou-se em teologia em São João do Polêsine. Após concluir seus estudos sacerdotais, Clementino foi ordenado padre Palotino pelo bispo Don Luís Vitor Sartori na Basílica da Nossa Senhora Medianeira em Santa Maria (1958), onde trabalhou no início de sua carreira. Após sua formação sacerdotal, em 1979, padre Clementino concluiu o Curso de Bacharelado em Comunicação Social na Universidade Federal de Santa Maria.

Ainda em Santa Maria atuou durante 13 anos, como Capelão no Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo. Paralelamente a função de capelão, escrevia matérias para jornais da região e do Estado onde divulgava e promovia a cultura Italiana (BORDIGNON, 2019). Além disso, participou da criação da sociedade Italiana Dante Alighieri⁴ e também foi integrante da comissão que criou a AISM (Associação Italiana de Santa Maria) na década de 90 do século XX.

Tendo como base a italianidade, em 1988, Padre Clementina colabora na criação da Associação Cultural dos Imigrantes de Vale Vêneto. A entidade possuía como principal objetivo a valorização das manifestações relacionadas à cultura predominante na região.

Segundo seu primeiro estatuto, esta entidade tinha como finalidade incentivar pesquisas, formação artística e cultural, além de patrocinar eventos como festivais, espetáculos teatrais, dentre outras atividades que ressaltasse a cultura e a identidade italiana na região central do Rio Grande do Sul. A criação desta associação também visava manter e preservar lugares de memória, referente a imigração italiana, como museus, arquivos e bibliotecas. (CRUZ, 2020, p.171)

Como jornalista, na década de 70 criou e editou "O Radar" que foi o primeiro jornal no território da Quarta Colônia, que segundo Bordignon (2019), este periódico era patrocinado por empresas locais e possuía uma tiragem de dois mil exemplares sendo distribuído gratuitamente. Além disso, contribui com a Revista Rainha que é editada e distribuída pelos padres e irmãos palotinos. A revista foi criada em 1923 e teve uma grande expansão na década de 70 com a tiragem de 130 mil exemplares, sendo considerada uma das maiores revistas do sul do Brasil" (BORDGINON, 2019, p 79).

4 Sociedade Cultural Ítalo-Brasileira Dante Alighieri fundada em 1985 em Santa Maria. Tinha como objetivo reunir brasileiros descendentes de italianos e convidados (Cruz, 2020).

Figura 1 - Padre Clementino Marcuzzo



Fonte: Museu do Imigrante Italiano (MIEM)

No Distrito de Vale Vêneto, no município de São João do Polêsine, o pároco foi um dos responsáveis pela organização e coordenação da semana cultural Italiana e do festival internacional de inverno da Universidade Federal de Santa Maria⁵, que teve início na década de 80 do século XX. Nestes eventos ainda hoje podemos observar algumas tradições criadas pelo padre, como é o caso dos brindes feitos nos almoços e jantares italianos realizados durante as festividades onde, com o copo cheio, o anfitrião da festa, em dialeto vênето, fala e as pessoas repetem: *"In su, In zo, In sentro e Rento E viva Vale Vêneto"* (CRUZ 2020).

Ademais, realizou várias ações culturais como festas, desfiles típicos, criação de monumentos e publicações sobre a cultura italiana, promovendo um processo de valorização da identidade e do patrimônio cultural, trazendo visibilidade e turismo à Vale Vêneto. Outra forma em que o padre Marcuzzo trabalhou para divulgar a cultura, a religião e o território da Quarta Colônia, foi o programa de rádio intitulado "I NOSTRI TALIANI", onde compartilhava suas experiências e conhecimentos com os ouvintes sobre costumes e as histórias dos imigrantes, as canções, provérbios e divulgava as atrações turísticas como festas religiosas, aniversários, trilhas, cascatas e eventos que aconteciam na

5 O Festival Internacional tem por objetivo favorecer o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da atividade musical num ambiente de integração com a sociedade. Assim, diante do potencial turístico da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana e do interesse da comunidade de Vale Vêneto em promover o resgate de suas origens, surgiu uma parceria que até hoje se mantém. A comunidade de Vale Vêneto idealizou a Semana Cultural Italiana e desde então a Universidade Federal de Santa Maria, a comunidade de Vale Vêneto e a Prefeitura de São João do Polêsine têm sido parceiras na promoção dos dois eventos, contando ainda com a colaboração da *University of Georgia*, Estados Unidos. (CRUZ 2022, 173)

região. Ainda comentava livros que tinha como tema a imigração italiana e Quarta Colônia, além de medidas políticas e econômicas que pudessem afetar os moradores dos municípios da região central do Rio Grande do Sul.

Ainda em Vale Vêneto, Padre Clementino foi responsável pela continuidade da obra de seu irmão no Museu do Imigrante Eduardo Marcuzzo (MIEM), que hoje é mantido pela Associação Italiana com o apoio da comunidade de Vale Vêneto.

O museu Eduardo Marcuzzo pode ser considerado como um dos grandes expoentes na preservação da memória e da identidade do território da Quarta Colônia de Imigração Italiana e de Santa Maria. Além disso, Cruz (2022) ressalta que este espaço é um testemunho do acontecido que, fortalece a identidade cultural e auxilia na rememoração e leitura do passado histórico da região.

O MIEM está localizado em um prédio que funcionou durante algum tempo como um pensionato dirigido pelos padres e Irmão Palotinos. No acervo do Museu, além de peças museais, compostas por objetos que pertenceram aos primeiros imigrantes, podemos encontrar um acervo arquivístico que faz parte do fundo documental do Padre Clementino Marcuzzo. este acervo é constituído por várias tipologias documentais, dentre estes destacam-se as fitas K7 dos programas” *I nostri italiani*” que devido a obsolescência de hardware e software as informações contidas neste suporte poderão desaparecer.

A preservação da memória do programa *I Nostri Italiani*

Estes relatos fazem parte de um projeto de extensão⁶, dos Cursos de arquivologia, mestrado Profissional em Patrimônio Cultural (PPGPC) e história⁷ da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que tem como objetivo salvaguardar a memória regional através das informações contidas nas fitas K7 dos programas *I Nostri italiani*, que fazem parte do arquivo MIEM. Neste cenário, podemos afirmar que as relações interdisciplinares favorecem na construção de uma visão crítica entre áreas do conhecimento, além de proporcionar o surgimento de um ambiente colaborativo no contexto de projetos de pesquisa, ensino e extensão.

O arquivo do Museu do Imigrante de Vale Vêneto é uma referência na preservação da memória individual e coletiva da comunidade da Quarta Colônia e região central do Rio Grande do Sul. Além disso, serve para demonstrar a importância dos documentos, independentes do suporte, na rememoração e fortalecimento da identidade e do passado histórico regional. Neste sentido, a historiadora Arlette Farge (2009) destaca que nos arquivos “tudo se focaliza

6 O projeto intitula-se Ações em acervos arquivísticos de São João do Polêsine e Quarta Colônia registrado na UFSM com o número: 057451.

7 Professor Jorge Alberto Soares Cruz (Arquivologia e PPGPC) e Maria Medianeira Padoin (História, PPGH e PPGPC) e o Acadêmico do curso de História Davi dos Reis Felipi.

em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que pesquisadores se reúnem para reconstruir o passado desses personagens”. Neste cenário, professores e alunos dos Curso de Arquivologia, História e do Programa de pós-graduação em Patrimônio cultural da UFSM (Mestrado) vêm desenvolvendo projetos de pesquisa e de extensão para preservar e organizar o acervo documental do MIEM.

Podemos afirmar que a humanidade possui vasta experiência em preservar documentos em suporte papel, porém, documentos produzidos através de equipamentos eletrônicos ainda temos muito a apreender. Sendo assim observa-se que parte da memória e da história dos povos estão ameaçadas em razão da obsolescência tecnológica. Ademais, constatamos que muitas pesquisas podem não acontecer devido a inexistência de fontes provocando um lapso na história das sociedades. Diante destas afirmações Innarelli (2007, p. 28) ressalta:

“(...) a humanidade ainda não tem prática e nem experiência para preservar a memória digital. Memória que está sendo perdida a cada dia em virtude da obsolescência das tecnologias, da deterioração das mídias digitais e principalmente pela falta de políticas de preservação digital.”

Tendo como parâmetro a citação de Humberto Innarelli, buscamos um conjunto de atividades capazes de garantir o acesso das informações por um período longo de tempo, preservando o patrimônio histórico e documental, bem como as informações contidas nas 45 fitas K7 do programa (Figura 2) *I Nostri Taliani* que foram gravadas pelo padre Clementino Marcuzzo e que fazem parte do acervo arquivístico do MIEM.

Figura 2 - Caixa com as 45 fitas K7



Fonte: Acervo Jorge Alberto Soares Cruz (2022).

O processo metodológico e a estratégia de preservação utilizada foi a técnica de migração de suporte, que consiste em transferir informações de um contexto tecnológico de armazenamento mais antigo ou obsoleto para outro que seja mais atual, antes que a influência do meio e as ações do tempo o deteriore ou antes que o suporte físico de armazenamento passe pelo processo de obsolescência.

Em relação a estratégia que utilizamos, Miguel Ferreira alerta que:

Adicionalmente, não é expectável que uma estratégia de migração possa resolver permanentemente os problemas de preservação. O formato de destino encontra-se, também este, sob constante ameaça de se tornar obsoleto, o que significa que será apenas uma questão de tempo até que uma nova migração tenha de ser administrada. Não obstante, a migração é de longe a estratégia de preservação mais aplicada até à data e a única que tem vindo a dar provas da sua eficácia. (FERREIRA, 2006, p.33).

Para execução da estratégia de preservação proposta foi necessário a aquisição de equipamentos com potencial de rodar fitas K7 (Figura3) e com dispositivos USB (*Universal Serial Bus*) e entradas de cartões SD (*Solid State Drive*)

Figura 3 - Rádio toca fitas



Fonte: Acervo Jorge Alberto Soares Cruz (2022).

Sendo assim foi adquirido um rádio toca fitas “retrô” (*Ion Cassete Deck*), com a funcionalidade de tocar e gravar áudios das fitas K7 em mídias contemporâneas (USB e cartões micro SD), que foram transformados em arquivos com a extensão MP3 (mpeg-layer 3). Para salvaguardar as informações, foram realizados backups em dois computadores e em um HD (Hard Disk) externo que será entregue a direção do MIEM.

Como já relatamos anteriormente, o acervo trabalhado é composto por 45 fitas cassetes que estão acondicionadas em uma caixa de papelão. Dentre as mídias, existem quatro fitas que foram gravadas com o equipamento/tecnologia microcassete⁸ (Figura 4), as quais tivemos um pouco mais de dificuldade para realizar a migração.

Figura 4- Fita microcassete e K7



Fonte: Acervo Jorge Alberto Soares Cruz (2022).

Para execução da estratégia de preservação escolhida, foi necessário ouvir todas as fitas, momento em que podemos constatar que algumas foram desmagnetizadas ocasionando na perda das informações. Devemos destacar que quando estas mídias surgiram, a previsão de vida útil das mesmas era de 20 a 30 anos. Sendo assim, podemos constatar que a execução desse trabalho, está colaborando com a preservação de um conjunto de informações que fazem parte da história e da memória de Santa Maria e Quarta Colônia.

Considerações Finais

Padre Clementino Marcuzzo, como memorialista, através de suas pesquisas, da semana cultural italiana e do programa radiofônico “*I nostri Taliani*,” sempre procurou exaltar a história e a memória dos imigrantes italianos e de seus descendentes no território da Quarta Colônia e em Santa Maria.

⁸ O microcassete possui um quarto do tamanho de uma fita K7.

Nos programas de rádio, que encontramos nas fitas, o pároco sempre procurava fortalecer a cultura regional. Neste sentido, constata-se que é muito importante utilizar novas tecnologias visando preservar as informações contidas em suportes documentais ameaçados de desaparecimento.

Além das fitas K7 o MIEM possui um acervo de Fitas VHS, disco de vinil, filmagens de eventos, fotografias, dentre outros documentos que fazem parte do fundo documental Padre Clementino Marcuzzo. Parte desse material já está sendo trabalhado por alunos e professores do curso de arquivologia, história e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria.

A preservação desse acervo, tem o potencial de auxiliar na manutenção da identidade, da memória e do patrimônio documental da Quarta Colônia, corroborando na rememoração da história política e social, além de fortalecer os sentimentos de pertencer a uma cultura.

Referências

BORDIGNON, A. **Um brinde ao padre Clementino Marcuzzo, incentivador e divulgador da cultura italiana em vale vêneto/rs**. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

CRUZ, J. A. S. **A Identidade e a Memória Como Fatores de Integração: A Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rs/Brasil e o Desenvolvimento Regional (1955-2020)**. Tese (Doutorado em História -PPGH) Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

CRUZ, J. A. S. **Colcha De Retalhos**. Resgate - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v. 24, n. 2 [32], p. 9-26, jul./dez. 2016.

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. Edusp. Editora da Universidade de São Paulo: São Pulo, 2009.

FERREIRA, M. I. **Introdução à Preservação Digital**. Conceitos, estratégias e actuais consensos. Minho Portugal: Edição Eletrônica, Escola de Engenharia da Universidade do Minho. 2006.

FOLLETTTO, C. T. **O Museu do Imigrante Italiano “Eduardo Marcuzzo”: História e Identidade, Vale Vêneto/RS**. Mestrado (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**.: UFRJ/Iphan, Rio de Janeiro, 1997.

INNARELLI, H. C. **Preservação de documentos Digitais: Confiabilidade de Mídias CD-ROM E CD-R**. Dissertação (Mestrado de engenharia Mecânica) – Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2006.

Entre comemorações e resistência; o propósito dos clubes sociais negros do interior do Rio Grande do Sul

Ricardo Aguirre de Moraes¹

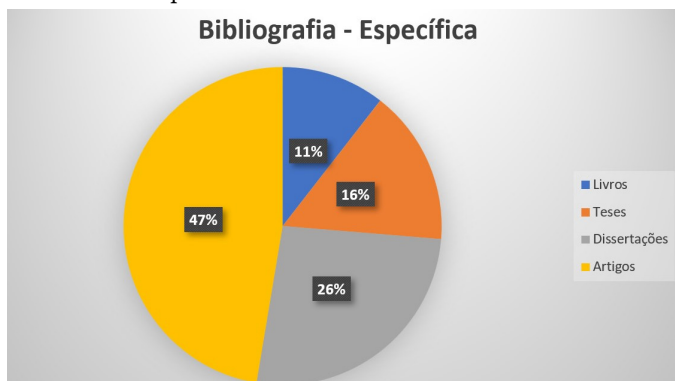
Introdução

O presente trabalho está vinculado ao programa de pós graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria na linha de pesquisa Memória e Patrimônio. Esta pesquisa aborda de forma bibliográfica a dinâmica em torna da representatividade da população negra e das memórias coletivas dos clubes sociais negros do Rio Grande do Sul. Por meio da memória e patrimônio, na iniciativa de contemplar negros e pardos do interior do estado como construtores, formadores e pertencentes da história como um todo.

Por meio da pesquisa permeada pela Memória Social e Patrimônio Cultural em torno dos clubes sociais, suas festas, comemorações, atividades esportivas e demais atribuições é possível identificar a utilização desses espaços como local de resistência étnica e construção de uma identidade cultural. Em meio a uma sociedade preconceituosa e de elite, o resgate das memórias individuais/coletivas sociais dos indivíduos pertencentes dos seguintes clubes: Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço – Rio Grande, Clube 24 de agosto-Jaguarão, A Sociedade Recreação Familiar Jaguareense , Clube Jaguareense – Jaguarão, Os Zíngaros e Palmeira – Bagé, Fica Ahí Prá Ir Dizendo e Chove Não Molha – Pelotas e Clube 13 De Maio - Santa Maria e o Clube Recreativo e Esportivo 12 de Outubro – Palmeira das Missões, fazem parte da edificação da identidade social da etnia afro-brasileira no Rio Grande do sul, através de suas comemorações, festas, manifestações, bailes e demais atividades no interior do estado. De fato, o clube “12 de outubro” é o objeto principal da proposta de tese em História na linha de pesquisa Memória e Patrimônio. Assim, o discorrer do texto transpassa a análise e comparação do que já foi pesquisado em torno dos clubes sociais negros do interior do estado do RS.

O atual estudo possui como base bibliográfica específica, o arcabouço conceitual e metodológica que dialoga conceitos de memória e esquecimento. A ênfase principal se dá pelo diálogo entre três teses de doutorado, cinco dissertações de mestrado, dois livros e nove artigos, ambos referentes as duas primeiras décadas do século XXI.

1 Doutorando em História pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria.

Gráfico I – Trabalhos produzidos no interior do estado do Rio Grande do Sul.²

Fonte: Moraes, R, A.

É inconcebível se pensar na etnia negra no Brasil, sem que se remeta de forma direta ao passado escravista dos séculos anteriores, e a aura desse período funesto para toda população brasileira. No entanto o recorte temático dessa investigação, trata-se de redimensionar a visão em torno da etnia, não apenas por meio do sofrimento e aflição pela escravidão, mas também por sua organização social em torno de clubes que possam expressar em várias óticas seu comportamento, hábitos, organizações, celebrações, festividades, cerimônias, solenidades e reuniões. Que por vezes remontam a construção de uma parcela da história formadora do “todo” histórico do Rio Grande do Sul.

Por meio da reflexão dessas comemorações de suma importância, pois eram nesses clubes destinados para a classe de menor poder financeiro, excluída dos clubes elitistas de seus respectivos municípios de origem que etnicamente afro brasileiros de forma integral puderam expressar sua “voz” e ter sua “vez” para assim construir seu espaço de sociabilidade e valorização étnica.

Questões perenes, pertinentes e reflexivas em torno da história do negro no interior do Rio Grande do Sul, como esclarecer elementos históricos asfixiados dos negros? De que maneira dou visibilidade ao passado dos negros gaúchos? De que forma a população negra do estado contribui na formação da identidade afro-brasileira? Já que as distinções regionais geram um resultado diferenciado de outros estados. São indagações que merecem discussões francas e abertas sobre sua dinâmica, processo, trajetória, continuidades e descontinuidades em sua trajetória histórica.

Os clubes, manifestam-se para além de somente festejos e esportes, mas consolidam-se como locais de “sociabilidade e resistência” as intempéries da

² É possível que existam mais trabalhos sobre esse assunto, na região metropolitana do estado mas, em pesquisas realizadas, e por questões do recorte temático da pesquisa, foram averiguados esses quantitativos apresentados no gráfico.

classe dominante e suas agremiações elitistas, excludentes. Confirmando de que a identidade social busca se afirmar na diferença como demonstra Bourdieu (2015), em que as atividades dos clubes, constroem a distinção da identidade negra perante a sociedade que os exclui.

Memória Social

A memória social em sua imensa complexidade teórica e metodológica, possui em sua definição de memória, o lastro de estar em um “campo de disputa” entre os agentes sociais. Quem lembra? O que se lembra? E sobre quem será lembrado? São questionamentos decididos pelo embate político, social, econômico, entre outros fatores diretamente destinados aos interesses daqueles que possuem o “poder” de definir aquilo que se lembra e aquilo que se esquece. No Brasil, existe um predomínio em deslembra o percurso dos negros, suas reivindicações, vitórias e conquistas, mas principalmente admitir a responsabilidade a respeito as transgressões realizadas no passado. Pois assim, não se admite, ou reflete, logo, não é lembrado, deixando o legado negro ao esquecimento da história.

Em termos dos estudos sobre a memória, Maurice Halbwachs (1990) inicializou a abordagem da memória como um fenômeno social. Na perspectiva do autor, utilizada na metodologia do presente objetivo de pesquisa, é o coletivo e sua estruturação que formam as memórias sociais. Em suma o condensado da memória individual dos agentes históricos que constroem a memória social. Essa construção realizada por meio de conflitos e negociações a respeito da memória que lembra e que se esquece. Da memória e da reminiscência, na qual disserta sobre a reflexão em torno da “memória individual (olhar interior) e da memória coletiva (olhar exterior)” (Ricoeur, 2000). Em que o passado existiu concretamente, mas é acessado pela História, através de suas representações, por meio da memória. Essas representações passam a ser mutáveis diante do ordenamento de sua classe social e demais características, como grupo a que pertence e etnia.

Assim, distinções o respaldo social por intermédio da memória daqueles que por motivos exógenos da referida pesquisa, não fazem parte de um recorte respaldado na ciência caem no esquecimento da memória coletiva, por pertencerem a classes sociais de menor poder financeiro. Evidencias que viabilizam afirmar o significado histórico considerável em torno de demonstrar a memória dos clubes sociais por meio de seus membros enquanto os clubes supracitados estiveram em vigência nas suas respectivas cidades do interior do estado.

A memória de um fragmento da sociedade de menor supremacia econômica e de representatividade torna-se “frágil”, “tênue” em ser lembrada, registrada e cientificada. Fragilidade por estar longe dos meios acadêmicos ou de interesse da sociedade como um todo. Deve ser considerado que a memória é

um campo de litígio, batalha, conflagração sobre aquilo que se lembra, recorda, comemora, relembra de uma sociedade específica. Ou seja, a “batalha” pelo passado. Conflito esse, que torna por exemplo o dia vinte de novembro como data para se rememorar, e não um feriado nacional, pois se feriado, a “caixa de pandora” da discussão e reflexão em torno do passado brasileiro escravocrata estaria não somente aberta, mas escancarada.

Sobre a memória como um fenômeno, Pollak (1992), a descreve como fruto de uma construção individual/coletiva e seu resultado de um verdadeiro trabalho de organização. A memória é seletiva, direcionada pelos interesses e preocupações de seus agentes. Isso faz com que a organização da memória em prol das divergências e inquietudes das pessoas que a moldam. Assim afirmamos que a memória é um fenômeno construído.

Comemorações, festividades e resistência

Ante a “batalha” pela memória em que os interesses dos agentes sociais se encontram, a pesquisa acerca dos clubes sociais do interior do estado do Rio Grande do Sul, apresenta as associações esportivas e sociais que deram vez e voz aos “deslembados” da História. Em destaque referente ao recorte temático da pesquisa, identifica-se a Associação Cruzeiro Jaguareense. Associação que se manteve em atividade continuamente durante todo o século XX. Clube localizado no município de Jaguarão, criada como entidade civil social de cunho recreativo e esportivo.

A memória de homens e mulheres negras que pertenceram a associações em prol de sua comunidade estão envoltos entre uma dualidade estrita da memória e da racialização pós abolição. Alan Dutra de Mello em sua Tese defendida em 2018 pela UFPEL intitulada “A Sociedade Recreação Familiar Jaguareense (1852-1881) e o Clube Jaguareense (1881-1975): Entre a História e a Memória na Fronteira Sul em Jaguarão RS” reflete sobre “aquilo que é próprio do negro” contra o fundo de uma sociedade desigual, contextualizada em relações hierarquicamente racializadas, puseram a própria noção da Memória num campo central”. Uma das características daqueles que estão distantes das elites é a história por meio da memória, pela oralidade daqueles que viveram o processo histórico.

Todavia o clube Jaguareense diverge dos demais clubes analisados no interior do estado até então, por ter sido tombado como “conjunto histórico e paisagístico. Esse processo finalizado pelo IPHAN no ano de 2011 da aporte e proteção federal devido seu tombamento. Clube de Elite, como descreve (ALAN, 2018) “Clubes de Elite e imperial. Que dará aporte a criação do clube Jaguareense de uma elite municipal.” O referido clube, não era de origem negra, muito pelo contrário. Possuía origem em um passado imperial segregacionista. Entretanto faz parte dessa análise por ser um clube do interior do estado do Rio

Grande do Sul, e que por sua atuação racista, irá contrabalancear a criação e organização do Clube 24 de Agosto, de organização negra.

O clube Jaguarense, mais conhecido como “A Bailanta” voltado para os grupos de maior proeminência da cidade. Mesmo de cunho escravocrata, os membros do clube não possuíam reflexões e atitudes sobre o tema “escravidão” homogêneas. Já que no seu conselho, denominado de Conselho Diana, existem fontes documentais que comprovam a desaprovação de parte de seus membros para a escravidão negra no Brasil (ALAN, 2018, p.230) “a instituição do regime escravista, clamando por liberdade em uma festa da independência.”

A respeito dos clubes sociais da cidade de Pelotas, Maria Helena Santana analisa em sua tese as trajetórias dos clubes “Fica Ahí Pra ir Dizendo” e Chove Não Molha”. Por meio de uma abordagem dinâmica em torno da funcionabilidade dos clubes na vida cotidiana da população pelotense seu pertencimento e filiação privada em torno das famílias negras do município. Maria Helena Sant’Ana em sua tese defendida em 2017 na instituição Universidade Federal de Pelotas/UFPEL, intitulada “Artes de Fazer o Mundo e Performances Negras em Pelotas: “Reinventando Memórias” Ambos os clubes eram utilizados não somente como locais de festejos, carnavais e comemorações, mas “na conquista de lugares de expressão pública. Por meio desta perspectiva, os clubes transcendem sua finalidade inicial e cumprem mais que apenas “festas”.

A composição do corpo social dos pertencentes aos dois clubes era uma classe média negra, com trabalhos formais e com um certo grau de profissionalização e qualificação. Destacava-se o clube “Fica Ahí Pra Ir Dizendo” como clube de maior poder financeiro e aquisitivo dos negros pelotenses. Assim, Santana (2017, p.47) afirma que: “pessoas de classes médias negras de Pelotas, de várias idades, mais eram constantes e comuns os relatos de que quase todos tinham alguma forma de vínculo com os clubes.”

O pertencimento a um grupo específico e social negro, gera no local em que está inserido um modo de ser e agir de seus integrantes. O que de certa maneira forma uma concepção do coletivo em seu modo de agir e pensar na vida social desta cidade. A representatividade, valorização da etnia negra que se aturo organiza em associações, possui uma grandeza impar na construção da identidade dos seus membros, pois torna as relações sociais possíveis e viáveis para a etnia negra, por não ser aceita nos clubes de elite caucasiana, como alude (SANTANA, 2017, p. 51) que são mais que apenas festas “filiações que se constituíram pela participação dos membros nos eventos sociais, bailes carnavalescos e de entronar as rainhas dos clubes com suas cortes, blocos, festas, quermesses, chás e jantares quinzenais ou em datas marcantes aos coletivos” .

Em uma análise que transcenda os “festejos” a atuação política os clubes

negros convergiam em ser um espaço para discussões políticas a respeito da militância e reflexões sobre a situação dos negros no antes e nos pós abolição, como a FNP – Frente Negra Pelotense que nos anos trinta utilizava o espaço do “Fica Ahí Pra Ir Dizendo” para realizar suas reuniões. O contexto de desigualdade social estigmatizante entre a sociedade branca e sua visão de mundo faz com que as agremiações de um clube sejam a vez e voz de uma etnia, mesmo que sua socialização principal fosse o carnaval e atividades esportivas.

Pelotas era um local de grande fluxo da população negra o que propunha um cotidiano de vivida discriminação racial, e os clubes existentes no município mesmo que após a abolição mantiveram as políticas de branqueamento” não mais em formato de leis ou de políticas estatal, mas com a formação de um código moral adotado pelos clubes que impedia por vezes a entrada, mas principalmente a atuação negra em suas dependências. Assim, as famílias negras pelotenses encontravam nos clubes formados por sua organização e protagonismo espaços de inserção social e sociabilidade entre os seus.

Dando continuidade à reflexão em torno dos afro-brasileiros no município de Pelotas, Fernanda Oliveira da Silva em sua tese defendida no ano de 2017 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada *As Lutas Políticas nos Clubes Negros: Culturas Negras, Racialização e Cidadania na Fronteira Brasil-Uruguai no Pós-Abolição (1870-1960)*, explana a respeito os seguintes clubes: Pelotas – Clube *Fica Ahí Pra Ir Dizendo* (1921) –; Bagé – Clube *Os Zíngaros* (1936), Clube *Palmeira* (1948) –; Jaguarão – *Club 24 de Agosto* (1918) –; Melo – *Centro Uruguay* (1923). No entanto, outros estudos já haviam sido realizados sobre o seu objeto temático de pesquisa. Seu diferencial é o prisma em torno do objeto com destaque a conceitos como o de cidadania e seus desdobramentos, com destaque aos termos imprimidos por associados dos clubes. O recorte temático do presente estudo, delimita-se em torno dos clubes sociais de afinidade negra no estado do Rio Grande do Sul, no entanto vale destacar a circulação de pessoas e ideias entre os clubes fronteiriços do estado riograndense com o Uruguai. O clube “*Centro Uruguay*” frequentado por vezes por homens negros, também chamado de “*Club da Raza*” fez parte da construção da identidade negra do estado. Pois a fronteira não impediu a circulação de ideias comuns entre homens e mulheres negras de ambos os lados em torno de sua cidadania e agremiações sociais.

O importante e caloroso debate em torno da sistematização de conceitos pertinentes as movimentações negras em associações, demanda o esclarecimento de definições em torno de quatro conceitos fundamentais: Cidadania, racialização, associativismo negro e lugar de enunciação.

Primeiro, cidadania, conceito de proporções grandiosas quando se dialogado. No contexto aqui abordado, cidadania está entrelaçada com os clubes sociais em ser

espaço de lutas políticas, que proporcionam formas de se exercer a cidadania, em que os clubes passam a ter esse viés de consolidação e afirmação de uma cidadania (SILVA, 2017, p.134) “tendo por base, por um lado, uma ideia de raça e, por outro, valores sociais compartilhados que condicionaram a formação de uma identidade negra positiva.” A formação de uma identidade auspiciosa em relação ao negro, mesmo que o passado escravocrata se mantenha ativo, é uma ferramenta para a valorização do seu modo de vida. Agregada a sociedade caucasiana que os excluiu.

Em segundo ponto, porém não de forma hierarquizada, Fernanda Oliveira Silva (2017) e Maria Helena Sant’ana (2017) debruçam-se em analisar e refletir o significado de racialização, em que a primeira autora define como “o conceito de racialização e seu entendimento como processo pelo qual a ideia de raça é vivida” com base. Indagar a dinâmica que leva a existência da terminologia por meio do estudo da história dos afro-brasileiros é uma vasta seara para a pesquisa.

Entretanto os estudos já realizados da temática problematizam a “racialização” em volta de que diferentemente dos EUA, que possuía leis de segregação racial em vigor. O Brasil, não possuía leis similares ou de mesma proporção no período analisado da primeira metade do século XX. Mesmo com a existência de leis que de alguma maneira repreendiam libertos em relação a sua inserção no mercado capitalista. Então quais as motivações para criar e manter clubes para negros no Brasil? Tal indagação motiva em âmbitos gerais as pesquisas sobre a temática clubes sociais negros do pós abolição.

A respeito da abordagem do conceito de “racialização” Silva (2017, p. 141) alude que os “clubes negros são construções culturais que conferem inteligibilidade e densidade histórica à experiência de racialização” presenciada no pós abolição, entretanto em complemento ao raciocínio da autora, que afirma o fenômeno na fronteira Brasil Uruguai, podemos compartilhá-lo para as demais regiões e clubes de uma maneira mais abrangente no estado do Rio Grande do Sul.

A respeito do associativismo negro, terceiro ponto a ser debatido, perpassa a reflexão histórica sobre a essência do “branqueamento” e a exclusão dos demais e a finalidade de uma associação. A abordagem e recorte histórico temporal, não se remete a uma política estatal, mas sim uma “aura” que assim com as brumas pairam em meio a sociedade gaúcha. Mesma que de forma sublime não significa que perca sua eficiência e crueldade em “segregar” a sociedade por “raça”. Assim, por meio do que já foi pesquisado em torno dos clubes e associações negras, abertas para todas as “cores” encontrou-se a associação de homens e mulheres negras, que desenvolveram estratégias por meio dos clubes para construir um espaço propício para a inserção social, comunitária e social que fossem vistas com bons olhos pela sociedade.

O resultado gerado pelos clubes por meio de suas atividades em todos

os âmbitos das culturais, sociais e esportivas, possuem as ferramentas para a construção da identidade social, cultural, econômica e ideológica da comunidade. Mediante o local em que estão inseridas. Já que a conjuntura do local em que estão inseridas proporciona suas características específicas. Exemplificando o caso do Clube “*Fica Ahí Prá Ir Dizendo*” de Pelotas localidade de fronteira do Brasil, ligada a fronteira Uruguia e uma grande circulação negra durante a escravidão e pós abolição. Mediante o caso do Clube “Doze de outubro” do município de Palmeira das Missões, de maioria caucasiana e firmada ao catolicismo missioneiro e a agricultura extensiva. Ambas as diferenças locais geram um resultado histórico impar a cada clube. Entretanto convergem em importância e significado na construção da história do negro no pós abolição.

Quarto, “lugar de enunciação” visto por uma ótima como local de exposição, expressão, declaração, devido a magnitude e prestígio entre outros elementos que os clubes negros propuseram para a população afro-brasileira em uma conjuntura oficial por parte dos mecanismos estatais de uma população branca, que por ter sua história “contada” por mecanismos estatais possui maior destaque. É por essa constatação que clubes e agremiações negras revelam sua importância em contar e demonstrar a história dos afro-brasileiros pós-abolição e suas manifestações culturais e sociais no sul do Brasil que de uma forma ou de outra, negava a atuação de indivíduos “*ethiópico*”³ na construção da nação brasileira.

A organização das atividades políticas dos clubes teve seu capital inicial na ideia de “raça”. Não somente em compreender a distinção criada pela sociedade de elite caucasiana em relação as comunidades negras livres, mas a necessidade de se organizar em prol de suas necessidades. Tanto financeiras como de representatividade. Essa organização, por meio da pesquisa realizada até então, não revela a organização social motivada por uma consciência de classe de homens e mulheres negras, mas sim na concepção de que a organização associativa era algo benéfico para a comunidade e núcleos familiares negros. Primeiramente em uma conjuntura festiva e comemorativa, e em um segundo momento social e de afirmação identitária.

Jaguarão e o 24 de Agosto

Importante clube do interior do estado por sua forte atuação em Jaguarão, foi o 24 de Agosto, tema abordado nas teses da Fernanda Oliveira da Silva (UFRGS, 2017), Maria Helena Sant’ana (UFPEL, 2017) e Alan Dutra de Melo (UFPEL, 2018), fundado em 1918, por operários do município de Jaguarão. O

3 Mais em SILVA, F. O. As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, cidadania e racialização na fronteira Brasil Uruguai no Pós Abolição (1870 – 1960). Tese (Doutorado em História) UFRGS. Porto Alegre, 2017.

nascimento do clube, está imerso há um repertório de experiências associativas anteriores a sua criação. O forte marco geográfico de fronteira, expressa sua força nas características do clube. Que expõe sua estrita ligação com os ideais dos clubes uruguaiois. O 24 de Agosto promovia bailes de carnaval, fundou os cordões carnavalescos negros, voltado a promover a cultura afro-brasileira para aqueles que não possuíam espaço em outros clubes de elite da cidade.

A finalidade do clube, sofre metamorfoses ao longo do tempo em que esteve em atividade. Primeiramente como clube para os “rejeitados” promovendo festas e comemorações para os operários jaguarenses. Á partir disso sem que se tenha uma data específica, mas na primeira metade do século XX, destaca-se como “anfitrião” da cultura e religião afro-brasileira na fronteira Brasil/Uruguai. Assim, como destaca Silva (2017, p. 152) sobre o “caráter religioso e social do clube 24 de agosto por exercer festejos referentes a religiosidades africanas nas dependências do salão do clube.”

Em meio a reflexão sobre o 24 de Agosto, Alan Dutra de Melo em sua tese defendida na UFPE no ano de 2017 mediante o Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural A Sociedade Recreação Familiar Jaguareense (1852-1881) e o Clube Jaguareense (1881-1975): Entre a *História e a Memória na Fronteira Sul*, alude sobre Patrimônio Cultural e Memória Social na Fronteira Sulista. Traz a pauta o termo “segregados” elegendo o clube referido como “clube onde estavam organizados e segregados os grupos de etnia negra em sua origem” (MELO, 2017, p.96). Primeiramente adjetivo com significado de separado, colocado de lado, dissociado. No pertinente contexto pesquisado e refletido, remete a barreira social estabelecida pelos indivíduos que já estavam organizados em clubes e entidades. Que de uma forma ou de outra construíram barreiras sociais e semânticas a entrada de indivíduos negros em associações de vertente caucasiana e elitista. Não somente barreiras erguidas, como o fato das comunidades afro-brasileiras não procurarem espaço nesses associações. O que gerou força de propulsão para a criação do clube 24 de Agosto na cidade de Jaguarão assim como em outros clubes como o “Fica Ahí” e “Braço”.

O “Fica Ahí Prá Ir Dizendo” e o Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço

Fundado em 1921 na cidade de Pelotas, o afetuoso “Fica Ahi” denominado assim pelos seus associados, rompe com os limites do clube 24 de Agosto por assim dizer. Pois além de promover festas, comemorações e carnavais, instituiu desde sua fundação como entidade palestras e conferências para seus associados com o intuito de promover o desenvolvimento da comunidade em que estava inserido. O “Fica Ahi” mantinha juntamente a sua sede social uma biblioteca de domínio público aos seus associados e a comunidade em geral.

A criação do “Fica Ahí” está igualmente inserida nas discussões que gravitam o conceito de “racialização”, em concordância com a investigação a respeito do surgimento do clube “O *Fica Ahí* surgiu em meio a uma experiência associativa que se inseria na racialização das relações sociais no pós-abolição” (SILVA, 2017, p.136). A especificação de raça negra para com os membros do clube, está associada aos desdobramentos que formavam a racialização do período. Ou seja, a divisão dos clubes por “raça”, a negra e a branca era expressada em clubes separados. O “fica Ahí”, comparativamente com o Clube “12 de Outubro” de Palmeira das Missões compartilhavam do mesmo propósito e objeto que se identificava como clube para negros, da raça Etíope. No caso do Fica Ahí, e a dinâmica da participação negra. A terminologia “negro” com um certo cunho racial e discriminativo, foi utilizada desde os primeiros documentos do *Centro Uruguay*, e nas atas do clube *Fica Ahí*, “também nas reportagens do jornal *A Alvorada*.

Matheus Cruz em sua dissertação de mestrado intitulada *Clubes Sociais Negros: Memória e Esquecimento no Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço*. (Rio Grande, RS, 1969-1992) reconhece o “Braço” terminologia utilizada pelos seus sócios para denominar o clube como “lugar de memória” devido o lugar social que o indivíduo ocupa para lembrar, e sobre o que esse indivíduo irá lembrar. Por essa concepção de um local, ambiente como espaço de memória de uma coletividade, o clube “Braço” se aglutina as demais discussões em torno do associativismo negro no interior do estado.

Em comum, o “Braço” assim como os outros clubes supracitados, foram criados para promover festejos e comemorações, entretanto em um segundo momento passaram a ser construtores da identidade negra no pós abolição para suas comunidades. O “Braço” de Rio Grande, e sua longa atuação por mais de um século, pode ser percebido sem sombra de dúvidas como um elemento estabilizador da auto estima afro-brasileira, e um meio de enfrentamento a um sistema racista.

Santa Maria e o Clube “13 de Maio”

Sobre a temática no município de Santa Maria, Giane Vargas Escobar em sua dissertação; *Clubes Sociais Negros, Lugares de Memória, Resistência Negra, Patrimônio e Potencial*, defendida no ano de 2010 na Universidade Federal de Santa Maria retrata o papel decisivo dos clubes sociais negros na sociedade brasileira e em especial no município de Santa Maria por meio da pesquisa em torno do clube “ Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio” com o objetivo principal de propor meios de preservação, manutenção, desses lugares de identidade e resistência negra e fomentar políticas públicas que o mantenham. Clube criado por ferroviários da extinta viação férrea de Santa Maria, o estudo perpassa o nascimento do clube no início do século XX até sua transformação em museu no ano de 2001.

A Sociedade Ferroviária Treze de Maio assim como outros clubes de origem afro-brasileira do pós abolição, tiveram uma dinâmica atuante durante o século XX de sua criação entre 1903-1914, a fase de legitimação como sociedade negra, bailes até sua decadência e fragmentação de parte da sua identidade no final dos anos noventa. Entretanto o Museu criado já no transcorrer do século XXI, mantém em partes a identidade negra constituída pelo clube ao longo de mais de cem anos. Criado por “Operários negros da viação férrea Idealizaram e constituíram a Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio” (ESCOBAR 2017) sem sombra de dúvidas é um local de memória e de formação identitária negra ao longo de sua atuação no município de Santa Maria da Boca do Monte, que por meio de sua atuação concebeu espaço para famílias negras construírem sua individualidades culturais e sociais no primeiro século do pós abolição.

Sobre um viés analítico a respeito dos clubes negros no Município de Santa Maria, a obra publicada em 2020, intitulada: *Organizações Negras de Santa Maria: Primeiras associações negras dos séculos XIX e XX*, organizado por Ênio Grigio - Felipe Farret Brunhauser - Franciele Rocha de Oliveira - Luiz Fernando dos Santos da Silva Rodrigues - Taiane Anhanha Lima. Retrata um panorama abrangente dos clubes sociais, recreativos e esportivos de atuação ou organização de negros no município. O clube “13 de Maio” faz parte da análise desta pesquisa em que se averigua as origens e nascimento do clube ainda em seus primórdios, quando não existia sede própria e que as reuniões e comemorações eram realizadas na residência dos seus membros.

Considerações finais

A constatação inicial em torno do “estado da arte” a respeito dos clubes negros e sua performance no interior do estado do Rio Grande do Sul e a atuação do Clube Recreativo e Esportivo Doze de outubro, localizado no município de Palmeira das Missões, é possível delimitar as seguintes distinções. De que o “Doze” diferentemente dos clubes pesquisados como o *Fica ahí-Pelotas*, *Braço-Rio Grande*, *24 de Agosto-Jaguarão*, *13 de maio-Santa Maria*, *Chove não molha-Pelotas*, não foi formado e composto por ferroviários e operários, ou manteve alguma ligação direta com outros países a exemplo do Uruguai, Argentina ou Paraguai. Também não fez parte do contexto de fluxo humano e ideológico de fronteira. Pode ser constatado que as especificidades da pesquisa em torno do Clube “12 de outubro” são individualizadoras. Primeiramente por não ter localizado na região noroeste do RS pesquisas em torno da referida temática a nível de Mestrado ou Doutorado. O clube está inserido em um cenário de forte intervenção cultural, religiosa e financeira; missioneira, católica e latifundiária. O que gera a conjuntura para a idealização do clube e a busca por espaço e representatividade negra mediante a exclusão de uma

elite local. O esporte, foi um meio de agremiação de relativa eficiência e utilização de alguns clubes negros. Entretanto devido a uma questão de “tempo” ficou de fora do atual ensaio. Todavia será averiguado com maior tenacidade futuramente. Assim, o “Doze”, faz parte de uma fração do arcabouço de clubes sociais que compõem a história do negro no estado do Rio Grande do Sul.

A problemática da pesquisa, que pondera o pós abolição como uma sequência histórica de descaso com a comunidade afro-brasileira no Brasil. Do período colonial, transcorrido pelo império culminando na república, permeia a reflexão de que não somente de forma hegemônica católica, europeia e branca os clubes do interior do estado do Rio Grande do Sul se desenvolveram. Entre acertos, desafios, festejos e falhas, formou-se durante a trajetória do pós abolição a identidade afro-brasileira gaúcha. Entre algumas constatações consideráveis em torno da temática está o relatado na pesquisa de que os clubes por vezes em maior ou menor intensidade desenvolviam projetos para o desenvolvimento da comunidade e geração de emprego e renda. Por meio das festividades, que geravam trabalho e mantinham o clube aberto, como o caso do *Fica Ahí* de Jaguarão.

Contudo, os clubes sociais não eram meramente locais de encontro e sociabilidade das famílias negras do interior do estado, não eram somente festas ou pontos de encontro. Em uma perspectiva que pondera o pós-abolição como um problema histórico devido a marginalização do negro por meio do preconceito e barreiras a sua formação identitária, cultural e social impostas por uma elite branca embasada em um passado escravocrata, a comunidade negra tinha em suas agremiações carnavalescas e esportivas “espaço” para discussões em torno não somente de festejos. Mas também em torno da qualidade de vida de seus associados, ajuda mutua entre os mesmos.

Os concursos de beleza, proporcionados pelos clubes aqui pesquisados, possuíam em sua essência o mesmo viés. De não ser somente um concurso de beleza ou carnavalesco, mas sim de promover (LONER, 2009) “Novo Padrão de beleza estético” (LONER, 2009), o que realmente estava em pauta, era a batalha por “espaço” de representatividade, de legitimação do padrão de beleza afro-brasileiro em choque com o caucasiano existente não somente no passado, mas no presente histórico. A afirmação de um novo padrão que não fosse o caucasiano, que de uma forma ou de outra banhado pelo preconceito para com as comunidades negras do pós abolição fez com que clubes destinados aos afro brasileiros fossem um verdadeiro *palco* na formação de uma identidade para seus membros.

Os clubes citados no decorrer da pesquisa em torno do estado da arte da temática, permeiam o objetivo e proposta da pesquisa em torno do Clube recreativo e esportivo Doze de Outubro de Palmeira das Missões/RS. O “Doze” denominado por seus membros faz parte do arcabouço de clubes sociais para negros e pardos

que contribui para a formação da identidade negra no município dos anos 40 aos anos 2000 do século XX. Suas peculiaridades como clube esportivo e valorização estética negra na região norte/noroeste. A memória de seus membros remonta parte da trajetória negra em meio uma região marcada pelo missionaríssimo Católico e a agricultura extensiva, componentes distintos as pesquisas já realizadas em torno de outros clubes sociais. O patrimônio intangível dos afro-brasileiros é um “elo” de sua história que possui suas fragilidades. Entretanto o patrimônio intangível toma forma nos carnavais, concursos de beleza, festejos e apresentações, que como um todo enaltece e evidencia o modelo de beleza e de festejos de negros e pardos marginalizados devido sua posição financeira mediante a elite católica latifundiária municipal.

Os bailes para negros o associativismo como um todo, concretizam-se como enfrentamento a racialização da sociedade de seus locais respectivos. O intuito central do estudo da memória na pesquisa corrente, segue a perspectiva conforme Maria Paula Nascimento Araújo (2007) de que a nova historiografia procura dar “voz” aos indivíduos que não estão em registros documentais, com foco na história dos grupos “apócrifos” da história do Rio Grande do Sul.

Referências

- ARAÚJO, P.N; SANTOS, M.S.V. **História, memória e esquecimento: Implicações políticas.** Revista crítica de ciências sociais, 2007 – 95-111.
- BOURDIEU, P. **A distinção.** Porto Alegre: Zouk, Edusp. 2015, p. 17-92.
- CRUZ, M. **Clubes Sociais Negros: Memória e Esquecimento no Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço.** (Rio Grande, RS, 1969-1992) Dissertação. (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). UFPEL. Pelotas, 2014.
- GRIGIO, Ê., BRUNHAUSER, F. F., OLIVEIRA, F. R. D., RODRIGUES, L. F. D. S. D. S., & LIMA, T. A. **Organizações Negras de Santa Maria: primeiras associações negras dos séculos XIX e XX.** Santa Maria, RS: GEPA 2020.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo. Vértice. 1990.
- JESUS, N.R.D. **A análise do processo de recrutamento para a direção das associações satélite Prontidão e Floresta Autora; trajetórias e a questão da identidade racial.** Dissertação. UFRGS/PPGS, Porto Alegre 2005.
- LIMA, A. P. **As lutas, os bailes, as retomadas.** Reconhecimento, identidades e cultura na patrimonialização do Clube social negro 24 de Agosto (Jaguarão-RS). Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). UFRGS. Porto Alegre, 2015.
- LONER, B. A; GILL, L. A. **Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas.** Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009.
- MELO, A.D. **A Sociedade Recreação Familiar Jaguareense (1852-1881) e o Clube Jaguareense (1881-1975): Entre A História E A Memória Na Fronteira Sul Em Jaguarão Rs.** Tese. (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cul-

tural). UFPEL. Pelotas 2018.

MELO, A.D. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**. Patrimônio Cultural e Memória Social na Fronteira Sul: Estudo de Caso da Associação Cruzeiro Jaguarense (1881-2016). Rio Grande do Sul, Brasil. vol 2, n, 2 set-dez 2016.

NUNES, J.S. “**Edificando um Patrimônio Sentimental**”: O Clube 24 de Agosto como um bem do Estado do Rio Grande do Sul. Artigo apresentado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul no processo de tombamento do Clube Social 24 de Agosto. UFPEL. Jaguarão, 2011.

PAIXÃO, C. F.; SPOLLE, M.V. **Clubes Sociais e os Espaços de Negritude no Rio Grande do Sul**. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFSC. editora da Furg. UFSC. 2013.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RICOEUR, P. **A memória, a história o esquecimento**. Campinas. Editora da Unicamp. 2000.

SALVADORI, M.A.B.S. **Clubes Negros Associativismo e História da Educação**. Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.3, n.9, p.94-107, mai./ago. 2013.

SANT’ANA, M, H. **Artes de Fazer o Mundo e Performances Negras em Pelotas: “Reinventando Memórias”**. Tese. (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural). UFPEL. Pelotas 2017.

SILVA, F. O. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, cidadania e racialização na fronteira Brasil Uruguai no Pós Abolição (1870 – 1960)**. Tese (Doutorado em História) UFRGS. Porto Alegre, 2017.

SILVA, F.O. **A Racialização Observada Pela Ótica da Experiência dos Clubes e Centros Culturais Negros na Diáspora Negra ao sul do Atlântico (Brasil-Uruguai)** - Notas de Pesquisa Como Forma de Iluminar a Nova História do Trabalho. Cadernos do Lepaarq ,Vol. XI, nº22 .ICH-UFPEL. Pelotas, 2014.

SILVA, F.O. **Associativismo Negro Em Terras Sulinas: Das Irmandades aos Clubes Para Negros em Pelotas (1820-1943)**. Revista Thema; Volume 8; Número Especial. IFsul, 2011.

SILVA, F. O. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)**. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS. Porto Alegre, 2011.

SILVA, T.R. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós abolição: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil - 1913-1980**. Dissertação (Mestrado e, História). UFPEL. Pelotas 2018.

VALENTE, A. L; FARAH. E. **O Negro e a Igreja Católica: O Espaço Concedido, um Espaço Reivindicado**. Tese. (Doutorado em Ciência Social). Biblioteca Depositária: undefined. São Paulo 1989.

Os federalismos em disputa na Revolução Federalista

Monica Rossato¹

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as discussões envolvidas na pesquisa de tese de doutorado intitulada “Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista: que federalismo era esse?” defendida em 2020, pelo PPGH/UFSM. Assim, analisamos o federalismo que deu nome ao Partido Federalista e à Revolução de 1891 a 1896² - Revolução Federalista - nos primeiros anos da República no Brasil. Um dos pontos de partida é averiguar a organização de um projeto político de Estado Nacional vinculado à Revolução e ao seu principal líder, Gaspar Silveira Martins, tendo em vista o processo de implementação e institucionalização do Partido Republicano, que colocou em prática o federalismo nos estados membros da Federação.

Diante do contexto de redefinições políticas advindas com a proclamação da República e com a Constituição Federal de 1891, somadas às Constituições Estaduais, emergiram e circularam outros projetos de Estado, federalistas ou não, oriundos de uma cultura política de base fronteiriça e de contributos centralizadores e descentralizadores, discussões e posicionamentos que pautaram os debates públicos no Brasil e no Rio Grande do Sul. Neste último caso, houve a criação da Constituição Estadual em 1891 por integrantes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), parcela de uma elite sul-rio-grandense que assumiu o comando político estadual.

Os federalismos na Revolução Federalista

O aspecto autoritário e centralizador do texto constitucional rio-grandense de 1891 se mostrou pelo fortalecimento do Executivo estadual em detrimento das atribuições concedidas ao Legislativo, em uma orientação política que limitou a participação de outros grupos políticos (liberais, conservadores,

1 Professora da Rede Municipal de Nova Palma-RS.

2 Conforme trabalho de Andrade (2021) que propõe essa nova cronologia da Revolução Federalista.

republicanos dissidentes, monarquistas, entre outros)³, os quais até 1889 usufruíram da alternância no poder, garantido pelo sistema dos Gabinetes e sistema representativo do Império na sua rotatividade vinculada a autoridade do Imperador em dissolver o governo em questão.

Diante dessa limitação do Legislativo frente ao Executivo, somada tanto à presença militar na política e em cargos políticos quanto à influência do positivismo sobre o setor, no Rio Grande do Sul um movimento oposicionista, composto de uma parcela, pertencente à elite, excluída da possibilidade de inserção político-partidária, edificou um movimento armado que tomou proporções nacionais e internacionais, com vistas a defender um projeto que questionava o federalismo republicano brasileiro. A Revolução Federalista (1891-1896) articulou em bandos armados, antes da criação do seu Partido Federalista (1892) e antes da declaração dos seus chefes (1893), elementos de origens políticas diferentes (membros do Partido Federalista, dissidentes do PRR, monarquistas, membros do Exército, marinheiros e civis), a quem intitulamos por federalistas⁴. Parte dos federalistas, especialmente seguidores de sua liderança, Gaspar Silveira Martins, não se queixavam da forma de governo republicana, e sim da maneira como ela foi conduzida pela presença militar, positivista e federalista de seus primeiros governos, bem como pelas Constituições Federal e Estadual do Rio Grande do Sul, ambas de 1891.

Inicialmente, compreende-se que o federalismo compôs-se de um termo utilizado para designar a teoria do Estado federal e para referir-se a uma visão global da sociedade (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). O federalismo do século XIX, de caráter centrífugo (SILVEIRA, 1978), compôs-se de projetos e entendimentos distintos em relação a conceitos como liberdade, *self-government*, democracia (CARVALHO, 1998). As diferentes experiências que envolveram o federalismo, sua discussão e seu significado, configuram-no como “um termo político, uma proposta ou forma de governo que adquiriu múltiplos significados vinculados a espaços, temporalidades e contextos históricos e a discursos de diferentes facções ou partidos políticos” (PADOIN, 2005, p. 97).

Esse federalismo de Gaspar Silveira Martins na Revolução Federalista apresentou-se em diferentes vias de fazer o poder retornar ao povo, diante da

3 Categorias da cultura política que utilizamos aqui, tendo por base as definições partidárias do período.

4 De uma forma geral, o termo é utilizado aqui para se referir àqueles que integraram o Partido Federalista (PF) e àqueles que foram se somando e apoiando o partido e o grupo, sem que necessariamente fizessem parte do Partido, mas que por um motivo ou outro estiveram ao lado deles na Revolução Federalista. Aqui, o termo pode incluir: membros do Partido Federalista, liberais, ex-liberais, dissidentes republicanos, monárquicos, ex-conservadores, entre outros, com base nas denominações partidárias da época e de acordo com as informações dos que aderiram e/ou prestaram algum apoio ao Partido Federalista.

falta de representatividade que a República tinha, implantada através de um golpe e de seus primeiros governos militares ocupados por Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Diante de um governo incapaz de atender as demandas nacionais e por apresentar um caráter despótico, militar instaurado por um golpe, o povo teria esse direito de reivindicar o exercício do poder através das armas. Tal prerrogativa baseava-se em sua posição de liberal, alinhado aos preceitos do liberalismo de pensadores como John Locke e Rousseau.

Nesse sentido, o federalismo de Gaspar Silveira Martins dialogava com sua compreensão a respeito desse direito de revolução, ideia expressa ainda no Império, como Deputado Provincial do Rio Grande do Sul e Deputado Geral. Durante o exílio na Europa, Silveira Martins denunciava as irregularidades dos primeiros anos da República no Brasil, junto a uma rede de brasileiros que circulava no Velho Continente, especialmente em Paris, local que D. Pedro II encontrava-se. Em encontros com D. Pedro II e outros políticos brasileiros e estrangeiros, cogitava-se o retorno da Monarquia ao Brasil e a derrubada do então Governo Provisório de Deodoro da Fonseca por meio das agitações nos Estados.

Embasamento vinculado aos direitos naturais e individuais advindos com a necessidade de limitação do poder despótico e absoluto por meio do equilíbrio dos poderes do contrato entre povo e governo, do respeito pela vontade geral, bem como o povo como titular da soberania indivisível. Preceitos esses que configuram o pensamento de Silveira Martins como *respublicano*, ou seja, primava por um governo que, independente de ser Monarquia ou República, era capaz de manter as virtudes de respeito à coisa pública, à pátria, ao bem comum, a isonomia e os mecanismos de representação dos grupos sociais.

Nessa visão, o Partido Republicano Riograndense (PRR) e o Governo Federal propagavam que Silveira Martins e a Revolução Federalista eram restauradores da Monarquia e contrários à República. Visão essa que esvazia as discussões políticas em torno do significado de República, enquanto *Res publica*, defendida por federalistas e por Silveira Martins. Para esses últimos, a República no Brasil não era *res publicana*⁵.

Diante do entendimento de que no Brasil havia uma “República sin republicanos”⁶, Silveira Martins e os federalistas compreendiam que o militarismo, o autoritarismo (Governo Provisório de Deodoro da Fonseca

5 As discussões sobre a *res publica* são desenvolvidas em trabalhos de: CATROGA, Fernando. Republicanismos. **Biblos**, Coimbra, nº 2, Vol. VIII, 2010, p. 11-71; CATROGA, Fernando. **Ensaio Respublicano**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011. 152 p; CATROGA, Fernando. **A Geografia dos Afectos Pátrios**. Coimbra: Almedina, 2013. 406 p.

6 MARTINS, Silveira. **El Día**, Montevideo. Declaraciones de Silveira Martins. Separacion de Rio Grande. La restauración del Império. 02 de jan. 1892, p. 1. Hemeroteca do Palácio Legislativo do Uruguai, Montevideu, Uruguai.

e inconstitucional de Floriano Peixoto), o enfraquecimento das instituições representativas, a concentração de poderes nas mãos dos Executivos Estaduais (em especial no Rio Grande do Sul com o governo de Júlio de Castilhos que introduziu ainda, o positivismo em seu governo) e as interferências do Governo Federal eram atentados contra a pátria e correspondiam ao domínio traidor que veio pela República⁷.

E, para esse intuito, o Rio Grande do Sul assumiria a missão de iniciar as agitações sociais a fim de expandi-las aos demais estados da Federação, por sua tradição farroupilha, federalista e separatista, e pelo pertencimento histórico a uma região fronteira platina, podendo-se nesse separatismo, unir-se a República do Uruguai e da Argentina.

Esse federalismo de Gaspar Silveira Martins expresso na possibilidade de separação do estado do Rio Grande do Sul atraiu as simpatias do periódico uruguaio *El Día*, que embasava esse discurso no direito dos povos livres, no rompimento dos laços federais, bem como na soberania e independência do Estado a fim de formar, em conjunto com o Uruguai, um polo de poder entre Brasil e Argentina⁸. Ideia essa que remete ao antigo projeto federalista de Artigas e Fructuoso Rivera e fica perceptível que, os antigos projetos de poder e federalistas permaneceram em circulação e na formação dos sujeitos políticos oriundos da região fronteira platina.

Além da concepção de República, o federalismo também foi alvo de divergências entre o Governo Federal da República, expresso na Constituição Federal de 1891 e Gaspar Silveira Martins e os federalistas. Há diferenças entre as concepções de federalismo entre os grupos, na qual procuramos analisar como a República implantou o federalismo e a concepção que Gaspar Silveira Martins teve na Revolução Federalista.

O federalismo na República apresentou-se com uma divisão dos poderes entre o poder federal e os estados, aplicando a esses últimos, atribuições como as de elaborar Constituições estaduais sem um controle pelo Congresso Nacional, a gestão das rendas estaduais, a organização de polícia, de empréstimos externos e eleições. Soma-se a extinção da representatividade de partidos como o Liberal e Conservador (emergência do Partido Republicano), diminuição das faculdades dos órgãos colegiados e representativos capazes de estabelecer o equilíbrio e alternância de poderes, bem como de exercer um controle maior sobre as ações do Governo e seus Ministros.

7 UNA CONFERENCIA con Silveira Martins – La separación del Rio Grande. **El Eco Nacionalista**, Melo, Uruguai, 20 mar. 1893, p. 2 e 3. Biblioteca Nacional do Uruguai, Montevideu, Uruguai.

8 EL ESTADO DE RIO GRANDE. **El Día**, Montevideu, 5 jul. 1892, p. 1. Hemeroteca do Palácio Legislativo do Uruguai, Montevideu, Uruguai.

Ao mesmo tempo, esse poder Executivo estadual forte, conforme a realidade constitucional de viés positivista do Rio Grande do Sul, permitiu interferir nas relações exteriores com o Uruguai, dando vistas à extrema autonomia com que foi construído o poder republicano no Rio Grande do Sul. Essa organização implantada pela República, segundo Silveira Martins e os rumos da Revolução Federalista, levaria à desintegração e à fragmentação da pátria.

Diante do federalismo da República, refletimos acerca da construção do embasamento federalista de Gaspar Silveira Martins. Sua origem familiar fronteiriça e farroupilha, a formação liberal e o intercâmbio das ideias circulantes no mundo europeu e norte-americano condizia com sua atuação política no Império a favor de mudanças administrativas que favorecessem a descentralização e maiores autonomias locais, bem como legislações específicas para regiões como a fronteira do Rio Grande do Sul. Ou seja, o Governo Monárquico, seus sistemas representativos e de alternância do poder representavam o elo de ligação entre as “partes/províncias” e os responsáveis por garantir as liberdades e autonomias de províncias e municípios.

Nesse entendimento, o Parlamentarismo era o órgão colegial de um sistema de governo que melhor combinava as virtudes cívicas e baseava-se no princípio de representação e soberania popular, sendo capaz de manter a unidade do corpo político. Com a República, por meio da Constituição Federal (1891) e a do Estado do Rio Grande do Sul (1891), houve um enfraquecimento do Parlamentarismo enquanto sistema representativo, pela emergência de um único partido, o Partido Republicano e a fragmentação da unidade do Estado, por meio da maior distribuição de poder aos estados e, no caso do Rio Grande do Sul, maior concentração de poder no Executivo estadual no governo de Júlio de Castilhos.

A capacidade da República se fragmentar formando várias “repúblicas” pelo excesso de poder distribuído em suas “partes/estados” foi denunciada por Silveira Martins. Por isso seu posicionamento foi de levar a Revolução Federalista ao status de independência do Rio Grande do Sul, frente ao Estado Nacional brasileiro, que não apresentava legitimidade democrática e parlamentar. Assim que o separatismo foi considerado na Revolução e a possibilidade desse corpo político tornar-se independente e soberano alinhar-se às entidades vizinhas do Uruguai e Argentina.

Esse separatismo ficou evidente na forma como o Governo de Desterro foi reconhecido pela República e o *status* que os federalistas reivindicavam para esse Governo. De acordo com a proclamação de que Desterro (Santa Catarina) estava sob as mãos dos federalistas em setembro de 1893, os mesmos organizaram o Governo Provisório (Junta Representativa dos estados de RS, SC e PR) que

buscava adquirir o status de beligerantes, enquanto que, o Governo Federal os considerava insurgentes. Dessa maneira, ser beligerante implicava em um reconhecimento e legitimidade da Revolução e da ideia de separação enquanto proposta de constituir uma nova organização de poder com reconhecimento internacional, podendo ou não, celebrar tratados e acordos internacionais⁹.

Sob o viés do direito internacional, ser beligerante e insurgente implicava ainda, a forma como o corpo político se relaciona e é reconhecido em termos internacionais. Isso foi demonstrado a partir da documentação emitida por esse Governo Provisório de Desterro que designava algumas pessoas como representantes especiais desse governo (da Junta) em outros países, com vistas ao seu reconhecimento e celebração de acordos. Entre eles, junto ao governo argentino, era nomeado Silveira Martins. Tal nomeação coincidiu com o fato de Silveira Martins estar em Buenos Aires logo depois da proclamação do Governo Provisório dos insurgentes da Marinha e dos federalistas em Desterro, em setembro de 1893.

Aliás, a ideia de transformar o Governo Provisório de Desterro em Junta Representativa dos três estados sulinos foi projetada por Silveira Martins, o qual entendia que ela era um produto da Revolução e que, por isso, devia ter a representação do seu estado. Em vista de não ter a representação do Rio Grande do Sul, não compactuou com sua nomeação de representante desse Governo Provisório na Argentina¹⁰. Silveira Martins não chegou a assumir tal cargo, em virtude de intrigas e fissuras internas dos grupos políticos federalistas.

Já aos olhos do Governo Federal, os federalistas agiram de forma subversiva, contrários à ordem estabelecida e como insurgentes. Porém, não os via enquanto perigo de fragmentação do Estado Nacional, embora os esforços de Floriano Peixoto demonstraram o contrário. À medida que a Revolução foi enfraquecendo e o Governo Republicano Federal e Estadual adquirindo vitórias e recuperando territórios ocupados, o posicionamento de Silveira Martins e seus seguidores foi a de voltar-se a pensar e propor reformas constitucionais a fim de evitar os perigos da fragmentação, restabelecer a unidade e garantias constitucionais através de um estado forte, federal e parlamentar, algo que a República não apresentava e com a qual a Revolução não conseguiu romper. Esse projeto federalista aparece no Congresso do Partido Federalista de 1896,

9 Essas reflexões baseiam-se nos pressupostos do Direito Internacional Público, na obra de: ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO, Geraldo Eulálio do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 20 Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

10 LORENA, Frederico. Carta ao Almirante Custódio de Mello. Desterro, 26 nov. 1893. Documento presente no Fundo Demétrio Ribeiro sob custódia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

logo após o Acordo de Paz, e no Testamento Político de Gaspar Silveira Martins em 1901, como legado deixado por ele aos federalistas que ainda lutavam por essas garantias posteriormente.

Nesse sentido, o federalismo de Gaspar Silveira Martins na Revolução Federalista consistiu em pensar, inicialmente, uma retomada da constitucionalidade brasileira, em instigar outros estados a fazerem o mesmo e, com o apoio da Marinha, em derrubar Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto do poder. Para isso, seus esforços aliados a Custódio de Mello e Saldanha da Gama (Marinha) buscaram dar peso nacional à causa para esses propósitos. Ao mesmo tempo, esse federalismo pôde apresentar-se como um sinônimo de separatismo (independência), de rompimento com o Estado Nacional brasileiro, questão em voga, mesmo antes de 1893 e presente até a pacificação, por observarem que o Rio Grande do Sul gozava de uma autonomia sem integração, prejudicada pelo Governo Federal e pelo excesso de poder Executivo nas mãos de Júlio de Castilhos. Para isso, o Uruguai e a Argentina, integrantes da região fronteira platina, apresentaram-se como terrenos férteis para esse objetivo, nas mobilizações constantes de Silveira Martins e de outros federalistas (ROSSATO, 2020).

Diante da subida do governo civil de Prudente de Moraes à Presidência da República em 15 de novembro de 1894 e da manutenção de sua atuação contra os federalistas, o separatismo permanecia. Nesse sentido, a internacionalização da Revolução foi construída a partir da atuação de Silveira Martins e de Saldanha da Gama, que mobilizaram recursos e amigos no âmbito europeu (ROSSATO, 2020).

Dado o posicionamento que o Partido assumiu no pós-Revolução e no “Testamento Político” de Silveira Martins, o tom anunciado foi de defesa do Estado Federal com quantidades de poderes suficientes para que fosse mantida a unidade política e econômica, de maneira a ter unicidade nas decisões, com base nas práticas parlamentares e não presidencialistas, como estava acontecendo naquele contexto. Para esse intuito, contudo, a Constituição Federal de 1891 precisava ser reformada. O posicionamento de Silveira Martins, condizente com sua formação liberal, propôs a reforma constitucional, considerando as liberdades estaduais pela manutenção das Constituições, que passaram a ser uniformes com a Constituição Federal. Nesse viés, uma República Parlamentar, forte o suficiente, com poder sobreposto aos Estados membros, era garantia de integração e autonomia desses Estados com base no princípio de representação.

Considerações Finais

Através da trajetória de Gaspar Silveira Martins e da Revolução Federalista compreende-se que o federalismo extremado implantado pela República brasileira e intensificado sob o governo estadual de Júlio de Castilhos foi combatido a partir de uma proposta federalista preocupada em manter as liberdades, autonomia, direitos e garantias locais/estaduais a partir da unidade do território sob o ponto de vista da constitucionalidade, do respeito às prerrogativas do poder federal em não interferir nos assuntos do poder do Estado. Situação que, caso não realizada, abria precedente para a independência enquanto separação do Estado Federado, como entidade política soberana capaz de unir-se ao Uruguai e também à Argentina.

Referências

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO, Geraldo Eulálio do Nascimento; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de Direito Internacional Público**. 20 Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares)**: família, comunicação e fronteira. 2017. 177f. Dissertação (Mestrado História) - UFSM, Santa Maria, RS, 2017.

_____. **Fronteira e territorialização**: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família Silva Tavares na região platina. 2021. 585f. Tese (Doutorado em História) – UFSM, Santa Maria, RS, 2021.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11 Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, vol. 1 e 2. 1358 p.

CARVALHO, José Murilo de. Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento. In: CARMAGNANI, Marcello (Coord.). **Federalismos latino-americanos**: México, Brasil, Argentina. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p.51-80.

_____. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45, p.141-157, jan/jun 2011.

CATROGA, Fernando. Centralismo e federalismo em Portugal (séculos XIX-XX). In: CORTINA, Manuel Suárez (Org.). **Federalismos**: Europa del Sur y América Latina en perspectiva histórica. Granada: Comares Historia, 2016.

_____. Republicanismos. **Biblos**, Coimbra, nº 2, Vol. VIII, 2010, p. 11-71.

_____. **Ensaio Respublicano**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011. 152 p.

___ **A Geografia dos Afectos Pátrios**. Coimbra: Almedina, 2013. 406 p.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Raíces históricas del federalismo latino-americano**. Buenos Aires: Sudamericana, 2016. 314 p.

___ Províncias ou estados? As origens do federalismo platino. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 12, n.1, p. 73-114, 2017.

PADOIN, Maria Medianeira. O federalismo na propaganda republicana no Rio Grande do Sul: uma retrospectiva histórica. In: AXT, Gunter. et. al. **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 97-106.

PADOIN, Maria Medianeira. O federalismo no espaço fronteiro platino. A Revolução Farroupilha (1835-1845). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 1999.

ROSSATO, Monica. **Relações de poder na região fronteira platina**: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado em História) - UFSM, Santa Maria, RS, 2014.

ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895)**: que federalismo era esse?. 2020. 376f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2020.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e Federalismo**: um estudo da implantação da República Brasileira (1889-1902). Brasília: Senado Federal, 1978. 203 p.

Atuação fronteiriça do federalista Rafael Cabeda

Angelita Rubin¹

Maria Medianeira Padoin²

Introdução

Concluindo sua dissertação de mestrado, Luciana Rossato (1999) aponta para “momentos historiográficos” da Revolução Federalista (1891-1896); passando pelas obras de memorialistas, até a década de 1960 com a criação de programas de pós-graduação e maior produção referente ao período, e, por fim, a década de 1990 permitiu uma recuperação da temática devido ao centenário e aos novos enfoques teóricos e metodológicos. Pensando nesse “momento” da historiografia referente a Federalista, empreendemos um esforço de levantamento junto a teses e dissertações, de estudos de trajetória de personagens do conflito. Esse esforço, cujo objetivo era a aproximação com conceitos e aparatos teórico-metodológicos empregados em estudos de trajetória; permitiu e apontou para a ausência de um estudo aprofundado da figura de Rafael Cabeda, relevante liderança federalista. As atividades desenvolvidas enquanto bolsista PROBIC/FAPERGS/UFSM no ano de 2022 e 2023 deram base para a busca de fontes e referências que se somaram ao material encontrado sobre o Coronel Rafael Cabeda.

A única obra dedicada inteiramente a Rafael Cabeda é a biografia do historiador santanense Ivo Caggiani (1996), que de maneira cronológica apresenta aspectos da família, construção de prestígio e trajetória de vida e política de Rafael. O espanhol Ângelo Caveda³ emigrou para o sul do Brasil em meados do século XIX, se instalando em Santana do Livramento onde casou com Maria Rafaella Pires e teve quatro filhos: Carmen, Rafael, Francisco e Hipólito. Ângelo Caveda construiu prestígio e fortuna, juntamente a Maria Rafaella Pires que já pertencia a uma tradicional e importante família santanense.

1 Acadêmica do curso de História Bacharelado na Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista PROBIC/FAPERGS/UFSM 2022-2023. E-mail: angelitarubin137@gmail.com.

2 Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Professora dos Programas de Pós-Graduação em História (PPGH) e em Patrimônio Cultural (PPGPC); Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: Sociedade, Poder e Instituições; E-mail: mmpadoin@gmail.com.

3 Ivo Caggiani (1996) explica que a grafia do sobrenome sofreu mudanças com a mudança da família para o Brasil, passando de Caveda para Cabeda.

Rafael Cabeda nasceu em 1857, permaneceu por pouco tempo em Santana do Livramento, pois foi mandado para Rio Grande com nove anos fazer os estudos preparatórios no Colégio União. Já aos doze anos foi para a Alemanha, onde deu prosseguimento aos estudos na Escola de Comércio em Hamburgo, adquiriu o grau de perito mercantil e correspondente comercial em cinco idiomas. Da Alemanha, partiu para a Inglaterra e trabalhou por alguns anos em Liverpool na firma Proudfort Hall & C^a. Em 1876 retornou ao Brasil e, seguindo os passos do pai, se filiou ao Partido Liberal; além de se juntar ao cunhado David Silva sob o comando da casa comercial que pertencia ao pai. A casa comercial passou a operar sob o nome de “Silva e Cabeda filho” e apesar de ter falido pouco tempo depois, aparece como um tópico a se pensar sobre a trajetória de Cabeda, sua profissão de comerciante e possíveis práticas de contrabando. A inserção de Cabeda na política se dá no seu retorno ao Brasil em 1876, com sua filiação ao Partido Liberal, posteriormente sendo eleito para a Câmara de Vereadores de Santana do Livramento, para o mandato de 1882-1886.

Pensando o contexto nacional de transição da monarquia para a República em 1889, o exílio de Gaspar Silveira Martins na Europa e tensões crescentes a nível regional com Júlio de Castilhos atuando no governo; as implicações dessa configuração política levam a criação do Partido Federalista em 1892, e agitação entre federalistas e republicanos. A Revolução Federalista, que conforme delimitada por Andrade (2021), teria iniciado ainda em 1891 com a chamada Revolução de Novembro, marca a disputa de dois projetos políticos. Apoiado pelo presidente Floriano Peixoto, Júlio de Castilhos ascende ao governo estadual em 1893 e se sucede a retirada de lideranças, dissidentes do Partido Republicano e simpatizantes dos federalistas para o Uruguai. O quartel instalado em Rivera fica sob o comando de Cabeda, dando início assim às organizações militares e logísticas das tropas federalistas.

Além disso, cabe destacar que o contexto platino também tem importância fundamental para compreender as articulações dos federalistas além da fronteira, no Uruguai e Argentina principalmente. Segundo Marcus Vinicius Costa (2006) os projetos políticos semelhantes de grupos na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul permitiram uma rede de relações e solidariedade construída pelos radicais, blancos e liberais-federalistas. Essa rede de relações foi essencial para a organização das tropas federalistas no espaço fronteiriço platino ⁴, inclusive de Cabeda. Costa (2006) ainda emprega o conceito de rede de “caudilhos-coronéis”, conectada através de laços familiares, econômicos,

4 Entendemos como espaço fronteiriço platino, conforme Padoin(2000), um sentido amplo que inclui a ação humana sobre a região de fronteira, relações, intercâmbios e redes sociais construídas e mobilizadas.

políticos ou econômicos, dentre as famílias dessa rede, destaca a família Cabeda. Além de Rafael, seus irmãos Francisco e Hipólito também aparecem articulados, trocando correspondências com Joca Tavares e participando ativamente no conflito (ANDRADE, 2017).

Tendo em vista um breve resumo da trajetória de Cabeda, associado ao contexto nacional e platino, as conturbações políticas a nível regional e o conflito da Federalista; instigamos uma reflexão sobre o uso de conceitos pensando nas renovações da história política. Indicamos as teses e dissertações que permitiram essa reflexão, bem como as conexões com a pesquisa sobre a trajetória e atuação de Cabeda. Em seguida, observamos como se deu a trajetória de Cabeda após o conflito da Federalista, seu papel dentro do Partido Federalista, relevância e atuação como deputado federal.

História política, conceitos e estudos de trajetória

Quando Luciana Rossato (1999) menciona que com o centenário da Revolução Federalista na década de 1990 houve um *boom* nas produções historiográficas referentes ao período, a autora lembra a influência das renovações no campo da história política sobre esse momento. Refletindo sobre esse apontamento, é possível (e necessário) pensar sobre de que maneira essa influência atingiu os estudos de trajetória de personagens políticos da Revolução Federalista, como é o caso de Cabeda. O objetivo aqui é trazer algumas reflexões gerais sobre conceitos, métodos e objetos de pesquisa oxigenados a partir desses movimentos de mudanças, principalmente no que se refere à pesquisa sobre Cabeda e sua atuação fronteiriça.

Vavy Pacheco Borges (1996) indica que na década de 1990 a noção de político alargou suas fronteiras, com muita influência de outras áreas, como ciência política, linguística, antropologia, entre outras. A partir disso, o campo da história política, muito criticado e contestado ao longo de todo o século XX, passa por um processo de “ressureição” nas palavras de René Remond (2003). Esse processo leva em consideração a incorporação de conceitos e abordagens de outras áreas; além de novos objetos de estudo. Aqui, os estudos de trajetória se apresentam como uma dessas possibilidades, de superação de métodos em relação a objetos da história política tradicional, ou seja, os estudos de “grandes homens” políticos ou não. Volta-se a atenção para práticas e comportamentos coletivos ou como os indivíduos internalizam normas sociais, em detrimento de narrativas fatuais e cronológicas exclusivamente voltadas para a elite e o Estado em si, que perduraram por muito tempo.

Pensando na trajetória de um Coronel da Federalista, é possível incorporar o novo conceito de poder que predominou com essa renovação da

história política como “aquilo que exercemos na nossa vida cotidiana, uns sobre os outros, como membros de uma família, de uma vizinhança ou de uma comunidade.” (BARROS, 2015, p. 7). Cabeda herdou propriedades e títulos do pai, que por sua vez, construiu e manteve certo prestígio dentro da comunidade santanense. Suas articulações durante o conflito revelam certa capacidade de organizar e mobilizar pessoas de acordo com os interesses, além de mediar diálogos entre os federalistas.

De encontro a isso, o próprio conceito de política se modificou, incorporando outras esferas da vida; envolvendo diferentes interações entre os seres históricos, conforme indicam Sonia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes (2012). “Todavia, nenhum desses traços pode ser isolado e analisado de forma estanque em si mesmo, como se nada devesse ao conjunto social no qual se afirma, adquire e produz sentido.” (MENDONÇA; FONTES, 2012, p. 61). Assim, incorporamos essas reflexões sobre mudanças do campo e renovação de conceitos (principalmente de poder e política) com essa “nova” história política, além de cuidados metodológicos quando se trata de estudos de trajetórias de homens políticos como Cabeda.

Atuação fronteiriça durante o conflito

Conforme as reflexões sobre as renovações do campo da história política e conceitos fundamentais para esta; recuperamos as considerações de Mendonça e Fontes (2012) quando alertam para a importância de conectar aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos. Pensando a trajetória de Rafael Cabeda, podemos refletir sobre o enriquecimento que tal alerta propicia: visualizar de maneira ampla sua posição na sociedade, enquanto elite, comerciante e político. É possível indicar alguns aspectos de sua atuação em um espaço fronteiriço platino durante o conflito a partir das relações estabelecidas por ele.

Em primeiro lugar, sua profissão de comerciante pode ser apontada como um fator que contribuiu para a construção de vínculos nesse espaço. Mesmo que tenha funcionado brevemente, a casa comercial permitiu que Cabeda se envolvesse em atividades de contrabando, conforme verifica a publicação no periódico *A Nação: Órgão Conservador* (RJ) de 29 de outubro de 1889. Na publicação, o jornal reproduz a coluna do *Echo do Sul* (RS), onde critica-se a nomeação de Cabeda a um cargo público, já que o mesmo havia sido condenado juntamente com seu cunhado por contrabando.

Com a tomada do poder pelos castilhistas, o estabelecimento de um quartel general em Rivera permitiu maior capacidade de articulação e liberdade para as lideranças federalistas além da fronteira. O fato de o quartel general ter ficado sob o comando de Cabeda indica que seu capital político e relevância dentro do Partido

já não era insignificante. Ao longo do conflito, a troca de correspondências com outros líderes federalistas, como Gaspar Silveira Martins, Joca Tavares e Saldanha da Gama, aponta para sua grande capacidade de articulação.

Gustavo Figueira Andrade (2017), quantifica telegramas e cartas do General Joca Tavares trocadas no período, inclusive com Cabeda e seus irmãos, Francisco e Hipólito. Figueira Andrade (2017) destaca a atuação de Rafael Cabeda em operações de mobilização de suprimentos, além de articular rotas entre cidades uruguaias e brasileiras, como Montevideu, Rivera, Salto, Paisandu, Santana do Livramento, Barra do Quaraí e Uruguaiana. Um levantamento na Hemeroteca Digital Brasileira, permitiu mapear também através de um telegrama publicado, a passagem de Cabeda acompanhando Gaspar Silveira Martins em Montevideu ⁵.

Assim, fica claro o trânsito de Cabeda por território uruguaio, sobretudo e principalmente perto da fronteira; a medida em que articulava com lideranças, se encontrando com elas; e atuando na mobilização de suprimentos e rotas. Em sua tese, Figueira Andrade (2021) identifica ainda propriedades que teriam sido herdadas por Cabeda de sua mãe, em Paysandú, contribuindo para a hipótese de que Cabeda era muito familiarizado com o interior do Uruguai.

Na obra “Diários e Correspondências do Almirante Saldanha da Gama” é possível observar o teor das correspondências enviadas pelo Almirante à Cabeda, sua maioria mencionando armas e tropas enviadas ao Coronel. Em 24 de novembro de 1894, Saldanha da Gama destaca a necessidade de auxiliar os “companheiros que andam <lá> dentro do Rio Grande” (p. 86) Novamente, em 12 de dezembro, insiste para que se apresse a entrada para auxiliar os companheiros: “Não se ofenda com a minha insistência. Assim o faço porque estou em posição de ver o melhor a marcha das cousas e a oportunidade de agirmos.” (p.90) Além disso, o Almirante também chega a solicitar auxílio de Cabeda para apaziguar os ânimos das forças do Major Júlio de Barros, a fim de não conturbar as relações com as autoridades da fronteira (p.97).

Nota-se como Cabeda era uma peça fundamental nas articulações dentro do território uruguaio, agindo nas mais diversas atividades de articulação, se encontrando com lideranças, reunindo sob seu comando considerável contingente e planejando ataques. Na obra do memorialista Octavio Allencastre (1923), algumas correspondências do arquivo pessoal de Cabeda são incluídas, dentre as quais uma de Gaspar Silveira Martins, embora sem data. O conteúdo, porém, permite supor que corresponde aos anos do conflito, já que Silveira Martins trata do envio de armas, cavalos e roupas; chamando atenção de Cabeda pela cobrança em relação ao “prometido”.

5 O Pharol (MG) 30 de abril de 1893. Invasão do Rio Grande.

Teu telegrama não o entendo. Perguntas-me pelo promettido; só podem ser armas; essas pendem de despacho; fui obrigado a comprar 1.000, o que quer dizer que fui obrigado a **inventar** quinze mil pesos, visto que, como sabes, cada uma custa 15 pesos. Ora, tendo eu dispendido de 17.400 pesos em 1.500 ponchos, camisas, bombachas e botas, e doze mil pesos em cavalos, o que nunca pensei, acho-me já pessoalmente empenhado, o que muito me incomoda, por não querer dar prejuízo a ninguém. Mas também fallas em roupa; que roupa? Creio haver-te dito que os nossos recursos estavam exgotados (p. 87).

Observa-se o esforço mencionado por Silveira Martins em atender os pedidos de suprimentos de Cabeda, que por sua vez, chegou a solicitar mais roupas depois. Ao mesmo tempo, a proximidade entre os dois fica evidente ao fim da correspondência, quando Silveira Martins manda cumprimentos à mulher e filhos de Cabeda. Além da proximidade amistosa entre as duas lideranças, é possível identificar, com base na tese de Monica Rossato (2020) o alinhamento de pensamento político de Cabeda para com o projeto “gasparista”, de defesa da retomada da constitucionalidade brasileira, derrubada de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto do poder.

Pensando na posição de Cabeda, destaca-se a continuidade do prestígio da família no âmbito de Santana do Livramento: a mãe de Rafael Cabeda já estava inserida em uma importante família local; a relevância do pai enquanto comerciante e membro do Partido, inclusive sendo próximo da família de Gaspar Silveira Martins. Esses elementos permitem observar como se deu a construção da trajetória de Cabeda, desde cedo construindo laços importantes e atuando em uma profissão que permitia o mesmo, inclusive além da fronteira. De encontro às reflexões do tópico anterior, destacamos como de fato é impossível compreender a trajetória de um indivíduo sem associar com instâncias sociais e culturais da época.

Primeiras décadas do século XX e atuação como Deputado Federal

A tese de Eduardo Rouston Júnior (2016) se dedica aos discursos e a imprensa partidária para entender a atuação do Partido Federalista na defesa do parlamentarismo. Assim, indica que nas campanhas 1907, 1909, 1915, 1917 e 1922, Rafael Cabeda esteve à frente do Partido como uma importante figura, sendo eleito em 1915 e em 1921. Tendo Cabeda falecido em 1922, durante o seu exercício do mandato, Rouston Junior (2016) destaca que os federalistas de Santana do Livramento “cultores de sua memória, não se engajaram na campanha eleitoral de 1922.” (p. 56) Demonstra-se assim a força de Cabeda frente ao Partido Federalista, além da sua persistência na defesa do parlamentarismo.

Enquanto Deputado Federal, Cabeda levou ao cenário político nacional a defesa dos interesses da fronteira. Por diversas vezes reivindicou medidas referentes ao tratado de extradição entre Brasil e Uruguai:

O referido tratado havia sido denunciado pelo Brasil logo após o episódio da invasão de Rivera, em 1903, por forças estaduais, e do consequente empastelamento dos jornais federalistas “O Maragato” e “O Canabarro”, a fim de que os responsáveis não pudessem ser requisitados pela justiça uruguaia (CAGGIANI, 1996, p. 117).

Criminosos do Brasil então passaram para Rivera e devido a inexistência do tratado de extradição, as reclamações do Governo pelos criminosos eram inúteis, recorrendo-se a práticas fora da lei. Cabeda denuncia esse “contrabando de carne humana de uma paiz para outro.”⁶ Em sessão de 23 de outubro de 1915, o requerimento de Cabeda:

Requeiro, por intermedio da Mesa, que o Governo informe:

1º, si está em pleno vigor, ou si foi denunciado, o tratado de extradição entre o Brazil e a Republica do Uruguay;

2º, no caso de estar denunciado o tratado, de que tem o Governo lançado mão para a extradição de criminosos ali refugiados.

Sala de sessões, 23 de outubro de 1915. – Rafael Cabeda⁷.

Caggiani (1996) ainda cita a emenda apresentada por Cabeda ao orçamento, propondo a transferência de dez guardas da Alfândega de Uruguaiana à Alfândega de Santana do Livramento. A Comissão de Finanças, no entanto, concedeu a transferência de cinco. As defesas de Cabeda no parlamento evidenciam a preocupação com tópicos referentes a fronteira de que advém, exprimindo assim sua identificação enquanto um “homem fronteiro”.

Conclusões

Inicialmente, contextualizamos o cenário político nacional, regional e platino para entender os desdobramentos referentes à Revolução Federalista, bem como atentar para as articulações dos federalistas em território uruguaio. Assim, a fronteira se apresenta como um elemento chave para o andamento do conflito. Da mesma maneira, entender a trajetória de Rafael Cabeda, passa também por compreensões acerca desse espaço fronteiro platino.

Conforme explicita Luciana Rossato (1999), a historiografia em torno da Revolução Federalista passou por diversos momentos. Nas últimas décadas, a criação de programas de pós-graduação fomentou produções dedicadas a esse período, sobretudo sob influência da história política renovada. Novos objetos

6 CABEDA, Rafael. Annaes da Camara dos Deputados, sessão de 26 de outubro de 1915, vol. XV, p. 322. Acesso em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_03&pesq=%22cabeda%22%20&hf=memoria.bn.br&pagfis=62794.

7 CABEDA, Rafael. Annaes da Camara dos Deputados, sessão de 23 de outubro de 1915, vol. XV, p. 179. Acesso em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_03&pesq=%22cabeda%22%20&hf=memoria.bn.br&pagfis=62651.

e novos métodos tem enriquecido o conhecimento sobre o conflito, inclusive estudos de trajetória de personagens, sejam políticos ou não. Além desses, encontra-se trabalhos dedicados à imprensa e jornalismo partidário, discursos políticos, redes de relações; inseridos na onda de renovações da história política ao incluir novos objetos para compreensão da esfera política.

Ainda assim, os velhos objetos da história política tradicional, dentre os quais os “grandes homens” e o estudo de suas trajetórias, foram repensados e se apresentam como uma maneira legítima de se pensar e fazer história. Alguns dos trabalhos citados acima, como de Gustavo Figueira Andrade (2017; 2021) e Monica Rossato (2020), são exemplos dessa questão. Ademais, as incorporações de outras áreas e campos da história, além das renovações de métodos e expansão das fontes utilizadas, influíram sobre a descoberta de novos objetos. A possibilidade de estudo da trajetória de Rafael Cabeda só foi permitida devido ao levantamento e leitura das pesquisas de Figueira Andrade e Rossato, revelando caminhos para uma pesquisa sobre o Coronel.

De modo geral, unindo as referências, pesquisas acadêmicas e fontes encontradas até o momento, podemos observar como Rafael Cabeda foi uma importante peça nas articulações federalistas durante o conflito. Sua presença no Uruguai e transitando próximo a fronteira com o Brasil é percebida nas correspondências com lideranças federalistas. Foi confiado a diversas atividades, desde liderar tropas, articular rotas, mediar diálogos, encontro com outras lideranças. Além disso, sua capacidade de articulação é notável: sempre aparece muito próximo e alinhado de Gaspar Silveira Martins, Saldanha da Gama e Joca Tavares.

Seu destaque dentro do Partido perdurou após o fim do conflito com a pacificação em 1896, e a morte de Gaspar Silveira Martins em 1901. Como indica o trabalho de Eduardo Rouston Junior (2016), Cabeda foi um dos principais representantes do Partido nas eleições das primeiras décadas do século XX, reunindo partidários fiéis, principalmente em Santana do Livramento. Nos mandatos como Deputado Federal atuou em prol da região de origem, defendendo questões relevantes para a fronteira.

Referências

- ALLENCASTRE, O. **Raphael Cabeda - in memoriam**. Pelotas: Livraria Universal - Echenique & Cia., 1923.
- BARROS, J. D. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes do discurso e do imaginário. **Revista da Universidade Federal de Tocantins**, [S. l.], v. 1, p. 26, 2015.
- BORGES, V. P. História Política: Totalidade e Imaginário. **Estudos Históricos**, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 151–160, 1996.

CABEDA, Rafael. **Annaes da Camara dos Deputados**, sessão de 23 de outubro de 1915, vol. XV, p. 179. Acesso em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_03&pesq=%22cabeda%22%20&hf=memoria.bn.br&pagfis=62651.

CABEDA, Rafael. **Annaes da Camara dos Deputados**, sessão de 26 de outubro de 1915, vol. XV, p. 322. Acesso em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_03&pesq=%22cabeda%22%20&hf=memoria.bn.br&pagfis=62794.

CAGGIANI, I. **Rafael Cabeda: símbolo do federalismo**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

COSTA, M. V. **A Revolução Federalista (1893-1895) o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberal-federalistas**. 2006. 290 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

FIGUEIRA ANDRADE, G. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira**. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

FIGUEIRA ANDRADE, G. **Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações da família Silva Tavares na Região Platina**. 2021. 585 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

GAMA, Luiz Felipe de Saldanha Gama. **Diário e correspondências do Almirante Saldanha da Gama**. Gunter Axt, Helio Leoncio Martins, Milena Cardoso Costa (orgs). Editora Sulina, Porto Alegre, 2009.

MENDONÇA, S. R.; FONTES, V. História e teoria política. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). **Novos Domínios da História**. São Paulo: Elsevier, 2012. p. 55–71.

PADOIN, M. M. . **A Revolução Farroupilha e o Papel dos Sacerdotes**. Vidya (Santa Maria), Santa Maria, RS, v. 19, n.34, p. 207-216, 2000.

RÉMOND, R. Uma história presente. In: RÉMOND, R. (org.). **Por uma História Política**. 2º. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13–36.

ROSSATO, L. **Imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896)**. 1999. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

ROSSATO, M. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?** 2020. 362 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

ROUSTON JUNIOR, E. **O Partido Federalista na Primeira República Brasileira: imprensa e discursos parlamentares**. 2016. 231 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

Formação nacional argentina: um “projeto civilizatório”

Luiggi Franchesco Follador¹

Thiago Noschang Cabral²

Vinicius Martins de Carvalho³

Organizações sociais argentinas pré-Campanha do Deserto

O que hoje se entende como Argentina, é fruto de um longo processo histórico de etnogênese. Esse conceito oriundo da antropologia, é colocado por Bartolomé (2008) como a criação de um novo grupo étnico a partir de identidades singulares.

Apesar da semelhança com que se deu esse processo por toda América Latina, a análise do processo que culminou com a formação político-social da Argentina se revela basilar para o desenvolvimento do presente trabalho.

O processo de formação do Estado argentino foi marcado desde o seu princípio pela descentralização política. Em 1820, as províncias declararam autonomia, entre elas Buenos Aires, sob o comando de líderes populistas.

Sarasola, assinala da seguinte forma a tomada de terra indígena pelos europeus:

La tierra no es para el indio sólo una posibilidad de subsistencia o el hogar sino su apoyo existencial. La tierra posibilita el trabajo colectivo de la comunidad; el afianzamiento de los lazos de solidaridad; la continuidad y el crecimiento de los núcleos familiares; la elección de los sitios sagrados y festivos; la relación sagrada con la natureza circundante; la definición del mundo (1998, p.68.).

Identidade/território e as “fronteiras internas”

Assim como visto acima, a relação entre sociedade e território influi não apenas sobre o passado histórico de uma cultura, mas também incide influências sobre o futuro. Por outro lado, é possível traçar um paralelo com os colonizadores,

1 Estudante de graduação do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria, membro do Grupo de Estudos em Instituições e Processos Decisórios nas Relações Internacionais (GEIPRI).

2 Idem.

3 Idem.

tendo em vista a ressignificação que a população branca e *criolla* se insere, sendo sua cultura e percepção de mundo igualmente modificada pelos eventos.

Alinhado à Quijada (2000), a definição do território cumpre a função delimitadora de cultura, língua e outras características comuns à uma população com mesma trajetória histórica. Dessa forma, é construído um discurso de naturalização da posse que legitima o Estado-nação. Ainda, a mesma autora assinala as “fronteiras internas” da Argentina como espaços de

interacción entre dos culturas – la occidental de la sociedad mayoritaria y la representada por los grupos indígenas independientes del poder central – donde tenía lugar procesos de aculturación y mestizaje [...]” (QUIJADA, 2000, p.379).

Combate ao nativo e criação do Estado

Os povos indígenas⁴ que compreendem a região noroeste da atual Argentina fizeram parte antes da chegada dos colonizadores. Esse fato, dá indícios da complexidade das culturas – como é o caso dos mapuches ou araucanos – que segundo Di Tella (2017, p. 28): “tinham uma organização protoestatal e grande capacidade bélica, modo pelo qual resistiram durante séculos ao domínio europeu”. Ainda, somam-se à comunidade indígena local os diaguitas, omaguacas, tonocotés, comechingones, etc.

Em um primeiro momento, a relação entre os nativos e o colonizador fora marcada pelo conflito, dada a disputa por terras. Desde a colonização, o crescimento da produção argentina teve como principal fator produtivo a agricultura. Nesse momento, o indígena era considerado um entrave à expansão da produção agrícola (RAPOPORT, 2000).

Concomitantemente, são os primeiros movimentos de sociedade formação da organização estatal de imagem europeia. Nesse ínterim, se localizam os *criollos*, interessados em criar uma nova identidade para além da espanhola. Dessa forma, de um lado estavam os indígenas, ocupantes originários desde 10.000 anos antes da chegada europeia (SARASOLA, 1998) e do outro, os representantes da cultura europeia. Nas palavras de Pompeu (2018, p.14):

A interação entre esses dois grupos heterogêneos permeou os processos de construção do Estado Nacional argentino, a expansão para zonas austrais do continente e a destruição dos grupos étnicos existentes, seja pela assimilação à sociedade que se tornou hegemônica, seja pelo extermínio físico e destruição dos componentes sociais do cacicado.

4 “Designamos genericamente por sociedade indígena um conjunto de etnias distintas e comandadas por caciques que, com o passar do tempo, foram se reduzindo em quantidade de índios e número de cacicados distintos, uma vez que antigas rivalidades foram suprimidas para garantir a sobrevivência.” (POMPEU, 2018, p. 14).

Convivência pacífica e etnogênese

O que em um primeiro momento, foi marcado pela tentativa de eliminação dos povos nativos, considerados empecilhos à expansão agrícola e comercial argentina, transfigurou-se em um segundo momento em uma tentativa de convivência pacífica. A complexa organização social desses povos fez com que o branco começasse a “[...] estabelecer tratados para impedir que esses fossem firmados com nações rivais.” (POMPEU, 2018, p. 15). Não apenas, o envio de remessas de gado e outros benefícios econômicos foram utilizados para evitar os *mallones*.

Ainda, há de se observar que a relação com o branco de origem europeia gerou um processo de etnogênese, onde

A adaptação indígena ao cavalo transformou-os em sociedades equestres, modificando a forma com que se relacionavam com o território e permitindo o domínio de áreas mais amplas. O gado foi introduzido como mais uma fonte de alimento, além de tornar-se um produto comercializável. O crescimento da população aumentou a demanda pelo gado selvagem do Pampa, que diminuiu consideravelmente no século XVIII e acarretou uma competição entre indígenas e *criollos*. (POMPEU, 2018, p.15).

Esse contexto não apenas serviu de base para ressignificada a relação com o indígena, mas também como do próprio espaço geográfico. Como indica a autora,

Entre a hostilidade e o intercâmbio, a relação com o espaço foi ressignificada e ambas as sociedades se adaptavam umas às outras ao desenvolver outras formas de relacionamento. (POMPEU, 2018, p.16)

Contudo, logo as forças profundas do interesse de elites econômicas, conjuntamente com um protonacionalismo, mais uma vez reordenaram a percepção do indígena. A região da Patagônia, ocupada por mais de 20.000 pessoas do povo mapuche (RAPOPORT, 2000) foi, através de discursos oficiais, descrita como um “deserto” com poucos habitantes, que precisava ser conquistado.

Campanha do Deserto: expansão e ressignificação da relação com os povos autóctones dos Pampas e da Patagônia

Um primeiro ensaio: a ascensão de Juan Manuel de Rosas

Após a expulsão dos espanhóis, sendo caracterizadamente a Independência Argentina, formou-se o território das Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1816, que nos anos seguintes passaria por uma série de conflitos entre unitaristas/centralistas (mais favoráveis ao modo de governo conforme o estabelecido nas colônias, mais centralizado) e os federalistas (que clamavam pela instauração da

República Federativa). A partir da vitória dos federalistas em 1831, é estabelecida a Confederação Argentina, tendo ascendido Juan Manuel de Rosas ao poder, que adquiriu apoio suficiente das elites argentinas nos anos anteriores (ROCK, 1986, p. 105). Conforme destacado por Chiaramonte (1997, p. 183):

Si el fracaso de la constitución de 1819 había mostrado la dificultad de concebir un solo pueblo rioplatense y de organizar un régimen representativo de esas dimensiones, podría preguntarse ¿por qué no pud? Haberse organizado una forma de representación moderna dentro de los límites “de cada provincia”?

Diferentemente de episódios observados em outros Estados colonizados por povos europeus, os nativos argentinos apresentaram características únicas perante a chegada e estabelecimento dos colonizadores no território sul-americano, assim como sua relação com os mesmos. Com o passar dos séculos, as populações indígenas destes territórios foram assimilando-se aos colonizadores de forma socialmente integrada, existindo inclusive a alfabetização de diversos destes indígenas e a realização de trocas comerciais (PASSETTI, 2012). Caciques de inúmeras tribos possuíam contato direto com comandantes militares *criollos*, e a dinâmica comercial de trocas entre *criollos* e indígenas passou a estabelecer uma relação de disputa econômica e política entre estes (ROCK, 1986).

Desta forma, a partir de um contexto de formação do Estado argentino, foram se criando tensões entre as elites, que viam Buenos Aires

[...] como centro político, com a função de comandar a Argentina à modernidade. Esta tarefa exigia a expansão da exploração da agropecuária, então a maior potencialidade econômica local, e os pampas passaram a ser definidos como o território propício para a concretização do projeto fundado em certas exigências, como vastos terrenos, restrita mão de obra e segurança garantida para a produção. (PASSETTI, 2012, p. 287)

Tal fato evidencia um impasse, pois os territórios ao sul de Buenos Aires encontravam-se sob domínio dos povos indígenas autóctones. Assim, Rosas organizou em 1833, como governador da província de Buenos Aires e líder da Confederação Argentina, a primeira expedição militar a fim de ocupar territórios ao sul da província, principalmente em resposta aos inúmeros ataques *mallones* sofridos nos anos anteriores (QUIJADA, 2011, p. 197). Por falta de capacidade militar, Rosas conquista uma parte destes territórios, mas não avança sob a Patagônia, estabelecendo nos limites conquistados fortes militares que garantiriam uma linha defensiva ao avanço indígena, assim como pontos de garantia de avanço do Estado argentino sob o território ao sul (POMPEU, 2018, p. 82).

Neste primeiro momento, contabiliza-se a morte de cerca de três mil indígenas (PASSETTI, 2012, p. 281), o que representou um ensaio do movimento que seria encabeçado por Julio Roca, quase cinco décadas posteriores, conforme

destacado por Levaggi (2000) e Jong (2007):

Ya desde la primera mitad del siglo XIX, y como base del “Negocio Pacífico de indios”, tuvieron un lugar central en la política del gobernador Juan Manuel de Rosas hacia los indígenas, adquiriendo una mayor sistematicidad a partir de la década de 1860. (Apud. QUIJADA, 2011, p. 89)

Com o passar dos anos do governo de Rosas, este lidou com bloqueios navais de franceses e ingleses, com questões relativas a Estados vizinhos rivais, como o Peru e a Bolívia, o que aumentando sua popularidade perante a população, e negociando com os diferentes espectros da sociedade até sua deposição, em 1852 (POMPEU, 2018, p. 86).

As disputas políticas de meados do século XIX

A deposição de Rosas em 1852 ocorreria a partir da aliança entre Brasil, Uruguai e Justo José de Urquiza, da província de Entre Ríos (que faz divisa com o oeste uruguaio), travando a que ficou conhecida como Batalha de Caseros, contra Buenos Aires, assumindo então Urquiza como o presidente argentino (ROCK, 1986, p. 113).

Buenos Aires, claramente insatisfeita com a conjectura constituída, declara independência da federação, que resultaria em mais uma guerra civil no país, remontando às antigas disputas entre unitaristas/centralistas (Buenos Aires), liderados neste novo momento por Bartolomeu Mitre - então escritor, político e militar argentino que até então exilava-se do governo de Rosas - contra os federalistas (demais províncias), representados por Urquiza, que tinha interesses mais atrelados também aos dos povos indígenas (POMPEU, 2018, p. 87).

Após a insurreição de Buenos Aires, empreendida por Mitre ao longo de quase 10 anos, contra o sistema confederado de Urquiza, a República da Argentina se consolidou em 1861 a partir da vitória de Buenos Aires e consequente reunificação de seus territórios (ROCK, 1986, p. 123).

A Campanha do Deserto: ideologias e políticas públicas figuradas por Julio Argentino Roca na liderança argentina

Após os conflitos seguidos por unitaristas e federalistas nas décadas anteriores, em 1861 instaura-se a mais propriamente dita República Argentina, a partir da federalização de Buenos Aires, tornando-se o principal centro não somente econômico, mas também administrativo da nação (ROCK, 1986, p. 132). No entanto, neste primeiro momento de República, os territórios ao sul de Buenos Aires, dos quais se incluíam os Pampas e a Patagônia, não contemplavam

a extensão do atual Estado argentino, estando sob domínio das populações indígenas autóctones, como os Mapuche, os Tehuelches, os Ranqueles e os Pehuenches - caracterizando soberanias internas ao próprio território argentino, em acordo com Pompeu (2014, p.4):

Durante o século XIX, essa zona de contato recebeu a denominação de “fronteira interna”, em contraste com as fronteiras internacionais do país independente. No entanto, não representava apenas uma barreira física com os índios, mas simbolizava um contraste entre a “civilização” e a “barbárie”, como presente em muitos dos discursos do período.

Em 1875, Adolfo Alsina, então Ministro da Defesa e amparado pelo presidente Nicolás Avellaneda, eleito no ano anterior, propôs um plano de ocupação pacífica dos territórios ao sul, em acordo com os interesses das elites políticas locais, que entendiam a tomada desses territórios como situação favorável para o crescimento de suas atividades econômicas. Assim, Alsina assina um Tratado de Paz com um dos principais caciques da região dos Pampas, Juan José Catriel; mas que, em desacordo ao tratado, realiza na sequência ataques a domínios próximos da província de Buenos Aires, realizando saques e destruindo empreendimentos. (PASSETTI, 2012). Tais ataques ocorrem em parceria com o cacique mapuche Manuel Namuncurá, que se converteria em uma das principais figuras da resistência indígena, como demonstra Ana Carolina Gutierrez Pompeu (2018, p. 91):

As diversas estratégias adotadas demonstram a percepção indígena do perigo que as novas políticas criollas representavam para a manutenção de sua existência soberana nesses espaços e, por isso, se engajavam em estratégias de resistência e defesa.³¹¹ Manuel Namuncurá, filho de Juan Calfulcurá, falecido em 1873 e que se tornou o principal cacique de Salinas Grande, demonstrou em cartas trocadas com o governo sua consciência de territorialidade, ao utilizar o termo “estado” para sintetizar essa posição [...].

Alsina assim, passa a construir linhas defensivas a fim de evitar os *malones*. No entanto, sua morte em 1877 faz com que ascenda Julio Argentino Roca na posição de Ministro da Defesa. Roca, que possuía experiência militar da Guerra do Paraguai, assume uma posição diferente quanto à solução contra os ataques *malones* e à resistência indígena sobre o domínio do Estado argentino sob os territórios ao sul, acreditando que deveria

(...) ir directamente a buscar al indio, en su guardia, para someterlo, o expulsarlo, oponiéndole en seguida, no una zanja abierta en la tierra por la mano del hombre, sino la grande e insuperable barrera del río Negro, profundo y navegable en toda su extensión, desde el océano hasta los Andes.⁵

5 Mensagem de Julio A. Roca ao Congresso Nacional, 14 de Agosto de 1878. Apud. In: 224

Os ideais de Roca acerca da necessidade de remoção da população indígena na região eram muito mais severos do que os observados nos estadistas anteriores. Roca colocava ideais claros de extermínio destas populações, buscando “subjulgar, expulsar ou assimilar” estes povos (PASSETTI, 2012).

Desta forma, em 1878 se iniciam as incursões militares de Julio Roca, a partir da liberação do Parlamento argentino para o investimento e compra de armamentos militares mais sofisticados, marchando assim em direção ao Sul com cerca de seis mil soldados e mil indígenas aliados, para os quais foram prometidos inúmeras vantagens, como terras e proteção (POMPEU, 2018, p. 123).

A partir da Campanha do Deserto, Julio Roca aumenta sua popularidade, e é eleito presidente argentino em 1880. Assim, o comando da “Conquista do Deserto” é substituído por Conrado Villegas, militar argentino com experiências da Guerra do Paraguai, a partir da Província de Neuquén (POMPEU, 2018, p. 183).

O ano de 1884 ficou marcado pelo fim da campanha e estabelecimento e ocupação dos atuais limites territoriais argentinos, de forma que, seus resultados,

Quando focados os dados referentes a esta região, chegamos a um número de indígenas por volta de 30.000 com 11.609 mortos [...] Já os dados apresentados pelos militares apresentam 9.005 indígenas mortos apenas nas Campanhas do Deserto de 1878 - 1879. Somando-se a aproximadamente 3.000 indígenas mortos durante as expedições de Juan Manuel de Rosas em 1833, alcançam-se a marca de 12.000 [...]. (PASSETTI, 2012, p. 280-281)

Prólogo

Após a insurreição de Buenos Aires, empreendida por Bartolomé Mitre, contra o sistema confederado de Urquiza, a República da Argentina consolidou-se. A força homogeneizadora dos unitários era um traço incontornável de seus horizontes de expectativas, pois compreendiam que a identidade nacional deveria se fundamentar na premissa de que a Argentina deveria ser um país monolítico do ponto de vista étnico, cultural e linguístico. A execução desse anseio se materializou na demarcação das fronteiras da região do Pampa e Patagônia visando tirar da abstração a identidade nacional – a qual sempre necessitará de um espaço espacial dotado de sentido nacional – e pô-la em prática; porém, havia um obstáculo para esse projeto: os mapuches, povos do sul considerados bárbaros. Dessa forma, o projeto civilizador e de modernidade portou em si a ânsia de exterminar aquele povo.

POMPEU; Ana Carolina Gutierrez. **A Campanha do Deserto de Julio A. Roca: entre a busca da civilização e a política eleitoral.** Encontro Internacional da ANPHLAC, Rio de Janeiro, p. 8, 2014.

Conceitos basilares: tempo histórico; e nacionalismo

O espaço de experiência e o horizonte de expectativas, mencionados anteriormente, são categorias históricas indissociáveis que buscam compreender as múltiplas representações históricas: enquanto a primeira relaciona-se ao espaço, a segunda dialoga com o tempo (KOSELLECK, 1979). Em outros termos, o espaço de experiência é aglutinação de forças profundas⁶ que criam a realidade na qual os homens, em um determinado período de tempo específico, estão inseridos; ao passo que, o horizonte de expectativas é a amálgama do futuro desejado, ou incontornável; que se soma com o espaço de experiência. Assim sendo, o tempo histórico pode ser representado pela cara de Janus: pelas circunstâncias que moldam a realidade e definem os seus contornos; e pelos futuros projetados no presente. Nesse sentido, os Unitários, os confederados e os povos da mapuches detinham espaços de experiências semelhantes, porém, horizontes de expectativas irreconciliáveis. Dessa forma, à medida que os Unitários ambicionavam um projeto civilizatório de caráter nacionalista que requeria tanto a demarcação dos territórios ao sul, quanto o extermínio dos indígenas, que representavam a antítese de seus horizontes de expectativas; clamavam, concomitantemente, os povos originários pela preservação de suas tradições e pela sua sobrevivência. Tornar-se-ia, portanto, inevitável o choque de horizontes de expectativas distintas.

Além disso, o nacionalismo é compreendido aqui como um evento de longa duração, composto por conjunturas contraditórias e, por isso, assimilado como uma estrutura mutante durante a história – por exemplo, expresso como uma força cívica durante a Revolução Francesa, nacionalismo de primeira fase, mas também como uma retórica xenófoba no início do século XX por regimes totalitários, nacionalismo de segunda fase. E, apesar de não contar com uma conceituação objetiva quiçá subjetiva, podemos entendê-lo de forma periférica, ou seja, é possível elencar características que não o definem *per se*, mas que o fazem parte (HOBSBAWM, 1983). O território é, pois, uma dimensão inescapável do arcabouço nacionalista: repousa-no o símbolo que

6 Forças profundas são “o conjunto de causalidades sobre as quais atuavam os homens de Estado, em seus desígnios e cálculos estratégicos” (SARAIVA, 2007, pg. 12). Em outros termos, “as forças profundas são influências capazes de orientar o curso das relações internacionais. Elas exercem influência sobre os homens de Estado, responsáveis pela tomada de decisão, mas também são influenciadas por eles. Elas têm o poder de moldar o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, determinar o caráter dessas relações” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 6). Dessa forma, podemos afirmar que as forças profundas são condicionantes materiais ou imateriais impostos, dentro de um espaço de experiência específico, aos tomadores de decisão. Apesar desta definição ser restrita aos homens de Estados, podemos dilatá-la, sem atentar à sua definição, ao ponto de contemplar até mesmo aqueles tomadores de decisão em eventos micros.

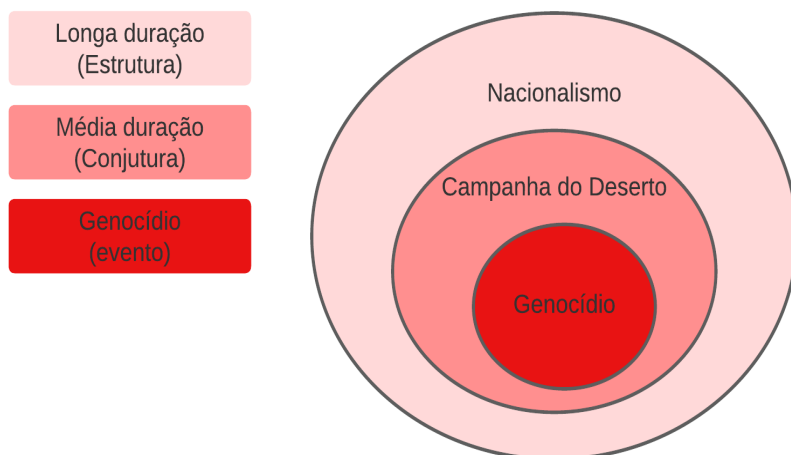
tem detém a potência de criar um nexo comunitário de uma população que almeja uma congruente unidade política nacional (QUIJADA, 2000). Assim sendo, a Campanha do Deserto, em seu último suspiro, empreendido por Julio Roca, catalisou o processo de longa duração⁷ do nacionalismo. Em outros termos, o nacionalismo argentino antecede a própria ocupação do Pampa e da Patagônia, visto que, é uma estrutura imersa em processo de longa duração, portanto, a consolidação do território argentino, a conjuntura, consolidou a ideia de uma entidade social homogênea e, com isso, concretizou o horizonte de expectativa daqueles que compunham o Estado.

As populações originárias do Sul foram exterminadas⁸ graças ao nacionalismo embrionário e, por isso, é concebível afirmar que a última Campanha do Deserto empreendeu uma ação genocida⁹. Apesar disso, é importante salientar que os diversos povos indígenas que compunham o território argentino tiveram destinos diferentes: ao norte foi empreendido um etnocídio, pois seria impraticável exterminar as populações indígenas, justamente porque a quantidade numérica era um obstáculo intransponível, cerca de 170 mil; ao passo que na região sul, por volta de 30 mil indígenas, era uma ação praticável e, mais que isso, ao sul os povos originários não se submeteram ao jugo do Estado e, portanto, ameaçava-o. Assim sendo, “se a tomada da Argentina como um todo, o ocorrido foi um etnocídio, mas analisando-se especificidades da fronteira sul, configura-se um genocídio, marcado pelo extermínio sistemático, programado e executado pelo Estado” (PASSETTI, p. 280, 2012). Portanto, é possível compreendê-la como uma ação-evento genocida que está imersa em uma conjuntura que pertence ao processo de longa duração estruturado no nacionalismo. (Figura I)

7 “Constata-se que não foi Julio Argentino Roca o único responsável pela opção genocida no sul argentino, mas tão somente seu executor, após alcançar o mais alto posto hierárquico da República. Comandou e executou um projeto programado há décadas [...]” (PASSETTI, pg. 290, 2012). Portanto, é possível depreender que o projeto de modernização não foi um evento dissociado, mas sim um fenômeno produzido por uma estrutura de longa duração: o nacionalismo.

8 “Em relação à fronteira sul, a estatística indica que, ao menos 50% dos indígenas foram mortos nas ou em decorrência das Campanhas do Deserto” (PASSETTI, p. 281, 2012).

9 Repare, o termo genocídio pode deter significados distintos: na academia, é um conceito bem delimitado; ao passo, que no senso-comum a sua feição é mais amorfa, ou seja, os termos possuem sentidos diferentes dependendo do espaço que eles estão posto. Nesse presente trabalho, a compreensão, evidentemente, de genocídio é a acadêmica.

Figura I: Campanha do Deserto e os conceitos de Koselleck.

Fonte: Elaboração própria dos autores.

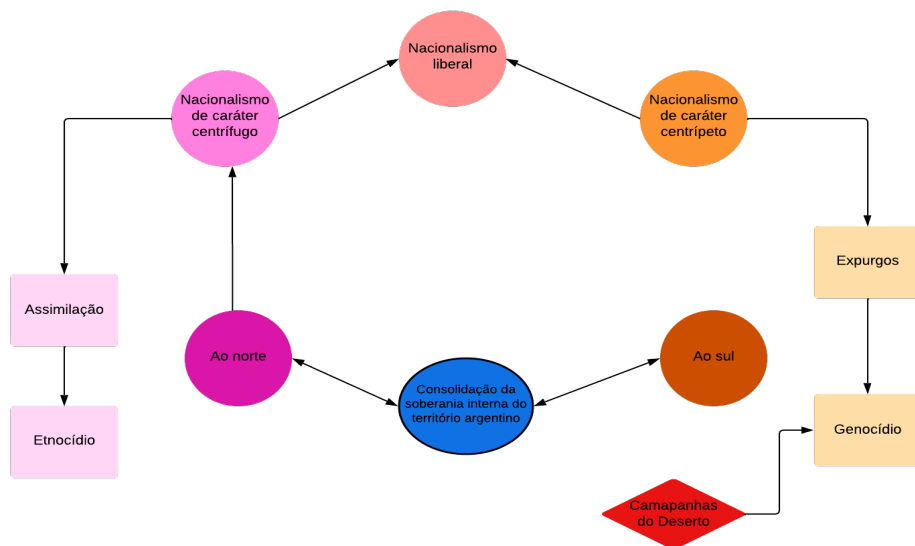
Genocídio, nacionalismo e território: categorias indissociáveis

O entendimento postulado neste artigo tende, de forma razoável, assemelhar-se ao erro mais basilar ao exercício de compreender as diversas representações históricas: o anacronismo histórico. Na hipótese de compreender-se o genocídio como um conceito delimitado e estático – um esforço inócuo, pois a sua dilatação conceitual é evidente – seria possível concluir que não é crível colocar o extermínio das populações originárias do sul da Argentina como um genocídio, pois esse conceito seria inaugurado, só após o genocídio Armênio, em 1915. Entretanto, este artigo não o compreende como um conceito, mas sim como um evento, ou melhor, como prática política que é embrionada junto ao nacionalismo segregador, dessa forma, a dificuldade de estabelecer os contornos do nacionalismo é análogo à adversidade de contemplar, e inaugurar o conceito de genocídio, visto que, o primeiro é o sustentáculo do segundo. Percebê-los como processos históricos inacabados que constantemente são revividos pelas sociedades, imersas em espaços de experiências e horizontes de expectativas, que visam adaptá-lo, conforme as circunstâncias postas, é mais frutífero. Isso não significa que sendo fenômenos inacabados é razoável supor que não há premissas que compõem o núcleo duro desses processos, mas sim que é possível depreender que – seja o nacionalismo, seja o genocídio – são forças que podem ser acrescidas de premissas conforme o espaço de experiência e o horizonte de expectativa de uma sociedade – por isso, faz-se necessário analisar cada caso conforme o tempo histórico particular.

Apesar disso, podemos partir de alguns pressupostos: o nacionalismo “fundamentalmente [é um] princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente” (GELLENER, 1994 apud HOBSBAWM, pg. 18, 1983); e o nacionalismo antecede a Nação; e não há sentido falar de nacionalismo sem falar de Estado (HOBSBAWM, 1983). Nota-se que o esforço de delimitação do conceito de nacionalismo é árduo e corre o risco de significar tudo e nada, simultaneamente; portanto, o que dá os seus contornos e que preserva o seu âmbito é indissociável à prática política circunscrita a um tempo específico. Por outro lado, também não é concebível compreender genocídio sem o nacionalismo, sobretudo porque além de o seu conceito sofrer a mesma adversidade¹⁰, seu sustentáculo é o nacionalismo, pois sem a lógica de notar a si mesmo como uma comunidade distinta de outra não é tangível à realização dessa ação.

O nacionalismo, assim sendo, relaciona-se ao genocídio: são eventos indissociáveis. Essas duas forças representam para a Argentina, na perspectiva da dimensão espacial, uma contribuição notável para a consolidação da soberania interna da Argentina (Figura II). Ao Norte do atual território argentino, como mencionado, empreendeu-se um etnocídio; ao sul foi realizada uma prática de genocídio em relação ao povo Mapuche. Esses dois movimentos de natureza distinta são práticas nacionalistas: a primeira de caráter centrífuga, visto que, foi um processo de assimilação; ao passo que a segunda, foi um fenômeno centrípeto, pois foi em seu desenvolvimento houve o genocídio contra o povo Mapuche. Essas expressões compõem o nacionalismo vinculado a princípios liberais; contudo, ao sul representa a dimensão de exceção da primeira fase do nacionalismo — os grupos que resistiram a assimilação foram expurgados. Portanto, postula-se, na dimensão macro, que na Argentina tanto o genocídio quanto o etnocídio foram eventos que compõem a dimensão do nacionalismo, de primeira fase, nas suas duas feições: a de predomínio, de assimilação; e a de exceção, de expurgo. Na perspectiva micro, a última Campanha do Deserto foi um evento de genocídio que personificou a exceção do nacionalismo de primeira fase.

¹⁰ “O espírito, se pode se dizer, genocida quer pura e simplesmente negá-la [a diferença]. Exterminam-se os outros porque eles são absolutamente maus.” (CLASTRES, p. 83, 2004).

Figura II: Quadro analítico sobre as diferenças regionais na Campanha do Deserto.

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Conclusão

As últimas Campanha do Deserto, as de 1878 até 1885, foram eventos que visavam o extermínio das populações indígenas do Sul, os Mapuches, portanto, configuram-se como eventos de genocídio — uma prática que representa uma expressão de exceção do nacionalismo de primeira fase. Dito isso, a consolidação do território nacional argentino, ao sul, foi um “projeto civilizatório” pautado em uma lógica de extermínio. Conforme destacado por Passetti (2012, p. 281),

As disputas e a oposição sistemática ao Estado levaram à elaboração de teorias racistas e à construção de imaginários sociais que justificavam a opção genocida, permitindo a pacificação e a ocupação dos pampas a partir de um projeto nacional civilizatório que supunha a imigração em massa para o branqueamento nacional.

Empreendeu-se, nesse presente trabalho, argumentar que as últimas Campanhas do Deserto foram eventos de genocídio contra o povo Mapuche e, mais que, procurou postular que esse fenômeno, aspecto inovativo do trabalho, está inserido em uma lógica nacionalista que, apesar de ser um nacionalismo vinculado a preceitos liberais, é a sua versão atípica. Deparou-se com os inassimiláveis, os Mapuches e, assim sendo, o Estado recorreu à violência: não conseguindo os convencer de sua soberania restava apenas o extermínio.

Referências

BORGOGNO, Santiago Truccone. **The Conquest of the Desert, Trust, and the Proximity Principle**. Análisis Filosófico, Áustria, v. 41, n.1, p. 7-36, Maio, 2021.

BRAVO, Héctor Félix; RUBENS, José de Lima Jardimino (org). **Domingo Sarmiento**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)**. Argentina: Compañía Editora Espasa Calpe, 1997.

DAPELO, Luciano Nicola. **El General en su red, Julio Argentino Roca: consolidación y proyección política desde la región sur de Córdoba** (1870-1890, Historelo: revista de historia regional y local, Argentina, v.12, n.23, p. 224 - 254, enero./ abri. 2020. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.15446/historelo.v12n23.76642><http://dx.doi.org/10.15446/historelo.v12n23.76642> >. Acesso em: 28 out. 2022.

DI TELLA, Torcuato S. **História Social da Argentina Contemporânea**. 2017. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**; tradução de Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1983.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Trad. Maria Celia PAOLI e Anna Maria QUIRINO. 4a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto & PUC-RIO, 2006.

PASSETTI, Gabriel. **Indígenas e criollos: Política, guerra e traição nas lutas do sul da Argentina (1852-1885)**. Alameda Casa Editorial, 2012.

POMPEU, Ana Carolina Gutierrez. **A Campanha do Deserto de Julio A. Roca: entre a busca da civilização e a política eleitoral**. Encontro Internacional da ANPHLAC, Rio de Janeiro, p. 1 - 12, 2014.

POMPEU, Ana Carrollina Gutierrez. **Conquistar o deserto: resistência indígena e violência na fronteira do pampa e da patagônia (1850-1885)**. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2018.

QUIJADA, Mónica. **De los cacicazgos a la ciudadanía: sistemas políticos en la frontera, Río de la Plata, siglos XVIII-XX**. Germany: bero-Amerikanisches Institut, 2011.

QUIJADA, Mônica. **Repensando la frontera sur argentina: concepto, contenido, continuidades y discontinuidades de una realidade espacial y etnica (siglos XVIII-XIX)**. Revista de Indias, 2002, vol. LXII, n. 244. p. 103-142.

RAPOPORT, Mario. **Historia Economica Politica y Social de la Argentina**

(1880-2000). Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000.

ROCK, David. Argentina 1516- 1982: **From Spanish Colonization to the Falklands War.** London: I.B.TAURIS & C Ltd, 1986.

SARASOLA, Carlos Martínez. **Los hijos de la tierra, historia de los indígenas argentinos.** Buenos Aires: Emecé, 1998.

O horizonte da guerra e seus reflexos na atuação diplomática de Oswaldo Aranha como embaixador (1934-1937)

Pedro Quinteiro Uberti¹

Aranha e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial

“O principal arquiteto do alinhamento brasileiro com os Estados Unidos”. Oswaldo Aranha assim é definido por Lira Neto (2013, p. 450). Stanley Hilton (1994, p. 378), extrapolando a atuação de Aranha à nível continental, destaca a atuação do então chanceler como “o maior campeão da causa aliada na América do Sul”. Ambos se juntam a Amado Cervo (in CERVO; BUENO, 2015, pp. 267-272); Carlos Leopoldo de Oliveira (in LIMA; ALMEIDA; FARIAS, 2017, pp. 115-119); João Hermes Pereira de Araújo (in CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1994, pp. 263-282); Paulo Roberto de Almeida (in LIMA; ALMEIDA; FARIAS, 2017, pp. 209-210); Pedro Corrêa do Lago (2017, pp. 240-242); e Rubens Ricupero (2017, pp. 358-363), no rol de autores que apontam como decisiva a atuação pessoal de Aranha para o apoio brasileiro ao esforço de guerra dos Aliados.

Em que pese as diferenças de método, abordagem e foco de análise, é consensual entre os autores o estabelecimento da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas (janeiro de 1942) como momento-chave desta atuação. Com sede no Rio de Janeiro, a reunião serviu de arena para Aranha expor e consolidar seu posicionamento em prol do panamericanismo, que, naquele momento, deveria se materializar no rompimento das relações entre os países do continente e o Eixo, em virtude do ataque japonês a bases estadunidenses no Pacífico. “Não deixaram os agressores, com o seu ato, alternativa para os povos continentais” (LIMA; ALMEIDA; FARIAS, 2017, p. 300), defendeu o chanceler brasileiro, conclamando a ação conjunta das nações americanas.

Não obstante o ano de 1942 ser o grande marco do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, se argumenta aqui que o posicionamento de Aranha em prol da aliança junto aos Estados Unidos no contexto do conflito remonta, pelo menos, ao período em que serviu como embaixador brasileiro nos Estados Unidos (1934-1937), quando a perspectiva da eclosão de uma

¹ Analista de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

nova guerra mundial se consolidava cada vez mais clara em seu horizonte de expectativa. Para tanto, são utilizadas as categorias metahistóricas desenvolvidas por Reinhart Koselleck (2006) em seu esforço de avaliar as bases semânticas dos tempos históricos: espaço de experiência e horizonte de expectativa.

O espaço de experiência é produto do resgate do passado em um ponto presente, a maneira pela qual enxergamos, absorvemos e utilizamos as experiências terminadas no ontem para avaliarmos e construirmos o hoje e o amanhã. Longe de ser uma visão estática do passado, está completamente vinculado ao espaço e tempo em que o observador se insere, sendo, portanto, altamente variável. O horizonte de expectativa, por sua vez, é a materialização presente do que se espera do futuro, “voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (KOSELLECK, 2006, p. 310). Não é mero produto do espaço de experiência, uma vez que também influencia em sua construção, pelo simples fato de que o que se espera do futuro também condiciona a maneira de se observar o passado.

Na análise aqui proposta, o horizonte de expectativa de Oswaldo Aranha é abstraído de sua correspondência com Getúlio Vargas, amigo de longa data a quem reportava sua atuação como representante máximo do Brasil nos Estados Unidos. Pertencentes do acervo virtual de documentação digitalizada do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), as cartas de Aranha a Vargas podem ser consideradas fontes suficientemente fidedignas das perspectivas que compunham seu horizonte de expectativa, tendo em vista o caráter da relação entre ambos. “A ti eu escrevo com amizade e liberdade”², confessa o embaixador, que já havia manifestado a Vargas o fato de muitas vezes se dirigir a ele como se “ao amigo e não ao austero presidente”³.

Este esforço de abstração dá origem à uma análise tripartite: primeiramente, é evidenciada a existência da perspectiva da iminência de uma nova guerra mundial no horizonte de expectativa de Aranha, sendo apontados quais seriam, para o embaixador, os condicionantes do conflito em gestação e como este impactaria o

2 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.10.13. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre o andamento das negociações relativas ao arrendamento dos destroyers ao Brasil, comentando a estadia de Marques dos Reis nos Estados Unidos e comunicando a passagem pelo Brasil, com destino a Buenos Aires, dos embaixadores da Argentina e do México nos Estados Unidos. Washington. Vol. XXIV/46. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7842>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

3 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.05.27/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas afirmando que não deseja permanecer na diplomacia, após o período do seu Governo; descrevendo a situação política de Cuba; informando sobre as finanças do pessoal da embaixada em Washington, e do escritório comercial em Nova York; manifestando seus temores em relação ao acordo comercial entre o Brasil e a Alemanha e comunicando a assinatura da missão naval. Washington. Vol. XXII/53. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7239>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

Brasil. Em seguida, se analisa o caminho proposto por Aranha, tendo em vista o horizonte da guerra, destacando o significado atribuído às relações com os Estados Unidos neste cenário. Por fim, se busca identificar os reflexos destas previsões e planejamentos na atuação diplomática efetiva de Aranha, a fim de se checar a compatibilidade desta com os elementos presentes em seu horizonte de expectativa.

O horizonte da guerra e seus riscos ao Brasil

Antes mesmo de ser credenciado oficialmente junto ao governo dos Estados Unidos como embaixador brasileiro naquele país, Aranha já nutria em seu horizonte de expectativa a perspectiva da iminência de eclosão de um novo conflito armado de escala global. Uma carta enviada a Vargas do Mediterrâneo, a caminho de Nova York, em setembro de 1934, é a primeira manifestação desta previsão. Nela, Aranha sustenta que a Europa se encontrava “em estado potencial de guerra”. A convicção acerca deste cenário era tanta que Aranha afirma não haver ninguém no continente “que não sinta a sua proximidade”⁴.

Meses mais tarde o embaixador reitera que “a Europa é uma ameaça para si mesma e para o mundo”, apontando os principais condicionantes deste horizonte, isto é, “sua situação econômica e política, a falência da Liga e os novos pruridos coloniais, na África e na Ásia”⁵. A situação política europeia já havia sido analisada por Aranha, quando se referiu a Mussolini como “um Cesar *masqué* de Napoleão e *travesti* de Bismarck”, conduzindo um Estado cada vez mais militarizado, pautado em “um nacionalismo organizado, exaltado, enamorado de seu grande chefe, cobiçoso e disposto a expandir-se”, símbolo da “barbárie política” de uma Europa comandada por uma “tropilha de grandes loucos que encerram em seus [...] a sorte do mundo”⁶.

O esvaziamento institucional da Liga das Nações, já latente desde quando o legislativo estadunidense barrou a entrada daquele país na organização, se

4 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1934.09.07. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comentando o clima de preparação de guerra existente na Europa, o desenvolvimento das indústrias bélicas e o nacionalismo exaltado da Itália. A bordo do “Rex”. Vol. XVI/8. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5066>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

5 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.03.06/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas defendendo uma maior aproximação econômica, política e militar entre o Brasil e os Estados Unidos, face a atual situação internacional. Washington. Vol. XVII/52. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5613>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

6 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1934.09.07. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comentando o clima de preparação de guerra existente na Europa, o desenvolvimento das indústrias bélicas e o nacionalismo exaltado da Itália. A bordo do “Rex”. Vol. XVI/8. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5066>>. Acesso em 15 dez. 2022.

tornou cada vez mais escancarado com o superaquecimento dos nacionalismos revanchistas europeus. Em 1933, Adolf Hitler, muito provavelmente um dos membros da referida “tropilha de grandes loucos”, abandonou a Conferência de Desarmamento e desligou a Alemanha da Liga das Nações, num movimento considerado por Kissinger (2012, pp. 265-267) como fundamental para a demolição do arranjo pós-guerra de Versalhes.

Os novos pruridos coloniais eram encarados como desdobramentos da situação econômica europeia no pós-guerra. O embaixador indica isso ao afirmar que a “nova era de ambições coloniais” era condicionada por “fatores econômicos, mais do que, propriamente, políticos”. Essa “nova orientação” colonial, além de inferir impactos profundos na dinâmica comercial global, implicaria em uma renovada corrida imperialista entre as potências — já manifesta nas reivindicações coloniais alemãs, na insinuação italiana sobre a Abissínia, na ocupação japonesa de parte da China continental, e no alargamento territorial russo — com “graves” eventualidades que tendiam a “assenhorar-se dos destinos universais”⁷.

Em outubro de 1935, quando as ambições italianas sobre o planalto etíope deram lugar à ação armada, Aranha postulava a Vargas que “o quadro velado que te pinteí quando de minha passagem pela Europa começa a mostrar suas negras cores”, situando a invasão à Abissínia no rol dos fatos que “vieram confirmar antes do decurso de um ano das minhas observações”⁸ o conflituoso cenário previsto. Ao se referir, mais tarde, ao ato de incorporação da Abissínia, apontava para a consolidação de relações cada vez mais íntimas entre Alemanha, Itália e Japão, “países partidários [...] do direito de procurar, pela violência, ‘matéria prima’ para suas indústrias e ‘novas terras’ para suas populações”⁹, os fixando, definitivamente, como protagonistas dos processos que levavam ao acirramento

7 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.07.01. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas analisando a situação do comércio internacional, a solução encontrada pelas nações europeias através da intensificação do comércio com as colônias, e as consequências dessa “política colonial” para o Brasil. Washington. Vol. XIX/1. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6006>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

8 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.10.15. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comentando a posição dos Estados Unidos em relação a situação mundial e sobre a vitória dos “liberais” nas eleições canadenses. Washington. Vol. XIX/71. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6351>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

9 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.05.12/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre o trabalho desenvolvido pelos comunistas americanos contra o Governo brasileiro, alertando contra os perigos da política colonial alemã e italiana, e comunicando que está elaborando, junto com o Governo americano, uma solução para os problemas da navegação em geral, inclusive o caso de Lloyd. Washington. Vol. XXII/43. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7208>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

das tensões entre as potências.

Coube à Guerra Civil Espanhola, por sua vez, consolidar a percepção de que “o problema da política interna de cada país é hoje um novo fator e preponderante nas relações dos povos europeus”, tendo em vista a multiplicidade de atores nela envolvidos direta ou indiretamente. O conflito serviu, nesse sentido, para catalisar a formação de alianças políticas que, em maior ou menor grau, oporiam os Estados europeus mais tarde no contexto da Segunda Guerra Mundial¹⁰. A situação espanhola, portanto, associada à observação do renovado ímpeto imperialista das potências, que encontrava na invasão italiana da Abissínia uma de suas materializações, serviu para criar a impressão compartilhada por Aranha “de que a guerra, praticamente, está reinando na Europa mais do que a paz”¹¹.

Vale destacar, ainda, o constante resgate do espaço de experiência da Primeira Guerra Mundial. Segundo Aranha, a Grande Guerra havia servido para demonstrar, que “a guerra moderna não será uma luta de duas nações, mas uma conflagração de povos na qual tudo que existe, vida, propriedade e instituições políticas sofrerão por ação exterior e por subversão interior”¹². No entanto, o cenário antevisto, ressaltava o embaixador, tendia a ser ainda mais catastrófico, “porque há, hoje, cinco vezes mais armas e soldados e milhares de vezes mais prevenções e rivalidades do que em 1914”¹³.

Era viva, desta forma, a perspectiva de que o Brasil seria novamente impacto pela dinâmica conflituosa das potências. Aranha previa, principalmente, implicações securitárias e econômicas advindas do horizonte da guerra. O

10 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.07.22/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre a nova linha aérea da Panair, comentando a situação política da Europa, a possibilidade de ajuda do Governo Francês ao Governo espanhol e o crescimento do comunismo no Brasil. Washington. Vol. XXIII/31. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7458>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

11 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.09.15/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas descrevendo a situação da Europa face a ameaça alemã e dando suas impressões sobre a política brasileira. Washington. Vol. XXIII/69. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7598>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

12 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.06.04/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas analisando as consequências, para Europa e para o mundo, da guerra da Espanha; atentando para a corrida armamentista da Argentina e a necessidade de o Brasil investir na defesa nacional. Informa também sobre: a reação do Governo americano em relação à prorrogação do acordo Brasil-Alemanha e à situação do café brasileiro no mercado brasileiro no mercado internacional. Washington. Vol. XXVI/54. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8830>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

13 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.08.26. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas analisando as repercussões da guerra espanhola no continente americano e informando sobre a atitude do Itamaraty em relação às modificações sugeridas pelo Governo americano, ao texto do projeto do Pacto de Segurança Coletiva. Washington. Vol. XXIII/58. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7538>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

risco securitário foi primeiramente referido pelo embaixador em maio de 1936, quando, em carta a Vargas, descreve uma conversa com Sumner Welles — à época Subsecretário de Estado e, talvez, o principal assessor de Roosevelt em matéria de América Latina — sobre o encontro de Roosevelt com um jornalista alemão, que lhe teria afirmado que as autoridades hitleristas tinham clara a perspectiva de que “a solução única para a Alemanha era procurar matérias primas e terras para sua expansão em outros continentes”, e que, “salvo as possessões na África, só via[m] solução no Brasil para esta necessidade, cada vez mais inadiável”. Longe de demonstrar ceticismo em relação ao alerta de Welles, Aranha afirmava estar “convencido de que tudo isto é muito sério”¹⁴.

Poucos meses mais tarde, o embaixador novamente endereçou o risco da cobiça alemã sobre as terras brasileiras. Segundo ele, “a Alemanha voltará ao seu poderio e nada mais poderá deter a sua marcha”, e as demais potências europeias, “para resguardar a situação criada em Versalhes, tudo [farão] para que as necessidades alemãs sejam satisfeitas fora da Europa”, o que colocava o Brasil diretamente em perigo, “mais do que qualquer outro país, pois nós somos, com as nossas terras despovoadas e riquezas inexploradas, o mercado natural e fácil para essas acomodações e ambições”¹⁵.

O risco econômico, por sua vez, derivava da perspectiva da diminuição do comércio com a Europa, uma vez deflagrado o conflito generalizado. O embaixador já havia estabelecido em seu horizonte de expectativa um cenário pessimista quanto ao futuro do comércio global, em que os mecanismos multilaterais do liberalismo comercial davam espaço à formação de autarquias baseadas no comércio colônia-metrópole ou à utilização das “mais engenhosas” alternativas, tais como o comércio compensado. Não bastasse este cenário ser o “pior possível para o futuro do Brasil”¹⁶, ele era agravado pelo horizonte da guerra.

14 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.05.12/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre o trabalho desenvolvido pelos comunistas americanos contra o Governo brasileiro, alertando contra os perigos da política colonial alemã e italiana, e comunicando que está elaborando, junto com o Governo americano, uma solução para os problemas da navegação em geral, inclusive o caso de Lloyd. Washington. Vol. XXII/43. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7208>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

15 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.09.15/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas descrevendo a situação da Europa face a ameaça alemã e dando suas impressões sobre a política brasileira. Washington. Vol. XXIII/69. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7598>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

16 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.07.01. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas analisando a situação do comércio internacional, a solução encontrada pelas nações europeias através da intensificação do comércio com as colônias, e as consequências dessa “política colonial” para o Brasil. Washington. Vol. XIX/1. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6009>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Ao manifestar a Vargas a esperança que não fosse ele “o autor da preeminência do comércio alemão no Brasil”, apontava esta como “risco e perigo”, que só traria “ameaças, cada dia mais claras e sérias”, entre outros pontos pelo fato de que “sobrevindo a guerra europeia”, o Brasil seria fortemente prejudicado pela “cessação desse comércio pelo novo bloqueio da Alemanha”¹⁷. Ao situar a Alemanha no epicentro das tensões que incendiavam a Europa, Aranha via na intensificação do comércio com aquele país riscos palpáveis ao Brasil.

Em suma, a observação das dinâmicas políticas e econômicas protagonizadas pelas potências fixou no horizonte de expectativa de Oswaldo Aranha a perspectiva de que uma nova guerra mundial se aproximava. Resgatando o espaço de experiência da Grande Guerra, o embaixador antecipava o que considerava serem riscos aos interesses do Brasil advindos deste cenário. A seguir, se busca analisar o caminho proposto por Aranha em vista do horizonte da guerra e de seus riscos.

O caminho proposto

O fato de a conflituosa dinâmica política europeia ser considerada por Aranha como a principal condicionante do conflito antevisto, fez com que o caminho proposto pelo embaixador passasse, em primeiro lugar, pelo gradual afastamento do Brasil em relação à Europa. Essa lógica fundamentou tanto seus protestos em relação ao aprofundamento das relações econômicas entre Brasil e Alemanha, quanto seus alertas referentes às relações políticas entre Brasil e Itália.

Quando das conversas entre Rio de Janeiro e Berlim acerca de um tratado comercial, entre 1934 e 1935, Aranha alertava ser este “um erro de visão [...]”; a sombra da árvore que não deixa ver os espinhos da floresta... Será o primeiro elo de uma cadeia na qual nos iremos fatalmente enforçar”¹⁸. Mais tarde, para

17 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.07.03. Correspondência entre Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e Artur de Sousa Costa sobre a “missão Sousa Costa” nos EUA, abordando as seguintes questões: acordo comercial Brasil-Alemanha; criação de duas comissões (N. York e Rio) para intercâmbio comercial brasileiro-americano; “operação ouro” para criação, no Brasil, de um Banco Central; acordo para pagamento da dívida externa. Inclui relatório dos trabalhos da missão apresentado ao Presidente da República, após o regresso do ministro da Fazenda dos EUA. Washington, Rio de Janeiro. Vol. XXVI/76, 78a, 78b, 78c, 78d, 78e, 78f, 81, 82a, 82b, 82c, 82d, 82e, 86a, 89, 90a, 90b, 91a, 91b, 92. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8928>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

18 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1934.10.09/1. Cartas sobre tratado comercial Brasil-Estados Unidos abordando as seguintes questões: dificuldades encontradas pelos representantes brasileiros para firmar o tratado, devido à divulgação de um acordo semelhante do Brasil com Alemanha; posição do Governo Americano em relação ao tratado Brasil-Alemanha; ponderações de Getúlio Vargas sobre as conveniências dos tratados com os EUA e com a Alemanha; andamento das conversações para concretização do tratado com os Estados Unidos e posição de Oswaldo Aranha face as vantagens a serem obtidas no tratado com os Estados Unidos. Washington, Rio de Janeiro. Vol. XVI/29, 33, 43, 49, 51, 52, 83. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=->

além dos motivos econômicos levados em conta pelo embaixador, Aranha evoca o risco securitário que, em sua visão, a Alemanha impunha ao Brasil, argumentando que o aprofundamento das relações econômicas com aquele país, se não manejado com cautela, poderia eventualmente se desdobrar “na neocolonização germânica do Brasil”¹⁹.

As relações políticas com a Itália também eram alvo de críticas do embaixador. “O destino da Itália e do Mussolini são confusos demais para misturarmos o futuro do Brasil com suas incertezas e perigos”²⁰, postulava Aranha, no contexto das primeiras reações à invasão italiana da Abissínia. Apenas um mês antes, protestava o fato de o Brasil ser apontado na imprensa estadunidense como “o único país do mundo partidário dos processos de expansão da Itália!”, em vista da declaração de neutralidade expedida pelo Itamaraty, considerada por ele como “infeliz, senão desastrosa”, símbolo de um movimento que trocava, “pela possibilidade de míseros 30 dinheiros a nossa fé internacional”²¹.

Para além das ressalvas relacionados às ligações entre Brasil e Europa, o caminho apontado pelo embaixador compreendia o aprofundamento das relações entre Brasil e Estados Unidos. “Devemos [...] fazer obra sadia, orgânica, séria, no sentido de conservar a nossa posição por forma a contarmos com este país em qualquer eventualidade, que terá que vir”²², advogava, em alusão direta

CorrespGV2&pagfis=5194>. Acesso em: 19 dez. 2022.

19 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.07.03. Correspondência entre Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e Artur de Sousa Costa sobre a “missão Sousa Costa” nos EUA, abordando as seguintes questões: acordo comercial Brasil-Alemanha; criação de duas comissões (N. York e Rio) para intercâmbio comercial brasileiro-americano; “operação ouro” para criação, no Brasil, de um Banco Central; acordo para pagamento da dívida externa. Inclui relatório dos trabalhos da missão apresentado ao Presidente da República, após o regresso do ministro da Fazenda dos EUA. Washington, Rio de Janeiro. Vol. XXVI/76, 78a, 78b, 78c, 78d, 78e, 78f, 81, 82a, 82b, 82c, 82d, 82e, 86a, 89, 90a, 90b, 91a, 91b, 92. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8928>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

20 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.12.03/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre as repercussões do movimento comunista na Argentina e nos Estados Unidos, a situação política europeia e as perspectivas de reeleição de Franklin Roosevelt. Washington. Vol. XX/47. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6507>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

21 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.11.11. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comentando a chegada de Alzira Vargas aos Estados Unidos, enfatizando a importância da cooperação feminina na vida pública de uma nação e criticando a declaração de neutralidade do Brasil, em relação a guerra Ítalo-Etiópe. Washington Vol. XX/10. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6401>> Acesso em: 19 dez. 2022.

22 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.03.06/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas defendendo uma maior aproximação econômica, política e militar entre o Brasil e os Estados Unidos, face a atual situação internacional. Washington. Vol. XVII/52. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5613>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ao espaço de experiência das relações entre Brasil e Estados Unidos à época de Rio Branco, quando o eixo central da diplomacia brasileira se deslocou do Reino Unido para os Estados Unidos, desdobrando naquilo que mais tarde Aranha referenciaria como “a única fórmula continental conveniente ao Brasil: o apoio à preeminência continental dos Estados Unidos, em troca do seu reconhecimento da nossa supremacia na América do Sul”²³.

Como recuperar esta fórmula, a ponto de poder se contar com os Estados Unidos em quaisquer eventualidades, entre elas o cenário de guerra previsto? Para Aranha, era fundamental o aprofundamento das relações políticas e militares, seja no plano bilateral, seja no plano multilateral, e, sobretudo, a reforma na representação brasileira nos Estados Unidos, a dotando dos recursos necessários para a promoção de ofensivas de propaganda junto aos mais diversos setores da sociedade estadunidense.

A cooperação militar se tornava urgente, tendo em vista suas críticas à “política de conta-gotas para dotar o Brasil dos elementos mínimos necessário à sua defesa”²⁴, e a perspectiva de que, com a Europa em ebulição, e na falta de aliados na América do Sul, os Estados Unidos se tornavam os aliados naturais a suprirem as necessidades militares brasileiras. Por isso seus protestos quando, enquanto a missão naval estadunidense voltava para casa, se renovava a francesa; e suas recomendações quanto ao envio de uma representação militar permanente, subordinada à embaixada, que, em solo estadunidense, pudesse trabalhar em prol dos objetivos de aparelhamento das Forças Armadas brasileiras em contato direto com oficiais daquele país²⁵. Os contatos de cúpula eram constantemente estimulados por Aranha, o que fica claro nos repetidos envios de convites nunca atendidos para que Vargas visitasse os Estados Unidos. A visita do mandatário brasileiro, na visão do embaixador, favoreceria “ainda mais a tua obra de união

23 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.08.31/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas relatando os acontecimentos relativos ao protesto da Argentina ao arrendamento dos destroyers ao Brasil e defendendo a necessidade de um serviço permanente de propaganda brasileira nos EUA. Washington. Vol. XXVII/24. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=9222>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

24 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.06.04/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas analisando as consequências, para Europa e para o mundo, da guerra da Espanha; atentando para a corrida armamentista da Argentina e a necessidade de o Brasil investir na defesa nacional. Informa também sobre: a reação do Governo americano em relação à prorrogação do acordo Brasil-Alemanha e à situação do café brasileiro no mercado brasileiro no mercado internacional. Washington. Vol. XXVI/54. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8830>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

25 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.03.06/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas defendendo uma maior aproximação econômica, política e militar entre o Brasil e os Estados Unidos, face a atual situação internacional. Washington. Vol. XVII/52. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5613>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

dos nossos povos, cada vez mais necessária ao resguardo dos nossos destinos”²⁶.

A aproximação político-militar preconizada por Aranha tinha na política externa de Roosevelt uma aliada. Isso porque o embaixador tinha clara a perspectiva de que, com o agravamento da situação política europeia, e com as tensões crescentes entre Estados Unidos e Japão pelo domínio do Pacífico, os estadunidenses voltariam seus esforços de política externa cada vez mais para a América Latina, o que tornava o bem-estar das relações com o Brasil fundamental. “Este país quer a nossa solidariedade para suas figurações internacionais. Somos requisitados. Esta posição tornou-nos fortes e preciosos”²⁷, afirmava apenas um mês após se estabelecer em Washington. Isso fundamentou a percepção, mantida durante todo o período da missão, de que “existem neste país correntes favoráveis ao Brasil, especialmente nas elites governamentais e nas classes militares, especialmente na Marinha”²⁸.

No entanto, ressaltava que, mesmo valorizado pelas elites políticas e militares, o Brasil seguia “um segredo, [...] ignorado do povo americano”²⁹, o que se tornava um sério problema, na visão do embaixador, pelo fato de a opinião pública, “que governa essas elites e essas classes”³⁰, ter criado “tal horror à guerra” que, se pudesse, transportaria “o país inteiro a outro planeta, a fim de ficarem distante e fora das lutas terrenas”. Esse sentimento pacifista, que poderia inclusive inibir a manutenção dos princípios que davam corpo à chamada Doutrina Monroe,

26 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.06.02/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comunicando convite do secretário de Estado americano para uma visita oficial aos EUA; pedindo que o demita previamente caso o novo Ministro do Exterior seja seu adversário político e opinando sobre o discurso de José Américo. Washington. Vol. XXVI/52. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8819>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

27 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1934.11.02. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comentando a grandeza e o desenvolvimento americano e enviando dados que comprovam a superação da crise nos Estados Unidos. Washington. Vol. XVI/46. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5247>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

28 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.08.31/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas relatando os acontecimentos relativos ao protesto da Argentina ao arrendamento dos destroyers ao Brasil e defendendo a necessidade de um serviço permanente de propaganda brasileira nos EUA. Washington. Vol. XXVII/24. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=9222>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

29 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.09.09. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas solicitando a presença em Washington, de um funcionário experiente que possa dividir com a embaixada as tarefas e responsabilidades exigidas pelo embaixador. Washington. Vol. XXVII/33. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=9267>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

30 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.08.31/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas relatando os acontecimentos relativos ao protesto da Argentina ao arrendamento dos destroyers ao Brasil e defendendo a necessidade de um serviço permanente de propaganda brasileira nos EUA. Washington. Vol. XXVII/24. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=9222>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

tamanha sua difusão na opinião pública estadunidense, fazia com que Aranha afirmasse não ver “claro o nosso futuro com a nova política dos Estados Unidos”³¹.

O embaixador não descartava, no entanto, a possibilidade de sucesso de uma ofensiva coordenada para conquistar os corações e mentes do povo, elevando o Brasil na estima da opinião pública, “capaz de prepará-la a decidir-se por nós nas eventualidades de que está carregado o continente e o mundo”. Para isso, defendia, era necessário dotar a representação brasileira nos Estados Unidos de recursos suficientes para consolidar uma efetiva campanha de propaganda. Na prática, o Brasil deveria internacionalizar seus meios oficiais de comunicação; possuir agentes de imprensa em comunicação direta com representantes dos principais periódicos em circulação nos Estados Unidos; e dispor a embaixada de funcionários bem-informados, capazes de divulgar o país junto aos principais círculos da sociedade estadunidense, seja nos meios econômicos, seja nos meios acadêmicos; num esforço de “orientação contínua” e “recursos permanentes”, já que de nada adiantaria “montar hoje um serviço de propaganda para suspendê-lo amanhã”³².

Em suma, é possível verificar que o caminho apontado por Aranha passava pelo afastamento gradual do Brasil em relação às potências europeias, em concomitância com o aprofundamento das relações com os Estados Unidos. Essa aproximação, no entanto, conquanto facilitada pela perceptível valorização do Brasil pela política externa estadunidense, de nada valeria, na visão do embaixador, se não fosse acompanhada pela conquista da simpatia da opinião pública estadunidense em favor do Brasil.

Reflexos na atuação diplomática

Em agosto de 1935, Aranha encaminhou a Vargas um telegrama expondo a conveniência apontada por Roosevelt de as nações americanas se concertarem em uma conferência relativa à segurança continental, “dada a situação mundial”³³.

31 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.10.15. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comentando a posição dos Estados Unidos em relação a situação mundial e sobre a vitória das “liberais” nas eleições canadenses. Washington. Vol. XIX/71. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6351>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

32 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.08.31/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas relatando os acontecimentos relativos ao protesto da Argentina ao arrendamento dos destroyers ao Brasil e defendendo a necessidade de um serviço permanente de propaganda brasileira nos EUA. Washington. Vol. XXVII/24. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=9222>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

33 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.07.20. Telegrama de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas transmitindo sugestão de Franklin Roosevelt para realização de uma conferência interamericana, a fim de revisar os acordos de paz existentes entre os países. Em Anexo, resposta de Getúlio Vargas acatando a sugestão e propondo a formação de um bloco continental para defesa da paz e solução dos problemas internos do continente.

A anuência imediata do presidente brasileiro e a posterior sugestão do chanceler José Carlos de Macedo Soares em prol da construção de um pacto de segurança coletiva “destinado à defesa mútua dos países americanos”³⁴, impulsionariam Aranha a costurar, junto aos Estados Unidos, a ação coordenada de ambos os países em ocasião da conferência, marcada para fins de 1936, em Buenos Aires.

Macedo Soares percebia a importância da atuação conjunta de Brasil e Estados Unidos, de modo que instruiu Aranha a elaborar “o regimento e o programa da Conferência de maneira combinada [com os Estados Unidos]”³⁵, o autorizando a conduzir autonomamente tratativas com as autoridades da Casa Branca. Quando, ao discordar do texto base apresentado por Macedo Soares, Aranha sugeriu novo texto elaborado junto ao Departamento de Estado, foi sumariamente censurado pelo chanceler, o que deu início a uma rusga que terminaria apenas com a intervenção direta de Vargas. Em suma, Aranha considerava o texto apresentado por Macedo Soares como confuso, vago, e impossível de ser aceito pelas autoridades estadunidenses por tratar do princípio da segurança mútua, em virtude da pressão dos grupos pacifistas/isolacionistas sobre o governo. Para contornar este problema, o embaixador havia trabalhado com a Casa Branca a partir da perspectiva da recomendação da consulta quando apresentadas ameaças às nações continentais, o que tornaria o projeto mais palatável à opinião pública estadunidense.

A ameaça de Macedo Soares de renegar a autoria do texto elaborado por Aranha e pelo Departamento de Estado, fez com que o embaixador suplicasse diretamente a Vargas em prol do projeto, defendendo que “este pacto é grande coisa para o Brasil, ainda quando os demais venham a recusá-lo em Buenos Aires”, uma vez que ele multilateralizava a Doutrina Monroe, amparando de maneira mais ampla “o nosso futuro contra intromissões e ameaças extracontinentais”. Por fim, defendia que “agarrar com as duas mãos este pacto com os Estados Unidos parece-me o dever de todos os brasileiros que procuram acautelar os destinos do nosso país”³⁶, fazendo alusão direta às ameaças derivadas do horizonte da guerra.

Washington. Vol. XIX/11 e 13. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6050>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

34 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.04.02/1. Documentos sobre o Pacto Interamericano de Segurança Coletiva, contendo histórico das conversações sobre os projetos do pacto; análise sumária dos projetos do Itamaraty e do substitutivo elaborado pelo Departamento de Estado Norte Americano; texto dos 2 projetos brasileiros; texto do Projeto de Oswaldo Aranha e telegramas trocados entre a Embaixada brasileira em Washington e o Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, Washington. Vol. XXIII/15 e 59. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7017>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

35 Ibidem.

36 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.08.26. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas analisando as repercussões da guerra espanhola no continente americano e

Para além da construção das bases da ação coordenada entre Brasil e Estados Unidos, Aranha também desempenhou papel fundamental durante a Conferência Interamericana para a Manutenção Paz, como parte da delegação brasileira. Se destacou na busca do consenso para legitimar os resultados da Conferência, ameaçados pela oposição argentina aos termos que deram corpo ao Projeto de Convenção Sobre a Manutenção, Garantia e Restabelecimento da Paz, consolidado na forma de declaração conjunta. Sua atuação na Conferência rendeu-lhe elogios na imprensa estadunidense e brasileira. O *Herald Tribune*, de Chicago, destacava o papel da “Doutrina Aranha” na Conferência (CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 139), enquanto o Diário Carioca o destacava como um dos principais artífices da harmonia entre Brasil e Estados Unidos em Buenos Aires³⁷. Ao regressar à Washington, afirmou se sentir “em outro ambiente, mais confiante, mais acessível e mais fácil a nós”³⁸.

A confiança sentida por Aranha apenas reforçava sua já íntima relação com as autoridades da Casa Branca. Como mostra Oliveira (in LIMA; ALMEIDA; FARIAS, 2017, p. 103) “Aranha foi o embaixador estrangeiro mais recebido pelo mandatário norte-americano em audiências oficiais na Casa Branca no triênio 1934-37”. O tom desta relação já havia sido dado quando da apresentação das credenciais do embaixador, quando Aranha notificou a “amabilidade” expressa pelo presidente estadunidense, e seu desejo de que os Estados Unidos e o Brasil trabalhassem como “dois bons amigos” (CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 113). Extraoficialmente, a relação também floresceu. Com mais de um ano de missão, Aranha foi convidado a participar novamente do banquete do Gridiron Club, ao qual, tradicionalmente, apenas embaixadores recém-chegados nos Estados Unidos eram chamados. Para a “inveja de 500 pessoas”, Roosevelt reservou assento ao seu lado para o embaixador brasileiro, e com ele conversou em francês durante o jantar para que não fossem entendidos pelos demais³⁹.

informando sobre a atitude do Itamarati em relação às modificações sugeridas pelo Governo americano, ao texto do projeto do Pacto de Segurança Coletiva. Washington. Vol. XXIII/58. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7539>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

37 FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 8, edição nº 2.625, 02 fev. 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_02&pasta=ano%20193&pesq=%22OSWALDO%20ARANHA%22&pagfis=28588> Acesso em: 21 dez. 2022.

38 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.04.24. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas descrevendo o ambiente de confiança e de amizade nos Estados Unidos em relação ao Brasil, informando sobre andamento das negociações para o arrendamento dos destroyers e criticando o comportamento do Ministro do Exterior, Macedo Soares, durante sua passagem pelos Estados Unidos. Washington. Vol. XXV/91. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8576>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

39 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.04.22. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre sua participação no banquete do Gridiron Club, por ocasião

Paralelo ao estabelecimento de íntimas relações com a Casa Branca, Aranha buscou se aproximar dos mais diversos setores da sociedade estadunidense. Para isso, empreendeu longas viagens ao redor do país, a primeira delas para Chicago, menos de dois meses após chegar aos Estados Unidos⁴⁰. Dentro e fora da embaixada atuou como divulgador do Brasil, trabalhando no sentido de angariar simpatias e recursos ao país. Do próprio soldo comprava livros para aqueles que buscavam maiores informações sobre o Brasil junto à embaixada, enquanto protestava em prol do envio de material para as instalações da representação brasileira⁴¹; ao mesmo tempo em que defendia a visita aos Estados Unidos de “patrícios nossos esclarecidos que [...] lidando dos seus assuntos particulares, não esquecem, porém, a preeminência dos interesses do Brasil”⁴².

A importância designada por Aranha ao seu esforço pessoal de divulgação do Brasil junto à acadêmicos e empresários estadunidenses fica clara quando, ao reportar uma palestra proferida por ele a “1000 dos mais eminentes *business men* americanos”, em Cleveland, se refere a ela como “o melhor e, talvez, o mais útil serviço que eu poderia prestar neste momento ao nosso país”. Ilustra, brincando, os desdobramentos positivos derivados das oportunidades de contato com a sociedade estadunidense: “Sentimo-nos compensados com o sem número de americanos que, agora, estão aprendendo o português e esquecendo o inglês...”⁴³.

da inauguração da campanha presidencial e sobre sua conversa com Franklin Roosevelt. Washington. Vol. XXII/31. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7152>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

40 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1934.11.02. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comentando a grandeza e o desenvolvimento americano e enviando dados que comprovam a superação da Crise nos Estados Unidos. Washington. Vol. XVI/46. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5247>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

41 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.04.09/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando que o Governo americano concordou com o pagamento gradual das dívidas atrasadas e que aguarda os dados sobre o acordo com a Inglaterra; solicitando maior atenção do Governo brasileiro para com os representantes das Agências de Imprensa estrangeiras, a fim de assegurar uma melhor propaganda do país no exterior; e sobre a posição do Brasil em relação à questão do Chaco. Washington. Vol. XVIII/18. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5764>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

42 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.03.06/3. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comentando os efeitos positivos dos contatos de Valentim Bouça com os meios comerciais e oficiais dos Estados Unidos e a importância da ida de uma missão americana, apoiada pelo Departamento do Estado do Brasil. Refere-se também à solução favorável ao caso dos congelados. Washington. Vol. XXI/63. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6897>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

43 CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.11.06. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas relatando as repercussões positivas do seu discurso em Cleveland, solicitando notícias a respeito da política brasileira e informando sobre a propaganda comunista contra o Brasil nos EUA. Washington. Vol. XXVIII/8. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=9629>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

O esforço de coordenar Brasil e Estados Unidos no âmbito multilateral, e de aproximar ambos os países bilateralmente, seja com o estabelecimento de relações íntimas com autoridades da Casa Branca, seja com a divulgação do Brasil a diferentes setores da sociedade estadunidense, denotam de forma clara como a atuação diplomática efetiva de Aranha esteve alinhada com as propostas defendidas por ele a Vargas. Símbolo disso também foi a preferência em sacrificar o bem-estar das relações com o Itamaraty, personificado em Macedo Soares, em prol da consecução dos objetivos de política externa estabelecidos junto aos Estados Unidos.

Conclusão

“Este governo considera altamente desejável que a reunião se realize no Rio de Janeiro, [...] porque nesta hipótese a presidência da conferência caberia a Aranha”; “Sei que a presidência desta reunião estará nas mãos de um estadista que tem uma visão tão ampla e abrangente do significado da solidariedade hemisférica” (CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, pp. 271-272). Os trechos foram abstraídos de documentos assinados, respectivamente, por Sumner Welles e Roosevelt, referentes à III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Roosevelt, ao parabenizar Aranha pela presidência da reunião, ainda complementa: “Segui, com grande interesse e a maior admiração, sua orientação dada à política exterior do Brasil. [...] Desejo manifestar-lhe, pessoalmente, meu profundo agradecimento por tudo o que fez e por tudo que está fazendo para transformar a solidariedade do hemisfério em realidade” (CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 272).

As considerações de Welles e Roosevelt podem ser consideradas reflexos daquilo que Aranha buscou promover durante sua missão junto à embaixada em Washington. Seu esforço em aproximar Brasil e Estados Unidos foi em boa parte condicionado, como se buscou mostrar, pelo horizonte de expectativa acerca da guerra que se aproximava. O horizonte da guerra esteve continuamente presente, explícita ou implicitamente, como justificativa das propostas levadas pelo embaixador a Vargas referentes às relações entre Brasil e Estados Unidos. Se defende, ainda, que o embaixador materializou tais planejamentos em sua ação diplomática efetiva, mesmo que isso significasse contrariar ou desautorizar o Itamaraty, rompendo a cadeia hierárquica da política externa brasileira e entrando em rota de colisão com o chanceler Macedo Soares. Analisado isso, não surpreende a manifesta satisfação das autoridades da Casa Branca ante a perspectiva de Aranha conduzir as discussões que viriam a ser fundamentais para a inserção do continente na Segunda Guerra Mundial.

Referências

CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha: e estrela da Revolução**. São Paulo: Mandarin, 1996. 442 p.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 5. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. 605 p.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994. 501 p.

KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006. 368 p. Traduzido por Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira.

LAGO, Pedro Corrêa do. **Oswaldo Aranha: uma fotobiografia**. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2017. 412 p.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto de; FARIAS, Rogério de Souza (org.). **Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017. 2 v. (Coleção Política Externa Brasileira). 924 p.

NETO, Lira. **Getúlio (1930-1945): do governo provisório à ditadura do Estado Novo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 632 p.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Versal, 2017. 779 p.

Fontes

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1934.09.07. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comentando o clima de preparação de guerra existente na Europa, o desenvolvimento das indústrias bélicas e o nacionalismo exaltado da Itália. A bordo do “Rex”. Vol. XVI/8. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5066>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1934.10.09/1. Cartas sobre tratado comercial Brasil-Estados Unidos abordando as seguintes questões: dificuldades encontradas pelos representantes brasileiros para firmar o tratado, devido à divulgação de um acordo semelhante do Brasil com Alemanha; posição do Governo Americano em relação ao tratado Brasil-Alemanha; ponderações de Getúlio Vargas sobre as conveniências dos tratados com os EUA e com a Alemanha; andamento das conversações para concretização do tratado com os Estados Unidos e posição de Oswaldo Aranha face as vantagens a serem obtidas no tratado com os Estados Unidos. Washington, Rio de Janeiro. Vol. XVI/29, 33, 43, 49, 51, 52, 83. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5194>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1934.11.02. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comentando a grandeza e o desenvolvimento americano e enviando dados que comprovam a superação da crise nos Estados Unidos. Washington. Vol. XVI/46. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5247>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.03.06/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas defendendo uma maior aproximação econômica, política e militar entre o Brasil e os Estados Unidos, face a atual situação internacional. Washington. Vol. XVII/52. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5613>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.04.09/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando que o Governo americano concordou com o pagamento gradual das dívidas atrasadas e que aguarda os dados sobre o acordo com a Inglaterra; solicitando maior atenção do Governo brasileiro para com os representantes das Agências de Imprensa estrangeiras, a fim de assegurar uma melhor propaganda do país no exterior; e sobre a posição do Brasil em relação à questão do Chaco. Washington. Vol. XVIII/18. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5764>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.07.01. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas analisando a situação do comércio internacional, a solução encontrada pelas nações europeias através da intensificação do comércio com as colônias, e as consequências dessa “política colonial” para o Brasil. Washington. Vol. XIX/1. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6006>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.07.20. Telegrama de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas transmitindo sugestão de Franklin Roosevelt para realização de uma conferência interamericana, a fim de revisar os acordos de paz existentes entre os países. Em Anexo, resposta de Getúlio Vargas acatando a sugestão e propondo a formação de um bloco continental para defesa da paz e solução dos problemas internos do continente. Washington. Vol. XIX/11 e 13. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6050>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.10.15. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comentando a posição dos Estados Unidos em relação a situação mundial e sobre a vitória dos “liberais” nas eleições canadenses. Washington. Vol. XIX/71. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6351>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.11.11. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comentando a chegada de Alzira Vargas aos Estados Unidos, enfatizando a importância da cooperação feminina na vida pública de uma nação e criticando a declaração de neutralidade do Brasil, em relação a guerra Ítalo-Etíope. Washington Vol. XX/10. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6351>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6401> Acesso em: 19 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1935.12.03/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre as repercussões do movimento comunista na Argentina e nos Estados Unidos, a situação política europeia e as perspectivas de reeleição de Franklin Roosevelt. Washington. Vol. XX/47. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6507>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.03.06/3. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comentando os efeitos positivos dos contatos de Valentim Bouça com os meios comerciais e oficiais dos Estados Unidos e a importância da ida de uma missão americana, apoiada pelo Departamento do Estado do Brasil. Refere-se também à solução favorável ao caso dos congelados. Washington. Vol. XXI/63. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6897>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.04.02/1. Documentos sobre o Pacto Interamericano de Segurança Coletiva, contendo histórico das conversações sobre os projetos do pacto; análise sumária dos projetos do Itamaraty e do substitutivo elaborado pelo Departamento de Estado Norte Americano; texto dos 2 projetos brasileiros; texto do Projeto de Oswaldo Aranha e telegramas trocados entre a Embaixada brasileira em Washington e o Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, Washington. Vol. XXIII/15 e 59. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7017>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.04.22. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre sua participação no banquete do Gridiron Club, por ocasião da inauguração da campanha presidencial e sobre sua conversa com Franklin Roosevelt. Washington. Vol. XXII/31. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7152>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.05.12/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre o trabalho desenvolvido pelos comunistas americanos contra o Governo brasileiro, alertando contra os perigos da política colonial alemã e italiana, e comunicando que está elaborando, junto com o Governo americano, uma solução para os problemas da navegação em geral, inclusive o caso de Lloyd. Washington. Vol. XXII/43. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7208>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.05.27/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas afirmando que não deseja permanecer na diplomacia, após o período do seu Governo; descrevendo a situação política de Cuba; informando sobre as finanças do pessoal da embaixada em Washington, e do escritório comercial em Nova York; manifestando seus temores em relação ao

acordo comercial entre o Brasil e a Alemanha e comunicando a assinatura da missão naval. Washington. Vol. XXII/53. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7239>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.07.22/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre a nova linha aérea da Panair, comentando a situação política da Europa, a possibilidade de ajuda do Governo Francês ao Governo espanhol e o crescimento do comunismo no Brasil. Washington. Vol. XXIII/31. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7458>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.08.26. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas analisando as repercussões da guerra espanhola no continente americano e informando sobre a atitude do Itamaraty em relação às modificações sugeridas pelo Governo americano, ao texto do projeto do Pacto de Segurança Coletiva. Washington. Vol. XXIII/58. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7538>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.09.15/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas descrevendo a situação da Europa face a ameaça alemã e dando suas impressões sobre a política brasileira. Washington. Vol. XXIII/69. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7598>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1936.10.13. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre o andamento das negociações relativas ao arrendamento dos destroyers ao Brasil, comentando a estadia de Marques dos Reis nos Estados Unidos e comunicando a passagem pelo Brasil, com destino a Buenos Aires, dos embaixadores da Argentina e do México nos Estados Unidos. Washington. Vol. XXIV/46. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7842>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.04.24. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas descrevendo o ambiente de confiança e de amizade nos Estados Unidos em relação ao Brasil, informando sobre andamento das negociações para o arrendamento dos destroyers e criticando o comportamento do Ministro do Exterior, Macedo Soares, durante sua passagem pelos Estados Unidos. Washington. Vol. XXV/91. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8576>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.06.02/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comunicando convite do secretário de Estado americano para uma visita oficial aos EUA; pedindo que o demita previamente caso o novo Ministro do Exterior seja seu adversário político e opinando sobre o discurso de José Américo. Washington. Vol. XXVI/52. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8819>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.06.04/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas analisando as consequências, para Europa e para o mundo, da guerra da Espanha; atentando para a corrida armamentista da Argentina e a necessidade de o Brasil investir na defesa nacional. Informa também sobre: a reação do Governo americano em relação à prorrogação do acordo Brasil-Alemanha e à situação do café brasileiro no mercado brasileiro no mercado internacional. Washington. Vol. XXVI/54. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8830>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.07.03. Correspondência entre Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e Artur de Sousa Costa sobre a “missão Sousa Costa” nos EUA, abordando as seguintes questões: acordo comercial Brasil-Alemanha; criação de duas comissões (N. York e Rio) para intercâmbio comercial brasileiro-americano; “operação ouro” para criação, no Brasil, de um Banco Central; acordo para pagamento da dívida externa. Inclui relatório dos trabalhos da missão apresentado ao Presidente da República, após o regresso do ministro da Fazenda dos EUA. Washington, Rio de Janeiro. Vol. XXVI/76, 78a, 78b, 78c, 78d, 78e, 78f, 81, 82a, 82b, 82c, 82d, 82e, 86a, 89, 90a, 90b, 91a, 91b, 92. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8928>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.08.31/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas relatando os acontecimentos relativos ao protesto da Argentina ao arrendamento dos destroyers ao Brasil e defendendo a necessidade de um serviço permanente de propaganda brasileira nos EUA. Washington. Vol. XXVII/24. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=9222>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.09.09. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas solicitando a presença em Washington, de um funcionário experiente que possa dividir com a embaixada as tarefas e responsabilidades exigidas pelo embaixador. Washington. Vol. XXVII/33. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=9267>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CPDOC / FGV. **Arquivos Pessoais**. GV c 1937.11.06. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas relatando as repercussões positivas do seu discurso em Cleveland, solicitando notícias a respeito da política brasileira e informando sobre a propaganda comunista contra o Brasil nos EUA. Washington. Vol. XXVIII/8. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=9629>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 8, edição nº 2.625, 02 fev. 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093092_02&passa=ano%20193&pesq=%22OSWALDO%20ARANHA%22&pagfis=28588>. Acesso em: 21 dez. 2022.

Movimentos de quebra-quebra (1942): um balanço historiográfico

Bruna Lima¹

Introdução

Os episódios de quebra-quebra no Brasil foram movimentos que destruíram estabelecimentos comerciais e industriais, bem como residências privadas, cujos proprietários tinham origem em países do Eixo, Alemanha, Itália e Japão, durante a Segunda Guerra Mundial, sejam eles como imigrantes ou como descendentes nascidos no Brasil. Tais episódios ocorreram em agosto de 1942, em diversas regiões do Brasil. Porém, apesar do impacto de tais acontecimentos, observamos que os mesmos ainda não foram suficientemente estudados, se pensarmos para questões que vão além do registro e do vínculo com uma perseguição étnica e política.

Podemos afirmar que a quantidade de referências bibliográficas que abordam a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, sob os mais variados aspectos aparecem em grande número. Porém, produções bibliográficas que trabalham de forma específica com os movimentos de quebra-quebra, sob um viés econômico e/ou político, tendo em vista a sua relação com o contexto da época são um pouco mais esparsas. Em alguns trabalhos, inclusive, tais fatos não chegam a figurarem como tema principal das pesquisas, mas apenas como desdobramentos das mesmas.

A partir deste diagnóstico, efetuamos um levantamento relacionado as pesquisas que envolveram esta temática, com destaque para: publicações em periódicos, livros e capítulos de livros, teses e dissertações, publicações em anais de eventos na área da História, além de trabalhos com um viés mais memorialista. A finalidade de efetuar este levantamento foi de percebermos como a historiografia brasileira vem abordando esta discussão e, também, quais poderiam ser as novas possibilidades de abordagem sobre estes acontecimentos.

1 Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (2019). Atualmente atua como professora nas redes municipais de ensino de Marcelino Ramos/RS e Piratuba/SC.

Os episódios de “quebra-quebra” na historiografia brasileira

O primeiro trabalho que selecionamos para esta análise trata-se de uma pesquisa realizada no acervo de propriedade de Tomaz Pompeu Gomes de Matos, um jornalista cearense que registrou em fotos o movimento de quebra-quebra ocorrido em Fortaleza. Esta pesquisa foi publicada pelo Núcleo de Pesquisa Cultura e Memória, vinculado ao Memorial da Cultura Cearense e ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, com apoio de outras instituições e do Governo do Estado do Ceará. O resultado deste trabalho foi dividido e publicado em duas partes: Tomo I, que contém os registros fotográficos do quebra-quebra de 18 de agosto de 1942 ocorrido em Fortaleza, realizados pelo próprio Tomaz Pompeu Gomes de Matos, além de alguns documentos de seu acervo pessoal, também produzidos por ele; já o Tomo II aborda parte de uma pesquisa realizada neste acervo, por integrantes do referido Núcleo de Pesquisa, juntamente com uma discussão referente à utilização de acervos pessoais em pesquisas acadêmicas, trabalhos que utilizaram o acervo mencionado como fonte de investigação. Destacamos, que este material conta também com alguns depoimentos orais que retrataram um pouco deste episódio ocorrido em Fortaleza, sob diversas perspectivas, distribuídas entre os trabalhos.

No Tomo I, além das fotografias, há um relato documentado de Tomaz Pompeu Gomes de Matos, no qual ele apresentou alguns pontos importantes acerca do desenrolar deste acontecimento em Fortaleza, tais como: os afundamentos de navios brasileiros ocorridos entre os dias 16 e 17 de agosto de 1942 e, com isso, a morte de 629 brasileiros, causando, segundo ele, um “clima de ódio e revolta popular”. Além disso, houve um destaque para as mobilizações estudantis que estavam ocorrendo desde o dia 16 de agosto do mesmo ano, com a finalidade de apoiar uma declaração de guerra do governo brasileiro em relação ao Eixo. Neste mesmo documento, o autor relatou ainda, o momento em que se eclodiu os referidos episódios, por parte da população, destacando inclusive quais os estabelecimentos e casas de famílias que foram destruídos, entre outros detalhes.

No Tomo II desta produção, que trata da pesquisa, propriamente dita, e da forma como o trabalho foi sendo construído, questões de cunho mais teórico, envolvendo memória, história e arquivos pessoais, foram trabalhadas. Destacamos, dentro deste mesmo tomo, o trabalho de Daniel da Costa Gonçalves (2009), “Memória dividida e acontecimento plural: o quebra-quebra de 1942 em Fortaleza”, no qual o autor constatou a existência de poucas produções acadêmicas envolvendo estes acontecimentos e o quanto é complicado para o pesquisador abordá-los, devido, entre outros fatores, à pluralidade de memórias existente. No texto, ele fez referência às tramas existentes entre a memória e a

história, demonstrando a complexidade e as diferentes versões construídas por quem testemunhou os acontecimentos em Fortaleza. Somado a isso, o autor também levantou hipóteses sobre os motivos e quem foram os responsáveis pelo episódio de quebra-quebra, demonstrando novamente a complexidade em aliar a memória com a história, no processo de construção do conhecimento histórico.

Talvez um dos fatores que contribui para a pouca quantidade de trabalhos referentes aos episódios de quebra-quebra, fato também constatado por Gonçalves (2009), pode estar relacionado à existência de uma memória sensível em relação a esses episódios, de um modo geral. Isso porque, não podemos negligenciar a significativa quantidade de mortos e, juntamente com isso, todo o cenário de tensão que se formou em torno de tais acontecimentos, seja por aqueles que estavam sofrendo, ou mesmo por aqueles que estavam provocando os ataques, pois remexem em feridas, em assuntos complexos e dolorosos de um passado que, para muitos, deveria ser esquecido.

Outro trabalho que fez referência a esta temática e, também, relacionado aos episódios ocorridos em Fortaleza, foi o de Carlos Renato Araújo Freire (2013), “De algumas lembranças a uma construção da memória do quebra-quebra de 1942”, publicado nos anais do X Encontro Regional Sudeste de História Oral – Educação das Sensibilidades: violência, desafios contemporâneos, em 2013, quando o autor abordou uma série de episódios de quebra-quebra ocorridos na capital cearense, em 1942, destacando a ação de diversos grupos sociais que teriam protagonizado os episódios que aclamavam a defesa da Pátria. Neste trabalho, assim como no anterior, há um destaque especial para as fontes orais e para matérias publicadas em jornais, nas quais os editores salientam a necessidade de se aguardar uma posição “oficial” do governo, que, de certa forma, orientasse a população em relação a qual atitude deveria ser tomada para com aquelas pessoas que possuíam origem étnica de países vinculados ao Eixo. Além disso, assim como no trabalho anterior, Freire (2013) destacou os acontecimentos de 1942 como resultado de manifestações populares, evidenciando, inclusive a participação dos estudantes e destacou ainda que, mesmo que estes episódios se apresentem como importantes, pouco se há documentado sobre eles.

Além destas publicações, o trabalho de Márcio José Pereira, que publicou o artigo “Manifestações Populares contra Imigrantes ‘Eixistas’ durante a Segunda Guerra Mundial no Paraná”, nos Anais do IV Congresso Internacional de História, ocorrido em Maringá, em 2009. Neste trabalho, o autor abordou, entre outras questões, os episódios de quebra-quebra ocorridos em Curitiba, Paraná, em 1942, ressaltando que os mesmos seriam ações

populares que muito provavelmente não teriam um vínculo direto com o Estado, mas que os mesmos estariam articulados a um propósito mais amplo que, de acordo com sua interpretação, seria a “manutenção da nacionalidade” (PEREIRA, 2009, p. 374). Apesar de em um determinado momento do texto o autor destacar a existência de um “discurso da grande imprensa contra os imigrantes” (PEREIRA, 2009, p. 371), o mesmo não chegou a explorar de forma mais precisa esta atitude de apoio.

Da mesma forma, na Bahia, episódios desse tipo também foram registrados a partir do momento em que ocorreu o torpedeamento dos navios brasileiros pelos alemães e da declaração de apoio brasileiro aos Aliados. Neste caso, através da publicação no periódico “A Bahia na Segunda Guerra Mundial”, em 1995, Consuelo Novais Sampaio destacou a ação de grupos comunistas na depredação de estabelecimentos de descendentes alemães, destacando, inclusive, a partir de alguns depoimentos, que a Bahia teria sido o primeiro estado a se mobilizar contra o nazismo, sendo os comunistas, que teriam levado a população para as ruas. Além de comunistas, também teriam se somado a este movimento de apoio aos Aliados, estudantes, professores, operários e demais categorias da sociedade, incluindo os militares.

Além disso, a autora destacou que a população baiana recebia constantemente informações sobre a Segunda Guerra Mundial, através da imprensa, mas que, *a priori*, não tomavam partido em relação a qual dos dois grupos apoiavam, muito em função de grande parte da população ser analfabeta. Porém, com o desenrolar dos acontecimentos, este posicionamento foi dando lugar a defesa pela neutralidade, que logo mudou “a partir do número crescente de navios mercantes brasileiros bombardeados pelos nazistas, e da contínua pressão dos Estados Unidos para que o Brasil entrasse na guerra passou a ser favorável ao apoio aos Aliados” (SAMPAIO, 1995, p. 1).

Sampaio (1995) destacou ainda as comemorações ao dia do pan-americanismo, celebrado em 14 de abril, com grande cerimônia de estímulo às mobilizações dos baianos. Neste artigo, ganhou destaque a amplitude que os movimentos ganharam, alastrando-se, inclusive para outras cidades e a violência com que eram tratados qualquer suspeito de relação com o Eixo, destacando, que a xenofobia havia se espalhado pela sociedade, de modo que “a caça aos ‘eixistas’ continuou até o fim da guerra. Muitos foram presos, pelo simples fato de haverem nascido na Alemanha ou na Itália. Outros, por terem livros, retratos ou qualquer outro material que pudesse ser considerado propaganda nazista” (SAMPAIO, 1995, p. 8).

No trabalho: “As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul”, José Plínio

Guimarães Fachel (2002) analisou os episódios de destruição ocorridos em Pelotas, em agosto de 1942, trazendo questões importantes, entre elas, a tentativa de identificar como o Estado Novo de Vargas interagiu com os atos de violência e, também, se os prejuízos causados pelas destruições podem ter favorecido algum setor socioeconômico. Estas proposições do autor sinalizaram, desde o princípio, a uma preocupação de não somente relacionar as violências aos episódios ocorridos com os navios, mas compreendê-los dentro de uma conjuntura e de um momento histórico que pode sinalizar para interpretações mais complexas.

A ideia trazida por este autor, referente a demonstrar como os episódios de quebra-quebra precisam ser compreendidos dentro de um contexto mais amplo, corrobora com a nossa perspectiva no momento em que o mesmo acrescentou a estes episódios a influência do pan-americanismo, destacando inclusive que “o possível ataque de submarinos alemães aos navios brasileiros foi uma justificativa para a explosão de uma guerra interna aos teuto-brasileiros, que já estava latente desde a ocupação norte-americana no Nordeste brasileiro”, de modo que “a máquina publicitária formada pelo cinema, rádios e jornais, em favor do pan-americanismo, foi reforçada por ações pragmáticas de vingança contra os ‘quinta-coluna’” (FACHEL, 2002, p. 236).

Deste modo, Fachel (2002) foi um dos poucos autores a ter sinalizado que os acontecimentos ocorridos com os navios brasileiros seriam uma espécie de justificativa para a eclosão dos movimentos de quebra-quebra, não somente movidos por um sentimento de vingança, mas nutridos de elementos construídos para tentar apontar que ser alemão era sinônimo de ser nazista, justificando as destruições. Em uma passagem, inclusive, o autor chegou a mencionar que “em agosto de 1942 muitos se uniram para destruir os bens dos ‘súditos do Eixo’, sob o comando de Cordeiro de Farias (Interventor do Estado) em Porto Alegre. Os súditos foram identificados como todos que fossem de origem germânica, italiana ou japonês”, ressaltando que o vandalismo, neste caso específico, possuiu uma “conotação patriótica” (FACHEL, 2002, p. 141).

A ideia de reação popular a imigrantes e descendentes de países do Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreu principalmente devido aos acontecimentos com navios brasileiros também esteve presente nas análises feitas por Cátia Dalmolin (2005; 2006), que, diante dos acontecimentos, em especial o afundamento do navio Tamandaré, ressaltou que “em todo o país sucederam-se fortes protestos, inclusive em Santa Maria”, sendo que “a partir desse momento criou-se um estado real de beligerância entre o Brasil e o Eixo” (DALMOLIN, 2006, p. 107), mesmo antes da ocorrência da declaração oficial de guerra contra o Eixo, em 22 de agosto de 1942.

Neste caso, a autora descreveu a ocorrência de um comício no largo da Viação Férrea e, em seguida, eventos de saques e depredações do patrimônio da população ítalo-brasileira e teuto-brasileira puderam ser observadas na cidade de Santa Maria, RS:

Em Santa Maria, o comício de brasilidade, que estava marcado para o dia 22 de agosto, foi antecipado para o dia 18. Às 16 h daquele dia, mais de quinhentas pessoas tomaram o Largo da Viação Férrea. Em passeata, subiram a av. Rio Branco, rumando para a Praça Saldanha Marinho. A partir desse momento, ondas de depredações foram vistas até à tarde do dia seguinte nas principais ruas e bairros da cidade. Objetos retirados das casas de descendentes dos países do Eixo foram mergulhados no chafariz da Praça Saldanha Marinho. Armazéns, fábricas de bebidas, fábricas de balas e doces, hotéis e restaurantes foram invadidos, saqueados e destruídos pela população (DALMOLIN, 2006, p. 159).

Além deste episódio, a autora examinou questões relacionadas à etnicidade, também nos municípios que compreendem a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, destacando que os acontecimentos referentes à Segunda Guerra Mundial foram perceptíveis na região central do Rio Grande do Sul, sendo que “o afundamento dos navios brasileiros e a consequente declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, os descendentes [foram] fortemente perseguidos e punidos, principalmente no ano de 1942” (DALMOLIN, 2005, p. 104).

Gertz (2005) destacou que, mesmo antes de a Segunda Guerra Mundial começar na Europa, no sul do Brasil muitas pessoas já teriam sentido seus efeitos, através do processo de “nacionalização”. Esta perspectiva também foi apontada por Fachel (2002), quando o mesmo assinalou questões relacionadas ao controle e à coerção policial que encontrava respaldo para a violência. Para ele, “a questão da violência contra a etnia alemã no sul do Brasil, durante o Estado Novo, está diretamente associada à ação policial, seja pela perseguição, controle, propaganda antigermânica, furtos, torturas e mortes, seja pela negligência” (FACHEL, 2002, p. 93).

Mesmo crendo na dificuldade de mensurar e/ou dimensionar níveis de violência, destacamos que, para Gertz (2005), a intensidade deste processo de nacionalização era muito variado e dependia de distintos fatores, tal como pode ser observado no seguinte fragmento:

É evidente que a ‘nacionalização’ – sejam os atos ‘oficiais’, promovidos por instâncias governamentais, sejam aqueles atos promovidos por uma parcela da população por conta própria, à revelia das instâncias estatais, muitas vezes decorrentes de instigações ‘patrióticas’ partidas de pessoas ou de instituições como a Liga de Defesa Nacional – transcorreu de forma e com intensidade variada de lugar para lugar. Isso dependia de constelações políticas, sociais e econômicas locais, da qualidade e do posicionamento das autoridades do lugar e de alguns outros fatores (GERTZ, 2005, p. 153).

Para exemplificar esta ideia, o autor comparou os casos ocorridos cerca de Porto Alegre e na região de Caxias do Sul com aqueles ocorridos na região de Santa Maria e da Quarta Colônia, destacando que, por diferentes fatores, entre eles a quantidade de população com descendência italiana e alemã, esta última região teria sofrido mais violência.

Dalmolin (2005; 2006) também fez referência aos grupos de apoio ao governo brasileiro e de combate ao mencionado fascismo, na cidade de Santa Maria. Sobre estes, salientou que foram organizadas diversas mobilizações, em 1942, destacando-se entre estes grupos, a “Ala Democrática da Mocidade” e o “Movimento dos Italianos Livres”, além do Jornal A Razão, que registrava sucessivos ataques contra os chamados “quinta-coluna”, muitos deles efetuados por Paulo Mendes, pseudônimo utilizado por Clarimundo Flôres, proprietário do jornal A Razão.

Destacamos, neste caso, duas passagens publicadas no Jornal A Razão, que demonstram de forma clara o posicionamento dos editores do jornal, bem como a forma como o mesmo podia intervir, de forma a mobilizar a população santa-mariense contra o Eixo. A primeira passagem refere-se a um artigo, intitulado “Dente por dente, olho por olho”:

Não pode haver mais dúvida, nesta altura, a respeito da orientação que vai guiando aqueles que provocaram esta guerra tremenda. Os países do Eixo, no delírio da maldade, já não encontram qualquer empecilho à sua ação destruidora. Até ontem, na história de todos os povos, havia um código de guerra e o respeito não fugira da orientação dos governos em luta. Hoje, o espírito de respeito foi substituído pelo desejo de levar a destruição e a morte a todos os recantos da terra. Animados pela intenção selvagem da destruição, os países do Eixo já não escondem seus objetivos. E sua ação traiçoeira se vem fazendo sentir contra as próprias atividades pacíficas dos homens.

O afundamento dos navios brasileiros na linha de navegação interna do país, é um fato que revolta e alerta, ao mesmo tempo, que já não é mais possível contemporizar com os agressores e seus adeptos. Nas tradições brasileiras, na nossa história de povo consciente, não há exemplos de lamentações nacionais, quando os interesses morais e maiores do país estiverem sob o jugo e a ameaça do estrangeiro.

Deste momento em diante, só há um caminho a seguir: dente por dente,

olho por olho.

Já não é mais possível tratar com um sorriso aqueles que nos apunhalaram pelas costas, na ação covarde e delirante dos que não encontram meios indignos aos seus objetivos.

A situação internacional e o nosso apego ao respeito essencial à justiça, levaram o Brasil a uma atitude de dignidade. O país e a unanimidade de seu povo, ficaram com aqueles que se opuseram ao domínio dos bárbaros modernos.

Estamos, agora, arcando com as consequências de uma atitude de dignidade. Por isso, precisamos corporificar essa atitude em atos de represália e justiça contra os que menosprezam os interesses e a vida dos brasileiros.

Cumprindo seu dever, o governo do país vem tomando todas as medidas aconselháveis. Cabe ao povo, cabe a todos os brasileiros, levantar o espírito à altura dos acontecimentos e continuar vigilante em torno dos inimigos do país, denunciando-os à justiça e esmagando-os na primeira oportunidade.

Os acontecimentos indicam que não é mais possível continuar agasalhando em liberdade os elementos que não merecem e não podem merecer confiança à segurança nacional e aos ideais de humanidade no Brasil².

Já na segunda passagem do Jornal A Razão, destacamos a matéria intitulada “Vibrante demonstração de protesto contra o barbarismo totalitário! O grande comício promovido pelos ferroviários faz vibrar a cidade – horas de extraordinária exaltação patriótica – os oradores”, em referência à manifestação do dia anterior:

Com o sentimento e o coração no mesmo ritmo que assinala a vida da coletividade brasileira, nestes momentos, de exaltação patriótica e de revolta pelo covarde golpe que a pirataria nazista desfechou contra o Brasil e a população de Santa Maria levou a efeito ontem, à tarde, a maior manifestação de civismo que a história da cidade registra. O comício, que fez vibrar a alma santa-mariense, foi promovido pela classe ferroviária. Toda a população se associou à iniciativa que, no seu desdobramento, refletiu a estigmatização popular do feito sinistro dos subversivos totalitários, em que o banditismo nazista, noutra arremetida traiçoeira, ofendeu a soberania da nossa pátria e enlutou os corações brasileiros³.

Nesta mesma matéria, foram destacados os detalhes do chamado comício, como estava sendo organizado, por quais ruas passariam, quem eram os oradores, entre outras informações. Porém, o que não foi mencionado, foi a destruição dos estabelecimentos comerciais e industriais, além das casas de imigrantes. Talvez uma das explicações para tal ocorrência tenha sido o apoio que o jornal local concedeu às manifestações, de modo que a sua sede, inclusive, foi cedida como palco para o pronunciamento de discursos.

2 Dente por dente, olho por olho. A Razão, 19 de agosto de 1942, p. 2. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

3 Vibrante demonstração de protesto contra o barbarismo totalitário! O grande comício promovido pelos ferroviários faz vibrar a cidade – Horas de extraordinária exaltação patriótica – os oradores. A Razão, 19 de agosto de 1942, p. 4. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Importante destacarmos que pela Constituição de 1937 foi legalizada a censura previa aos meios de comunicação e a imprensa assumiu um papel de caráter público, comprometendo-se em defesa da nação e da política varguista, sendo contra qualquer ameaça provinda de imigrantes eixistas, inclusive incitando organizações de nacionais em defesa da nação. Nesse sentido, de forma a exemplificarmos o posicionamento da imprensa local/regional, Dalmolin (2006) trouxe, em seu trabalho, uma passagem de Maria Catarina Zanini, que corroborou com este posicionamento:

Um verdadeiro estado de guerra se processava nas páginas do Jornal local A Razão, em especial a coluna de Paulo Mendes, inimigo declarado do Quinta-colunismo. Toda a construção retórica do jornal e de seus redatores conduzia a um estado de animosidade contra italianos e alemães e descendentes desses. Era estabelecido um clima de vigília e tensão como se cada cidadão fosse uma espécie de detetive do Estado Novo e devesse, por patriotismo, suspeitar de tudo e de todos. O que, em termos de vivência coletiva, permitiu que muitos interesses e sentimentos diversos, alguns anteriores à guerra, entrassem em cena (ZANINI, 2002, p. 206 apud DALMOLIN, 2006, p. 108).

Neste trabalho, Dalmolin (2006) também destacou que as pessoas oriundas do Eixo ou seus descendentes tiveram parte de seus bens confiscados pelo governo como uma forma de indenização pela ocorrência do afundamento dos navios. Tiveram ainda “seus telefones cortados, canceladas as inscrições de associados ao Conselho da Ordem dos Advogados, bloqueadas as suas contas bancárias, confiscados seus bens” (DALMOLIN, 2006, p. 123), tudo isso a título de indenização pelo ocorrido.

Da mesma forma, também sobre os episódios ocorridos em Santa Maria, Augusto Russini e Lenir Cassel Agostini, no artigo “Santa Maria e a Política Estadonovista (1937-1945)”, publicado na Revista *Disciplinarum Scientia*, em 2004, mencionaram os episódios de quebra-quebra, atribuindo a autoria deles a chamada Ala Democrática da Mocidade de Santa Maria. Neste trabalho, no entanto, os autores não se dedicaram exclusivamente ao estudo desses episódios, não chegando a discorrer efetivamente sobre o que teria de fato levado a eles e não detalhando de forma muito específica tais acontecimentos.

Como podemos observar, até o momento não existem demasiadas discordâncias no tocante às causas que levaram aos episódios de quebra-quebra que se espalharam pelo Brasil em 1942, até porque esta questão nem sempre se apresenta como o objetivo principal de cada autor. Às vezes, a preocupação deles coloca-se em torno de outros elementos que, de certa forma, acabam tangenciando tal temática, sendo que esta, por não ser a raiz da questão, acaba não sendo, muitas vezes, trabalhada com tanta precisão. Além disso, todos

relataram a dificuldade de se acessar fontes que registram tais acontecimentos, restando quase que em totalidade jornais e fontes orais.

Na maior parte dos casos que foram até então apresentados neste trabalho, estes episódios de quebra-quebra apareceram relacionados ao repúdio da população brasileira frente ao torpedeamento de navios civis brasileiros por submarinos alemães nas proximidades do litoral nordestino. Este repúdio, somado a um sentimento de consternação e revolta entre a população brasileira, teriam provocado a destruição do patrimônio de pessoas de origem alemã e italiana, assim como teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros, acusadas de manter algum tipo de relação com o Eixo, apareceu como uma forma de vingança pelas perdas das pessoas que estavam nos navios e um combate ao “inimigo” de guerra. Também se apresentou como justificativa para os episódios de quebra-quebra, a declaração de apoio brasileiro aos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Talvez, entre os trabalhos apontados, talvez Fachel (2002) tenha sido quem mais tentou elaborar uma interpretação para a ocorrência dos movimentos de quebra-quebra, que também considerasse outros fatores, como a influência das ideias pan-americanistas, por exemplo.

Sander (2011), neste caso, destacou a ideia de que foram os ataques às embarcações brasileiras que teriam levado o governo brasileiro a uma aproximação em relação aos Estados Unidos e não o contrário. Somadas as justificativas em relação aos torpedeamentos, destacam-se também que os processos de nacionalização e movimentos antifascistas, promovidos principalmente por estudantes, também aparecem na historiografia que trabalha com o tema, como possíveis fatores que teriam contribuído para a eclosão dos episódios de quebra-quebra, como nos trabalhos de Cátia Dalmolin (2005; 2006). Porém, o que se sobrepõe é a ideia de que estes movimentos teriam ocorrido como uma forma de vingança pelo torpedeamento dos navios brasileiros, o que teria motivado, ou talvez definido, a entrada do Brasil na guerra.

No entanto, ao observarmos a própria bibliografia que dista sobre esta temática, percebemos que ainda existem muitas questões que precisam ser estudadas e reanalisadas, tal como foi destacado por Seitenfus (2003, p. 15) ao mencionar que ainda existem muitas “zonas nebulosas quanto às circunstâncias que conduziram a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial”. Diante desta perspectiva, reforçamos esta ideia com o trabalho de Gertz (2005), o qual, em certa medida, corroborou com este pensamento, principalmente ao destacar que os episódios referentes aos processos de nacionalização que ocorreram não somente durante o período de Estado Novo, mas sim, de forma mais intensa neste.

Gertz (2005) apresentou-nos pontos interessantes no tocante aos quebra-quebras no estado do Rio Grande do Sul. Porém, tal como ocorreu na maioria

dos outros trabalhos, este não foi o foco principal do autor, mas está presente em seu estudo e se faz tão indispensável sua análise, pois Gertz (2005) trouxe alguns indícios que justificariam uma possível intencionalidade do governo em apoiar e/ou fomentar os quebra-quebras. Isso teria ocorrido, segundo ele, devido à postura do interventor do estado, Cordeiro de Farias, tendo em vista que “a política de ‘nacionalização’ e de combate aos ‘quistos étnicos’ constituía o foco central de suas preocupações político-administrativas desde o início do seu governo”. Somado a isso, Cordeiro também teria fomentado a excitação da população contra aqueles que seriam súditos do Eixo, sendo inclusive que, “no dia do início dos quebra-quebras, Cordeiro se misturara à massa, para simbolizar seu apoio total às manifestações”. Nesse sentido, apesar de considerar que ainda existem poucos estudos referentes à ação do exército contra os ataques de violência ocorridos no 19 de agosto, Gertz (2005) considera que, aparentemente, eles teriam ocorrido “à revelia do interventor, por ordem do governo federal”, fato que, para ele, explicaria o pedido de demissão do interventor, que somente foi atendido por Vargas um ano depois (GERTZ, 2005, p. 34).

Neste caso, é fato, para o autor, que o maior número de violência física simultânea teria ocorrido entre os dias 18 e 19 de agosto de 1942, após o afundamento de mais navios brasileiros por submarinos alemães e que, boa parte destas práticas teriam sido efetuadas por pessoas não ligadas diretamente às instâncias estatais, tal como já fora apontado por outros investigadores. Todavia, Gertz (2005) não se descuidou em considerar a possibilidade de associar estes acontecimentos aos interesses destas instâncias estatais, pois, além da postura do interventor, “as forças policiais gaúchas não tomaram nenhuma medida para coibir as depredações. Somente no final do segundo dia, o Exército interveio, para pôr fim aos atos de destruição – aparentemente à revelia do interventor”, porém ensaiados no dia 25 de julho de 1942, quando “o governo promovera um grande comício ‘contra o Eixo’, que teria reunido dez mil pessoas em Porto Alegre” (GERTZ, 2005, p. 175).

Somado a isso, outra questão que reforçou a hipótese deste autor foi uma publicação do Jornal Correio do Povo, datada de 23 de julho de 1942, citada por ele, na qual o periódico teria informado que “estudantes das escolas superiores de Porto Alegre, liderados por Germano Bonow Filho, haviam ido ao Palácio do governo para convidar o interventor para uma manifestação contra o nazi-nipo-fascismo”, sendo que “Cordeiro de Farias deu a maior força aos jovens: ‘já era tempo de que os moços se manifestassem nessa luta em que o governo há longo tempo se vem empenhando’” (GERTZ, 2005, p. 175).

Em relação a este ponto, Fachel (2002) também foi bastante enfático, demonstrando que não havia somente apatia policial, mas que, no Rio Grande do Sul, sua ação não incluía conter estes acontecimentos, demonstrando que a negligência também se configurava como um ato de violência. Além disso, demonstrou como a polícia agia de forma arbitrária, em inúmeras situações, sob a justificativa do patriotismo. Estas apatias do poder público em conter tais violências demonstram o quão complexo foram estes movimentos e, ainda, o quanto eles precisam ser investigados e correlacionados com os interesses do governo na época.

Conclusão

Com os apontamentos deste trabalho procuramos trazer a luz questões relacionadas aos episódios de quebra-quebra ocorridos no Brasil, em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, através de uma análise historiográfica de trabalhos que abordam esta temática. O objetivo principal foi demonstrar o quanto estudos relacionados ao tema ainda carecem de estudos, tendo em vista não só os efeitos, mas também enlaces e desdobramentos que tais episódios podem trazer.

Nesse sentido, observamos que as percepções a respeito dos episódios de “quebra-quebra” ocorridos no Brasil, em 1942 ainda foram pouco exploradas e que existe uma certa homogeneidade presente na historiografia brasileira no que se refere as causas destes episódios. O objetivo desta análise é destacar que estes episódios merecem atenção, pois acreditamos que os mesmos estiveram relacionados a interesses políticos e econômicos mais amplos, frutos do contexto do período e dos interesses nas relações entre Brasil e Estados Unidos.

Ressaltamos, por fim, que uma análise e interpretação destes episódios foi elaborada em Lima (2019), a qual demonstrou a correlação destes acontecimentos com questões relacionadas a ações políticas e econômicas de interesse do governo Vargas. Ou seja, percebemos que este tema extrapola as interpretações que relacionam os episódios de quebra-quebra apenas como uma vingança por conta do torpedeamento dos navios, como já foi apontado pela historiografia. Corroboramos com esta perspectiva, mas acreditamos que novas análises que venham a aprofundar o que já foi elucidado até o presente precisam ser efetuadas, trazendo novas possibilidades de análise.

Referências

DALMOLIN, Cátia. **Em nome da Pátria: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, 18 de agosto de 1942**. 2006. 184f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. 2006.

DALMOLIN, Cátia (org.). **Mordaça Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo**. Santa Maria: Palotti, 2005.

FACHEL, José P. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul**. 2002. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica – RS, Porto Alegre, 2002.

FREIRE, Carlos Renato Araújo. De algumas lembranças a uma construção da memória do quebra-quebra de 1942. In: **Anais X Encontro Regional Sudeste de História Oral – Educação das Sensibilidades: violência, desafios contemporâneos**. 2013. Disponível em: <http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1374314196_ARQUIVO_Dealgumaslembrancasauuma-construcaodamemoriadoquebra.pdf> Acesso em 04 de junho de 2015.

GERTZ, René. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

GONÇALVES, Daniel da Costa. Memória dividida e acontecimento plural: o Quebra-Quebra de 1942 em Fortaleza. In: ROLIM, Valéria Laena Bezerra (Org.). **Memórias de um dia: o quebra-quebra de 1942 em Fortaleza**. Fortaleza: IACC, 2009.

LIMA, Bruna. **Fronteiras entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria [Tese de Doutorado], 2019.

PEREIRA, Márcio José. Manifestações populares contra imigrantes “eixistas” durante a 2ª Guerra Mundial no Paraná. In: **Anais Iv Congresso Internacional de História**, Universidade Estadual de Maringá, 2009. Maringá, PR, 2009. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/218.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2019.

RUSSINI, Augusto; AGOSTINI, Lenir Cassel. Santa Maria e a Política Estadonovista (1937-1945). Série Ciências Humanas. **Disciplinarum Scientia**, v. 5, n. 1, p. 27-44, 2004.

SAMPAIO, Consuelo Novais. A Bahia na Segunda Guerra Mundial. **O Olho da História**, v. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/01bahia.html>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

A Segunda Guerra Mundial e os “inimigos” internos: vigilância e repressão na fronteira platina (1942-1943)¹

João Vitor Sausen²

Durante a década de 1930, o Brasil assumiu uma postura internacional de aproximação tanto com os Estados Unidos da América quanto com a Alemanha. Todavia, a partir do início da Segunda Guerra Mundial, o país passou a se alinhar gradualmente aos Estados Unidos, até assumir uma postura de aliança, em 1942, com a declaração de guerra à Alemanha. A condição de guerra, além de uma posição vinculada ao combate à Alemanha e ao nazismo, expôs uma grande problemática no território brasileiro: a presença significativa de imigrantes e seus descendentes vinculados aos países do Eixo.

Neste ponto, a noção de “perigo alemão” foi central nas políticas do governo brasileiro. Esta, corrente desde o início do século XX, observava na presença de imigrantes alemães e seus descendentes no país, pontes para o imperialismo da Alemanha. Desta forma, no contexto do regime Nazista (1933-1945) e o expansionismo do país – especialmente a partir de 1938 -, foi direcionada grande preocupação para as comunidades de origem imigrante estabelecidas no Brasil.

Além disso, estava em curso uma Campanha de Nacionalização, voltada à integração dos descendentes de imigrantes presentes no país, a partir de uma estatização do ensino, ações de incentivo ao patriotismo, proibição do uso de línguas estrangeiras, proibição de associações culturais estrangeiras, entre outras medidas. Estas duas condições, a do combate à Alemanha e ao “perigo alemão”, bem como a Campanha de Nacionalização, se fundiram no contexto, transformando políticas de assimilação em ações de segurança nacional. Neste

1 Este trabalho é fruto de nossa Dissertação de Mestrado em História, defendida em 2022, subvencionada com Bolsa CAPES/DS, orientada pela Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin e coorientada pela Prof^a. Dr^a. Sonia Rosa Tedeschi (UNL/Argentina): SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira: as relações político-culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo (1919 - 1945)**. 2022. 268 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

2 Aluno de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM, Brasil), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin, no qual recebe subvenção de Bolsa CAPES/DS; Bacharel, Licenciado e Mestre em História pela UFSM; Graduando em Arquivologia pela UFSM; Membro do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina: Sociedade, Poder e Instituições e do GEIPRI - Grupo de Estudos em Instituições e Processos Decisórios nas Relações Internacionais; E-mail: sausenjoaovitor@gmail.com.

sentido, a concepção presente no contexto era a de que para combater o nazismo e a influência alemã era necessário integrar culturalmente a população daquela origem, além de manter uma vigilância policial para com os mesmos. Desta forma, as políticas de nacionalização assumiram um caráter repressivo, e, muitas vezes, paranoico.

Neste horizonte de desconfianças e vigilância, o espaço fronteiriço recebeu grande atenção, justamente pela condição histórica de conflitos e presença militarizada na região, atrelada aos processos de independência da América Platina, e posteriores disputas territoriais. A partir desta perspectiva, no presente trabalho analisamos Porto Novo³, um pequeno povoado, localizado no espaço fronteiriço do Brasil com a República Argentina, na região conhecida como “Palmas”, disputada entre ambos os países durante o século XIX. Este povoado teve origem em um projeto de colonização conduzido pela *Volksverein für die deutschen katholiken in der Rio Grande do Sul*⁴, voltado para alemães e seus descendentes que fossem de fé católica, fundado em 1926.

O estudo de Porto Novo durante a Segunda Guerra Mundial, por sua composição étnica no período (majoritariamente formada por brasileiros descendentes de “alemães”), por sua vez, permite observar as políticas estatais de vigilância e repressão no espaço fronteiriço. Esta investigação foi realizada a partir da análise do Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, bem como da obra memorialística “*Espírito Pioneiro*”, de Maria Wiersch Rohde, publicada originalmente em 1951 em língua alemã⁵, que oferecem registros do cotidiano portonovense e das ações estatais em torno da vigilância, repressão e nacionalização realizadas no contexto.

Porto Novo e as políticas de nacionalização

A colonização de Porto Novo foi fundada em 1926 a partir da *Volksverein für die deutschen katholiken in der Rio Grande do Sul*, como um empreendimento de povoamento voltado apenas ao público alvo da instituição. Neste sentido, seriam aceitos para comporem a população da localidade apenas alemães e seus descendentes que fossem de fé católica, o que acabou por não ser um parâmetro uniforme, visto que havia habitantes de outras origens ou credos (SAUSEN, 2022). Devido ao contexto de altos preços nas terras ofertadas no estado do Rio

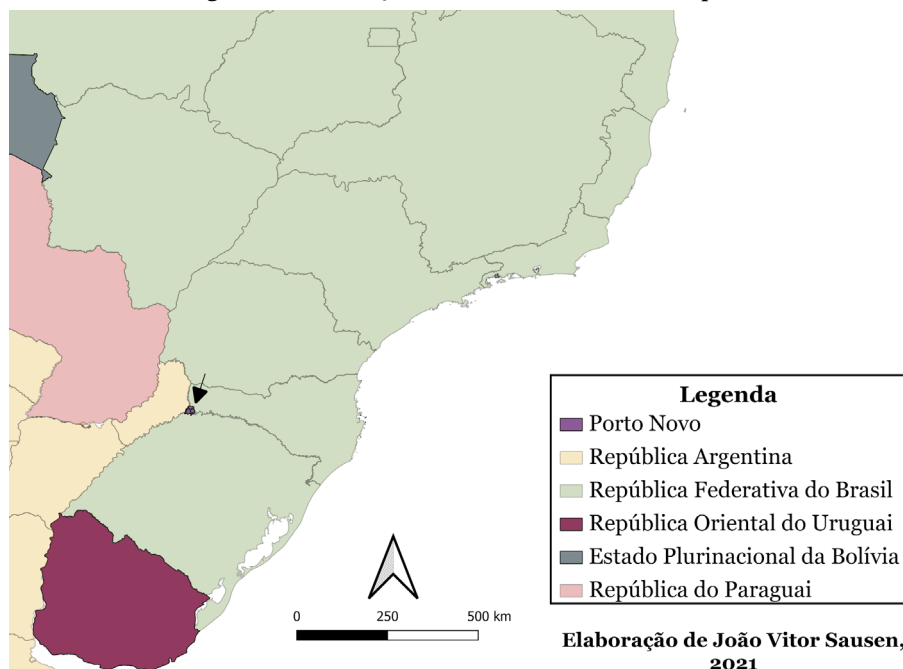
3 Atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, além de partes do território de Iporã do Oeste.

4 Sociedade Popular para alemães católicos no Rio Grande do Sul [Tradução nossa].

5 Em obra recebeu sua primeira tradução para a língua portuguesa em 2011, através de um projeto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina, coordenado pelo Prof. Dr. Paulino Eidt (em memória).

Grande do Sul e as demandas decorrentes da expansão demográfica dos núcleos coloniais, o principal público que acabou se direcionando para a colonização foi o de teuto-brasileiros nascidos naquele estado.

Figura 1 - Localização de Porto Novo na fronteira platina



Fonte: SAUSEN, João Vitor. La guerra y los no nacionales: la Segunda Guerra Mundial y las radicalizaciones de la Campaña de Nacionalización en Porto Novo, Brasil (1939-1945). *Revista de Historia y Geografía*, Santiago, n. 45, p. 47-66, 2021, p. 49.

Ao longo das primeiras décadas de existência de Porto Novo, esta recebeu nacionalidades variadas, como alemães, austríacos, húngaros, luxemburgueses, romenos, russos e suíços, mas sempre em proporções menores do que aquela de teuto-brasileiros. A exceção encontra-se em um processo organizado de imigração de alemães, teuto-romenos e teuto-russos, a partir de 1933, e em intermédio com a *Skt. Rafaelsverein*⁶. Deste processo, decorreu a formação da comunidade de Linha Presidente Becker, junto ao Rio Peperi-Guaçu e a fronteira com a República Argentina, onde foram assentados imigrantes vindos da Alemanha.

Do ponto de vista institucional, nos seus anos iniciais, a organização interna de Porto Novo fluía em torno dos padres jesuítas (que estavam nas posições dirigentes da *Volksverein*, e assumiram a paróquia nos primeiros anos de existência da mesma), bem como a administração colonial de fato, dirigida inicialmente por

⁶ Sociedade São Rafael [Tradução nossa].

Joseph Franzen, e, mais tarde, por Carlos [Karl] Rohde (este o fazia a partir da Sede Capela). A divisão territorial indicava duas sedes principais: Itapiranga e Capela (com 30 km de distância entre ambas), o que reservou aos anos iniciais da colonização uma disputa pela instalação de elementos que garantissem uma escolha definitiva da sede de Porto Novo, que acabou por ser a primeira.

Durante este período, Porto Novo foi inicialmente parte do Distrito de Porto Feliz/Mondaí, pertencente ao município de Chapecó, até se tornar um distrito, em 1932. Assim, a presença do Estado foi se construindo gradualmente, com uma inserção contínua de instituições e agentes públicos, estes últimos muitas vezes oriundos da própria sociedade local (SAUSEN, 2022). Neste sentido, muitas instituições estatais conviveram com a existência de estruturas de mesmo tipo já existentes, e até em maior número, como é o caso das escolas.

O sistema de ensino local decorre da auto organização dos colonos, ainda nos anos iniciais de Porto Novo, com a instalação de escolas em razão usualmente de uma por comunidade, em um sistema vinculado aos padres jesuítas, chamado de “escola paroquial”. Neste sistema, as estruturas das escolas pertenciam às paróquias, e o ensino se atrelava a lições religiosas, culminando, ao final dos quatro anos do ensino primário, na Comunhão Solene, demarcando o grau básico do catecismo. Além disso, as famílias cujos filhos estavam matriculados pagavam uma mensalidade, e as comunidades tratavam de ceder um pedaço de terras e uma casa para a residência do professor e sua família. Este, por sua vez, assumia uma função de liderança comunitária, que se vinculava ao seu labor como professor (EIDT, 1999).

Uma vez que a maioria da população tinha como língua materna o alto alemão ou algum dos vários dialetos alemães presentes no país (em maior número), o ensino era realizado majoritariamente nesta língua, restando algumas lições básicas em língua portuguesa. O Estado, neste sentido, e por mais de uma década, se resignou a subvencionar escolas que estivessem de acordo com suas diretrizes, mas não pôde se impor frente ao sistema escolar já existente (SAUSEN, 2022).

O principal ponto de inflexão neste sentido ocorreu a partir de 1935, quando começaram a ser implantadas políticas mais extensivas de nacionalização. Assim, no estado de Santa Catarina, e durante o governo de Nereu Ramos (1935-1945), foram emitidos diversos decretos, que tinham em seus pontos principais aspectos como controlar a presença estrangeira em funções de docência ou de direção nas escolas, forçar o ensino em língua portuguesa, além de garantir a presença obrigatória das crianças de até 14 anos nas escolas (SAUSEN, 2022).

Em um primeiro momento, estas medidas foram acatadas em parte pelas escolas em Itapiranga, até 1938, quando a não aceitação das novas diretrizes

acarretou no fechamento de todas as instituições, com a posterior estatização de suas estruturas, e a reorganização e reabertura das mesmas como instituições vinculadas ao estado de Santa Catarina⁷. Neste novo contexto, foram enviados, em diversos momentos, professores cuja origem era externa a Porto Novo para lecionarem nas escolas, os quais usualmente não eram aceitos, e tinham vida efêmera na localidade. Além disso, era usual que escolas fossem fechadas temporariamente, bem como professores fossem demitidos, em razão do não cumprimento de normativas, como a obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa (SAUSEN, 2022).

Neste sentido, a nacionalização do ensino local não encerrou a necessidade de vigilância ou controle a partir do estado, mas sim deu início a um período de constantes conflitos e disputas em torno das diretrizes do ensino, que evidenciava as ações da população local, dos padres jesuítas e dos agentes do estado. Um exemplo é um caso vinculado às escolas da Linha Cotovelo e da comunidade de Santo Inácio, referente ao ano de 1941. Naquele ano, os professores de ambas as instituições foram exonerados, pois na lista de alunos inscritos constavam seus filhos como não falantes de língua portuguesa⁸. Com a exoneração, as duas instituições ficaram sem professores por um longo período, tendo a escola de Santo Inácio permanecido fechada por cerca de um ano.

Apesar das resistências às medidas de nacionalização do ensino, a ação por parte do estado de Santa Catarina, na apropriação das estruturas, auxiliou a obter um maior controle sobre os currículos, que deveriam ser orientados pela tônica nacionalista do período, assim como o ensino deveria ser conduzido apenas por brasileiros que tivessem um bom domínio da língua portuguesa (SAUSEN, 2022). Desta forma, configurou um capítulo relevante para a nacionalização da população local, bem como, nos anos seguintes a temática se misturou com a instabilidade do contexto de guerra, além da desconfiança para com os alemães e seus descendentes.

Mesmo antes da guerra, teve relevância na relação do Brasil com a Alemanha o *putsch integralista* de 1938. Após aquela tentativa fracassada de golpe de estado por parte de membros da extinta Ação Integralista Brasileira, alguns alemães foram perseguidos e presos, acusados de terem tido parte no intento (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020). A partir deste contexto, foi reavivada a desconfiança para com os alemães, na figura de um suposto “perigo alemão” que vinculava ações imperialistas da Alemanha com os imigrantes e seus descendentes estabelecidos no país, bem como transformava o integralismo em um braço do nazismo no Brasil.

7 Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 15.

8 Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, Brasil, f. 20.

Sob o prisma da guerra

Em dezembro de 1941, os ataques japoneses a várias bases norte-americanas no Oceano Pacífico, com destaque a *Pearl Harbor*⁹, arrastaram o país para o conflito, e geraram reações por parte dos demais países da América. Assim, a partir da III Conferência de Chanceleres dos Países Americanos, realizada no Rio de Janeiro, no mês seguinte aos ataques, vários países, incluindo o Brasil, romperam as relações diplomáticas com o Eixo (MROS, 2019). O contexto gerou uma represália por parte da Alemanha e da Itália, que passaram a realizar ataques submarinos a navios brasileiros de atividades mercantes ou de transporte de passageiros, fato que gerou uma série de afundamentos. Ao final do mês de agosto de 1942, após seis afundamentos em quatro dias, todos realizados na costa nordeste do Brasil, e uma intensa pressão popular, o país declarou guerra à Alemanha (MROS, 2019).

A situação internacional, ao longo do ano de 1942, havia gerado diversas consequências para as populações cuja origem nacional era vinculada aos países do Eixo, especialmente a partir da concepção de um “perigo alemão”. Em primeiro lugar, a origem nacional, em um contexto de guerra, ou de visão daqueles países como agressores, levou a esta porção da população um olhar de desconfiança, observando naqueles, agentes possíveis do elemento externo¹⁰. A partir da concretização da situação de guerra, e agressões *de facto* promovidas pela Alemanha e a Itália, reações populares e ações estatais foram direcionadas para suprimir a presença do “inimigo interno” no país.

Desta forma, na realidade de Porto Novo, ainda em fevereiro de 1942, como reação quase imediata, um destacamento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul – então uma força policial vinculada ao poder central -, foi instalada no distrito (MAYER, 2016). Esta também mantinha um contingente acampado na comunidade de Linha Presidente Becker, que, como mencionado anteriormente, era um núcleo formado majoritariamente por alemães natos, provenientes de um fluxo migratório ocorrido entre 1933 e 1934 (ROHDE, 2011[1951]).

Neste período também foram proibidas todas as manifestações em línguas estrangeiras em espaços públicos. No *Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga* (1942, f. 21) é mencionado que: “(...) havia aqui o costume de pregar e cantar em ambas as línguas, isto é, em brasileiro e em alemão, ao menos nos últimos anos. – **A 1º**

9 Parte do Arquipélago do Hawaii.

10 Neste ponto, é preciso recordar que ao longo do período republicano brasileiro era comum a noção de um inimigo interno vinculado a agentes externos, na figura de parcelas dos imigrantes estabelecidos no país, como por exemplo imigrantes do leste europeu eram em diversos casos vistos como agentes da União Soviética no país. Ver mais em: ZEN, Erick Reis Godliauskas. **Imigração e Revolução**: lituanos, poloneses e russos sob Vigilância do Deops. São Paulo: Edusp, 2010.

de fevereiro veio ordem para o Sargento que era proibido falar o alemão, em lugares públicos o que também queriam aplicar à igreja (...) [grifos nossos]. É interessante observar, a partir deste trecho, que a concepção de “espaço público”, poderia incluir, para as autoridades policiais, as igrejas. Além disso, as manifestações realizadas em línguas que não o português, seja na forma falada ou na forma escrita, quando denunciadas ou presenciadas por autoridades, eram punidas. As formas de punição, por sua vez, poderiam configurar desde agressões até prisões por um curto período.

No mês de agosto, já em um contexto próximo a declaração de guerra, e, significativamente tenso, após várias represálias aos “alemães”, e devido ao temor de perseguições atreladas a condição de guerra, um grupo de 11 alemães natos, cuja maioria eram residentes na Linha Becker, conseguiram empreender com sucesso uma fuga para o Território de Misiones, República Argentina (ROHDE, 2011). Outros participantes iniciais deste processo, mas que desistiram da fuga, foram presos em Porto Novo, alguns dos quais foram alvo de represálias ao longo dos meses seguintes. Na imagem a seguir, estão registrados os onze participantes iniciais da fuga para a República Argentina:

Figura 2 - Os 11 participantes iniciais da fuga para a República Argentina



Fonte: Sabedoria das idades. **Jornal Força D'Oeste**, Itapiranga, nº 1.150, p. 17, 7 abr. 2020.

Já no mês de novembro, Maria Dietz, esposa de um dos que participaram com sucesso da fuga (Josef Dietz), após ter sido perseguida pelas forças policiais em Porto Novo, também fugiu para Misiones, junto aos seus dois filhos, Alfons

e Martin (ROHDE, 2011). Em Misiones, a família residiu inicialmente em San Pedro, local de destino dos refugiados, para em seguida se estabelecerem em Campo Grande (SCHNEIDER, 2019). De acordo com Maikel Schneider (2019), a residência da família na Linha Becker foi destruída pelos policiais da Brigada Militar após ter sido abandonada. Ao final da Segunda Guerra Mundial, apenas Alfons Dietz retornou para Porto Novo¹¹.

Com relação a esta ‘fuga’ para a República Argentina, é importante mencionar que a mesma não configurou um fato isolado no período. Na investigação para a nossa Dissertação de Mestrado em História, pudemos observar que este fenômeno foi generalizado a partir de agosto de 1942, sendo realizado também por habitantes no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e tendo como destino principal localidades também conformadas pela (i)migração alemã no Território de Misiones, bem como na República do Paraguai, destinos os quais eram observados como mais seguros no contexto (SAUSEN, 2022).

Prisões, como as daqueles que não lograram a fuga para Misiones, foram registradas ao longo de todo o período posterior à declaração de guerra. Como o registrado por Daniela Rohde¹² no dia 24 de agosto, cujos prisioneiros foram enviados para Porto Alegre, bem como nos dias seguintes: “2 de setembro – um caminhão cheio de prisioneiros partiu hoje (...) 3 de setembro – Hoje saiu outro caminhão carregado de prisioneiros, 33 pessoas foram levadas daqui” (ROHDE, 2011, p. 247). Os últimos teriam sido levados para Lages. O quadro de prisões também se repetiu em dezembro daquele ano (ROHDE, 2011).

Já em fevereiro de 1943, enquanto uma ação para garantir a segurança do espaço fronteiro, a Brigada Militar ordenou a remoção de Porto Novo de todos os habitantes que fossem romenos e alemães natos, e suas migrações forçadas até a região de Xanxerê (próxima a cidade de Chapecó) (ROHDE, 2011). Estavam dispensados da migração aqueles que fossem casados com brasileiros ou casos especiais, como os que possuíam dupla nacionalidade (vinculada a países aliados) ou enfermidades que não permitiam locomoções¹³.

Este processo fez com que muitas famílias em poucos dias se desfizessem de seus bens, uma vez que receberam apenas dez dias para realizarem os preparativos, destinados a uma saída que deveria ser definitiva. A medida foi

11 Outro que empreendeu a fuga em agosto de 1942 e se instalou em definitivo na República Argentina foi Wendling Kober, que passou a residir em Puerto Rico, também no Território Nacional de Misiones. Ver mais em: JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo**: um documentário histórico. 3 ed. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.

12 Daniela é filha de Maria Wiersch Rohde. Partes dos registros de seu diário sobre o período foram publicadas por Maria na obra “Espírito Pioneiro”.

13 Estas exceções fizeram com que fossem registrados casos onde apenas um membro da família teria que migrar para Xanxerê, ou realidades como a de Maria Rohde, que possuía um passaporte dos Estados Unidos da América, e ao apresentá-lo, foi dispensada da migração.

revertida ao final do mês, não sem terem sido registradas as saídas e circulações de algumas caravanas de alemães e romenos pela região. O impacto deixado na memória local e especialmente nas famílias participantes do processo fez com que este fosse denominado de “Caravana da Morte” (RODHE, 2011).

Este processo, assim como aquele das fugas “espontâneas” realizadas em agosto de 1942, configuraram um quadro de expulsões de não-nacionais de Porto Novo ao longo da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Estas migrações forçadas, profundamente vinculadas à atuação repressiva da Brigada Militar na região, demarcou uma ‘nacionalização’ do território, afastando os ‘inimigos internos’ alemães da fronteira com a República Argentina. No mapa a seguir está representada a localidade de Xanxerê com relação a Porto Novo e Chapecó.

Figura 3 - Mapa com a localização de Xanxerê com relação a Porto Novo



Fonte: SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira:** as relações político-culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo (1919 - 1945). 2022. 268 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022, p. 201.

A mudança forçada dos alemães e romenos não vinculados a brasileiros, e, portanto, observados como não nacionalizados, além de casos omissos (como os dispensados por ordem médica, ou vinculados a nacionalidades que não eram ‘inimigas’ do Brasil na guerra), era uma forma de determinar uma

vigilância mais próxima para o contexto. Neste sentido, a localização em uma cidade próxima a Chapecó, e, por consequência da sede municipal, teria como finalidade imediata a “segurança” deste espaço fronteiriço.

Já em setembro de 1943, porções fronteiriças do estado de Santa Catarina e do estado do Paraná foram desmembradas e passaram a fazer parte do Território Federal do Iguaçu, sob uma administração direta do poder central. Para Porto Novo, esta mudança representou a saída da Brigada Militar, sendo esta substituída pelo Exército. Além disso, as ações repressivas do contexto são usualmente consideradas como mais brandas a partir de setembro de 1943 (MAYER, 2016).

Considerações Finais

O grande número de imigrantes que se estabeleceram no Brasil, bem como a conformação de um Estado-Nação brasileiro ao longo do século XIX e a primeira metade do século XX, expuseram uma significativa problemática com relação a integração destes imigrantes, e, notadamente de seus descendentes a uma perspectiva nacional brasileira, então em construção. Neste sentido, as realidades de fronteira, e, em especial, da fronteira platina, espacialidade de disputas constantes ao longo de todo o século XIX, geraram discussões e políticas em torno da questão nacional e da presença (i)migrante.

Já no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil se encontrava em guerra com países de origem de muitos imigrantes presentes em seu território, como a Alemanha, a Itália, o Japão ou a Romênia, a questão da integração dos imigrantes foi observada sobre um prisma ainda mais complexo. Assim, medidas de nacionalização apressadas e agressivas foram direcionadas para uma integração que fosse rápida e garantisse a segurança dos territórios, especialmente os fronteiriços.

Assim, o contexto de Porto Novo é um caso representativo da vigilância estatal para com o espaço fronteiriço, à luz de uma noção de “perigo alemão”. Neste contexto, sob o prisma das desconfiças para com as populações de origem alemã, bem como de ações de cunho nacionalizador, Porto Novo foi palco de prisões, perseguições, migrações forçadas e limitações culturais, como a proibição da escrita e fala de línguas alemãs. Desta forma, configuraram ações cuja finalidade era a segurança fronteiriça e uma integração rápida da população, o que guarda sequelas na memória local até a atualidade.

Referências

- EIDT, Paulino. **Porto Novo**: da escola paroquial ao processo de nucleação - uma identidade em crise. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.
- GERTZ, René E. **O perigo alemão**. 2 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- JUNGBLUT, Roque. **Porto Novo**: um documentário histórico. 3 ed. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.
- MAYER, Leandro. **“O triste fim de Anton Kliemann”**: a campanha de nacionalização e seus desdobramentos no oeste de Santa Catarina. 2016. 271 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.
- MROS, Günther Richter. **O Brasil nas guerras dos outros**: o interesse nacional em meio a ressignificações sistêmicas (1914-1919 & 1930-1945). 2019. 229 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.
- SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira**: as relações político-culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo (1919 - 1945). 2022. 268 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.
- SCHNEIDER, Maikel Gustavo. **„Talvez nunca mais eu veja minha terra natal”**: a trajetória de imigrantes alemães na colonização de Porto Novo/SC (1932-1942). São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.
- ZEN, Erick Reis Godliauskas. **Imigração e Revolução**: lituanos, poloneses e russos sob Vigilância do Deops. São Paulo: Edusp, 2010.

Fontes

- Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga**. Paróquia de Itapiranga, Santa Catarina. 1926 a 1952.
- ROHDE, Maria Wiersch. **Espírito Pioneiro**: a herança dos antepassados. Tradução de Heidi Collischonn Biehl. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

De Kobe para Santos - os investimentos externos diretos japoneses na economia brasileira durante a Ditadura Militar

Laura Machado Ribas¹

Martha Silveira Nummer²

Günther Richter Mros³

Introdução

O presente trabalho foi elaborado no âmbito do Grupo de Estudos em Instituições e Processos Decisórios nas Relações Internacionais, na linha de História das Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O contexto da pesquisa é referente ao período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), quando o Brasil experimentou o chamado ‘Milagre Econômico’, período de aceleração do crescimento de seu Produto Interno Bruto e alta industrialização no país. A abertura para o capital estrangeiro ocorrida durante o governo de Costa e Silva permitiu forte penetração de capital estrangeiro no país, destacando-se o capital japonês durante a década de 1970.

Ao longo do século XX, especialmente entre 1908 e 1973, ocorreram três ondas de imigração japonesa para o Brasil, motivadas, na primeira onda, pela ocidentalização do Japão e a Reforma Meiji. Dessa forma, levando em consideração as ondas de imigração e a abertura do capital japonês, o trabalho divide-se em três objetivos específicos, sendo: I - entender a motivação da terceira onda de imigração; II - entender as motivações e as consequências do investimento externo direto japonês no Brasil durante a década de 1970; III - investigar a correlação entre a terceira onda de imigração e o investimento externo supracitado e; IV compreender como essa correlação se perpetuou durante o governo Geisel para o desenvolvimento econômico brasileiro.

1 Acadêmica do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); E-mail: laura.ribas@acad.ufsm.br.

2 Acadêmica do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

3 Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Professor do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM; Coordenador do Grupo de Estudos Interdisciplinares e de Pesquisas em Relações Internacionais (GEIPRI/UFSM); E-mail: gunther.mros@ufsm.br.

O método utilizado é o indutivo e a pesquisa será realizada majoritariamente através de fontes secundárias, como livros e artigos, pois a proposta é realizar uma revisão bibliográfica de trabalhos produzidos anteriormente e buscar realizar conexões entre essas informações primárias, dado que a maioria da documentação histórica deste período está somente em formato físico. A pesquisa será dividida em 3 etapas: a primeira etapa consiste na contextualização histórica da imigração japonesa e das relações entre Brasil e Japão, com um recorte temporal de 1868 (início da Reforma Meiji) até 1973 (chegada do último navio de imigrantes japoneses no Brasil) e o traçamento de perfil dos imigrantes de cada uma das ondas migratórias japonesas; a segunda etapa consistirá na contextualização do principal período estudado no Brasil - o governo Geisel e sua política de relacionamento com o Japão, seguida de uma explicação quantificada e qualificada do investimento japonês no recorte temporal supracitado; por fim procuramos responder a pergunta de pesquisa: de que forma ocorreu a correlação entre a terceira onda de imigração japonesa com o aumento de investimentos japoneses no Brasil que ecoou durante o governo Geisel?

Para tanto, espera-se ao final do trabalho obter um panorama sobre o perfil dos imigrantes da última onda japonesa dentro de categorizações como nível de educação, atuação profissional, média etária, dentre outros aspectos socioeconômicos. Também é esperado entender se existiu ou não uma relação entre os governos na articulação para os investimentos diretos japoneses na década de 70 ou este foi um movimento guiado pelo 'boom' econômico a qual o Brasil passava, além de compreender quais setores produtivos brasileiros mais foram beneficiados por esse capital e quais foram as repercussões de todos estes eventos nas relações nipo-brasileiras.

Reforma Meiji e as imigrações japonesas para o Brasil

Cenário japonês

Durante o período Edo (1603-1868), o Japão permaneceu dentro de uma política isolacionista promovida pelo shogunato Tokugawa e com limitado contato envolvendo outras nações. Essa estrutura começou a se alterar com a chegada da caravana do estadunidense Matthew C. Perry e sua diplomacia de canhoneiras⁴ em 1853. O país insular, com o defasado governo militarista tentando recuperar sua legitimidade frente a diversas disputas internas, cedeu

4 Consiste na utilização da força militar para obtenção de ganhos diplomáticos, técnica muito utilizada pelos Estados Unidos a partir do século XIX. Kitahara (1986) analisa o caso japonês em seu trabalho "Commodore Perry and the Japanese: A Study in the Dramaturgy of Power."

às demandas norte-americanas, abrindo seus portos para navios estrangeiros no ano seguinte e assinou um acordo comercial em 1858. O tratado não foi bem recebido pela população, observando-se aumento na taxa de violência contra estrangeiros durante a década de 1860 (MACEDO, 2017) e o assassinato de Ii Naosuke, o responsável por assinar o acordo comercial de 1858, pelas mãos de samurais do domínio de Satsuma.

Forma-se uma dicotomia entre aqueles favoráveis à restauração imperial com influências ocidentais e os defensores do shogunato e do isolacionismo. A elite feudal japonesa, o grupo formador dos defensores do regime em vigência, entrou em rápido declínio após os eventos envolvendo os Estados Unidos, especialmente por “não conseguirem conter invasões militares norte-americanas e britânicas arquitetadas com a ajuda dos dois feudos mais poderosos da época, Satsuma e Choshu” (MACEDO, 2017, p. 127). Foram as elites locais, apoiadas principalmente pelos britânicos, responsáveis por, em 1868, realizar um golpe de Estado ao fazer com que o jovem imperador, à época com 15 anos, proclamasse a restauração do poder imperial em detrimento do shogunato, iniciando uma guerra civil e, posteriormente, a Reforma Meiji, marcada pela rápida industrialização japonesa e unificação do país em torno de uma identidade nacional em comum.

Com o início da Era Meiji, o Japão passa por amplas reformas políticas, econômicas, sociais e geográficas fortemente influenciadas por valores ocidentais. Conforme Ortiz (2000):

Da Bélgica vem o modelo do Banco Japonês; da Alemanha, o do exército; dos Estados Unidos, o da escola primária, do sistema bancário nacional; da França, o do exército, da escola primária, da polícia civil, da polícia militar, do sistema judiciário; da Grã-Bretanha, o da marinha, do sistema telegráfico, postal e de poupança (ORTIZ, 2000, p. 54).

Em 1870, quando as terras são nacionalizadas, os senhores feudais perdem seus títulos e a classe samurai é oficialmente abolida, empurrando diversos homens para a pobreza. Impostos passaram a ser pagos em dinheiro e não mais em espécie, marginalizando camponeses e provocando um grande êxodo rural (SAKURAI, 1998). Com a crescente industrialização e a expansão do exército para atender às demandas imperialistas do novo governo, o controle de natalidade foi abolido, também sob valores ocidentais de que o aborto e infanticídio não deveriam ser realizados na nova sociedade japonesa (HOMEI, 2002). Portanto, houve um somatório de situações inoportunas: alto desemprego causado pela automatização da agricultura, um grande aumento populacional desenfreado motivado por ideais ocidentais e de aumento militar, além de um grande êxodo rural provocado pela industrialização.

Diante da complexa situação, o governo japonês, a partir da década de 1880, começa a estimular a emigração para outros países através de acordos entre governos e/ou órgãos governamentais, com destaque para os Estados Unidos e o Peru durante o século XIX, enquanto a ocupada Coreia do Sul e o Brasil passam a ser os destinos mais populares a partir do início do século XX (LEÃO NETO, 1990).

O Brasil como destino imigratório

As primeiras interações formais⁵ entre Japão e Brasil ocorrem por meio do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado em 1895. Com a abolição da escravidão em 1888 e a Belle Époque na Europa, a elite brasileira observava o número de trabalhadores na agricultura principalmente nas lavouras de café - diminuir significativamente, acrescido de uma superprodução cafeeira que fez com que o preço despencasse e colocasse a economia brasileira em uma situação delicada (SASAKI, 2006). A partir disso, o governo passa a estimular a imigração através de políticas públicas voltadas principalmente para imigrantes não-europeus. O contato com migrantes asiáticos não era novidade, uma vez que os chineses já estavam presentes no território brasileiro desde a época do Império (CZEPULA, 2017). É importante destacar, no entanto, a forte xenofobia e racismo que rodeavam esse grupo de pessoas, fator que se repetiu durante a imigração japonesa.

Conforme Takeuchi (2009), “havia a disputa entre a representação do japonês enquanto “europeu da Ásia” e a de portador de uma cultura e de sangue incompatíveis com a desejada para o Brasil”. A reforma Meiji teve um papel importante em reformar o imaginário brasileiro sobre o Japão e os japoneses. Uma vez tidos como ‘bárbaros’ como os chineses, agora representavam um povo trabalhador, moderno e altamente competente. Porém, o imperialismo japonês ainda causava grande preocupação, especialmente durante as duas Guerras Mundiais (DEZEM, 2003).

O racismo e o entendimento da raça amarela como ‘inferior’ à branca também era um argumento muito comum, sendo observado em diversas esferas da sociedade, desde a política até as representações na mídia por meio de charges e caricaturas, analisado previamente por Márcia Takeuchi em sua publicação de 2009 “*Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)*”.

Além dos esforços dos governos brasileiro e japonês em deslocar essa população, a situação política em outros países contribuiu para que o Brasil

5 Como países soberanos e independentes.

se tornasse um destino popular para o estabelecimento de uma comunidade nipônica. Assinado em 1907 entre Estados Unidos e Japão, o *Gentleman's Agreement Act* fez com que o acesso aos EUA para japoneses ocorresse apenas mediante uma carta que deveria ser enviada por parentes já estabelecidos nas terras norte-americanas previamente. A Itália encerrou o programa de auxílio para seus nacionais em território brasileiro, além de muitos europeus optarem por retornar aos seus países de origem devido a relatos de maus-tratos por parte dos patrões. (SASAKI, 2006)

No mesmo ano em que os Estados Unidos limitam a entrada de japoneses, o Brasil e a Companhia Imperial de Emigração do Japão assinam um contrato prevendo a entrada de três mil agricultores e o governo brasileiro, representado pelo estado de São Paulo, seria responsável pelos custos de transporte juntamente dos fazendeiros hospedeiros das famílias. Essas condições foram firmadas de acordo com as experiências anteriores envolvendo imigrantes europeus, acreditava-se que famílias numerosas forçariam as taxas de abandono a diminuírem, assim como os custos bancados pelo governo buscavam aumentar a adesão dessas famílias ao território brasileiro (SAKURAI, 2004). Assim, em 1908, o navio Kasato Maru chegou à costa de Santos após sair do porto de Kobe com cerca de 165 famílias a bordo.

Apesar dos esforços governamentais, inclusive com o Itamaraty aderindo a um tom político mais amigável para com o Japão, a imigração japonesa nos primeiros anos do acordo foi considerada um projeto falho, principalmente pois “as condições de trabalho encontradas foram desanimadoras e as dificuldades de adaptação foram grandes (...) tinham dificuldades com a comunicação e também não se acostumavam com a comida brasileira” (TANAKA, 2003). Essa condição alterou-se na década de 1920, quando os Estados Unidos proíbem a entrada de japoneses através do *Immigration Act*⁶ de 1924 e há a ascensão social das primeiras gerações da comunidade nipônica no Brasil por meio da compra de terras e o deslocamento de suas moradias para o hoje conhecido como Bairro da Liberdade, em São Paulo (SAKURAI, 1998).

É imprescindível destacar que a imigração japonesa também contou com o auxílio e financiamento de empresas privadas e estatais, como a *Kaigai Ijuu Kumiai Rengokai* (Confederação das Cooperativas de Emigração) e a Bratac (Sociedade Colonizadora do Brasil). Quando empresas estatais japonesas se tornaram o principal órgão responsável por esses deslocamentos - próximo da década de 1930 até 1941 - os subsídios governamentais brasileiros são cortados

6 Devido ao crescimento demográfico acelerado dos EUA, o governo estadunidense adota uma lei federal estabelecendo o controle de fronteiras e proibindo a imigração de asiáticos como um todo.

definitivamente. (SAKURAI, 1998). Essas empresas foram responsáveis por alterar a natureza das colônias japonesas anteriormente preocupadas com o povoamento para uma fase capitalista onde ocorre o financiamento de terras, estradas, hospitais e escolas que garantiam uma melhor acomodação das famílias e sua permanência em território brasileiro.

As ondas imigratórias japonesas no Brasil

A comunidade japonesa no Brasil é reconhecida como a maior concentração de cidadãos e descendentes de japoneses fora do Japão. De acordo com Sakurai (2004), houveram três fases⁷ da imigração japonesa no Brasil: fase experimental (1908-1923), fase tutelada (1924-1941) e Japão Novo (1952-1963). Ao longo deste subcapítulo, serão trabalhadas suas características com enfoque no perfil do imigrante de cada fase, a forma e a finalidade a qual seu deslocamento corresponde.

A chamada ‘fase experimental’ corresponde à primeira onda. Uma das exigências dos governos para a realização da imigração era a de que as famílias tivessem ao menos 3 membros economicamente ativos sem importar seu nível de escolaridade (SAKURAI, 2001), pois as atividades econômicas eram predominantemente do setor da agricultura de base, já que os japoneses eram substitutos imediatos dos europeus que haviam deixado o Brasil. A grande maioria desses imigrantes tinha como objetivo retornar ao Japão após o período de contrato de trabalho em solo brasileiro (SAKURAI, 2004). As primeiras famílias nipônicas, conforme demonstrado pelos estudos de Hiroshi Saito⁸, tiveram dificuldade na assimilação com a cultura brasileira, não apenas por problemas envolvendo o clima, a língua, os costumes e questões culturais, mas pela própria falta de reciprocidade do imaginário brasileiro com este grupo de imigrantes.

Já a segunda onda é conhecida por ser a mais expressiva das três, representando mais da metade do número total de entradas de imigrantes nipônicos (SAKURAI, 1998). É a partir desse momento que o governo japonês começa a subsidiar a locomoção desses migrantes de forma autônoma através de suas empresas estatais, consciente de que o Brasil era agora o melhor destino para a população japonesa devido às baixas exigências legais para imigrar e a possibilidade de ocupação de terras (SASAKI, 2006). Schwartz (1991) aponta que a principal estratégia do Japão nas relações com o Brasil era a de complementar

7 As fases correspondem ao período da imigração formal, ou seja, promovida pelos governos brasileiros e japoneses.

8 O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação (1961) e Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil (1973)

sua própria indústria, isso é confirmado por Sakurai (1998) quando a autora reforça a ambição japonesa em exportar seda para o Brasil e a América Latina como um todo, além da ocupação de terras na Amazônia, uma zona de grande disputa geopolítica devido aos seus recursos naturais.

Com os investimentos japoneses no Brasil, as famílias começaram a permanecer em território brasileiro e participar mais ativamente da economia local através da diversificação da agricultura com o algodão e o arroz, além de fornecer educação técnica na área de transportes ferroviários (SAKURAI, 2004), especialmente devido à possibilidade de ascensão social, algo que já era bastante complexo em um Japão já desenvolvido e industrializado. O cenário positivo, no entanto, começa a se alterar significativamente a partir da década de 1930 e a ascensão do governo Vargas. A comunidade japonesa sofreu diversas formas de violência sob o pretexto de um possível “perigo amarelo”⁹, a exemplo da proibição do uso do idioma japonês e a publicação de jornais em japonês em território brasileiro, interrupção do serviço de correspondência entre os dois países, a proibição da compra e venda de propriedades por estrangeiros, bem como a nacionalização de empresas estrangeiras como parte do plano do governo Vargas de formar a identidade nacional brasileira (DEZEM, 2000; CITRYNOWICZ, 2000). A segunda fase da imigração japonesa foi interrompida com a proclamação de apoio do Brasil aos Aliados e a quebra de relações diplomáticas entre Brasil e Japão em 1941.

Por fim, a terceira onda e o foco do presente artigo, intitulada por Célia Sakurai como ‘Japão Novo’, se mostra bastante diferente das suas antecessoras. A entrada de imigrantes nipônicos é retomada quase 10 anos depois, em 1952. O contexto da cooperação entre Brasil e Japão aqui estava dentro do Programa Nacional de Cooperação Técnica Brasil-Japão, iniciado durante o governo de Juscelino Kubitschek e que aprofundou-se na década de 1970. Nesse sentido, é importante observar uma mudança significativa no perfil dos imigrantes da terceira onda, onde sua maioria eram indivíduos do sexo masculino, de idades mais jovens e que detivessem formação técnica na área agrícola (SAKURAI, 2004). Ainda que uma grande parcela instalasse moradia no estado de São Paulo, acontece uma expansão significativa para as outras regiões do Brasil, expandindo as colônias principalmente do Norte, do Sul e do Centro-Oeste (SASAKI, 2006).

A chegada dessa nova geração ao Brasil, conforme exposto por Sakurai (2004), causou atritos nas comunidades nipônicas, especialmente pela grande diferença de valores entre esses indivíduos em questões como a própria

9 Trata-se de uma expressão racista que colocaria os asiáticos orientais como grande ameaça ao Ocidente. Para entender o ‘perigo amarelo’ no Brasil, ver Takeuchi (2000).

nacionalidade, nível de escolaridade, barreiras linguísticas e outros aspectos sócio-econômicos. De acordo com Hayashi (2022) em seu trabalho *“Metamorfoses Do Amarelo: A Imigração Japonesa Do “Perigo Amarelo” À “Democracia Racial”*, o termo ‘amarelo’ passa a ser substituído por termos definições étnicas principalmente pela mudança do discurso brasileiro quanto a sua própria imagem como país em desenvolvimento, o que permitiu que o governo brasileiro do pós-guerra pudesse reestruturar seus discursos e relações com os outros países para um tom mais amigável, nesse caso com enfoque no Japão e na comunidade nipo-brasileira.

As relações entre Brasil e Japão durante o governo Geisel

Contextualização

Ainda durante o governo Médici, tivemos a ocorrência do “Milagre Econômico Brasileiro”, marcado por um forte relacionamento entre Estado, empresas privadas brasileiras e multinacionais. Além disso, durante o período, foi adotada a meta de redução da inflação (de 15% em 1972 e de 12% em 1973) sem aceitar qualquer retrocesso em termos de desenvolvimento econômico. O resultado em 1973 foi um aumento de 14% do PIB e um aumento de 17% no produto industrial (MACARINI, 2005).

Outra medida adotada para o sucesso econômico no recorte de tempo supracitado, segundo Macarini (2005), foi a expansão da base monetária em 46,8%, com ações que envolveram o incremento das reservas internacionais e o aumento dos empréstimos efetuados pelo Banco do Brasil. Além disso, houve grande participação de recursos externos, principalmente em termos de infraestrutura.

A política externa de Médici defendia o interesse nacional e era contrária a ideia de interdependência. Dessa forma, de acordo com Doratioto (2006) buscou diversificar parcerias e acabar com o pressuposto de que haveria alinhamento automático aos Estados Unidos. Apesar do cenário otimista, a política econômica em 1973 passou a sofrer com algumas dificuldades, principalmente devido ao aumento da dívida externa, à consequente desaceleração do crédito incompatível com a demanda e explosão do preço das commodities unida à escassez de insumos.

Esse cenário de crise foi herdado por Geisel em 1974, com o I Plano Nacional de Desenvolvimento em vigência e o II Plano Nacional de Desenvolvimento que foi construído tendo como setor prioritário a indústria de base e o setor produtor de energia (MACARINI, 2011). Assim, a postura adotada pelo governo foi a de construção de medidas movidas por um programa implícito de estabilização, seguido por um programa contencionador

monetariamente e fiscalmente. A ação contencionista, inclusive, contou com uma estratégia retórica, sendo utilizada para reforçar alguns princípios da ditadura (MACARINI, 2011). Dessa forma, era divulgado que o descontrole monetário de 1973 seria apenas resolvido com a disciplina da programação monetária. As medidas, entretanto, não foram suficientes, e a dívida externa passou de US\$ 12,6 bilhões ao final de 1973 para US\$ 43,5 bilhões ao final de 1978, um crescimento de 345% (MACARINI, 2011).

Sobre a política externa do governo Geisel, deve-se destacar que houve centralização de decisões sobre política externa no presidente, e o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informações (SNI) não eram consultados (PINHEIRO, 1993). A orientação de Azeredo da Silva, Ministro das Relações Exteriores, era para que fossem construídas relações diplomáticas sem qualquer restrição ideológica - o que ficou conhecido como “Pragmatismo Responsável e Ecumênico”. A política externa do período não se preocupava com questões territoriais e geopolíticas, possuindo um foco desenvolvimentista (GARCIA, 1997). Outro ponto importante da política externa foi a busca por “contrabalancear” a influência do capital estadunidense na economia brasileira e minimizar os impactos da dívida externa por meio da atração de capital da Europa e do Japão (DORATIOTO, 2006).

Relações nipo-brasileiras

Sobre as relações com o Japão, é importante apresentar as várias iniciativas de aproximação que foram realizadas. Uma das ações mais impactantes que pode ser citada como exemplo, foi a iniciativa de promover a compra de commodities brasileiras por parte do Japão e a venda de produtos tecnológicos japoneses para o Brasil (SCHWARTZ, 1991). A partir de 1974, as visitas de representantes estatais também se tornaram um ponto importante da política externa. Em 1974, houve a visita do primeiro-ministro japonês, Kakuei Tanaka, o que fortaleceu as relações entre os países de forma inicial. Em 1975, houve a visita do vice-primeiro-ministro Takeo Fukuda ao Itamaraty. Em setembro de 1976, Geisel se tornou o primeiro presidente brasileiro a visitar o Japão, em busca do aumento dos investimentos japoneses na economia brasileira e também das exportações brasileiras para o Japão (SOGARI, 2010). Geisel acreditava que essa aproximação representava uma superação do distanciamento entre ocidente e oriente e também via o Japão como aliado em sua doutrina de defender a segurança como essencial para o desenvolvimento e progresso (RPEB, 1974).

Ainda em 1976, houve o comprometimento, via comunicado, de que aumentaria a exportação de minério de ferro e celulose ao Japão. Em paralelo a isso, o Brasil também receberia investimentos para construir a usina siderúrgica

de Tubarão (ES) e a ALBRÁS. O Estado japonês comprometeu-se a expandir investimentos relacionados ao Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil, onde os projetos abordados incluíram principalmente a construção de usinas siderúrgicas, metalúrgicas, campos de extração de alumínio e ferro (SOGARI, 2010). Ao mesmo tempo, também foram elaborados projetos de desenvolvimento agrícola, tendo em vista a grande importância das exportações de produtos brasileiros do setor.

Os IED e o proceder

Até 1945, os investimentos japoneses no Brasil tinham relação direta com o expansionismo militar do Japão. De acordo com o BNDES (1990), em 1970 que iniciaram-se os investimentos em setores estratégicos economicamente. De acordo com Alexandre Uehara (2007), estes investimentos tinham duas principais motivações: 1) garantir e desenvolver fontes de recursos naturais e matéria prima; 2) obter mão-de-obra barata.

Ao longo da década de 1970, os anos que mais foram marcados por um grande fluxo de investimentos diretos japoneses no Brasil foram entre 1973 e 1975, quando o Japão sofria com o choque do petróleo, o que o levou a transferir as indústrias que demandavam muitos recursos naturais e energéticos (UEHARA, 2007). Ainda, de acordo com Altemani de Oliveira (2002), pode-se dizer que outra motivação foi a grande dependência japonesa do mercado estadunidense para exportação de soja, o que contribuiu para os investimentos no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Tabela 1: Investimentos Externos Diretos japoneses no Brasil (1970 - 1979)

Anos	Investimentos	Reinvestimentos	Total
1971	26,0	6,2	32,2
1972	72,0	2,4	74,4
1973	263,0	3,6	266,6
1974	247,2	13,0	260,2
1975	181,6	20,6	202,1
1976	149,6	18,0	167,6
1977	155,8	20,9	176,7
1978	131,1	23,7	154,8
1979	137,3	20,3	157,6

Fonte: Boletim Mensal BACEN, Separata Abril/81. In: UEHARA, A. R.. O crescimento econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil. Revista Eletrônica Fundação Japão, São Paulo, 01 jan. 2007.

Importante ressaltar que a maioria dos IED japoneses no Brasil foram via construção de *joint-ventures*, e não pela compra direta de empresas brasileiras (UEHARA, 2007). Uehara (2007) trata tais investimentos como sendo positivos para o Brasil, de acordo com alguns fatores:

- o Japão se tornou o principal comprador dos recursos extraídos e processados pelos empreendimentos relacionados à soja;
- o capital e a tecnologia japoneses surgiram como uma alternativa aos Estados Unidos - as empresas japonesas concordavam em manter posições minoritárias no capital das empresas a serem constituídas
- as empresas japonesas não viam como um problema a negociação com órgãos e empresas estatais no Brasil (UEHARA, 2007).

O PRODECER, citado anteriormente, foi um dos programas de maior impacto que resultou das relações nipo-brasileiras, uma vez que é “considerado de importância estratégica para o processo de modernização e desenvolvimento agrícola no país nos espaços em que foi executado”. De acordo com Clóvis dos Santos (2016), foi idealizado, estudado e programado desde 1974, com início da implementação em 1979 e trouxe grandes transformações para a consolidação das transformações capitalistas conservadoras no agronegócio brasileiro. A primeira etapa envolveu a seleção de três áreas bem localizadas em Minas Gerais, com incorporação de 60 mil hectares de terra para produção de soja, arroz, café e milho, a implementação de uma fazenda de 5 mil hectares para produção de sementes, administrada pela Campo (Companhia de Promoção Agrícola) e para a inserção de duas empresas agrícolas (plantation), com custo total de US\$50 milhões (SANTOS, 2016).

Ainda de acordo com Santos (2016), sobre a execução do programa, pode-se observar que o público diretamente envolvido teve acesso a uma série de mecanismos baseados em um tripé estratégico, com foco em incentivos financeiros e fiscais:

- 1) sistema de incentivos financeiros e fiscais, voltado para o aumento da produção e dos investimentos para a melhoria do sistema de comercialização e para a transformação tecnológica;
- 2) disseminação da adoção de insumos modernos;
- e 3) desenvolvimento de programas agrícolas dirigidos aos produtos básicos do Centro-Oeste e Nordeste (SANTOS, 2016).

Na prática, empresários, cooperativas e agricultores obtiveram acesso à subsídio de crédito rural, diminuição de preços, seguros agrícolas acessíveis, programas de pesquisa e desenvolvimento relacionados à agronomia. Além disso, também foi criada uma Companhia de Desenvolvimento Agrícola (CDA). Para a constituição da CDA, foi formada no Brasil em 1978 uma Holding denominada Brasagro, sob coordenação do Ministério da Agricultura, mas com

participação acionária da iniciativa privada e bancos públicos e privados, que teriam 51% das ações ordinárias, e do lado japonês, a Jadeco, com coordenação da Jica e Keidanren, que deteriam 49% das ações ordinárias (SANTOS, 2016).

Considerações Finais

Diante das informações reunidas no presente artigo, é possível concluir que existe, sim, uma ligação entre os investimentos diretos japoneses e sua terceira onda de imigração, visto que o padrão de injeção de capital japonês no Brasil visava complementar sua própria economia industrial e não era um fenômeno inédito da década de 1970, pois movimento semelhante ocorreu durante os anos pré-Segunda Guerra Mundial. No entanto, as condições externas fazem com que esses períodos sejam bastante distintos entre si, pois os investimentos do período do governo Geisel correspondem aos setores industriais, enquanto que o capital utilizado anteriormente contemplou também o setor de serviços ao investir em escolas, transportes e hospitais.

Outro fator importante para compreendermos essas diferenças é o de como esses investimentos beneficiaram o governo japonês, pois durante o governo Geisel é possível observar que a movimentação dos IED para países subdesenvolvidos buscava aliviar as deficiências deixadas pela Crise do Petróleo de 1973, bem como explorar recursos escassos no Japão: a mão de obra barata e os recursos naturais. Isso permitiu a ascensão do agronegócio, um crescimento na dívida externa brasileira e acentuou a diferença entre os próprios imigrantes japoneses.

O perfil do imigrante japonês dos anos 1970 de homens jovens e solteiros, formados técnicos na área agrícola estavam diretamente ligados às campanhas governamentais promovidas pelos governos do Brasil e do Japão como a Cooperação Nacional e o PRODECER. Ou seja, é possível que nos anos finais da 3ª onda imigratória japonesa, esses indivíduos representem o plano do governo japonês de transferir indústrias para Estados em desenvolvimento com objetivo de baratear sua produção. O movimento de migrar é colocado com um objetivo de lucro, ideal bastante diferente das ondas anteriores que buscavam acomodar famílias inteiras e que não levavam em consideração a sua escolaridade.

A ocupação de áreas urbanas como preferencial em relação ao campo também se mostra como uma característica que diferencia a terceira onda das demais, pois é nos grandes centros urbanos do estado de São Paulo que se localizam empresas privadas detentoras de capital japonês. A ocupação de outras regiões do Brasil ocorreu principalmente por causa dos programas governamentais, onde técnicos e engenheiros trabalhavam principalmente com infraestrutura no planejamento de industrialização brasileira.

É indiscutível, portanto, a importância da comunidade nipo-brasileira em diversos setores do Brasil desde a sua chegada em 1908 e também das relações Brasil-Japão para a economia brasileira e, através do presente trabalho, as autoras esperam trazer maior atenção essas contribuições e de como elas se transformaram ao longo do tempo. Destacamos também que o trabalho se trata de uma análise preliminar bibliográfica e, portanto, são necessários mais materiais para promover conclusões mais aprofundadas sobre o tema.

Referências

ALMEIDA, Sandra Cecília Rosendo de. **Imigração japonesa e identidade nacional**. 2004. 49 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2004.

COTRIM, A. de S. **Assimilação e identidade em Hiroshi Saito**. Estudos Japoneses, (43), 33-45, 2020.

CRESPO, Eduardo; SANTIAGO, Marcus Cardoso; MAZAT, Numa. **A dimensão geopolítica da experiência de desenvolvimento econômico durante a restauração Meiji (1868-1912)**. NAVAL WAR COLLEGE JOURNAL, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 607-642, mar. 2017.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilidade e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial: Edusp, 2000.

CZEPULA, K. R. **Os indesejáveis “chins”: um debate sobre imigração chinesa no Brasil Império (1878-1879)**. Orientador: José Carlos Barreiro. 2017. 31 f. Dissertação (Mestrado) História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152198>.

DEZEM, Rogério. **Inventário Deops: módulo II, japoneses: Shindô Renmei: terrorismo e repressão**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

DEZEM, Rogério. **Matizes do Amarelo: A Gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1879-1908)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DORATIOTO, Francisco. F. M. **O Brasil e as grandes potências no século XX (1902-1991)**. Revista Múltipla, Brasília, v.15, n.21, p.41-69, Dez. 2006.

GARCIA, Eugênio. V. **O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989)**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v.40 , n.1 , p.18-40, 1997.

HAYASHI, B. N.. **METAMORFOSES DO AMARELO: A IMIGRAÇÃO JAPONESA DO “PERIGO AMARELO” À “DEMOCRACIA RACIAL”**.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 37, n. Rev. bras. Ci. Soc., 2022
37(108), p. e3710809, 2022.

HOMEI, A.. **Tempos modernos, novos partos e novas parteiras: o parto no Japão de 1868 aos Anos 1930**. Revista Estudos Feministas, v. 10, n.2, 2002, p. 429–440, jul. 2002.

IMIGRAÇÃO JAPONESA. História da imigração - parte 3. Disponível em: <<http://www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/nossa-historia/historia-da-imigracao-parte-3/>>. Acesso em: 10 Nov 2022.

KITAHARA, Michio. **Comodore Perry and the Japanese: A Study in the Dramaturgy of Power**. Symbolic Interaction, v. 9, n. 1, p. 53–65, 1986.

LEÃO, Bruno Guerra Carneiro. **Japão, China e a integração econômica do Leste Asiático: O papel de estados nacionais e redes produtivas**. Dissertação, Instituto Rio Branco, 2005.

LEÃO, Valdemar Carneiro. **A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934)**. Contornos Diplomáticos, Brasília, Fundação Alexandre Gusmão. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. 1989.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MACARINI, José Pedro. **A política econômica do governo Médici: 1970-1973**. Nova Economia, v. 15, n. 3, p. 53–92, 2005.

MACARINI, José Pedro. **Governo Geisel: transição político-econômica? Um ensaio de revisão**. Revista de Economia Contemporânea [online]. 2011, v. 15, n. 1, pp. 30-61.

MACEDO, E. U.. **História do Japão: uma introdução**. 1. ed. San Bernadino, California, EUA: Amazon Independent Publishing, 2017.

OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. **A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979)**. Dissertação (Mestrado) - História Social, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante: Japão e modernidade – mundo**. São Paulo: Brasiliense, 2000, p.54.

PINHEIRO, Leticia. **Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.6, n.12, p. 247-270, 1993.

Resenha de Política Exterior do Brasil (RPEB). Brasília: Ministério das Relações Exteriores, v.1, n.2, 1976.

SAKURAI, Celia. **Imigração tutelada: os japoneses no Brasil**. 2000. 191 p. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filoso-

fia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1613932>.

SAKURAI, Célia. **Os Japoneses**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SAKURAI, Célia. **Tensões dentro de um mesmo grupo: os japoneses do pós-guerra e os antigos imigrantes**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2004.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros**. Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 24, núm. 2, outubro de 2016, pp. 384-416.

SASAKI, Elisa. **A imigração para o Japão**. Estudos Avançados [online]. 2006, v. 20, n. 57, pp. 99-117.

SCHWARTZ, Gilson. **O Brasil que sabe dizer sim: Caminhos Em Direção Ao Japão**. São Paulo em Perspectiva, v. 5, n. 2, 1991.

SOGARI, Mario Augusto B. **As relações Brasil-Japão nos anos 1970-1990**. Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28384/000770820.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 Oct. 2022.

TAKEUCHI, M. Y.. **A diplomacia brasileira diante da imigração japonesa (1897-1942)**. Estudos Japoneses, (28), 99-112. 2008.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O perigo amarelo em tempos de guerra, 1939-1945**. Inventário Deops: módulo III, japoneses. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

TANAKA, A. M. de M.. **Imigração e colonização japonesa no Brasil - um resumo**. Cadernos Do Programa De Pós-Graduação Em Direito – PPGDir./UFRGS.

TONOOKA, Eduardo Kiyoshi. **Investimento direto Japonês na década de 80: uma análise dos seus determinantes no Brasil e no mundo**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. . Acesso em: 18 mar. 2023.

UEHARA, A. R. . **O crescimento econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil**. Revista Eletrônica Fundação Japão, São Paulo, 01 jan. 2007.

Cátedra UNESCO Fronteiras e Migrações: primeiro balanço quadrienal (2019-2022)

André Luis Ramos Soares¹

Introdução

O impacto da Cátedra em nível regional é auspicioso. Criaram-se espaços educativos, desenvolveram-se teses de pós-graduação, organizaram-se importantes eventos acadêmicos e publicaram-se publicações acadêmicas. As instituições parceiras são a UFSM; Universidad de la República UDELAR – Uruguai; Universidad Nacional Mar del Plata (Universidade Nacional de Mar del Plata) UNMDP, Argentina; Universidad Nacional del Litoral UNL, Argentina; Instituto Politécnico de Tomar, Portugal; Universidad San Andrés – Bolívia; Universidad de Extremadura, Espanha; Universidade Estadual do Ceará, Brasil. Diversas atividades foram prejudicadas pela pandemia da Covid-19, exigindo adaptação à condição remota. Este relatório é sobre os resultados que ainda conseguimos obter.

Internacionalmente, as atividades conjuntas entre o Museu do Patrimônio da cidade de Rivera (Uruguai) e a Cátedra UNESCO, entre 2019 e 2021, permitiram ao museu ampliar suas bases de trabalho em termos de colaboração acadêmica, pesquisadores, pesquisas sobre fronteiras e migrações, bem como como no campo da educação e formação de professores no Uruguai. Em 2019 realizamos o “Encontro Internacional de Fronteiras e História Platina” no Museu, em 2020 um encontro virtual com a Organização Internacional para as Migrações – OIM e em 2021 a participação no Curso de Pós-Graduação “História Regional das Fronteiras – A fronteira como um Região”, realizado em formato híbrido, este curso de pós-graduação formou 26 professores do Uruguai e do Brasil.

¹ Professor Titular Departamento de História – UFSM, Coordenador da Cátedra Unesco em Fronteiras e Migrações- UFSM. E-mail: andre.soares@ufsm.br.

Contribuição para a missão da UNESCO

O contributo da Cátedra de Fronteiras e Migrações é feito através da realização de ações a três escalas. Considerando a inserção da UFSM na região sul do Brasil, e também o forte apelo da universidade na região de fronteira com os países do cone sul, a cátedra contribui para projetos de extensão universitária e formação continuada, integrando em maior escala a participação dos segmentos das comunidades externas às atividades promovidas pela instituição.

Também no nível local, a Cátedra permite a implementação e ampliação de ações interdisciplinares, que são difundidas por meio da criação de sites compartilhados entre participantes internos e externos à UFSM. No nível nacional, as ações vinculadas à Associação de Universidades do Grupo Montevideu se articulam com maior intensidade, ampliando redes em extensão territorial, reunindo participantes em eventos acadêmicos e por meio da redação de artigos, e-books e livros impressos junto aos principais linhas temáticas propostas pela UNESCO.

Em escala internacional, a construção da cátedra tem permitido a criação de publicações em colaboração com as instituições participantes, bem como propostas de convênios em que o intercâmbio de docentes e acadêmicos permite a dupla formação institucional, bem como a construção de projetos para mestrados e doutorados visando a dupla titulação, oferecendo bolsas-sanduíche e publicando livros destinados à utilização em disciplinas dos cursos envolvidos.

A cátedra também tem permitido a redação de artigos, livros, trabalhos em co-orientação em convênios existentes com a Europa e a serem firmados com países africanos. Por fim, a cátedra tem sido utilizada para a criação de editais internos para instituições voltadas à valorização das Humanidades em seus contextos acadêmicos e fora deles.

Abordagem à Igualdade de Género

A Política de Equidade de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), aprovada em novembro de 2021, visa promover a igualdade de gênero em todas as instâncias institucionais, promovendo ações de educação e respeito ao ser humano. A Cátedra UNESCO de Fronteiras e Migrações, em termos de composição de equipes, conta com maior número de mulheres em cargos de comando, por meio da coordenação de grupos de pesquisa, cursos de graduação e pós-graduação e atividades de liderança em diversos níveis acadêmicos. Entre as integrantes, há pesquisadoras que atuam na área de história das mulheres, direitos humanos, entre outras.

Sumário da Renovação da Cátedra

A Cátedra tem trabalhado com a academia, promovendo a pesquisa, o envolvimento da comunidade e a cooperação internacional. No que diz respeito à produção acadêmica, de 2019 a 2023, apesar da pandemia de SARS-Covid, a equipe conseguiu produzir diversos artigos em português, inglês e espanhol. Algumas teses de doutorado e dissertações de mestrado, no âmbito do Tema Fronteiras e Migrações, foram publicadas por integrantes do grupo, tanto no Brasil quanto na Argentina. Foram apoiados dois eventos internacionais, minicursos, aulas em programas externos de pós-graduação e seminários. Também atuamos na realização de reuniões virtuais de pesquisadores e membros da Associação de Universidades do Grupo Montevidéu – AUGM, especificamente do comitê acadêmico história, regiões e fronteiras.

No que diz respeito ao envolvimento com a comunidade, a Cátedra e seus participantes participaram do processo de reconhecimento dos Geoparques UNESCO Quarta Colônia e Geoparque UNESCO Caçapava do Sul, e de diversas ações de educação patrimonial e ambiental, formação de professores, oficinas com alunos, além de promoção de capacitação para geração de emprego e renda foram desenvolvidos pela Universidade Federal de Santa Maria, junto à população dos Geoparques, com apoio da Cátedra. No que diz respeito à cooperação e intercâmbio internacional, a Cátedra apoiou e subscreveu a criação do Curso de Especialização (Diplomado) em História da Região Fronteiriça, promovido pelo Museu do Patrimônio Regional, na cidade de Rivera, Uruguai, que está em sua terceira edição, servindo a formação de dezenas de professores da educação básica da região fronteiriça, em vários municípios da zona fronteiriça entre Brasil e Uruguai²

Por fim, a Cátedra colaborou na elaboração do Relatório Mundial de Humanidades, em colaboração com a Associação de Universidades do Grupo Montevidéu –AUGM, para o levantamento e análise dos dez pontos mais relevantes sobre as Humanidades para pesquisadores de universidades do sul de América do Sul. Essa demanda foi realizada pelo Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas, e por meio da Secretaria Executiva da AUGM, a Presidência e um pequeno grupo se reuniram para avaliar as necessidades do Relatório.

Comentários sobre a renovação da Cátedra

A Cátedra de Fronteiras e Migrações, apesar da pandemia de SARS-Covid, ao longo de 2020 e 2021, pôde desenvolver trabalhos relevantes como o

2 Disponível em: <https://www.ufsm.br/projetos/pesquisa/catedra-unesco/2022/07/01/catedra-unitwin-unesco-fronteiras-e-migracoes-ufsm>, último acesso em 18 de agosto de 2023.

Relatório Mundial de Humanidades, para a região sul da América do Sul, além de apoiar iniciativas como o curso de pós-graduação - graduação em História Regional, no Uruguai. Assim, se por um lado não conseguimos realizar os desejados intercâmbios internacionais, por outro ampliamos as redes virtuais de colaboração e participação em projetos relevantes, ainda em fase de negociação. Assim, esperamos que nossa Cátedra possa ser renovada para atender às demandas acadêmicas, sociais e institucionais.

A Cátedra UNESCO, sediada na UFSM, é um espaço acadêmico de valorização das Humanidades e de fortalecimento do diálogo interdisciplinar e do respeito à diversidade cultural. Com base no Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, atua em conjunto com a Comissão Acadêmica de História, Regiões e Fronteiras da Associação de Universidades do Grupo Montevidéu, ampliando as redes com instituições e grupos de ensino superior da região do Mercosul.

Por fim, a Cátedra participa do programa de coalizão Bridges, em parceria com o CIPSH, Programa de Gestão de Transformações Sociais da UNESCO, Humanidades para o Meio Ambiente e outros, desde 2021.³

Eventos promovidos ou apoiados pela Cátedra

Curso de Pós-Graduação, Especialização em História da Fronteira Regional, intitulado: “A Fronteira com a Região Histórica”, promovido pelo Museu do Patrimônio Regional, Rivera, Uruguai e pela Cátedra. Curso de 230 horas, entre maio e dezembro de 2021, na modalidade híbrida, nas cidades de Artigas e Rivera (Uruguai), voltado para professores de escolas públicas da região de fronteira entre Brasil e Uruguai. De 14 de maio a 11 de dezembro de 2021. Os 26 participantes obtiveram a pós-graduação em História Regional de Fronteiras, certificada pelo Museu e pela Cátedra.⁴

“Seminário Internacional: História por Elas”. Seminário de Extensão Universitária. Fundação Universidade do Rio Grande (FURG – Brasil), entre 1 e 10 de setembro de 2021. Certificado de 20h (modo remoto).⁵

XI ENCONTRO REGIONAL DE GEO HISTÓRIA, Universidade Nacional do Noroeste – Argentina, setembro de 2021. Painel temático N° 10: Identidades sociais, experiências e aportes políticos no século XX. Século XIX Bacia do Prata em chave comparativa. Trabalhos apresentados por integrantes do projeto dirigido pela Dra. Sonia Tedeschi intitulado “Configurações na construção na América Latina: dinâmicas e transições nos séculos XVIII e XIX”.⁶

3 https://twitter.com/bridges_science/status/1396740997997080577/photo/1

4 <https://estudioshistoricos.org/Posgrado2105.html>, último acesso em 06 de janeiro 2022.

5 <https://chsc.uc.pt/eventos-chsc/seminario-internacional-historia-por-elas/>

6 <https://es-la.facebook.com/encuentrodegeohistoria/>

Principais conferências e workshops organizados pelo presidente

1. Aula de abertura da Cátedra da UFSM, dia 14 de novembro de 2019 – presencial: Aula de abertura da Cátedra – Prof. Dr. Luiz Oosterbeek. Tema da conferência e aula inaugural – Fronteiras e Migrações no século XXI. Century e a importância das cátedras de humanidades na compreensão dos movimentos globais. Seminário da disciplina (opcional) dos Programas de Pós-Graduação com o tema Fronteiras e Migrações.

2. Palestra da Secretaria de Apoio Internacional – SAI e coordenadores de pós-graduação, por Iñaki Martín Viso (Universidade de Salamanca), em 11 de novembro de 2019: “A Universidade de Salamanca, Espanha, e seu sistema de convênios e intercâmbios”.⁷

3. Conferência na mesa redonda Cátedras UNESCO: Luzes, Territórios e Gestão Cultural, no 2º. Conferência Internacional de Humanidades: Sustentabilidade, Bem-Estar e Direitos Humanos, de 09 a 11 de dezembro de 2019, UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte.⁸

4. Reunião da Cátedra de Fronteiras e Migrações, Encontro de História Internacional, História Platina, Fronteiras e Migrações, 13 e 14 de dezembro de 2019, Museu do Patrimônio Regional, Rivera, Uruguai.⁹

5. Painel Virtual AUGM. Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras apresenta: “Perspectivas das Humanidades no AUGM do Século XXI. Olhares do Comitê Acadêmico Regiões, História e Fronteiras”. Abertura do Painel: Dra. Presidente da AUGM (Grupo Associação de Universidades de Montevideo), Dra. Sandra Goulart Almeida. Moderador do Painel: Pablo Ferreira. Painelistas confirmados: Inés Cuadro Cawen (UDELAR), José Carlos Chiaramonte (UBA), Julio Pinto Vallejos (USACH), María Luisa Soux (UMSA), Luiz Carlos Villalta (UFMG). 24 de novembro.¹⁰

6. III Seminário Internacional de História, Educação e Turismo da Região das Missões. Educação na Região das Missões (1620-2020): 400 anos de interculturalidade. De 28 a 30 de outubro. Evento on-line. Promoção Cátedra Unesco de Fronteiras e Migrações e CERMISSÕES: a luz das Missões.¹¹

7 <https://www.ufsm.br/orgaos-de-apoio/sai/2019/11/04/ativos-da-catedra-unesco-fronteiras-e-migracoes-e-palestraMee-com-representante-da-university-of-salamanca> último acesso em 09 de janeiro de 2022.

8 Disponível em <https://www.ufmg.br/humanidades/programacao/>

9 <https://www.rivera.gub.uy/portal/lanzamiento-de-catedra-unesco-en-ciencias-sociales-en-el-museo-del-patrimonio-regional-de-rivera/>

10 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LvUIe7w2JeM&t=842s> and <http://grupomontevideo.org/sitio/noticias/panel-virtual-perspectivas-de-las-humanidades-en-la-augm-siglo-xxi/> último acesso em 09 de janeiro de 2022.

11 Disponível em: <https://www.facebook.com/269597826536692/posts/837215903108212/> último acesso em 09 de janeiro de 2022.

7. Territórios fronteiriços e povos Guarani. No curso de pós-graduação “A fronteira como região histórica”, 2021.¹²

8. A Cátedra Unesco da UFSM no estudo das migrações. Sobre Fronteiras, Migração e Direitos Humanos, dezembro de 2020, Intendência Departamental de Rivera-Uruguai, Museu do Patrimônio de Rivera e Organização Internacional para as Migrações – OIM (Foto 1).

9. Encontro Regional de História Platina, fronteira e migrações. Museu do Patrimônio Regional de Rivera, UFSM, Cátedra Unesco de Fronteiras e Migrações, AUGM dezembro de 2019 (Foto 2).

10. Participação da Cátedra por meio da Associação de Universidades do Grupo de Montevidéu – AUGM e seu Comitê Acadêmico de História, Regiões e Fronteiras – CHRB, por meio do Convênio CIPHS – AUGM, a produção do relatório das Humanidades como representantes da América do Sul para compor o Relatório Mundial de Humanidades para a UNESCO (World Humanities Report- WHR). Participação em reuniões do grupo de trabalho composto por membros do Secretariado Executivo da AUGM (Álvaro Maglia e Juan Sotello) e do CHRB e membros da Presidência (André L.R. Soares, Ana Frega, M. Medianeira Padoin) desde finais de 2019 ao início de 2021, online, com membros da comissão de representantes da América do Norte e CIPSH¹³.



Foto 1: Evento Día Internacional de los Derechos Humanos, participação da Cátedra.



Foto 2: II Encontro Internacional de História, apoio da Cátedra.

¹² <https://estudioshistoricos.org/Posgrado2105.html>.

¹³ Disponível em: <https://www.ufsm.br/projetos/pesquisa/catedra-unesco/2022/06/23/noticia-1>, último acesso em 18 de agosto de 2023.

Outras conferências/atividades de organização realizadas pelo Presidente

III Encontro 2019 do Grupo de Pesquisa CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) /UFMS/História Platina: Sociedade, Poder e Instituições; III Encontro de 2019 do grupo de pesquisa Encontro da Cadeira de Fronteiras e Migrações: Encontro Internacional de História Platina, Fronteiras e Migrações, Data: 13 e 14 de dezembro de 2019. Local: Museu do Patrimônio Regional de Rivera Uruguai, Coordenação: Eduardo Pallermo (Uruguai), Maria Medianeira Padoin e André L.R. Soares/UFMS/Brasil.¹⁴

- “A expansão das paisagens medievais europeias” pelo Prof. Dr. Iñaki Viso, Universidade de Salamanca, Espanha; “Territorialidades e Humanidades: a Globalização das Luzes”, Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta, Coordenador da Cátedra Unesco de Humanidades e Luzes, UFMG, dia 06 de novembro de 2019, no auditório da Antiga Reitoria, UFMS.

Foto 3: Conferências: “La expansión de las paisajes medievales europeos” e “Territorialidades e Humanidades: a Globalização das Luzes”.

A Cátedra Unesco Fronteiras e Migrações e o
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio
Cultural convidam para as conferências:

**“La expansión de las paisajes
medievales europeos”**

Prof.Dr. Iñaki Viso, Universidad de Salamanca, Espanha

**“Territorialidades e Humanidades: a
Globalização das Luzes”**

Prof.Dr. Carlos Villalta, Coordenador da Cátedra UNESCO, UFMG



6 de novembro de 2019,
19 horas,

Auditório da Antiga Reitoria da UFMS, Rua Floriano Peixoto, Santa Maria, RS



¹⁴ <https://www.facebook.com/historiapiatina/>.

Seminário Internacional: História por Elas. Análise e Discussão: Mulheres Fazendo História. (Online) Organização FURG, Apoio: FCT- Portugal, Cátedra UNESCO de Fronteiras e Migrações- UFSM, Centro de História, Sociedade e Cultura, Coimbra, Portugal. Nos dias 1, 2, 3 e 7, 8 e 9 de setembro de 2021.¹⁵

II Seminário Internacional História, Educação e Turismo da Região das Missões. Educação na Região das Missões (1620-2020): 400 anos de interculturalidade. De 28 a 30 de outubro. Evento on-line. Promoção Cátedra Unesco em Fronteiras e Migrações e CEREMISSÕES: a luz das Missões.¹⁶

Uma seleção de apresentações de conferências feitas pelo Presidente e outros colegas podem ser assim descritas:

- II Jornada Interdisciplinar de Formação de Professores em Educação Patrimonial, Evento promovido pelo Projeto Geoparque Quarta Colônia, Consórcio de Desenvolvimento Sustentável – CONDESUS e Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, de 17 de junho a 25 de setembro de 2020.¹⁷

Palestras proferidas:

Participação no evento Migration Governance: New challenge and Sustainable Pathways (25 de março de 2021) organizado pela Comissão Nacional Turca para a UNESCO, (online). Participação na conferência: UNESCO Chair for Humanities: Frontiers and Migrations, Federal University of Santa Maria, Brazil.¹⁸

Conferência: Cátedras UNESCO e CIPSH em rede no Brasil. Publicado em capítulo de livro em: Gestão Integrada do Patrimônio Cultural, Humanidades, Sociedade e Meio Ambiente, Luiz Oosterbeek, Ingelore Scheunemann, Francisca Ferreira Michelin, João Fernando Ignansi Nunes (organizadores),

- Participação no Dia Internacional dos Direitos Humanos: Fronteiras, Migrações e Direitos Humanos, a 10 de dezembro de 2020 (online).¹⁹

Participação no Fórum da Cátedra UNESCO-UFGM/DRI Territorialidades e Humanidades: a Globalização das Luzes, com a conferência: A Luz e as Trevas: a experiência Missionária Jesuíta na Bacia do Rio da Prata, em

15 <https://chsc.uc.pt/eventos-chsc/seminario-internacional-historia-por-elas/>.

16 Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/videos/view/id/783/iii-seminario-internacional-de-historia-educacao-.htm> Last accessed on January 10th. 2022 e YouTube Video: <https://youtu.be/MFpWs9v6UV4>.

17 Disponível em: www.ufsm.br/orgaos-de-apoio/silveira-martins/ii-jornada-interdisciplinar-de-formacao-de-professores-em-educacao-patrimonial/ ultimo acesso 11 de janeiro de 2022.

18 Disponível em: <https://unescochair.yasar.edu.tr/webinar-migration-governance-new-challenges-and-sustainable-pathways/> ultimo acesso 11 de janeiro de 2022 e <https://www.ufsm.br/orgaos-de-apoio/sai/2021/03/25/webinario-governanca-da-migracao-novos-desafios-e-caminhos-sustentaveis-ocorre-dia-25>.

19 Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=369577261007783 ultimo acesso 11 de janeiro de 2022.

09 de dezembro de 2020, (online).²⁰

Participação na XXXIV ASSEMBLÉIA GERAL DO CIPSH, Paris, 14 e 15 de dezembro de 2020. Assembleia Geral do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas, como observador (online).

• III Seminário Internacional História, Educação e Turismo da Região das Missões. Educação na Região das Missões (1620-2020): 400 anos de interculturalidade. 28 a 30 de outubro. Evento on-line. Promoção Cátedra UNESCO em Fronteiras e Migrações e CERMISSÕES: a luz das Missões. Tema da Conferência: Educação em Missões (antes das Missões).²¹

Palestra (Lecture) de Luiz Oosterbeek, “Sustainable Development, Geoparks and Territory Management”, da Cátedra em Humanidades e Gestão Integrada da Paisagem Cultural, Instituto Politécnico de Tomar, (IPT- Portugal), em Faxinal do Soturno, no dia 08 de novembro de 2019.²²

Palestra proferida: Cátedra UNESCO Fronteiras e Migrações: primeiro balanço quadrienal (2019-2022), em: III Encontro Internacional de História: História Platina, Fronteiras e Migrações. De 8 a 10 de dezembro de 2022. Silveira Martins, RS, Brasil, participante também da comissão organizadora (Foto 4).

Foto 4: Cartaz de divulgação do III Encontro Internacional de História: História Platina, Fronteiras e Migrações. De 8 a 10 de dezembro de 2022

V Reunião do Grupo História Platina e da Cátedra UNESCO Fronteira e Migrações
III ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
História Platina, fronteira e migrações
Feira de Ciências, Arte e Cultura de Silveira Martins



8, 9 e 10 de dezembro de 2022
UFSM
Silveira Martins

Promoção:



Apoio:



20 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qsuaUmoqRuw&list=PL3ZXN_QkANdvof5f57z-nydOviC9BSDFm&index=5 ultimo acesso 11 de janeiro de 2022.

21 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rf7Kn3AmA4g&t=255s> e <http://www.portaldasmissoes.com.br/municipios/historia/videos/view/id/784/iii-seminario-internacional-de-historia,-educacao-.html>.

22 Disponível em <https://radiojornalintegracao.com.br/faxinal-do-soturno-sedia-palestra-da-catedra-unesco-fronteiras-e-migracoes/>, ultimo acesso em 18 de Agosto de 2023.

Conclusão

O relatório quadrienal da Cátedra Unesco em Humanidades, Fronteiras e Migrações é um projeto de várias instituições de ensino superior. Seu objetivo maior é aproximar a academia da comunidade, não em projetos de extensão, mas no diálogo entre saberes acadêmicos e populares. As humanidades têm sofrido diversos reveses ao longo dos últimos anos, seja pela ascensão da extrema direita no Brasil, seja por representar uma parcela significativa da população que tem dificuldade de perceber a importância dos saberes filosóficos, sociológicos, históricos, artísticos, enfim, Humanísticos, e perceber que o ser humano é incapaz de sobreviver sem as Humanidades. Talvez por seu potencial de fazer pensar, questionar, indagar, refletir, incomodar, que as disciplinas de Humanidades são retiradas do currículo, colocadas em segundo plano, reduzidas em sua carga escolar, além de serem consideradas menos úteis que as áreas tecnológicas, médicas ou exatas. Em escala mais ampla, como em diversos ciclos históricos na História recente do nosso país, as Humanidades são relegadas a segundo plano, dado seu caráter revolucionário, ao menos em potencial.

Por fim, destacar que esse é um trabalho conjunto de todas as instituições partícipes e de diversas colegas dentro da instituição, uma vez que a UFSM, além de 2ª maior universidade do Estado do RS, vem galgando os patamares entre as melhores do Brasil. Nesse sentido, a Cátedra não seria possível sem o apoio e a participação das colegas do Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da Associação das Universidades do Grupo Montevideó- AUGM, da coordenação e equipe do Grupo de Pesquisa História, Regiões e Fronteiras, nem do apoio institucional da Secretaria de Apoio Internacional- SAI da UFSM.

Sites consultados

Atividades da Cátedra UNESCO Fronteiras e Migrações e palestra com representante da Universidade de Salamanca. [Www.ufsm.br](http://www.ufsm.br). Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-de-apoio/sai/2019/11/04/atividades-da-catedra-unesco-fronteiras-e-migracoes-e-palestra-com-representante-da-universidade-de-salamanca> ultimo acesso em 09 de janeiro de 2022.

Bridges Sustainability Science Coalition. Twitter.com. Disponível em: https://twitter.com/bridges_science/status/1396740997997080577/photo/1, ultimo acesso em 18 de Agosto de 2023.

Cátedra UNESCO participa do World Humanities Report. Cátedra UNESCO – UFSM. Disponível em: <https://www.ufsm.br/projetos/pesquisa/catedra-unesco/2022/06/23/noticia-1>, último acesso em 18 de agosto de 2023.

Cátedra UNESCO-UFMG-DRI – Ep. 22 – A luz e a Escuridão. Youtube.com. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qsuaUmoQRuw&list=PL>

t=PL3ZXN_QkANdvof5f57z-nydOviC9BSDFm&index=5 ultimo acesso 11 de janeiro de 2022.

Cátedra Unitwin UNESCO Fronteiras e Migrações – UFSM. Wwww.ufsm.br, Disponível em: <https://www.ufsm.br/projetos/pesquisa/catedra-unesco/2022/07/01/catedra-unitwin-unesco-fronteiras-e-migracoes-ufsm>, último acesso em 18 de agosto de 2023.

Conferência Internacional das Humanidades. Wwww.ufmg.br. Disponível em <https://www.ufmg.br/humanidades/programacao/>, ultimo acesso em 18 de Agosto de 2023.

Curso de Documentación Histórica del Río de la Plata y Brasil. Curso de Posgrado, especialización en historia regional de fronteira. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/Posgrado2105.html>, ultimo acesso em 06 de janeiro 2022.

ENGEO – Encuentro de Geohistória Regional. XL Encuentro de Geohistória Regional. Disponível em: <https://es-la.facebook.com/encuentrodegeohistoria/> ultimo acesso em 18 de Agosto de 2023.

Faxinal do Soturno sedia palestra da Cátedra Unesco Fronteiras e Migrações, Rádio Integração 98,5 FM. Disponível em <https://radiojornalintegracao.com.br/faxinal-do-soturno-sedia-palestra-da-catedra-unesco-fronteiras-e-migracoes/>, 06 de novembro de 2019, ultimo acesso em 18 de Agosto de 2023.

Frontera, Migración y Derechos Humanos, Museo del patrimonio regional – Rivera. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=369577261007783 ultimo acesso 11 de janeiro de 2022.

História Platina: Sociedade, Poder e Cultura. História Platina, Disponível em: <https://www.facebook.com/historiaplatina/>, ultimo acesso em 18 de Agosto de 2023.

II Jornada Interdisciplinar de Formação de Professores em Educação Patrimonial, Silveira Martins, Disponível em: www.ufsm.br/orgaos-de-apoio/silveira-martins/ii-jornada-interdisciplinar-de-formacao-de-professores-em-educacao-patrimonial/ ultimo acesso 11 de janeiro de 2022.

III Seminário Internacional de História, Educação e turismo da Região das Missões. Portal das Missões.com.br. Disponível em: <https://www.portaldas-missoes.com.br/videos/view/id/783/iii-seminario-internacional-de-historia,-educacao-.htm> Ultimo acesso em 18 de agosto de 2023. e Youtube Video: <https://youtu.be/MFpWs9v6UV4>, ultimo acesso em 18 de Agosto de 2023.

III Seminário Internacional de História, Educação e turismo da Região das Missões – Segundo dia. Youtube.com Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rf7Kn3AmA4g&t=255s> e <http://www.portaldasmissoes.com.br/municipios/historia/videos/view/id/784/iii-seminario-internacional-de-historia,-educacao-.html>, ultimo acesso em 18 de Agosto de 2023.

Lanzamiento de Cátedra Unesco en Ciencias Sociales en el Museo del Patri-
302

monio Regional de Rivera. Rivera sin fronteras. Disponível em: <https://www.rivera.gub.uy/portal/lanzamiento-de-catedra-unesco-en-ciencias-sociales-en-el-museo-del-patrimonio-regional-de-rivera/>, ultimo acesso me 18 de Agosto de 2023.

Panel Virtual : Perspectivas de las Humanidades en la AUGM Siglo XXI, Grupomontevideo.org/site/, Disponível em: [http:// http://grupomontevideo.org/site/?s=humanidades](http://http://grupomontevideo.org/site/?s=humanidades), ultimo acesso em 09 de janeiro de 2022.

Perspectivas de las Humanidades en la AUGM Siglo XXI, Youtube.com, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LvUIe7w2JeM&t=842s>, ultimo acesso me 18 de Agosto de 2023.

Seminário Internacional de História, Educação e Turismo da Região das Missões, Cermissões, Disponível em: <https://www.facebook.com/269597826536692/posts/837215903108212/> último acesso em 09 de janeiro de 2022.

Seminário Internacional História por elas. Centro de História da sociedade e da Cultura, Disponível em: <https://chsc.uc.pt/eventos-chsc/seminario-internacional-historia-por-elas/>, ultimo acesso em 18 de Agosto de 2023.

Webinar “Migration Governance: New Challenges and Sustainable Pathways”, Yasar University. Disponível em: <https://unescochair.yasar.edu.tr/webinar-migration-governance-new-challenges-and-sustainable-pathways/> ultimo acesso 11 de janeiro de 2022.

Webinário “Governança da Migração: Novos Desafios e Caminhos Sustentáveis” ocorre dia 25, SAI.UFSM, disponível em <https://www.ufsm.br/orgaos-de-apoio/sai/2021/03/25/webinario-governanca-da-migracao-novos-desafios-e-caminhos-sustentaveis-ocorre-dia-25>, ultimo acesso em 18 de Agosto de 2023.

CADERNO DE RESUMOS

MESA TEMÁTICA I
Patrimônio e desenvolvimento regional

**Educação patrimonial como conhecimento,
preservação e valorização do patrimônio cultural:
as atividades desenvolvidas pela escola
Pe. João Zanella, de Vila Cruz, Nova Palma/RS**

Prof. Eloi Piovesan Scapin

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – PPGPC/UFSM
- eloipiovesanscapin@gmail.com

Prof^a. Dr^a. Marta Rosa Borin

Professora do Departamento de Metodologia do Ensino, Programa de Pós-Graduação
em Patrimônio Cultural e Programa de Pós-Graduação em História da UFSM
- mrborin@gmail.com

Vila Cruz, povoado interiorano do município de Nova Palma, pertencente à Quarta-Colônia de Imigração Italiana, região central do Rio Grande do Sul, é detentora de muitos e diversificados patrimônios culturais. Sua história, alicerçada no processo de colonização italiana, ainda se encontra salvaguardada em suas construções típicas, como as antigas *casas de pedra*, em sua religiosidade, materializada nos *capitéis* e na *Capela Santa Cruz*, em sua economia, fundamentada nos longevos *casarões*, bem como em suas atividades sociais, sendo o evento *filó* uma dessas tradições. Legados esses que, enraizados na memória do seu povo, firmam a sua identidade e, por sua vez, angariam o carecimento de serem ainda mais conhecidos, preservados e valorizados, principalmente pelas atuais e futuras gerações. Neste permear, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella, situada nesta localidade, em seu compromisso educacional, social e cultural, angaria o intento de desenvolver prodigiosas ações de educação patrimonial com o propósito de pesquisar, proteger e expor os objetos, as edificações, os monumentos, os saberes e os fazeres então referenciais desta herança.

Por esta razão, objetiva-se compreender como se dão as atividades de educação patrimonial desenvolvidas pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella com vistas ao conhecimento, à preservação e à valorização dos patrimônios culturais de Vila Cruz. Para tanto, durante este percurso, faz-se necessário o perpassar pela história local, então oriunda da imigração italiana, bem como o entender dos principais conceitos que referenciam a questão patrimonial, estabelecendo, assim, profícuas e pertinentes reflexões. Ao mesmo tempo, torna-se imprescindível a identificação dos seus principais bens patrimoniais, tanto os materiais, quanto os imateriais, como

processo de ensino e de aprendizagem a partir dos mesmos. Por fim, como resultante dessas ações, a proposição de um guia formativo e informativo com ações de educação patrimonial voltadas à salvaguarda e à contemplação destes legados que reportam-se à memória e a à identidade dos sujeitos envolvidos.

Na efetivação de tais propósitos, centrada no método histórico, a referida pesquisa tem seu percurso devidamente fundamentado nas referências bibliográficas relacionadas, em fontes documentais, principalmente nos registros encontrados no Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) de Nova Palma, nas fotografias de épocas e nas informações resultantes da tradição oral. Pretende-se, a partir de então, conhecer e analisar a história da imigração italiana e os principais legados existentes na localidade de Vila Cruz (município de Nova Palma), bem como os conceitos que referenciam essa trajetória e as práticas educativas desenvolvidas pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella. Nisso, relaciona-se o conhecimento, a preservação e a valorização dos patrimônios culturais locais como fator preponderante para o senso de pertencimento das atuais e vindouras gerações, de modo que a sua memória e a sua identidade sejam firmadas.

Como resultante desse processo, que perpassa pela identificação, análise, salvaguarda e contemplação dos patrimônios culturais de Vila Cruz, a compilação de um material didático faz-se imprescindível, de modo que oriente os alunos, os professores e os demais envolvidos quanto à história e os legados oriundos da imigração italiana. Próprio para atividades de educação patrimonial, este guia ordena-se em diferentes passos que devem ser seguidos, assim propiciando um ensino e uma aprendizagem mais profícuos. Para tanto, com uma linguagem interativa e facilitada, envolve o ato de pesquisar, prescreve o registro dos referenciais e a sua confrontação e, por fim, a sugestão de exposições à comunidade. Nisso, o seu decurso acontece a partir da efetivação de expedições investigativas, que necessariamente estabelecem um prodigioso contato com bens em observação.

Destarte, a questão do patrimônio cultural, em todos os seus sentidos e experiências, exige daqueles que ousam transitar pelos seus percursos, as mais tenras atitudes em absorver as sensações e os detalhes então proporcionados, os quais são imprescindíveis para o entendimento dos muitos momentos da história da humanidade. Por essa razão, a noção atual associada aos bens patrimoniais perpassa pelo seu caráter material, ou seja, compreendida nos objetos, nas edificações, nos monumentos e, igualmente, pela sua natureza imaterial, perceptível nas manifestações, nos saberes e nos fazeres, estando vinculados às diversas sociedades. Dotados de valorização simbólica, são legados por herança através das sucessivas gerações, assim referenciando as memórias e a identidade

dos determinados grupos sociais a que fazem parte. Nesse permear, a adoção de viáveis práticas atreladas ao conhecimento, à preservação e à valorização de tais testemunhos condiz com uma coletividade consciente das suas bases pretéritas, ao mesmo tempo em que lhe permite a manutenção e/ou a construção do seu futuro. Na consolidação de tais entendimentos, a educação patrimonial se configura como uma profícua proposta metodológica que, através de seus estudos e ações, busca a identificação, a proteção e a contemplação dos diversos patrimônios culturais que referenciam as sociedades. Para além de um simples contato, faz-se necessário uma condizente atitude educativa que permita uma profícua interação com tais bens, onde o trânsito muitas vezes acontece num percurso permeado por constantes desafios. Para tanto, ao aproximar educandos, professores e entusiastas dos seus referenciais identitários, oportuniza-se a efetivação de reflexões e de ações que visam tornar esses sujeitos envolvidos em agentes ativos, isto é, conscientes da sua criticidade, criatividade e sensibilidade.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. João Zanella, ao proporcionar diversas ações educativas voltadas aos patrimônios culturais de Vila Cruz, objetiva que os mesmos sejam cada vez mais conhecidos, preservados e valorizados, principalmente pelas atuais gerações. Neste sentido, as suas práticas comumente empreendidas primam pela abordagem dos saberes historicamente constituídos e, igualmente, pela adoção de atitudes investigativas que oportunizem a efetivação de profícuas reflexões, ao mesmo tempo em que busca promover as intervenções necessárias. Como guia para o desenvolvimento de suas atividades, a utilização de uma cartilha de educação patrimonial se torna o aparato fundamental, orientando professores e alunos para as abordagens pertinentes a cada legado.

Palavras-chave: Imigração Italiana, Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial.

Referências

BARICHELLO, Cesar Augusto. **Patrimônio Cultural Religioso e Negociação da Identidade do imigrante italiano da Quarta-Colônia Imperial de Silveira Martins e Região Central do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: UFSM, 2010. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

BERTUSSI, Paulo Iroquez. Elementos da arquitetura da imigração italiana. In: WEIMER, Günter (Org.) et. al. **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. (Documenta, 15).

BOLZAN, Moacir. **Quarta colônia: da fragmentação à introdução**. Santa Maria, 2015.

DENARDIN, Armindo. **Multiplicando números e produzindo resultados**.

Teresina: Halley S.A. 2014.

FAGAN, Elaine Binotto. **Quarta-Colônia**: terra, gente e história! São João do Polêsine. 2015. 136 p. (Publicado originalmente como Dissertação do Mestrado em Patrimônio Cultural pela UFSM, RS).

História e educação patrimonial na Amazônia MosqueireNSE¹

Prof. Ddo. Daniel Rodrigues Tavares

Doutorando em História – PPGH/UFSM

Professor de História da Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC-PA) e da
Secretaria Municipal de Educação de Belém-PA (SEMEC)

danielrtavares95@gmail.com

Na tese de doutorado daremos continuidade a alguns dos objetivos e temáticas estudadas na dissertação defendida no Mestrado Profissional em Ensino de História, no campus de Ananindeua (UFPA), na qual relacionamos o Patrimônio Cultural Material e a História de Mosqueiro, distrito do município de Belém, com a produção de conhecimento histórico escolar a partir, principalmente, da crítica à transposição didática do saber produzido na academia, usando a metodologia de Educação Patrimonial e fomentando a pesquisa na Educação Básica, no sentido de favorecer o alcance de um aprendizado que contribuísse na formação cultural, crítica e cidadã dos alunos.

Na pesquisa de doutorado aprofundaremos o estudo da História de Mosqueiro e, sobretudo, dos bens naturais, materiais e imateriais do distrito e a influência das matrizes culturais indígenas, negras, caboclas e europeias no Patrimônio Cultural da “Amazônia MosqueireNSE”. Para tanto, compreendemos os bens culturais como fontes históricas e recursos didáticos na sua relação entre o passado e o presente. Conhecimento histórico que pretendemos que contribua para que os alunos das escolas de Mosqueiro possam relacionar a História Local com a História Regional, Nacional e global, pensando o conhecimento de outras culturas, das diferentes formas de organização social e política, mas sempre partindo e voltando para a realidade do educando.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma política pública estabelecida e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma lei federal. O primeiro influenciando e o segundo estabelecendo a normatização curricular. O ENEM se tornou o principal meio de ingresso de estudantes nas universidades brasileiras (MORAES, 2018, p. 5), por isso a preocupação dos sistemas de ensino em cumprir os conteúdos relacionados às matrizes de referência. Salientamos que podemos abrir o debate sobre patrimônio, por exemplo, nos “Objetos de

1 A comunicação proposta corresponde ao projeto de tese em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, em nível de doutorado, sob a orientação da Professora Dr.^a Maria Medianeira Padoin.

conhecimento associados às Matrizes de Referência”, mais especificamente em “Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade”, no subtema “Cultura Material e imaterial; patrimônio e diversidade cultural no Brasil”².

Na BNCC, a herança cultural, aparece com maior assiduidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental na disciplina História, quando a criança é levada a conhecer o seu lugar no mundo, as formas de registros da comunidade em que vive e as culturas que o cercam. No Ensino Fundamental 6º ao 9º ano, a discussão de Patrimônio Cultural se restringe à discussão das fontes, em que os bens culturais surgem como documentos históricos, em favor de um programa europeizado, organizado a partir da clássica divisão eurocêntrica da História. No Ensino Médio, o problema é maior, uma vez que essa BNCC traz em seu pano de fundo interesses neoliberais (GODOI BRANCO et al., 2019, p. 352), com a lógica de que essa etapa de ensino, dita “integral”, também deve pensar a formação para o mercado de trabalho. A Reforma do Ensino Médio, Lei 13.415 de 16/02/2017 deixa como obrigatórias somente as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática e Inglês, enquanto as outras figuram como componente curricular (KRAWCZYK; FERRETI, 2017, p. 37), inclusive História que se reduz à condição de um campo do saber das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O que contribui para o enfraquecimento de uma formação mais humana, contextualizada, crítica e reflexiva.

Os problemas relacionados à padronização impostos outrora pelo ENEM, agora pela nova BNCC, e pela consequente precarização no que tange à diminuição das horas de disciplinas das áreas de ciências humanas, dentre elas a História, levam-nos a pensar numa questão de cunho filosófico-ideológico e político que precisa ser observada e debatida pela sociedade a respeito desse novo desenho curricular. No entanto, o que nos compete e pretendemos contribuir com o desenvolvimento do nosso projeto de pesquisa será a construção de um projeto pedagógico de ensino de História que utilize o Patrimônio Cultural natural, material e imaterial da Amazônia Mosqueirense que fortaleça o conhecimento da História Local e Regional, percebendo como as características da realidade global e nacional se expressam no dia a dia das pessoas, sem dicotomias entre o geral e o particular.

Defendemos, assim, a tese de que mesmo com a imposição de um currículo nacional, seja pelo ENEM ou pela BNCC, podemos contribuir ao ensino de História contextualizado no cotidiano do aluno e do patrimônio cultural local, estabelecendo uma estratégia que contemple os objetivos de aprendizagem de conhecimento de outras culturas e formas de organização social, que contribua

2 https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf. Acesso em: 22/04/2021.

para uma formação cidadã, respeitosa e que construa alteridade, que pode levar o educando a conhecer o mundo, mas fortalecendo seu sentimento de pertença, de identidade e de valorização de sua cultura e territorialidade.

No Pará, como ocorreu nos outros Estado da federação, não se contemplou a contento a contribuição da sociedade civil no processo de implementação da BNCC (FERREIRA et. al., 2021), inclusive a categoria docente não experimentou as “condições devidas para a sua participação” (CAVALCANTI, 2021, p. 103) no processo, que construiu o “Documento Curricular do Estado do Pará – Etapa Ensino Médio” (DCE-PA). Nesse documento percebemos uma proposta de carga horária da matriz curricular que coaduna com as orientações da BNCC: privilégio das horas de português e matemática, em detrimento das outras ciências, e a previsão de um horário para a turma assistir aulas voltadas para o “mundo do trabalho” (PARÁ, 2020, p. 74).

Na pesquisa que realizei com 96 alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Honorato Filgueiras de Mosqueiro dos anos letivos de 2017 e 2018, foram obtidas informações de interesse tanto para dissertação de mestrado como também para alimentar os objetivos do projeto de doutorado. Ao serem perguntados a respeito do que consideram como Patrimônio Cultural de Mosqueiro, os discentes responderam: os Chalés da Orla, a Igreja Matriz, o Trapiche, a Fábrica Bitar, a Praça Matriz, o Mercado da Vila, o Coreto da Vila, a Capela Sagrado Coração de Jesus, que somaram 46 menções. Bens culturais tangíveis que foram construídos na virada do século XIX para o XX com uma grande influência dos recursos obtidos pelo comércio do látex. Alguns alunos indicaram como bem cultural de Mosqueiro a culinária, as praias, as pessoas, a Festa de São Pedro do Areão, a Tapiocaria, o Canhão da Praia do Bispo, as quadrilhas juninas e a Escola Inglês de Souza. Alguns desses bens culturais que no mestrado não foram abordados, como o Escola Inglês de Souza (patrimônio tangível), e a culinária (patrimônio intangível) e as praias (patrimônio natural) serão estudados no desenvolvimento da tese.

Palavras-chave: História da Amazônia; Patrimônio Cultural; Educação Patrimonial; Ensino de História.

Referências

CAVALCANTI, Erinaldo. Base Nacional Comum Curricular do estado do Pará: entre o prescrito e o inscrito – notas preliminares sobre o processo de construção e implantação do documento. In: FERREIRA, Ângela Ribeiro et al (Orgs.). **BNCC de história nos estados: o futuro do presente**. Editora Fi. Porto Alegre 2021.

FERREIRA, Ângela Ribeiro et. al. (orgs.). **BNCC de história nos estados: o**

futuro do presente. Editora Fi. Porto Alegre, 2021.

GODOI BRANCO, Alessandra Batista de; PEREIRA BRANCO, Emerson; IWASSE, Lilian Fávaro Algrâncio; NAGASHIMA, Lucila Akiko. Urgência da reforma do ensino médio e emergência da BNCC. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 29. Rio de Janeiro, 2019.

KRAWCZYK, Nora; FERRETI, Celso João. Flexibilizar pra quê? Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 20. Brasília, 2017.

MORAES, Luciene M. S. As ciências humanas na matriz de referência do ENEM e sua reelaboração: fixação de sentidos por meio dos itens. **Cadernos de Educação Básica**, vol. 3, nº 1. Rio de Janeiro, 2018.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Documento curricular do Estado do Pará** – Etapa Ensino Médio. Volume II. Belém: SEDUC-PA, 2020.

História e Arquivologia: Experiências acadêmicas no território do Geoparque Quarta Colônia

Tatiana Godinho Martins

Acadêmica de Arquivologia – UFSM
Bolsista FIEEX/UFSM

Nicole Postai Ostwald

Acadêmica de Arquivologia da UFSM
Bolsista do Programa Educativo para o Geoparque Quarta Colônia

Janaína dos Santos Puchalski

Acadêmica de História-Licenciatura – UFSM
Bolsista do Programa Educativo para o Geoparque Quarta Colônia

O presente trabalho tem como intuito apresentar as experiências acadêmicas possibilitadas pelos Programas de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria aplicadas no território Geoparque Quarta Colônia, que abrange os municípios de Faxinal do Soturno, Silveira Martins, Ivorá, Dona Francisca, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Agudo e Restinga Seca (CONDESUS,2019). Visa demonstrar quão enriquecedor é a prática de extensão para a bagagem, profissional, pessoal e cultural dos elementos envolvidos.

A partir do contexto fomentado pelo Programa Educativo para o Geoparque Quarta Colônia aspirante UNESCO, o qual tem como coordenadora a professora Dra. Maria Medianeira Padoin e, como bolsistas, Janaína dos Santos Puchalski e Nicole Postai Ostwald, observa-se que por meio da preservação das diferentes memórias e culturas que compõe a região, promove-se a consciência de que as comunidades envolvidas assumam o protagonismo na preservação e valorização de seus patrimônios naturais e culturais, e assim do desenvolvimento sustentável. Assim, este trabalho visa dar visibilidade a algumas ações realizadas em 2022, relacionadas a pensar e agir no território do Geoparque a partir de uma política de Educação Patrimonial, que tanto visa implementar uma curricularização na rede escolar, como na valorização e relação de ações que envolvem o preservar e o inovar relacionados ao patrimônio natural e cultural do território do Geoparque Quarta Colônia, aspirante a receber o selo de reconhecimento pela UNESCO, assim como um dos expoentes deste trabalho, a realização da primeira JAI Mirim.

O presente trabalho irá expor, também, as ações desenvolvidas especialmente na localidade de Faxinal do Soturno e São João do Polêsine, através do programa

FIEX “Patrimônio histórico cultural, memória, educação e preservação”, com a coordenação da professora Dra. de história Maria Medianeira Padoin e com a participação da bolsista do curso de arquivologia Tatiana Martins, vinculada desde 2020 e dando continuidade aos trabalhos que se desenvolvem desde 2015 por outros bolsistas e com outros vieses de propostas. Nestas regiões realizou-se muito fortemente uma atuação no que concerne a preservação local/regional por meio da digitalização dos acervos fotográfico dos municípios. No primeiro, o local da atividade foi no Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha, mantenedor da trajetória histórica faxinalense através das lentes do fotográfico pioneiro na região. Em São João do Polêsine, o trabalho se deu com o acervo da prefeitura com registros do progresso da localidade. Ainda, em ambos os locais para contemplar essa iniciativa da busca pela valorização, preservação e resgate da memória e identidade das comunidades, fez-se entrevistas com algumas personalidades para que relatassem suas vivências, saberes, fazeres, enfim, práticas típicas e ricas em conhecimento da cultura regional.

No ano de 2022, as ações construídas junto à comunidade do território do Geoparque Quarta Colônia buscaram principalmente dar continuidade ao trabalho realizado desde 2019. Assim, centra-se na continuidade de estabelecer uma política centrada na Educação Patrimonial, através da implementação da curricularização da Educação Patrimonial nos municípios que compõem o território do Geoparque, seja este por Lei Municipal e/ou Resolução ou outro instrumento legal municipal. Foram realizadas reflexões através de reuniões gerais da Comissão de Educação, Cultura e Comunicação, onde a equipe da Educação passou a reunir-se, desde dezembro de 2021, mensalmente, para definir estratégias e desenvolver conjuntos e representantes da UFSM. Além disso, nestas reuniões se debatem estratégias e elaboração de ações aplicadas principalmente junto às escolas, bem como a adoção de projetos que envolvam a questão do Geoparque, como de publicações voltadas ao ensino escolar, mini cursos e eventos.

Um dos principais trabalhos realizados diz respeito à execução do projeto piloto junto à 37ª Jornada Acadêmica Integrada (JAI) da UFSM: a JAI Mirim - evento a ser realizado no dia 09 de novembro do corrente ano, e voltado aos alunos do ensino infantil, anos iniciais e de anos finais da Educação Formal Escolar, que proporcionará um interessante contato da comunidade local com a Universidade, por meio da apresentação pelos alunos e seus professores de resultados de experiências a partir da perspectiva da Educação Patrimonial e o Geoparque Quarta Colônia.

As atividades extensionistas que ocorreram e ainda ocorre, pois, o programa ainda está em vigência, nas regiões de Faxinal do Soturno e São João do Polêsine visam a valorização da cultura local/regional propondo um resgate

de memórias e incentivando a preservação dos materiais fotográficos presentes nos municípios, tal como, exemplifica CRUZ, BRITO e PADOIN (2018):

Entender as fontes documentais (acervos) enquanto um patrimônio coletivo de uma sociedade, que integra sua herança fundamental e preciosa, tanto do passado quanto para o futuro, são garantias da memória e da manutenção do sentido de existência/identidade desta sociedade. Assim, todos somos responsáveis pelo sentido e o reconhecimento de sentido que o espaço que pertencemos e vivemos possam adquirir no presente e no futuro.

O Museu Fotográfico Irmão Ademar da Rocha situado em Faxinal do Soturno, conta com um enorme acervo oriundo de Amir Trevisan (conhecido como Cacique) e Irmão Ademar da Rocha, dois membros da comunidade que no decorrer de sua trajetória tornaram como hábito a captura dos momentos do município em que estavam inseridos. Em São João do Polêsine o trabalho foi realizado no acervo fotográfico da prefeitura municipal.

Deste modo, em ambos os locais, o procedimento escolhido visando a preservação destes materiais foi a digitalização. Primeiramente as fotos necessitaram de uma higienização, com materiais adequados e técnica minuciosa. Posto isso, foram armazenados em pendrive e na plataforma Google Drive. Deste modo, para que a comunidade possa usufruir destas memórias capturadas, um site foi criado para que essas imagens possam estar disponíveis para o público em geral, promovendo o acesso. Pontua-se que para que as ações fossem efetivadas houve o apoio das prefeituras municipais assim como da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto de Faxinal do Soturno. Além disso, pensando na preservação do que não está registrado em documentos de papel, como comenta CRUZ, FLORES, CARVALHO (2016):

Podemos afirmar que a cultura dos habitantes da Quarta Colônia pode ser vista como um processo identitário de grupos, e que esta cultura muitas vezes não está registrada em um suporte documental, mas, sim, é transmitida de uma geração para outra através dos arquivos orais, ou através de usos e costumes, ou seja, ela está na memória dos grupos (p.52).

Realizaram-se entrevistas com membros da comunidade justamente para salvaguardar o que ainda não estava registrado em papel, estavam apenas na memória daqueles que as vivenciaram. Todavia, com este programa de extensão todas as entrevistas concedidas por estes indivíduos foram gravadas (áudio e vídeo) e posteriormente transcritas para fazerem parte do acervo de suas respectivas prefeituras, para que nada seja perdido, bem como Valserina Bulegon Gassen, uma das entrevistadas coloca em pauta: “A gente sempre se emociona quando vê o interesse dos alunos para preservar, conhecer e preservar principalmente a nossa história e a nossa memória. E aqui da Quarta Colônia nós temos um diferencial, não se quer perder nada” (GASSEN, 2022).

Como resultado das ações no contexto das ações voltadas a Curricularização Patrimonial, tem-se a observação da ampla adesão das escolas dos municípios que compõem a região da Quarta Colônia na busca e concretização de um ensino que ocorra de maneira multidisciplinar, mesclando os conteúdos teóricos e programáticos referentes a cada disciplina com as amplas possibilidades que a questão do patrimônio cultural e natural do Geoparque Quarta Colônia oferece. Relacionado a este, temos a adoção de uma política de curricularização da Educação Patrimonial, como implementação de Lei ou Resolução Municipal que garanta a continuidade e permanência. Neste sentido, têm-se ações visando a formação continuada aos docentes por intermédio da Universidade, como a abertura do ano letivo de 2022, com evento, em que foram palestrantes principalmente professoras(es) que são egressas(os) ou alunas(os) dos Programas de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e de História da UFSM; a organização da IV Jornada Interdisciplinar de Formação Continuada para professores em Educação Patrimonial para o Geoparque Quarta Colônia. No que tange a essa questão, a continuidade da oferta de vagas especiais junto ao Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, que fomenta a qualificação e formação destes docentes, com produtos voltados para a área e região. Dentre estes importantes resultados, denota-se também a realização junto a 37 Jornada Acadêmica Integrada da UFSM da primeira JAI Mirim, evento voltado aos alunos e seus professores do ensino infantil, anos iniciais e de anos finais das escolas dos municípios do território do Geoparque Quarta Colônia, com experiências a partir da perspectiva da Educação Patrimonial e do Geoparque Quarta Colônia.

A partir do trabalho realizado, tanto em Faxinal do Soturno quanto em São João do Polêsine, pode-se familiarizar-se e compreender-se os hábitos culturais dos povos colonizadores e seus descendentes. Com isso, a preocupação em salvaguardar os registros torna-se ainda mais importante, para que nenhuma dessas memórias sejam esquecidas através do tempo. Tal como, com as entrevistas foi possível absorver estes conhecimentos que perpassam entre as gerações e são fundamentais para alicerçar um futuro próspero e com valores. Destarte, todos esses materiais são patrimônio local/regional e precisam ser considerados desta forma. Por isso, ações como estas que foram desenvolvidas são primordiais a fim de fomentar essa consciência nas comunidades.

Palavras-chave: Geoparque, memória, Quarta Colônia.

Referências

CRUZ, Jorge Alberto Soares; DE BRITO, Luciana Souza; PADOIN, Maria Medianeira. **HISTÓRIA E MEMÓRIA DE BAGÉ: INTERSECÇÕES ENTRE O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFSM, O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL E MUSEU DOM DIOGO DE SOUZA**. Revista do CEPA, v. 37, n. 49, 2018.

CRUZ, Jorge Alberto Soares; FLORES, Daniel; CARVALHO, Tamiris. Colcha de Retalhos. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 24, n. 2, p. 47-64, 2016.

GASSEN, Valserina Maria Bulegon. (Setembro/2022). Entrevistadores: Tatiana Godinho Martins, Eduardo Prates Bordinhão e Maria Medianeira Padoin, 2022. Arquivo mp3 (58min).

PADOIN, M.M; BARBOSA, H X. , ALVES, B (org.). **Patrimônio histórico e cultural Geoparque Quarta Colônia: memória, educação e preservação**. Santa Maria, RS: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 2021.

PADOIN, Maria Medianeira; FIGUEIRÓ, Adriano, CRUZ, Jorge Alberto Soares (org.). **Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021.

A contribuição das Irmãs Franciscanas para o desenvolvimento de Santa Maria - RS (1955-2018)

Prof^a Dr^a. Luciana Souza de Brito

Docente do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Esta pesquisa tem por motivação dar visibilidade ao papel empreendedor das Irmãs Franciscanas no campo da educação em Santa Maria e sua contribuição para o desenvolvimento local no período que compreende os anos de 1955 a 2018. Nesse sentido, num primeiro momento se fez uso de fontes documentais (textuais, iconográficas, jornalísticas e orais), e bibliográficas para coletar informações sobre a trajetória e atuação das Irmãs Franciscanas em Santa Maria.

Em termos metodológicos a pesquisa fez uso da abordagem de Kossoy (2001) para análise iconográfica e iconológica dos registros fotográficos. Para os documentos dos arquivos das Instituições consultadas, durante a pesquisa documental se fez a leitura pormenorizada dos documentos administrativos relativos ao período. Quanto aos jornais, seguiu-se as orientações de Luca (2015), em que, ao identificar a fonte jornalística se evidencia às características de ordem material do periódico. E, por fim, quanto ao uso de fontes orais, adotou-se metodologia de Delgado (2010) e Alberti (2013), pois pretendeu-se trabalhar com as lembranças de sujeitos que estiveram presentes em diferentes momentos da trajetória da Instituições gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas.

Diante do exposto, a pesquisa buscou-se demonstrar como a atuação das Irmãs Franciscanas foi fundamental para a criação de instituições de ensino superior em Santa Maria, entre o período de 1955 a 2018. Desta forma, se colocou em destaque ainda como as instituições de ensino superior criadas pela Congregação atuaram de forma positiva para o desenvolvimento local, na medida em que contribuíram com a expansão das atividades de ensino superior, mas também com o incremento do desenvolvimento social e econômico do município.

A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã foi fundada em 1835, em Heythuysen, na Holanda, tendo como superiora Catarina Damen (Madre Madalena). Inicialmente dedicada ao cuidado de doentes e ao ensino fundamental, a congregação em pouco tendo expandiu suas ações para outras localidades (ACKERMANS; OSTERMANN; SERBACKI, 2000).

No Brasil as ações da congregação tiveram início em 1872, com a instalação da primeira comunidade, composta por seis irmãs, em São Leopoldo no RS. Com o passar dos anos, mais irmãs franciscanas chegaram ao Brasil para

expandir as ações da congregação, formando novas comunidades em diferentes cidades e estados brasileiros.

Foi assim que em 1903 um grupo de quatro irmãs chegou em Santa Maria para atender num primeiro momento o Hospital de Caridade, recém-criado no município. Dois anos mais tarde uma nova comunidade foi criada no município, desta vez para atender no campo da educação com a fundação do Colégio Sant'Anna.

As ações no campo da educação fundamental foram essenciais para a atuação posterior da congregação no ensino superior. O colégio Sant'Anna, criado em 1905, foi protagonista no processo de implantação do ensino superior pela congregação pois sua estrutura física (sala de aula, biblioteca) foram amplamente utilizados nos primeiros anos, até a construção e adaptação de novos espaços para uso das primeiras faculdades criadas.

A atuação das Irmãs Franciscanas no ensino superior tem início em 1955, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC) e da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM). Estas instituições foram muito importantes pois ajudaram na criação da Universidade de Santa Maria (USM) em 1960, primeira Universidade criada fora de uma capital, instalada no interior do estado do RS (BRITO, 2021).

Entretanto é importante destacar que esse foi apenas o começo da atuação das Irmãs Franciscanas, que num processo de crescimento e expansão foi construindo as bases para a criação da Universidade Franciscana (UFN), em 2018. Assim, de forma retrospectiva, é relevante abordar que a congregação em 1995 tomou a decisão de unificar a FIC e a FACEM, dando origem as Faculdades Franciscanas (FAFRA). Três anos mais tarde, ocorre a transformação desta em Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Assim, enquanto centro universitário a instituição foi consolidando suas ações, estruturando suas rotinas e procedimentos para em 2018 finalmente transformar-se em Universidade Franciscana.

Essa trajetória institucional trouxe contribuições ao desenvolvimento de Santa Maria. Nesse contexto, segundo Brito (2021) o papel empreendedor das Irmãs Franciscanas trouxe modificações no contexto econômico e social de Santa Maria, os quais podem ser observados nos períodos de constituição de cada instituição de ensino superior gerenciada pela congregação.

Conclui-se que o contexto educacional de Santa Maria foi fortemente modificado pela atuação das Irmãs Franciscanas, principalmente a partir da sua inserção no ensino superior. Assim, num primeiro momento o destaque se dá com a ampliação das instituições e cursos ofertados para a comunidade santa-mariense e do entorno, evitando que muitos jovens fossem continuar sua formação em outras cidades. Assim, ao invés de saírem do município, muitos

jovens dos municípios vizinhos acabaram vindo para Santa Maria buscando a sua formação.

A oferta regular de cursos de graduação e pós-graduação na cidade promoveu o incremento da economia, com aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e o desenvolvimento do comércio local nas áreas de prestação de serviço como alimentação (restaurante, bares e lancherias), moradia (locação e venda de imóveis), lazer (cinema, teatro e outras atividades culturais), dentre outras áreas.

Diante do exposto evidencia-se a visão empreendedora das Irmãs Franciscanas, que buscaram o crescimento de suas atividades no ensino superior, e como consequência promoveram o desenvolvimento do município e região.

Palavras chaves: Educação, Irmãs Franciscanas, Santa Maria, Desenvolvimento.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ACKERMANS, Gian; OSTERMANN, Ursula; SERBACKI, Marly. **Chamadas pela bondade de Deus**. História das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no século XX. Trad. Benícia Flesch. Estados Unidos, Stella Niagara: Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, 2000.

BRITO, Luciana Souza de. **Irmãs Franciscanas em Santa Maria – RS: Uma Congregação de Mulheres Empreendedoras no Ensino Superior (1953-2018)**. 2021. 423p. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2. ed. Rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. 2. Reimp. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-154.

MESA TEMÁTICA II
– Fronteira e Política –
Primeiras décadas do século XX

Militares e maragatos em armas: as revoltas tenentistas de 1924 e a formação da Coluna Prestes no Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Amilcar Guidolim Vitor

Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade
Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI

A história do Rio Grande do Sul é marcada por inúmeras revoltas, guerras e tentativas de revoluções motivadas principalmente por disputas políticas e econômicas. A Guerra Farroupilha, de 1835 a 1845; a Revolução Federalista, de 1893 a 1895; e a guerra civil de 1923, estão entre as principais refregas do estado responsáveis por tirar a vida de milhares de pessoas, sejam elas civis ou militares, manchando de sangue o território mais meridional do Brasil. Os dois últimos conflitos, apesar de separados por duas décadas, tiveram relação direta, marcados que foram pelas disputas pelo controle da presidência do Estado entre os membros do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e seus opositores, articulados primeiramente no Partido Federalista, nos anos 1890, e depois na Aliança Libertadora (AL), na década de 1920.

Não à toa, em terra tão fértil aos conflitos, surgiria um movimento político-militar marcante no processo de desestruturação política da Primeira República (1889-1930) no Brasil. Trata-se da Coluna Prestes³, uma das maiores marchas revolucionárias da história da humanidade e que iniciou sua trajetória na região das Missões⁴ do Rio Grande do Sul em fins de 1924, como consequência de uma revolta que uniu em armas militares do baixo oficialato do Exército, comandados pelo jovem capitão Luiz Carlos Prestes⁵, e civis, liderados

3 A denominação da marcha revolucionária que percorreu o Brasil entre 1924 e 1927 acabou por, convencionalmente, adotar o nome de um dos seus principais líderes, Luiz Carlos Prestes, por mais que na estrutura geral do movimento o comandante fosse o major da Força Pública de São Paulo, Miguel Costa.

4 Toponímia utilizada para se referir a região noroeste do Rio Grande do Sul onde estão inseridos municípios como Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Borja, os quais têm sua origem histórica ligada ao passado das Missões Jesuítico-Indígenas, fundadas na margem oriental do Rio Uruguai, entre 1682 e 1707.

5 Fez parte do Movimento Tenentista, a partir de 1922, e foi um dos principais líderes da marcha da Coluna Prestes, entre 1924 e 1927. Em 1934, ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB), tornando-se um dos principais líderes do partido na América do Sul, do qual se afastou no início dos anos 1980. Faleceu em março de 1990, aos 92 anos de idade (PRESTES, 2015).

por Joaquim Francisco de Assis Brasil⁶, ligados ao grupo político da Aliança Libertadora⁷. Os primeiros faziam oposição ao governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926) e eram oriundos do Movimento Tenentista⁸, que desde 1922 aglutinava majoritariamente tenentes e capitães do Exército contrários a eleição e posse de Bernardes como presidente do país. Já os segundos faziam oposição ao governo do presidente do Estado Antônio Augusto Borges de Medeiros⁹ (1913-1928).

O início desse processo de aliança entre civis e militares no Rio Grande do Sul foi delineado a partir da segunda revolta do Movimento Tenentista desencadeada em 5 de julho de 1924 em São Paulo, a exemplo do que já havia ocorrido no mesmo dia dois anos antes, em 1922, no Rio de Janeiro, quando os “tenentes” sublevaram o Forte de Copacabana buscando impedir a posse de Artur Bernardes como presidente, após a eleição de março daquele ano, quando Bernardes derrotou o candidato da oposição, Nilo Peçanha, apoiado pelos militares que deram origem ao tenentismo. Depois de mais de vinte dias de combates entre as forças rebeldes tenentistas lideradas pelo general Isidoro Dias Lopes e as tropas legalistas de São Paulo e do governo federal, os rebeldes foram obrigados a abandonar a capital paulista, refugiando-se na região de Foz do Iguaçu, no Paraná.

A partir disso, em quartéis da região das Missões e fronteira oeste do Rio Grande do Sul, militares que faziam parte do Movimento Tenentista, como Luiz Carlos Prestes, Antônio de Siqueira Campos e Juarez Távora, passaram a articular uma nova revolta contra o governo federal a ser iniciada em território sul-rio-grandense. Dessa forma, se aproximaram dos civis da Aliança Libertadora liderados por Assis Brasil buscando apoio para o movimento. A

6 Advogado e republicano histórico do Rio Grande do Sul. Foi deputado e membro da junta governativa gaúcha de 1891. Também, foi embaixador e figura de destaque nos desdobramentos políticos da Primeira República (1889-1930), tanto a nível regional quanto nacional. Com as eleições para a presidência do Estado, em 1922, foi candidato em oposição política a Borges de Medeiros, que, desde 1913, ocupava o cargo (MAESTRI, 2010).

7 Grupo político de oposição ao governo do presidente do Estado Borges de Medeiros. Reunia federalistas, democratas e republicanos dissidentes como João Batista Luzardo, Plínio Casado, Augusto Simões Lopes Filho e Raul Pilla. A liderança do grupo era representada por Joaquim Francisco de Assis Brasil, candidato a presidente do Estado, nas eleições de 1922 (MAESTRI, 2010, p. 302).

8 “O movimento tenentista se desenvolveu principalmente a partir de 1922 em oposição aos governos dos presidentes Epitácio Pessoa e, posteriormente, Artur Bernardes. Levava esta denominação pelo fato de seus participantes serem, em sua maioria tenentes e capitães do Exército” (PRESTES, 1997, p. 69).

9 Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961) foi um dos principais expoentes do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), sendo presidente do Estado, entre 1898 a 1908 e entre 1913 a 1928, acumulando, ao todo, cinco mandatos. Seus principais opositores, na década de 1920, eram os membros da Aliança Libertadora, grupo político liderado por Joaquim Francisco Assis Brasil (1857-1938) e que, em 1924, aderiram às revoltas dos militares que deram origem à Coluna Prestes (PESAVENTO, 1990).

adesão acabou por se confirmar, pois os civis “aliancistas” viram nos “tenentes” a possibilidade de efetivar a deposição de Borges de Medeiros, algo que não conseguiram concretizar em 1923.

Dessa forma, entre os dias 28 e 29 de outubro de 1924 revoltaram-se o 1º Batalhão Ferroviário (BF) de Santo Ângelo, sob o comando do capitão Luiz Carlos Prestes; o 3º Regimento de Cavalaria Independente (RCI) de São Luiz Gonzaga, sob ordens do tenente João Pedro Gay; o 2º Regimento de Cavalaria Independente (RCI) de São Borja, liderado pelos tenentes Aníbal Benévolo, Sandoval Cavalcante e Ruy Zubarán, contando com a colaboração do tenente Antônio de Siqueira Campos; o 2º Regimento de Artilharia a Cavalo (RAC) em Alegrete, liderado pelo tenente João Alberto Lins de Barros; o 3º Batalhão de Engenharia (BE) em Cachoeira do Sul, sob a liderança do capitão Fernando Távora; além do 5º Regimento de Cavalaria Independente (RCI) de Uruguaiana, liderado pelo capitão Juarez Távora, que fazia a ligação entre os rebeldes rio-grandenses e paulistas que estavam isolados no Paraná.

Após alguns combates travados contra os efetivos legalistas do governo do Estado na primeira quinzena de novembro de 1924, parte dos rebeldes se dispersou, como o grupo liderado pelo civil Honório Lemes. Depois de ser nomeado comandante das forças revolucionárias do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Prestes e outras lideranças do movimento decidiram reorganizar a tropa na região das Missões, concentrando-se em São Luiz Gonzaga, onde se protegeriam de ataques das forças legais em função de não existir ramal ferroviário. Foi ali, entre os meses de novembro e dezembro, que se formou o embrião do que viria a ser a Coluna Prestes. Cercados por tropas do governo Borges de Medeiros, os rebeldes decidiram empreender marcha em direção a divisa com Santa Catarina buscando alcançar o Paraná e ir ao encontro dos rebeldes paulistas estacionados na região de Foz do Iguaçu.

Após duros embates com as forças governistas, especialmente na batalha da Ramada, ainda em território rio-grandense, o objetivo de se unir aos paulistas foi alcançado em abril de 1925. Diferentemente do que se afirmou em parte da historiografia existente, a Coluna Prestes não nasceu da união entre rebeldes rio-grandenses e paulistas no Paraná. A marcha da Coluna iniciou em 27 de dezembro de 1924, na cidade de São Luiz Gonzaga, região das Missões do Rio Grande do Sul. Conforme afirma Anita Leocádia Prestes (1997), autora de uma das principais pesquisas sobre a história da Coluna, quando da união entre tropas do Rio Grande do Sul e de São Paulo, algumas lideranças do efetivo paulista queriam encerrar o movimento, enquanto Luiz Carlos Prestes e seus comandados defendiam a continuidade das ações rebeldes. Na realidade, as tropas foram reorganizadas para seguirem com o objetivo de depor Artur Bernardes.

Sendo assim, entre dezembro de 1924 e fevereiro de 1927 a Coluna Prestes percorreu todas as regiões do Brasil buscando ampliar suas tropas, as quais não ultrapassaram o número de mil e quinhentos homens acompanhados por pouco mais de trinta mulheres. Após mais de dois anos sendo perseguidos por efetivos maiores e melhor equipados, sem terem sido derrotados em nenhuma batalha, os rebeldes decidiram por se exilar na Bolívia, colocando fim a uma epopeia que, apesar de não ter alcançado o seu objetivo, foi fundamental para expor as fissuras no sistema político da Primeira República, colapsado pouco tempo depois, em 1930, e contando com o apoio de muitas lideranças que fizeram parte da Coluna Prestes, como Miguel Costa, Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros e Oswaldo Cordeiro de Farias.

Minhas pesquisas sobre a Coluna Prestes se desenvolvem há mais de 15 anos, especialmente nas questões que envolvem à história, à memória e o patrimônio cultural ligados à Coluna e à trajetória política de Luiz Carlos Prestes. Prestes também foi um personagem ativo em outros acontecimentos históricos do século XX, no Brasil, a partir da década de 1930, desta vez, não mais como militar, mas como membro do Partido Comunista do Brasil (PCB)¹⁰, tornando-se alvo constante do anticomunismo, o que interferiu na maneira como a Coluna Prestes foi representada, sendo, em algumas situações, erroneamente associada à trajetória de Prestes no PCB.

Em abril de 2021, na linha de pesquisa de memória e patrimônio cultural do PPGH da UFSM, defendi a tese de doutorado intitulada *“A Coluna Prestes: disputas em torno do passado e construção do patrimônio cultural sul-rio-grandense”*. A pesquisa, também vinculada ao Grupo de Pesquisa em História Platina do PPGH, se propôs a investigar em fontes escritas e orais as disputas políticas e a produção de representações sociais em torno da Coluna Prestes e da trajetória política de Luiz Carlos Prestes e que resultaram em políticas de memória e patrimônio na região das Missões do Rio Grande do Sul, especialmente no município de Santo Ângelo.

São os resultados da primeira parte da pesquisa, envolvendo o movimento rebelde de 1924 no Rio Grande do Sul, que serão apresentados, procurando demonstrar como seu deu a aliança entre os militares do Movimento Tenentista e os civis comandados por Joaquim Francisco de Assis Brasil no desencadeamento das ações armadas de outubro e que resultaram na formação e início da marcha da Coluna Prestes pelo Brasil. O objetivo é expor e analisar as representações construídas acerca do movimento rebelde utilizando como fonte

10 O PCB foi criado em 1922 e originalmente chamado de Partido Comunista do Brasil.

Uma reorganização interna em 1962, deu origem ao PCdoB, que assumiu a nomenclatura original do partido, passando o PCB a ter a designação de Partido Comunista Brasileiro (RODEGHERO, 2017, p. 29).

as reportagens publicadas no jornal *Correio do Povo*, assim como os relatórios do chefe de Polícia, Armando Azambuja, e dos subchefes regionais, que compõem o inquérito policial da Chefatura de Polícia do Rio Grande do Sul acerca do levante tenentista de 1924.

Palavras-Chave: Tenentismo; Maragatos; Revoltas; Coluna Prestes.

Referências

MAESTRI, M. **Breve história do Rio Grande do Sul:** Da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

PESAVENTO, S. J. **Borges de Medeiros.** Porto Alegre: IEL/DIVERGS, 1990.

PRESTES, A. L. **Luiz Carlos Prestes:** um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **A Coluna Prestes.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VITOR, A. G. **A Coluna Prestes:** disputas em torno do passado e construção do patrimônio cultural sul-rio-grandense. 2021. 484p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

Revoluções: a trajetória do coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro como caudilho republicano e liberal na região de fronteira platina

Mda. Zilamar Teixeira de Carvalho Ferreira

Mestranda do PPGH/UFSM
Servidora Pública Federal da UNIPAMPA
zilamarferreira@unipampa.edu.br

Prof^a Dr^a Maria Medianeira Padoin

Professora Titular do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM
mmpadoin@gmail.com

A queda da Monarquia e o início do período republicano brasileiro, durante a República Velha, foi uma época de instabilidade na região de Fronteira Platina, marcada pelo positivismo republicano e pelo liberalismo. No Rio Grande do Sul, o governo Republicano do Presidente Júlio de Castilhos baseado em Comte, buscou maior autonomia e descentralização do poder. O que gerou insatisfação aos federalistas que viram como solução a luta armada. A Revolução Federalista (1892 a 1895) foi um acontecimento rio-grandense, reflexo conjuntural da consolidação da República no Brasil, que ocorreu nos territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, alcançando a República Oriental do Uruguai e República Argentina. As forças envolvidas neste processo eram o Partido Republicano Rio-Grandense, discidentes do Partido Republicano Rio-Grandense e o Partido Federalista. Nesta época de transição dos séculos dezenove para o vinte, de troca de formas e regimes de governo, viveu o Coronel Coriolano Castro. Originário de família açoriana estabelecida tanto em Caçapava do Sul, no estado brasileiro do Rio Grande do Sul como em Taquarém, no Uruguai. Coriolano foi ativista do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), de orientação positivista, no início de sua carreira política, mudando de atuação para o Partido Federalista (a partir de 1921), posteriormente fundou o Partido Libertador em Caçapava. Foi eleito por três mandatos como Intendente e Prefeito de Caçapava do Sul, terra do líder do PRR Borges de Medeiros, no qual também foi opositor. Na Revolução Federalista de 1895, o Major Coriolano Alves de Oliveira e Castro esteve no comando da Ala Esquerda do 17º Corpo de Milícia Civil e Guarnição, na coluna do Senador Pinheiro Machado. Devido a divergências com Borges de Medeiros, sucessor de

Júlio de Castilhos, deixou o Partido Republicano Rio-Grandense ao solidarizar-se com o federalismo de Silveira Martins e apoiar a candidatura de Assis Brasil ao Governo do Estado. Em 1923, tomou parte na insurreição para a libertação do Rio Grande do Sul, impedir o 5º mandato de Borges de Medeiros e propor a revisão constitucional. Ao lado dos maragatos, comandou o 4º Corpo do Exército Libertador, ligado a 3ª Divisão do General Estácio Azambuja participando do Combate da Juliana. Também, comandou a 5ª Brigada do 4º Corpo do Exército Libertador na Coluna do General João Antônio Neto (Zeca Neto), fazendo parte da tomada de Pelotas. Após o término da Revolução com o Pacto de Pedras Altas, Coriolano Alves de Oliveira e Castro foi eleito e empossado como Intendente de Caçapava do Sul, pela segunda vez, no dia 1º de janeiro de 1925, juntamente com Percival Brenner, Intendente de São Sepé, únicos intendentes oposicionistas na República Brasileira. Na Revolução Constitucionalista de 1932 foi formada a frente única selando a união entre republicanos e libertadores. Devido a esta aproximação, Coriolano Castro (Partido Libertador), lutou lado a lado, com Antônio Augusto Borges de Medeiros (Partido Republicano Rio-Grandense), também caçapavano, adversário político na Revolução de 1923. O Combate de Cerro Alegre, em Piratini, concedeu a vitória para as tropas governistas, em 20 de setembro de 1932. Neste dia, Coriolano Castro liderou o primeiro Corpo das forças revolucionárias com poucas baixas e ao término do Combate rumaram em direção a Santana da Boa Vista. Nas eleições seguintes para Prefeito de Caçapava do Sul, Coriolano Castro (Partido Liberal) foi eleito no pleito de 1935. Em seu primeiro ano de mandato, criou a Lei Orgânica Municipal que incentivava a colonização, a ecologia e a preservação da natureza. O objetivo deste trabalho é entender a relação do indivíduo com o uso da fronteira (espaço de disputas e conflitos), como “fronteira manejada”, “fronteira indivíduo” e “fronteira política”, e assim construir a trajetória político-administrativa do Coronel Coriolano Alves de Oliveira e Castro.

Palavras-chave: Coriolano Castro. Revolução. Fronteiras. Política. Prata.

Referências

ABRÃO, Nicolau Silveira. **História do Município de Caçapava do Sul**. 3ª edição. Martins Livreiro, 1992, 145 p.

ANDRADE, Gustavo Figueira. **A Trajetória Política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares)**: Família, Comunicação e Fronteira. 2017, 176 p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2017.

DOBKE, Pablo. **Castilhismo, território e relações sociais de poder**: o caso de Aparício Saraiva na região fronteira entre o Brasil e Uruguai (1896-1904).

2015, 132 p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2015.

CASSOL, Arnaldo Luiz. ABRÃO, Nicolau Silveira. **Coronel Coriolano Castro**. Porto Alegre. Martins Livreiro, 1983, 103 p.

GUAZZELI, Cesar Augusto Barcellos. **Os Senhores da Guerra e as Fronteiras**. In: **Capítulos de História Política: Problemas e Estudos**. Passo Fundo. Acervus, 2020, p. 257- 285.

MOTTA, José do Patrocínio. **São Sepé, de ontem, de hoje e de amanhã**. Santa Maria. Palloti, 1988, p.120.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Nacional, 2001. p.176.

ROSSATO, Monica. **Relações de Poder na Região Fronteiriça Platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. 2015, 164 p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2014.

MESA TEMÁTICA III
Quarta Colônia e patrimônio

O patrimônio cultural no distrito de Vale Vêneto, São João do Polêsine/RS: histórias e personagens contadas num caderno didático

Prof.^a Me. Marisa Bertoldo Rossato

Professora da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul
volnei-marisa@hotmail.com

Prof.^a Dra. Marta Rosa Borin

Professora do Departamento de Metodologia do Ensino, Programa de Pós-Graduação
em Patrimônio Cultural e Programa de Pós-Graduação em História da UFSM
mrborin@gmail.com

O trabalho de pesquisa intitulado *O Patrimônio Cultural no distrito de Vale Vêneto, São João do Polêsine/RS: histórias e personagens, contadas num caderno didático*, é resultado da dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio cultural, da Universidade Federal de Santa Maria, linha de pesquisa História e Patrimônio Cultural, com o qual buscamos aprofundar o tema relacionado a memória oral dos moradores de Vale Veneto, pertence ao município São João do Polêsine, integrante da Quarta Colônia e ao projeto Geoparque, aspirante UNESCO, no interior do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi realizada devido a abertura de vagas extras para o Geoparque Quarta Colônia, o que tem oportunizado a formação continuada de professores em nível de mestrado. Este artigo visa compartilhar uma experiência prática em uma escola pública do Rio Grande do Sul. Com o apoio da Educação Patrimonial, buscou-se despertar nos alunos do quarto e quinto ano da Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Rafael Iop, a curiosidade em conhecer o patrimônio da sua comunidade, bem como valorizar e preservar a memória do patrimônio histórico local, contadas pelos nonos e nonas. O produto final desta dissertação foi um caderno didático que pode ser utilizado por todas as escolas da região para aprofundar o conhecimento sobre Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial e Memória, numa linguagem acessível para os alunos de nove a onze anos de idade. Na continuidade deste projeto, como sequência da pesquisa de mestrado, foi confeccionado uma revista e um *fanzine*, de forma artesanal, onde os estudantes registraram seu conhecimento a partir do estudo realizado sobre o patrimônio da comunidade.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Vale Vêneto, Memória, Geoparque Quarta Colônia.

História da Quarta Colônia: proposta de material de apoio aos professores

Prof. Mdo. Eduardo Prates Bordinhão

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSM
eduardopratesbordinhao@gmail.com

O presente trabalho busca apresentar o material didático/paradidático desenvolvido como trabalho de conclusão de graduação defendido como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Foi elaborada uma proposta de livro paradidático sobre História da Quarta Colônia, composta pelos municípios que integram o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS Quarta Colônia): Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, São João do Polêsine, e Silveira Martins. Tais municípios estão localizados na região central do Rio Grande do Sul, próximos ao município de Santa Maria. A proposta pretendeu abordar a História da região desde a chegada dos primeiros seres humanos à região, uma abordagem pouco usada em materiais didáticos ou de apoio didático sobre a Quarta Colônia.

Em uma revisão da literatura, foi encontrado o trabalho de Elaine Binotto Fagan (2015), um livro paradidático impresso que aborda, com o uso de história em quadrinhos e textos didáticos, a História da Quarta Colônia com ênfase para a chegada de imigrantes europeus no local durante o século XIX. Ou seja, não há trabalhos de divulgação ou didáticos que compilem a História da região desde os primórdios da humanidade até os dias atuais. Tendo essa carência em vista, elaborou-se a proposta de livro paradidático, que contou como principais recursos didáticos: textos, mapas e linhas do tempo.

Para a elaboração dos textos, foi feito um levantamento de produções acadêmicas que abordam a História da região para, junto a referências sobre História do Rio Grande do Sul, elaborar os textos contidos no material. Dentre essas referências destacam-se os seguintes materiais:

- a) O capítulo “Pré-história e ocupação humana”, escrito por Arno Alvarez Kern (2009), contido no livro “Povos Indígenas” da coleção “História Geral do Rio Grande do Sul”.
- b) A cartilha “Patrimônio Histórico Cultural Geoparque Quarta Colônia: memória, educação e preservação”, publicado pela Pró Reitoria de Extensão

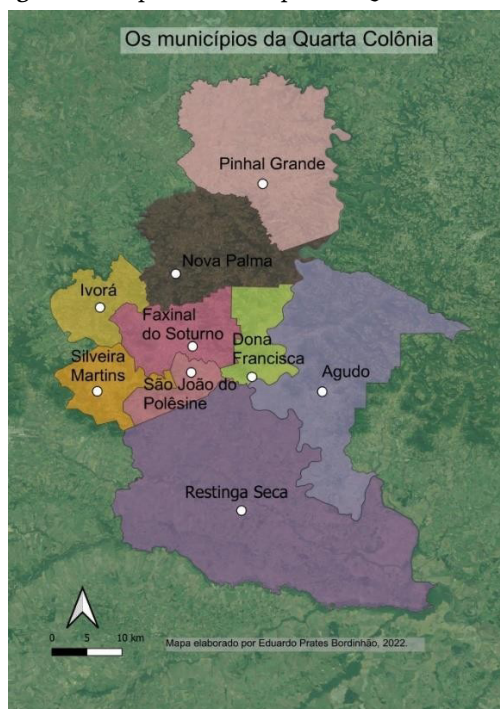
da UFSM, organizado por Maria Medianeira Padoin, Barbarah Alves e Higor Xavier Barbosa (2021).

c) O capítulo (que está contido no livro “Quarta Colônia: novos olhares”): “Alguns aspectos da formação econômica da ex-colônia Silveira Martins (1878-1925)”, escrito por Marcos Saquet (1999), que busca entender os motivos do declínio das atividades produtivas na região da ex-colônia Silveira Martins, apontando como principal fator a fragmentação da região entre vários municípios.

Para a elaboração dos mapas usamos o programa de computador “QGIS”, usando as bases cartográficas oferecidas gratuitamente pelo serviço privado “Google”, pelas bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, por vezes, tendo como referência o livro “Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul”, publicado em 2018. Também foram usados os dados disponíveis no sítio “ScienceDirect” sobre sítios guaranis na região da Bacia do Prata.

A imagem a seguir (figura 1) apresenta um mapa autoral dos municípios da Quarta colônia, recurso didático usado na proposta de livro paradidático.

Figura 1 – mapa dos municípios da Quarta Colônia



Fonte: Mapa elaborado por Eduardo Prates Bordinhão com o uso das bases cartográficas disponibilizadas pelo IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 7 nov. 2022.

As linhas do tempo foram elaboradas com o uso do programa de computador Microsoft Office Word e têm o objetivo de situar o leitor no tempo, possibilitando a visualização temporal de acontecimentos ou processos históricos ocorridos durante cada período.

Com a elaboração do material paradidático, buscamos suprir uma carência de materiais que abordem a História da Quarta Colônia de maneira sucinta e qualificada. Tendo este material ênfase para História local, os professores e os discentes têm como possibilidade a vinculação dos temas locais com aqueles ministrados a partir do currículo comum do ensino, servindo assim como uma ponte do geral com o local. Sendo assim, este material serve também como um aporte às iniciativas de educação patrimonial na região, que tem como finalidade a valorização do território, sua História e sua população.

Palavras-chave: Quarta Colônia. Educação Patrimonial. Livro Paradidático. História.

Referências

ALVES, Barbarah; BARBOSA, Higor Xavier; PADOIN, Maria Medianeira (Org.). **Patrimônio Histórico Cultural Geoparque Quarta Colônia:** memória, educação e preservação. Santa Maria: Pró Reitoria de Extensão da UFSM, 2021.

BOLZAN, Moacir; CRUZ, Jorge Alberto Soares; PADOIN, Maria Medianeira. A Quarta Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul. IN: BACCA, Ademir Antonio (org.). **150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Vol.1. Bento Gonçalves: Proyeto Cultural Sur. 2020. p. 107-125.

FAGAN, Elaine Binotto. **Quarta Colônia:** Terra, Gente e História. 1. ed. SANTA MARIA: Palotti, 2015. v. 1. 136p

FAGAN, Elaine Binotto. “**Quarta Colônia: terra, gente e história**” Proposta de um livro paradidático. Orientadora: Maria Medianeira Padoin. 2014. Dissertação (mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **[Portal do] IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 7 de nov. 2022.

KERN, Arno Alvarez. Pré-história e ocupação humana. In. KERN, Arno Alvarez; DOS SANTOS; Maria Cristina; GOLIN, Tau. **Povos indígenas**. Passo Fundo: Méritos, 2009. p. 15- 61.

PADOIN, Maria Medianeira. História, território e política: a construção da Quarta Colônia. In: CRUZ, Jorge Alberto Soares; FIGUEIRÓ, Adriano; PA-

DOIN, Maria Medianeira (org.). **Educação patrimonial em territórios geoparques [recurso eletrônico]: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia.** Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021. p. 67-88.

PADOIN, Maria Medianeira [et al.]. **Patrimônio histórico, memória, educação e preservação no município de São João do Polêsine, RS.** 2021. Santa Maria, RS: UFSM, Pró-Reitoria de Extensão; São João do Polêsine: Prefeitura Municipal Disponível em: <https://saojoaodopolesine.rs.gov.br/secretarias/projeto-ufsm>. Acesso em: 7 de nov. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: SPGG/RS, 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. Alguns aspectos da formação econômica da ex-colônia Silveira Martins (1878-1925). In: MARIN, Jerri Roberto (Org.). **Quarta Colônia: novos olhares.** Porto Alegre: EST, 1999. p. 56-73.

A representação da “imagem de si” e da “imagem do outro” de Alberto Pasqualini em seu acervo pessoal

Prof. Ddo. Augusto César Luiz Britto

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSM
Professor do Departamento de Arquivologia da UFSM
augusto.britto@ufsm.br

Profª Drª. Maria Medianeira Padoin

Professora Titular do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM
mmpadoin@gmail.com

Alberto Pasqualini, ex senador da República na década de 1950, foi uma personalidade de extrema importância para a política nacional e para o trabalhismo brasileiro. A sua contribuição no campo ideológico e doutrinário proporcionou-lhe o reconhecimento como o principal teórico do trabalhismo no Brasil contribuindo de forma significativa inicialmente como doutrina política e social e, posteriormente, para a sobrevivência do Partido Trabalhista do Brasil – PTB como partido.

O perfil político de Alberto Pasqualini era o de um homem guiado pelos preceitos éticos que não se preocupava apenas em alcançar os cargos públicos, mas o de expor ideias e projetos sociais e econômicos para o Brasil. Entre os principais objetivos de Alberto Pasqualini era o de solidificar uma mentalidade social no país que amenizasse as injustiças sociais existentes e designasse uma responsabilidade para cada indivíduo mediante um pacto social. O trabalho era a maneira que cada cidadão possuía para materializar o pacto social de acordo com o pensamento de Alberto Pasqualini.

Destaca-se ainda o reconhecimento de sua atuação política sólida e peculiar. Dono de ideias singulares e de conhecimento técnico administrativo, além da relação cautelosa com Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini tornou-se uma figura política notória em âmbito nacional. No decorrer de sua trajetória, Alberto Pasqualini foi acumulando documentos que evidenciavam a sua atuação formando, desta maneira, um acervo pessoal de relevância nacional, já que contém informações que abrangem a sociedade brasileira do período.

O Acervo de Alberto Pasqualini foi doado ao Estado do Rio Grande do Sul mediante o “Protocolo de Intenções” datado de 1990 e assinado por

Suzana Pasqualini, Pedro Simon (Governado do RS na época) e Carlos Appel (Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento da Cultura do RS). No ano de 1999, o Acervo foi transferido a Prefeitura Municipal de Ivorá/RS, cidade natal do titular do Arquivo, mediante a Lei Municipal nº 409/99 que autorizava o Poder Executivo a receber o Acervo.

O Arquivo Pessoal de Alberto Pasqualini abrange documentos que perpassam vários momentos importantes de sua vida. Os testemunhos evidenciados nesses documentos tangem desde a sua atuação na Revolução de 1930, passado pelos cargos públicos que assumiu (Vereador de Porto Alegre, Conselho Administrativo do Estado do RS, Secretaria do Interior e Justiça do Estado do RS e Senado Federal), eleições na qual participou (Governo do Estado do RS em 1947 e 1954), atividades política (União Social Brasileiro - USB e Partido dos Trabalhadores Brasileiro – PTB) até documentos referentes à sua intimidade (festas, enfermidade e falecimento).

Os Acervos Pessoais são constituídos de documentos decorrentes das atividades desempenhadas pelo titular no decorrer de sua vida. A impossibilidade de guardar todos os documentos que recebemos e/ou produzimos induz a realização da seleção de informações que julgamos importante guardar e que corresponde “à imagem de si” que desejamos perpetuar. A construção da imagem de si está atrelada, logo, a uma narrativa que, nos casos dos Arquivos Pessoais, ocorre no momento da seleção documental. Isso nos leva a problematizar: Qual é a imagem de si elaborada por Alberto Pasqualini mediante o seu acervo? Quais momentos de sua vida não tiveram documentos preservados, o porquê e o que isso acarreta na escrita de si no Acervo em estudo?

O acervo pessoal de Alberto Pasqualini, neste sentido, possui uma “escrita de si” que o mesmo elaborou sobre a sua personalidade. A leitura destes documentos permitirá identificar a narrativa pessoal intrínseca no acervo e contrastar com a imagem pública disseminada na época em que o mesmo atuou e consolidada no imaginário político e popular no decorrer das décadas seguintes ao seu falecimento.

A organização documental do acervo foi realizada por sua esposa, Suzana Thompson Flores Pasqualini, no final da década de 1980 para fins de doação do mesmo. Consequentemente, ela interferiu na imagem de si elaborada por seu esposo acrescentando, na narrativa, suas próprias motivações. O acervo de Alberto Pasqualini possui, desta maneira, elementos da “imagem do outro”, neste caso, a imagem produzida pela escrita que Suzana Pasqualini quis deixar para posterioridade sobre o seu esposo.

Este trabalho indaga se a escrita de si e a escrita do outro, presente do Acervo de Alberto Pasqualini, apresentam os elementos destacados pelo senso

comum e pela academia (intelectual, trabalhista, social, doutrinário, pedagogo, ético, nacionalista e bom gestor) sobre a sua personalidade e assim como sobre o contexto histórico político do momento.

Destaca-se ainda que a atuação política e social de Alberto Pasqualini foi apresentada em diversos trabalhos acadêmicos, principalmente tendo como foco de estudo a construção e a consolidação da doutrina trabalhista concebida pelo mesmo ou como uma figura importante dos primeiros anos do PTB. Porém, até o momento não foi elaborado nenhum trabalho com a percepção que o próprio agente social tinha sobre a sua personalidade ou alguma pesquisa que utilizou o seu Acervo pessoal como fonte. E nem para estudos que trabalhassem questões do período histórico brasileiro o referido Acervo foi explorado.

A pesquisa em torno da escrita de si e da escrita do outro presente no Arquivo Pessoal de Alberto Pasqualini ambiciona apresentar a memória documental como um fenômeno construído socialmente desde a sua fase inicial de elaboração até o momento de sua patrimonialização enquanto lugar de memória. As principais referências teóricas utilizadas até o momento para a tese são: Ricoeur (escrita de si), Chartier (representação), Dosse (biografia e história) e Artières (arquivos pessoais e história).

Palavras-chave: Alberto Pasqualini; Suzana Pasqualini; Escrita de si; Escrita do outro; Representação.

Referências

ALMEIDA, D. **Interfaces do político:** o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955). Tese de Doutorado (História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, p. 227, 2015.

ANGELI, D. **O candidato do povo:** as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954). Tese de Doutorado (História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, p. 343, 2020a.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral.** (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

CHARTIER, R. **A história cultural:** entre práticas e representações. Alêgés: DIFEL, 2002.

DOSSE, F. **O desafio biográfico:** escrever uma vida. São Paulo: Editora da USP, 2009.

DUTRA, M. **Alberto Pasqualini.** Porto Alegre: Intermédio, 1986.

FERNANDES, Vinícius dos Santos. **Alberto Pasqualini, o PTB e o trabalhismo**. 2010. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2010.

FERREIRA, Jorge. O nome e a Coisa: populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p. 59-124.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

PASQUALINI, A. **Bases e sugestões para uma política social**. Porto Alegre: Rígel, 2008.

RICOEUR, P. **O si-mesmo como outro**. São Paulo: Editora EMF Martins Fontes, 2014.

SILVA, R. **Alberto Pasqualini**: trajetória política e pensamento trabalhista. Tese de doutorado (História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense – UFF. Rio de Janeiro, p. 290, 2012.

SIMON, P (org). **Alberto Pasqualini**: textos escolhidos. Brasília: Senado Federal, 2001.

Trilha divertida dos capitéis de Nova Palma (RS): a educação patrimonial na educação infantil

Prof^a. Mda. Alexandra Pozzatti Marchesan

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – PPGPC/UFSM
Professora nas redes municipais de ensino de São João do Polêsine/RS e Nova Palma/RS
xandinhapozzatti@gmail.com

Prof^a. Dr^a Marta Rosa Borin

Professora do Departamento de Metodologia do Ensino, Programa de Pós-Graduação
em Patrimônio Cultural e Programa de Pós-Graduação em História da UFSM
mrborin@gmail.com

Nova Palma integra o Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco, uma iniciativa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em convênio com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (Condesus Quarta Colônia) a qual visa proporcionar novas alternativas para a economia regional, de maneira sustentável, por meio da conservação do patrimônio natural e cultural, da educação ambiental, do turismo local e do incentivo à geração de renda através de iniciativas privadas¹¹. Nesse sentido, o Município tem muito de sua história arraigada nos seus patrimônios locais, bem como nas suas belezas naturais. Dentre tantos patrimônios da cidade destacam-se nessa pesquisa os capitéis por constituir um patrimônio histórico, cultural e religioso a ser preservado e usufruído de maneira respeitosa. Existem no Município 40 exemplares distribuídos pelo interior e região centro, o que demonstra a importância da religiosidade para esta comunidade. Os capitéis são pequenas capelas erguidas à margem das estradas ou em encruzilhadas, dedicados a um santo de devoção ou para agradecer graças recebidas, local onde as pessoas das comunidades se reuniam para rezar o terço. Diante da sua relevância para a comunidade italiana, torna-se um atrativo para as pessoas que querem saber um pouco mais da história de Nova Palma. Nessa perspectiva, buscou-se identificar o contexto histórico de dez capitéis mais conhecidos da realidade escolar dos alunos da Escola de Educação Infantil Aquarela, de Nova Palma, a fim de reconhecer a importância dos capitéis como patrimônio religioso de Nova Palma. Para tanto, construí-se um recurso didático para educar os estudantes para a valorização do patrimônio na educação infantil, através

11 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Pró-Reitoria de Extensão. **Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco**. Santa Maria: UFSM, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/geoparque-quarta-colonia/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

do lúdico, um jogo em forma de trilha a ser percorrida pelos Caminhos dos Capitéis partindo da Igreja Matriz Santíssima Trindade de Nova Palma, bem como a produção de um livreto contendo informações históricas com desenhos dos capitéis para colorir. Para tanto, adotou-se o suporte metodológico da pesquisa-ação em que a realização da pesquisa esteve embasada na ação dos pesquisadores e dos participantes da comunidade de maneira cooperativa e participativa (THIOLLENT, 1986). Nesse sentido, envolvemos as crianças e suas famílias no desenvolvimento da pesquisa participando de modo colaborativo e participativo na criação do produto. Nessa direção, os dez capitéis elencados na pesquisa emergiram de um trabalho realizado com a turma de Maternal, na faixa etária de 3 e 4 anos, na Escola de Educação Infantil Aquarela, em Nova Palma. Primeiramente, foi realizada uma roda de conversa com as crianças para descobrir o que já conheciam sobre o assunto. Após a explosão de ideias, as crianças criaram réplicas de um capitel da cidade com massinha de modelar. E, por fim, as famílias responderam a uma pesquisa em que se tratava de quais capitéis conheciam ou tinham hábito de visitar ou, ainda, de realizar alguma prática de fé e religiosidade. Assim, a escolha dos dez capitéis partiu de uma ação planejada de caráter educacional e social, no contexto escolar, com a participação dos envolvidos na pesquisa. Desse modo, a maior referência para a pesquisa histórica sobre os capitéis é o Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG), Geoparque Quarta Colônia. Nessa instituição estão guardadas as memórias dos capitéis, assim como a memória das famílias de Imigrantes Italianos. Segundo Nora (1993, p. 13) “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea que é preciso criar arquivos”. Os lugares de memória são locais que guardam as heranças do passado para garantir que não se percam com o passar do tempo. Diante disso, através desse acervo, construído pelo Padre Luiz Sponchiado, foi possível acessar as memórias dos seguintes Capitéis de Nova Palma: Mãe Rainha Três Vezes Admirável de Schöenstatt (Sede do município); Nossa Senhora do Rosário (Linha do Soturno); Santo Antônio de Pádua (Rincão Santo Antônio); Nossa Senhora da Saúde (Linha Duas); Santa Apolônia (Linha Duas); Nossa Senhora de Aparecida (Linha Geral); Santo Antônio (Linha Um); Santo Antônio (Pinhalzinho); Santa Lúcia (Pinhalzinho) e Nossa Senhora Aparecida (Novo Paraíso). Sendo assim, a partir dos princípios da educação patrimonial, das informações históricas dos capitéis e considerando os eixos orientadores das práticas pedagógicas na Educação Infantil, que são as brincadeiras e interações (BRASIL, 2017), foi criado o jogo Trilha Divertida dos Capitéis de Nova Palma. Desse modo, acredita-se na Educação Patrimonial como um processo contínuo no qual se elaboram estratégias diversificadas para promover a aprendizagem

significativa a partir do patrimônio. São ações pedagógicas como as criadas nessa pesquisa que visam o conhecimento do patrimônio para melhor usufruí-lo, bem como para incentivar as crianças e os adultos a desenvolverem um pensamento de pertencimento com intuito de tornarem-se seres comprometidos com a valorização e o cuidado da sua herança cultural. Assim, a Educação Patrimonial propicia um processo contínuo de reflexão e participação acerca dos bens culturais em que as pessoas estão constantemente produzindo cultura que ficam de legados para as gerações futuras. Diante disso, o desenvolvimento do jogo, com as crianças do Maternal, teve resultados positivos, pois as crianças demonstraram interesse, gostaram das atividades interativas das cartinhas, ficaram aguçadas a visitar mais vezes os capitéis. Além disso, reconheceram os Capitéis presentes no tabuleiro, pois muitos deles ficam no trajeto entre suas residências e escola. Também, relataram participar de práticas de orações conjuntas nesses capitéis. Nessa direção, trabalhar a Educação Patrimonial na Educação Infantil propicia a “alfabetização cultural” (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999), pois através da Trilha Divertida dos Capitéis de Nova Palma, as crianças estiveram em contato com seus patrimônios históricos, culturais e religiosos tendo a oportunidade de interagir com eles conhecendo sua história, bem como os significados que eles têm para sua comunidade. Nessa direção, pode-se evidenciar que a Educação Patrimonial propiciou às crianças momentos em que elas puderam conhecer e interagir com o patrimônio, desenvolvendo um olhar mais sensível, identificando o que não é visível, o seu contexto, a sua história, ou seja, as significações que aquele patrimônio possui para seu povo. Assim, ao reconhecer os Capitéis de Nova Palma e se sentir pertencente aqueles patrimônios, ajudará a desenvolver a consciência de cidadãos cientes do seu papel na sociedade, tornando-se defensores de suas heranças culturais, dos patrimônios que dão identidade para sua comunidade.

Palavras-Chave: Educação Patrimonial, Educação Infantil, Capitéis, Patrimônio.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017 FAGAN, E. B. **Quarta Colônia: Terra, Gente e História**. Santa Maria: Pallotti, 2015. HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. **Q. Guia básico da educação patrimonial**. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf . Acesso em: 30 de março de 2022.

NORA, P. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, 1993, p. 7 – 28.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Pró-Reitoria de Extensão.

Geoparque Quarta Colônia Aspirante Unesco. Santa Maria: UFSM, 2022.
Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/geoparque-quarta-colonia/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

MESA TEMÁTICA IV
– Patrimônio e memória –
experiências na preservação

O patrimônio do “Clube Caixeiral Santamariense”: resultados da ação de salvamento de livros e documentos

Prof^{ra}. Dr^a. Fernanda Kieling Pedrazzi

Professora Associada do Departamento de Arquivologia e do Programa
de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM
fernanda.k.pedrazzi@ufsm.br

Prof. Dr. Jorge Alberto Soares Cruz

Professor Adjunto do Departamento de Arquivologia e do Programa de Pós-
Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM
jorgecruz@ufsm.br

Prof^{ra}. Dr^a. Sonia Elisabete Constante

Professora Adjunta do Departamento de Arquivologia e do Programa de Pós-
Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM
sonia.constante@ufsm.br

Os documentos arquivísticos são parte do patrimônio cultural da nossa sociedade. Instituições privadas têm acervos documentais que são parte da história de uma determinada comunidade, revelando características das cidades e de seu povo. De acordo com a Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, em seu artigo 11, “consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991, s/p).

As ações realizadas junto ao acervo documental e bibliográfico do “Clube Caixeiral Santamariense” no segundo semestre de 2022 por uma equipe formada por servidores da Prefeitura e por professores e estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, dos cursos de Arquivologia e História, são uma alternativa frente ao abandono ao qual estava sujeito desde o sinistro da caída do telhado de sua sede em 2018. Em uma visão transdisciplinar são promovidas atividades de ensino, pesquisa e extensão envolvendo o material. Com isso a sociedade ganha com a democratização dos bens culturais e favorecendo a consciência da necessidade de dar acesso e preservação ao patrimônio documental dos caixeiros viajantes como parte da história da cidade de Santa Maria.

A Prefeitura Municipal de Santa Maria, através de sua Secretaria de Município, teve a oportunidade de retirar os materiais do espaço físico do Clube procedendo a uma tentativa de dar um melhor destino, uma sobrevida ao suporte papel que estava sofrendo com a umidade e o descaso há pelo menos quatro anos.

O “Clube Caixeiral Santamariense” foi fundado em 14 de fevereiro de 1886 e o seu prédio foi inaugurado em 1926, estando ele tombado como patrimônio histórico do município. Em razão de uma série de fatores, dentre eles a crise do associativismo, o clube declinou e em fevereiro de 2018, em consequência da falta de manutenção em sua sede, localizada no centro de Santa Maria, o telhado desabou, causando danos à edificação, seus móveis e todo acervo existente em seu interior. Em janeiro de 2021 outra parte do telhado caiu. Em agosto de 2022 foi recolhido o material bibliográfico e documentos pela Prefeitura, levado para um espaço seco e limpo, o Centro de Atividades Múltiplas José Garibaldi Pogetti (espaço popularmente conhecido como “Bombril”).

A Universidade, quando demandada, respondeu prontamente ao chamado da comunidade, planejando e registrando um projeto de extensão denominado “Ações para a recuperação do arquivo e da biblioteca do Clube Caixeiral de Santa Maria – RS – Fase 1: Triagem e Higienização” integrando seus recursos aos da Prefeitura Municipal, formando uma equipe de trabalho 22 pessoas denominada Grupo de Trabalho.

Os documentos e livros existentes no espaço do Clube foram retirados em agosto de 2022. Concomitantemente projetou-se um plano de ações para o salvamento do material retirado do local a ser iniciado em setembro do mesmo ano seguindo até dezembro. Enquanto patrimônio cultural da sociedade, o objetivo era o de preservar a história de Santa Maria a partir de um trabalho técnico junto ao acervo bibliográfico e documental do Clube Caixeiral, visando a melhoria na guarda e a futura promoção da pesquisa social.

Para dar início ao trabalho foi necessário criar um Grupo de Trabalho (GT) para o salvamento nas etapas de triagem, higienização e indexação. São parte deste GT os servidores da Secretaria de Cultura (área administrativa e dois técnicos responsáveis pelo Acervo – um arquivista e um bibliotecário). Esse grupo tem a responsabilidade de viabilizar as ações administrativas na Prefeitura Municipal de Santa Maria. Na parte técnica participam do GT membros da UFSM (servidores e alunos voluntários) além de terceirizados contratados pela Prefeitura para o resgate do acervo, denominado Grupo de Resgate (GR). É uma equipe multidisciplinar que conta com diversos voluntários e pessoas contratadas pela Prefeitura através do CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola.

Foi preciso adaptar o local para onde o material foi levado, o Centro de Atividades Múltiplas, que tinha dois problemas básicos: o telhado, com goteiras; na iluminação, pela falta de energia elétrica por ocasião de furtos na região do Parque Itaimbé. As melhorias se fizeram necessárias para que o local permanecesse seco e com ventilação para a realização dos procedimentos de secagem e melhorias do acervo. Pensou-se em equipar com todos os recursos

materiais, conforme uma lista de diversos itens elencados como “Materiais necessários” e repassada para a Prefeitura.

O trabalho propriamente dito, só teve início depois das condições atendidas, com exceção da compra da Cola CMC e a instalação da energia elétrica, sendo que esta última só foi suprida em 09 de novembro, dois meses depois do início do trabalho. O fluxo de ações segue as seguintes etapas: 1ª) Triagem; 2ª) Higienização; 3ª) Indexação; e, por fim, 4ª) Acondicionamento (empacotamento e separação conforme o destino).

Para início do trabalho do Grupo de Resgate os materiais foram divididos em dois grandes conjuntos: os livros e os documentos. Optou-se por trabalhar com os livros primeiro por se tratar do maior volume do conjunto. O trabalho teve, já no primeiro mês, uma grande repercussão junto à sociedade que sentia o descaso ao patrimônio do Clube sem ter como acessar ao material que estava no interior da edificação por tratar-se de uma entidade privada e pelos riscos de estar no local, já proibido de ser visitado pela instabilidade que apresenta. Veículos de comunicação impressos e digitais, das diversas mídias como TV, rádio, jornal, e plataformas das redes sociais, procuraram a equipe para mais informações e publicaram sobre a ação de salvamento. Com frequência é feito o registro fotográfico das ações dos profissionais e voluntários e/ou contratados envolvidos resgate e tratamento do acervo.

Foram feitas reuniões prévias com a Secretaria de Município da Cultura, que se comprometeu a dar as condições mínimas necessárias para os estudantes, professores e servidores realizarem o trabalho como mesa, cadeira, ambiente tranquilo, Equipamento de Proteção Individual (EPI) e produtos de limpeza diversos. Os recursos financeiros são totalmente custeados pela Prefeitura.

Participam do projeto os alunos voluntários da disciplina “Arquivo, memória e patrimônio” do Curso de Arquivologia, um aluno do Curso que é Bibliotecário, que já trabalhou com riscos de dar tratamento a acervos, e os alunos bolsistas contratados pela Prefeitura. Além disso visitaram o local grupos de alunos de outras disciplinas do Curso de Arquivologia e do Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM. Esse envolvimento amplo visa atender as metas relativas à formação de recursos humanos, capacitando o pessoal da equipe de modo a desenvolver um trabalho com padrão de qualidade além de: introduzir o acadêmico de Arquivologia no processo de preservação; trabalhar a responsabilidade do acadêmico com relação ao cumprimento de prazos e metas; conhecer e praticar as técnicas relacionadas à higienização e preservação do acervo em questão; sistematizar o conhecimento experimentado através da redação do relatório do projeto com a contribuição de todos os participantes.

Nos primeiros meses de trabalho já se verificou a presença de plantas

baixas da edificação do Clube e projetos de ampliações que nunca ocorreram, bem como croquis de reformas nos espaços internos e sua organização como saguão, restaurante e boate. Também se procedeu à limpeza de álbuns de fotografias dos eventos que aconteceram no Caixeiral, especialmente nos anos de 1980 e 1990, como a escolha da Senhorita Caixeiral, bailes de Debutantes e Carnavais. Alguns dos álbuns, no entanto, sofreram danos com a umidade que são irreparáveis. No grupo dos livros, foram encontradas verdadeiras raridades como livros de autores ligados à cidade, com dedicatória à Biblioteca do Clube. A edição de “Alba Tempo e Rosa” de Luiz Guilherme do Prado Veppo (1932-1999), de 1962 traz, na letra do autor, a afetividade com o espaço: “À Biblioteca do Clube Caixeiral, onde aconteceu a vida social destes, quase todos, poemas, no período de 1954 à 1962. PVeppo SM 7.6.62”. Como o escritor mesmo define em seu poema “Saudade”, nesta publicação, esse é o sentimento expresso quando se menciona o Clube Caixeiral na cidade, pessoalmente ou nas redes sociais: “Balada de quem ficou Tão longe de quem partiu”. Espera-se que a contribuição dada ao acervo seja valorizada para que a saudade dos tempos áureos do Clube seja encolhida pelas imagens e textos salvos.

Entende-se que o desenvolvimento do projeto no Clube Caixeiral tem sido uma excelente prática extensionista da UFSM junto à comunidade que tem a necessidade de preservar o acervo. A equipe considera que este acervo deverá/ poderá ser usado na pesquisa social, colaborando para o desenvolvimento cultural de Santa Maria através do acesso ao patrimônio histórico documental e bibliográfico.

O que se deseja, ao final do trabalho, que será prorrogado e avançar para 2023, é oportunizar uma maior longevidade dos materiais em papel, sendo aplicadas as principais técnicas de resgate e tratamento de acervos disponíveis na literatura e que, ao final, se disponha de um conjunto bibliográfico e documental que precisou a ser resgatado – numa primeira etapa e, posteriormente, em condições de ir para outro espaço que não o Centro de Atividades Múltiplas.

Com o que foi feito até o momento pelos membros da equipe, conclui-se que qualquer documento ou livro que vier a ser preservado contém algo único, especial, e que por isso não é tarde para a ação desde que ela seja encarada na perspectiva do patrimônio. A salvaguarda do acervo não chegou tarde, ela veio no momento oportuno com a equipe certa. E é com a realidade presente que contamos para recuperar os anos de desgaste, umidade e mofo.

Experiências como esta, de interação dialógica entre universidade e sociedade é bastante importante visto que o estudante aprende fazendo, na prática social, impactando positivamente na sua formação. Os professores têm a oportunidade de se aproximar da realidade das instituições, mostrando o

comprometimento com a sociedade por seu apoio e envolvimento. A comunidade tem suas demandas consideradas e realiza trocas com a instituição de ensino, fortalecendo a relação universidade-comunidade.

Palavras-chave: Clube Caixeiral Santamariense. Documento. Livro. Patrimônio.

Referências

BELTRÃO, R. **Cronologia histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787 – 1930**. 3.ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2013 [1958].

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm Acesso em: 10 nov. 2022.

Acervo pessoal como patrimônio coletivo: o arquivo de Alcides Saldanha e sua relevância para o município de Caçapava do Sul

Prof^{ra}. Dr.^a. Sonia Elisabete Constante

Professora Adjunta do Departamento de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM
sonia.constante@ufsm.br

Prof. Ddo. Augusto César Luiz Britto

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSM
Professor do Departamento de Arquivologia da UFSM
augusto.britto@ufsm.br

Ana Paula Silva de Souza

Acadêmica de Arquivologia – UFSM

Leslie Mari Alves da Luz

Acadêmica de Arquivologia – UFSM

Os arquivos pessoais são locais de memórias elaboradas pelos titulares dos acervos mediante a seleção documental que os mesmos julgaram relevante preservar. Estes contêm informações significativas de seus titulares, já que neles integram documentos e outros artefatos de sua vida, que foram acumulados devido a sua importância memorialística. Além disso, o patrimônio documental de um arquivo pessoal possui elementos da coletividade na qual o titular se inseria.

No decorrer de sua vida, Alcides Saldanha não apenas acumulou e preservou documentos que expressam fragmentos de sua biografia, mas também documentos de relevância tanto para a cidade na qual escolheu atuar, Caçapava do Sul/RS, como para o país.

Alcides Saldanha manejou a inserção de sua figura pública como indivíduo do Direito, graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em 1964. Em 1963, obtém o seu primeiro cargo público, o de Vereador de Caçapava do Sul, representando o então Partido Libertador – PL. Porém, em 1965, Saldanha se viu obrigado a migrar para o partido Movimento Democrático Brasileiro – MDB, em virtude do Ato Institucional nº 2 (AI-2), instituído pela Ditadura Militar. No período entre 1973 a 1977, atuou como Prefeito Municipal de Caçapava do Sul.

Os documentos produzidos e recebidos nesse período estão diretamente relacionados ao planejamento de gestão e de ações sociais praticadas na cidade de Caçapava do Sul, sendo que algumas frações dessas informações foram sendo acumulados, no âmbito privado, pelo titular do acervo. Por se tratar de documentos de interesse da sociedade local, o acesso a esses elementos possibilitará aos munícipes conhecer a sua história, ressignificando suas memórias, identidades e cultura. Como afirma Cox (2017), o arquivo pessoal não irá demonstrar a verdade em si dos acontecimentos ali registrados, e sim uma versão dos fatos que deverão ser cruzados com demais fontes para que se compreendam, mais adequadamente, os fenômenos históricos.

O acervo não se limita à atuação profissional de Saldanha em Caçapava do Sul, porque após sua trajetória profissional e política exercida no município, o titular do acervo investiu em cargos públicos no Poder Legislativo. Em nível Estadual, ele coordenou, no intervalo de 1980 a 1985, o Gabinete de Assessoria Superior e a Diretoria Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul - RS. Em 1986, assumiu o comando, agora no Poder Executivo, da Secretaria de Minas, Energias e Comunicação do Estado do RS. Posteriormente, reingressa ao Poder Legislativo, mas dessa vez em nível federal, entre 1988 a 1990, atuando como Deputado Federal, sendo, inclusive, um dos deputados constituintes de 1988. Ademais, no governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso – FHC, exerceu o cargo de Ministro dos Transportes entre 1996 e 1997. Alcides Saldanha possui, portanto, um acervo de relevância não apenas em nível municipal, mas também em nível estadual e federal. Destaca-se que mesmo nesses períodos, em que esteve longe do Poder Municipal, ele nunca deixou de atuar em prol de Caçapava do Sul e região.

Além dessas informações resultantes de sua atuação política, os documentos de sua intimidade, nos quais o “eu” de Alcides Saldanha predomina, denominados egodocumentos, também estão presentes em seu arquivo pessoal. Informações sobre a sua personalidade dentro do âmbito particular, ao ser de conhecimento público, fornecerá elementos de outras dimensões de sua vida, ajudando na construção de sua imagem.

As filhas de Alcides Saldanha, Giovana Saldanha e Patrícia Saldanha, atuais titulares do acervo, conscientes da importância do arquivo para a cidade, desejam disponibilizar, à sociedade Caçapavana, um espaço cultural onde seja possível realizar pesquisas nos acervos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos de seu pai. O Centro de Memória Alcides Saldanha começou a ser planejado e aprimorado com a operacionalização do projeto, porém, pretende-se que ele também seja utilizado para outros fins, como eventos que estimulem a cultura local, constituindo-se, à vista disso, numa instituição que integre

permanentemente o cotidiano dos Caçapavanos.

A inserção deste projeto no rol do projeto maior chamado “Geoparque Caçapava do Sul - UFSM” visa assistir com ações de cunho cultural ao planejar a implantação do futuro Centro de Memória Alcides Saldanha que, por sua vez, ofertará um espaço de pesquisa e reuniões em prol do município, além de preservar um patrimônio documental de relevância para a localidade. Os diferentes serviços e produtos produzidos pelo Centro de Memória apoiarão debates identitários, valendo-se assim do sentimento de pertencimento dos cidadãos ao município. A integração deste trabalho com os demais projetos executados e/ou previstos pelo Geoparque Caçapava do Sul possibilitará ao Centro de Memória contribuir para o desenvolvimento regional. A inauguração do Centro de Memória está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2023.

Palavras-chave: Alcides Saldanha; Arquivo Pessoal; Caçapava do Sul; Patrimônio Documental; Geoparque Caçapava do Sul.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRITTO, Augusto. Considerações Teóricas e Conceituais sobre Arquivos Pessoais. **Revista Ponto de Acesso**. Salvador, v.11, p. 148-169, 2017.

CAMARGO, Ana. Arquivos Pessoais são Arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte. V. 2, p. 26-39, 2009.

CAMARGO, Ana; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique (iFHC). 2007. 316 p.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Algés: DIFEL, 2002.

CONSTANTE, Sônia Elisabete. **Narrativa jornalística e memória institucional: a Universidade de Santa Maria no Jornal A Razão**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, p. 305, 2018.

DOSSE, F. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da USP, 2009.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. IN: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, JoËlle. Heymann, Luciana; **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013. 284p.

RICOEUR, P. **O si-mesmo como outro**. São Paulo: Editora EMF Martins

Fontes, 2014.

SVICERO, Thais. Os Arquivos Pessoais e sua importância como patrimônio documental e cultural. **Revista História e Cultura**. Franca. V.2, n.1, p. 221-237, 2013.

Entre comemorações e resistência; o propósito dos clubes sociais negros do interior do Rio Grande do Sul

Prof. Ddo. Ricardo Aguirre de Moraes (UFSM)

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSM
aguirredemoraes@hotmail.com

O presente trabalho está vinculado ao programa de pós graduação em Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Santa Maria. Este trabalho aborda de forma bibliográfica a dinâmica em torna representatividade da população negra e das “memórias coletivas negras” do Rio Grande do Sul por meio da memória e patrimônio, na tentativa de contemplar negros e pardos como construtores e pertencentes da história do estado, formadores de um todo.

É imaginável se pensar na etnia negra no Brasil, sem que se remeta de forma direta ao passado escravista dos séculos anteriores, e a aura desse período funesta para essa parcela da população brasileira. No entanto o recorte temático desse estudo, trata-se de redimensionar a visão em torno da etnia, não apenas por meio do sofrimento e aflição pela escravidão, mas também por suas organizações sociais em torno de clubes que possam expressar de uma maneira ou de outra seu comportamento, hábitos, organizações, celebrações, festividades, cerimônias, solenidades e reuniões que por vezes remontam a construção de uma parcela da história do todo. Por meio do estudo dessas comemorações de suma importância, pois eram nesses clubes destinados para a classe de menor poder financeira, excluída dos clubes elitistas de seus respectivos municípios de origem que se que a etnia negra pode expressar sua “voz” e ter sua ‘vez’ por meio desses espaços de sociabilidade.

Questões perenes, pertinentes e reflexivas em torno da história do negro no interior do Rio Grande do Sul, como: esclarecer elementos asfixiados dos negros? Como dou visibilidade ao passado dos negros gaúchos? De que forma a população negra do estado contribui na formação da identidade da população afro-brasileira? São indagações que merecem discussões francas e abertas sobre sua dinâmica, processo, trajetória, continuidades e descontinuidades em sua história. Os clubes, manifestam-se para além de somente festejos e esportes, mas consolidam-se como locais de “sociabilidade e resistência” as intempéries da classe dominante e suas agremiações e manifestações. Como afirma Bourdieu (2015) de que a identidade social se afirma na diferença.

Por meio da pesquisa permeada pela Memória Social e Patrimônio Cultural em torno desses clubes sociais, suas festas, comemorações, atividades

esportivas e demais agendas é possível identificar a utilização desses espaços como local de resistência étnica e construção de uma identidade cultural, em meio a uma sociedade preconceituosa e de elite. Por meio da construção das memórias coletivas sociais dos indivíduos que fizeram parte dos clubes sociais Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço – Rio Grande, Clube 24 de agosto, A Sociedade Recreação Familiar Jaguareense, Clube Jaguareense – Jaguarão, Os Zíngaros e Palmeira – Bagé, Fica Ahí Prá Ir Dizendo e Chove Não Molha – Pelotas e Clube 13 De Maio - Santa Maria e o Clube Recreativo e Esportivo 12 de Outubro – Palmeira das Missões, fazem parte da edificação da identidade social da etnia negra no Rio Grande do sul, por meio de suas comemorações, festas, manifestações, bailes e demais atividades no interior do estado.

O atual estudo possui como base bibliográfica específico, deduzindo a base conceitual e metodológica necessária para construção da pesquisa, três teses de doutorado, cinco dissertações, dois livros e nove artigos ambos referentes a última década do século XXI.

A memória social em sua imensa complexidade teórica e metodológica, possui em sua definição coletiva o lastro de estar em um “campo de disputa” entre os agentes sociais. Quem lembra? O que se lembra? E sobre quem será lembrado? São questionamentos decididos pelo embate político, social, econômico, diretamente destinados aos interesses daqueles que possuem o “poder” de definir aquilo que se lembra e aquilo que se esquece.

Em termos dos estudos sobre a memória, Maurice Halbwachs (1990) inicializou a abordagem da memória como um fenômeno social. Na perspectiva do autor, utilizada na metodologia do presente objetivo de pesquisa, é o coletivo e sua estruturação que formam as memórias sociais. Em suma o condensado da memória individual dos agentes históricos que constroem a memória social. Essa construção realizada por meio de conflitos e negociações a respeito da memória que lembra e que se esquece.

Sobre a memória como um fenômeno, Pollak (1992), a descreve como fruto de uma construção individual/coletiva e seu resultado de um verdadeiro trabalho de organização. A memória é seletiva, direcionada pelos interesses e preocupações de seus agentes. Isso faz com que a organização da memória em prol das divergências e inquietudes das pessoas que a moldam. Assim afirmamos que a memória é um fenômeno construído.

Em meio a uma “batalha” pela memória em que a sociedade encontra-se, a pesquisa em torno dos clubes sociais do interior do estado do Rio Grande do Sul, apresenta as associações esportivas e sociais que deram vez e voz aos “deslembrados” da História. Em destaques referentes ao recorte temático da pesquisa, identifica-se a Associação Cruzeiro Jaguareense. Associação que

manteve-se em atividade continuamente durante todo o século XX. Clube localizado no município de Jaguarão, criada como entidade civil social de cunho recreativo e esportivo.

A memória de homens e mulheres negras que pertenceram a associações em prol de sua comunidade estão envoltos entre uma dualidade estrita da memória e da racialização pós abolição. Alan Dutra de Mello em sua Tese defendida em 2018 pela UFPEL intitulada “A Sociedade Recreação Familiar Jaguareense (1852-1881) e o Clube Jaguareense (1881-1975): Entre A História E A Memória Na Fronteira Sul Em Jaguarão RS” reflete sobre “aquilo que é próprio do negro” contra o fundo de uma sociedade desigual, contextualizada em relações hierarquicamente racializadas, puseram a própria noção da Memória num campo central”. Uma das características daqueles que estão distantes das elites é a história por meio da memória, pela oralidade daqueles que viveram o processo histórico.

A problemática da pesquisa, que reflete o pós abolição como um problema histórico, permeia a reflexão de que não somente de forma hegemônica católica, europeia e branca os clubes do interior do estado do Rio Grande do Sul se desenvolveram. Entre acertos, desafios, festejos e falhas, formou-se durante a trajetória do pós abolição a identidade afro-brasileira gaúcha. Entre algumas constatações consideráveis em torno da temática está o relatado na pesquisa de que os clubes por vezes em maior ou menor intensidade desenvolviam projetos para o desenvolvimento da comunidade e geração de emprego, renda, mas eu foco principal giro em torno da construção da identidade social negra no interior do estado do RS.

Os bailes para negros o associativismo como um todo, concretizam-se como enfrentamento a racialização da sociedade de seus locais respectivos. O intuito central do estudo da memória na pesquisa corrente, segue a perspectiva conforme Maria Paula Nascimento Araújo (2007) de que a nova historiografia procura dar “voz” aos indivíduos que não estão em registros documentais, com foco na história dos grupos “apócrifos” da história do Rio Grande do Sul.

Palavras Chaves: Memória, representatividade, identidade afro-brasileira, clube social.

Referências

- ARAÚJO, P.N; SANTOS, M.S.V. **História, memória e esquecimento:** Implicações políticas. Revista crítica de ciências sociais, 2007 – 95-111.
- BOURDIEU, P. **A distinção.** Porto Alegre: Zouk, Edusp. 2015, p. 17-92.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo. Vértice. 1990.

LIMA, A. P. **As lutas, os bailes, as retomadas**. Reconhecimento, identidades e cultura na patrimonialização do Clube social negro 24 de Agosto (Jaguarão-RS). Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). UFRGS. Porto Alegre, 2015.

MELO, A.D. **A Sociedade Recreação Familiar Jaguareense (1852-1881) e o Clube Jaguareense (1881-1975): Entre A História E A Memória Na Fronteira Sul Em Jaguarão Rs**. Tese. (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural). UFPEL .Pelotas 2018.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SANT'ANA, M, H. **Artes de Fazer o Mundo e Performances Negras em Pelotas: “Reinventando Memórias”**. Tese. (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural). UFPEL. Pelotas, 2017.

SILVA, F. O. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, cidadania e racialização na fronteira Brasil Uruguai no Pós Abolição (1870 – 1960)**. Tese (Doutorado em História) UFRGS. Porto Alegre, 2017.

MESA TEMÁTICA V
Fronteira, política e federalismo

Os federalismos em disputa na Revolução Federalista

Prof^ª. Dr^ª. Monica Rossato

Professora da Rede Municipal de Nova Palma/RS
monyrossato@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as discussões envolvidas na pesquisa de tese de doutorado intitulada “Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista: que federalismo era esse?” defendida em 2020, pelo PPGH/UFSM. Assim, analisamos o federalismo que deu nome ao Partido Federalista e à Revolução de 1893 a 1895 - Revolução Federalista - nos primeiros anos da República no Brasil. Um dos pontos de partida é averiguar a organização de um projeto político de Estado Nacional vinculado à Revolução e ao seu principal líder, Gaspar Silveira Martins, tendo em vista o processo de implementação e institucionalização do Partido Republicano, que colocou em prática o federalismo aos estados membros da Federação.

Diante do contexto de redefinições políticas advindas com a proclamação da República e com a Constituição Federal de 1891, somadas às Constituições Estaduais, emergiram e circularam outros projetos de Estado, federalistas ou não, oriundos de uma cultura política de base fronteiriça e de contributos centralizadores e descentralizadores, discussões e posicionamentos que pautaram os debates públicos no Brasil e no Rio Grande do Sul. Neste último caso, houve a criação da Constituição Estadual em 1891 por integrantes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), parcela de uma elite sul-rio-grandense que assumiu o comando político estadual.

O aspecto autoritário e centralizador do texto constitucional rio-grandense se mostrou pelo fortalecimento do Executivo estadual em detrimento das atribuições concedidas ao Legislativo, em uma orientação política que limitou a participação de outros grupos políticos (liberais, conservadores, republicanos dissidentes, monarquistas, entre outros)¹², os quais até 1889 usufruíram da alternância no poder, garantido pelo sistema dos Gabinetes e sistema representativo do Império na sua rotatividade vinculada a autoridade do Imperador em dissolver o governo em questão.

Diante dessa limitação do Legislativo frente ao Executivo, somada tanto à

12 Categorias da cultura política que utilizamos aqui, tendo por base as definições partidárias do período.

presença militar na política e em cargos políticos quanto à influência do positivismo sobre o setor, no Rio Grande do Sul um movimento oposicionista, composto de uma parcela, pertencente à elite, excluída da possibilidade de inserção político-partidária, edificou um movimento armado que tomou proporções nacionais e internacionais, com vistas a defender um projeto que questionava o federalismo republicano brasileiro. A Revolução Federalista (1893-1895) articulou em bandos armados, antes da criação do seu Partido Federalista (1892) e antes da declaração dos seus chefes (1893), elementos de origens políticas diferentes (membros do Partido Federalista, dissidentes do PRR, monarquistas, membros do Exército, marinheiros e civis), a quem intitulamos por federalistas¹³. Parte dos federalistas, especialmente seguidores de sua liderança, Gaspar Silveira Martins, não se queixavam da forma de governo republicana, e sim da maneira como ela foi conduzida pela presença militar, positivista e federalista de seus primeiros governos, bem como pelas Constituições Federal e Estadual do Rio Grande do Sul, ambas de 1891. Entretanto, questionamos algo ainda não muito esclarecido pela historiografia: em que consistiu essa Revolução e o título de federalista, diante da federalização instaurada pela República no Brasil?

Junto a essa problemática, acrescentamos outras questões acerca do espaço da Revolução Federalista na institucionalização da República brasileira; de sua conexão com os outros movimentos e estados da Federação; do separatismo presente nas defesas de Silveira Martins e demais federalistas; das propostas de reforma Constitucional em relação ao Brasil; dos caminhos seguidos pelos federalistas durante a Revolução; de suas articulações com as Repúblicas do Uruguai e Argentina e das tendências divergentes que apareceram internamente nos federalistas.

Nesse viés, a trajetória de Silveira Martins é emblemática para analisarmos tais discussões. Sua trajetória foi fio condutor para investigarmos esse federalismo, pois sua atuação política no Império a favor de reformas administrativas que favorecessem a descentralização e maiores autonomias locais, seu desterro do país para a Europa, a vivência política ao lado de D. Pedro II e as demais atividades realizadas naquele Continente, seu retorno ao Brasil e as tentativas de rearticulação com Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos, bem como as alianças locais para a instituição do Partido Federalista (1892), o estabelecimento no Uruguai e na Argentina, a articulação para com a Marinha

13 De uma forma geral, o termo é utilizado aqui para se referir àqueles que integraram o Partido Federalista (PF) e àqueles que foram se somando e apoiando o partido e o grupo, sem que necessariamente fizessem parte do Partido, mas que por um motivo ou outro estiveram ao lado deles na Revolução Federalista. Aqui, o termo pode incluir: membros do Partido Federalista, liberais, ex-liberais, dissidentes republicanos, monárquicos, ex-conservadores, entre outros, com base nas denominações partidárias da época e de acordo com as informações dos que aderiram e/ou prestaram algum apoio ao Partido Federalista.

e o estabelecimento do Governo Provisório em Desterro (Santa Catarina), dão pistas e indícios da circulação, preparação e ideia envolvidas na guerra. Somam-se ao lado dos federalistas a tradição farroupilha, presente na região fronteira platina e na trajetória dos que se envolveram na Revolução, e a maçonaria como fatores de agregação e solidariedade entre os federalistas.

Palavras-chave: federalismo; fronteira; política; revolução.

Imigração, naturalização e participação política no Brasil Império

Prof. Dr. Carlos Eduardo Piassini

Professor do Colégio Riachuelo – Santa Maria/RS
cepiassini@gmail.com

Este estudo apresenta uma investigação histórica sobre a participação política de imigrantes alemães estabelecidos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no Sul do Brasil, durante a segunda metade do séc. XIX, a partir da trajetória de vida de Carlos von Koseritz, Frederico Haensel, Guilherme ter Brüggem e Carlos von Kahlden. A importância desses indivíduos reside no fato de que constituíram o primeiro grupo de estrangeiros naturalizados eleitos para o cargo de Deputado Provincial no Rio Grande do Sul, o que apenas foi possível após a promulgação da Lei Saraiva, em 1881, a última reforma legislativa sobre eleições do período imperial brasileiro. Além disso, esses indivíduos vieram do território alemão contratados como mercenários para atuarem junto às forças brasileiras na Guerra Contra Oribe e Rosas (1851-1852), vindo a permanecer no Brasil após o fim desse conflito e do encerramento do tempo de serviço militar estipulado em contrato. Eles se estabeleceram em regiões marcadas pela colonização alemã e lá atuaram politicamente, dentro dos limites legais impostos aos estrangeiros. As trajetórias de Koseritz, Haensel, Brüggem e Kahlden permitem compreender as transformações no processo de participação política de estrangeiros estabelecidos no Brasil no século XIX. Naquele contexto, a naturalização era o primeiro passo para a obtenção de direitos políticos e, portanto, elemento essencial na ampliação do exercício da cidadania.¹⁴

A partir desse estudo, foram identificadas semelhanças entre as trajetórias de Kahlden, Haensel, Koseritz e Brüggem, que permitem caracterizá-los como um grupo específico, distinto da grande maioria dos imigrantes alemães do Rio Grande do Sul. Eles vieram para o Brasil como soldados da Legião Alemã dos *Brummer*, de modo que a maior formação e consciência política, e o recebimento de prêmio após o fim do contrato de serviço militar, foram estímulos para uma trajetória com maiores possibilidades, livre da restrição do cultivo da terra, como ocorria com grande parte dos imigrantes que vinham para o Rio Grande do Sul. Instalaram-se em regiões de colonização alemã e casaram com mulheres

¹⁴ Este estudo foi desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria e contou com auxílio de bolsa CAPES/DS.

de famílias destacadas e tradicionais, o que funcionou como instrumento de propulsão social. Obtiveram a cidadania brasileira através da naturalização e, frente as restrições da legislação eleitoral do Império brasileiro, atuaram politicamente em diferentes espaços sociais. Construíram suas trajetórias políticas atuando nas diversas áreas componentes do Complexo Colonial, recebendo grande destaque em empregos públicos, que os alçaram a condição de autoridades entre a população de imigrantes alemães e de mediadores de suas reivindicações perante a Presidência da Província. Fizeram parte de sociedades e associações recreativas e beneficentes, participando da fundação de algumas delas e construindo redes de sociabilidade em meio as atividades recreativas e filantrópicas. Na maçonaria, ampliaram suas redes de contatos, tanto com figuras importantes da capital quanto com lideranças dos núcleos coloniais, além disso, exerceram ali suas inclinações políticas.

Referências

- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DOLHNIKOFF, Miriam. “**Representação na Monarquia Brasileira**”. *Almanack Braziliense*. n. 09, maio 2009. 1808-8139.
- FAUTH, Adonis Valdir. “Naturalização e cidadania do colono alemão no século XIX”. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). **História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã**. São Leopoldo: Oikos, 2005, p.63-74. 85-89732-31-2.
- PIASSINI, Carlos Eduardo. **A participação política de imigrantes germânicos no Rio Grande do Sul: os Brummer Kahlden, Haensel, Koseritz e Ter Brügggen, 1851-1881**. 2016. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.
- _____. **Imigração Alemã e Política**. Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brügggen e Bartholomay. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2017.
- _____; SAUSEN, João Vitor. As transformações do séc. XIX e a imigração dos *Brummer* e dos Jesuítas para o Rio Grande do Sul. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 159, p. 67-90, dez. 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/104024>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

Atuação fronteiriça do federalista Rafael Cabeda

Mda. Angelita Rubin

Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSM
angelitarubin137@gmail.com

Parte-se de um levantamento de trabalhos produzidos em âmbito acadêmico (teses e dissertações) para observar a figura do Coronel Rafael Cabeda, sua trajetória, inserção na política e atuação durante o conflito da Federalista. Sempre citado em articulações de lideranças como Gaspar Silveira Martins e Joca Tavares, Cabeda teve funções importantes na mobilização de armas, suprimentos e na mediação de diálogos entre federalistas, sobretudo no Uruguai. A partir desses indicativos de sua atuação nas teses e dissertações levantadas, cruzamos com fontes encontradas até o momento para observar a sua articulação no espaço fronteiriço platino¹⁵ como liderança federalista. A biografia de Cabeda escrita pelo historiador santanense Ivo Caggiani (1996) nos ajuda a recuperar alguns aspectos essenciais da trajetória de vida e política do federalista para iluminar as considerações acerca da sua atuação durante o conflito.

Nascido em 16 de maio de 1857 em Santana do Livramento, filho de Ângelo Caveda e Maria Rafaella Pires, Rafael Cabeda logo cedo foi enviado para Rio Grande a fim de fazer os estudos preparatórios. Já em 1869 partiu para a Alemanha, onde prosseguiu os estudos e adquiriu o grau de perito mercantil e correspondente comercial em cinco idiomas; de lá, foi para a Inglaterra, onde atuou por cerca de dois anos no Escritório Comercial da firma Proudfort Hall & C^a. Seu retorno ao Brasil se deu em 1876, assumiu, juntamente com seu cunhado David Silva, o comando da casa comercial que antes pertenceu ao seu pai, agora sob o nome de “Silva & Cabeda Filho”. Seu retorno ao Brasil marca também a sua inserção na política: da sua filiação ao Partido Liberal, concorreu à vereança em Santana do Livramento, sendo eleito para os anos de 1882-1886.

Destaca-se a continuidade do prestígio da família no âmbito de Santana do Livramento: a mãe de Rafael Cabeda já estava inserida em uma importante família local; a relevância do pai enquanto comerciante e membro do Partido, inclusive sendo próximo da família de Gaspar Silveira Martins. Esses elementos

15 Conforme Padoin (2000), o termo espaço fronteiriço platino amplia o sentido, de modo a subentender a ação humana sobre uma região de fronteira, incluindo as relações de troca, intercâmbios e redes sociais construídas.

permitem observar como se deu a construção da trajetória de Cabeda, desde cedo construindo laços importantes e atuando em uma profissão que permitia o mesmo, inclusive além da fronteira. Sobre isso, a publicação no periódico *A Nação: Órgão Conservador* (RJ) de 29 de outubro de 1889, onde reproduz a coluna do *Echo do Sul* (RS); critica a nomeação de Cabeda como “administrador das rendas geraes de Sant’Anna do Livramento”, visto que este e o cunhado, David Silva, haviam sido proibidos de entrar em repartições públicas devido aos crimes de contrabando que teriam cometido.

Pensando o contexto nacional de transição da monarquia para a República em 1889, o exílio de Gaspar Silveira Martins na Europa e tensões crescentes a nível regional com Júlio de Castilhos atuando no governo; as implicações dessa configuração política levam a criação do Partido Federalista em 1892, e agitação entre federalistas e republicanos. A Revolução Federalista, que conforme delimitada por Andrade (2021), teria iniciado ainda em 1891 com a chamada Revolução de Novembro, marca a disputa de dois projetos políticos. Apoiado pelo presidente Floriano Peixoto, Júlio de Castilhos ascende ao governo estadual em 1893 e se sucede a retirada de lideranças, dissidentes do Partido Republicano e simpatizantes dos federalistas para o Uruguai. O quartel instalado em Rivera fica sob o comando de Cabeda, dando início assim às organizações militares e logísticas das tropas federalistas.

Além disso, cabe destacar que o contexto platino também tem importância fundamental para compreender as articulações dos federalistas além da fronteira, no Uruguai e Argentina principalmente. Segundo Marcus Vinicius Costa (2006) os projetos políticos semelhantes de grupos na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul permitiram uma rede de relações e solidariedade construída pelos *radicais*, *blancos* e liberais-federalistas. Essa rede de relações foi essencial para a organização das tropas federalistas no espaço fronteiriço.

Costa (2006) indica que a elite atuante na Revolução Federalista era composta por atores das mais diversas profissões, seja a pecuária, comércio, doutores, militares, etc. A isso, Monica Rossato (2020) aprofunda e complexifica, demonstrando que haviam divergências ideológicas dentro do próprio grupo denominado federalistas, sobretudo em relação ao projeto político defendido por estes. Porém, identifica o alinhamento absoluto de Cabeda para com o projeto gasparista. Segundo Costa (2006), a rede de relações dos federalistas era construída de acordo com laços familiares, sociais, políticos ou econômicos; originando assim uma rede de caudilhos-coronéis, em que a família Cabeda se insere. Além de Rafael, seus irmãos Francisco e Hipólito também aparecem articulados, trocando correspondências com Joca Tavares e participando ativamente no conflito (ANDRADE, 2017).

Gustavo Andrade (2017), ao analisar as correspondências do General Joca Tavares, indica a frequência considerável com que aparece os nomes de Rafael Cabeda e seus irmãos, Francisco e Hipólito. Assim, podemos perceber a partir da dissertação de Andrade (2017), a dinâmica da atuação de Cabeda, mobilizando suprimentos e articulando rotas entre cidades uruguiaias e cidades brasileiras. Além disso, as correspondências do Almirante Saldanha da Gama, em publicação organizada por Gunter Axt, Helio Leoncio Martins e Milena Cardoso Costa (2009), também apontam a presença de Cabeda em território uruguaio com suas forças. Em fevereiro de 1894, o Almirante pede por organização e pressa nos preparativos para auxiliar as tropas que se encontram no Rio Grande do Sul, além de um pedido ao final da correspondência: “P.S. Peço-lhe não se esquecer de dar-me o nome da pessoa <em Tacuarembó> a quem devo mandar remeter as armas e munições <a> expedir de Montevidéu. Luiz de Saldanha” (AXT, 2009, p. 94) A articulação de Cabeda com lideranças importantes como Saldanha da Gama e Joca Tavares evidencia sua capacidade de atuar no processo de trânsito dos suprimentos e organização das tropas para ação.

Em outra oportunidade, Saldanha da Gama pede que Cabeda auxilie na mediação dos ânimos do Major Júlio de Barros, para impedir quaisquer perturbações nas relações com as autoridades da fronteira. Cabeda aparece assim, incumbido das mais diversas ações: seja agindo da mediação de diálogo entre os federalistas, organizando as rotas de suprimentos e armas, além de mobilizar seus recursos e tropas no Uruguai. De encontro a isso vai a tese de Gustavo Andrade (2021), quando indica que haviam propriedades herdadas por Cabeda em Paysandu, assim a sua presença no Uruguai e atuação intensa na dinâmica das rotas de suprimentos pode ser melhor compreendida.

Palavras-chave: Trajetória, Revolução Federalista, Fronteira.

Referências

A NAÇÃO: ÓRGÃO CONSERVADOR (RJ), 29 de outubro de 1889, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=808920&Pesq=%22cabeda%20filho%22&pagfis=98>.

ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): Família, comunicação e fronteira**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

AXT, G. ; Martins, Helio Leoncio (Org.) ; Costa, Milena Cardoso (Org.) . **Diário e correspondências do Almirante Saldanha da Gama**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009.

CAGGIANI, Ivo. **Rafael Cabeda: símbolo do federalismo**. Martins Livreiro

Editor, Porto Alegre, 1996.

COSTA, Marcus Vinicius. **A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberal-federalistas**. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2006.

FLORES, Elio Chaves. **A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A, n. (orgs.). O Brasil Republicano I, p.45-88. ISBN: 978-85-200-1385-4.

PADOIN, M. M. . **A Revolução Farroupilha e o Papel dos Sacerdotes**. Vidya (Santa Maria), Santa Maria,RS, v. 19, n.34, p. 207-216, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. Editora Brasiliense, 1983, São Paulo.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Martins Livreiro, 9º edição, Porto Alegre, 2014. 978-85-7537-169-5.

ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?** Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2020.

Formação nacional argentina: um “projeto civilizatório”

Luiggi Franchesco Follador

Acadêmico de Relações Internacionais – UFSM
folladorluiggi@gmail.com

Thiago Noschang Cabral

Acadêmico de Relações Internacionais – UFSM
thiagocabralns@gmail.com

Vinicius Martins de Carvalho

Acadêmico de Relações Internacionais – UFSM
carvalho.vinicius@acad.ufsm.br

O presente estudo investiga o processo de construção da identidade nacional, a partir do caso argentino – no que tange sua relação com os diversos nativos que ocupavam a região da patagônia e dos pampas – dialogando com conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa. Não apenas, após descrever os eventos, o trabalho buscará indicar uma conceitualização que faça jus ao destino dos povos originários na construção do Estado Nacional Argentino – tendo em vista a multiplicidade de termos utilizados pela historiografia, ora vagos, ora anacrônicos. Para tanto, os eventos que se seguem no contexto da “Campanha do Deserto”, 1878 até 1885, são colocados em destaque, e dada sua dimensão inescapável, o trabalho compartilha a perspectiva de que “o contato entre essas duas sociedades ocorria em um “espaço de fronteira”, onde o ‘limite’ formal era um espaço caticados de interação e contato entre a cultura de origem europeia e os indígenas” (POMPEU, 2018, p. 14). Dessa forma, o trabalho se dividirá em quatro momentos: breve descrição de como se deu o processo de formação da população argentina pré-Campanha do Deserto; a análise da Campanha do Deserto *per se*; explicitação dos conceitos utilizados pela historiografia, debatendo-os sob a luz dos eventos; e por fim, a exposição do “espaço de experiência” e do “horizonte de expectativa”, na perspectiva dos povos nativos e dos *criollos*. Além disso, o artigo estende o debate e captura os esforços intelectuais de Milton Santos materializados na obra “Natureza do Espaço”.

Palavras-chave: Argentina; identidade nacional; nativos; conceitualização.

Referências

POMPEU, Ana Carollina Gutierrez. **CONQUISTAR O DESERTO: RESISTÊNCIA INDÍGENA E VIOLÊNCIA NA FRONTEIRA DO PAMPA E DA PATAGÔNIA (1850-1885)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS, Brasil, DF, 2018.

SANTOS, Milton. **A NATUREZA DO ESPAÇO**. Editora Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PASSETTI, Gabriel. **INDÍGENAS E CRIOLLOS: POLÍTICA, GUERRA E TRAIÇÃO NAS LUTAS NO SUL ARGENTINA (1852-1885)**. 1.ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **FUTURO PASSADO: CONTRIBUIÇÃO À SEMÂNTICA DOS TEMPOS HISTÓRICOS**. Rio de Janeiro: Contraponto & PUC-RIO, 2007.

DE LUCA, Tânia Regina. **PRÁTICAS DE PESQUISA EM HISTÓRIA**. São Paulo: Contexto, 2020

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

MESA TEMÁTICA VI
80 anos do Brasil na Segunda Guerra Mundial

O horizonte da guerra e seus reflexos na atuação diplomática de Oswaldo Aranha como Embaixador

Pedro Quinteiro Uberti

Analista de Relações Internacionais
pedro.uberti@gmail.com

“O principal arquiteto do alinhamento brasileiro com os Estados Unidos”. É assim que Lira Neto (2013, p. 450) caracteriza Oswaldo Aranha, cujo esforço em coordenar a ação externa brasileira junto aos Estados Unidos, com renovado ímpeto após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, é amplamente reconhecido. No mesmo sentido, Oliveira (in LIMA; ALMEIDA; FARIAS, 2017, pp. 115-119), argumenta que a atuação pessoal de Aranha foi fundamental para a contribuição brasileira ao esforço de guerra dos Aliados, e vê nesse movimento um aspecto fundamental para a própria conservação da integridade territorial brasileira durante o conflito.

Marco no esforço de Aranha em posicionar o Brasil junto aos Estados Unidos no contexto do conflito global, seu papel como presidente da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas é considerado momento chave de sua atuação como chanceler. Nela, Aranha buscou criar consenso entre os dirigentes sul-americanos em prol da unidade pan-americana, que, em decorrência do ataque japonês a Pearl Harbor, deveria materializar-se no rompimento das relações entre os países da região e as potências do Eixo. “Não deixaram os agressores, com o seu ato, alternativa para os povos continentais, nem mesmo os seus admiradores e adeptos” (LIMA; ALMEIDA; FARIAS, 2017, p. 300), defenderia o chanceler, evocando em seu discurso elementos políticos, geográficos, morais e religiosos que, em sua visão, concorreriam para a ação conjunta das nações americanas.

Lançando mão das categorias metahistóricas desenvolvidas por Reinhart Koselleck (2006), espaço de experiência e horizonte de expectativa, argumenta-se aqui que o posicionamento de Aranha em prol do alinhamento brasileiro junto aos Estados Unidos remonta ao período em que o gaúcho serviu como embaixador brasileiro em Washington, entre 1934 e 1937. Desde então, Aranha tinha como clara a perspectiva de que a Europa caminhava novamente à guerra e, tal como em 1914, que o embate teria impacto global, afetando o Brasil e seus interesses.

Antes de seguir aos Estados Unidos para ser empossado como embaixador,

Aranha fez escala na Itália. De lá, a bordo do *Rex*, em setembro de 1934, alertava a Vargas sobre o estado da arte da política europeia, sustentando que a Europa encontrava-se em “estado potencial de guerra. Os exércitos e as esquadras não se defrontam, mas ameaçam-se. [...] Prepara-te e ao Brasil para enfrentar esta reviravolta universal. [...] A Europa está dominada por uma tropilha de grandes loucos que encerram em seus punhos a sorte do mundo” (HILTON, 1994, pp. 210-211). A “tropilha de grandes loucos”, que comandava Estados cada vez mais militarizados, levaria o continente à guerra “dada a sua situação econômica e política, a falência da Liga [das Nações] e os novos pruridos coloniais”¹⁶.

Desdobramento direto da crise de 1929, da derrocada do sistema pós-guerra acordado em Versalhes e da manutenção do ímpeto imperialista das potências europeias, a guerra, na visão de Aranha, poria em xeque a própria integridade territorial brasileira. Ao analisar o destino da Abissínia, invadida pelas forças de Mussolini em 1935, o embaixador reconhecia e condenava a doutrina que legitimava o direito de “procurar, pela violência, matéria-prima” para suas indústrias e ‘novas terras’ para suas populações”¹⁷, à época postulada por Estados como Alemanha e Japão, para além da própria Itália.

O temor de Aranha em relação ao futuro do Brasil em meio a corrida imperialista, manifestar-se-ia em carta enviada a Vargas em maio de 1936. Nela, o embaixador relatava ter sido informado por Sumner Welles sobre uma conversa que o presidente Roosevelt teria tido com um jornalista alemão, que teria manifestado a suposta opinião de Hjalmar Schacht, autoridade econômica da Alemanha hitlerista (COUTO; HACKL, 2007), sobre o papel do Brasil na política expansionista alemã. Segundo Aranha,

Contou [o jornalista] que este [Schacht] lhe dissera que a solução única para a Alemanha era procurar matérias primas e terras para sua expansão em outros continentes. Sem isso, a guerra na Europa seria fatal, e os países europeus, apavorados por esta possibilidade, teriam que favorecer a expansão germânica em outros continentes. Adiantou Schacht que, salvo as possessões portuguesas na África, só via solução no Brasil para esta necessidade, cada vez mais inadiável. [...] Acha Schacht que na forma em

16 CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. GV c 1935.03.06/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas defendendo uma maior aproximação econômica, política e militar entre o Brasil e os Estados Unidos, face a atual situação internacional. Washington. Vol. XVII/52. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5613>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

17 CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. GV c 1936.05.12/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre o trabalho desenvolvido pelos comunistas americanos contra o Governo brasileiro, alertando contra os perigos da política colonial alemã e italiana, e comunicando que está elaborando, junto com o Governo americano, uma solução para os problemas da navegação em geral, inclusive o caso de Lloyd. Washington. Vol. XXII/43. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7210>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

que vão as coisas na Europa e no mundo, dentro de 5 anos não haverá quem se possa, mesmo querendo opor a estes propósitos germânicos¹⁸.

Presentes na sustentação dos argumentos de Aranha também estavam a perspectiva manifesta de Roosevelt ao embaixador sobre sua convicção acerca da eventualidade de um novo conflito mundial¹⁹, e o constante resgate do espaço de experiência relativo ao período que antecedeu imediatamente a Primeira Guerra Mundial²⁰. Em suma, a análise documental permite afirmar que as dinâmicas internacionais em curso, observadas de perto por Aranha, aliadas ao resgate da memória dos processos que antecederam à Grande Guerra, levaram o embaixador a estabelecer em seu horizonte de expectativa prognóstico a ideia de que um novo conflito de escala global se aproximava. Entre as condicionantes que, para Aranha, caminhavam juntas para o estabelecimento do cenário da guerra, estavam renovada corrida imperialista das principais potências do Sistema Internacional e a crescente militarização de Estados como Alemanha e Itália, que almejavam a revisão dos arranjos institucionais estabelecidos em Versalhes.

Aranha, condicionado pela perspectiva da eclosão de um novo conflito, estabeleceu um horizonte de expectativa propositivo – isto é, um planejamento baseado nos efeitos dos processos contidos em seu horizonte de expectativa prognóstico – que tinha como fundamento o estreitamento de relações entre Brasil e Estados Unidos. Como precondição a este movimento, deveria o Brasil afastar-se gradualmente da dinâmica política europeia, ponto explicitado quando o embaixador dizia considerar “o destino da Itália e do Mussolini [...] confusos demais para misturarmos o futuro do Brasil com suas incertezas e perigos”²¹;

18 CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. GV c 1936.05.12/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre o trabalho desenvolvido pelos comunistas americanos contra o Governo brasileiro, alertando contra os perigos da política colonial alemã e italiana, e comunicando que está elaborando, junto com o Governo americano, uma solução para os problemas da navegação em geral, inclusive o caso de Lloyd. Washington. Vol. XXII/43. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7210>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

19 CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. GV c 1936.04.22. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre sua participação no banquete do Gridiron Club, por ocasião da inauguração da campanha presidencial e sobre sua conversa com Franklin Roosevelt. Washington. Vol. XXII/31. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7155>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

20 CPDOC / FGV. Arquivos Pessoais. GV c 1936.08.26. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas analisando as repercussões da guerra espanhola no continente americano e informando sobre a atitude do Itamaraty em relação às modificações sugeridas pelo Governo americano, ao texto do projeto do Pacto de Segurança Coletiva. Washington. Vol. XIII/58. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7539>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

21 CPDOC / FGV. Arquivos Pessoais. GV c 1935.12.03/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre as repercussões do movimento comunista na Argentina e nos Estados Unidos, a situação política européia e as perspectivas de reeleição de Franklin

ou quando postulava que o estreitamento das relações com a Alemanha traria apenas “ameaças, cada dia mais claras e sérias”²².

Cumprida esta etapa, a inserção internacional brasileira deveria pautar-se pelo aprofundamento das relações com os Estados Unidos, a fim de se recuperar a “única fórmula continental conveniente [ao Brasil], perdida logo depois da Guerra”, pela qual o Brasil poderia “contar com os Estados Unidos para as demais eventualidades que terá que enfrentar, quer as para deter a cobiça internacional, quer as para conter as rivalidades e ambições sul-americanas”²³. Bilateralmente, o Brasil poderia alcançar tais objetivos ao incrementar sua representação nos Estados Unidos, criando os canais necessários à promoção de propaganda junto à população²⁴, e ao prezar pelo estreitamento das relações pessoais entre os dirigentes de ambos os países²⁵. Multilateralmente, o Brasil deveria buscar a coordenação junto à posição dos Estados Unidos nas arenas de concertação continentais²⁶.

A compreensão dos horizontes de expectativa prognóstico e propositivo de Aranha, aliada à análise de sua ação diplomática efetiva, que materializou boa

Roosevelt. Washington. Vol. XX/47. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=6507>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

22 CPDOC / FGV. Arquivos Pessoais. GV c 1937.07.03. Correspondência entre Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e Artur de Sousa Costa sobre a “missão Sousa Costa” nos EUA, abordando as seguintes questões: acordo comercial Brasil-Alemanha; criação de duas comissões (N. York e Rio) para intercâmbio comercial brasileiro-americano; “operação ouro” para criação, no Brasil, de um Banco Central; acordo para pagamento da dívida externa. Inclui relatório dos trabalhos da missão apresentado ao Presidente da República, após o regresso do ministro da Fazenda dos EUA. Washington, Rio de Janeiro. Vol. XXVI/76, 78a, 78b, 78c, 78d, 78e, 78f, 81, 82a, 82b, 82c, 82d, 82e, 86a, 89, 90a, 90b, 91a, 91b, 92. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8961>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

23 CPDOC / FGV. Arquivos Pessoais. GV c 1937.08.31/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas relatando os acontecimentos relativos ao protesto da Argentina ao arrendamento dos destroyers ao Brasil e defendendo a necessidade de um serviço permanente de propaganda brasileira nos EUA. Washington. Vol. XXVII/24. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=9222>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

24 Ibidem.

25 CPDOC / FGV. Arquivos Pessoais. GV c 1937.06.02/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comunicando convite do secretário de Estado americano para uma visita oficial aos EUA; pedindo que o demita previamente caso o novo Ministro do Exterior seja seu adversário político e opinando sobre o discurso de José Américo. Washington. Vol. XXVI/52. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8819>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

26 CPDOC / FGV. Arquivos Pessoais. GV c 1935.04.09/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando que o Governo americano concordou com o pagamento gradual das dívidas atrasadas e que aguarda os dados sobre o acordo com a Inglaterra; solicitando maior atenção do Governo brasileiro para com os representantes das Agências de Imprensa estrangeiras, a fim de assegurar uma melhor propaganda do país no exterior; e sobre a posição do Brasil em relação à questão do Chaco. Washington. Vol. XVIII/18. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5764>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

parte de suas perspectivas, mostra que o papel de Aranha como agente fomentador da aliança entre Brasil e Estados Unidos remete diretamente ao período durante o qual o político gaúcho serviu como embaixador brasileiro na capital estadunidense. Não à toa, a presidência de Aranha frente a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, já no contexto da guerra, foi fortemente comemorada por Roosevelt que, em carta ao chanceler, manifestava seu “profundo agradecimento por tudo o que fez e por tudo que está fazendo para transformar a solidariedade do hemisfério em realidade” (CAMARGO; ARAÚJO; SIMONSEN, 1996, p. 272). O entendimento pleno da posição de Aranha em favor da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos passa, portanto, pela compreensão das bases que fundamentaram sua atuação diplomática em Washington como embaixador.

Palavras-chave: Oswaldo Aranha; Segunda Guerra Mundial; Política Externa Brasileira.

Referências

CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique. **Oswaldo Aranha: a estrela da revolução**. São Paulo: Mandarin, 1996 442 p.

COUTO, Joaquim Miguel; HACKL, Gilberto. **Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950)**. Economia e Sociedade, v. 16, p. 311-341, 2007.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994. 501 p.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006. 368 p. Traduzido por Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto de; FARIAS, Rogério de Souza (org.). **Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017. 2 v. (Coleção Política Externa Brasileira).

NETO, Lira. **Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 594 p.

Fontes:

CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. GV c 1935.03.06/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas defendendo uma maior aproximação econômica, política e militar entre o Brasil e os Estados Unidos, face a atual situação internacional. Washington. Vol. XVII/52. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5613>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

CPDOC / FGV. Arquivos Pessoais. GV c 1935.04.09/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando que o Governo americano concordou com o pagamento gradual das dívidas atrasadas e que aguarda os dados sobre o acordo com a Inglaterra; solicitando maior atenção do Governo brasileiro para com os representantes das Agências de Imprensa estrangeiras, a fim de assegurar uma melhor propaganda do país no exterior; e sobre a posição do Brasil em relação à questão do Chaco. Washington. Vol. XVIII/18. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=5764>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

CPDOC / FGV. Arquivos Pessoais. GV c 1935.12.03/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre as repercussões do movimento comunista na Argentina e nos Estados Unidos, a situação política européia e as perspectivas de reeleição de Franklin Roosevelt. Washington. Vol. XX/47. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=-CorrespGV2&pagfis=6507>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. GV c 1936.04.22. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre sua participação no banquete do Gridiron Club, por ocasião da inauguração da campanha presidencial e sobre sua conversa com Franklin Roosevelt. Washington. Vol. XXII/31. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7155>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

CPDOC / FGV. Arquivos pessoais. GV c 1936.05.12/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas informando sobre o trabalho desenvolvido pelos comunistas americanos contra o Governo brasileiro, alertando contra os perigos da política colonial alemã e italiana, e comunicando que está elaborando, junto com o Governo americano, uma solução para os problemas da navegação em geral, inclusive o caso de Lloyd. Washington. Vol. XXII/43. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7210>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

CPDOC / FGV. Arquivos Pessoais. GV c 1936.08.26. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas analisando as repercussões da guerra espanhola no continente americano e informando sobre a atitude do Itamaraty em relação às modificações sugeridas pelo Governo americano, ao texto do projeto do Pacto de Segurança Coletiva. Washington. Vol. XXIII/58. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=7539>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

CPDOC / FGV. Arquivos Pessoais. GV c 1937.06.02/1. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas comunicando convite do secretário de Estado americano para uma visita oficial aos EUA; pedindo que o demita previamente caso o novo Ministro do Exterior seja seu adversário político e opinando sobre o discurso de José Américo. Washington. Vol. XXVI/52. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8819>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

CPDOC / FGV. Arquivos Pessoais. GV c 1937.07.03. Correspondência entre Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e Artur de Sousa Costa sobre a “missão Sousa Costa” nos EUA, abordando as seguintes questões: acordo comercial Brasil-Alemanha; criação de duas comissões (N. York e Rio) para intercâmbio comercial brasileiro-americano; “operação ouro” para criação, no Brasil, de um Banco Central; acordo para pagamento da dívida externa. Inclui relatório dos trabalhos da missão apresentado ao Presidente da República, após o regresso do ministro da Fazenda dos EUA. Washington, Rio de Janeiro. Vol. XXVI/76, 78a, 78b, 78c, 78d, 78e, 78f, 81, 82a, 82b, 82c, 82d, 82e, 86a, 89, 90a, 90b, 91a, 91b, 92. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=8961>>. Acesso em: 05 nov. 2022

CPDOC / FGV. Arquivos Pessoais. GV c 1937.08.31/2. Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas relatando os acontecimentos relativos ao protesto da Argentina ao arrendamento dos destroyers ao Brasil e defendendo a necessidade de um serviço permanente de propaganda brasileira nos EUA. Washington. Vol. XXVII/24. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV2&pagfis=9222>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

Santa Maria no contexto da Segunda Guerra Mundial: debate acerca dos desdobramentos do conflito na cidade de Santa Maria

Prof. Mdo. Cyro Porto Martins

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSM
Bolsista CAPES/DS
cyroporto@gmail.com

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)²⁷, sem dúvidas, é um dos temas mais instigantes, perturbadores e complexos no qual podemos analisar enquanto historiadores. Sua complexidade e suas peculiaridades, despertam interesses que perpassam o ambiente acadêmico-científico, abarcando produções cinematográficas, teatrais e biográficas, ou seja, uma ampla gama de contextos que nos possibilitam visualizar o conflito sobre diferentes óticas. É nestes contextos, que o trabalho historiográfico busca perceber quais foram os desdobramentos da guerra, quais seus processos e como se deu os reflexos desse conflito em partes distintas do planeta.

No Brasil, a Segunda Guerra Mundial foi sem dúvidas um ponto de ruptura no processo institucional do país, seja pelo fortalecimento do movimento Integralista, seja pelas relações internacionais, na qual o Brasil se fez presente e atuante, principalmente nos anos finais da Guerra (1943-1945), seja pela implementação da ditadura do Estado Novo (1937-1945). É nestes pontos que pretendemos abordar os impactos que a Segunda Guerra Mundial na cidade de Santa Maria.

Santa Maria é uma cidade localiza no interior do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, próxima à fronteira do Brasil com os Estados Platinos da Argentina e do Uruguai. A região desempenhou e desempenha uma posição estratégica, influenciada pelo seu caráter fronteiriço, militar, ferroviário e

27 Há um debate acerca do início do conflito mundial, a historiografia tradicional coloca o início do conflito com a invasão da Alemanha Nazista à Polônia em 1939. No entanto, alguns autores colocam o início do conflito com a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 como é o (VISENTINI, 1989), a invasão da Itália Fascista à Abissínia (Atual Etiópia) em 1935 ou até mesmo com o estouro da Guerra Civil Espanhola em 1936. Em ambos os casos tivemos a participação direto dos países que viriam a ser centrais na Segunda Guerra Mundial; Alemanha Nazista e a Itália Fascista. Então é neste sentido que procuraremos não nos determos a este debate, ainda que seja de extrema valia, mas explicar a nossa escolha em que consiste seguir a historiografia tradicional a respeito do início do conflito. Nos basearemos, nesse sentido, em: (HOBSBAWM, 2019; FERRAZ, 2022).

estudantil. É nesse contexto, que buscaremos demonstrar como era a cidade de Santa Maria durante os anos de 1943 a 1945.

Santa Maria tem suas origens nas demarcações territoriais feitas entre as Coroas de Portugal e Espanha, no século XVIII, e representou um importante entreposto militar que deu o primeiro passo para a construção do caráter militarista da cidade. Neste processo, a construção da cidade se deu através de populações que ali se estabeleceram no decorrer do século XIX. Alemães, indígenas, portugueses, espanhóis, africanos, entre outros, fizeram da região seu local de vivência e como isso proporcionaram o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional da localidade até que esta tornou-se emancipada como cidade em 1958.

O ponto de grande relevância para que compreendamos a história da cidade, está com a chegada das estradas de ferro em 1885, este ponto marca a consolidação da importância regional da cidade, mas principalmente nos ajuda a compreender o forte crescimento econômico e populacional, acentuados com a ligação de Santa Maria à cidade de São Paulo (PADOIN, 2010). A partir desses processos, diversos imigrantes, como italianos e Judeus, se assentaram na cidade, principalmente nas décadas finais do século XIX, o que contribuiu para um crescimento populacional que já se demonstrava expressivo.

Esses fatos proporcionaram uma diversificação econômica e populacional que influenciaram de certa forma a vinda e instalação de diferentes contingentes militares na cidade. E foram estas instalações, juntamente com histórico da região, que proporcionaram o caráter militar que Santa Maria carrega consigo. Desta forma, para que possamos perceber sua importância da cidade durante a Segunda Mundial precisamos nos localizar no contexto nacional e levar em conta sua posição perante ao Exército.

A partir da década de 1930, Getúlio Vargas ascende ao poder no Brasil e implementa diversas modificações nas instituições nacionais. Sua aproximação com o exército lhe deu segurança e aval para que muitas reformas fossem implementadas a nível nacional e oposições políticas fossem suprimidas²⁸. Mas o ponto chave para a compreensão do Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial é o Estado Novo (1937-1945).

O Estado Novo brasileiro foi implementado através de um golpe articulado por setores militares, civis, integralistas sob a liderança de Getúlio Vargas, como o objetivo de conter um suposto “golpe comunista”, o que ficou conhecido como Plano Cohen. A partir deste episódio o Brasil viveu sobre a égide de uma ditadura comandada por Vargas, nos quais as liberdades civis, foram abolidas e a perseguição a “opositores”²⁹ foi sistematicamente aplicada, principalmente

28 Como a revolta constitucionalista de 1932.

29 É extenso as obras que abordam a perseguição da ditadura varguista a cidadãos que não

pelas polícias estaduais e pelo Exército. (MARTINS, 2021).

Com o estouro do conflito mundial, principalmente na Europa, o Brasil buscou a neutralidade nos anos iniciais da guerra (1939-1942), ora dialogando com as potências do Eixo (Alemanha e Itália³⁰), ora fazendo contato com os Aliados Estados Unidos e Inglaterra³¹. Foi nessa política de neutralidade que o governo ditatorial de Getúlio Vargas se dividia em duas alas, a Germanista e a ala pró-Estados Unidos. Ainda que essa divisão não tenha sido concreta, é importante perceber certa aproximação, principalmente da ala militar e policial, com a Alemanha Nazista, possuindo como seus expoentes o General e Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra e o chefe da Polícia Política Filinto Müller (SEITENFUS, 2003). Já a ala pró-Estados Unidos era liderada principalmente pelo ministro das relações exteriores Oswaldo Aranha.

No entanto, os processos da guerra vão mudar a percepção do conflito no Brasil e modificar as relações de Vargas com as diferentes alas do seu governo. A entrada dos Estados Unidos no conflito, em 1941, e a conferência dos chanceleres na cidade do Rio de Janeiro, vão mudar e romper com a neutralidade Brasileira em janeiro de 1942. O Brasil rompe diplomaticamente com os países do Eixo e uma série de mudanças e conflitos ocorreram a partir deste episódio no país. É nesse sentido, que buscamos perceber como a cidade Santa Maria se encontrava neste período.

O rompimento diplomático e consequente a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, casou o ataque a diversas embarcações comerciais e civis que são abatidas em águas brasileiras e estrangeiras a partir de janeiro de 1942. Esses afundamentos causaram revoltas e perseguições em todo o Brasil e em Santa Maria, não foi diferente. O jornal de maior expressividade na cidade, naquele período, era ao o Jornal A Razão, que noticiava³² exaustivamente os afundamentos das embarcações brasileiras e frequentemente acusava cidadãos de serem o “Quinta-Colunismo na cidade”.

Essa terminologia era referente a supostos simpatizantes das potências do Eixo, o que ocasionou uma forte repressão a descendentes de alemães e italianos na cidade, simplesmente por estarem ligados aqueles respectivos

tinham uma oposição articulada contra o Estado Novo. Nesse sentido, destacamos a perseguições às populações de descendentes de alemães, italianos, japoneses e a supostos comunistas elencados pelo governo. Ver em: SAUSEN, 2019 e 2022; LIMA, 2019; DALMOLIN, 2002.

30 O Japão integrava este grupo, porém vamos nos ater aos dois citados.

31 O Brasil não possuía relações diplomáticas com a União Soviética, esta que fez parte dos aliados a partir de 1941.

32 É de relevância de nos atermos ao analisarmos as fontes jornalísticas o seu caráter político e seu corpo editorial. Além disso, neste trabalho deveremos levar em conta a censura imposta pelo Estado Novo aos meios de comunicação.

países. O ponto alto desses processos foi em agosto de 1942, no qual diversas embarcações foram afundadas no litoral brasileiro, ocasionando uma onda de depredação a estabelecimentos, casas de imigrantes e seus descendentes, mas principalmente a perseguição a essas populações em diversas cidades do Brasil, entre elas Santa Maria. No dia 18 de agosto, populares e movimentos civis da cidade saquearam, destruíram e perseguiram diversos comerciais supostamente ligados ao “Quinta-Colunismo”, este movimento ficou conhecido como o movimento de “Quebra-Quebra”.

É importante perceber que estes movimentos, que foram colocados pelas fontes do período como movimentos “espontâneos”, decorriam de medidas governamentais que possuíam como objetivo a criação de uma identidade nacional. A campanha de Nacionalização, implementada pelo governo de Getúlio Vargas, previa além da criação de uma identidade nacional, uma série de medidas como a proibição de língua estrangeiras, a proibição e a circulação de “estrangeiros” e seus descendentes, a mudança de nome de ruas e cidades, homogeneização do ensino, entre outros, que possuía como finalidade o combate aos “Quistos Nacionais” (SEYFERTH, 1999) e foram cruciais para a compreensão do movimento de “Quebra-Quebra”. E é este ponto que percebemos como Santa Maria sentiu os acontecimentos da guerra.

O movimento de “Quebra-Quebra” gerou uma onda de perseguições a estabelecimentos de estrangeiros e seus descendentes em Santa Maria, além disso, diversas denúncias foram relatadas a polícia apontando o envolvimento de populares como o “Quinta-Colunismo”. Foi neste ponto que a polícia de Santa Maria prende o pastor da Igreja Luterana da cidade por supostamente estar ligado ao “Quinta Colunismo”, a prisão do Pastor Hoffmann, que possuía insígnias referentes ao Exército do Império Alemão na Primeira Guerra Mundial, nos demonstra nitidamente que a perseguição a populares se acentuou com a Segunda Guerra Mundial (MARTINS, 2021).

Além disso, a carestia, a falta de insumos básicos como a gasolina e a farinha, foram alguns dos mais diversos impactos que a Guerra gerou no Brasil e em Santa Maria. Ainda assim, podemos destacar que todo esse processo foi contribuído com a posição da intelectualidade da cidade, fortemente ligada ao fomento de um sentimento nacional contra os inimigos externos. Mas sem dúvidas o ponto maior relevância para a compreensão do papel do Brasil na Guerra foi a criação da Força Expedicionária Brasileira, a FEB, e foi de longe um dos movimentos que mais impactaram na população brasileira.

A criação da FEB e o envio de tropas do Brasil ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, foi um processo que modificou as estruturas do exército brasileiro e da diplomacia como um todo. A inserção do Brasil no conflito mundial,

decorreu de uma pressão popular, mas também, de uma tentativa que inserir o país na mesa de negociações do pós-guerra. O envio das tropas brasileiras, nos anos finais do conflito (1944-1945), demonstra claramente essa tentativa. Ainda assim, a criação da FEB impactou diretamente a população de Santa Maria com o envio de 270 militares da região para a Guerra. Esse processo contribuiu fortemente para a construção de uma identidade nacional em Santa Maria, mas principalmente casou modificações na vida e na rede de relações desses 270 homens que lutaram no conflito. O Jornal A Razão nos possibilita a dimensão desses impactos, principalmente na vida desses soldados.

O impresso faz repetidamente campanhas de arrecadação de mantimentos para os soldados e suas famílias, arrecadação de soldos para o exército, mas principalmente busca apresentar a opinião e atuação política de intelectuais e militares da sociedade santa-mariense. Com o fim do conflito e o regresso dos pracinhas, nome que ficaram conhecidos os combatentes brasileiros na Segunda Guerra Mundial, diversas manifestações ocorrem em Santa Maria, de apoio ao exército como também a figura de Getúlio Vargas, ainda que este cairia em um golpe liderado pelo exército meses após o regresso da FEB. Esses processos agitaram a rotina da pequena cidade do sul do Brasil e nos dão a dimensão como os impactos da Guerra foram centrais e fundamentais em diversas esferas da população brasileira e consequentemente de Santa Maria.

Nesses oitenta anos do envolvimento direto do Brasil no conflito, ainda há uma gama de conteúdo a serem explorados por historiadores e historiadoras, seja a participação do Brasil no conflito, seja as fortes consequências no qual o país sentiu durante os anos de beligerância mundial. Mas acima de tudo, é perceber a capilaridade do conflito e como este influenciou na história diversas localidades e populações como foi o caso de Santa Maria. Portanto, esta análise decorreu do meu Trabalho de Conclusão de Graduação defendida e aprovado em agosto de 2021, 79 anos depois da declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Santa Maria; Força Expedicionária Brasileira; Estado Novo.

Referências

FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Descobrindo o Brasil, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2º.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 7-198.

LIMA, Bruna. **Fronteira entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil**. 2019. 188 p.. Tese (Doutorado em História) -Universidade

Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

MARTINS, Cyro P. “**Até logo Santa Maria**”: a representação da participação da FEB na Segunda Guerra Mundial em Santa Maria (1942-1945). 2021. 105 p.. Trabalho de Conclusão de Graduação (Graduação em História) -Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

PADOIN, M.M. A Viação Férrea e o desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Maria In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José (Orgs.). **Nova História de Santa Maria: Contribuições Recentes**. Santa Maria: [s.n], 2010.

SAUSEN, João V. “**A nacionalização dos nacionais**”: as medidas estatais de nacionalização de Porto Novo (SC) durante o estado novo brasileiro (1937-1945)”. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Maria.

SAUSEN, João V. **Nação e Nacionalização na fronteira**: as relações político-culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo (1919 – 1945). 2022. 268 p.. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra**: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-12.

VIZENTINI, Paulo. **A 2º Guerra Mundial 1931-1945**. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1989.

Movimentos de quebra-quebra (1942): um balanço historiográfico

Prof^ª. Dr^a. Bruna Lima

Professora na rede pública municipal de Marcelino Ramos/RS e Piratuba/SC
bruna.lima90@hotmail.com

Os episódios de quebra-quebra no Brasil foram movimentos que destruíram estabelecimentos comerciais e industriais, bem como residências privadas, cujos proprietários tinham origem em países do Eixo, Alemanha, Itália e Japão, sejam eles como imigrantes ou como descendentes nascidos no Brasil. Tais episódios ocorreram em 1942, durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, em diversas regiões do Brasil. Porém, apesar do impacto de tais acontecimentos, observamos que os mesmos ainda são relativamente pouco estudados, se pensarmos em questões que vão além do registro e do vínculo exclusivo com uma perseguição étnica-política.

Podemos afirmar que a quantidade de referências bibliográficas que abordam a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, sob os mais variados aspectos aparecem em grande número, seja na História, nas Relações Internacionais, ou mesmo na Literatura. Porém, produções bibliográficas que trabalham de forma específica com os movimentos de quebra-quebra e sua relação com o contexto da época são um pouco mais esparsas, sendo que, em muitos casos, não aparecem como tema principal das pesquisas, mas sim, como desdobramentos das mesmas.

A partir deste diagnóstico, elaboramos uma interpretação mais problematizadora em relação aos interesses que poderiam estar vinculados aos diversos acontecimentos ocorridos em 1942, incluindo a região de Santa Maria e da Quarta Colônia. Para isso, efetuamos um levantamento dos trabalhos que pesquisaram esta temática, entre eles: publicações em periódicos, livros e capítulos de livros, teses e dissertações, publicações em anais de eventos na área da História, além de trabalhos com um viés mais memorialista³³². A finalidade de efetuar este levantamento foi de percebermos como a historiografia brasileira vem abordando esta discussão e, também, quais poderiam ser as novas possibilidades de abordagem sobre estes acontecimentos.

Nesse sentido, observamos que as percepções a respeito dos episódios de

33 Entre estes trabalhos destacam-se: Dalmolin (2005; 2006); Fachel (2002); Freire (2013); Gertz (2005) e Nunes (1998).

“quebra- quebra” ocorridos no Brasil, em 1942 ainda foram pouco exploradas e que existe uma certa homogeneidade presente na historiografia brasileira no que se refere as causas destes episódios. O que este trabalho pretende é justamente problematizar e repensar as ações que culminaram com os episódios de “quebra-quebra”, tendo em vista que as relações diplomáticas estabelecidas entre Brasil, Estados Unidos e Alemanha ainda carecem de estudos mais aprofundados.

Destacamos que estes episódios merecem atenção, pois acreditamos que os mesmos estejam relacionados a interesses políticos e econômicos mais amplos, frutos do contexto do período e dos interesses nas relações entre Brasil e Estados Unidos. Esta questão está sendo levantada principalmente a partir das ideias desenvolvimentistas, uma das pautas principais do governo de Getúlio Vargas e norteou as principais ações do governo, ao mesmo tempo em que servia para dar legitimidade ao mesmo.

Dentro desta perspectiva, percebemos que mesmo havendo certa aproximação do governo brasileiro, durante o período que compreende o Estado Novo (1937-1945), com ideias nacionalistas, principalmente no que toca a economia, na prática esta política não teria se desenvolvido tal como era propagada.

Isso ocorreu, podemos perceber nesses mesmos episódios de “quebra-quebra”, indicando que o governo pode ter se utilizado de estratégias para se colocar dentro de um mercado econômico global, sob a pauta do desenvolvimento nacional, com base na industrialização, mas que, no entanto, estas estratégias não seriam condizentes com o tipo de política econômica que era propagada. Ou seja, mesmo que Getúlio Vargas, durante o Estado Novo defendesse o desenvolvimento nacional, principalmente via substituição das importações, este não poderia ocorrer na contramão da ampliação do sistema capitalista internacional.

Referências

CERVO, Amado Luiz. Os ventos da guerra. In: CERVO, Amado Luiz. **As Relações entre o Brasil e a Itália**. Formação da italianidade brasileira. Brasília: Editora da UnB, 2011, p.223- 250.

DALMOLIN, Cátia. **Em nome da Pátria: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, 18 de agosto de 1942**. 2006. 184f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. 2006.

DALMOLIN, Cátia (org.). **Mordaça Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo**. Santa Maria: Palotti, 2005.

FACHEL, José P. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante Segunda Guerra Mundial em Pelotas e São Lourenço do Sul**. 2002. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica – RS, Porto

Alegre, 2002.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FREIRE, Carlos Renato Araújo. De algumas lembranças a uma construção da memória do quebra-quebra de 1942. In: **Anais X Encontro Regional Sudeste de História Oral** – Educação das Sensibilidades: violência, desafios contemporâneos. 2013. Disponível em: < http://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/resources/anais/4/1374314196_ARQUIVO_Dealgumaslembrancasauumaconstrucaodamemoriadoquebra.pdf> Acesso em 04 de junho de 2015.

GERTZ, René. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

LIMA, Bruna. **Fronteiras entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria [Tese de Doutorado], 2019.

NUNES, Nádia Silvana. **Os alemães em Santa Maria no período do Estado Novo**. Trabalho Final de Graduação do Curso de História. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 1998.

A Segunda Guerra Mundial e os “inimigos” internos: vigilância e repressão na fronteira platina (1942-1943)³⁴

Prof. Ddo. João Vitor Sausen

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSM
Bolsista CAPES/DS
sausenjoaovitor@gmail.com

Durante a década de 1930, o Brasil assumiu uma postura internacional de aproximação tanto com os Estados Unidos da América quanto com a Alemanha. Todavia, a partir do início da Segunda Guerra Mundial, o país passou a se alinhar gradualmente aos Estados Unidos, até assumir uma postura de aliança em 1942, com a declaração de guerra à Alemanha. A condição de guerra, além de uma posição vinculada ao combate à Alemanha e ao nazismo, expôs uma grande problemática no território brasileiro, a presença significativa de imigrantes e seus descendentes vinculados aos países do Eixo.

Neste ponto, a noção de “perigo alemão” foi central nas políticas do governo brasileiro. Esta, corrente desde o início do século XX, observava na presença de imigrantes alemães e seus descendentes no país pontes para o imperialismo da Alemanha (GERTZ, 1998). Desta forma, no contexto do regime Nazista (1933-1945) e o expansionismo do país – especialmente a partir de 1938 -, foi direcionada grande preocupação para as comunidades de origem imigrante estabelecidas no Brasil.

Além disso, estava em curso uma Campanha de Nacionalização, voltada à integração dos descendentes de imigrantes presentes no país, a partir de uma estatização do ensino, ações de incentivo ao patriotismo, proibição do uso de línguas estrangeiras, proibição de associações culturais estrangeiras, entre outras medidas. Estas duas condições, a do combate à Alemanha e ao “perigo alemão”, bem como a Campanha de Nacionalização, se fundiram no contexto, transformando políticas de assimilação em ações de segurança nacional. Neste sentido, a concepção presente no contexto era a de que para combater o nazismo e a influência alemã era necessário integrar culturalmente a população daquela

³⁴ Este trabalho é fruto de nossa Dissertação de Mestrado em História, defendida em 2022, subvencionada com Bolsa CAPES/DS, orientada pela Prof^ª. Dr^ª. Maria Medianeira Padoin e coorientada pela Prof^ª. Dr^ª. Sonia Rosa Tedeschi (UNL/Argentina): SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira: as relações político-culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo (1919 - 1945)**. 2022. 268 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

origem, além de manter uma vigilância policial para com os mesmos. Desta forma, as políticas de nacionalização assumiram um caráter repressivo, e, muitas vezes, paranoico.

Neste horizonte de desconfianças e vigilância, o espaço fronteiriço recebeu grande atenção, justamente pela condição histórica de conflitos e presença militarizada na região, atrelada aos processos de independência da América Platina, e posteriores disputas territoriais. A partir desta perspectiva, no presente trabalho analisamos Porto Novo³⁵, um pequeno povoado, localizado no espaço fronteiriço do Brasil com a República Argentina, na região conhecida como “Palmas”, disputada entre ambos os países durante o século XIX. Este povoado teve origem em um projeto de colonização conduzido pela *Volksverein für die deutschen katholiken in der Rio Grande do Sul*³⁶, voltado para alemães e seus descendentes que fossem de fé católica, fundado em 1926.

O estudo de Porto Novo durante a Segunda Guerra Mundial, por sua composição étnica no período (majoritariamente formada por brasileiros descendentes de “alemães”), por sua vez, permite observar as políticas estatais de vigilância e repressão no espaço fronteiriço. Esta investigação foi realizada a partir da análise do Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, bem como da obra memorialística “*Espírito Pioneiro*”, de Maria Wiersch Rohde, publicada originalmente em 1951 em língua alemã³⁷, que oferecem registros do cotidiano portonovense e das ações estatais em torno da vigilância, repressão e nacionalização realizadas no contexto.

A partir de 1938, as escolas privadas de Porto Novo (a maioria dos estabelecimentos), foram fechadas e posteriormente estatizadas pelo governo estadual catarinense³⁸. A medida auxiliou a obter um maior controle sobre os currículos, que deveriam ser orientados pela tônica nacionalista do período, assim como o ensino deveria ser conduzido apenas por brasileiros que tivessem um bom domínio da língua portuguesa (SAUSEN, 2022).

Todavia, o período posterior ao decreto de estatização das instituições locais³⁹ não foi caracterizado por uma aceitação pacífica das novas diretrizes. Ao longo dos anos seguintes foram registradas práticas de resistência ao envio de professores de fora da colônia, manutenção do ensino em língua alemã em

35 Atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, além de partes de Iporã do Oeste.

36 Sociedade Popular para alemães católicos no Rio Grande do Sul [Tradução nossa].

37 Em 2011 a obra recebeu sua primeira tradução para a língua portuguesa, através de um projeto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina, coordenado pelo Prof. Dr. Paulino Eidt.

38 Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 15.

39 **Decreto Nº 516**. Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga, f. 15.

alguns casos (o que era ilegal), e ações dos padres jesuítas contra as iniciativas estatais (que dirigiam a Paróquia local, bem como o ensino antes da estatização) (SAUSEN, 2022). Mesmo com estes conflitos, o contexto mais conflituoso foi observado a partir de 1942, já em uma realidade de proximidade e, mais tarde, participação na Segunda Guerra Mundial.

Em dezembro de 1941 os ataques japoneses à várias bases norte americanas no Oceano Pacífico, com destaque para *Pearl Harbor*, arrastaram o país para o conflito, e geraram reações por parte dos demais países da América. Assim, a partir da III Conferência de Chanceleres dos Países Americanos, realizada no Rio de Janeiro em janeiro do ano seguinte, vários países, incluindo o Brasil, romperam as relações diplomáticas com os países do Eixo (MROS, 2019). O contexto gerou uma represália por parte da Alemanha e da Itália, que passaram a realizar ataques submarinos a navios mercantes e de passageiros do Brasil, fato que gerou uma série de afundamentos. No mês de agosto de 1942, após seis afundamentos em quatro dias, todos realizados na costa nordeste do Brasil, e uma intensa pressão popular, o país declarou guerra à Alemanha (MROS, 2019).

A situação internacional, ao longo do ano de 1942, gerou diversas consequências para as populações cuja origem nacional era vinculada aos países do Eixo. Em primeiro lugar, a origem nacional, em um contexto de guerra, ou de visão daqueles países como agressores, levou a esta porção da população um olhar de desconfiança, observando naqueles agentes possíveis do elemento externo⁴⁰. A partir da concretização da situação de guerra, e agressões de fato promovidas pela Alemanha e a Itália, reações populares e ações estatais foram direcionadas para suprimir a presença do “inimigo interno” no país.

Desta forma, ainda em fevereiro de 1942, um destacamento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul – então uma força policial vinculada ao poder central -, foi instalada em Porto Novo (MAYER, 2016). Esta também mantinha um contingente acampado na comunidade de Linha Presidente Becker, núcleo formado majoritariamente por alemães natos, provenientes de um fluxo migratório ocorrido entre 1933 e 1934 (MAYER, 2016).

Neste período também foram proibidas todas as manifestações em línguas estrangeiras em espaços públicos, como mencionado no *Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga* (1942, f. 21): “(...) havia aqui o costume de pregar e cantar em ambas as línguas, isto é, em brasileiro e em alemão, ao menos nos últimos anos. – A 1º de fevereiro veio ordem para o Sargento que era proibido falar o alemão, em lugares públicos o que também queriam aplicar à igreja (...)”. Além disso, as

⁴⁰ Neste ponto, é preciso recordar que ao longo do período republicano brasileiro era comum a noção de um inimigo interno vinculado a agentes externos, na figura de parcelas dos imigrantes estabelecidos no país. Ver mais em: ZEN, Erick Reis Godliauskas. **Imigração e Revolução**: lituanos, poloneses e russos sob Vigilância do Deops. São Paulo: Edusp, 2010.

manifestações realizadas em línguas que não o português, seja na forma falada ou na forma escrita, quando denunciadas ou presenciadas por autoridades, eram punidas. As formas de punição, por sua vez, poderiam ser desde agressões até prisões por um curto período.

No mês de agosto, já em um contexto próximo a declaração de guerra, e de várias represálias aos “alemães”, devido ao temor de perseguições atreladas a condição de guerra, um grupo de 11 alemães natos, cuja maioria eram residentes na Linha Becker, conseguiram empreender com sucesso uma fuga para o Território de Misiones (ROHDE, 2011). Outros participantes iniciais deste processo, mas que desistiram da fuga, foram presos em Porto Novo, alguns dos quais foram alvo de represálias ao longo dos meses seguintes. Já no mês de novembro, Maria Dietz, esposa de um dos que participaram com sucesso da fuga (Josef Dietz), após ter sido perseguida pelas forças policiais em Porto Novo, também fugiu para Misiones, junto aos seus dois filhos, Alfons e Martin (ROHDE, 2011).

Em Misiones, a família residiu inicialmente em San Pedro, local de destino dos refugiados, para em seguida se mudarem para Campo Grande (SCHNEIDER, 2019). De acordo com Maikel Schneider (2019), a residência da família na Linha Becker foi destruída pelos policiais da Brigada Militar após ter sido abandonada. Ao final da Segunda Guerra Mundial, apenas Alfons Dietz retornou para Porto Novo.

Prisões, como as daqueles que não lograram a fuga para Misiones, foram registradas ao longo de todo o período posterior a declaração de guerra. Como o registrado por Daniela Rohde⁴¹ no dia 24 de agosto, cujos prisioneiros foram enviados para Porto Alegre, bem como nos dias seguintes: “2 de setembro – um caminhão cheio de prisioneiros partiu hoje (...) 3 de setembro – Hoje saiu outro caminhão carregado de prisioneiros, 33 pessoas foram levadas daqui” (ROHDE, 2011, p. 247). Os últimos teriam sido levados para Lages. O quadro de prisões também se repetiu em dezembro daquele ano (ROHDE, 2011).

Já em fevereiro de 1943, enquanto uma ação para garantir a segurança do espaço fronteiriço, a Brigada Militar ordenou a remoção de todos os habitantes que fossem romenos ou alemães de Porto Novo, e suas migrações forçadas até a região de Xanxerê (próxima a cidade de Chapecó) (ROHDE, 2011). Estavam dispensados da migração aqueles que fossem casados com brasileiros ou casos especiais, como os que possuíam dupla nacionalidade (vinculada a países aliados) ou enfermidades que não permitiam locomoções.

Este processo fez com que muitas famílias se desfizessem de seus bens, uma vez que receberam apenas dez dias para realizarem os preparativos,

⁴¹ Daniela é filha de Maria Wiersch Rohde. Partes dos registros de seu diário sobre o período foram publicadas por Maria na obra “Espírito Pioneiro”.

destinados a uma saída que deveria ser definitiva. A medida foi revertida ao final do mês, não sem terem sido registradas as saídas e circulações de algumas caravanas de alemães e romenos pela região. O impacto deixado na memória local e especialmente nas famílias participantes do processo fez com que este fosse denominado de “Caravana da Morte” (RODHE, 2011).

Assim, o contexto de Porto Novo é representativo da vigilância estatal sob o espaço fronteiriço, à luz da noção de “perigo alemão” e da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Desta forma, sob o prisma das desconfianças para com as populações de origem alemã, bem como de ações de cunho nacionalizador, Porto Novo foi palco de prisões, perseguições, migrações forçadas e limitações culturais, como a proibição do uso de línguas alemãs.

Referências

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. 2 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

MAYER, Leandro. „**O triste fim de Anton Kliemann**”: a campanha de nacionalização e seus desdobramentos no oeste de Santa Catarina. 2016. 271 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

MROS, Günther Richter. **O Brasil nas guerras dos outros**: o interesse nacional em meio a ressignificações sistêmicas (1914-1919 & 1930-1945). 2019. 229 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

SAUSEN, João Vitor. **Nação e nacionalização na fronteira**: as relações político-culturais de Argentina e Brasil com os teuto-brasileiros de Puerto Rico e Porto Novo (1919 - 1945). 2022. 268 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

SCHNEIDER, Maikel Gustavo. „**Talvez nunca mais eu veja minha terra natal**”: a trajetória de imigrantes alemães na colonização de Porto Novo/SC (1932-1942). São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

ZEN, Erick Reis Godliauskas. **Imigração e Revolução**: lituanos, poloneses e russos sob Vigilância do Deops. São Paulo: Edusp, 2010.

Fontes

Livro Tombo da Paróquia de Itapiranga. Paróquia de Itapiranga, Santa Catarina. 1926 a 1952.

ROHDE, Maria Wiersch. **Espírito Pioneiro**: a herança dos antepassados. Tradução de Heidi Collischonn Biehl. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

MESA TEMÁTICA VII
Fronteira, Migração e Cultura

De Kobe para Santos - os investimentos externos diretos japoneses na economia brasileira durante a Ditadura Militar

Laura Machado Ribas

Acadêmica de Relações Internacionais – UFSM
laura.ribas@acad.ufsm.br

Martha Silveira Nummer

Acadêmica de Relações Internacionais – UFSM
martha.nummer@acad.ufsm.br

Prof. Dr. Gunther Richter Mros

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM
gunther.mros@ufsm.br

O presente trabalho foi elaborado no âmbito do Grupo de Estudos em Instituições e Processos Decisórios nas Relações Internacionais, na linha de História das Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O contexto da pesquisa é referente ao período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), quando o Brasil experimentou o chamado 'Milagre Econômico', período de aceleração do crescimento de seu Produto Interno Bruto e alta industrialização no país. A abertura para o capital estrangeiro ocorrida durante o governo de Costa e Silva permitiu forte penetração de capital estrangeiro no país, destacando-se o capital japonês durante a década de 1970.

Ao longo do século XX, especialmente entre 1908 e 1973, ocorreram três ondas de imigração japonesa para o Brasil, motivadas, na primeira onda, pela ocidentalização do Japão e a Reforma Meiji. Dessa forma, levando em consideração as ondas de imigração e a abertura do capital japonês, o trabalho divide-se em três objetivos específicos, sendo: I - entender a motivação da terceira onda de imigração; II - entender as motivações e as consequências do investimento externo direto japonês no Brasil durante a década de 1970; III - investigar a correlação entre a terceira onda de imigração e o investimento externo supracitado e; IV - compreender como essa correlação se perpetuou durante o governo Geisel para o desenvolvimento econômico brasileiro.

O método utilizado é o indutivo e a pesquisa será realizada majoritariamente através de fontes secundárias, como livros e artigos, e também com fontes primárias, através da análise de documentos oficiais de ambos os

governos. A pesquisa será dividida em 5 etapas: a primeira etapa consiste na contextualização histórica da imigração japonesa e das relações entre Brasil e Japão, com um recorte temporal de 1873 (início da Reforma Meiji) até 1973 (chegada do último navio de imigrantes japoneses no Brasil) por meio de pesquisa em fontes secundárias; a segunda etapa consistirá na contextualização do principal período estudado no Brasil - o governo Geisel - e sua política de relacionamento com o Japão, por meio de fontes primárias, como relatórios e acordos oficiais, fontes secundárias, por meio da literatura, e dados obtidos de bancos de big data; a terceira etapa consistirá na explicação quantificada e qualificada do investimento japonês no recorte temporal supracitado; a quarta etapa consistirá em relacionar o contexto das relações entre os países no período Geisel com os dados obtidos na terceira etapa, buscando também vínculos entre os acordos e os dados e as ondas de imigração explicitadas na primeira etapa, para procurar, por fim, responder a pergunta de pesquisa: de que forma ocorreu a correlação entre a terceira onda de imigração japonesa com o aumento de investimentos japoneses no Brasil que ecoou durante o governo Geisel?

Para tanto, espera-se ao final do trabalho obter um panorama sobre o perfil dos imigrantes da última onda japonesa dentro de categorizações como nível de educação, atuação profissional, média etária, dentre outros aspectos socioeconômicos. Também é esperado entender se existiu ou não uma relação entre os governos na articulação para os investimentos diretos japonesas na década de 70 ou este foi um movimento guiado pelo 'boom' econômico a qual o Brasil passava, além de compreender quais setores produtivos brasileiros mais foram beneficiados por esse capital e quais foram as repercussões de todos estes eventos nas relações nipo-brasileiras.

Palavras-chave: imigração japonesa, investimento externo direto, relações internacionais, ditadura militar, desenvolvimento.

Referências

AMORIM, Wellington Dantas. **Contraste e Contato: Aspectos do Relacionamento Econômico entre Brasil e Japão**. Tese (Mestrado em Relações Internacionais). Brasília, UNB, 1991.

BARROS, Flavia Peixoto Cardoso de. **Relações Brasil-Japão: o impacto da imigração japonesa no Brasil ao longo de um século e da imigração brasileira no Japão ao longo de duas décadas**. 2015. bdm.unb.br, <https://bdm.unb.br/handle/10483/11403>.

BIRELLO, Verônica Braga, e Patrícia Lessa. **A IMIGRAÇÃO JAPONESA DO PASSADO E A IMIGRAÇÃO INVERSA, QUESTÃO GÊNERO E GERAÇÕES NA ECONOMIA**. Divers@!, vol. 1, no 1, 2008. revistas.ufpr.br,

<https://doi.org/10.5380/diver.v1i1.34039>.

BOUGEARD, Robert; RIBEIRO, Benedito & BARROS, Elizabeth. “Japão” p.1295-1333. In: **O capital estrangeiro no Brasil: quem controla o que**. São Paulo. BANAS, 1961.

DE SOUSA, A. A. **O imigrante japonês no espaço urbano e rural do interior paulista/The japanese immigrant in the urban and rural areas of São Paulo countryside**. Brazilian Journal of Development, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 101786–101798, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n12-609. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/22115>. Acesso em: 10 nov. 2022.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Os japoneses na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**” Somanlu - Revista de Estudos Amazônicos, vol. 9, no 1, 2009, p. 113–33. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.29327/233099.9.1-8>.

MAKINO, Rogério. **As relações nipo-brasileiras (1895-1973): o lugar da imigração japonesa**. 2010. xv, 197 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. **A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979)**. 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SINGER, Paul Israel. **O “Milagre Brasileiro” Causas e Consequências**. Cadernos CEBRAP, número 6. São Paulo: CEBRAP, 1972.

SOGARI, Mário Augusto Brudna. **As relações Brasil-Japão nos anos 1970-1990**. 2010. www.lume.ufrgs.br, <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28384>.

TONOOKA, Eduardo Kiyoshi. **Investimento direto Japonês na década de 80: uma análise dos seus determinantes no Brasil e no mundo**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Cátedra UNESCO Fronteiras e Migrações: primeiro balanço quadrienal (2019-2022)

Prof. Dr. André Luis Ramos Soares

Professor Titular do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM
alrsoaressan@gmail.com

O Programa “Cátedras da UNESCO” foi lançado em 1992 tendo por finalidade apoiar a formação especializada por meio do intercâmbio de conhecimento entre instituições e pesquisadores estabelecidos em países em fase de desenvolvimento. Tais programas visam em síntese: o fortalecimento dos processos educacionais, a promoção e facilitação da cooperação internacional (norte-sul e sul-sul) no campo da educação superior através da promoção do tripé educacional: ensino, pesquisa e extensão. A maior parte dos projetos tem caráter interdisciplinar, incluindo a participação de instituições e setores da UNESCO, desde a sede em Paris até os escritórios nacionais, centros e institutos espalhados pelo mundo. Atualmente existem 638 Cátedras e 60 redes UNITWIN, envolvendo 770 instituições em 126 países diferentes⁴².

O ano de 2008 marcou a criação da Unitwin, que é uma rede de cátedras universitárias, que se conectam nesta rede, para melhorar as capacidades institucionais por meio do compartilhamento de conhecimento e do trabalho colaborativo. Iniciado em 1992, o Programa apoia a criação de Cátedras Unesco e redes UNITWIN nos principais âmbitos prioritários correspondentes as esferas de competência da Unesco, a saber, a educação, as ciências exatas e naturais, a cultura e a comunicação. A rede conta atualmente com mais de 830 cátedras UNESCO e programas de cooperação UNITWIN nos mais de 110 Estados Membros da UNESCO.⁴³

Através desta rede, instituições de ensino superior e pesquisa em todo o mundo reúnem seus recursos, tanto humanos quanto materiais, para enfrentar desafios prementes e contribuir para o desenvolvimento de suas sociedades. Em muitos casos, as redes e as Cátedras servem como pensadores e construtores de pontes entre a academia, a sociedade civil, as comunidades

42 Disponível em: <https://es.unesco.org/themes/educacion-superior/unitwin>, , último acesso em 04 de novembro de 2020.

43 Disponível em : <https://www.cvnunesco.org/cidadania/catedras-unesco>, último acesso em 04 de novembro de 2020.

locais, a pesquisa e a formulação de políticas. As Cátedras provaram ser úteis para documentar decisões políticas, estabelecer novas iniciativas de ensino, gerar inovação por meio de pesquisa e contribuir para o enriquecimento de programas universitários existentes, promovendo a diversidade cultural. Em domínios sem conhecimento especializado, as Cátedras e as redes evoluíram para pólos de excelência e inovação em níveis regionais ou sub-regionais. Eles também contribuem para fortalecer a coope razão Norte-Sul- e Sul-Sul⁴⁴.

Neste artigo propomos realizar um balanço das atividades desenvolvidas pela Cátedra desde sua aprovação, em 2019, e apresentar as ações realizadas durante a pandemia, as instituições parceiras na criação e que se juntaram ao grupo, bem como os eventos promovidos, perspectivas e possibilidades no que concerne a promoção de pesquisa, ensino e extensão, bem como a internacionalização. Ainda, apresentar como estamos buscando atender os objetivos da Cátedra, elencados em 2019, e como estes foram se modificando em virtude das mudanças ocasionadas pela pandemia de SARS-Covid 19.

Por fim, e não menos importante, apresentar o cenário de colaboração entre as Cátedras brasileiras e internacionais, os auspícios recebidos pela AUGM e pelo Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas – CIPSH.

44 Disponível em: <http://www.cipsh.net/web/channel-7.htm>, último acesso em 05 de novembro de 2020.

Índice remissivo

A

Afro-brasileira 187, 188, 194, 195, 196, 197, 198, 355, 357
Alberto Pasqualini 5, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 337, 338, 339, 340
Alcides Saldanha 6, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 351, 352, 353
Argentina 3, 4, 77, 79, 92, 197, 204, 205, 206, 207, 208, 211, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 237, 240, 241, 242, 243, 250, 251, 252, 266, 267, 268, 272, 273, 274, 276, 292, 294, 295, 328, 361, 366, 369, 374, 375, 377, 378, 379, 384, 388, 389, 392
Arquivo 56, 57, 58, 61, 72, 73, 82, 84, 90, 96, 97, 98, 99, 102, 144, 153, 157, 160, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 260, 289, 291, 318, 338, 339, 348, 353

B

Brasil Império 289, 363
Brigada Militar 86, 87, 271, 273, 274, 275, 390, 391

C

Capitéis 21, 139, 142, 144, 145, 146, 342, 343
Cátedras 296, 299, 397, 398
Coluna Prestes 85, 90, 323, 324, 325, 326, 327
Coriolano Castro 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 328, 329, 330

D

Ditadura 84, 87, 248, 285, 290, 295, 376, 379, 380, 395, 396
Documento 31, 35, 46, 91, 206, 312, 313, 350
Documentos 6, 30, 42, 53, 59, 63, 73, 75, 82, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 127, 129, 130, 131, 132, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 176, 177, 182, 183, 186, 196, 247, 254, 311, 316, 319, 337, 338, 346, 347, 348, 351, 352, 394

E

Educação 5, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 52, 56, 57, 60, 62, 72, 91, 94, 95, 100, 103, 105, 112, 114, 129, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 170, 200, 255, 265, 296, 299, 300, 302, 303, 306, 308, 310, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 321, 332, 335, 336, 341, 342, 343, 387
Educação Infantil 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 341, 342, 343
Educação Patrimonial 13, 14, 15, 19, 20, 29, 39, 40, 42, 46, 48, 49, 52, 60, 91, 94, 95, 100, 103, 112, 139, 141, 146, 299, 302, 308, 310, 312, 314, 315, 317, 332, 335, 342, 343
Ensino 11, 12, 13, 17, 18, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 66, 67, 69, 72, 76, 91, 94, 100, 137, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 321, 332, 341

Ensino de História 29, 39, 40, 45, 46, 137, 310, 312

Estado Novo 248, 257, 258, 261, 262, 265, 376, 379, 380, 381, 383, 384, 386, 387

F

FEB 382, 383, 384

Federalismo 7, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 218, 329, 359, 360, 361, 362, 367, 368

Fronteira 1, 3, 4, 5, 7, 77, 79, 80, 110, 137, 192, 193, 194, 195, 197, 200, 205, 208, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 224, 227, 231, 266, 268, 274, 275, 276, 292, 293, 295, 297, 302, 324, 328, 329, 330, 358, 362, 365, 366, 367, 369, 379, 384, 388, 392

Fronteira platina 5, 7, 77, 266, 268, 275, 328, 330, 388

Fronteiras e Migrações 1, 7, 11, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 397

G

Geoparque 5, 26, 47, 48, 49, 52, 60, 61, 110, 113, 137, 138, 146, 163, 170, 177, 294, 299, 314, 315, 317, 318, 332, 333, 335, 341, 342, 344, 353

H

História 1, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 57, 60, 63, 76, 77, 89, 90, 91, 105, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 130, 131, 132, 137, 146, 147, 148, 160, 161, 179, 182, 183, 186, 187, 189, 190, 194, 195, 199, 200, 208, 209, 210, 212, 217, 218, 231, 234, 248, 253, 255, 265, 266, 273, 274, 276, 277, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 306, 310, 311, 312, 314, 317, 321, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 335, 337, 339, 340, 341, 343, 346, 351, 354, 355, 356, 357, 358, 363, 364, 365, 367, 368, 370, 379, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 392, 394, 396, 397

História Platina 3, 4, 8, 9, 10, 11, 105, 179, 210, 266, 292, 296, 297, 298, 300, 302, 326

I

Identidade afro-brasileira 188, 198, 357

Identidade nacional 44, 225, 279, 283, 289, 290, 369, 382, 383

Imigração Italiana 11, 19, 92, 93, 94, 112, 130, 181, 182, 186, 258, 306, 308

Imigração Japonesa 277, 278, 280, 281, 282, 283, 291, 394, 395, 396

Irmãs Franciscanas 5, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 319, 320, 321

M

Maragatos 89, 90, 327

Memória 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 32, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 59, 61, 76, 77, 91, 92, 100, 102, 103, 110, 113, 119, 127, 130, 131, 132, 141, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 153, 169, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 189, 190, 196, 197, 199, 200, 215, 254, 255, 265, 267, 274, 275, 306, 307, 315, 316, 317, 318, 321, 326, 332, 333, 335, 336, 339, 342, 345, 348, 353, 355, 356, 357, 364, 374, 387, 392

Migrações 1, 7, 8, 9, 11, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 397

N

Nativos 220, 221, 222, 369

Naturalização 220, 363, 364

O

Oswaldo Aranha 6, 86, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 381

P

Patrimônio 1, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 60, 61, 76, 77, 91, 92, 94, 95, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 113, 130, 137, 146, 153, 158, 164, 179, 182, 183, 186, 187, 195, 199, 200, 210, 277, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 315, 317, 318, 328, 332, 333, 335, 336, 337, 341, 343, 345, 346, 348, 350, 351, 353, 355, 358, 394, 397

Patrimônio Cultural 8, 11, 14, 15, 26, 29, 30, 31, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 60, 76, 91, 92, 95, 100, 101, 102, 104, 113, 137, 146, 153, 179, 182, 186, 187, 195, 199, 200, 210, 277, 299, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 317, 328, 332, 335, 337, 341, 346, 348, 351, 355, 358, 394, 397

Política 3, 7, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 44, 48, 57, 60, 77, 79, 81, 85, 87, 89, 118, 120, 122, 124, 126, 127, 129, 131, 132, 160, 162, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 186, 191, 193, 201, 202, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 225, 227, 228, 229, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 261, 263, 265, 278, 280, 284, 285, 289, 290, 310, 314, 315, 317, 323, 324, 326, 328, 329, 330, 335, 337, 338, 339, 340, 350, 352, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 373, 374, 376, 377, 381, 383, 385, 386, 387, 395

Política Externa Brasileira 248, 376

Porto Novo 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 384, 388, 389, 390, 391, 392

Prata 3, 105, 221, 295, 299, 329, 334

Prestes 85, 90, 323, 324, 325, 326, 327

Q

Quarta Colônia 5, 7, 8, 26, 28, 47, 48, 49, 52, 57, 59, 60, 61, 62, 92, 93, 94, 96, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 130, 137, 138, 146, 180, 181, 182, 185, 186, 258, 259, 294, 299, 314, 315, 316, 317, 318, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 341, 342, 343, 344, 385

Quebra-quebra 7, 253, 254, 255, 257, 261, 262, 264, 265, 385, 386, 387

R

Relações internacionais 3, 226, 379, 395

Repressão 7, 266, 267, 289, 381, 388, 389

Revolução 79, 85, 203, 330, 362, 376

Revolução 6, 32, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 118, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 216, 218, 226, 248, 271, 276, 323, 328, 329, 338, 360, 361, 362, 366, 367, 368, 390, 392

Revolução Federalista 6, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 89, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 216, 218, 323, 328, 360, 361, 366, 367, 368

S

Santa Maria 3, 4, 5, 8, 11, 26, 28, 29, 47, 48, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 83, 85, 87, 90, 91, 92, 101, 102, 104, 105, 108, 110, 113, 114, 115, 117, 123, 128, 132, 133, 137, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 167, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 196, 197, 199, 208, 209, 210, 218, 219, 233, 253, 257, 258, 259, 260, 261, 265, 266, 274, 276, 277, 293, 294, 299, 308, 310, 314, 318, 319, 320, 321, 327, 329, 330, 332, 333, 335, 336, 341, 343, 344, 346, 347, 349, 350, 353, 355, 356, 363, 364, 367, 368, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 392, 394

Segunda Guerra Mundial 7, 43, 233, 237, 247, 253, 255, 256, 257, 258, 262, 264, 265, 266, 267, 268, 273, 274, 275, 288, 289, 371, 372, 376, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 388, 389, 390, 391, 392

Sociedade 1, 3, 4, 14, 16, 17, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 40, 52, 89, 103, 107, 110, 113, 119, 120, 121, 131, 141, 142, 144, 145, 147, 148, 152, 156, 160, 162, 175, 179, 180, 181, 187, 189, 190, 192, 193, 194, 196, 197, 199, 202, 213, 219, 220, 223, 228, 241, 243, 246, 247, 256, 269, 279, 280, 303, 311, 312, 316, 337, 343, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 356, 357, 383, 397

Suzana Pasqualini 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 134, 135, 338, 339

U

UNESCO 1, 7, 11, 47, 48, 170, 177, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 302, 314, 332, 397

V

Vale Vêneto 5, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 179, 180, 181, 182, 186, 332

Vargas 33, 86, 88, 125, 126, 133, 174, 196, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 257, 263, 264, 283, 337, 353, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 380, 381, 382, 383, 384, 386, 387

